PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE ARQUITETURA E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA – PPGTU

MARINA LUIZA GASPAR WISNIEWSKI

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS E DESENVOLVIMENTO URBANO: RELAÇÕES DIALÓGICAS E COOPERATIVAS COM A COMUNIDADE DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA E O GOVERNO MUNICIPAL

CURITIBA
2015

MARINA LUIZA GASPAR WISNIEWSKI

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS E DESENVOLVIMENTO URBANO: RELAÇÕES DIALÓGICAS E COOPERATIVAS COM A COMUNIDADE DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA E O GOVERNO MUNICIPAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Linha de Pesquisa: Gestão ambiental e sustentabilidade, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Gestão Urbana.

Orientador: Prof. Dr. Harry Alberto Bollmann

CURITIBA

2015

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

W815r 2015

Wisniewski, Marina Luiza Gaspar
Responsabilidade socioambiental das empresas e desenvolvimento urbano : relações dialógicas e cooperativas com a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba e o governo municipal / Marina Luiza Gaspar Wisniewski ; orientador, Harry Alberto Bollmann. – 2015.
568 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015
Inclui bibliografias

1. Planejamento urbano - Curitiba (PR). 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Cooperação. 4. Administração municipal. 5. Administração local. I. Bollmann, Harry Alberto, 1961-. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. III. Título.

CDD 20. ed. – 711.4

TERMO DE APROVAÇÃO

"RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS E DESENVOLVIMENTO URBANO: RELAÇÕES DIALÓGICAS E COOPERATIVAS COM A COMUNIDADE DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA E O GOVERNO MUNICIPAL"

Por

MARINA LUIZA GASPAR WISNIEWSKI

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Arquitetura e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Prof. Dr. Carlos Hardt
Coordenador do Programa – PUCPR

Prof. Dr. Harry Alberto Bollmann
Orientador – PPGTU/PUCPR

Prof. Dr. Clovis Ultramari
Membro Interno – PPGTU/PUCPR

Profª. Dra. Jussara Maria Leal de Meirelles
Membro Interno – PUCPR

Profª. Dra. Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa
Membro Externo – ESAF

Prof. Dr. Arlindo Philippi Jr.
Membro Externo – USP

Curitiba, 07 de maio de 2015.

Esta pesquisa é dedicada a Jesus Misericordioso, que me carregou no colo durante esta empreitada, e aos meus pais, Raimundo Gaspar (in memoriam) e Dorvina Moleta Gaspar (in memoriam), pessoas humildes advindos da zona rural, mas com uma sabedoria singular, de quem me orgulho muito e a quem devo tudo o que sou hoje.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Araucária, meus mais sinceros agradecimentos, pelo financiamento desta Pesquisa.

À Universidade Estadual de Ponta Grossa e à Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pela parceria de trabalho, apoio e crédito que depositaram em meu trabalho.

A todas as organizações pertencentes ao Sistema FIEP/PR (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) pela atenção com que me receberam todas as vezes que necessitei de informações adicionais referentes à indústria paranaense para compor esta pesquisa.

Ao Professor Dr. Harry Alberto Bollmann, pela sabedoria, bom humor, iluminação e equilíbrio com que conduziu a orientação desta pesquisa. O que o faz um verdadeiro Doutor é sua grande humildade intelectual. Obrigada Professor Harry, por suas preciosas contribuições!

Ao Professor Dr. Fabio Duarte, coordenador desta pesquisa, pelo apoio e atenção dispensada em todas as suas fases.

Aos sujeitos desta pesquisa: empresas, gestores públicos e lideranças da comunidade da CIC, pela presteza na participação das entrevistas.

A amiga e vizinha, Francielle Andreassa Wilsek, pela preciosa ajuda na digitação do fichamento de alguns livros usados nesta pesquisa, durante o período em que tive tendinite.

Aos meus irmãos, Dirceu José Gaspar (*in memoriam*), Dilberto Pedro Gaspar (*in memoriam*), Deonito Antônio Gaspar, Dinei Luiz Gaspar, Diltom Braz Gaspar, Marilde Salete Chiquito, Marlene Terezinha Alessi Tessari, Marli Aparecida Gaspar Ferreira, Maria Ieda Mereth e Marlete Maria Pereira dos Santos, por trazerem sentido à palavra **FAMÍLIA**.

Em especial, a minha irmã Marlete e meu cunhado João Carlos, que sem medir esforços, sempre me socorreram nos momentos difíceis da minha vida: meus anjos da guarda.

Ao meu sogro, José Henrique Wisniewski (*in memoriam*), pelo carinho, respeito e atenção com que sempre me tratou.

A minha sogra Anita Wisniewski, uma pessoa sempre presente, UM EXEMPLO DE VIDA.

Ao meu esposo Luciano - pelo grande ser humano que é: paciente, companheiro e cúmplice nos momentos difíceis.

Ao otimismo, brilho e alegria ímpar de meu filho Gabriel.

Ao meu filho, Pedro Henrique – que venceu a Leucemia durante a consecução desta tese: NOSSO GRANDE MILAGRE, que ensinou-me no mundo vivido o significado da palavra SUSTENTABILIDADE.

A querida Dona Teresa Rodrigues Alves (*in memoriam*), pelas preciosas orações que sempre fazia por mim.

As amigas Dr.ª Daniela, Dr.ª Lúcia, Eliane, Cleusa, Angelita e Josiane, pela presença nos momentos difíceis.

A Dr.ª Iuri Fukuda Hayakawa, pela amizade que se consolidou durante a realização do Doutorado em Gestão Urbana.

Ao Dr. Carlos Frederico Mares de Souza Filho, que sem saber, exerceu grande influência nos rumos desta pesquisa ao ministrar a disciplina Estado, Atividade Econômica e Desenvolvimento Sustentável mediante suas enriquecedoras discussões em sala de aula.

A **MARIA**, Mãe Poderosa, que sempre passou à frente, abrindo as portas para **JESUS** iluminar a minha vida.

A **DEUS**, minha inesgotável fonte de forças, que diante do rico aprendizado enfrentado durante a realização desta pesquisa me trouxe sempre bons pensamentos à mente, mantendo-me em pé e sempre centrada nos meus objetivos.

A todos os amigos não nominados aqui, minha eterna gratidão por fazerem parte da minha vida.

Tempo para Tudo

Tudo neste mundo tem seu tempo; cada coisa tem sua ocasião. Há um tempo de nascer e tempo de morrer; tempo de plantar e tempo de arrancar; tempo de matar e tempo de curar; tempo de derrubar e tempo de construir; há tempo de ficar triste e tempo de se alegrar: tempo de chorar e tempo de dançar; tempo de espalhar pedras e tempo de ajuntá-las; tempo de abraçar e tempo de afastar. Há tempo de procurar e tempo de perder; tempo de economizar e tempo de desperdiçar; tempo de rasgar e tempo de remendar; tempo de ficar calado e tempo de falar. Há tempo de amar e tempo de odiar, tempo de guerra e tempo de paz.

(ECLESIASTE, 3: 1-8).

APRESENTAÇÃO

A vida é um milagre que fica além de nossa compreensão (CARSON, 1969, p.283).

Diversos são os ângulos que se pode escolher para se analisar as cidades. Atuando como professora e pesquisadora na disciplina de Mercado de Capitais há mais de 20 anos, a maior inspiração desta tese era, inicialmente, o desejo de compreender o papel das empresas na sociedade contemporânea diante da gravidade dos problemas socioambientais que a humanidade enfrenta. Entretanto, tinha-se de fazer um elo entre a temática de estudo e a Gestão Urbana (área de concentração do Doutorado), bem como com a Gestão Ambiental e Sustentabilidade (linha de pesquisa escolhida). Foi fazendo construções e desconstruções durante os estudos e as pesquisas efetuadas na realização dos créditos das disciplinas do Doutorado, que o tema amadureceu, originando-se a temática aqui trabalhada: Responsabilidade socioambiental das empresas e desenvolvimento urbano: relações dialógicas e cooperativas com a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba e com o governo municipal.

A tese procura demonstrar a importância da cooperação para o desenvolvimento, evidenciando que as empresas possuem múltiplos *stakeholders*[1] e que o diálogo com eles é essencial para o sucesso de suas iniciativas de RSA[2]. Nesta pesquisa selecionou-se trabalhar com os *stakeholders c*omunidade local e governo municipal, e a tese propõe-se a elucidar a importância de que as empresas, ao desenvolverem suas iniciativas de RSA, levem em conta as demandas da comunidade, bem como as prioridades da cidade, tornando-se parceiras do desenvolvimento. Como objeto de estudo, têm-se as iniciativas de RSA das indústrias Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo com vistas a entender como tais empresas estruturam suas relações com a comunidade e com o governo municipal, pretendendo-se averiguar se as mesmas contribuem na solução dos problemas socioambientais da Cidade industrial de Curitiba, bairro onde estão localizadas, servindo de apoio ao desenvolvimento urbano.

---

1 *Stakeholder* é qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pela conquista dos objetivos de uma empresa (FREEMAN, 2011).

2 Ao longo do texto, optou-se pelo uso do termo iniciativas de responsabilidade socioambiental que, segundo Koter e Lee (2005, p.3), se refere às atividades desenvolvidas por uma empresa para apoiar causas sociais e cumprir compromissos com a responsabilidade social corporativa.

Para tal aplicou-se um roteiro de entrevistas elaborado pela autora ao Departamento de RSA das cinco empresas, a algumas lideranças que atuam na CIC, bem como aos gestores públicos municipais de Curitiba, em específico da regional CIC.

O método utilizado para a análise das questões abertas das entrevistas foi a análise de conteúdo. Escolheu-se trabalhar com a abordagem fenomenológica nesta pesquisa, por acreditar que esta é mais adequada, em função de que os sujeitos entrevistados sob a forma de líderes comunitários e gestores públicos estão diretamente ligados à realidade da comunidade do bairro CIC e da gestão pública municipal. Esta pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, sendo que a metodologia envolveu pesquisa exploratória, pesquisa documental e pesquisa descritiva.

Na coleta de dados foram levantados alguns aspectos acerca do modo como as empresas entendem e estruturam suas iniciativas de RSA, consideradas as seguintes categorias: conceito de RSA; percepção sobre os problemas socioambientais da CIC; percepção sobre de quem é essa responsabilidade; imagem que a empresa tem da comunidade e da Prefeitura Municipal de Curitiba; suas motivações para os projetos; os setores em que realiza suas iniciativas e os critérios de seleção; internalização da RSA; sustentabilidade dos projetos; monitoramento dos resultados; existência de diálogo e cooperação com o governo municipal e com a comunidade; influência na geração de políticas públicas; interação com o governo; autoavaliação de suas iniciativas de RSA; canais de relacionamento com a comunidade; percepção sobre as questões-chave para solucionar os problemas da CIC; percepção sobre trabalhar em parceria; avaliação do nível de participação da comunidade; visão sobre conciliação de lucro com RSA e mensagem deixada à sociedade diante a gravidade dos problemas socioambientais contemporâneos.

RESUMO

WISNIEWSKI, Marina Luiza Gaspar. **Responsabilidade socioambiental das empresas e desenvolvimento urbano**: relações dialógicas e cooperativas com a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba e o governo municipal. 2015. 568p. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015.

A necessidade de declínio da visão utilitarista de mundo, a importância de pensar no coletivo e a centralidade assumida pela questão socioambiental no mundo contemporâneo são fatos notórios. A busca de harmonização entre atividade econômica, desenvolvimento e meio ambiente, traz à tona a importância da responsabilidade socioambiental. O objetivo desta tese é analisar a dinâmica de construção das iniciativas de responsabilidade socioambiental das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo em sua interface com a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba e com o governo municipal. Esta pesquisa se enquadra como uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem fenomenológica. O método utilizado para análise dos dados foi a análise de conteúdo. Diante das novas responsabilidades atribuídas aos municípios brasileiros pela Constituição Federal de 1988; do princípio da legalidade, o qual limita a ação dos governos em iniciativas socioambientais voluntárias; e, da constatação de que mais de 80% da população brasileira vive nas cidades (IBGE, 2010), as quais concentram no século XXI, os maiores problemas socioambientais, a responsabilidade socioambiental das empresas pode se configurar como um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento urbano, sobretudo quando alinhada às demandas da comunidade e aos programas do governo municipal. As empresas declararam que têm procurado trabalhar de modo dialógico e cooperativo com a comunidade da CIC e em parceria com os programas oferecidos pelo governo municipal. Entretanto, as lideranças da comunidade da CIC apontaram a necessidade de um maior diálogo e cooperação entre empresas, comunidade e lideranças, fazendo um apelo às empresas para que desenvolvam suas iniciativas junto à comunidade, trabalhando em conjunto com as organizações comunitárias, como forma de otimizar os resultados dessas iniciativas. No que se refere à percepção do governo municipal, observou-se que embora ainda haja espaço para melhorar o diálogo entre empresas e governo, a cooperação está presente, havendo um maior alinhamento das iniciativas de RSA aos programas municipais. Embora as empresas em estudo não trabalhem suas iniciativas de RSA em conjunto com as lideranças comunitárias e o diálogo seja mais insipiente com esses atores, ao se visualizar os principais problemas socioambientais que afetam a comunidade da CIC, apontados por eles, constata-se que as iniciativas socioambientais desenvolvidas pelas empresas estão alinhadas às demandas da comunidade, sobretudo nas empresas Furukawa, Bosch e Volvo, que fazem o mapeamento das demandas da comunidade. Fica evidente que a responsabilidade socioambiental é uma via para resolver os problemas socioambientais urbanos, inserindo-se como fundamental o diálogo e cooperação entre empresas, comunidade e governo.

Palavras-chave: Responsabilidade socioambiental das empresas. Desenvolvimento urbano. Cooperação para o desenvolvimento. Governo municipal. Comunidade local.

ABSTRACT

WISNIEWSKI, Marina Luiza Gaspar. **Social-environmental responsibility of the companies and urban development**: dialogic relations and cooperatives between the community of the Industrial District of Curitiba and the municipal government. 2015. 568p. Thesis (Ph.D.) – Pontifical Catholic University of Paraná, Curitiba, 2015.

The need for decline of the utilitarian vision of the world, the importance to think in the collectivity and the centrality accepted by the social-environmental matter in the modern world are notorious facts. The search for harmonization among economic activity, development and environment highlights the importance of the social-environmental responsibility. This thesis aims at analyzing the dynamic of the construction of the social-environmental responsibility initiatives of the companies Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa and Volvo in their interface with the community of the Industrial District of Curitiba and with the municipal government. This research fits in as exploratory and descriptive, and it has a phenomenological approach. The method used for the qualitative analysis of the data collected in the interviews was the analysis of content. With the new responsibilities brought to the Brazilian municipalities by the Federal Constitution of 1988, the principle of legitimacy, which limits the action of the governments in terms of social-environmental initiatives; and the finding that more than 80% of the Brazilian population live in the cities (IBGE 2010), which concentrate in the 21st century, the biggest social-environmental issues, the companies´ social-environmental responsibility can be an excellent tool to support urban development, especially when aligned to the community demands and to the municipal government programs. The companies claimed that that they have been trying to work in a conversational and cooperative way with the CIC community and in partnership with the programs offered by the municipal government. However, CIC community leaderships indicated the need for more communication and cooperation from the companies with the community, especially, with the leaderships. In several moments, in the text, CIC community leaderships appeal to the companies for them to develop their initiatives with the community, working together with the community organizations as a way to optimize the results of these initiatives. Regarding the municipal government perception, it was observed that although there is room for improvement in the communication between the companies and the government, the cooperation is present, showing a bigger alignment of the RSA initiatives of these companies to the municipal programs. Although the companies that were studied do not work their RSA initiatives together with the community leaderships and although the communication is more incipient with them, when the main social-environmental problems that affect CIC community are pointed, it is found that the companies' social-environmental initiatives are aligned with the demands of the community, especially in the companies Bosh and Volvo, which do the demand mapping of the community. It is clear that social-environmental responsibility is a way to solve urban social-environmental problems, if putting the communication and cooperation among companies, community and government as fundamental.

Key-words: Social-environmental responsibility of companies, urban development, cooperation for development, municipal government, local community

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição dos sujeitos da pesquisa 46
Quadro 2 - As peças e os projetos do programa Peça por Peça do Instituto Robert Bosch na comunidade da Cidade Industrial de Curitiba - 2013 54
Quadro 3 - Ações do Instituto Robert Bosch em Curitiba – 2013 – programa Peça por Peça (realizados com os parceiros 55
Quadro 4 - Iniciativas de responsabilidade socioambiental da Denso do Brasil - Programa Ecovision - 2015 61
Quadro 5 - Fases do programa Formando Crianças para o Futuro da empresa Furukawa - 2013 64
Quadro 6 - Principais iniciativas de responsabilidade socioambiental da Volvo - unidade Cidade Industrial 67
Quadro 7 - Os quatro pilares do programa Volvo de Segurança no Trânsito 69

ARTIGO 1

Quadro 1 - Diferentes visões de desenvolvimento sustentável 103

ARTIGO 2

Quadro 1 - Noção de responsabilidade socioambiental das empresas na Constituição Brasileira de 1988 173

ARTIGO 4

Quadro 1 Práticas empresariais questionáveis 211

ARTIGO 5

Quadro 1 - Importância da questão socioambiental no mundo dos investimentos 232
Quadro 2 - Instituições que marcaram a história da responsabilidade socioambiental brasileira 235
Quadro 3 - Conceito de responsabilidade socioambiental 239
Quadro 4 - Motivações das empresas para investir em responsabilidade socioambiental 244
Quadro 5 - Certificações e normas socioambientais 264

ARTIGO 6

Quadro 1 - Fundamentação legal e importantes formulações de legislações relacionadas aos princípios e diretrizes da Agenda A3P 312

ARTIGO 7

Quadro 1 - Composição das indústrias e colaboradores entrevistados 362
Quadro 2 - Síntese dos problemas socioambientais mais importantes que afetam a comunidade da CIC na percepção das empresas 369
Quadro 3 - Forma como as empresas tomaram conhecimento dos problemas socioambientais da Cidade Industrial de Curitiba 370
Quadro 4 - Imagem que as empresas têm da comunidade da Cidade Industrial de Curitiba 373
Quadro 5 - Imagem que as empresas tem da Prefeitura Municipal de Curitiba 374
Quadro 6 - Conhecimento das empresas sobre as Leis de Incentivo e origem dos investimentos em responsabilidade socioambiental 384
Quadro 7 - Área de investimento das iniciativas de RSA das empresas 385
Quadro 8 - Critérios de seleção das iniciativas de responsabilidade socioambiental das empresas 386
Quadro 9 - Qualificação do diálogo das empresas com os *stakeholders* comunidade local e governo municipal 394
Quadro 10 - Forma como são desenvolvidos os projetos de responsabilidade socioambiental das empresas 395
Quadro 11 - Estímulo da Prefeitura Municipal de Curitiba às empresas para o desenvolvimento de iniciativas de responsabilidade socioambiental 401
Quadro 12 - Entraves encontrados pelas empresas na sua relação com a Prefeitura Municipal de Curitiba ao desenvolver suas iniciativas socioambientais 402
Quadro 13 - Autoavaliação das empresas a respeito de suas iniciativas de responsabilidade socioambiental 408
Quadro 14 - Composição dos líderes comunitários entrevistados na Cidade Industrial de Curitiba 427

Quadro 15 - Síntese dos problemas socioambientais mais importantes que afetam a comunidade da CIC na percepção dos líderes comunitários 434
Quadro 16 - De quem é a responsabilidade pelos problemas socioambientais na percepção dos líderes comunitários da Cidade Industrial de Curitiba 437
Quadro 17 - Imagem que os líderes comunitários da CIC têm da empresa Aker Solutions 445
Quadro 18 - Imagem que os líderes comunitários da CIC têm da empresa Bosch 446
Quadro 19 - Imagem que os líderes comunitários da CIC têm da empresa Denso 447
Quadro 20 - Imagem que os líderes comunitários da CIC têm da empresa Furukawa 447
Quadro 21 - Imagem que os líderes comunitários da CIC têm da empresa Volvo 448
Quadro 22 - A empresa é responsável em termos socioambientais? 449
Quadro 23 - Avaliação dos líderes comunitários da Cidade Industrial de Curitiba sobre o modo como as empresas estruturam suas iniciativas de responsabilidade socioambiental em sua interface com a comunidade da CIC 450
Quadro 24 - Percepção das lideranças comunitárias da Cidade Industrial de Curitiba sobre se as empresas vieram até a comunidade para conhecê-la, ouvi-la e levantar as suas demandas 452
Quadro 25 - Pontos fortes e deficiências do trabalho da Aker Solutions junto à comunidade na percepção dos líderes comunitários 453
Quadro 26 - Pontos fortes e deficiências do trabalho da Bosch junto à comunidade na percepção dos líderes comunitários 454
Quadro 27 - Pontos fortes e deficiências do trabalho da Denso junto à comunidade na percepção dos líderes comunitários 455
Quadro 28 - Pontos fortes e deficiências do trabalho da Furukawa junto à comunidade na percepção dos líderes comunitários 455
Quadro 29 - Pontos fortes e deficiências do trabalho da Volvo junto à comunidade na percepção dos líderes comunitários 456

Quadro 30 - Direção e tipologia do diálogo e da cooperação que as empresas mantêm com a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos líderes comunitários 458
Quadro 31 - Composição da amostra dos Gestores Públicos Municipais 471
Quadro 32 - Imagem que os gestores públicos municipais de Curitiba têm da empresa Aker Solutins..... 478
Quadro 33 - Imagem que os gestores públicos municipais de Curitiba têm da empresa Bosch..... 479
Quadro 34 - Imagem que os gestores públicos municipais de Curitiba têm da empresa Denso 480
Quadro 35 - Imagem que os gestores públicos municipais de Curitiba têm da empresa Furukawa..... 480
Quadro 36 - Imagem que os gestores públicos municipais de Curitiba têm da empresa Volvo..... 481
Quadro 37 - A empresa é responsável em termos socioambientais?..... 482
Quadro 38 - Avaliação da atuação das empresas em suas iniciativas de responsabilidade socioambiental junto à Cidade Industrial de Curitiba – percepção dos gestores públicos 483
Quadro 39 - Instrumentos colaborativos utilizados pelos órgãos públicos municipais de Curitiba junto às empresas 484
Quadro 40 - Percepção dos gestores públicos municipais sobre a existência de algum cadastro para as empresas depositarem suas intenções em contribuir com algum projeto junto à Prefeitura Municipal de Curitiba 493
Quadro 41 - Percepção dos gestores públicos municipais sobre a existência de algum monitoramento por parte da Prefeitura a respeito da representatividade e impactos dos projetos de RSA das empresas na solução dos problemas da Cidade Industrial de Curitiba 494
Quadro 42 - Pontos fortes e deficiência do trabalho da Aker Solutions junto à Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos gestores públicos municipais..... 494

Quadro 43 - Pontos fortes e deficiência do trabalho da empresa Bosch junto à Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos gestores públicos municipais 495
Quadro 44 - Pontos fortes e deficiência do trabalho da empresa Denso junto à Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos gestores públicos municipais 496
Quadro 45 - Pontos fortes e deficiência do trabalho da empresa Furukawa junto à Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos gestores públicos municipais 496
Quadro 46 - Pontos fortes e deficiência do trabalho da empresa Volvo junto à Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos gestores públicos municipais 497
Quadro 47 - Direção e tipologia do diálogo e cooperação que as empresas mantêm com a Prefeitura Municipal de Curitiba na percepção dos gestores públicos municipais..... 498
Quadro 48 - Percepção dos gestores públicos municipais se algum problema socioambiental da CIC estabilizou ou teve alguma melhoria a partir de um projeto de RSA desenvolvido pelas empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo..... 499
Quadro 49 - Percepção dos gestores públicos municipais sobre a participação do empresariado curitibano em relação às questões socioambientais da CIC 500
Quadro 50 - Percepção dos gestores públicos municipais sobre o nível de participação da comunidade da Cidade Industrial Curitiba em evento ou projetos socioambientais oferecidos pela Prefeitura 501

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados contábeis da Bosch 52
Tabela 2 - Evolução das ações do Instituto Nacional Robert Bosch em Curitiba..... 59
Tabela 3 - Origem dos investimentos feitos pelo Instituto Nacional Robert Bosch em iniciativas de responsabilidade socioambiental em Curitiba..... 59

ARTIGO 2

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Curitiba-PR - 2010..... 134
Tabela 2 - Distribuição territorial das regionais de Curitiba..... 138
Tabela 3 - Principais regiões industriais no Paraná 140
Tabela 4 - Estabelecimentos econômicos por administração regional de Curitiba - 2011..... 144
Tabela 5 - População, densidade demográfica e variação populacional por bairros em Curitiba - 2010..... 145
Tabela 6 - Qualidade de vida nos bairros de Curitiba - ano 2000 146
Tabela 7 - Equipamentos sociais por regionais em Curitiba - 2010 148
Tabela 8 - Ocupações irregulares por regional de Curitiba - 2010..... 149
Tabela 9 - Ocorrências de homicídios dolosos e homicídios culposos por acidente de trânsito registradas na delegacia de homicídios, por regionais em Curitiba no ano de 2012 150
Tabela 10 - Transporte público nas regionais de Curitiba - 2010..... 151
Tabela 11 - Caracterização econômica por regional de Curitiba - 2010 152
Tabela 12 - Percentual de domicílios particulares permanentes atendidos por rede de água, rede de esgoto e coleta de lixo por regional de Curitiba - 2010..... 153

ARTIGO 3

Tabela 1 - População residente e participação relativa, por situação do domicílio – Brasil – 1950/2010 164

Tabela 2 - Vitimas e custos da poluição em seis capitais brasileiras 180

ARTIGO 5

Tabela 1 - Número de empresas que adotaram o modelo de balanço social do IBASE no Brasil 261

LISTA DE SIGLAS

AFRB - Associação dos Funcionários da Robert Bosch
CFB - Constituição Federal Brasileira
CIC - Cidade Industrial de Curitiba
COHAB - Companhia de Habitação Popular de Curitiba
FAS - Fundação de Ação Social
FIA - Fundo da Infância e do Idoso
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
INRB - Instituto Nacional Robert Bosch
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IPPUC - Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba
ISTR - *International Society for Third-Sector Research*
OECD - *Organization for Economic Cooperation and Development*
PMC - Prefeitura Municipal de Curitiba
PVST - Programa Volvo de Segurança no Trânsito
RSA - Responsabilidade socioambiental
SESI - Serviço Social da Indústria
SME - Secretaria Municipal de Educação
SMEL - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
SMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente
UE - União Europeia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 31
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA 37
1.2 JUSTIFICATIVA 40
1.3 OBJETIVOS 41
1.4 HIPÓTESE 42
1.5 ESTRUTURA DA TESE 42
1.6 ASPECTOS METODOLÓGICOS 43
1.7 PERFIL DAS EMPRESAS EM ESTUDO 47
1.7.1 Aker Solutions 48
1.7.2 Bosch 51
1.7.3 Denso 60
1.7.4 Furukawa 62
1.7.5 Volvo 65
REFERÊNCIAS 71

2 ARTIGO 1 - A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO ÂMBITO DO DESENVOLVIMENTO URBANO: O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS 79
2.1 INTRODUÇÃO 80
2.2 A RELAÇÃO ENTRE INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE 81
2.3 IMPLICAÇÕES DO CONCEITO DE CRESCIMENTO E DESENVOVIMENTO ECONÔMICO 90
2.4 OS LIMITES DO CRESCIMENTO 93
2.5 SUSTENTABILIDADE URBANA 99
2.5.1 As diferentes visões de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável 99
2.5.2 A questão socioambiental no âmbito urbano 104
2.5.3 O paradigma da cidade sustentável 109
2.6 CONCLUSÃO 114
REFERÊNCIAS 116

3 ARTIGO 2 - A CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (CIC): UM RETRATO DO ESPAÇO URBANO DIVIDIDO ENTRE O CAPITAL E A POBREZA 125
3.1 INTRODUÇÃO 126
3.2 PLANEJAMENTO URBANO EM CURITIBA 130
3.3 A CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA 138
3.4 CONCLUSÃO 153
REFERÊNCIAS 156

4 ARTIGO 3 - A RESPONSABILIDADE PELOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 161
4.1 INTRODUÇÃO 162
4.2 CONJUNTURA ANTERIOR À CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 163
4.3 A ATIVIDADE ECONÔMICA E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 169
4.4 O CENÁRIO SOCIOAMBIENTAL BRASILEIRO E OS LIMITES À CIDADANIA 176
4.5 CONCLUSÃO 181
REFERÊNCIAS 183

5 ARTIGO 4 - A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NA RECONFIGURAÇÃO DO PAPEL DA EMPRESA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: DA GERAÇÃO DE LUCROS À CRIAÇÃO DE VALOR COMPARTILHADO 189
5.1 INTRODUÇÃO 190
5.2 CONCEITO E REPRESENTATIVIDADE DAS EMPRESAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA 192
5.3 TEORIAS SOBRE A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS 197
5.4 A ÉTICA COMO FIO CONDUTOR DA ATUAÇÃO DAS EMPRESAS 208
5.5 CONCLUSÃO 216
REFERÊNCIAS 218

6 ARTIGO 5 - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: UM IMPERATIVO PARA A SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS 225
6.1 INTRODUÇÃO 226

6.2 IMPLICAÇÕES DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS 227
6.2.1 Histórico 227
6.2.2 A heterogeneidade conceitual 237
6.2.3 As motivações para a responsabilidade socioambiental 242
6.3 A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE QUALIDADE 254
6.3.1 Da qualidade total à qualidade social: a importância da internalização da cultura da responsabilidade socioambiental 255
6.3.2 A contribuição dos instrumentos e das normas de responsabilidade socioambiental 259
6.4 CONCLUSÃO 265
REFERÊNCIAS 267

7 ARTIGO 6 - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: ÊNFASE NAS RELAÇÕES QUE AS EMPRESAS ESTABELECEM COM OS *STAKEHOLDERS* COMUNIDADE LOCAL E GOVERNO MUNICIPAL NAS INICIATIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL 279
7.1 INTRODUÇÃO 280
7.2 A ARTICULAÇÃO ENTRE OS TERMOS SOLIDARIEDADE, COOPERAÇÃO E COLABORAÇÃO 282
7.3 A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO 284
7.4 O RECONHECIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS *STAKEHOLDERS* NAS INICIATIVAS DE RESPONSABILIDAE SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS 289
7.4.1 A importância das relações da empresa com a Comunidade e Lideranças comunitárias 294
7.4.2 A importância das relações da empresa com o Governo Municipal 306
7.5 ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DIALÓGICAS E COOPERATIVAS ENTRE EMPRESAS, GOVERNO E COMUNIDADE NA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS URBANOS 321
7.6 QUESTÕES ESSENCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO 336
7.7 CONCLUSÃO 342
REFERÊNCIAS 344

8 ARTIGO 7 - AS INICIATIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS INDÚSTRIAS AKER SOLUTIONS, BOSCH DO BRASIL, DENSO DO BRASIL, FURUKAWA E VOLVO DO BRASIL EM SUA INTERFACE COM A COMUNIDADE DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA E COM O GOVERNO MUNICIPAL: APRENDIZADOS E TRAJETÓRIAS 359
8.1 INTRODUÇÃO 361
8.2 EXPERIÊNCIA DAS EMPRESAS EM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL 362
8.2.1 A percepção dos Líderes Comunitários da Cidade Industrial de Curitiba 426
8.2.2 A percepção dos Gestores Públicos Municipais 470
8.3 CONCLUSÃO 507
REFERÊNCIAS 517

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS 525
REFERÊNCIAS 531
APÊNDICES 533

1 INTRODUÇÃO

Eu estava com fome e você pesquisou os efeitos da Revolução Verde e dos alimentos geneticamente modificados. Eu estava sem teto e você estudou as favelas e os cortiços. Eu estava desempregado e você discutiu sobre o mercado informal de trabalho. Eu estava doente e você falou sobre as conquistas da medicina e a melhoria na expectativa de vida.
Você estudou todos os aspectos de minha vida – e eu, continuo com fome, doente, desabrigado e sem emprego...

(Henrique Rattner)

A mudança faz parte da vida do ser humano, sendo o homem um ser completo desde o nascimento e inacabado até morrer. Sob o signo da Modernidade as metamorfoses não chegaram de surpresa, considerando que a mudança é uma característica da história da humanidade. Heráclito de Éfeso, filósofo que viveu em (540-476 a.C.), já dizia que "Nunca nos banhamos duas vezes no mesmo rio". Para Marx (1867, p.9): "A mudança econômica é o motor da história". Ou como afirma Jonas (2006, p.203) "O dinamismo é a marca da modernidade". Buber (1974, p.21) demonstra que o essencial é vivido na presença e questiona a cotidianidade medíocre: "Alguém que se contenta, no mundo das coisas, em experimentá-la e utilizá-las erigiu um anexo e uma super-estrutura de idéias, nas quais encontra um refúgio e uma tranqüilidade diante da tentação do nada".

Diante da dinamicidade que cerca a história da humanidade, é importante ter claro que usos, costumes, valores, estratégias empresariais, cultura cívica, cultura organizacional, instrumentos de planejamento urbano e demandas da sociedade, entre tantas outras questões, são mutáveis, assim como a própria verdade não é definitiva, porque é essa incerteza sobre tudo que move a sociedade na busca do desconhecido. É graças à razão, a principal característica do ser humano, que é possível questionar o *status quo*, quebrar paradigmas, rever valores, mudar atitudes, acreditar no resgate da humanidade do ser humano, no resgate do amor à criação e, assim, participar da trilhagem do caminho rumo à utopia da sustentabilidade, acreditando que a transformação social é possível.

Nessa perspectiva, acredita-se que também, o papel da empresa na sociedade tenha mudado, tendo por propósito, outros objetivos além da busca de lucros aos acionistas, ampliando seu escopo de responsabilidades na esfera do desenvolvimento.

Quando se fala em sustentabilidade do desenvolvimento é importante pontuar a importância da cooperação, a qual é evocada no mundo contemporâneo em vários documentos que norteiam tanto a atuação do setor público quanto a do setor privado, tais como: a Constituição Brasileira de 1988; a Agenda 21; e o Estatuto das Cidades, entre outros. Segundo Popper: "[...] Parece ser fato que o sentimento de responsabilidade pelos acontecimentos políticos nunca foi tão amplo na história humana como é hoje" (POPPER, 1994, p.53). Nesse aspecto, a racionalidade torna-se um imperativo à atuação do governo, empresas e sociedade, norteando a ação humana na compreensão da realidade que a cerca, a qual tem como característica muito presente a complexidade.

Embora existam posturas misoneísta[1], diante do agravamento das condições socioambientais do planeta, que clama por novas posturas de governos, empresas e sociedade, diante da globalização das economias com distribuição de benefícios cada vez mais desiguais, do surgimento de uma sociedade mais exigente e informada, e da necessidade de se repensar o desenvolvimento sob o ponto de vista da sustentabilidade, é imprescindível a soma de esforços entre o setor público, o setor privado e a sociedade, no enfrentamento dos problemas socioambientais, para que as relações de competição deem lugar a relações de cooperação.

Nesse aspecto, a esfera pública, que era privilégio da ação estatal, passa a se constituir num espaço de interação entre Estado, Mercado e Sociedade. Por meio das iniciativas de RSA, por exemplo, muitas empresas têm atuado em questões de interesse público, trazendo à tona a importância da gestão compartilhada, que evidencia que o setor privado pode se transformar num importante parceiro do desenvolvimento.

A cooperação é um elemento essencial nas iniciativas de RSA das empresas, para que haja efetividade de tais ações na solução dos problemas da sociedade. Leia-se aqui cooperação não apenas público-privada, mas mesmo entre os colaboradores da empresa, fornecedores, clientes e parceiros. Isso porque, como aponta Ullrich (2009, p.14), a falta de articulação e de cooperação entre as organizações e seus líderes, na condução de iniciativas de RSA, incide na ocorrência de ações isoladas, que dissipam esforços e geram competição entre organizações, beneficiando apenas estas, que lucram com a melhoria de sua imagem.

---

[1] Misoneísta, palavra derivada de misoneismo, que, segundo Ferreira (2010, p.1141), significa: "Aversão a tudo quanto é novo – idéias, costumes, formas de arte, etc. não por motivo bem fundado, mas tão-só porque não correspondem ao estabelecido […]".

O diálogo e a cooperação entre a Empresa e seus *stakeholders* são fundamentais, sobretudo com a comunidade local e com o governo municipal, porque permitem, por um lado, que a empresa conheça as demandas da comunidade e, por outro, as prioridades e deficiências do governo, abrindo uma maior possibilidade de alinhamento de suas iniciativas às políticas públicas.

O crescente protagonismo das empresas em iniciativas de RSA têm despertado a atenção dos governos para a importância de estabelecer parcerias com o setor privado. Muitos países, blocos econômicos, instituições multilaterais e cidades têm buscado uma maior proximidade com as empresas, incentivando tais iniciativas e procurando estabelecer um ambiente favorável aos negócios, de modo que as empresas, atuando em parceria com o governo, possam maximizar sua contribuição para o desenvolvimento.

A preocupação com o futuro da humanidade tem trazido à tona a importância da RSA não apenas na esfera privada, mas também na esfera pública, notadamente na gestão municipal, visto que a maior parte da população mundial vive nas cidades. De acordo com a publicação ONU-BR (2013), metade da população mundial vive em áreas urbanas, sendo que um terço dela está em favelas e assentamentos informais. O número de pessoas morando em favelas aumentou de 760 milhões, em 2000, para 863 milhões, em 2012. Estimativas apontam que, até o ano de 2050, mais de 70% da população mundial estará vivendo em cidades.

Nesse aspecto, a demanda crescente da incorporação da RSA não está voltada tão somente a determinar o que a empresa deve fazer pela questão socioambiental ou como a sociedade deve agir de forma socialmente responsável em termos de seus hábitos de consumo, mas também como o próprio poder público deve agir, dando exemplo de prática cidadã em sua forma de atuar.

A atitude socialmente responsável é necessária para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, um dos objetivos da República Federativa do Brasil, expressa no artigo 3.º, inciso I da Constituição Federal de 1988. As pressões da sociedade civil organizada para uma maior responsabilização do setor público ganharam força, além do artigo 225 da Constituição Brasileira de 1988, que coloca o meio ambiente como uma questão essencial à sadia qualidade de vida, no artigo 3.º da Lei Federal n.º 12.187, de 29/12/2009, que trata da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) bem como na Lei Federal n.º 12.305, de 02/08/2010, que trata dos Resíduos sólidos.

De acordo com Oliveira e Bueno (2002), existe no Brasil consenso em relação à necessidade de a administração pública melhorar substancialmente seu gerenciamento, diante das mazelas sociais do país. E, como afirma Pinto Jr. (2010, p.87): "O tema 'desenvolvimento sustentável' foi alçado ao primeiro plano das discussões e ações que envolvem empresas, instituições, governos e consumidores/cidadãos".

No caso específico das iniciativas de RSA, objeto deste estudo, é importante enfatizar que as empresas que buscam pautar sua atuação não apenas pelo compromisso de produzir bens e serviços à sociedade e de gerar lucros aos acionistas, devem pautar sua atividade por uma responsabilidade solidária com o meio ambiente e a sociedade, implementando iniciativas de RSA fundamentadas em laços de confiança, diálogo e cooperação, atributos essenciais para a prosperidade institucional.

A pesquisa de Putnam (2000) atribui à existência de uma comunidade cívica, na qual predominam laços de confiança e cooperação, o melhor desempenho institucional de governo autônomos na Itália, o que ele chama de capital social. E, nesse aspecto, Kon (2013) lembra que a nova visão sobre a relevância do capital social, introduzidas nas análises socioeconômicas da atualidade, enfatiza a aplicabilidade desses conceitos não apenas por meio da intervenção estatal, mas também da atividade privada, e, particularmente, empresarial, como subsídios ao desenvolvimento.

As empresas são protagonistas importantes nas questões relativas à RSA, implementando programas inovadores para melhorar sua sustentabilidade, muitos deles fundamentais para a promoção do desenvolvimento econômico local, com impactos positivos sobre seu entorno, contribuindo direta ou indiretamente na solução dos problemas das cidades onde estão sediadas, servindo de apoio às políticas públicas municipais.

A empresa privada brasileira dispõe de experiência superior e acumulada nas áreas de gestão tecnológica e organizacional em sua totalidade, de modo a gerar expressivos ganhos de eficiência e qualidade na implementação de medidas sociais necessárias mediante parcerias com o governo (KON, 2013, p.79-80).

A necessidade do estabelecimento de novos padrões de produção e de consumo está no cerne dos problemas socioambientais contemporâneos, que reclamam um senso de urgência na busca coletiva de soluções aos problemas que se apresentam, como, por exemplo, o aumento no volume de gases do efeito estufa e o aumento da pobreza e da fome no mundo. Conforme a Organização Mundial de Metereologia, o volume de gases de efeito estufa bateu novo recorde em 2011, sendo

que a quantidade de dióxido de carbono (CO_2) atingiu 390,9 partes por milhão (ppm), um volume 40% maior do que a atmosfera tinha antes da Revolução Industrial (GLOBO NATUREZA, 2012, p.1).

Nesse aspecto destaca-se que, independentemente da motivação que esteja por trás dos investimentos em RSA por parte das empresas, se razões puramente mercadológicas ou altruístas, o importante é o engajamento delas na busca de soluções aos problemas socioambientais, mediante a incorporação de melhores práticas aos seus processos produtivos, assumindo sua responsabilidade perante os problemas da sociedade.

A responsabilidade compartilhada entre Estado, Mercado e Sociedade é evocada em vários documentos internacionais, bem como na Constituição Brasileira de 1988, a exemplo do artigo 225 que prescreve acerca da importância da responsabilidade solidária sobre o meio ambiente. Na percepção de Bessa (2006, p.245): "[...] as bem definidas posições e os papéis conferidos ao Estado, às empresas e à sociedade vêm sofrendo modificações significativas, estabelecendo-se gradativa cooperação entre os três setores".

No caso deste estudo, pretende-se analisar o desenvolvimento da RSA das empresas, numa perspectiva dialógica com a gestão municipal e a comunidade local, averiguando em que bases tem se dado essa cooperação, buscando-se compreender como as empresas podem contribuir na solução dos problemas da cidade, servindo de instrumento de apoio ao desenvolvimento urbano local.

A RSA das empresas tem sido frequentemente encontrada como objeto de estudo na literatura brasileira, em diversas áreas do conhecimento e sob diversos enfoques; entretanto, a relação entre empresas, desenvolvimento urbano e comunidade apresenta-se como um campo de estudo desafiador e ainda pouco explorado, sobretudo sob o ponto de vista da análise da existência efetiva de cooperação entre setor privado, gestão municipal e comunidade local nas práticas de RSA.

A partir de uma pesquisa bibliométrica nos anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) de 1997 a 2007, o estudo de Moretti e Campanário (2008) demonstra que foram publicados 216 artigos sobre responsabilidade social empresarial advindos de diferentes áreas do conhecimento, sendo que nenhum deles está voltado para esse foco. Outro indicativo da importância do tema é que apesar de existirem diversos trabalhos explicitando conceitos e explorando casos de parcerias entre os setores público e

privado, poucos têm se debruçado sobre os limites e as potencialidades delas como instrumento de apoio às políticas urbanas locais (BRITO, 2010, p.2).

Mesmo estudos relacionados à esfera ambiental ainda são pouco explorados nas análises sobre o urbano. De acordo com Costa (1999), uma versão urbana contemporânea da ecologia política ainda está para ser problematizada e construída. Segundo a autora, o campo dos estudos ambientais vem experimentando, simultaneamente, o alargamento de suas bases conceituais e a multiplicação da quantidade de estudos e áreas do conhecimento envolvidas. Entretanto, em grande parte desses trabalhos, a dimensão espacial/urbana das análises permanece subestimada quando não, inexistente.

Ao discorrer sobre a pluralidade dos enfoques das pesquisas em gestão ambiental, Uehara *et al.* (2010, p.174-175) demonstram que no período entre o início da década de 1980 e o fim da década de 1990 prevaleceu a formação de grupos de pesquisa com enfoque predominante no setor privado e que somente a partir de 1999 é que surgem grupos voltados para o setor público.

O surgimento da preocupação com a adoção de posturas socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis traz à tona uma questão fundamental referente à sustentabilidade das economias: Considerando que o meio ambiente é um bem difuso[2], de quem é a responsabilidade pelos problemas socioambientais?. Nesse aspecto, as empresas têm sido apontadas como vilãs, quando não, como parte de um paradoxo: parceiras essenciais do desenvolvimento das nações, porém geradoras de degradação ambiental.

Em que pese essa observação, considera-se nesta tese que, na construção de uma sociedade sustentável, é fundamental a existência de uma responsabilidade coletiva pelos problemas socioambientais[3], para que as futuras gerações possam usufruir dos reflexos do tão almejado desenvolvimento sustentável, que é o modelo de desenvolvimento idealizado pelo Relatório Brundtland publicado em 1987, como

---

[2] O meio ambiente é considerado um bem difuso, de propriedade pública, portanto, é de responsabilidade de todos defendê-lo, entretanto, ninguém o faz, já que é obrigação de todo mundo. Ademais, todos os recursos de acesso aberto podem incorrer na tragédia das áreas de uso comum ou mais conhecida na literatura como "tragédia dos comuns", cujo termo foi cunhado por Hardin (1968). Segundo o autor, o que chamamos de problemas ambientais tendem a surgir em situações em que o benefício é individualizado e o prejuízo é coletivizado. Numa situação assim, o estímulo para superexplorar é muito maior que o estímulo para conservar.

[3] Arena (2008, p.43-44) lembra que: "[…] é da inter-relação de milhões de comportamentos cotidianos que derivam os efeitos positivos e negativos sobre o meio ambiente".

"o desenvolvimento que atende as necessidade do presente, sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras" (CNUMAD, 1988). Note-se que o conceito de desenvolvimento sustentável remete à ideia de responsabilidade pelas atitudes tomadas no presente, pela sociedade em geral, não apenas pelas empresas.

A escolha das iniciativas de RSA das empresas como objeto desta análise prende-se à importância que elas vieram assumindo ao longo do século XX e início do século XXI na economia mundial e, sobretudo, diante dos impactos sociais que as grandes corporações têm apresentado nas economias locais, interferindo em toda a sua dinâmica. Além disso, a RSA emergiu como iniciativa, no meio empresarial, razão pela qual torna-se interessante conhecer como o setor tem estruturado suas iniciativas.

Assim, diante da importância assumida pela Cidade no século XXI como espaço de qualidade de vida e, diante das amplas demandas a ela impostas, bem como da complexidade dos problemas urbanos contemporâneos[4], buscou-se averiguar como as empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo vêm desenvolvendo suas iniciativas de RSA: de modo isolado e desconectado da realidade da comunidade ou indo de encontro aos problemas socioambientais da comunidade e de forma cooperativa com os programas municipais?; quais as contribuições das iniciativas de RSA dessas empresas no que se refere aos problemas socioambientais da Cidade Industrial de Curitiba?

A RSA das empresas pode se configurar como um instrumento de apoio ao desenvolvimento urbano, sobretudo quando tal prática se dá por meio da cooperação com o governo municipal e com a comunidade local. É esta vertente que se pretende explorar nesta tese.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

As cidades vieram historicamente assumindo uma posição importante na dinâmica das relações sociais, sendo chamadas a serem protagonistas do seu próprio desenvolvimento, a serem criativas e inovadoras, constituindo-se em verdadeiros centros de produção. Entretanto, é nesse espaço onde vive a maior parte da população

---

[4] As alterações climáticas e as pressões locais exercidas sobre os recursos naturais e os ecossistemas aumentam a pressão sobre o ambiente em quase todos os países, independentemente da sua fase de desenvolvimento (PNUD, 2013, p.89).

mundial[5] que imperam os problemas socioambientais mais preocupantes. Como aponta Leite (2010, p.1), ao mesmo tempo em que a cidade é o lugar onde são feitas todas as trocas, dos grandes e pequenos negócios à interação social, é o lugar onde há um crescimento desmedido das favelas e do trabalho informal, constituindo-se em palco de transformações dramáticas.

> Nada é mais insustentável do que o fato urbano. A cidade converteu-se, pelo capital, em lugar onde se aglomera a produção, se congestiona o consumo, se amontoa a população e se degrada a energia. Os processos urbanos se alimentam da superexploração dos recursos naturais, da desestruturação do entorno ecológico, do dessecamento dos lençóis freáticos, da sucção dos recursos hídricos, da saturação do ar e da acumulação do lixo. A urbanização que acompanhou a acumulação de capital e a globalização da economia converteu-se na expressão mais clara do contra-senso da ideologia do progresso. [...] O processo de urbanização, concebido como a via inelutável do desenvolvimento humano é questionado pela crise ambiental que discute a natureza do fenômeno urbano, seu significado, suas funções e suas condições de insustentabilidade (LEFF, 2009, p.287).

Para se ter uma ideia do impacto da degradação ambiental na qualidade de vida das cidades podem-se analisar os dados da Organização Mundial da Saúde disponíveis no estudo da OCDE (2009) que sugerem que 24% da carga global das doenças e 23% de todas as mortes são imputáveis a fatores ambientais. No mesmo estudo, a OCDE Environmental Outlook Baseline estima que a exposição ao PM10 causou cerca de 960.000 mortes prematuras e 9,6 milhões de outras mortes no mundo todo no ano de 2000.

As cidades ocupam um papel importante no crescimento econômico como *lócus* de produção e de consumo (MORAES NETTO, 2010), oferecendo ao capital o que Santos (1988) denomina "saber técnico", o qual constitui-se, conforme o autor, na base para o desenvolvimento do sistema capitalista, uma vez que é onde se concentram os meios de que necessita para sua ampliação. Nesse aspecto, observa-se que o sistema capitalista depende de uma cidade saudável para se ampliar e, em contrapartida, as cidades necessitam do desenvolvimento capitalista, não apenas porque dependem de seus produtos, mas pela geração de empregos, impostos e inovação, entre outras contribuições trazidas pelas empresas.

---

[5] As estatísticas evidenciam que mais de 50% da população mundial vive em áreas urbanas, sendo que estas cresceram 171% em nível mundial entre 1950 e 2000 (OCDE, 2009, p.108). E, de acordo com o IBGE (2010) no Brasil, mais de 80% da população já vive em áreas urbanas.

Entretanto, não basta as cidades crescerem, elas têm a função de promover o desenvolvimento sustentável, oferecendo qualidade de vida à população por meio do acesso aos direitos humanos e a uma vida com dignidade. Essa função da cidade ganha força no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, a qual traz explicitamente a preocupação com o meio ambiente urbano. Em seus artigos 182 e 183, trata da política de desenvolvimento urbano, trazendo à tona a importância das funções sociais da cidade e de que ela garanta o bem-estar de seus habitantes. No ano de 2001, é editada a Lei Federal n.º 10.257, mais conhecida como o Estatuto da Cidades, cujo teor se constitui num conjunto de diretrizes que buscam compatibilizar o progresso com a preservação ambiental urbana. Nessa lei verifica-se a preocupação com a sadia qualidade de vida dos habitantes das cidades.

Com a descentralização trazida pela Constituição Brasileira de 1988, o Estado passa aos Municípios maiores responsabilidades, sem a devida contrapartida de recursos financeiros para cumpri-las.[6] Segundo Cassia-Bava (2001, p.40), a receita dos municípios não ultrapassa hoje a casa dos 17% do total da receita pública nacional, observando-se, segundo Castells e Borja (1996, p.163), que: "Certamente produziu-se uma defasagem entre o crescimento das funções e as demandas ao governo da cidade e o crescimento dos recursos para dar-lhes resposta".

Some-se a isso o fato de que a administração pública está limitada pelo princípio da legalidade, ou seja, só pode fazer o que está prescrito na lei, não havendo espaço para a realização de iniciativas de RSA de cunho voluntário por parte do poder público, o que é possível por parte das empresas.

Levando em conta essas questões que denotam que os governos sozinhos não dão conta de resolver os problemas que a sociedade enfrenta, torna-se fundamental a participação do setor privado na solução de problemas públicos. A cooperação para o desenvolvimento tem sido apontada por organizações multilaterais e em diversos documentos que norteiam o planejamento urbano, como uma estratégia fundamental para enfrentar os problemas socioambientais globais. É imperativo, nesse sentido,

---

6 Segundo o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM (2013, p.83), essa questão limita o efeito de políticas públicas implementadas de forma tradicional e potencializa as necessidades de planejamento nas administrações municipais e a adoção de fórmulas inovadoras de gestão que contemplem, por exemplo, parcerias com o setor privado ou o estabelecimento de consórcios intermunicipais.

que a gestão municipal forje parcerias com o setor privado, que em muito pode contribuir na busca de solução aos problemas da cidade, onde ganha evidência o movimento da RSA das empresas. Nesse aspecto, Kon (2013, p.57) chama a atenção para a necessidade de integração entre as ações estratégicas de RSA das empresas e os requisitos de sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico.

Considerando a missão social ampliada das empresas na sociedade contemporânea, bem como a importância que suas iniciativas de RSA ocorram numa perspectiva dialógica e cooperativa com o setor público e a comunidade, o esforço investigativo desta tese se volta para a seguinte pergunta de pesquisa: As iniciativas de RSA desenvolvidas pelas empresas Aker Solution, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo estão alinhadas às demandas da comunidade e são desenvolvidas de modo cooperativo com os programas municipais, servindo de instrumento de apoio ao desenvolvimento urbano da Cidade Industrial de Curitiba?

1.2 JUSTIFICATIVA

O antagonismo entre Mercado e Estado é antigo. Entretanto, quando o assunto é RSA, diversos fatores têm contribuído no sentido de diminuir a distância desse antagonismo: a crise financeira do Estados Nacionais; a instauração da democracia participativa; a necessidade da gestão compartilhada dos problemas socioambientais; o processo de globalização das economias exigindo novos padrões de produção e de consumo; a pressão dos consumidores por produtos advindos de empresas que adotam boas práticas e a orientação das organizações multilaterais e do ordenamento jurídico por maior cooperação entre Estado, Mercado e Sociedade Civil Organizada na busca de soluções aos problemas socioambientais.

Por todas essas questões, estudos relacionados a essa temática são cada vez mais demandados e de interesse tanto do setor privado quanto do setor público e da própria sociedade, que sofre os efeitos de um modelo de desenvolvimento insustentável, sendo imperativo que a gestão municipal forje parcerias com o setor privado, que pode por meio de suas iniciativas de RSA contribuir na busca de solução aos problemas urbanos.

Este estudo tem relevância, sobretudo, por estar focado num território que conta com múltiplos problemas socioambientais, a CIC, e que demanda dos atores

interessados no bairro o estabelecimento de alternativas para solucionar tais problemas com vistas a melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

A opção de as empresas trabalharem suas iniciativas de RSA em parceria com os programas da Prefeitura Municipal de Curitiba e com as lideranças da comunidade, pode trazer melhores resultados em termos de impactos na comunidade do que as empresas trabalhando isoladamente. Assim, este estudo se justifica, sobretudo, por demonstrar os benefícios da cooperação solidária, entendendo-se que os problemas socioambientais do mundo contemporâneo, dada a sua complexidade, não podem ser resolvidos por setores individuais. Nesse aspecto, as parcerias do setor privado com o setor público e com a comunidade sob o manto da RSA se constituem num importante mecanismo para estabelecer relações colaborativas entre esses atores, para a solução de problemas de interesse público que assolam as cidades, em especial, os distritos industriais.

1.3 OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é analisar a importância das iniciativas de RSA das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo como instrumento de apoio ao desenvolvimento urbano da CIC levando em conta o diálogo e a cooperação com a comunidade local e o governo municipal. Para chegar ao cumprimento deste objetivo, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

1) Abordar a importância da questão socioambiental no âmbito urbano;
2) Levantar os problemas socioambientais que afetam a Cidade Industrial de Curitiba;
3) Averiguar as prescrições da Constituição Brasileira de 1988 em relação à questão socioambiental, com vistas a averiguar de quem é a responsabilidade pelos problemas socioambientais da sociedade;
4) Analisar o papel das empresas na sociedade tendo a ética como referencial;
5) Analisar a importância da RSA como imperativo para o desenvolvimento da empresa contemporânea;
6) Demonstrar a importância do diálogo e cooperação com os *stakeholders* nas iniciativas de RSA das empresas, com ênfase na comunidade local e no governo municipal;

7) Averiguar se as iniciativas de RSA das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo se dão de modo dialógico e cooperativo com a comunidade da CIC e com o governo municipal, servindo de apoio ao desenvolvimento urbano.

1.4 HIPÓTESE

As iniciativas de RSA desenvolvidas pelas empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo não se dão de modo articulado com as demandas da comunidade da CIC e com os programas da Prefeitura Municipal de Curitiba, evidenciando-se uma carência de maior diálogo e cooperação no desenvolvimento de tais iniciativas.

1.5 ESTRUTURA DA TESE

Esta tese está estruturada sob a forma de relatório científico, sendo composta por sete artigos, além da introdução, considerações finais e recomendações para estudos futuros.

O artigo 1 analisa a importância da questão socioambiental no âmbito urbano partindo da relação entre industrialização, urbanização, desenvolvimento e meio ambiente.

O artigo 2 contextualiza a realidade da Cidade Industrial de Curitiba em termos socioambientais, evidenciando-se que ela se constitui num espaço dividido entre capital e pobreza.

O artigo 3 aborda as prescrições da Constituição Brasileira de 1988 em relação à questão socioambiental, com vistas a averiguar de quem é a responsabilidade pelos problemas socioambientais da sociedade.

O artigo 4 analisa o papel das empresas na sociedade contemporânea, demonstrando que a ética é um elemento essencial para nortear sua atuação no mercado.

O artigos 5 versa sobre as importância da RSA como imperativo para a sustentabilidade das empresas, abordando seu histórico, construção conceitual, motivações das empresas para tais investimentos e a ressignificação do conceito de qualidade total.

O artigo 6 analisa a importância da cooperação para o desenvolvimento, tendo como intenção central demonstrar a relevância do diálogo da e cooperação entre os setores público e privado na efetivação das iniciativas de RSA das empresas, criando bases para a análise apresentada no artigo 7.

O artigo 7 apresenta os resultados da pesquisa em si; analisa a dinâmica de construção da RSA das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo em sua interface com a Comunidade da CIC e com o Governo Municipal. O objetivo deste capítulo é averiguar se as empresas em estudo têm procurado alinhar suas iniciativas de RSA às demandas da comunidade, trabalhando de forma dialógica e cooperativa com a Comunidade Local e com o Governo Municipal.

1.6 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida em três fases distintas. A primeira, de caráter exploratório, buscou subsídios para o entendimento da relação entre industrialização, urbanização, desenvolvimento e meio ambiente e ao entendimento do processo de construção da RSA a partir da Constituição Brasileira de 1988, a qual, aliada a outros fatores, trouxe uma maior relevância deste tema junto ao setor produtivo brasileiro, bem como ao setor público e a própria sociedade. Também buscou-se compreender o papel das empresas na sociedade contemporânea; as implicações da RSA das empresas e a conclamação à cooperação para o desenvolvimento. Esta fase é fundamentada tanto na busca indireta de informações (revisão da literatura) como na busca direta de informações a partir de análise documental (textos legais, Balanço Social, Códigos de Ética, dentre outros).

A segunda fase da pesquisa é de caráter descritivo e tem a ver com a caracterização das indústrias-objeto deste estudo, valendo-se para isso da busca direta da informação (análise documental e formulários de entrevistas semiestruturadas) realizadas junto ao Departamento de RSA das empresas em estudo, às lideranças da comunidade do CIC e aos gestores públicos ligados à diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Curitiba.

A terceira e última fase, de caráter analítico, realiza uma análise qualitativa das relações que o setor produtivo estabelece com a Comunidade da CIC e com o Governo Municipal, demonstrando a relevância dessas relações na construção de

um novo paradigma de RSA: a gestão compartilhada. Para tal, utilizou-se a análise de conteúdo.

Para poder compreender a dinâmica de desenvolvimento das iniciativas de RSA das empresas como instrumento de apoio ao desenvolvimento urbano da CIC, fez-se uma abordagem fenomenológica da questão, por considerar que esta metodologia é pertinente para entender as relações que as empresas estabelecem com a comunidade e com o poder público municipal ao realizar tais iniciativas. Segundo Gray (2012), a fenomenologia sustenta que qualquer tentativa de entender a realidade social deve basear-se nas experiências das pessoas com essa realidade.

> A chave está em captar a experiência subjetiva do sujeito, às vezes tentando se colocar em seu lugar. Assim a fenomenologia se torna uma exploração, por meio da experiência pessoal, de entendimentos culturais predominantes. Atribui-se valor não apenas às interpretações dos pesquisadores, mas também aos próprios sujeitos da pesquisa (GRAY, 2012, p.25).

Como propõe Chizzotti (2001, p.12), é fundamental buscar a significação dos fatos no contexto concreto em que ocorrem.

O presente estudo está orientado por uma pesquisa de natureza qualitativa, lançando mão da pesquisa bibliográfica, exploratória e documental para construção de um referencial teórico a respeito das iniciativas de RSA das empresas. Uma pesquisa de abordagem qualitativa pode ser entendida, segundo Alvântara e Vesce (2013, p.2209), como: "uma pesquisa em que se procura compreender um determinado fenômeno em profundidade. Não trabalha com estatísticas e regras rígidas, mas realiza descrições, análises e interpretações de caráter subjetivo". Dessa forma, a pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser mais participativa e menos controlável, já que os elementos participantes podem orientar os caminhos da pesquisa mediante suas interações com o pesquisador.

Para efeito desta pesquisa, definiram-se como objeto de estudo as iniciativas de RSA das indústrias Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo. A escolha destas empresas como objeto de estudo prende-se ao fato de elas reunirem um conjunto de atributos comuns, os quais julgou-se interessantes para compreender como tem se dado a construção da RSA em sua interface com o Governo Municipal

e com a Comunidade: são multinacionais[7]; pertencem ao setor industrial[8]; pertencem ao setor metal mecânico[9]; possuem iniciativas de RSA; são semelhantes em termos de porte e estão sediadas na CIC, um bairro industrial/residencial que apresenta diversos problemas socioambientais.

Visto que esta pesquisa pauta-se pela compreensão de como se dá a dinâmica de construção das iniciativas de RSA das empresas em sua interface com a Comunidade e com o Governo Municipal, ter iniciativas de RSA em andamento foi um dos principais critérios para seleção das cinco empresas em estudo. Outras duas multinacionais que preenchiam todos os critérios estabelecidos, foram convidadas a participar desta pesquisa, mas não manifestaram interesse.

Como diversos são os aspectos que fazem parte de uma gestão empresarial responsável em termos socioambientais, escolheu-se como recorte neste estudo a análise do diálogo e da cooperação das indústrias em estudo, com os *stakeholders*, comunidade local e governo municipal.

Utilizou-se como instrumento de pesquisa um protocolo de entrevista semiestruturada, com questões abertas e fechadas, que, segundo Boni e Quaresma (2005), é um instrumento capaz de suportar uma cobertura mais profunda sobre um fato ou assunto. A respeito da modalidade de entrevista semiestruturada, Trivinos (1987) afirma que esta se trata de um procedimento que oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a pesquisa.

A entrevista foi realizada no período de abril a junho de 2013 junto a 26 sujeitos, assim distribuídos: onze executivos ligados ao movimento da RSA nas empresas em estudo; sete líderes comunitários da Cidade Industrial de Curitiba e oito Gestores Públicos Municipais (conforme Quadro 1).

---

7 Segundo Dembinski (2004, p.39), há concordância de que as multinacionais desempenham um papel de liderança no mundo econômico. No contexto de economia global aberta, tais empresas desempenham um papel particularmente importante por causa da quantidade de recursos que elas controlam, bem como por conta das decisões de investimento de longo prazo que tomam.

8 O setor industrial é um dos que mais provoca danos ao meio ambiente, seja por seus processos produtivos ou pela fabricação de produtos poluentes e (ou) que tenham problemas de disposição final após sua utilização (LUSTOSA, 2010, p.206). Além disso, Gunn e Correia (2005, p.18) explicam que todos os elementos que circundam a organização espacial da atividade industrial implicam relações sociais e que é nesse sentido que a experiência das indústrias torna-se um ponto de observação privilegiado.

9 No estudo de Barcellos (2001) o setor metal-mecânico consta da lista de setores classificados como de alto potencial poluidor.

Quadro 1 - Composição dos sujeitos da pesquisa

Sujeitos	Descrição
11 colaboradores ligados à área socioambiental das empresas em estudo	Assim distribuídos: Aker Solutions (2), Bosch do Brasil (2) sendo 1 deles do Instituto Robert Bosch, Denso do Brasil (2), Furukawa (2) e Volvo do Brasil (3).
8 gestores públicos municipais	Um Gestor de cada um desses órgãos públicos municipais: Administração da Regional CIC Regional, Fundação de Ação Social (FAS) CIC, Secretaria da Educação CIC, Secretaria de Esportes CIC; FAS Central, Companhia de Habitação (COHAB) Central, Secretaria do Meio Ambiente e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUC).
7 líderes comunitários da Cidade Industrial de Curitiba (CIC)	Sendo um Líder de cada uma destas instituições: Centro de Assistência Social Divina Misericórdia; Projeto Vida; Paróquia Santa Edwirges; Paróquia Nossa Senhora da Luz; Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II; Associação de Moradores das Moradias Zimbrus e Instituto Pró-Cidadania de Curitiba (IPCC)

Fonte: Elaborado pela autora.

Notas: 1) Na Volvo do Brasil foram aplicadas três entrevistas em função da área socioambiental estar sob a responsabilidade de três setores distintos.

2) O IPCC (antiga Provopar), embora seja o braço direito do poder público no desenvolvimento de iniciativas socioambientais, foi enquadrado como liderança comunitária e não como gestor público, em função de ser constituído sob a forma de associação civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos lucrativos, com caráter voltado aos fins assistenciais, educacionais, beneficentes e culturais. Além de atuar como ONG, o IPCC funciona como uma espécie de "ONG mãe", dando suporte às outras ONGs.

A amostra das empresas e dos líderes comunitários é enquadrada como probabilística e intencional porque os sujeitos foram selecionados em função de suas vivências e experiências comuns dentro da questão socioambiental, liderando projetos voltados para a comunidade do CIC.

Embora os resultados desta pesquisa não possam expressar a realidade da dinâmica das iniciativas de RSA de todas as indústrias sediadas na CIC, eles permitem conhecer a forma como cinco grandes indústrias vêm operacionalizando suas iniciativas de RSA na sua interface com a Comunidade Local e com o Governo Municipal, sinalizando traços importantes das relações dessas empresas com esses dois *stakeholders* no âmbito da RSA.

O protocolo da pesquisa junto às empresas (ver apêndice A) está assentado no interesse de estudar não propriamente as iniciativas de RSA em si desenvolvidas pelas empresas em estudo, mas o modo como tais empresas estruturam suas iniciativas de RSA e como se relacionam com a Comunidade da CIC e com o Governo Municipal ao implementá-las.

Para tal, inicialmente buscou-se compreender o que essas empresas entendem por RSA, as motivações para tais investimentos, os critérios que utilizam para selecionar os projetos em que investem, a origem dos recursos, como fazem o monitoramento dos resultados, bem como se tais projetos são duradouros ou projetos

pontuais, entre outras categorias de análise. Posteriormente as perguntas se voltaram para a questão principal deste estudo, que é verificar em que medida as iniciativas de RSA dessas empresas ocorrem de modo cooperativo com a Comunidade e o Governo Municipal, dada a importância que o diálogo e a cooperação assumem no século XXI no cenário da sustentabilidade.

É importante destacar que a cooperação e o diálogo com todos os seus *stakeholders* é um dos pilares essenciais da RSA das empresas. Entretanto, o presente estudo adotou como recorte o diálogo e a cooperação com o Governo Municipal e com a Comunidade Local, pelas seguintes razões: 1) pela importância desses dois *stakeholders*, os quais são enquadrados na literatura como *stakeholders* primários, pelo grau de influência que exercem sobre as empresas; 2) pela pertinência da abordagem em função de a pesquisa estar sendo desenvolvida dentro de um programa de Gestão Urbana com linha de pesquisa Gestão Ambiental e Sustentabilidade; e 3) por este ser um foco pouco explorado nas análises pertinentes ao desenvolvimento urbano.[10]

Cada capítulo contará com sua metodologia própria, sendo que o artigo 7 apresentará a análise dos resultados da pesquisa em si, tendo como insumo principal os dados levantados junto aos colaboradores das empresas em estudo (ver Apêndice A), às lideranças comunitárias da CIC (ver Apêndice B) e aos gestores públicos municipais (ver Apêndice C).

1.7 PERFIL DAS EMPRESAS EM ESTUDO

As informações constantes neste subcapítulo foram produzidas a partir de pesquisa documental nos relatórios socioambientais das empresas em estudo, bem como nas publicações sobre as mesmas em diferentes fontes bibliográficas, tendo como cunho principal traçar um breve perfil de cada uma delas, começando-se pela indústria Aker Solutions.

---

[10] A European Commission (2010, p.35) salienta a necessidade de novas parcerias e engajamento das partes interessadas no desenvolvimento e implementação de políticas, enfatizando que este é um tema que levanta importantes questões teóricas, bem como exige novas abordagens para a pesquisa empírica.

1.7.1 Aker Solutions

A Aker Solutions, que iniciou suas atividades na construção naval, atualmente é líder global na prestação de serviços de engenharia e construção, tecnologias, soluções de produtos e de campo para a indústria de petróleo e gás (ABDI, 2011).

De origem norueguesa, a empresa Aker Solutions gera em nível global aproximadamente 27.000 empregos em cerca de 30 países (AKER SOLUTIONS, 2013a, p.4), sendo que no Brasil conta com 1.617 funcionários. Na CIC, a empresa está presente desde 1995.

Em Curitiba, a Aker Solutions emprega em torno de 900 funcionários, número este que pode chegar em 1.200 em 2015, com a implantação da nova fábrica da Aker em São Jose dos Pinhais (JASPER, 2013).

Constituída sob a forma de SA, a Aker Solutions está presente em seis países e está listada na Bolsa de Valores de Oslo, tendo suas ações nas mãos de uma variedade de investidores industriais, institucionais e privados. A receita operacional da Aker Solutions no ano de 2013 foi de 42,9 bilhões de coroas norueguesas (AKER SOLUTIONS, 2013a, p.6).

No Brasil, além da fábrica matriz em Curitiba, onde são produzidos equipamentos e plataformas para prospecção de petróleo e gás, a empresa possui duas filiais, uma em Rio das Ostras (RJ), que presta serviços de manutenção, e outra no Rio de Janeiro, onde são desenvolvidos os negócios da empresa.

Em âmbito global, a Aker Solutions tem seu foco de atuação em iniciativas de RSA bem definidas cujas linhas de atuação foram levantadas pelo diálogo com as partes interessadas, pois a empresa faz um mapeamento a cada três anos das preocupações e expectativas junto a representantes de grupos de *stakeholders*-chave. O foco de atenção das iniciativas de RSA da Aker Solutions se voltam para o apoio ao crescimento local e a criação de competências; proteção dos direitos humanos; implementação da gestão responsável da cadeia de abastecimento; combate à corrupção, redução dos riscos ambientais, melhoria da saúde e segurança do trabalho, e promoção de melhores relações com os empregados (AKER SOLUTION, 2013b, p.10).

No ano de 2013, numa lista de 50 grandes empresas, a Aker Solutions ocupou a 3ª. posição no quesito combate à corrupção e a 6ª. posição, quando levado em

conta todos os quesitos avaliados pela pesquisa Transparência Internacional na Noruega (TRANSPARENCY INTERNATIONAL NORGE, 2013, p.3).

A preocupação com a saúde, segurança e meio ambiente é um dos valores fundamentais da Aker Solutions. Este tem sido os princípios orientadores de seus negócios por anos, impulsionados pela alta gestão (AKER SOLUTIONS, 2013a, p.10).

A Aker Solutions participa de diversos acordos internacionais, entre os quais o Pacto Global das Nações Unidas[11], assumindo o compromisso de assegurar o progresso em sintonia com seus dez princípios, com melhorias contínuas nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, responsabilidade ambiental e combate à corrupção, bem como o UN Global Compact Nordic Network.

A Aker Solutions mantém um diálogo ativo com partes interessadas internas e externas em assuntos relativos às iniciativas de responsabilidade social da empresa para garantir que o trabalho de RSA seja relevante para o seu contexto e atenda às necessidades e expectativas das partes interessadas (AKER SOLUTIONS, 2013b, p.11).

Até o final de 2012, 12.400 funcionários dos escritórios da Aker Solutions haviam participado de 2,5 horas de treinamento para discutir assuntos ligados aos direitos humanos, conflitos de interesse e os riscos de corrupção, além de compartilhar informações sobre os procedimentos e regulamentos para prevenir a conduta antiética nos negócios. Junto com o treinamento, a Aker Solutions desenvolveu campanhas de conscientização para divulgar informações sobre o canal de denúncia, assim como fez revisão do código de conduta da empresa (AKER SOLUTIONS, 2012b).

Objetivando incentivar a formação de uma consciência sobre ética empresarial, em janeiro de 2013 a Aker Solutions aprovou o programa "Aker Solutions para 2013-2017" com foco em ética empresarial.

> A estratégia de Responsabilidade Corporativa para 2013-2017 apela para o desenvolvimento estratégico de longo prazo de fornecedores locais, contratações de pessoal local, a cooperação estratégica com as autoridades locais e instituições de ensino (AKER SOLUTIONS, 2013b, p.29).

---

[11] O Pacto Global da ONU é uma iniciativa política estratégica para empresas que se comprometem a alinhar suas operações e estratégias com dez princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção (GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME, 2012).

Além de ser signatária do Pacto Global da ONU, a Aker Solutions segue as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI) e publica relatórios de responsabilidade corporativa desde 2006, sendo que desde 2010 tais relatórios são publicados em uma base anual.

A Aker Solutions declara em seu relatório socioambiental que o desenvolvimento e a implementação de produtos ambientalmente seguros e serviços que podem ajudar os clientes a resolver os seus riscos e impactos ambientais é um elemento-chave na abordagem de RSA da empresa. Por tal razão lançou no ano de 2013 em nível global, para acesso e participação de todos os colaboradores da empresa, o Portal MyIdea, com o intuito de identificar soluções inteligentes e novas tecnologias a partir das mentes criativas de seus colaboradores (AKER SOLUTIONS, 2013b, p.17).

No ano de 2013 a Aker Solutions conseguiu cumprir a meta proposta em seu relatório socioambiental de 2012, que era reciclar mais de 80% do total dos resíduos que gera, atingindo a proporção de 81% (AKER SOLUTIONS, 2013b, p.25).

A Aker Solutions deixa claro, em seu relatório socioambiental, que a empresa faz a gestão da cadeia de abastecimento, selecionando seus fornecedores e incentivando-os a operar com integridade:

> Aker Solutions tem o compromisso de envolver fornecedores que operam de forma consistente, de acordo com os seus valores, em conformidade com as leis e regulamentos nacionais e atendem aos requisitos da empresa para a saúde e segurança, gestão da qualidade, meio ambiente, ética, anti-corrupção e de responsabilidade social, incluindo os direitos humanos e normas trabalhistas (AKER SOLUTIONS, 2013b, p.26).

A Aker Solutions tem investido frequentemente em programas de pesquisa em colaboração com universidades, por considerar que a proximidade com as operações da empresa é essencial, tornando possível o emprego de conhecimentos e habilidades locais e a interação com a comunidade local (AKER SOLUTIONS, 2013b, p.15).

De acordo com o Portal de informações SUBSEA Brasil (2103, p.1) no ano de 2012 a Aker Solutions firmou um convênio de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) para o desenvolvimento de projetos de pesquisa no setor de óleo e gás, focado em três frentes principais: desenvolvimento tecnológico, treinamentos específicos para a trilha

de carreira técnica da Aker Solutions e a parceria nos programas de iniciação científica, mestrado e doutorado.

1.7.2 Bosch

A fábrica da Bosch Curitiba iniciou suas atividades no ano de 1975, tendo sido instalada provisoriamente em um prédio na Avenida Marechal Floriano. Na Cidade Industrial de Curitiba a Bosch foi inaugurada no ano de 1978, ocupando uma área de 587 mil metros quadrados, dos quais 85 mil são de área construída.

O Grupo Bosch emprega no Brasil cerca de 8.900 colaboradores e registrou, em 2013 um faturamento líquido de R$ 4,4 bilhões com a oferta de produtos e serviços automotivos para montadoras e para o mercado de reposição, ferramentas elétricas, sistemas de segurança, termotecnologia, máquinas de embalagem e tecnologias industriais. As operações do grupo na América Latina empregam cerca de 9.500 colaboradores que contribuíram para gerar um faturamento de R$ 5 bilhões em 2013, incluindo as exportações e vendas das empresas coligadas (BOSCH, 2014a).

De origem alemã, o Grupo Bosch é um líder mundial no fornecimento de tecnologia e serviços. Em 2013, cerca de seus 281.000 colaboradores contribuíram para gerar vendas de 46,1 bilhões de euros. Suas operações são divididas em quatro setores de negócios: tecnologia automotiva, tecnologia industrial, bens de consumo, energia e tecnologia predial. O Grupo Bosch é composto pela Robert Bosch GmbH e suas cerca de 360 subsidiárias e empresas regionais em aproximadamente 50 países. Incluindo os representantes de vendas e serviços, a Bosch está presente em cerca de 150 países (BOSCH, 2014a).

Sob o *slogam* "Tecnologia para a Vida", uma das preocupações centrais da Bosch é fornecer produtos e serviços concebidos para melhorar a qualidade de vida das pessoas por meio de soluções inovadoras e úteis. Em 2013, o Grupo investiu cerca de 4.5 bilhões de euros em pesquisas e desenvolvimento e solicitou o registro de cerca de 5.000 patentes, representando em média 20 patentes por dia (BOSCH, 2014a).

Na Tabela 1 podem-se visualizar alguns dados contábeis da Bosch no período de 2009 a 2013. Nela chama a atenção o volume de empregos gerados pela empresa e seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento, duas questões importantes do ponto de vista social.

Tabela 1 - Dados contábeis da Bosch

Dados conta	2009	2010	2011	2012	2013
Vendas (milhões de euros)	38.174	47.259	51.494	44.703	46.068
Percentual de vendas fora da Alemanha	76	77	77	77	77
Número de funcionários	270.687	283.507	302.519	272.830	281.381
Alocados na Alemanha	111.710	113.557	118.776	108.460	107.285
Alocados fora da Alemanha	158.977	169.950	183.743	164.370	174.096
Investimentos (milhões de euros)	1.892	2.379	3.226	2.714	2.539
Investigação e desenvolvimento(1) (milhões de euros)	3.603	3.810	4.190	4.442	4.543
Resultado após os impostos (milhões de euros)	(1.214)	2.489	1.820	2.304	1.251

FONTE: Bosch (2013, p.1).
(1) Incluindo trabalho de desenvolvimento cobrado diretamente dos clientes.

Fundado em 1886, o Grupo Bosch é uma das maiores fundações industriais da República Federal da Alemanha e conta com uma peculiaridade interessante quanto à sua composição do capital: a Fundação Robert Bosch é proprietária de 92 por cento do capital nominal da Robert Bosch GmbH, gerenciando as propriedades da companhia com base em princípios não lucrativos, e utilizando os fundos recebidos dos lucros para propósitos de benefícios públicos. As áreas patrocinadas pela fundação incluem: saúde, entendimento internacional, trabalho social, educação, ciências, arte e cultura.

Em 1971, foi criada no Brasil a Associação Beneficente Robert Bosch, transformada em Instituto Robert Bosch no ano de 2004. Responsável pela gestão das políticas, diretrizes e recursos dos projetos sociais, ambientais, educativos, de preservação e formação do patrimônio histórico-cultural e médico-hospital, o Instituto Robert Bosch prioriza os projetos focados na melhoria da qualidade de vida das comunidades (INSTITUTO ROBERT BOSCH, 2013a).

Quanto à atuação social da Bosch na Cidade Industrial de Curitiba:

> Desde a sua fundação em Curitiba, em 1978, a Bosch possui políticas sociais e comunitárias. Mas, foi somente a partir de 1999 que a empresa implantou um projeto que envolvia a comunidade interna (Colaboradores), com estímulo ao voluntariado, para implantar projetos na região ao redor da fábrica (FRIEBE; MARTINS, 2007, p.161).

A Bosch elegeu a Educação como foco principal de sua atuação, promovendo a cidadania, inserção social, geração de renda e o resgate da autoestima. Ademais, estimula o engajamento dos colaboradores Bosch em atividades voluntárias (INSTITUTO ROBERT BOSCH, 2013b).

Um dos mais sólidos programas de RSA desenvolvidos pela Bosch, unidade Curitiba junto à Comunidade do CIC, mais especificamente voltado para as vilas Verde e Barigui é o Programa Peça por Peça.

Fundamentado no relatório Jacques Delors[12] e idealizado pelo Instituto Robert Bosch, o Peça por Peça é a principal ação desenvolvida em Curitiba/PR pela Bosch e teve início no ano de 2000. É focado na educação continuada e planejada e no desenvolvimento social sustentável de comunidades em situação de vulnerabilidade social (INSTITUTO ROBERT BOSCH, 2013c).

Segundo o Instituto Robert Bosch, o Programa identifica as principais carências da comunidade e, a partir daí, define prioridades, áreas de atuação, recursos necessários e instituições a serem envolvidas.

O Programa Peça por Peça tem as seguintes premissas: a escola como principal referência para o desenvolvimento social; a educação de forma continuada e planejada; o envolvimento dos colaboradores da empresa como voluntários; e a avaliação dos resultados (INSTITUTO ROBERT BOSCH, 2013c).

O programa de voluntariado "Somos Herdeiros das Nossas Ações" está casado ao projeto Peça por Peça em Curitiba. Criado em 2000, este projeto atende à comunidade da Vila Verde, por meio de ações de melhoria contínua. Várias ações foram implantadas desde o início do projeto que continua em andamento. Entre elas: mapeamento das doenças e trabalho conjunto com a escola para prevenção delas; organização de cooperativas de panificação e costura; valorização do papel da escola como polo formador da comunidade; recuperação de espaços públicos e até mesmo a construção e doação de um teatro com capacidade para 250 pessoas (BOSCH, 2014b).

No Quadro 2 é possível visualizar as Peças e os Projetos em desenvolvimento no Programa Peça por Peça na Cidade Industrial de Curitiba, cobrindo as áreas propostas pelo projeto, sempre tendo como foco a educação.

---

[12] Relatório de iniciativa da UNESCO, elaborado por uma comissão internacional de educadores com o objetivo de estabelecer bases para estratégias educacionais capazes de propiciar vida digna para todos (INSTITUTO ROBERT BOSCH, 2013b).

Quadro 2 - As peças e os projetos do programa Peça por Peça do Instituto Robert Bosch na comunidade da Cidade Industrial de Curitiba - 2013

Área	Peça-Projeto
Educação pela cultura	Preparando Pequenos Leitores para o Futuro; Jogar, Brincar e Aprender; Fazendo Arte; Ler, Jogar e Brincar... É só começar; Culturarte; Ciranda Cultural; Musicando; Facoreco; Cantos e Encantos; Arte e Cultura e Educando com Arte
Educação social e profissionalizante para jovens e adolescentes	Jovens em Ação; Oficina Profissionalizante Vila Verde
Educação pelo esporte e lazer	Programa Atleta do Futuro HAPKIDO - Construindo Atletas para a Vida; Judô - Lutando por um Mundo Melhor Projeto Tênis; Energia para Vida
Educação pela saúde e meio ambiente	Verde que te Quero Verde; Viver com Saúde; Trilhando o Futuro; CMEI e Família; Saber Adolescer; Ser Sustentável é Ter Saúde
Educação pela comunicação	Viajando pelas Ondas da Comunicação Falada e Escrita
Educação pelo ensino	Paz na Escola: Ações Educativas Despertando Valores e Atitudes; O Uso do Jogo na Alfabetização Como Estratégia Didática; Identidade Cultural; Encontro de Educadores Sociais
Educação pela geração de renda	Mulheres em Ação Cooperativa das Costureiras da Vila Verde
Voluntários	Voluntários em Ação; Mutirão Voluntário

Fonte: Informações fornecidas diretamente pelo Instituto Robert Bosch Curitiba.

O Programa Peça por Peça é desenvolvido em cooperação com diversas instituições, entre as quais, o SESI, a Prefeitura Municipal de Curitiba, o Instituto Arayara, o Instituto Tibagi, o Instituto Mundo Melhor e Instituições de ensino e conta também com várias parcerias com equipamentos sociais, tais como Escolas Municipais e CMEIs (Pré-escola), U.E. Integral, Unidade de Saúde Municipal e AFRB (Associação dos Funcionários da Robert Bosch Ltda.).

De acordo com Fares (2002, p.48), a fase inicial do projeto Peça por Peça é identificar, por meio de pesquisa, os principais problemas, as carências e os estigmas sociais da comunidade. A partir desse levantamento, são definidos as prioridades, as áreas de ação, os recursos necessários e as instituições e entidades a serem envolvidas. De acordo com o autor, o Projeto Peça por Peça caracteriza-se, portanto, por sua flexibilidade, foco em resultados, valorização do papel da educação e estímulo ao trabalho cooperativo entre empresas, instituições públicas e comunidade.

No Quadro 3 visualiza-se as ações desenvolvidas pelo Instituto Robert Bosch em Curitiba por meio do Programa Peça por Peça nas Vilas Verde e Barigui. Nele pode-se observar os projetos que estão sendo realizados, onde estão sendo desenvolvidos, o volume de recursos investidos, o público atendido em cada projeto, a duração e os parceiros envolvidos.

Quadro 3 - Ações do Instituto Robert Bosch em Curitiba – 2013 – programa Peça por Peça (realizados com os parceiros)

Vila Verde								
Local de Realização	**Projeto**	**Investimento INRB**	**Peça Inserida**	**Macro Indicador**	**Publico Especifico INRB**	**Publico Geral**	**Duração**	**Parceiro**
CMEI VILA VERDE I	Preparando Pequenos Leitores para o Futuro	R$ 4.029,00	Educação pela Cultura	Cultura e Lazer	140	140 Crianças	01 ano	SME e SESI
	Jogar, Brincar e Aprender!	R$ 5.289,00	Educação pela Cultura	Cultura e Lazer	140	140 Crianças	01 ano	SME e SESI
E. M. PROF.ª AMÉRICA DA COSTA SABÓIA/UEI I	Paz na Escola : Ações Educativas Despertando Valores e Atitudes	R$ 4.559,00	Educação pelo Ensino	Valores e desenvolvimento Participação, Envolvimento e Cidadania	150	150 Crianças	01 ano	SME e SESI
CMEI PRÉ - ESCOLA VILA VERDE II	Fazendo Arte	R$ 12.766,00	Educação pela Cultura	Participação, Envolvimento e Cidadania Cultura e Lazer Inclusão da Criança e do adolescente Valores e Desenvolvimento Melo Ambiente	257	257 Crianças	01 ano	SME e SESI
	Verde que te Quero Verde	R$ 6.207,00	Educação pela Saúde e Melo Ambiente	Participação, Envolvimento e Cidadania Valores e Desenvolvimento Melo Ambiente Saúde Basica	257	257 Crianças	01 ano	SME e SESI
UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE VILA VERDE	Viver com Saúde	R$ 9.304,00	Educação pela saúde e Melo ambiente	Saúde Basica	100	100 Adultos e 3ª idade	01 ano	SMS e SESI
E.M. POETA JOÃO CABRAL DE MELO NETO	Viajando pelas Ondas da Comunicação Falada e Escrita	R$ 10.941,00	Comunicação	Participação, Envolvimento e Cidadania	389	389 Crianças	01 ano	SME e SESI
	Ler, Jogar e Brincar... É só começar	R$ 4.227,00	Educação pela Cultura	Participação, Envolvimento e Cidadania	60	60 Crianças	01 ano	SME e SESI
E.M JOÃO CABRAL, E.M AMERICA SABÓIA E COLÉGIO E. ZANINELLI	Atleta do Futuro - PAF	R$ 0,00	Educação pelo Esporte e Lazer	Valores e Desenvolvimento	120	120 Crianças e Jovens	Permanente	AFRB e SESI
7	9	R$ 57.322,00			1.613	1.613 Atendimentos		
TOTAL DE PESSOAS BENEFICIADAS DIRETAMENTE - INSCRITAS NOS PROJETOS					1.156			
Vila Barigui								
Local de Realização	**Projeto**	**Investimento INRB**	**Peça Inserida**		**Publico Especifico INRB**	**Publico Geral**	**Duração**	**Parceiros**
CMEI NOVA BARIGUI	Trilhando o Futuro	R$ 8.211,00	Educação pela Saúde e Melo Ambiente	Valores e Desenvolvimento Participação, Envolvimento e Cidadania	130	130 Crianças	01 ano	SME e SESI
	Culturarte	R$ 7.226,00	Educação pela Cultura	Cultura e Lazer	130	130 Crianças	01 ano	SME e SESI

Vila Barigui								
Local de Realização	Projeto	Investimento INRB	Peça Inserida		Publico Especifico INRB	Publico Geral	Duração	Parceiros
E.M. PROF. DARIO PERSIANO DE CASTRO VELLOZO	O uso do jogo na alfabetização como estratégia didática	R$ 8.392,00	Educação pelo Ensino	Participação, Envolvimento e Cidadania	300	300 Crianças	01 Ano	SME e SESI
	HAPKIDO: Construindo atletas para a Vida	R$ 5.629,00	Educação pelo Esporte e Lazer	Valores e Desenvolvimento	80	80 Crianças	01 ano	SME e SESI
	CIRANDA CULTURAL	R$ 5.290,00	Educação pela Cultura	Cultura e Lazer	670	670 Crianças	01 ano	SME e SESI
E. M. PRÓ - MORAR	Identidade Cultural	R$ 5.835,00	Educação pelo Ensino	Participação, Envolvimento e Cidadania	50	670 Crianças	01 ano	SME e SESI
	Musicando	R$ 11.476,00	Educação pela Cultura	Cultura e Lazer Inclusão da Criança e do Adolescente	210	210 Crianças	01 ano	SME e SESI
	Facoreco	R$ 6.208,00	Educação pela Cultura	Participação, Envolvimento e Cidadania Cultura e Lazer	130	130 Crianças	01 ano	SME e SESI
UNIDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL PRO MORAR BARIGUI	Cantos e Encantos	R$ 9.830,00	Educação pela Cultura	Valores e Desenvolvimento	150	150 Crianças	01 ano	SME e SESI
CMEI BARIGUI	CMEI E FAMÍLIA	R$ 9.904,00	Educação pela Saúde e Melo Ambiente	Participação, Envolvimento e Cidadania	130	130 Crianças	01 ano	SME e SESI
CMEI BARIGUI I	Arte e Cultura	R$ 8.182,00	Educação pela Cultura	Cultura e Lazer	130	130 Crianças	01 ano	SME e SESI
UNIDADE DE SAÚDE BARIGUI	Saber Adolescer	R$ 7.800,00	Educação pela Saúde e Melo Ambiente	Participação, Envolvimento e Cidadania Cultura e Lazer Saúde Básica Inclusão da Criança e do Adolescente Valores e Desenvolvimento Melo Ambiente	500	500 Adolescentes	01 ano	SMS
CMEI HUGO PERETTI	Ser sustentavel é ter Saúde	R$ 6.287,00	Educação pela Saúde e Melo Ambiente	Participação, Envolvimento e Cidadania Saúde Básica Inclusão da Criança e do Adolescente Valores e Desenvolvimento Melo Ambiente	260	260 Crianças	01 ano	SMS
6	13	R$ 100.270,00			2.870	3.490 Atendimentos		
Total Vila Verde + Vila Barigui		R$ 157.592,00						
TOTAL DE PESSOAS BENEFICIADAS DIRETAMENTE - INSCRITAS NOS PROJETOS					2.210			

Vila Barigui								
Local de Realização	Projeto	Investimento INRB	Peça Inserida		Publico Especifico INRB	Publico Geral	Duração	Parceiros
Local de Realização	Projeto	Investimento INRB	Peça Inserida		Publico Especifico INRB	Publico Geral	Duração	Parceiros
Igreja Nossa Sra. Fátima e Colégio SESI	Jovens em Ação	R$ 166.000,00	Educação Social e Profissionalizante para Adolescentes	Valores e Desenvolvimento Inclusão da Criança e do Adolescente	44	45 Adolescentes	03 anos	SESI, Colégio Sesi, Primavera Alemanha
Oficina Profissionalizante Vila Verde	Profissionalizante e Aprendizagem Vila Verde	R$ 25.000,00	Educação Social e Profissionalizante para Adolescentes	Inclusão da Criança e do Adolescente	400	600 Jovens e Adultos (por ano)	Permanente	SENAI, SESI, CNH, TIBAGI, FAZ, IMM
CRAS BARIGUI	Mulheres em Ação	R$ 9.000,00	Educação pela Geração de Renda	Geração de Renda	20	20 Adultos	01 ano	CRAS, Programa comunidade Escola, ABBA, Diretriz
Bosch	Voluntários em Ação	R$ 9.000,00	Voluntários	Participação, Envolvimento e Cidadania	150	347 Colaboradores Bosch	Permanente	BOSCH
Vila Barigui	III Mutirão Voluntário	R$ 9.000,00	Voluntários	Participação, Envolvimento e Cidadania	400	2.500 crianças e adultos	02 dias	* Diversas Parcerias
3	5	R$ 217.000,00			1.014	3.512 Atendimentos		
TOTAL DE PESSOAS BENEFICIADAS DIRETAMENTE - INSCRITAS NOS PROJETOS					614			

Instituições Apoiadas - INRB								
Local de realização	Projeto	Investimento INRB	Peça Inserida		Publico Especifico INRB	Publico Geral	Duração	Parceiros
Coopercostura	Cooperativa das Costureiras da Vila Verde	R$ 0,00	Educação pela Geração de Renda	Geração de Renda	16	15 Adultos	Permanente	DRS-Banco Brasil e FBB
Vida e Promoção Social	Educando com Arte III	R$ 12.000,00	Educação pela Cultura		50	05 mil Crianças e jovens	01 ano	PMC, Governo do Estado Pr
Apoio Infraestrutura dos equipamentos	Escolas e ONGs das Comunidade Vila Verde e Barigui	R$ 6.000,00	Parceiros		Todos	Todos	01 ano	Vida e Promoção Social, SME
6	2	R$ 18.000,00			66	5.015		
TOTAL DE PESSOAS BENEFICIADAS DIRETAMENTE - INSCRITAS NOS PROJETOS					66			

Projetos apoiados com recursos de outras fontes (parceiros e leis de Incentivos)								
Local de Realização	Projeto	Investimento	Peça Inserida		Publico Especifico INRB	Publico Geral	Duração	Parceiros
Oficina Profissionalizante Vila Verde	Aprendizagem em Administração com ênfase em produção Industrial	R$ 75.000,00	Educação Social e Profissionalizante para Jovens e Adolescentes	Inclusão da criança e do adolescente	23	25 Jovens	02 anos	SENAI, Instituto Tibagi e Bosch
	Aprendizagem em Eletroeletrônica	R$ 46.000,00			26	25 Jovens	02 anos	SENAI, Instituto Tibagi e Bosch
E. M America da Costa Sabóla	Judô - Lutando por um Mundo melhor	R$ 23.000,00	Educação pelo Esporte e Lazer	Valores e Desenvolvimento	80	80 Crianças	01 ano	Associação Franciscana Bom Jesus
E. M America da Costa Sabóla e E.M Pro Morar Barigui	Projeto Tênis - Energia para Vida	R$ 0,00	Educação pelo Esporte e Lazer	Valores e Desenvolvimento	40	40 Crianças	01 ano	Bosch e Academia Tenis Mais
Todos os equipamentos do PpP	Regina Vogue "Algum Pontinho no Caminho Entre o Céu e A Terra"	R$ 79.980,00	Educação pela Cultura	Cultura e Lazer	Todas as escolas	Todas as escolas	06 meses	Filhos da Lua Teatro de Bonecos e CIA dos Palhaços
Todos os equipamentos do PpP	Cia do Palhaço "El Atolandrado	R$ 69.892,13	Educação pela Cultura	Cultura e Lazer	Todas as escolas	Todas as escolas	06 meses	Palco Produções Artísticas e FCC
4	5	R$ 293.872,13			170	170		

Vila Barigui								
Local de Realização	Projeto	Investimento INRB	Peça Inserida		Publico Especifico INRB	Publico Geral	Duração	Parceiros
TOTAL DE PESSOAS BENEFICIADAS DIRETAMENTE - INSCRITAS NOS PROJETOS					169			

TOTAL GERAL DE PESSOAS BENEFICIADAS DIRETAMENTE - INSCRITAS NOS PROJETOS		4.215

LEGENDA:

AFRB	Associação dos Funcionários da Robert Bosch
BB	Banco do Brasil
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
COMTIBA	Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
DRS-BB	Desenvolvimento Regional Sustentável Banco do Brasil
FAZ	Fundação de Ação Social
FBB	Fundação Banco do Brasil
FCC	Fundação Cultural de Curitiba
FIA	Fundo da Infância e Adolescência
PAF	Projeto Atleta do Futuro
PMC	Prefeitura Municipal de Curitiba
PpP	Programa Peça por Peça
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Industria
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
UMS	Unidade Municipal de Saúde

Fonte: Planilha original fornecida diretamente pelo Instituto Robert Bosch.

Na Tabela 2 pode-se verificar a evolução das iniciativas do Instituto Robert Bosch em Curitiba. Constata-se que o número de pessoas beneficiadas pelos projetos do Instituto veio crescendo ao longo do tempo, mantendo-se estável apenas de 2012 para 2013.

Tabela 2 - Evolução das ações do Instituto Nacional Robert Bosch em Curitiba

Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total de ações em Curitiba	22	21	21	26	38	34
Total de projetos no Peça por Peça	21	20	20	23	29	26
Ações voluntárias	9	17	33	62	78	
N.º pessoas beneficiadas - projetos do INRB	2.800	3.100	3.300	3.600	4.200	4.200
N.º de atendimentos - projetos do INRB	3.180	3.340	3.700	4.680	9.100	9.000
Investimento INRB (R$)	313.125	402.333	345.617	621.326	550.000	631.000

Fonte: Dados fornecidos diretamente pelo Instituto Robert Bosch.
Nota: O número de ações voluntárias no ano de 2013 não consta na tabela original.

Na Tabela 3 observa-se a origem dos investimentos das iniciativas do Instituto Robert Bosch em Curitiba. Verifica-se que a maior parte dos recursos investidos no período de 2009 a 2012 é oriunda de recursos próprios do Instituto Robert Bosch, vindo em seguida recursos advindos de parcerias com outras instituições. O volume de recursos advindos de incentivos fiscais, se somados os diferentes incentivos, apenas no ano de 2012 supera, de modo modesto, os recursos advindos de parcerias com outras empresas, entretanto, mostra-se ainda muito aquém dos investimentos oriundos de recursos próprios do Instituto Robert Bosch, o que denota a importância do trabalho desenvolvido pela empresa no âmbito socioambiental.

Tabela 3 - Origem dos investimentos feitos pelo Instituto Nacional Robert Bosch em iniciativas de responsabilidade socioambiental em Curitiba

Origem	Investimentos (R$)				
	2008	2009	2010	2011	2012
INRB	313.125,73	402.333,92	345.617,76	621.326,08	550.000,00
IR Esporte	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
IR FCMA	0,00	35.000,00	80.000,00	94.000,00	87.538,91
IPTU	0,00	0,00	0,00	135.437,75	140.023,84
Parceiros	0,00	328.880,00	350.408,00	292.009,00	327.955,00

Fonte: Dados fornecidos diretamente pelo Instituo Robert Bosch Curitiba.

Na área ambiental, a Bosch implantou na década de 1990, o projeto SEGA – Sistema da Ecogestão e Auditoria. Ele visa ao gerenciamento de questões ambientais, a conscientização e a sensibilização dos funcionários, familiares, fornecedores e comunidade sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, entre outros, sendo que, para a empresa, o desenvolvimento desse programa é um fator básico

de sucesso econômico e social (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2013). A partir de 2003 a Bosch obteve e vem mantendo a Certificação Ambiental conforme norma ISO 14001.

A Empresa Robert Bosch, por intermédio do Instituto Robert Bosch, tem sido parceira do SESI/Paraná no desenvolvimento de uma tecnologia social com o objetivo de associar, ao currículo dos alunos do Ensino Médio, uma série de atividades que reforcem o compromisso do aluno com a comunidade em que vive e, ao mesmo tempo, estimulem sua capacidade criativa de buscar soluções para o ambiente de trabalho (SESI/PR, 2011, p.6).

Em decorrência dessa parceria, no ano de 2009 foi publicado o Edital SESI SENAI INOVAÇÃO, possibilitando a apresentação de projetos desenvolvidos em parceria com a indústria e dirigidos à inovação social, sendo aprovado o projeto "A Relação Escola/Indústria/Comunidade na Ressignificação do Currículo do Ensino Médio Regular para a Formação do Futuro Trabalhador da Indústria", o qual vem sendo desenvolvido pelo SESI/PR em conjunto com a Bosch/Curitiba (SESI/PR, 2011).[1] Este projeto é desenvolvido em parceria com escolas públicas de duas comunidades da cidade de Curitiba – Vila Verde e Vila Barigui – e beneficia adolescentes do Ensino Médio que, na maioria das vezes, não têm opções de atividades no período de contraturno, permanecendo fora do âmbito educacional nesse período, ficando expostas a situações de risco.

Dentre as iniciativas da Robert Bosch, abordaram-se aqui as mais significativas destacas pela empresa em suas publicações e relatórios socioambientais,

1.7.3 Denso

A Denso faz parte do grupo Toyota, um dos maiores conglomerados do Japão. A empresa iniciou suas atividades no Brasil em 1980, com a construção da unidade fabril em Curitiba. É uma empresa de capital privado. Operando em 32 países e contando com mais de 119.000 colaboradores, a Denso é uma indústria de alta tecnologia que fornece sistemas e componentes para grandes montadoras do setor automotivo em âmbito mundial.

---

[1] Nesta publicação podem-se encontrar detalhes de vários projetos desenvolvidos pelo SESI/PR em cooperação com a indústria Robert Bosch.

A Denso conta com quatro fábricas no Brasil, com sede nas cidades de Santa Bárbara d'Oeste (SP), Betim (MG), Manaus (AM) e Curitiba (PR), a primeira planta da companhia no Brasil, instalada em 1980, que produz cerca de 3,3 milhões de componentes por ano, entre condensadores, evaporadores, radiadores e compressores (AUTOMOTIVEBUSINESS, 2012).

Sob o lema "Segurança e qualidade em primeiro lugar", a Denso veio empenhando esforços no sentido de cumprir sua RSA, conquistando as seguintes certificações: ISO 9001, ISO 14001, ISO TS 16949 e OHSAS 18001.

No Quadro 4 podem ser visualizadas as iniciativas de RSA empreendidas pela Denso do Brasil por meio do programa Ecovision 2015.

Quadro 4 - Iniciativas de responsabilidade socioambiental da Denso do Brasil - Programa Ecovision - 2015

Iniciativa	Descrição
Eco Management	Fortalecimento do gerenciamento ambiental e cumprimento das diretrizes da sua política ambiental incentivando toda a cadeia de fornecedores, colaboradores e demais envolvidos a adotarem práticas sustentáveis.
Eco Product	Comprometimento em oferecer para a sociedade produtos sustentáveis de alta qualidade, procurando continuamente reduzir os impactos ambientais em toda fase do ciclo de vida do produto, desde o seu desenvolvimento até a sua eliminação.Através do reforço da parceria ambiental com os seus fornecedores, busca reduzir o impacto ambiental da cadeia de suprimento.
Eco Factory	Atividades sistematizadas com a participação de todas as áreas da empresa, aprimoramento constante do seu desempenho ambiental. Este comprometimento pode ser percebido através dos Programas de Gestão Ambiental implementados anualmente na organização e também através dos programas corporativos.
Eco Friendly	Conscientização dos colaboradores e da comunidade sobre como a preservação do meio ambiente é responsabilidade de todos. O objetivo da DENSO é prevenir a poluição, preservar o meio ambiente e contribuir para um mundo mais sustentável.

Fonte: Adaptado de GlobalDenso (2013).

Com foco no público interno, a Denso investe em vários projetos orientados para a valorização do ser humano, como cidadão e profissional. Exemplo disso são os seguintes programas: Programa de Prevenção Dependência Química; o Programa de Prevenção ao Tabaco; o Programa Nutricional; a Semana da Saúde; o Programa de Acompanhamento de Afastados; e Ginástica Laboral (DENSO, 2011).

Quanto às iniciativas de RSA voltadas para a comunidade, a Denso Curitiba em parceria com seus colaboradores, desenvolve as seguintes iniciativas: Jovem Aprendiz, inclusão de Pessoas com Deficiência, Grupo de Voluntariado, Programa de Apoio Cultural e o Programa de Apoio e Patrocínio FIA – Fundação para Infância e Adolescência (DENSO, 2012).

A gestão ambiental está presente em todas as fábricas da Denso, a qual veio desde 1950 incorporando em seus processos iniciativas destinadas à preservação do meio ambiente e, de modo mais incisivo, a partir de 1960 a Denso afirmou que os princípios fundamentais que sustentam a suas operações são: a observância das normas ambientais das respectivas regiões em que atua, dando a devida atenção às comunidades locais (GLOBAL DENSO, 2013).

1.7.4 Furukawa

Outra indústria que fez parte deste estudo é a Furukawa Industrial S.A. Fundada no Japão no ano de 1884 e vindo para o Brasil no ano de 1974, o Grupo Furukawa atua nos principais mercados mundiais com tecnologias de última geração para soluções em fibras ópticas, estando presente nos segmentos de telecomunicações, eletrônica, sistemas automotivos, energia, metais e serviços.

A Furukawa Industrial S.A, unidade CIC é reconhecida dentro do Grupo como Centro de Excelência para a América Latina na fabricação de cabos ópticos e metálicos, trabalhando exclusivamente com telecomunicações e TI. A fabrica conta no ano de julho de 2013 com 608 funcionários, dos quais segundo estimativa da empresa, 30% residem na Cidade Industrial de Curitiba.[2]

A Furukawa CIC atua fortemente em exportação, operando sobretudo, na América do Norte, África, Ásia, Europa e América Latina. Em termos corporativos, a Furukawa assenta suas ações sob a filosofia Mottainai[3], que significa viver em total harmonia com o meio ambiente. Para tal, a empresa tem efetuado algumas iniciativas socioambientais com vistas ao desenvolvimento sustentável, procurando envolver colaboradores, comunidade e parceiros. Entre as iniciativas empreendidas pela empresa estão: o programa *Green it*; a proposição dos seis desafios para um futuro melhor; a elaboração da cartilha do Meio Ambiente, o Projeto Formando Crianças para o Futuro (comunidade do entorno), além dos investimentos socioambientais efetuados pela empresa, via leis de incentivos fiscais.

---

2 Informações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos da Furukawa, unidade CIC.

3 De acordo com Takaki (2011, p.1): "A aplicação do termo mottainai simboliza o respeito pela essência das coisas, não apenas em relação à causa ambiental, mas também elevando a consideração pelos direitos humanos e a paz mundial. Promover a ideia contra o desperdício por meio desse conceito agrega a questão do significado ético do consumo, da finitude e do respeito".

Operacionalizado desde 1997, o Programa *Green it*, de acordo com a Furukawa (2013a), se trata de uma solução sustentável que tem o objetivo de racionalizar a utilização de recursos não-renováveis com o tratamento de resíduos provenientes do descarte de produtos de cabeamento estruturado. Segundo a empresa, o destino do PVC contido nos cabos pode ser o lixo comum ou a queima. Na queima, o PVC libera danosas quantidades de Cromo (Cr), Cloro (Cl), Ácido clorídrico (HCl), Chumbo (Pb), Cádmio (Cd) e Dióxidos. Segundo a empresa, 40% do chumbo e 50% do cromo vão para a atmosfera e o resto é depositado no solo. São elementos extremamente tóxicos e cancerígenos. Podem causar deformações genéticas, alergias, problemas respiratórios, desmineralização dos ossos e irritações em olhos e mucosas.

Dentro desse projeto, que se constitui um projeto de logística reversa, a Furukawa alerta sobre a importância da responsabilidade compartilhada da sociedade, pois cada um têm uma responsabilidade específica dentro das etapas do ciclo de vida do produto. A responsabilidade do fabricante é a de destinar corretamente os resíduos gerados em todo o processo de manufatura e também o descarte de seu produto após o uso; e, a da sociedade deve partir do próprio usuário, pós-consumo, que ao levar o produto ao local de coleta do fabricante ou utilizar as ferramentas propostas por ele, contribui ativamente para o melhor destino dos recursos e com a sustentabilidade.

Vale destacar que o pagamento dos fretes (tanto na retirada dos cabos sucateados como na remessa de cabos novos) e a emissão do certificado de participação no final do programa são de responsabilidade da Furukawa, bem como o envio de embalagem própria para o transporte dos resíduos. Para incentivar a adesão ao programa, a Furukawa subsidia seus integradores com incentivos comerciais para fomentar o *Green it*.

A Furukawa (2013b) aponta seis desafios para um futuro melhor: escolher um estilo de vida ecologicamente correto; utilizar a energia elétrica de forma inteligente e eficiente; usar racionalmente os recursos naturais; gerenciar e controlar os resíduos; na escola também é possível proteger o Meio Ambiente; apoiar as ações de redução de CO_2 e prevenção do aquecimento global.

Outra iniciativa da Furukawa no âmbito socioambiental é a produção da cartilha Dicas para um mundo melhor – cartilha do meio ambiente. Esta cartilha foi produzida pela empresa numa linguagem simples, com o intuito de conscientizar o

ser humano acerca da importância da adoção de atitudes sustentáveis no dia a dia. O material remete à ideia de que o cuidado da sociedade com o presente influencia na qualidade do seu futuro.

A Cartilha traz dicas básicas de pequenos gestos que a sociedade pode adotar na vida diária: no trabalho, em casa, na comunidade, em associações de bairro, em projetos sociais ou em ações com parentes e amigos (FURUKAWA, 2013c).

Quanto ao Programa Formando Crianças para o Futuro, trata-se de um programa desenvolvido de modo contínuo pela Furukawa junto à Comunidade do Tatuquara – Vila Terra Santa e Moradias Laguna, com investimento de R$ 35.000,00/ano. O projeto é desenvolvido dentro das dependências da empresa e atende a crianças e adolescentes de 9 a 18 anos que moram nas comunidades assistidas, contando com a parceria das seguintes instituições: Uniodonto, RISA, SESI, Instituto Salesiano, AR Moraes transportes, Microlins e Rimatur.[4]

O Programa de Responsabilidade Social da empresa Furukawa Industrial, denominado Formando Crianças para o Futuro, é realizado desde 2004 de forma sustentável. Inicialmente este projeto era desenvolvido em uma única fase, entretanto, sentiu-se a necessidade de dar continuidade de formação às crianças que tinham participado da primeira fase e o projeto foi ampliado para duas fases e, posteriormente, para três fases, atingindo no ano de 2013 um total de 100 crianças e adolescentes. No Quadro 5 encontra-se um breve resumo das atividades desenvolvidas em cada uma das fases do projeto.

Quadro 5 - Fases do programa Formando Crianças para o Futuro da empresa Furukawa - 2013

Fase	Descrição
1	É realizada com 20 crianças de 9 a 10 anos que estudam nas escolas municipais Margarida Orso Dalagassa e Leonel Brizola, realizam atividades de reforço escolar, esportivas, culturais, lazer, meio ambiente. Carga horária anual: 312 horas
2	São crianças que já participaram da fase anterior com idades entre 10 a 14 anos, são desenvolvidas atividades de valores e virtudes, artesanato e esporte, além de oficinas de teatro. Carga horária anual: 105 horas.
3	Acontece quando estes jovens completam 14 anos. Estes adolescentes são encaminhados para o seu primeiro emprego como aprendizes através do Instituto Salesiano de Assistência Social, e ganham bolsas de estudos para cursar o Ensino Médio e o técnico no Colégio SESI/SENAI. A Furukawa conta no ano de 2013 com 12 jovens ex-participantes do seu programa social atuando como aprendizes, além de já ter encaminhado mais de 50 jovens para iniciarem como aprendizes em outras grandes empresas.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações fornecidas pelo departamento de responsabilidade socioambiental da empresa.

[4] Informações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos da Furukawa, unidade CIC.

A Furukawa financia diversos projetos socioambientais utilizando-se dos fundos de incentivo do governo, entre os quais[5]:

- Incentivo cultural do IPTU: a empresa financia projetos culturais com este recurso desde 2006. O investimento no ano de 2013 alocado por meio deste incentivo foi de R$ 5.000.000,00.
- Lei Rouanet: a empresa financia projetos com este recurso desde 2006 e no ano de 2013 este recurso está sendo canalizado para o Hospital Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. O investimento no ano de 2013 alocado por meio deste incentivo foi de R$ 2.500.000,00.
- Imposto de renda: A empresa se utiliza desse incentivo desde 2010, financiando projetos de hospitais e instituições de ensino. O investimento no ano de 2013 alocado por meio deste incentivo foi de R$ 6.000.000,00.

1.7.5 Volvo

A Volvo é uma empresa de origem sueca fundada em 1927 por Gustaf Larson e Assar Gabrielsson. Na concepção de seus fundadores "Veículos são feitos para transportar pessoas. Por isso, o princípio básico para todo o trabalho, do desenvolvimento à produção, deve ser sempre a segurança". Parece que no fundamento desta frase está um indício de que, desde sua fundação, a Volvo trazia implícita a preocupação com a sociedade. O que talvez não imaginassem seus fundadores naquela época é que o Grupo Volvo cresceria da forma como cresceu, levando as empresas do grupo a efetivamente terem de repensar sua atuação dentro de um escopo bem maior de propósitos em termos de sustentabilidade que a busca da segurança.

O Grupo Volvo emprega cerca de 115 mil pessoas; tem instalações de produção em 18 países; e vendas de produtos em mais de 190 países (VOLVO, 2013a). Na cidade Industrial de Curitiba, a Volvo foi instalada no ano de 1977 e possui uma planta de 1,3 milhão m^2 de área total e 127,5 mil m^2 de área construída, contando em agosto de 2013 com 4.000 funcionários, dos quais 651 residem na Cidade Industrial de Curitiba. O Grupo Volvo conta com um faturamento bruto anual de R$ 4,4 bilhões no ano de 2012, incluindo a Volvo Brasil.[6]

---

5 Informações fornecidas pelo departamento de responsabilidade socioambiental da empresa.
6 Informações levantadas junto ao RH Serviços da Volvo do Brasil, unidade CIC.

Na unidade Volvo Curitiba são produzidos os chassis de ônibus, caminhões pesados e semipesados da marca. A estrutura fabril conta ainda com a produção de cabines, motores e blocos de motores e um Centro Global de Distribuição de Peças, responsável pela distribuição de peças de reposição e componentes para todos os produtos da marca na América do Sul. Além das operações fabris, a unidade é também a sede administrativa da Volvo Construction Equipment Latin America, da Volvo Bus Latin America e da Volvo Penta. Em Curitiba também está sediada ainda a Volvo Financial Services, responsável pelas áreas de financiamento, consórcio, *leasing* e seguros da empresa (VOLVO, 2013b).

O Grupo Volvo é signatário do Pacto Global *(Global Compact)* criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para disseminar princípios relacionados a quatro áreas: Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Proteção Ambiental e Anticorrupção (VOLVO, 2013b).

O Código de Conduta, criado em 2003 e distribuído a todos os funcionários, os Valores Corporativos (Qualidade, Segurança e Respeito ao Meio Ambiente) e o *The* Volvo *Way* – o documento que abrange a filosofia e a cultura da organização – constituem os pilares da Política de Sustentabilidade do Grupo Volvo (VOLVO, 2013b).

A Volvo Brasil desenvolve uma ampla gama de iniciativas socioambientais, que vão desde projetos pontuais sob a forma de patrocínio, apoio e doações utilizando de recursos próprios, e, por vezes, de incentivos do governo, até iniciativas de RSA consolidadas, cujos projetos contemplam um horizonte de longo prazo. Exemplo disso são os projetos: Fundação Solidariedade, Centro Volvo Ambiental; Projeto Capoeira e Cidadania e o Programa Volvo de Segurança no Trânsito, sendo que todos estes projetos são desenvolvidos de forma sustentável, com vistas a uma transformação da sociedade, dentro dos objetivos a que se propõem.

Uma síntese da operacionalização desses projetos pode ser visualizada no Quadro 6, sendo que posteriormente será efetuada uma breve abordagem de cada um deles, no intuito de compreender um pouco sua dinâmica de funcionamento.

Quadro 6 - Principais iniciativas de responsabilidade socioambiental da Volvo - unidade Cidade Industrial

Projeto	Investimento em R$/ano	Local	Público-alvo	Resumo do Projeto
Fundação Solidariedade	1.000.000	Curitiba e Campo Magro	Crianças e adolescentes em situação de risco social.	O projeto existe há 24 anos. Abriga crianças e adolescentes encaminhados pelo Ministério Público.
Centro Volvo Ambiental	600.000,00	Curitiba	Crianças, adolescentes e adultos	Projeto cultural que tem como principal objetivo tratar o tema educação ambiental por meio de teatro, música e oficinas de artesanato.
Programa Volvo de Segurança no Trânsito	450.000,00	Nacional	Motorista profissional, imprensa, cliente, funcionários	Criado em 1987, o Programa Volvo de Segurança no Trânsito é hoje uma referência nacional na discussão e mobilização da sociedade brasileira nas questões de trânsito. O PVST estimula a apresentação de projetos, ideias e iniciativas que possam salvar vidas e tornar o trânsito mais humano.
Capoeira e Cidadania	300.000,00	Curitiba	Crianças, adolescentes e adultos	O Projeto Capoeira e Cidadania existe há 8 anos e reúne crianças e adolescentes com idades entre 7 e 18 anos, residentes nas comunidades carentes no entorno da fábrica. Desde sua criação, em 2005, mais de 400 crianças e jovens já foram beneficiadas. Hoje, 100 alunos participam da atividade

Fonte: Elaborado pela autora, com base em informações fornecidas pelo setor de Comunicação Corporativa da Volvo Brasil – unidade CIC no ano de 2013.

No que se refere à atuação da Fundação Solidariedade, esta foi desenvolvida com base na missão de abrigar, oferecer educação, proteção e garantia de direitos às crianças e aos adolescentes em situações de risco social a ela encaminhadas pelos Juizados de Menores.

Em agosto de 2013 a Fundação Solidariedade contava com 45 crianças e adolescentes abrigados, as quais, além de frequentar regularmente a escola, assumem responsabilidades individuais e dividem atividades coletivas na casa, bem como participam de múltiplas atividades oferecidas pela fundação mediante o Projeto Educativo Cultural e o Projeto Pedagógico.

Localizada no município de Campo Magro, a Fundação Solidariedade está numa área rural de 65 mil m^2 cedida em comodato pela Prefeitura Municipal de Curitiba e conta com uma infraestrutura de seis casas, que abrigam as crianças e seus monitores (pais sociais); um Centro Pedagógico com biblioteca e videoteca; e salas de atividades extracurriculares, além de uma horta comunitária.

O perfil da criança atendida pela Fundação Solidariedade abrange crianças oriundas de realidades complexas em termos de riscos sociais: são crianças que tiveram expostas ao abandono, negligência, maus tratos, práticas como prostituição

e exploração infantil em ruas e rodovias ou até mesmo o tráfico de drogas e outros delitos. Nesse aspecto, entre os serviços prestados a essas crianças e adolescentes pela Fundação Solidariedade está o resgate da autoestima, oferecendo bases de apoio para o desenvolvimento físico, mental, moral, social e afetivo, possibilitando a formação de cidadãos dignos, conscientes e participativos (VOLVO, 2013c).

Quanto ao Centro Volvo Ambiental, está em atividade desde 2007 e se trata de um projeto que nasceu como iniciativa da Associação Viking com o apoio da Volvo do Brasil, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. O projeto é gerido pela Fundação Solidariedade e trabalha em prol da prevenção e promoção social focada na sustentabilidade.

Mediante a realização de atividades de educação ambiental e da oferta de cursos e oficinas socioculturais, o projeto procura contribuir para a educação e formação das pessoas, além de promover sua consciência ecológica.

A proposta ecopedagógica do Centro Volvo Ambiental segue princípios estabelecidos no Tratado de Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global - Eco 92, baseado no pensamento crítico e inovador, atuando com respeito e ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilha o planeta.

As atividades de educação ambiental buscam sensibilizar os participantes para a causa ambiental e são aplicadas de forma lúdica, estimulando nos participantes a criatividade, a curiosidade e a mudança de atitudes. Tais atividades são destinadas a grupos de estudantes, pesquisadores, educadores, grupos de escoteiros, funcionários da Volvo e seus dependentes, visitantes da Associação Viking e à comunidade em geral.

O Programa Volvo de Segurança no Trânsito tem como foco conscientizar a sociedade para a questão da segurança no trânsito e está assentado sob quatro pilares, conforme pode ser observado no Quadro 7.

Quadro 7 - Os quatro pilares do programa Volvo de Segurança no Trânsito

Pilares	Descrição
Prêmio Volvo de Segurança no Trânsito	Considerado o mais importante reconhecimento brasileiro de programas e ações voltados à segurança no trânsito. Contempla as categorias: cidade, empresa, imprensa, motorista profissional, transportadoras de cargas e (ou) passageiros e geral.
Fóruns Volvo de Segurança no Trânsito	Eventos que reúnem autoridades, especialistas e a sociedade para discutir temas importantes do segmento.
Debates Técnicos Volvo de Segurança no Trânsito	Encontros regionais e com transportadoras, realizados para fomentar o debate de temas que interfiram na segurança do trânsito da comunidade envolvida, objetivando a busca de soluções.
Projeto Transitando	Consistente projeto de educação de trânsito para alunos e professores de escolas de ensino médio, públicas ou privadas.

Fonte: Construído pela autora apoiado na publicação Volvo (2013d, p.7).

Muito mais que um programa, a missão do PVST tem o claro objetivo de despertar a sociedade para a problemática do trânsito, buscando estimular uma cultura de trânsito e reduzir o número de acidentes e fatalidades nas ruas e nas estradas brasileiras (FUSCO, 2013, p.5).

O PVST é a mais duradoura ação de cidadania no trânsito já desenvolvida por uma empresa automotiva no país. Ao longo dos últimos 24 anos, o Programa mobilizou governos, órgãos de trânsito, empresas, entidades de classe, veículos de comunicação, escolas, universidades, além de toda a sociedade, em favor da causa do trânsito. Foram realizados seminários, debates técnicos, programa de desenvolvimento de motoristas profissionais, festivais de teatro, campanhas internas com os funcionários, educação em escolas de ensino médio, lançamento de livros, entre uma infinidade de ações em favor da vida, por um trânsito mais seguro e humano (VOLVO, 2013d).

Entre as principais ações realizadas pelo PVST estão: o Prêmio Volvo de Segurança no Trânsito; o Fórum Volvo de Segurança no Trânsito; o Lançamento Livro 20 Anos de Lições de Trânsito no Brasil e o Programa Transformar, que envolve ações internas, voltadas aos funcionários da Volvo do Brasil.

Por meio de leis de incentivo fiscal, a Volvo patrocina projetos que valorizam a cultura e a sociedade. A marca já viabilizou dezenas de peças teatrais, livros, CDs, filmes, apresentações musicais e outras iniciativas que estimulam a cultura e despertam noções de cidadania na sociedade brasileira (VOLVO, 2013e).

Quanto ao Projeto Capoeira e Cidadania, é realizado pela Associação Viking há cinco anos e está voltado às crianças e aos adolescentes, com idades entre 7 e 18 anos, matriculados na rede pública. Aulas de capoeira e atividades esportivas contribuem para resgatar a autoestima, promovem a disciplina e enfatizam os bons

hábitos por meio do esporte. Desde sua criação, já participaram do projeto mais de 400 alunos. Atualmente o projeto atende a cerca de 100 alunos, a maioria da comunidade do entorno da Volvo, mas também participam filhos de funcionários Volvo (VOLVO, 2013f).

De acordo com a publicação Volvo (2013g), um elemento-chave da estratégia de comunicação global da empresa é a abordagem de relacionamento com seus públicos de interesse, sendo que Governos e comunidade do entorno estão enquadrados como público estratégico, dentro do grupo principal "sociedade".

Outro aspecto salientado pela Volvo do Brasil, é que a empresa investe constantemente no estreitamento dos laços com seus funcionários, clientes, fornecedores, parceiros de negócios e com a comunidade, fazendo uso de diversas ferramentas de relacionamento para manter uma comunicação clara e eficiente com os mais diversos públicos, sempre baseada em princípios éticos e amparada em seu Código de Conduta e seus Valores Corporativos (VOLVO, 2013a).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI). **Referências para a política industrial do setor de petróleo e gás**: o caso da Noruega. Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Estudo/cadernoPEG.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2011.

AKER SOLUTIONS. **Annual Report 2012**. Disponível em: <http://www.akersolutions.com/Documents/Investors/Annual%20reports/AkerSolutions_AnnualReport_2012_iPDF.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012a.

_____. **Corporate Responsibility Report**. 2012. Disponível em: <http://www.akersolutions.com/Documents/Investors/Annual%20reports/Aker_Solutions_Corporate_responsibility_report2012.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2012b.

_____. **Annual Report 2013**. Disponível em: <http://www.akersolutions.com/Documents/Investors/Annual%20reports/AkerSolutions_AnnualReport_interactive_2013.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2014a.

_____. **Corporate Responsibility 2013**. Disponível em: <http://www.akersolutions.com/Documents/Investors/Annual%20reports/AkerSolutions_CR_GovernanceReport_2013.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2014b.

ALVÂNTARA, Anelise Montañes; VESCE, Gabriela Eyng Possolli. **As representações sociais no discurso do sujeito coletivo no âmbito da pesquisa qualitativa**. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/724_599.pdf>. Acesso em: 15 maio 2013.

ARENA, Gregório. A administração condivisa. In: LEAL, Gesta. **A administração pública compartilhada no Brasil e na Itália**: reflexos preliminares. Porto Alegre: Edunisc, 2008. p.43-44.

AUTOMOTIVEBUSINESS. **Denso inaugura quarta fábrica no Brasil**: empresa japonesa investe R$ 200 milhões em divisão de sistemas térmicos e centro tecnológico. Disponível em: <http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/14523/denso-inaugura-quarta-fabrica-no-brasil>. Acesso em: 20 ago. 2012.

BARCELLOS, Frederico Cavadas. **A indústria nacional e seu potencial poluidor**. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/iv_en/mesa2/4.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2010.

BESSA, Fabiane Lopes Bueno Netto. **Responsabilidade social das empresas**: práticas sociais e regulação jurídica. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

BIBLIA SAGRADA. 190.ed. São Paulo: Ave Maria, 2010.

BONI, Valdete.; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v.2, n.1, p.68-80, jan./jul. 2005.

BOSCH. **Dados & fatos**. Disponível em: <http://www.brasil.bosch.com.br/pt/br/br_main/our_company_1/facts_and_figures_1/facts-and-figures.php>. Acesso em: 31 dez. 2013.

_____. **Sobre a Bosch no Brasil**. Disponível em: <http://www.brasil.bosch.com.br/pt/br/br_main/our_company_1/our-company-lp.html>. Acesso em: 12 jan. 2014a.

_____. **Annual Report 2013**. Disponível em: <http://www.bosch.com/content2/publication_forms/en/downloads/Bosch_Annual_Report_2013.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2014b.

_____. **Projetos sociais Bosch**: do Nordeste ao Sul do país. Disponível em: <http://www.bosch.com.br/br/boschnobrasil/acao_social_projetos.htm>. Acesso em: 02 jan. 2014c.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 jan. 2010.

_____. Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm>. Acesso em: 22 dez. 2012.

_____. Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>. Acesso em: 23 dez. 2012.

_____. Ministério das Cidades. **Seminário internacional instrumentos urbanísticos de gestão da valorização da Terra e de indução do desenvolvimento urbano**: um diálogo brasil-Japão-Colômbia / coordenação geral Daniel Todtmann Montandon. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2010.

BRITO, Manuelita Falcão. **A cantiga das parcerias público-privadas na gestão urbana local**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observa nordeste/manuelita.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2010.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. 2.ed. São Paulo: Moraes, 1974.

CARSON, Rachel Louis. **Primavera silenciosa**. Tradução de Raul de Polillo. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CACCIA-BAVA, Silvio. **Participação, representação e novas formas de diálogo**. São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, n.45, p.152-166, jul. 1996.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CNUMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, n.2, p.55-71, nov. 1999.

DEMBINSKI, Paul H. Economic power and social responsibility of very big enterprises: Facts and challenges. In: UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Disclosure of the impacto of corporations on society**: current trends and issues. New York/Geneva: United Nations, 2004. p.39-45.

DENSO. **Responsabilidade social**: público interno. Disponível em: <http://www.denso.com.br>. Acesso em: 12 nov. 2011.

_____. **Responsabilidade social na comunidade**. Disponível em: <http://www.denso.com.br>. Acesso em: 28 dez. 2012.

EUROPEAN COMISSION. **Annual Report 2010**. Disponível em: <http://ec.europa.eu/europeaid/multimedia/publications/documents/annual-reports/europeaid_annual_report_2010_en.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2010.

FARES, José Antônio. **Peça por peça**: sistematização de um programa de responsabilidade social. 2002. Dissertação (Mestrado Executivo) - Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

FREEMAN, Edward R. **Stakeholder theory of the modern Corporation**. Disponível em: <http://academic.udayton.edu/lawrenceulrich/Stakeholder%20Theory.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2011.

FRIEBE, Elisabete Grande; MARTINS, Karina. Peça por peça: um programa de responsabilidade social. In: FARFUS, Daniele; ROCHA, Maria Cristhina de Souza. **Inovações sociais**. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007. p.161-169.

FURUKAWA. **Programa Green it**. Disponível em: <http://portal.furukawa.com.br/arquivos/g/gre/greenit/2106_GreenITOperational201203.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2013a.

_____. **Os 6 desafios para um mundo melhor**. Disponível em: <http://portal.furukawa.com.br/arquivos/r/res/responsabilidade/1669_6DESAFIOSMUNDOMELHOR.PDF>. Acesso em: 05 abr. 2013b.

_____. **Cartilha do meio ambiente**: dicas para um mundo melhor. Disponível em: <http://portal.furukawa.com.br/arquivos/r/res/responsabilidade/1667_CARTILHAMEIOAMBIENTE.PDF>. Acesso em: 15 abr. 2013c.

FUSCO, Solange. Segurança no DNA. In: CORRÊA, J. Pedro. **Cultura de segurança no trânsito**: casos brasileiros. Curitiba: SK, 2013. p.4-6.

GLOBAL COMPACT CITIES PROGRAMME. **O Pacto Global das Nações Unidas**. Disponível em: <http://citiesprogramme.com/aboutus/the-un-global-compact>. Acesso em: 22 fev. 2012.

GLOBAL DENSO. **Environmental communication**. Disponível em: <http://www.globaldenso.com/en/csr/environment_report/cooperation/communication/index.html>. Acesso em: 28 jun. 2013.

GLOBO NATUREZA. **Volume de gases estufa na atmosfera bate novo recorde, diz órgão da ONU**. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/11/volume-de-gases-estufa-na-atmosfera-bate-novo-recorde-diz-orgao-da-onu.html>. Acesso em: 22 nov. 2012.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v.7, n.1, p.17-53, maio 2005.

HARDIN, Garret. The Tragedy of the commons. **Revista Science**, v.162, dez. 1968. Disponível em: <http://homes.chass.utoronto.ca/~mturner/ec313/readings/Hardin_Science_1968.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM). **Manual do Prefeito**. Rio de Janeiro: IBAM, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 23 dez. 2011.

INSTITUTO ROBERT BOSCH. **Sobre o Instituto**. Disponível em: <http://www.institutorobertbosch.org.br/secao1/2/0/0/O-Instituto>. Acesso em: 02 jan. 2013a.

_____. **Nossos projetos**. Disponível em:<http://www.institutorobertbosch.org.br/secao4/3/0/0/NossosProjetos>. Acesso em: 04 jan. 2013b.

_____. **Peça por peça**. Disponível em: <http://www.institutorobertbosch.org.br/secao5/13/3/3/Programa-Peca>. Acesso em: 22 jan. 2013c.

JASPER, Fernando. **Com pedido de R$ 1,6 bilhão para o pré-sal, Aker fará nova fábrica no PR**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1357783&tit=Com-pedido-de-R-16-bilhao-para-o-pre-sal-Aker-fara-nova-fabrica-no-PR>. Acesso em: 23 abr. 2013.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KON, Anita. **Responsabilidade social das empresas como instrumento para o desenvolvimento**: a função da política pública. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/234/309>. Acesso em: 24 abr. 2013.

KOTLER, Philip; LEE, Nancy. **Corporate social responsibility**: doing the most good for your company and your cause. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, 2005.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LEITE, Carlos. Cidades sustentáveis? Desafios e oportunidades. **Revista ComCiência**, Campinas, n.118, 2010. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 out. 2010.

LUSTOSA, Maria Cecilia Junqueira. Industrialização, meio ambiente, inovação e competitividade. In: MAY, Peter H. **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p.205-220.

MARX, Karl. **O capital**: texto condensado. Tradução de Gesner de Wilton Morgado. São Paulo: Ediouro, 1867.

MORAES NETTO, Vinicius. A urbanização no coração da economia: o papel das cidades no crescimento econômico. **Vitruvius**, n.126.02**,** ano 11, nov. 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.126/3655>. Acesso em: 28 dez. 2010.

MORETTI, Sérgio Luiz do Amaral; CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. Para sair da zona de conforto: análise bibliométrica dos artigos sobre responsabilidade social empresarial – RSE na EmANPAD. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - ENANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro, 6 a 10 de setembro de 2008. CD.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Bosch**. Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/1278Perfil_RSE_Bosch.pdf>. Acesso em: 14 out. 2013.

OCDE. **Perspectivas ambientais para 2030**. Disponível em: <www.oecd.org>. Acesso em: 15 mar. 2009.

OLIVEIRA, Ricardo; BUENO, Julio. Apresentação. In: MOORE, Mark H. **Criando valor público**. Rio de Janeiro: ENAP/Editora Letras & Expressões (com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento), 2002.

ONU-BR. **Mais de 70% da população mundial viverá em cidades até 2050**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/qualquer-intervencao-militar-na-siria-deve-ter-apoio-do-conselho-de-seguranca-afirma-enviado-da-onu/>. Acesso em: 19 ago. 2013.

PINTO JÚNIOR, Helder Queiróz. Sustentabilidade na indústria de petróleo e gás: o papel do Estado e das Empresas. In: ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. **Sustentabilidade e geração de valor**: a transição para o século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p.87-110.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2013. **A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado**. Disponível em: <http://www.un.cv/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

POPPER, Karl Raymundo. **O racionalismo crítico na política**. Tradução de Maria Conceição Corte-Real. 2.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade: uma visão humanista. **Ambiente & Sociedade**, v.2, n.5, p.233-240, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a20.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2010.

SANTOS, Miltom. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SESI. Departamento Regional do Paraná (SESI/PR). **Escola e Indústria**: ressignificando o currículo de ensino médio escolar para formação do jovem. Curitiba: SESI/PR, 2011.

SUBSEA BRASIL. **Aker Solutions recebe homenagem da UTFPR como melhor empresa na área de mecânica**. Disponível em: <http://www.subseabrasil.com.br/2013/06/aker-solutions-recebe-homenagem-da-utfpr-como-melhor-empresa-na-area-de-mecanica/>. Acesso em: 08 jun. 2013.

TAKAKI, Maria Clara. **Mottainai**: tradição e consumo ético. Mar. 2011. Disponível em: <http://www.ideiasustentavel.com.br/2011/03/mottainai-tradicao-e-consumo-etico/>. Acesso em: 16 abr. 2011.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL NORGE. **Transparency in corporate reporting**: assessing large companies Oslo stock Exchange. Oslo: Transparency International Norge, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais***:* a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UEHARA, Thiago Hector Kanashiro; OTERO, G. G. P.; MARTINS, Euder Glendes Andrade; PHILIPPI JR., Arlindo; MANTOVANI, Waldir . Pesquisas em gestão ambiental: análise de sua evolução na Universidade de São Paulo. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.13, n.1, p.165-185, jan./jun. 2010.

ULLRIC, Danielle Regina. **Responsabilidade social e desenvolvimento local**: uma leitura da cooperação intersetorial em Blumenau (SC), enfocando os movimentos das organizações do núcleo rs/acib. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2009.

VOLVO. **Volvo Group 2013**. Disponível em: <http://www.volvogroup.com/SiteCollectionDocuments/VGHQ/Volvo%20Group/Volvo%20Group/Presentations/Group_presentation_Eng.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2013a.

_____. **Relatório socioambiental 2011**. Disponível em: <http://www.volvogroup.com/group/brazil/pt-br/quemsomos/relatorio2011/Pages/relatorio.aspx>. Acesso em: 12 jan. 2013b.

_____. **Fundação solidariedade**: desde 1989 promovendo oportunidades para a vida. Disponível em: <http://www.volvogroup.com/SiteCollectionDocuments/Volvo%20AB/country_sites/Brasil/documents/Fundação%20Solidariedade%20(2%20Mb).pdf>. Acesso em: 17 maio 2013c.

_____. **Programa Volvo de segurança no trânsito**: por um trânsito mais seguro. Curitiba: Volvo, 2013d.

_____. **Patrocínio e apoio grupo Volvo no Brasil**. Disponível em: <http://www.volvogroup.com/GROUP/BRAZIL/PT-BR/QUEMSOMOS/PATROCINIOS/PAGES/CONT_PATROCÍNIOSEDOACOES.ASPX>. Acesso em: 26 ago. 2013e.

_____. **Projeto capoeira e cidadania**. Disponível em: <http://www.volvo.com.br/relatoriosocial/relatorio2011h/comunidadeexterna-projeto-capoeira-ecidadania.htm>. Acesso em: 24 dez. 2013f.

_____. **Política de patrocínios e doações Volvo do Brasil - 2011**. Disponível em: <http://www.volvogroup.com/SiteCollectionDocuments/Volvo%20AB/country_sites/Brasil/documents/Pol%C3%ADtica%20Patroc%C3%ADnios.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2013g.

2 ARTIGO 1

A questão socioambiental no âmbito do desenvolvimento urbano: o desafio da construção de cidades sustentáveis

The social-environmental issue in the field of urban development: the challenge of building sustainable cities

Marina Luiza Gaspar Wisniewski
Harry Alberto Bollmann

Resumo:

A sustentabilidade das cidades assumiu uma importância singular no século XXI, diante da constatação de que a maior parte da população mundial vive em áreas urbanas e que as cidades concentram os maiores desafios socioambientais. Este estudo tem como objetivo analisar a importância da questão socioambiental no âmbito urbano partindo da relação entre industrialização, urbanização, desenvolvimento e meio ambiente. Efetuou-se uma análise teórico-conceitual com base na pesquisa bibliográfica produzida a partir da consulta em estudos voltados para o planejamento urbano, bem como na pesquisa exploratória em publicações de instituições que têm procurado motivar os investimentos do setor privado com vistas a contribuir para a sustentabilidade das cidades. Este texto conclui que a industrialização, ao lado de outras questões, foi um dos determinantes da crise urbana, acarretando diversos problemas às cidades em decorrência de sua ocupação desordenada. Nesse cenário, a construção da sustentabilidade urbana se constitui num desafio que passa pela busca de solução aos problemas socioambientais da cidade.

Palavras-chave: Questão socioambiental. Industrialização. Urbanização. Meio ambiente. Desenvolvimento urbano. Cidades sustentáveis.

Abstract:

The sustainability of cities has taken unique importance in the 21st century; given the fact that the majority of the world's population lives in urban areas and that big cities concentrate the biggest social environmental challenges. This study aims at analyzing the importance of the social environmental issue in the urban field taking into account the relation among industrialization, urbanization, development and environment. A conceptual-theoretical analysis was performed and it was based on the bibliographical research done from the inquiry of urban development studies, as well as from the inquiry in the exploratory research in academic publishing of institutions that have sought to motivate the investments of the private sector, in order to contribute for the sustainability of cities. This text concludes that the industrialization, among other issues, was determinant to the urban crisis, having created several problems to the cities due to their disorderly occupation. In this scenario, the construction of urban sustainability is a challenge that involves the search for solutions to the social environmental problems of the city.

Key-words: Social environmental issues. Industrialization. Urbanization. Environment. Urban development. Sustainable cities.

2.1 INTRODUÇÃO

Antes de qualquer tentativa para descrever o
mundo, a vida e o tempo, existe um prólogo mudo:
a história do próprio homem.
Sem esse prólogo, o resto da peça seria um
zumbido confuso e ininteligível.

(Lewis Mumford, 1959)

No mundo contemporâneo pode-se observar a ocorrência de inúmeras transformações no âmbito econômico, político, social e cultural que têm afetado o modo de atuação dos governos, do mercado e da sociedade. O século XXI é referenciado por Schuch (2009, p.xi) como a era das grandes transformações, sendo que um dos grandes paradigmas que emergem a partir da segunda metade do referido século é a preocupação com a sustentabilidade.

A sustentabilidade vem ocupando espaço crescente nos debates sobre o desenvolvimento, sendo considerado um desafio particularmente complexo para as cidades diante da importância assumida por elas no século XXI, dos complexos problemas decorrentes da sua ocupação antrópica, bem como da ampliação das responsabilidades atribuídas aos municípios brasileiros após a publicação da Constituição de 1988.[1]

Se, por um lado, a industrialização trouxe progresso e crescimento econômico, por outro transformou o espaço geográfico e a dinâmica das cidades, que passaram a enfrentar sérios problemas socioambientais, acarretando na perda da qualidade de vida das populações. São exemplos recorrentes disso, o crescimento do número e da extensão geográfica dos loteamentos irregulares e das favelas, da violência, da poluição, da falta de saneamento básico e da pobreza, entre outros, problemas socioambientais, evidenciando-se que o crescimento das cidades motivado pela chegada da indústria não foi acompanhado de uma oferta de serviços públicos adequados.

---

[1] O artigo 30 da CF traz a relação das funções que cabem aos municípios brasileiros. Com a publicação da Lei complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece um rigoroso controle, padronização e transparência nas contas públicas, os municípios brasileiros necessitam cada vez mais melhorar a qualidade e eficiência no gasto do dinheiro público.

Essa questão é premente, sobretudo, em grandes metrópoles, onde o crescimento da cidade não se deu de modo planejado e no entorno dos distritos industriais, que acabaram atraindo um enorme contingente populacional que ocuparam muitas vezes até áreas irregulares, como encostas de rios e fundo de vale, trazendo impactos ambientais ao espaço urbano.

O processo de metropolização tem gerado um déficit de crescimento dos serviços públicos. Isso tem conduzido à degradação da qualidade de vida da população, à pressão social, ao aumento do custo ecológico e aos elevados preços dos insumos do desenvolvimento (MOTA, 1999, p.19).

No planejamento da cidade, é imprescindível considerar no processo de urbanização os serviços postos à disposição do mercado consumidor; as necessidades vitais da vida em sociedade (saúde, educação, emprego, lazer, cultura, habitação, segurança etc.), a relação com os empreendimentos e a infraestrutura urbana, a repercussão social e o impacto econômico destes, a fim de efetivamente buscar-se o equilíbrio ambiental no espaço urbano (PRESTES, 2006, p.27).

Diante do exposto, este capítulo tem como objetivo analisar a importância da questão socioambiental no âmbito urbano, levando em conta a relação entre industrialização, urbanização, desenvolvimento e meio ambiente. A intenção é justamente demonstrar a relação entre o desenvolvimento do sistema capitalista e a formação das cidades, as quais, ao concentrar no mundo contemporâneo a maior parte da população mundial, bem como os mais graves problemas socioambientais, passam a se constituir no centro das preocupações relativas à sustentabilidade do desenvolvimento.

2.2 A RELAÇÃO ENTRE INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

Para demonstrar a relevância assumida pela questão socioambiental socioambiental no âmbito das cidades no século XXI, torna-se fundamental compreender a relação entre industrialização, urbanização, desenvolvimento e meio ambiente – quatro temas indissociáveis do ponto de vista da sustentabilidade urbana.

Até o século XVIII o homem vivia no meio natural, interferindo de modo pouco significativo na modificação do espaço (SANTOS, 1988). Entretanto, com o passar do tempo, o homem foi cada vez mais alterando o ambiente natural para fins diversos,

entre eles, os fins industriais e urbanísticos, sinalizando que a evolução econômica e social da humanidade não se deu de modo harmonioso com o meio ambiente.

O crescimento das atividades econômicas (agricultura, comércio e a indústria), para atender aos interesses do capital, bem como para satisfazer as necessidades da vida social de uma população cada vez mais crescente, transformou o espaço geográfico às custas da depredação da natureza. Como aponta Lustosa:

> O aumento contínuo da produção requer uma maior quantidade de recursos naturais e joga mais rejeitos no meio ambiente. Este aumento está associado ao crescimento da população, logo ao aumento da demanda, e também ao sistema de produção capitalista – a outra cara-metade da Revolução Industrial (LUSTOSA, 2010, p.205).

Por essa razão, torna-se fundamental remontar à Revolução industrial, considerada um marco para explicar a relação entre industrialização, desenvolvimento, urbanização e meio ambiente.

A chegada da indústria, com a diversificação da produção, somada ao crescimento populacional, com a consequente urbanização, trouxe a ampliação das necessidades humanas, e com o advento da sociedade de consumo, a pegada ecológica da humanidade[2] foi se tornando cada vez maior.

A pegada ecológica mundial é de 2,7 hectares globais por pessoa, enquanto a biocapacidade disponível para cada ser humano é de apenas 1,8 hectare global, evidenciando-se que a humanidade consome um planeta e meio, excedendo assim a capacidade regenerativa do planeta em 50%. O relatório aponta também que a pegada brasileira é de 2,9 hectares globais por habitantes, a do Estado de São Paulo é de 3,52 gha/cap e a de São Paulo Capital é de 4,38 gha/cap (WWF-BRASIL, 2012, p.17-18).

---

[2] Método contábil desenvolvido por Mathis Wackernagel e William Rees, da University of British Columbia, em 1993, atualmente sob a responsabilidade da Global Footprint Network (GFN). A Pegada Ecológica acompanha as demandas concorrentes da humanidade sobre a biosfera por meio da comparação da demanda humana com a capacidade regenerativa do planeta (WWF-BRASIL, 2012, p.32).

A industrialização e a urbanização tornaram-se símbolo de crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico, sendo consideradas peças importantes para o desempenho do sistema econômico. Como afirma Sicsú (2009, p.22): "O crescimento e a industrialização estão muito longe de ser tudo, mas sem eles nada haverá". Entretanto, é importante enfatizar que, como aponta Mota (1999, p.52): "Para satisfazer suas necessidades, o homem provoca modificações no ambiente, seja através da utilização dos recursos naturais ou pela emissão de resíduos. No processo de urbanização essas modificações ocorreram de forma mais intensa". A partir da segunda metade do século XVIII, tem-se a denominada Primeira Revolução Industrial, resultante da crescente industrialização, quando ocorre a busca pela produção em massa com fins de geração de lucro e de acumulação de capital, marcando assim a ascensão do capitalismo, o qual incorpora a ideia de crescimento ao modelo econômico, incentivando a produção em grande escala e o aumento do consumo.

Para Hobsbawn, é nessa época que ocorre a explosão da Revolução Industrial, significando que:

> [...] a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. [...] Nenhuma sociedade anterior tinha sido capaz de transpor o teto que a estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e conseqüentemente o colapso, a fome e a morte periódicas, impunham à produção (HOBSBAWN, 2007, p.86).

Historicamente, a Inglaterra é considerada o centro mundial da Primeira Revolução Industrial. A sociedade britânica foi a primeira na História a não depender da economia rural para a sua subsistência, bem como a primeira a possuir a maioria de seus habitantes residindo nas cidades, e não mais no campo. Tais tendências foram seguidas, já a partir da segunda metade do século XIX, por boa parte da Europa Ocidental e do Norte dos EUA, assim como em áreas que podem ser consideradas parte da periferia do capitalismo no plano mundial (OLIVEIRA, 2001, p.12).

A Inglaterra deteve a hegemonia no crescimento da industrialização até os primórdios do século XX, período marcado pelo aumento qualitativo e quantitativo da capacidade produtiva, pelo uso de novos materiais como a substituição do carvão a lenha pelo carvão mineral, a energia a vapor que passou a movimentar muitas

máquinas e a ampliar os transportes terrestres, marítimos e ferroviários, a fundição do ferro, além do processo de mecanização da indústria têxtil e de vestuários.

Oliveira assim se expressa a respeito dos impactos da Revolução Industrial:

> A Revolução Industrial proporcionou à economia a oportunidade de incrementar cada vez mais a produtividade de um vasto número de atividades. As práticas tradicionais de produção e comercialização baseadas no artesanato e na manufatura cederam espaço à produção em escala industrial de bens de consumo não-duráveis e, portanto, de baixo custo final ao consumidor: têxteis, calçados e, mais tarde, alimentos, passaram a ser fabricados a um custo tão baixo que se tornaram capazes de criar a sua própria demanda (OLIVEIRA, 2001, p.12).

Osgood (1935, p.271) aponta que a Revolução Industrial trouxe impactos aos mais diversos setores, principalmente sobre o crescimento das cidades. Muitas das cidades que já existiam aumentaram enormemente sua população e muitas novas cidades surgiram no centro e no oeste da Inglaterra, sendo que todos os tipos de novos problemas emergiram com o seu desenvolvimento enorme e rápido.

Segundo Tamdjlan e Mendes:

> Num curto espaço de período, milhões de pessoas saíram dos campos em direção às cidades industriais européias, onde se localizava a maioria das fábricas e, portanto, as melhores oportunidades. Por causa do aumento populacional e da falta de saneamento básico, além das doenças, a situação social se tornou tão trágica que obrigou os governantes europeus a tomarem medidas para evitar a morte de milhares de trabalhadores, fato que comprometeria a produção e o sistema capitalista (TAMDJIAN; MENDES, 2012, p.15).

Esses fatos demonstram que, embora a existência das cidades seja anterior às indústrias, estas atraíram um enorme contingente de pessoas para as cidades em busca de melhores oportunidades, transformando sua realidade e ensejando o aparecimento de vários problemas socioambientais. Como aponta Silva (1988, p.5), foi somente com o advento da Revolução Industrial que se instaurou efetivamente a questão urbana com seus problemas como a superpopulação, as deficiências de mobilidade, de zoneamento do uso e ocupação do solo, e de saneamento.

Dessa forma, apesar dos benefícios trazidos à evolução das sociedades pela era industrial, como ampliação da produção, maior diversidade de produtos, maior eficiência no sistema de transporte, avanço nas comunicações, aumento na arrecadação de impostos e maior oferta de empregos entre outros, a chegada da

máquina trouxe como efeito colateral a urbanização desordenada. Para além dos problemas decorrentes do processo produtivo em si, como a poluição industrial, a ampliação da geração de resíduos, provocou a exploração desordenada dos recursos naturais e gerou fortes impactos sociais, a exemplo da exploração do trabalho humano com pesadas jornadas de trabalho.

De acordo com Sposito:

> A industrialização dá o tom da urbanização contemporânea. Embora historicamente tenha resultado de avanços técnicos necessários ao desenvolvimento do capitalismo, a industrialização marca predominantemente as relações entre a sociedade e a natureza e é a forma dominante de produção até mesmo de países socialistas. A cidade é o território suporte para a atividade industrial, por se constituir num espaço de concentração e por reunir as condições necessárias a esta forma de produção. Contudo, o desenvolvimento da urbanização não é apenas condição para o desenvolvimento industrial, mas também mudou o caráter da cidade, ao lhe dar, de forma definitiva, um traço produtivo e transformá-lo no "centro" de gestão e controle da economia capitalista (SPOSITO, 2005, p.10).

Um aspecto importante quando se estudam os efeitos da industrialização na urbanização das cidades diz respeito à gama de transformações trazidas pela indústria e não apenas o seu poder de atração populacional para a região onde está instalada. Nesse sentido, Sposito (2005, p.50) alerta que: "O desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades, e na estrutura interna destas cidades".

A crescente exploração capitalista pós-Revolução Industrial foi determinante para a geração de uma degradação ambiental sem precedentes. Como aponta Carvalho (1991), o processo de degradação da natureza se intensificou quando a atividade produtiva ganhou maior dimensão e, desde então, a poluição atmosférica tem aumentado em ritmo alucinante.

Beck (2011), fazendo uma análise da gravidade dessa situação, lança o conceito de sociedade de risco. Segundo o autor, passou-se a vivenciar uma transição da sociedade industrial para a sociedade de risco a partir do momento em que as forças produtivas perderam sua inocência e os riscos e as ameaças à vida de plantas, animais e seres humanos por elas produzidos passaram a prevalecer.

Nesse aspecto, ressalta-se que a exploração capitalista vai muito além da exploração da natureza. É uma exploração do homem pelo homem. Marx (1867)

aponta claramente a dimensão da exploração dos operários mediante a extração da mais-valia[3], pois estes eram subordinados a pesadas jornadas e condições desumanas de trabalho a serviço da reprodução do sistema capitalista, além da exploração desumana do trabalho infantil, de mulheres e de idosos. Assim se expressa o autor:

> Quando o capital se apoderou da máquina, o seu grito foi: trabalho de mulheres, trabalho infantil! A máquina, meio poderoso de suavizar os trabalhos do homem, converteu-se em seguida em meio de aumentar o número de assalariados. Obrigou, debaixo da vara do capital, a todos os membros da família, sem distinção de idade, nem de sexo. O trabalho forçado de todos, em proveito do capital, usurpou o tempo dos divertimentos da infância e substituiu o trabalho livre, que tinha por objetivo o sustento da família (MARX, 1867, p.116).

De um modo geral, pode-se dizer que a Revolução industrial é um dos marcos mais importantes na história do sistema capitalista, apontado também por Breitenbach e Reis como o ponto demarcatório mais significativo da exploração dos recursos naturais; entretanto, os autores justificam o fato nos seguintes termos:

> Evidentemente que à época, as sociedades não se davam conta, pelo menos de forma mais consistente, dos cuidados e cautelas com relação aos bens materiais extraídos da natureza, principalmente da possibilidade de seu esgotamento, pelo menos a médio e longo prazos, mesmo porque os próprios princípios do capitalismo industrial não davam margem a essa possibilidade[4] (BREITENBACH; REIS, 2011, p.73).

Na Inglaterra, considerada a pátria da liberdade, uma vez que o país já detinha importantes conquistas na área de direitos humanos[5], eclodem as lutas dos movimentos

---

3 Mais-valia é o termo usado por Marx para designar a disparidade entre o salário pago e o trabalho produzido pelos operários. Segundo o autor, a cesta de produtos que o operário entregava ao capitalista era muito superior à cesta de produtos que recebia como forma de pagamento caracterizando-se a exploração, a base do sistema capitalista.

4 O mesmo não pode ser dito da sociedade contemporânea. Se, no passado, a falta de consciência em relação à questão socioambiental serve de justificativa à desatenção do homem à natureza, no presente, diante de todo o acesso à informação via redes sociais, diante dos efeitos sentidos pela sociedade em decorrência das mudanças climáticas, do crescente discurso em prol do desenvolvimento sustentável, parece clara a negligência do ser humano em relação ao meio ambiente.

5 Nasceram nesse país vários documentos normativos destinados a proteger os direitos mais importantes da pessoa humana. Os principais documentos foram a Magda Carta em 1215, a Petição de Direitos em 1628, a Lei do Habeas Corpus em 1679 e a Declaração de Direitos em 1689. O primeiro deles surgiu ainda durante a Idade Média; os demais, na Modernidade. Todos, porém, exerceram grande influência sobre os povos do mundo ocidental e se impuseram como os primeiros lumes na longa noite escura de violações dos direitos da pessoa humana, contribuindo para o surgimento de uma cultura de direitos fundamentais (FACHIN, 2008, p.189-190).

sociais contra a exploração do sistema capitalista. Mas, em que pese tais protestos, o florescimento das indústrias seguia seu curso.

Entre 1870 e 1910 ocorre a Segunda Revolução Industrial, marcada por uma onda de inovação impulsionada pela descoberta de novos materiais como o aço, o petróleo, a energia elétrica, o motor a combustão e tantos outros que possibilitaram o processo de entrada do capitalismo em um novo ciclo de acumulação nunca antes visto (CGEE, 2005).

De acordo com Oliveira:

> Além dos seus efeitos sobre o processo produtivo, cabe destacar as transformações que a partir da Segunda Revolução Industrial se verificaram no setor dos transportes. Generalizou-se o uso do transporte marítimo a vapor, fosse movido a carvão, fosse a óleo combustível. Também as ferrovias cresceram em extensão de seus trilhos e ganharam na qualidade e eficiência de seus serviços. O resultado da expansão da malha de transportes em escala continental foi a progressiva integração de vastas áreas ao mercado mundial (OLIVEIRA, 2001, p.22).

Todos esses avanços decorrentes da industrialização propiciaram um encurtamento do espaço geográfico e geraram novas demandas às cidades que recebiam um contingente populacional cada vez maior, que vinha em busca das melhores oportunidades de emprego prometidas pelo advento da indústria.

Mota (1999, p.17) pontua que: "A industrialização, o aumento da população e a ampliação das cidades deveriam ser sempre acompanhados do crescimento de toda a infra-estrutura urbana de modo a proporcionar aos habitantes uma mínima condição de vida". Entretanto, via de regra, isto não ocorreu, sendo que, além da ocupação desordenada, que veio ampliando os problemas socioambientais no meio urbano, a atividade econômica exercida de modo irresponsável gerava graves problemas socioambientais dentro e nos arredores das cidades, sobretudo naquelas que tinham as indústrias como setor predominante.

Savitz e Weber (2007, p.51) lembram que o legado de cidades vinculadas a empresas, nas quais o meio ambiente foi corrompido por atividades de negócios irresponsáveis, sobrevive até hoje. Tais comunidades ainda administram a reparação dos danos resultantes de décadas de despejos tóxicos. Yoshida dá uma dimensão mais ampla dessa questão:

> As cidades, desde a industrialização, sofrem com o processo de urbanização acelerado e desordenado, e com os fenômenos correlatos da urbanização da pobreza, da metropolização e da megalopolização, que têm gerado toda sorte de conflitos socioambientais em detrimento da qualidade de vida dos seus habitantes e da coletividade em geral. A falta de planejamento urbanístico-ambiental, a poluição decorrente das atividades industriais e comerciais, as condições inadequadas de moradia e de trabalho, a ausência ou deficiência dos serviços de saneamento básico entre outros, são exemplos de problemas recorrentes que remontam aos primórdios da sociedade urbana industrial (YOSHIDA, 2009, p.77).

Na visão de Callado e Fensterseifer (2009, p.214): "[...] Cada vez mais e mais frequentemente notícias registram os impactos negativos que as indústrias têm causado à saúde do homem, ao ecossistema e às futuras gerações".

Também designada de Revolução Digital, Revolução Tecnocientífica ou Era da Informação, a Terceira Revolução Industrial inicia-se logo após a Segunda Guerra Mundial e se caracteriza pelo uso intensivo da informática e telemática e as consequentes transformações nas relações sociais e econômicas, trazendo um encurtamento das distâncias pela velocidade sem precedentes com que informações são processadas e repassadas. Fazem parte dessa revolução, os avanços nas tecnologias de informação e internet, os avanços da robótica, da engenharia genética, da microeletrônica, da indústria aeroespacial e da biotecnologia.

A respeito da Terceira Revolução Industrial, Rifkin (2012) afirma que as energias limpas e as redes inteligentes estão preparando a próxima grande onda de evolução. De acordo com o autor, o que está substituindo a Segunda Revolução industrial é uma profunda mudança na área de comunicações, fruto do computador pessoal e da internet.[6]

Nesse aspecto, verifica-se que se os avanços trazidos pela Primeira e pela Segunda Revolução Industrial se constituíram num marco de expansão do sistema capitalista e de seus mecanismos de exploração, já a Terceira Revolução Industrial se constituiu num marco importante para a sociedade, não só pelo maior acesso à informação, mas também pelo nível de interatividade proporcionado pelas redes sociais

---

[6] Essa afirmação ganha consistência quando se verifica a ampla utilização das redes sociais no século XXI como canais de venda e de comunicação, por meio das quais as pessoas mandam vídeos, fotos e textos via rede, utilizando-se assiduamente da internet para compartilhar experiências, manifestar opiniões e denunciar problemas.

e outros recursos advindos das telecomunicações que servem de canal de comunicação entre sociedade, empresas e governo.[7]

Posta a importância das três revoluções industriais, é importante destacar que a realidade em termos de impactos das atividades humanas no meio ambiente urbano é complexa quando se considera que, além dos impactos sobre o meio ambiente gerados por um modelo de desenvolvimento insustentável, as ações humanas, de um modo geral, afetam o meio ambiente fazendo com que a cidade seja o palco de um conjunto de transformações dramáticas no cenário socioambiental, onde problemas sociais e ambientais aparecem, na maioria das vezes, interligados.

O interligamento entre as questões sociais e ambientais nas cidades é abordado por Martine e McGranahan, que consideram que:

> Os problemas sociais e ambientais das cidades brasileiras estão nitidamente interligados. […] O crescimento urbano rápido, na falta de uma orientação espacial e de um manejo ambiental adequado, acentua a degradação de recursos naturais de terra, água e vegetação. A falta de serviços básicos nos assentamentos urbanos contribui para problemas de saúde ambiental, particularmente aqueles ligados à água e ao saneamento. A maioria da população de baixa renda no Brasil vive em lugares e moradias inadequados devido à ausência de medidas apropriadas para preparar e acomodar o crescimento urbano (MARTINE; McGRANAHAN, 2010, p.19).

Nesse contexto, torna-se importante entender a diferença entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento para posteriormente abordar a importância do desenvolvimento urbano sustentável.

---

[7] Exemplos disso são: o aplicativo Cidade Legal criado por Wilson Baraban Filho no mês de março de 2013 para fiscalizar prefeituras. O aplicativo utiliza o sistema de GPS do aparelho celular e marca, na localização exata em que o usuário está, o problema denunciado (O ESTADÃO – PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, 2013); a rede social Colab em Recife, a qual ajuda os moradores a fiscalizar os problemas nas cidades e as reclamações vão direto para a prefeitura. Em um ano já foram registrados 7.000 queixas contra prefeituras brasileiras. O morador tira uma foto e a publica na página, e essa foto é encaminhada para o poder publico. Segundo Paulo Pandolfi, cofundador do aplicativo, 15 prefeituras já utilizam a ferramenta, sem custo algum. A ideia do aplicativo é estabelecer uma cooperação com os governos locais e estaduais mediante o apontamento de problemas que necessitam de soluções urgentes (GLOBO TV: BOM DIA BRASIL, 2014).

2.3 IMPLICAÇÕES DO CONCEITO DE CRESCIMENTO E DESENVOVIMENTO ECONÔMICO

Ao longo da história, a ideia de desenvolvimento veio intrinsecamente sendo ligada à ideia de crescimento. Entretanto, os dois termos são encontrados na literatura ora como sinônimos, ora como termos distintos.

O conceito hegemônico de desenvolvimento implica desenvolvimento econômico, o qual pressupõe a melhoria dos padrões de vida da população por meio do aumento da renda, assim como pela redistribuição dessa renda. De modo distinto, a noção de crescimento econômico reflete basicamente o aumento da produção, do Produto Interno Bruto (PIB), sem levar em conta a distribuição da riqueza gerada para o bem-estar da sociedade. Como reconhece o relatório PNUD (2013, p.iv): "o crescimento económico não se traduz, por si só e automaticamente, em progressos no desenvolvimento humano".

Herman Daly assim expressa a diferença entre crescer e desenvolver:

> Crescer significa "aumentar naturalmente em tamanho pela adição de material através de assimilação ou acréscimo". Desenvolver-se significa "expandir ou realizar os potenciais de; trazer gradualmente a um estado mais completo, maior ou melhor". Quando algo cresce fica maior. Quando algo se desenvolve torna-se diferente (DALY, 2004, p.198).

Para Sachs (2008), o desenvolvimento é includente e o crescimento é excludente ou concentrador. Bresser Pereira (2008a, p.5) considera que a distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico cria, antes, confusão em vez de esclarecer o problema que se quer estudar. O importante, segundo o autor, é ter claro, em primeiro lugar, que o desenvolvimento econômico implica sempre melhoria dos padrões médios de vida e que é apenas um dos objetivos políticos das sociedades modernas, ao lado de outros tão ou mais importantes como liberdade, paz, segurança, justiça social e proteção da natureza. Noutro estudo, o autor enfatiza que, embora exista uma longa tradição que rejeita a identificação do desenvolvimento econômico com o crescimento econômico, as duas expressões são sinônimas quando estudadas de forma histórica. Entende, o autor, que "desenvolvimento econômico ou crescimento econômico é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população" (BRESSER-PEREIRA, 2008b, p.1).

Morin e Kern também consideram o crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Entretanto afirmam que crescimento econômico é uma forma subdesenvolvida do desenvolvimento, por ignorar os problemas humanos que a sociedade enfrenta. Assim explicam os autores:

> O desenvolvimento tem dois aspectos. De um lado, é um mito global no qual as sociedades industrializadas atingem o bem-estar, reduzem suas desigualdades extremas e dispensam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. De outro, é uma concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Essa concepção tecno-econômica ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade e da cultura. Assim a noção do desenvolvimento é subdesenvolvida. [...] O mito do desenvolvimento determinou a crença de que era preciso sacrificar tudo por ele... (MORIN; KERN, 2011, p.78-79).

Na concepção de Sen (2000, p.10): "O desenvolvimento consiste na eliminação das privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente". Assim, o autor liga a concepção de desenvolvimento à de liberdade, sendo o desenvolvimento considerado como algo que vai muito além do aumento da riqueza material; mostra-se então, tanto maior, quanto mais amplas as liberdades de que a sociedade possa desfrutar, tais como a liberdade de acesso a uma alimentação saudável, a condições dignas de habitação e saúde, ao direito de participar da vida política e à oportunidade de se educar, entre outras liberdades que possam potencializar o desenvolvimento humano. Nesse aspecto, o desenvolvimento estaria ligado às oportunidades que o ser humano tem para exercer a sua cidadania; estaria ligado ao livre acesso da sociedade aos seus direitos e, em síntese, à sua participação no bem-estar proporcionado pelo desenvolvimento. A respeito da concepção de desenvolvimento como eliminação das privações de liberdades proposta por Sen, Kon (2013, p.60) afirma: "É nesse contexto que o papel das empresas se torna relevante e imprescindível para a efetivação das liberdades em complementação à função governamental".

Na acepção de Boisier (2002), a proposta principal do desenvolvimento é outorgar ao ser humano sua dignidade como pessoa, por meio de um conjunto de valores que inclui liberdade, democracia, justiça, ética e solidariedade, entre outros. Entretanto, o desenvolvimento nunca será alcançado individualmente, o que faz com que as pessoas sintam a necessidade de se articular e formar comunidades.

Na mesma esteira de raciocínio, a Organização das Nações Unidas defende que:

> O desenvolvimento tem a ver com o processo de mudança de uma sociedade no sentido de melhorar o bem-estar da população de geração em geração – alargando o seu leque de escolha nos domínios da saúde, educação e rendimento e expandindo as suas liberdades e possibilidades de participação significativa na sociedade (PNUD, 2013, p.66).

Alguns autores também defendem a necessidade de uma maior amplitude à concepção de desenvolvimento. Na percepção de Morin e Kern (2011, p.102), por exemplo: "O desenvolvimento deve ser concebido de maneira antropológica. O verdadeiro desenvolvimento é o desenvolvimento humano". Buarque (2006) assevera que todos os esforços para o desenvolvimento buscam assegurar a qualidade de vida, a organização econômica e a conservação do meio ambiente. Entretanto, esse ponto de vista é questionável, considerando-se que muitos países preenchem as condições de países desenvolvidos às custas da degradação do meio ambiente. Dessa forma, pode-se dizer que um país pode ser economicamente desenvolvido sem respeitar a sustentabilidade ambiental, não tendo assim um processo de desenvolvimento caracterizado como sustentável.

A questão é que, ao considerar o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, muitos países consideram suficiente a manutenção de taxas elevadas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e não poucas vezes, tais taxas elevadas são usadas como mecanismo para esconder os elevados níveis de desigualdade entre a população de uma mesma nação ou comparativamente a outros países, quando muitos sobrevivem com muito pouco.

Na percepção de Souza (1997, p.14-15), tratar desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e modernização tecnológica é uma impropriedade, pois este se refere aos meios e não aos fins; por ser possível existir uma expansão das atividades produtivas que não é acompanhada por um alívio da situação de exclusão e pela melhoria das condições de vida dos mais pobres; e pelo fato do avanço da tecnologia não necessariamente levar a uma vida mais saudável e criativa.

Sachs (2008, p.14) é enfático ao afirmar que: "o crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades [...]". Ao que se pode acrescentar: o próprio desenvolvimento é uma falácia ou um mito, como designa Furtado (1973), se

não promove de forma igualitária a distribuição de seus benefícios. Também Harvey (2014, p.1) defende que é preciso inventar uma sociedade que não dependa do crescimento, mas sim da redistribuição da riqueza.

Na síntese dessa discussão, pode-se perceber que há uma visão tenocentrista de mundo, que tem como centro o avanço tecnológico e defende a ideia de que o crescimento econômico é o motor do desenvolvimento. Na outra ponta uma visão ecocentrista, que situa as questões socioambientais (homem e natureza) como focos principais da humanidade. Partindo dessa visão, o desenvolvimento não é visto como na visão antropocêntrica, em que o homem é tido como centro de tudo, mas sendo homem e natureza valorizados em pé de igualdade, havendo uma sinergia entre eles.

Clareada a diferença entre crescimento e desenvolvimento, torna-se importante abordar as implicações do desenvolvimento sustentável, uma proposta que surgiu a partir dos questionamentos em torno da necessidade de impor limites ao crescimento econômico.

2.4 OS LIMITES DO CRESCIMENTO

A discussão sobre a sustentabilidade das economias tem raízes nos debates sobre o desenvolvimento econômico capitalista, em que se questionam os limites do crescimento econômico. Assim, para início da presente discussão, é possível afirmar que não faltam adjetivos para justificar o fato de que o desenvolvimento econômico é importante para o progresso das economias.

> [...] a importância do desenvolvimento econômico entre os objetivos políticos das sociedades modernas fica clara pela simples leitura dos jornais. No noticiário interno sobre cada país, vemos que uma grande parte dos esforços de seus governantes está voltada para promover o desenvolvimento econômico do país. Na competição eleitoral na qual os políticos estão permanentemente envolvidos, o critério principal de êxito ou fracasso adotado por eles mesmos e por seus eleitores é o de sua capacidade de promover o desenvolvimento econômico ou a melhoria dos padrões de vida. E no noticiário sobre as relações econômicas, o que vemos, principalmente ao nível da Organização Mundial do Comércio, mas também em muitos outros fóruns, é um grande processo de competição entre as nações, cada governo defendendo os interesses de suas empresas que são também os interesses de seus países. Nas análises geopolíticas que fazem analistas políticos e econômicos de todos os tipos, finalmente, o que vemos com freqüência é a observação de que este ou aquele país está ganhando sua competição geralmente com o vizinho porque sua economia está crescendo mais rapidamente (BRESSER-PEREIRA, 2008b, p.7).

O crescimento econômico foi a tônica que moveu as economias ao longo do século XX. Como bem pontua Daly (2009, p.1): "O crescimento é encarado de um modo geral como a panaceia para todos os grandes males econômicos do mundo".

Até a década de 1960, aproximadamente, nem os países industrializados nem os subdesenvolvidos, onde a industrialização só chegou tardiamente, tinham se dado conta da necessidade de rever o modelo de desenvolvimento adotado pelas economias. Tampouco tinham se dado conta, como bem lembra a TEEB (2010, p.3), que: "O bem-estar humano e a maioria das atividades econômicas dependem de um meio ambiente saudável", o que levaria à crença de que a exaustão dos recursos naturais comprometeria o sucesso do sistema capitalista.

De acordo com o *International Society For Third-Sector Research:*

> Durante as décadas de 1960 e 1970, tanto estudiosos quanto investidores pautavam sua visão de desenvolvimento pelo crescimento da produção industrial. [...] O desenvolvimento era sinônimo de crescimento urbano-industrial, focado em metas macroeconômicas, muitas vezes desvinculadas das necessidades sociais e ambientais específicas de cada localidade e de sua população (ISTR, 2013, p.3).

O modelo de desenvolvimento adotado pelas economias, assentado no crescimento econômico, levou a sérios problemas socioambientais, tais como: a ampliação das desigualdades espalhando o medo por meio da violência, a banalização dos problemas sociais, o empobrecimento relativo das pessoas, o agravamento da desproteção social, o abandono da ideia de solidariedade, o alastramento da corrupção e o negligenciamento do exercício de cidadania (SANTOS, 2000). Na década de 1960, segundo Hart (1995), ocorreu um aumento no crescimento da população humana em larga escala e, consequentemente, na produção industrial, no consumo de combustíveis, na utilização dos recursos naturais e na aceleração da economia global. Multiplicaram-se os impactos ambientais.

Diante do agravamento dos problemas socioambientais, começou-se a discussão sobre os limites do crescimento econômico, sendo que vários estudos denunciavam os efeitos perversos do modelo de desenvolvimento adotado. Exemplos disso são as obras *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) de Rachel Carson, no ano de 1962, que aponta os efeitos danosos sobre o meio ambiente do uso de agrotóxicos na agricultura, e a obra *Limits to Growth* (Os limites do Crescimento) publicado em 1972, de Donella Meadows, encomendada pelo Clube de Roma, a qual demonstra as consequências

do crescimento rápido da população mundial diante dos recursos naturais limitados. Reforçando os debates sobre os limites do crescimento, o estudo *Our common future* (Nosso Futuro Comum), também conhecido como Relatório Brundtland, publicado em 1987 pelas Organizações das Nações Unidas, constata a necessidade da adoção de um novo modelo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, que é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades (CNUMAD, 1988), cujo conceito é amplamente utilizado na literatura contemporânea sobre sustentabilidade.

De acordo com Coral, Strobel e Selig (2004), o mundo começa a se conscientizar da importância da conservação do meio ambiente[8] para o futuro da humanidade passando, a partir da década de 1970, a realizar diversos tratados e acordos internacionais, tais como: a Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Ameaçadas de Extinção em 1975), o Protocolo de Montreal em 1987 e o Protocolo de *Kyoto* em 1997.

Nesse contexto amplia-se o debate sobre a dicotomia envolvendo o desenvolvimento e o meio ambiente. Alguns estudiosos creem que pode haver uma combinação ótima entre os dois, enquanto outros defendem que somente sem crescimento econômico, o qual tenderia a permanecer estacionário ou até a um decrescimento, é que seria possível alcançar a sustentabilidade ambiental, à medida que ocorresse a substituição do uso dos recursos naturais por recursos renováveis.

De acordo com Henrique Leff:

> O discurso do desenvolvimento sustentado chegou a afirmar o propósito de tornar sustentável o crescimento econômico através dos mecanismos de mercado, atribuindo valores econômicos e direitos de propriedade aos recursos e serviços ambientais, mas não oferece uma justificação rigorosa sobre a capacidade do sistema econômico para incorporar as condições ecológicas e sociais (sustentabilidade, equidade, justiça, democracia) deste processo através da capitalização da natureza (LEFF, 2006, p.137).

---

8 Julgou-se importante trazer aqui a diferença conceitual entre os termos conservação e preservação ambiental. De acordo com Pádua, Aceti Jr. e Tomé (2013), conservar, no sentido literal, significa resguardar de dano, decadência, deterioração, prejuízo etc. Conservação pode ser entendida, então, quando se permite a intervenção humana, inclusive na exploração de qualquer recurso natural: hídrico, mineral, solo, flora e fauna. Conservação, em termos ambientais para as leis brasileiras, significa proteção dos recursos naturais, com a utilização racional, garantindo sua sustentabilidadade e existência para as futuras gerações. Já a preservação se trata da ação que visa garantir a integridade e a perenidade de algo. O termo é empregado quando se refere à proteção integral, garantindo a "intocabilidade". Considerando os ecossistemas naturais, a preservação, em termos práticos, é necessária quando há risco de perda de biodiversidade, ou de uma espécie, ou de um ecossistema ou da totalidade de um bioma.

A ideia de um crescimento que se sustenta não é compatível também com as ideias de Gergescu-Roegen, considerado uma das principais contribuições aos debates sobre a necessidade de decrescimento econômico. Precursor da economia ecológica, Georgescu-Roegen (1971) analisa a realidade econômica considerando o princípio da entropia. Segundo o autor, um dia a humanidade terá que pensar em estabilizar as atividades econômicas, pois não haverá como evitar a dissipação dos materiais utilizados nos processos industriais, o que certamente exigirá um encolhimento da economia.

Latouche (2013) acredita que o crescimento é impossível ecologicamente e não traz bem-estar nem felicidade a partir de um certo ponto, sendo fundamental questionar radicalmente os princípios da sociedade de crescimento, reconstruindo a sociedade ao redor de outros valores. E, Léna e Nascimento (2013, p.9) questionam a elevação do próprio Índice de Desenvolvimento Humano, demonstrando que boa parte das economias industrializadas que ascenderam a uma condição melhor em termos de desenvolvimento humano, o fez deixando como saldo a multiplicação da sua pegada ecológica por três.

Sobre a possibilidade de tornar sustentável o crescimento econômico, o artigo de Daly (2004, p.197) assinala que é impossível sair da pobreza e da degradação ambiental por meio do crescimento econômico mundial. Noutro estudo, o autor afirma que qualquer subsistema, como o econômico, deve, em algum ponto, cessar o crescimento e adaptar-se a um equilíbrio dinâmico, algo como um estado estacionário (DALY, 2005).

Latouche (2013, p.48) demonstra que o decrescimento não é o oposto de crescimento, mas antes, uma crítica à estrutura da sociedade ocidental, alimentada pelo consumismo desenfreado e pelo gasto energético desmedido.

Smith (2010) defende que o crescimento capitalista não pode ser interrompido: ou nós salvamos o capitalismo, ou nos salvamos. Navarro alerta que o problema central não está no crescimento em si, mas no tipo do crescimento, enfatizando que a questão não está na quantidade, mas na qualidade do crescimento, o qual deve responder às necessidades humanas e não à necessidade de acumular capital. Nas palavras do autor:

> Ser anti-crescimento, sem qualificar o que se quer fazer, expressa um certo imobilismo, que prejudicará os mais frágeis na sociedade. É o que já observamos agora, quando as sociedades estão decrescendo. A questão não está, portanto, em contrapor crescimento a decrescimento – mas em que tipo de crescimento, para que e para quem. As necessidades da população mundial são gigantescas. Exigir que o mundo deixe de crescer é negar a possibilidade de melhorar. Nem é preciso dizer que já existem recursos suficiente para permitir vida digna a todos os cidadãos do mundo. Tornar real esta possibilidade exigirá uma enorme redistribuição dos recursos – necessária, porém insuficiente, porque será preciso produzir mais e melhor, para satisfazer necessidades definidas democraticamente (NAVARRO, 2013, p.1).

O documento *Gathering a body of global agreements* (UN DOCUMENTS..., 2012) também pontua a necessidade de alterar a qualidade do crescimento enfatizando que o desenvolvimento sustentável envolve mais do que o crescimento, exigindo uma mudança no teor do crescimento, para torná-lo menos intensivo em energia e mais equitativo em seu impacto. Por essa razão, o adjetivo sustentável é alvo de muitas críticas e controvérsias no que se refere à sua concretização, não só pela academia, mas também pela sociedade civil organizada, que reclama pelos seus direitos atuais e futuros.

> Os "indignados" de muitos países reclamam uma "outra economia", outra forma de produzir, consumir e distribuir.[…] Querem substituir a competição pela cooperação, ter atividades criativas que façam sentido para eles, mas também para a coletividade. Recusam a linearidade, o pensamento único e os determinismos (LÉNA; NASCIMENTO, 2013, p.10).

É importante ter-se claro que a sustentabilidade é um processo dinâmico, construído no dia a dia por meio de atitudes concretas e conscientes de toda a sociedade e não apenas de empresas ou governos. Daly (2005) acredita que estabelecer e manter uma economia sustentável implica uma enorme mudança de mente e coração, situação em que economistas, políticos e eleitores, poderiam muito bem ser tentados a declarar que um projeto como este seria impossível.

Entretanto, embora não exista sustentabilidade absoluta, dado o caráter dialético de sua construção, se cada um der o seu quinhão no que se refere a assumir sua responsabilidade pela construção de um futuro melhor, será possível observar sociedades mais sustentáveis ou menos sustentáveis, a partir da consciência ambiental de seus participantes.

Desse modo, as discussões sobre a medida ótima do crescimento econômico de forma sustentável é emblemática, evidenciando-se que a adoção do modelo de desenvolvimento sustentável demanda uma forte interação entre ambiente, economia e sociedade, o denominado tripé da sustentabilidade.

O*Triple Bottom Line*, conceito desenvolvido por John Elkington, propõe a intercessão entre pessoas (social), planeta (meio ambiente) e lucro (econômico), afirmando que uma organização ou negócio, para ser sustentável, deve ser financeiramente viável, socialmente justo e ambientalmente responsável. Ruschel propõe um quarto elemento ao *triple bottom line*, o que o tornaria um quadripé: a generosidade. De acordo com o autor:

> No mundo corporativo, a generosidade pode ser traduzida como uma forma de altruísmo – e aqui está a razão por que muitas empresas falam, mas poucas realmente adotam a sustentabilidade no processo de gestão: altruísmo não combina com capitalismo selvagem, com a famosa "lei de Gérson", aquela de que se deve levar vantagem em tudo. No mundo corporativo, generosidade significa uma empresa ser menos gananciosa, tomar a decisão de reduzir a margem de lucro ou aumentar em alguns meses o prazo de retorno de um investimento para ser ambientalmente correta e socialmente justa – sem deixar de ser economicamente viável. Significa ter a coragem de contrariar práticas de gestão, regras de mercado, de *design* de produtos e de formas de concorrência estabelecidas por força de um modelo de crescimento a qualquer custo, que já se demonstrou completamente inviável do ponto de vista de recursos naturais e de felicidade humana (RUSCHEL, 2013, p.1).

Segundo o autor, a generosidade é uma qualidade de quem coloca os interesses de terceiros no mesmo plano dos seus interesses pessoais, para resolver um problema ou dilema que atinge a todos.

Embora o poder público não vise ao lucro, e seja limitado pelo princípio da legalidade, não tendo a mesma liberdade que as empresas em contrariar padrões de gestão, o quadripé da sustentabilidade é perfeitamente aplicável à sua atuação, devendo ser financeiramente viável, socialmente justa, ambientalmente responsável e generosa, não no sentido paternalista, mas altruísta.

Como "a questão ambiental na sociedade global é política, econômica, social, cultural, tecnológica, demográfica e científica" (LEONARDI, 2003, p.205), ela passa a fazer parte dos discursos políticos e a questão da necessidade de estabelecer padrões sustentáveis de produção e consumo passa a compor a agenda tanto do setor privado quanto do setor público, sobretudo das indústrias e dos planejadores urbanos.

2.5 SUSTENTABILIDADE URBANA

Após apontar as controvérsias acerca do caráter sustentável do crescimento econômico como condição para o desenvolvimento, focalizam-se, a seguir, as diferentes visões de sustentabilidade e as ambiguidades que cercam o próprio conceito de desenvolvimento sustentável, para então articulá-las à questão da sustentabilidade das cidades.

2.5.1 As diferentes visões de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

Quando se fala em degradação do meio ambiente, fala-se de algo muito mais amplo do que a degradação da natureza. Segundo Capra (1996), a degradação ambiental se manifesta como uma crise de percepção, pois se questionam as racionalidades que permeiam o sistema social, os valores e os modos de produção ou, como aponta Leff (2001), como uma crise de civilização.

Para a superação desse quadro, deve-se lançar mão de um conceito que possibilite abarcar todos os aspectos da questão ambiental. Nesse sentido, o termo sustentabilidade é a opção que representa a tentativa de indicar uma maior amplitude do conceito em relação à melhora da qualidade da vida, inclusive humana, dentro dos limites ambientais do planeta, que não esteja associada apenas ao sentido pejorativo de desenvolvimento que remete ao progresso econômico, considerando alternativas que sejam economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas para a construção de uma sociedade sustentável (BASTOS, 2013).

Para Rattner,

> A sustentabilidade não pode ser derivada apenas de um melhor equilíbrio e harmonia com o meio ambiente natural. Suas raízes estão localizadas em um relacionamento interno à sociedade, de natureza econômica e politicamente equilibrada e equitativa (RATTNER, 1999, p.3-4).

Contudo, como o conceito de sustentabilidade foi elaborado principalmente em decorrência das questões ambientais, no entendimento de Edwards (2005, p.8): "A sustentabilidade, compreendida como um conjunto de ideais, constitui um conceito baseado na ética da responsabilidade ambiental".

Isso porque a sociedade é interdependente, como afirmam Savitz e Weber:

> Sustentabilidade também é observância da interdependência de vários elementos da sociedade, entre si e em relação ao tecido social. Sustentabilidade é reconhecimento das necessidades e interesses das outras partes (grupos comunitários, instituições educacionais e religiosas, força de trabalho e público), não esgarçando, mas ao contrário, reforçando a rede de relacionamentos que as mantém integradas (SAVITZ; WEBER, 2007, p.3).

Na mesma esteira, Almeida relaciona sustentabilidade com as estruturas de poder da sociedade e demonstra a relevância da gestão partilhada dos problemas socioambientais. Segundo o autor:

> A sustentabilidade mexe com as estruturas de poder. Além de exigir o equilíbrio de objetivos econômicos, ambientais e sociais, operar na sustentabilidade, implica atuar num mundo tripolar, em que o poder tende a se repartir, de maneira cada vez mais equilibrada, entre governos, empresas e organização da sociedade civil (ALMEIDA, 2007, p.129).

Acselrad, um estudioso do planejamento urbano, retrata a sustentabilidade focando a questão do espaço:

> É a categoria pela qual, a partir da última década do século XX, as sociedades têm problematizado as condições materiais da reprodução social, discutindo os princípios éticos e políticos que regulam o acesso e a distribuição dos recursos ambientais – ou, num sentido mais amplo, os princípios que legitimam a reprodutibilidade das práticas espaciais (ACSELRAD, 2009, p.19).

Diante das diferentes visões que vieram somar-se ao conceito de sustentabilidade Jatobá, Cidade e Vargas (2009, p.48) ponderam que: "O significado de sustentabilidade tem variado ao longo do tempo, em sintonia com a dinâmica social, econômica e política que circunscreve as relações entre a sociedade e a natureza".

Dessa forma, e considerando que: "Sustentabilidade é uma noção que se encontra no centro dos debates sobre o crescimento econômico, inclusão social e meio ambiente" (ARRUDA; QUELHAS, 2010, p.54), recentemente, tem sido comum o uso da expressão sustentabilidade como sinônimo de desenvolvimento sustentável, quando de fato não o é.

Ao discutir essa questão, Bastos (2013, p.1) explica que:

> A incorporação do 'sustentável' ao desenvolvimento demonstra o reconhecimento de limites para essa ação, buscando a harmonia entre desenvolvimento econômico, social e a manutenção do ambiente. […] a palavra sustentável que adjetiva o primeiro termo inclui a ideia de preservação e conservação da natureza, a partir do uso racional dos recursos e qualidade de vida para todos.

Outra explicação sobre o significado do adjetivo sustentável é encontrada na obra de Giansanti:

> O termo sustentável remete-nos à ideia daquilo que se pode sustentar. Advindo das ciências naturais, diz respeito, do ponto de vista ecológico, à tendência dos ecossistemas à estabilidade, ao equilíbrio dinâmico, a funcionarem na base da interdependência e da complementaridade, reciclando matérias e energias (GIANSANTI, 1998, p.13).

De acordo com Silva, Lourenço e Silva (2006, p.121): "Pode-se conceituar desenvolvimento sustentável como um processo de transformação que ocorre de forma harmoniosa nas dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica, a partir do individual para o global". Nesse conceito, observam-se duas questões importantes: 1) que não se atinge o desenvolvimento sustentável instantaneamente, mas de forma gradativa e harmoniosa; 2) que o desenvolvimento sustentável começa do micro para o macro; do individual para global, evidenciando-se a importância do comportamento da sociedade diante da questões socioambientais e das atitudes que ela toma no plano individual, tendo maior consciência do meio ambiente que a cerca.

Na visão de Philippi Jr.:

> Para haver desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento – ou seja – o desenvolvimento em uma acepção mais ampla, como é atualmente percebido, é necessário que as condições gerais de vida da população melhorem sem, todavia, comprometer o meio ambiente (PHILIPPI JR., 2005, p.45).

O conceito de desenvolvimento sustentável apresenta-se como um conceito em construção, apontado por Baroni (1992) como um conceito controverso e por Sabedot (2006) como um conceito ambíguo e deficiente. Veiga (2005) acredita que as ambiguidades no uso da expressão desenvolvimento sustentável podem ser entendidas

como opção deliberada de uma estratégia de institucionalização da problemática ambiental no âmbito das organizações internacionais e dos governos nacionais.

> Cabe observar que enfrentamos ainda sérias dificuldades que vão desde o amadurecimento teórico-conceitual até a definição de objetivos e linhas de ação que permitam a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável tendo em vista a complexidade e a teia de relações e inter-relações em jogo (GOULART; WEHMANN *apud* MURAD, 2009, p.145).

Nessa seara, alguns autores defendem que desenvolvimento sustentável é um pleonasmo, uma vez que se não for sustentável, não é desenvolvimento. É o caso de Abrantes segundo qual:

> A expressão desenvolvimento sustentável, é por si só, um pleonasmo, pois enquanto o crescimento econômico implica expansão da produção econômica, em termos quantitativos, o desenvolvimento exige sempre o atributo básico da qualidade: produção maior, porém, melhor, mais abundante, menos agressiva, gestão superior da produtividade, incorporando valores extra-econômicos, como sociais, biológicos, físicos, políticos, sociais e éticos (ABRANTES, 2003, p.33).

Isso posto, buscou-se levantar aqui algumas das visões sobre desenvolvimento sustentável, começando-se pelo conceito da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente publicado no Relatório Brundtland em 1987, segundo o qual: "Desenvolvimento sustentável se trata do desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades" (CNUMAD, 1988).

Seria nesse aspecto, sustentável, o desenvolvimento que se preocupasse com as condições do planeta no presente, mas também com suas condições futuras, com vistas a que a degradação do meio ambiente não se constitua num empecilho para que as próximas gerações tenham satisfeitas as suas necessidades.

Nessa perspectiva, é importante recorrer ao pensamento de Leff, quando este autor lembra que:

> A Gestão ambiental do desenvolvimento sustentável exige novos conhecimentos interdisciplinares e o planejamento intersetorial do desenvolvimento; mas é, sobretudo, um convite à ação dos cidadãos para participar na produção de suas condições de existência e em seus projetos de vida (LEFF, 2009a, p.57).

No Quadro 1 pode-se visualizar uma síntese das visões sobre desenvolvimento sustentável, averiguando-se diferentes enfoques, entre os quais: a preocupação com as gerações futuras; a importância da interdependência da sociedade; o processo de transformação em várias dimensões; a melhoria das condições de vida da população; a base na ética; os conhecimentos interdisciplinares e planejamento intersetorial; o reconhecimento dos grupos de interesse e gestão compartilhada; e os princípios que legitimam a reprodutibilidade das práticas espaciais.

Quadro 1 - Diferentes visões de desenvolvimento sustentável

Autor	Visão sobre desenvolvimento sustentável
CNUMAD (1988)	Atendimento das necessidades da geração atual, sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras.
Giansanti (1998, p.13)	Tendência dos ecossistemas à estabilidade. Interdependência e reciclagem.
Silva, Lourenço e Silva (2006, p.121)	Processo de transformação harmonioso em várias dimensões, do individual para o global.
Philippi Jr. (2005, p.45)	Melhoria das condições gerais de vida da população, sem comprometer o meio ambiente.
Edwards (2005, p.8)	Um conjunto de ideais baseado na ética da responsabilidade ambiental.
Rattner (1999, p.237)	Relacionamento interno à sociedade, de natureza econômica e politicamente equilibrada e equitativa.
Leff (2009a, p.57).	Exige novos conhecimentos interdisciplinares e o planejamento intersetorial do desenvolvimento: um convite à ação dos cidadãos para participar na produção de suas condições de existência e em seus projetos de vida.
Savitz e Weber (2007, p.3)	Interdependência de vários elementos da sociedade, entre si e em relação ao tecido social. É o reconhecimento dos grupos de interesse, reforçando a rede de relacionamentos que as mantém integradas.
Almeida (2007, p.129)	Um conceito que mexe com as estruturas de poder. Equilíbrio de objetivos econômicos, ambientais e sociais. Implica atuar num mundo tripolar, onde o poder tende a se repartir, com equilíbrio entre governos, empresas e organização da sociedade civil.
Acselrad (2009, p.19)	São os princípios que legitimam a reprodutibilidade das práticas espaciais.

Fonte: Elaborado pela autora.

De todo o exposto, pode-se depreender que há uma estreita relação entre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, conforme a ISO 26000:

> O objetivo do desenvolvimento sustentável é atingir um estado de sustentabilidade para a sociedade como um todo e para o planeta. Não diz respeito à sustentabilidade ou viabilidade permanente de uma organização específica. A sustentabilidade de uma determinada organização pode ou não ser compatível com a sustentabilidade da sociedade como um todo, a qual é obtida ao lidar-se com aspectos sociais, econômicos e ambientais de uma maneira integrada. Consumo sustentável, uso sustentável de recursos e meios de vida sustentáveis são relevantes a todas as organizações e têm a ver com a sustentabilidade da sociedade como um todo (ABNT, 2010, p.10).

Apresentadas algumas das visões relativas à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável, passa-se a abordar a questão socioambiental no âmbito urbano, um assunto instigante dado que o espaço urbano é um cenário desafiador quando se fala em sustentabilidade, pela importância assumida pelas cidades ao longo do século XX, congregando no século XXI a maior parte da população mundial e os maiores problemas socioambientais.

2.5.2 A questão socioambiental no âmbito urbano

No mundo contemporâneo muito tem se falado na importância de sedimentar as cidades como um espaço onde o ser humano seja privilegiado, e não o capital. No título do presente estudo referiu-se à construção de cidades sustentáveis como um desafio. E o é de fato, quando se leva em conta a realidade em que estão imersas as cidades no século XXI no aspecto socioambiental.

Antes de se abordar o conceito de cidade sustentável, torna-se importante compreender a importância que a cidade veio assumindo como centro organizador da sociedade, como afirma Leff (2009a), evidenciando seus problemas e suas contradições, bem como as razões de sua insustentabilidade, procurando-se entender por que as cidades são consideradas no mundo contemporâneo verdadeiros centros degradadores do meio ambiente.

Para Silva (2010), a gestão do meio ambiente urbano representa um desafio complexo para as sociedades contemporâneas. Não se trata apenas de considerar a preservação dos recursos ambientais, mas também de assegurar condições de vida digna à população, propiciando que parcelas da sociedade não sejam excluídas do processo de desenvolvimento das cidades.

De acordo com Sant'Anna (2003, p.96): "A década de 1960 inaugura a reflexão latino-americana sobre a cidade pelos estudos sobre urbanização e desenvolvimento em "países periféricos". Sachs (1997) propõe que a questão urbana e a questão ambiental precisam ser reorientadas, tendo em vista que se constituem em elementos fundamentais na busca de um desenvolvimento em bases sustentáveis.

Para compreender no que implica o desenvolvimento urbano sustentável no século XXI, é fundamental compreender as transformações por que passaram as cidades ao longo de sua formação. O crescimento das cidades não ocorreu de modo gradativo, tanto é que o próprio termo "urbanização" tem relação com a explosão do

crescimento das cidades. O aumento repentino da população leva ao aumento repentino da ocupação do território, trazendo no seu bojo sérias consequências sobre o meio urbano. Como lembra Vitte (2010, p.85), a urbanização se fez como explosão da cidade, como extensão da mancha urbana, como destino e abrigo dos mais pobres nas imensas periferias sem infraestrutura.

Assim, é fato que a urbanização interfere no meio ambiente das cidades, provocando diversas consequências que afetam a flora, o solo, a fauna e os recursos hídricos. Enfim, a ocupação muda o meio natural trazendo profundas alterações no espaço urbano. Nesse aspecto é importante destacar que o problema central não é a urbanização em si, mas o modo desordenado como ela ocorreu, sem um devido planejamento, sendo esta uma questão-chave para a construção de cidades sustentáveis no mundo contemporâneo.

Abordando o movimento pelas cidades sustentáveis na Califórnia, particularmente no entorno da Baía de São Francisco, Costa (1999, p.67) demonstra que não é a existência da urbanização de forma genérica que é vista como responsável pelos problemas socioambientais da região, mas sim, de um determinado padrão de urbanização de caráter extensivo, fruto da atuação do capital imobiliário e de uma concepção de planejamento urbano que se tornou excessivamente burocrático, pouco permeável a mudanças e ao envolvimento da população, além de consolidar uma visão excessivamente funcionalista da cidade.

As consequências do processo inadequado de crescimento das áreas urbanas são comuns a todas as cidades grandes: ausência de serviços públicos essenciais tais como saúde, educação, segurança e saneamento básico; degradação do meio ambiente; condições precárias de habitação; falta de mobilidade urbana, entre outros. Prestes (2006, p.36) entende que os problemas decorrentes da urbanização excessiva são também problemas ambientais. Por essa razão, não há como se falar em sustentabilidade urbana, sem contextualizar a urbanização das cidades, os complexos problemas urbanos dela decorrentes e a importância que a cidade assumiu no século XXI, servindo de base para o sistema capitalista.

Não é difícil entender por que a cidade é apontada por Leite (2010, p.2) como a pauta do século XXI. De acordo com Barber-Madden e Saber:

> O ano de 2008 marcou o momento em que, pela primeira vez na história, mais da metade da população mundial passou a residir em áreas urbanas, resultado do processo de migração do campo para a cidade e do crescimento vegetativo mais elevado nas áreas urbanas em comparação ao meio rural (BARBER-MADDEN; SABER, 2012, p.22).

As áreas urbanas cresceram 171% em nível mundial entre 1950 e 2000 (OCDE, 2008, p.108). De acordo com dados do Censo 2010, no Brasil, mais de 80% da população já vive em áreas urbanas (IBGE, 2013). A respeito do crescimento das áreas urbanas, Rattner lembra que:

> Como a maioria dos fenômenos sociais, o crescimento urbano apresenta efeitos paradoxais: economias de escala e externalidades parecem fornecer benefícios ilimitados e prosperidade, enquanto, ao mesmo tempo, tendem a produzir custos ambientais e sociais "ocultos", dificilmente visíveis no início, mas desastrosos para a população e o poder público a longo prazo (RATTNER, 2009, p.12).

O estudo de Winchester (2006) analisa a complexidade dos problemas urbanos enfrentados pelas cidades da América Latina e Caribe, os quais passam pela questão da moradia, segregação, assentamentos precários, infraestrutura ambiental urbana, água e saneamento, manejo de resíduos sólidos, energia, transporte público, vulnerabilidade urbana, desemprego e poluição.

De acordo com Leite (2010, p.1), a cidade é o lugar onde há um crescimento desmedido das favelas e do trabalho informal, onde se consomem os maiores recursos do planeta e onde se geram os maiores resíduos. Leff traduz com maiores detalhes, a gravidade da questão socioambiental no âmbito urbano, quando afirma que:

> Nada é mais insustentável do que o fato urbano. A cidade converteu-se, pelo capital, em lugar onde se aglomera a produção, se congestiona o consumo, se amontoa a população e se degrada a energia. Os processos urbanos se alimentam da superexploração dos recursos naturais, da desestruturação do entorno ecológico, do dessecamento dos lençóis freáticos, da sucção dos recursos hídricos, da saturação do ar e da acumulação do lixo. A urbanização que acompanhou a acumulação de capital e a globalização da economia converteu-se na expressão mais clara do contra-senso da ideologia do progresso. Do fato urbano como gerador de necessidades (estilos de vida urbano) passou-se a um processo acumulador de irracionalidades (tráfico,

> violência, insegurança). O processo de urbanização, concebido como a via inelutável do desenvolvimento humano, é questionado pela crise ambiental que discute a natureza do fenômeno urbano, seu significado, suas funções e suas condições de insustentabilidade (LEFF, 2009a, p.287).

De acordo com Baer e Muller (2002, p.409) o explosivo crescimento da população associado à falta de infraestrutura também tem colaborado de modo expressivo à poluição. Para este autor, várias doenças e acidentes são consequências ambientais de uma aglomeração dos pobres em áreas inadequadas, mal atendidas pelos serviços públicos nas grandes cidades. Na acepção de Castells e Borja (1996, p.154), a intensidade e a visibilidade dos problemas urbanos (congestionamentos, insegurança pública, contaminação do ar e da água, déficit habitacional e de serviços básicos) convergiram na sensação de crise.

A respeito dos problemas socioambientais das cidades, Acselrad (2009, p.39) lembra o lado mais perverso de tais problemas, a desigualdade de acesso aos recursos ambientais, tais como água, saneamento e solo seguro. São questões como essas que levam Altvater a afirmar que a própria sustentabilidade, quando se efetiva, ocorre sob condições desiguais.

> Nenhum procedimento democrático formal é capaz de ter um efeito compensatório suficiente num mundo substancialmente desigual, onde 20% da humanidade têm acesso a 80% dos recursos e 80% da humanidade podem usar apenas 20% para si. A liberdade de decidir o futuro está aberta apenas para aqueles que controlam as alternativas e não são obrigados a aceitar imposições. Portanto, é difícil estabelecer estruturas globais de governança. Uma das consequências disso é que a sustentabilidade, ecológica ou não, é possível ou se torna possível apenas sob condições de extrema desigualdade global (ALTVATER, 1999, p.128-9).

Nas décadas de 1980 e 1990 houve um aumento da desigualdade social, do desemprego, da violência, da poluição ambiental, da deterioração das áreas de responsabilidade do setor público como a saúde, educação, seguridade social, saneamento básico, transporte e moradia, em especial nos países em desenvolvimento (SAULE JR., 2011, p.1). E é nas cidades que se observam as maiores disparidades, pois, como bem asseveram Marcus e Detwyler (1972, p.3), as cidades são os nós de maior impacto do homem sobre a natureza, os lugares onde ele tem mais alterado os recursos essenciais da terra, ar, organismos e água. A cidade é a essência da capacidade do homem para inaugurar e controlar mudanças em seu habitat.

Na percepção de Ahmed:

> A idéia de cidade vem imbuída do conceito de infra-estrutura no seu mais largo espectro e compreende a existência de equipamentos urbanos próprios ao exercício da cidadania ambiental aí inseridos tanto os concernentes a transportes, moradia, saneamento, quanto a lazer e cultura, sem que tenha o legislador, seja ele no plano constitucional ou mesmo infraconstitucional, estabelecido qualquer tipo de hierarquia, sendo certo que, nesta perspectiva, o direito à educação como à livre expressão conformam um binômio estratégico na sedimentação de afirmação do princípio da dignidade humana (AHMED, 2009, p.19).

Ainda que a ideia de cidade esteja aberta a todos esses direitos socioambientais e em que pese as discussões sobre os limites do crescimento tenham se iniciado na década de 1970, no âmbito urbano, a questão socioambiental só veio receber mais atenção na agenda do desenvolvimento sustentável bem mais tarde, mesmo diante do agravamento dos problemas urbanos.

Como reconhece Lynch (2009, p.80), apesar da proliferação de problemas ambientais associados à urbanização e ao desenvolvimento industrial nos anos 1990, os programas de desenvolvimento bilateral e multilateral não focalizaram esses problemas ou o fizeram de modo a marginalizá-los em agendas de desenvolvimento sustentável. Segundo Allen (2011), a noção de que as cidades desempenham um papel-chave no desenvolvimento sustentável só começou a tornar-se popularizada e integrada na elaboração e no planejamento de políticas no início da década de 1990.

De acordo com Bezerra, o enfoque do desenvolvimento sustentável só foi incorporado ao planejamento urbano no final do século XX,

> [...] sobretudo na recente década de 90, as políticas, as estratégias e as iniciativas de intervenção formuladas pelos diversos setores trazem o enfoque do desenvolvimento sustentável a ser aplicado no âmbito do planejamento urbano, sendo, mesmo, o balizador de tal planejamento. Nesse sentido, adota-se um modo de planejar que enfatiza a eqüidade social, procurando elevar as condições de vida da população, colocando o crescimento econômico como uma condição fundamental para que isso ocorra e destacando as condições de preservação ambiental como necessárias, mas, fundamentalmente, adotando uma perspectiva de desenvolvimento comprometida com as gerações futuras (BEZERRA, 2002, p.1).

No século XXI, a temática sustentabilidade das cidades despertou interesse não apenas de estudiosos do urbanismo, mas também de diferentes áreas do conhecimento,

bem como das organizações multilaterais de desenvolvimento e organizações não governamentais (ONGs), ganhando maior notoriedade na agenda pública.

No Brasil, a sustentabilidade das cidades assumiu maior importância efetiva dentro do planejamento urbano, a partir de três marcos históricos: da publicação da Constituição Brasileira de 1988; da elaboração da Agenda 21 global – documento elaborado durante a ECO-92; e da criação do Ministério das Cidades em 2001, que estabelece a obrigatoriedade do Plano Diretor para a maioria dos municípios brasileiros, sinalizando um modelo de gestão mais participativa e um maior envolvimento popular a partir da aprovação do Estatuto das Cidades.

A Agenda 21 global é um documento com 40 capítulos que orienta para um novo padrão de desenvolvimento e foi elaborado com a participação de 179 países. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2013, p.1), a Agenda 21 global pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

É nesse contexto que se começa a ampliar as discussões em torno da aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável às cidades, e a questão socioambiental no âmbito urbano passa a assumir uma importância singular, sendo tratada de forma interdisciplinar.

2.5.3 O paradigma da cidade sustentável

Sustentabilidade é um conceito teórico e utópico (nada na natureza é sustentável), enquanto o desenvolvimento sustentável é um conceito relativo (há cidades mais sustentáveis que outras, porque têm programas e políticas mais sustentáveis).

Levando em conta essa questão, por mais importância que venha sendo atribuída à sustentabilidade na mídia, na academia, nas diversas conferências mundiais e nos acordos bilaterais, pode-se dizer que a questão socioambiental, um aspecto central dentro da sustentabilidade, ainda se apresenta como o maior desafio para as organizações públicas e privadas no século XXl, sobretudo para as cidades.

Meara apresenta um certo ceticismo quanto à possibilidade de aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável às cidades contemporâneas:

> As Cidades do século XX não conseguem atender as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, exatamente o oposto de "o desenvolvimento sustentável", conforme definido em 1987 pelo relatório marco da Comissão Brundtland, Nosso Futuro Comum (MEARA, 1999, p.134).

Nesse aspecto, torna-se importante ter em mente que não existe uma receita exata que transforme uma cidade em sustentável no curto prazo, considerando os mais variados aspectos que envolve a questão, sobretudo os relacionados à cultura da população, à educação, ao comprometimento de todos os atores sociais em agir de forma socialmente responsável, ao reconhecimento da importância do trabalho cooperativo e do planejamento urbano, entre outros aspectos do seu desenvolvimento. Como aponta Bezerra (2002), para a sustentabilidade acontecer, são necessários arranjos institucionais e parcerias entre o público e o privado. Para tanto, o processo de planejamento deve assegurar um projeto que catalize as práticas cotidianas, fio condutor do planejamento de médio e longo prazo.

O conceito de cidade sustentável está presente no Estatuto das Cidades, que preconiza:

> A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte (BRASIL, 2001, artigo 2.º, I).

Uma cidade sustentável está organizada de modo a que todos os seus habitantes possam satisfazer as necessidades básicas e aumentar o seu bem-estar sem danificar o mundo natural ou pôr em risco as condições de vida de outros, agora e no futuro (BRIEFINGS; GIRARDET, 1999).

O Instituto Ethos (2009, p.7) considera que uma cidade justa e sustentável é aquela que atende simultaneamente a três requisitos: a) as demandas de seus habitantes atuais são supridas sem que se esgotem os recursos que servirão para seus habitantes futuros; b) promove-se o desenvolvimento econômico respeitando-

se o meio ambiente; e c) são oferecidos os mesmos direitos – de mobilidade, de educação, de saúde, de lazer, de participação na gestão – a todos que a habitam.

Já o urbanista Lerner (2010) concebe uma cidade como sustentável a partir da valorização da pessoa humana. Segundo o autor, a cidade sustentável tem que oferecer qualidade de vida, oportunidades, autoestima e, antes de mais nada, ser o espaço onde o homem tenha o seu lugar. Enfatiza que uma cidade não é um modelo econômico ou uma rede social, mas está em cada pessoa que nela projeta a sua vida. Como defende Harvey (2014, p.1): "As cidades devem ser para as necessidades das pessoas e não do capital".

Uma cidade somente será considerada sustentável se todos os bens públicos e privados tiverem a sua destinação adequada em termos socioambientais, devendo a política urbana ser submetida ao controle participativo (DE MARCO, 2013, p.1).

Na percepção de Braga e colaboradores:

> Uma cidade é considerada sustentável na medida em que é capaz de evitar a degradação e manter a saúde de seu sistema ambiental, reduzir a desigualdade social, prover seus habitantes de um ambiente construído saudável e seguro, bem como construir pactos políticos e ações de cidadania que permitam enfrentar desafios presentes e futuros (BRAGA *et al*., 2004, p.2).

De acordo com Hall e Landry (2004, p.2): "A sustentabilidade urbana providencia a uma cidade, por conseguinte, capacidades para se ajudar a si própria, para ser flexível e ter capacidade de resposta à medida que as circunstâncias forem mudando".

Na visão de Compans (2009, p.127), a cidade sustentável procura promover um desenvolvimento compartilhado, que beneficia a cada membro da sociedade e que autoriza o desenvolvimento natural dos ecossistemas, a fim de não comprometer as condições de vida das gerações futuras – ideia central no conceito de desenvolvimento sustentável. Nesse aspecto, Winchester (2006, p.3) pontua que: "Sem lugar a dúvidas, o elemento central da sustentabilidade é saber reconhecer que os custos ambientais da urbanização não podem ser transferidos às gerações futuras, garantindo a estas, uma quantidade de bens pelo menos igual ao que dispomos hoje.

As cidades passaram a ser objeto de diferentes discursos sobre a "sustentabilidade urbana" no século XXI, por parte tanta das agências multilaterais como de um conjunto de agentes sociais que pretendem construir as redes mundiais de cidades sustentáveis. A esse respeito, Acselrad afirma:

> Trata-se, isto sim, de pensar um novo modelo de desenvolvimento urbano, baseado nos princípios da democratização dos territórios, no combate à segregação socioespacial na defesa dos direitos de acesso aos serviços urbanos e na superação da desigualdade social manifesta também nas condições de exposição aos riscos urbanos [...] Trata-se aqui, ao contrário, de buscar subordinar a "economia do ambiente urbano" aos princípios de uma justiça ambiental aplicada às cidades (ACSELRAD, 2009, p.39-40).

O autor faz uma crítica a respeito do desenvolvimento das cidades a qualquer preço, com fins apenas de torná-las mais competitivas, o que leva a justificar as medidas que concorrem para aumentar a segregação socioespacial, a desigualdade ambiental e o enfraquecimento político da população residente nas áreas empobrecidas, tudo em nome de um desenvolvimento na maioria das vezes a serviço do capital e dos interesses imobiliários. Sobre o desenvolvimento das cidades a qualquer preço, Arantes aponta a emergência de um pensamento único:

> […] A fabricação de consensos em torno do crescimento a qualquer preço- a essência mesma de toda localização – torna-se a peça-chave de uma situação de mobilização competitiva permanente para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes. Uma fábrica por excelência de ideologias, portanto: do território, da comunidade, do civismo etc. (ARANTES, 2000, p.27).

Na percepção de Harvey está havendo um empresariamento da administração urbana.

> Particularmente nos últimos anos, parece ter surgido um consenso geral em todo o mundo capitalista avançado de que benefícios positivos têm que ser obtidos por cidades que assumem um comportamento empresarial em relação ao desenvolvimento econômico (HARVEY, 1996, p.49).

Vainer (2000, p.85) afirma que o próprio planejamento urbano tem se espelhado na empresa como unidade de gestão e negócios, cuja questão é criticada por Arantes, segundo a qual:

> […] o planejamento deixou de controlar o crescimento urbano e passou a encorajá-lo por todos os meios possíveis e imagináveis. Cidades, a nova mensagem soou em alto e bom som, eram máquinas de produzir riquezas; o primeiro e principal objetivo do planejamento devia ser o de azeitar a máquina. O planejador foi-se confundindo cada vez mais com o seu tradicional adversário, o empreendedor; o guarda-caça transformava-se em caçador furtivo (ARANTES, 2000, p.20-21).

Os princípios da gestão ambiental do desenvolvimento não só colocam a necessidade de estabelecer critérios ecológicos sobre o uso do solo e a distribuição da população no território, mas também fundamentam-se na crítica das necessidades e dos padrões de produção e consumo induzidos pelo processo de crescimento acumulativo e pela lógica do lucro no curto prazo (LEFF, 2009b, p.127). Nesse aspecto, vale observar que: "o desenvolvimento desigual obriga a população urbana pobre a se concentrar num espaço urbano inadequado, o que causa a degradação de áreas ambientalmente frágeis" (BAER; MULLER, 2002, p.410).

Para Harvey (1996, p.52): "O poder de organizar o espaço advém de todo um complexo de forças mobilizadas por diversos agentes sociais. É um processo tão mais conflituoso quanto mais variada a densidade social num determinado espaço ecológico".

Bezerra (2002) considera que o discurso do desenvolvimento sustentável em sua versão urbana tem certamente o mérito de buscar certo pragmatismo para a utopia. Também Hardt, Hardt e Oba (2010, p.13) pontuam que: "A cidade jamais será auto-sustentável, pois está se tratando de sistemas abertos, que não têm fim em si mesmos". Por outro lado, a cidade é um espaço rico em oportunidades, como se depreende do pensamento de Santos (2008, p.11): "A cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções". Nela se concentram a tecnologia, a inovação, a competitividade, o poder e a expansão capitalista. A essa dinâmica Harvey (1996, p.52) denominou "urbanização capitalista".

Barber-Madden e Saber também tratam das oportunidades geradas pela cidades:

> Apesar das cidades concentrarem grandes bolsões de pobreza, é nelas onde se encontram também as maiores oportunidades de trabalho e melhoria de condições de vida. Em muitas partes do mundo, a busca por melhores condições de vida continua a conduzir milhões de jovens para as cidades. Além de uma maior facilidade de acesso aos serviços educacionais e a mais opções de emprego, as cidades propiciam uma melhor chance de constituição de redes sociais para a troca de informações e uma larga diversidade cultural [...] (BARBER-MADDEN; SABER, 2012, p.23)

Atender à condição de "sustentável" é um desafio às cidades diante da gama de problemas que elas apresentam, uma vez que a sustentabilidade passa pela busca de solução a várias questões. Para Castells (1999), a maioria dos problemas ambientais mais elementares ainda persiste, uma vez que seu tratamento requer

uma transformação nos meios de produção industriais e de consumo, na organização social e nas vidas pessoais.

Moreno (2002) dá ênfase a quatro estratégias de sustentabilidade urbana: 1) Regular o uso e ocupação do solo e o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população mediante a promoção da equidade, eficiência e qualidade ambiental; 2) promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental urbana e assegurando a efetiva participação da sociedade; 3) promover mudanças nos padrões de produção e consumo da cidade, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis; e 4) desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais, visando à sustentabilidade urbana.

Romero (2011) assinala que promover a sustentabilidade nas cidades subdesenvolvidas significa enfrentar várias questões desafiadoras, tais como: a concentração de renda, a enorme desigualdade econômica e social, o difícil acesso à educação de boa qualidade e ao saneamento ambiental, o déficit habitacional e a situação de risco de grandes assentamentos, a degradação dos meios construídos e natural e os acentuados problemas de mobilidade e acessibilidade. Mariúzzo (2012) aponta o adequado uso e ocupação do solo e o descarte sustentável como dois fatores crucias para a sustentabilidade urbana.

As questões colocadas evidenciam que a busca do preenchimento da condição "sustentável" às cidades passa pela superação dos problemas socioambientais que elas enfrentam, o que demonstra o caráter relativo do conceito de cidade sustentável, podendo se referir à existência de cidades com políticas mais sustentáveis, mas não à concretização da utopia da existência de uma cidade sustentável em termos absolutos.

2.6 CONCLUSÃO

Diante do fato de que a maior parte da população mundial vive em áreas urbanas e, sobretudo, da complexidade do próprio conceito de desenvolvimento sustentável, que traz implícito não só a preocupação com a subsistência da geração atual, como também das gerações futuras, quando se propôs, neste estudo, a discussão da importância da questão socioambiental no âmbito urbano, o primeiro

aspecto que se evidenciou é que a sustentabilidade no âmbito urbano se constitui num desafio à gestão pública.

Observou-se que, embora a existência da cidade seja anterior à chegada da indústria, a urbanização, expressa na explosão do crescimento das cidades pós-Revolução Industrial, recebeu forte influência do processo de industrialização.

Com a degradação ambiental gerada em parte, pelo modelo de desenvolvimento capitalista baseado no crescimento econômico, os limites do crescimento começam a ser questionados na década de 1960, intensificando-se na década de 1970 com a publicação do Relatório Limites do Crescimento de Donella Meadows. Na década de 1980 o Relatório Nosso Futuro Comum propõe um novo modelo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, que seria aquele que, além de levar em conta os interesses da atual geração, levaria em conta os interesse das gerações futuras, em termos de satisfação das necessidades. De lá para cá, outras abordagens surgiram no que se refere ao caráter sustentável do crescimento econômico, surgindo a proposta do decrescimento econômico como condição essencial para a sustentabilidade do planeta.

Alguns autores destacaram que o conceito de desenvolvimento sustentável é impreciso e ambíguo, mas um fato fica evidente no conceito de desenvolvimento sustentável, que é sua ligação com a questão ambiental, embora esta não se configure como a única dimensão importante da sustentabilidade, a qual é constituída primordialmente pelo tripé: econômico, social e ambiental. Contudo, de acordo com Guerra (2010, p.89): "O desenvolvimento econômico está cada vez mais atrelado às preocupações universais de proteção ao meio ambiente".

Levando em conta o conceito de desenvolvimento sustentável e a cidade como espaço de qualidade de vida, observou-se que a cidade está distante de ser sustentável, representando a sustentabilidade um desafio, diante da complexidade dos problemas socioambientais que ela veio acumulando, evidenciando-se que a sua urbanização desordenada teve uma forte influência do processo de industrialização, cuja questão é ainda mais premente nos distritos industriais, onde industrialização e urbanização corroboram para o agravamento dos problemas socioambientais.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Joselito Santos. **Bio (sócio) diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AHMED, Flávio. A cultura e o lazer na perspectiva da sustentabilidade das cidades. In: AHMED, Flávio; COUTINHO, Ronaldo. **Cidades sustentáveis no Brasil e sua tutela jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p.9-24.

ALLEN Adriana. **Sustainable cities or sustainable urbanization?** Disponível em: <http://www.ucl.ac.uk/sustainable-cities/results/gcsc-reports/allen.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2011.

ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade**: uma ruptura urgente São Paulo: Elsevier, 2007.

ALTVATER, Elmar. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In: HELLER, Agnes *et al.* (Org.). **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p.109-153.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p.11-73.

ARRUDA, Luis; QUELHAS, Osvaldo Luis Gonçalves. Sustentabilidade: um longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade e o meio ambiente. **Boletim Técnico Senac**, Rio de Janeiro, v.36, n.3, set./dez. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Norma NBR ISO 26.000**. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_65.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2010.

BAER, Werner; MUELLER, Charles C. Aspectos ambientais do desenvolvimento do Brasil. In: BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Nobel, 2002. p.399 a 434.

BARBER-MADDEN, Rosemay; SABER, Bruno Abe. A situação dos jovens no mundo. In: BARBER-MADDEN, Rosemary; SANTOS, Taís de Freitas. **A juventude brasileira em contexto atual e em cenário futuro**. Brasília: UNFPLA, 2012. p.17-40.

BARONI, Margaret. Ambiguidades e deficiências no conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.32, n.2, p.14-24, abr./jun. 1992. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901992000200003.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2011.

BASTOS, Mariana Perez. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável**: conceitos sinônimos? Disponível em: <http://sustentabilidade.grupohn.com.br/2013/09/27/sustentabilidade-e-desenvolvimento-sustentavel-conceitos-sinonimos/>. Acesso em: 29 set. 2013.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BEZERRA, Maria Lucila. **Desenvolvimento urbano sustentável**: realidade ou utopia. jul. 2002. (Trabalhos para discussão n.140). Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/140.html>. Acesso em: 24 jan. 2009.

BOISIER, Sergio. Sociedad del conocimiento social y gestión territorial. In: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. **Respostas regionais aos desafios da globalização**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p.15-68.

BRAGA, Tânia Moreira; BRITO, Fausto; FREITAS, Ana Paula Gonçalves de; MARQUES, Denise Helena França. Sustentabilidade e condições de vida em áreas urbanas: medidas e determinantes nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP. 14., 2004, Caxambú. **Anais**... Caxambú-MG, 20 a 24 set. 2004. Disponível em: <http://www.fecam.org.br/idm3/projeto/biblioteca/sustentabilidade_condicoes_vida_areas_urbanas.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 jan. 2009.

_____. Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 28 jan. 2010.

_____. Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 22 jan. 2010.

BREITENBACH, Camila; REIS, Jorge Renato dos. (IN) suficiência dos preceitos constitucionais ambientais na pós-modernidade frente ao paradigma econômico. In: CUSTÓDIO, André Viana; BALDO, Lumar Junior. **Meio ambiente, constituição & políticas públicas**. Curitiba: Multideia, 2011. p.69-78.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento, crescimento e salário**. ago. 2008a (Textos para discussão EESP/FGV, n.169). Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1896/TD169.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jan. 2013.

_____. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008b. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.Crescimento Desenvolvimento. Junho19.2008.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2011.

BRIEFINGS, Schumacher; GIRARDET, Herbert. **Creating sustainable Cities**. Devon: Green Books, 1999.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha; FENSTERSEIFER. Indicadores de sustentabilidade. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão ambiental e responsabilidade**: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009. p.213-234.

CAPRA, Frijot. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARSON, Rachel Louis. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, Carlos Gomes de. I**ntrodução ao direito ambiental**. São Paulo: Letras & Letras, 1991.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, n.45, p.152-166, jul. 1996.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Parcerias estratégicas**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos estratégicos – Ministério da Ciência e Tecnologia, 2005.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CNUMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COMPANS, Rose. Cidades sustentáveis, cidades globais: antagonismo ou complementariedade. In: ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p.121-154.

CORAL, Eliza; STROBEL, Juliana Scapulatempo; SELIG, Paulo Maurício. **A competitividade empresarial no contexto dos indicadores de sustentabilidade corporativa**. Trabalho apresentado no XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Florianópolis, SC, Brasil, 03 a 05 nov. 2004.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, n.2, p.55-71, nov. 1999.

DALY, Herman E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.7, n.2, p.197-201, jul./dez. 2004.

_____ E. **Sustentabilidade em um mundo lotado**. Publicado em 22 de outubro de 2005. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2005/10/22/ sustentabilidade-em-um-mundo-lotado-por-herman-e-daly/>. Acesso em: 23 dez. 2009.

_____. **A ciência económica num mundo repleto**. Disponível em: <http://resistir.info/ecologia/sustentabilidade.html>. Acesso em: 21 jan. 2009.

DE MARCO, Christian Magnus. **O direito fundamental à cidade sustentável e os desafios de sua eficácia**. Chapecó: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

EDWARDS, Brian. **O guia básico para a sustentabilidade**. Barcelona: Gustavo Gili, 2005.

ELKINGTON, John. **Enter the Triple Bottom Line**. ES – TBL, ago. 2004. Disponível em: <http://s3-ap-southeast-2.amazonaws.com/jigsydney/general/PDF/203983~TBL-elkington-chapter.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2010.

FACHIN, Zulmar. **Curso de direito constitucional**. 3.ed. São Paulo: Método, 2008.

FURTADO, Celso. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas Georgescu. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971.

GIANSANTI, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. 2.ed. São Paulo: Atual, 1998.

GLOBO TV: BOMDIA BRASIL. **Aplicativo ajuda na fiscalização de problemas em cidades**. Disponível em: <http://globotv.globo.com/rede-globo/bom-dia-brasil/t/edicoes/v/aplicativo-ajuda-na-fiscalizacao-de-problemas-em-cidades/3458309/>. Acesso em: 27 jun. 2014.

GUERRA, Sidney. **Desenvolvimento sustentável na sociedade de risco global**: breves reflexões sobre o direito internacional ambiental. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_ambiental_sidney_guerra.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2010.

HALL, Peter; LANDRY, Charles. **Cidades inovadoras e sustentáveis**. Irlanda: Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, 2004.

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos; OBA, Leonardo Tossiaki O. **Planejamento do desenvolvimento urbano sustentável**. Disponível em: <http://cmq.esalq.usp.br/wiki/lib/exe/fetch.php?media=publico:syllabvs:lcf0300:planejamento_desenvolvimento_sustentvel_urbano.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2010.

HART, Stuart. A natural-resource-based view of the firm. **Academy of Management Review**, v.20, n.4, p.986-1014, 1995.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, n.39, p.48-64, 1996. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/126423/mod_resource/content/1/Harvey_Do%20gerenciamento%20ao%20empresariamento.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.

_____. **David Harvey critica modelo capitalista de urbanização**. Disponível em: <http://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/david-harvey-critica-modelo-capitalista-de-urbanizacao/> Acesso em 28 nov 2014.

HOBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções**. 21.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Cidades sustentáveis**: como as empresas podem contribuir. São Paulo: Ethos, 2009.

INTERNATIONAL SOCIETY FOR THIRD-SECTOR RESEARCH (ISTR). **A responsabilidade pelo desenvolvimento**. Disponível em: <https://c.ymcdn.com/sites/www.istr.org/resource/resmgr/working_papers_toronto/novaes.elidia.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.24, n.1, p.47-87, jan./abr. 2009.

KON, Anita. **Responsabilidade social das empresas como instrumento para o desenvolvimento**: a função da política pública. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/234/309>. Acesso em: 24 abr. 2013.

LATOUCHE, Serge. O decrescimento. Por que e como?. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, descrescimento e prosperidade. São Paulo: Gramond, 2013. p.45-54.

LEFF, Henrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2009a.

_____. **Ecologia, capital e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009b.

LEITE, Carlos. Cidades sustentáveis? Desafios e oportunidades. **Revista ComCiência**, Campinas, n.118, 2010. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 out. 2010.

LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, descrescimento e prosperidade. São Paulo: Gramond, 2013.

LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. A sociedade global e a questão ambiental. In: CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. p.195-207.

LERNER, Jayme. Cidades não são problemas, cidades são soluções. **Conferência Internacional Cidades Inovadoras**. Curitiba: FIEPR, 2010.

LUSTOSA, Maria Cecilia Junqueira. Industrialização, meio ambiente, inovação e competitividade. In: MAY, Peter H. **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p.205-220.

LYNCH, Barbara Deutsch. Instituições internacionais para a proteção ambiental: suas implicações para a justiça ambiental em cidades latino-americanas. In: ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p.71-98.

MARCUS, Thomas R.; DETWYLER, Melvin G. **Urbanization and environment the physical geography of the city**. Belmont, Califórnia: Duxbury Press, 1972.

MARIÚZZO, Patrícia. Cidades verdes: o desafio de tornar o espaço urbano equilibrado e sustentável. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.64, n.3, p.16-18, 2012.

MARTINE, George; McGRANAHAN, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGUER, Rosana. **População e cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp. Brasília: UNFPA, 2010. p.11-24.

MARX, Karl. **O capital**: texto condensado. Tradução de Gesner de Wilton Morgado. São Paulo: Ediouro, 1867.

MEADOWS, Dennis L.; MEADOWS, Donela; RANDERS, Jorgen. **Os limites do crescimento**. São Paulo: Qualitymark, 1972.

MEARA, Molly O. **Exploring a New Vision for Cities**. State of the World, 1999. p.130-151. Disponível em: <http://www.globalchange.umich.edu/gctext/Inquiries/Module%20Activities/State%20of%20the%20World/Exploring%20a%20New%20Vison%20for%20Cities.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/569?Itemid=670>. Acesso em: 28 nov. 2013.

MORENO, Julio. **O futuro das cidades**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOTA, Suetônio. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

MURAD, Samir Jorge. Meio ambiente do trabalho no contexto das cidades sustentáveis. In: AHMED, Flávio; COUTINHO, Ronaldo. **Cidades sustentáveis no Brasil e sua tutela jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p.137-152.

NAVARRO, Vicenç. **"Decrescimento" proposta eletista**. Disponível em: <http://outraspalavras.net/posts/ambiente-decrescimento-proposta-elitista/>. Acesso em: 21 out. 2013.

O ESTADÃO – PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS. **Empresário lança aplicativo para fiscalizar prefeituras após problema com entulho em SP**. Disponível em: <http://pme.estadao.com.br/noticias/noticias,empresario-lanca-aplicativo-para-fiscalizar-prefeituras-apos-problema-com-entulho-em-sp,2958,0.htm>. Acesso em: 10 maio 2013.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001. 121p. (Coleção História do Paraná. Textos introdutórios; v.5).

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Environmental Outlook to 2030**. OECD, 2008. Disponível em: <www.oecd.0rg>. Acesso em: 23 dez. .2009.

OSGOOD, Ellen L. **A history of industry**. Boston: Ginn, 1935.

PÁDUA, Suzana M.; ACETI JR., Luiz Carlos TOMÉ, Maria Vitória F. **Conservação ou preservação**. Disponível em: <http://www.redeambiente.org.br/Opiniao.asp?artigo=57>. Acesso em: 22 jun. 2013.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo. **Saneamento, saúde e ambiente**: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2005.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento humano 2013**. A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado. New York, PNUD, 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2013.

PRESTES, Vanêsca Buzelato. **Temas de direito urbano-ambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade: uma visão humanista. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, n.5, jul./dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X1999000200020>. Acesso em: 22 fev. 2011.

_____. Prefácio. In: ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p.7- 18.

RIFKIN, Jeremy. **A terceira revolução industrial**: como o poder lateral está transformando a energia, economia e o mercado. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2012.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **O desafio da construção de cidades sustentáveis**. Brasília: FAUNB, 2011.

RUSCHEL, Rogério. **Generosidade**: o quarto elemento do "Triple Bottom Line". Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/generosidade-o-quarto-elemento-do-triple-bottom-line/#.U-Em7xZbv50>. Acesso em: 27 jul. 2013.

SABEDOT, Sydney. A sustentabilidade dos recursos naturais não-renováveis. In: PENNA, Rejane; TOALDO, Ana Maria M.; SABEDOT, Sydney (Orgs.). **Conhecimento, sustentabilidade e desenvolvimento regional**. Canoas: Unilasalle, 2006. p.107-121.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Novel/Fundal, 1997.

_____. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das Ciências Sociais. **Revista Rio de Janeiro**, n.9, p.91-99, jan./abr. 2003.

SANTOS, Milton. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. **Espaço e debates**, São Paulo, v.8, n.25, p.58-62, 1988.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: USP, 2008.

SAULE JR., Nelson. **A participação dos cidadãos no controle da administração pública**. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/840/840.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2011.

SAVITZ, Andrew W; WEBER, Karl. **A empresa sustentável**: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SCHUCH, L. Prólogo – Meio ambiente – uma visão contemporânea do direito. In: AHMED, F.; COUTINHO, R. **Cidades sustentáveis no Brasil e sua tutela jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. p.xi-xv.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SICSÚ, João. A construção de uma estratégia de desenvolvimento. In: SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2009. p.19-27.

SILVA, Christian Luiz da; LOURENÇO, Marcus Santos; SILVA, Heloisa de Puppi e. A ação do Estado em consequência da interação e interdependência das dimensões do desenvolvimento sustentável: um modelo econométrico e analítico dos equipamentos urbanos. In: OLIVEIRA, Gilson Batista de; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **O desenvolvimento sustentável em foco**: uma contribuição multidisciplinar. Curitiba/São Paulo: Annablume, 2006. p.117-140.

SILVA, Elvan. Urbanística, ideologia & política: notas sobre a questão da competência decisória no planejamento urbano. **Revista Espaço Urbano**, Curitiba, v.1, n.2, p.3-7, dez. 1988.

SILVA, Solange Teles da. **Políticas públicas e estratégias de sustentabilidade urbana**. Disponível em: <http://www.rcc.gov.pt/sitecollectiondocuments/solangeteles_politicas-pub-sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2010.

SMITH, Richardt. Beyond Growth or Beyond Capitalism? **Real-World Economics Review**, v.53, p.28-42, jun. 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.13-35, jul./dez. 1997.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 15.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

TAMDJIAN, James Onning; MENDES, Ivan Lazzari. **Estudos de geografia**: o espaço do mundo. São Paulo: FTD, 2012.

TEEB. **A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade para Formuladores de Políticas Locais e Regionais**. Disponível em: <http://www.teebweb.org/media/2010/09/TEEB-D2-Local-and-Regional-Quick-guide_Portuguese.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2010.

UN DOCUMENTS GATHERING A BODY OF GLOBAL AGREEMENTS. **Our Common Future, Chapter 2**: Towards Sustainable Development. Disponível em: <http://www.un-documents.net/ocf-02.htm>. Acesso em: 22 jan. 2012.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e Mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p.75-104.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. In: BAENINGUER, Rosana. **População e cidades**: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp. Brasília: UNFPA, 2010. p.79-98.

WINCHESTER, Lucy. Desafíos para el desarrollo sostenible de las ciudades em América Latina Y El Caribe. Santiago de Chile, **Revista Eure**, v.32, n.96, p.7-25, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612006000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 nov. 2010.

WWF-BRASIL. **A pegada ecológica de São Paulo**: estado e capital e a família de pegadas. Brasília, jun. 2012.

YOSHIDA, Consuelo Y. Moromizato. Sustentabilidade urbano-ambiental: os conflitos sociais, as questões urbanístico-ambientais e os desafios à qualidade de vida nas cidades. In: MARQUES, José Roberto. **Sustentabilidade e temas fundamentais de direito ambiental**. Campinas, SP: Millennium, 2009. p.72-100.

3 ARTIGO 2

A Cidade Industrial de Curitiba (CIC): um retrato do espaço urbano dividido entre o capital e a pobreza

The Industrial District of Curitiba (CIC): a portrait of the urban space divided into the rich and the poor

Marina Luiza Gaspar Wisniewski
Harry Alberto Bollmann

Resumo:

Criada durante o auge do processo de industrialização brasileira, a CIC foi planejada como a solução para o problema do desemprego e direcionamento do crescimento da capital paranaense na década de 1970. No entanto, o modelo de crescimento econômico trouxe sérios problemas socioambientais para a população. Este texto tem como objetivo identificar os principais problemas que afetam a CIC, com vistas a reconhecer as áreas que demandam o estabelecimento de iniciativas de intervenções no bairro, seja por meio da criação de políticas públicas, seja mediante iniciativas de responsabilidade socioambiental das indústrias sediadas na região. Desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, exploratória e documental para caracterizar a importância da CIC, as motivações para sua criação, os conflitos surgidos e os problemas socioambientais que afloraram a partir de sua urbanização desordenada. Os dados que respaldam o retrato da CIC no século XXI foram obtidos no Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Verificou-se que, ao mesmo tempo em que a CIC sedia 8.395 empresas e se tornou o principal polo industrial do Estado do Paraná, também abriga uma população de 159.820 habitantes de acordo com o Censo de 2010 do IBGE, constituindo-se num bairro que congrega vários problemas socioambientais decorrentes de sua ocupação desordenada, entre os quais: carências na área educacional, índices de violência elevados, assentamentos irregulares, tráfico de drogas, contaminação de rios e acúmulo de lixo em locais inadequados.

Palavras-chave: Planejamento urbano em Curitiba. Cidade Industrial de Curitiba. Problemas socioambientais.

Abstract:

Created during the peak of the Brazilian industrialization process, CIC was planned as a solution to unemployment and as guidance to the growth of the capital of the State of Paraná in the 1970s. However, the economic growth pattern brought serious social environmental problems to the population. This text aims at identifying the main issues that affect CIC in order to recognize the areas that need the establishment of intervention initiatives in the district, either by the creation of public policies or by initiatives of the social environmental responsibility of factories in the area. A bibliographical, exploratory and documental research was developed in order to characterize the importance of CIC, the motivations for its creation, the conflicts that arose and the social environmental problems that appeared from its disorderly urbanization. The data that supports the image of CIC in the 21st century was obtained from the Urban Planning Institute of Curitiba (IPPUC), from the Institute of Social and Economic Development of Paraná (IPARDES) and from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). It has been verified that at the same time CIC hosts 8.395 companies and has become the main industrial zone of the State of Paraná, it also has a population of 159.820 inhabitants according to the IBGE Census of 2010, being composed by a neighborhood that congregates several social environmental problems, due to its disorderly occupation, such as: demand for improvement in the educational area, high violence rate, irregular settlements, drug trafficking, river contamination and garbage accumulation in inappropriate places.

Keywords: Urban planning in Curitiba. Industrial District of Curitiba. Social-environmental problems.

3.1 INTRODUÇÃO

A indústria é o coração do desenvolvimento econômico.
(SHRIVASTAVA; HART, 1995, p.156)

Ao lado da valorização das cidades, tem se observado a crescente valorização das economias locais. Nas palavras de Dowbor e Pochmann (2010, p.6), assistimos a uma revalorização dos territórios locais. O território local surge como um grande potencial subutilizado, na medida em que permite políticas diversificadas segundo as diferentes situações e uma articulação dos diversos atores locais visando a processos de decisão mais participativos e mais democráticos, além da maior produtividade sistêmica do território. O foco deste capítulo é caracterizar a CIC sob o ponto de vista socioambiental, entretanto, entende-se fundamental, antes de discorrer sobre a realidade da CIC, contextualizar nesta introdução, ainda que forma sucinta, a conjuntura da industrialização e seus efeitos em âmbito nacional e estadual, no recorte temporal da implantação da CIC.

Para Baer (2002, p.25), o Brasil passou por profundas mudanças socioeconômicas desde a Grande Depressão da década de 1930 e, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial. Sua economia, durante séculos, voltada para a exportação de uma pequena quantidade de produtos primários, foi capitaneada por um setor industrial amplo e diversificado, em um espaço de tempo relativamente curto. Ao mesmo tempo, sua sociedade predominantemente rural, tornou-se cada vez mais urbanizada.

Pode-se dizer que a industrialização ganhou impulso no Brasil durante o primeiro governo do presidente Getúlio Vargas, período que vai de 1930 a 1945. Em 1931 o governo anuncia a implantação das indústrias de base e, em 1940, ganha corpo o parque industrial brasileiro. Nas décadas de 1940 e 1950, o país recebe um importante impulso industrial pela construção de grandes obras como a Companhia Vale do Rio Doce em 1942, a Fábrica Nacional de Motores em 1943, a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda em 1946, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em 1952 e a Petrobrás em 1953.

No período que vai de 1950 a 1970, o Brasil adota o modelo de Substituição de Importação (ISI) financiado pelo Estado e pelo capital externo, tendo como foco intensificar o crescimento econômico brasileiro via industrialização. Segundo Suzigam

(1989), o auge da industrialização brasileira se deu justamente nessa época, durante o governo de Juscelino Kubitschek na década de 1950, a partir da qual ocorre um maior ativismo do Estado no processo de industrialização. Para a autora, a estrutura industrial avançou no sentido de incorporar segmentos da indústria pesada, da indústria de bens de consumo duráveis e da indústria de bens de capital, substituindo importações de insumos básicos, máquinas e equipamentos, automóveis e eletrodomésticos.

Para Laplane (2006, p.5), os termos "industrialização" e "desenvolvimento econômico" foram praticamente sinônimos no Brasil entre os anos 30 e os anos 80, mas o consenso quanto ao papel da indústria no desenvolvimento brasileiro desfez-se a partir de então. Como aponta Suzigan (1988, p.9-10), embora a ação do Estado entre meados dos anos de 60 e fins da década de 1970 tenha sido decisiva para integrar a estrutura industrial e consolidar o processo de industrialização, as políticas implementadas apresentaram deficiências e lacunas em termos de política industrial que contribuíram para criar uma mentalidade protecionista, agravar o atraso tecnológico e manter a indústria com baixos níveis de eficiência e pouco competitiva. Na percepção de Hees (2011, p.130): "O obstáculo principal à industrialização brasileira não foi o grau de protecionismo – que terá influenciado, sobretudo, o ritmo do crescimento industrial – e sim a dinâmica da economia do país e o tipo de inserção do Brasil no mercado mundial".

Esse processo parece ter se aprofundado durante o período da ditadura, pois, de acordo com Dudeque (2010, p.319): "[...] O governo militar queria a industrialização. A ordem ramificava-se pelos graus inferiores da hierarquia. Os governadores obrigavam-se a querer a industrialização. Os prefeitos dos municípios escolhidos deveriam querer a industrialização".

Sobre esse quadro, Touraine observa que:

> Cabia aos planejadores "preparar" as cidades para a industrialização, concebida como sinônimo de desenvolvimento, de modernização. Questões como a do impacto da industrialização sobre o meio ambiente urbano eram desconhecidas ou ignoradas no processo de decisão sobre a instalação de atividades industriais nas cidades (TOURAINE,1996, p.34).

A rápida implantação da matriz industrial internacional no Brasil internalizou, segundo o autor, os vetores produtivos das áreas químico-petroquímica, metal-mecânica, material de transporte, madeireira, papel e celulose e de minerais não

metálicos, todos com uma forte carga de impacto sobre o meio ambiente. Conforme esse autor, esse processo de industrialização acelerou também uma intensa concentração da população brasileira nas cidades e, consequentemente, a metropolização dos maiores centros urbanos.

> A falta de uma política urbana e de investimentos em equipamentos e serviços para o atendimento às necessidades criadas por essa população conduziu a uma profunda degradação do meio ambiente urbano em praticamente todas as grandes cidades brasileiras. Consequentemente, acentuaram-se os desníveis sociais. A grande maioria da população das regiões metropolitanas viu suas condições de vida agravarem-se ainda mais, muitos passando a viver em condições subumanas: más condições de trabalho e habitação, desemprego e subemprego endêmicos, riscos para saúde resultantes da falta de saneamento etc. (TOURAINE, 1996, p.36).

Quanto à industrialização do Estado do Paraná, segundo Oliveira (2001, p.24), o início do seu processo de industrialização coincide com o ciclo da erva-mate, cujo produto teve singular importância para a história do Paraná. A erva-mate manteve-se como principal produto paranaense durante o período entre a Emancipação Política do Paraná (1853) e a Grande Crise de 1929, chegando a representar 85% da economia paranaense. As mudanças que ocorreram nos meios de transporte se intensificaram com o desenvolvimento da economia ervateira a partir do século XIX (MUSEU PARANANENSE, 2013).

A partir dos anos 30, a indústria do mate entra em crise e começa a ser substituída pela madeira e o café como carros-chefes da economia paranaense. De acordo com Oliveira:

> A construção da Estrada da Graciosa e da Ferrovia Curitiba-Paranaguá abriu novas possibilidades de exploração da madeira. […] a madeira acabou por se converter em um dos nossos principais produtos de exportação e nosso maior ramo industrial. […] A extração da madeira e as indústrias correlatas, como papel e papelão, mobiliário, etc., passaram a fazer parte da paisagem econômica de grande número de municípios paranaenses, empregando nestes a maior parte dos trabalhadores na indústria, ao mesmo tempo que disseminavam a industrialização pelo interior do Estado (OLIVEIRA, 2001, p.30).

No início da década de 1960 surge o Projeto de Desenvolvimento Industrial do Paraná, e o Estado passa a assumir a responsabilidade pela industrialização, sendo criadas naquela década várias empresas estatais para atender ao fornecimento de serviços que serviriam de suporte ao processo de industrialização, entre as quais a

Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), a qual possibilitou os recursos físicos e financeiros para a construção da infraestrutura básica do Estado, cuja instituição foi em 1968 transformada no Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP).

Segundo o Ipardes (2000), os anos de 1970 se constituem no marco da transformação do perfil econômico do Estado do Paraná com diversificação na agropecuária e introdução dos ramos modernos do setor industrial como a linha metal-mecânica, reflexo do processo de desconcentração da atividade econômica a partir de São Paulo.

Vale ressaltar que os anos de 1970 também se constituem no marco da aceleração do êxodo rural, com o consequente aumento da migração da população do campo para a cidade. Nesse aspecto, Touraine (1996) aponta que a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), quando comparada às demais, foi a mais atingida pelo êxodo rural durante a década de 1970 e que os reflexos socioambientais desse fenômeno foram relevantes.

O fato é que a implantação da CIC na década de 1970 mudou a configuração econômica do Estado, que até então tinha sua economia financiada pelo setor primário, e assumiu importante papel na economia paranaense. Atualmente, a CIC conta com 8.395 empresas, das quais, 3.733 pertencem ao ramo comercial, 2743 ao setor de serviços, 1.866 ao ramo industrial e 53 outros ramos (IPPUC, 2013).

Como a CIC é um bairro que foi criado prioritariamente para abrigar as indústrias e sua classe operária e que pelo dinamismo do seu crescimento econômico acabou se tornando o bairro mais populoso de Curitiba – contava com 159.820 habitantes no ano de 2010 (IPPUC, 2013) –, nele capital e pobreza convivem lado a lado, definiu-se como objetivo geral para este estudo identificar os principais problemas que afetam a CIC sob o ponto de vista socioambiental, com vistas a reconhecer as áreas que demandam o estabelecimento de iniciativas de intervenções na região.

Este estudo foi desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica, exploratória e documental. Os dados recentes que retratam os problemas socioambientais enfrentados pela CIC foram levantados junto às publicações do Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC); do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Este capítulo contempla inicialmente algumas considerações sobre o planejamento urbano de Curitiba e, na sequência, trata do foco desta pesquisa, a caracterização da CIC e a identificação dos problemas socioambientais que afetam a região.

3.2 PLANEJAMENTO URBANO EM CURITIBA

Curitiba é um município que possui uma relevante importância socioeconômica no Estado do Paraná. De acordo com o IBGE (2013), Curitiba conta com um PIB de R$ 58.082.416, no ano de 2011, sendo o quarto maior PIB do Brasil, perdendo apenas para São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, respondendo por 1,4% do PIB brasileiro e, 24,4% do PIB do Estado do Paraná. É o município que possui o maior PIB da Região Sul do Brasil.

A década de 1970 se constitui num marco na economia paranaense e Curitiba assume uma posição de destaque no Estado, centrada na sua região metropolitana. De acordo com Nojima e Moura e Silva (2004, p.33), nos anos de 1970 e 1980, Curitiba sediou grandes grupos, particularmente na CIC. Nos anos de 1990, essa estrutura industrial alterou sua composição, incorporando novos segmentos, cujos investimentos beneficiaram-se das vantagens locacionais existentes (proximidade do mercado do Sudeste e do Porto de Paranaguá, oferta de infraestrutura em termos de energia, telecomunicações, aeroporto internacional e rodovias) e da concessão de incentivos fiscais e financeiros, reforçando a posição desse espaço metropolitano no estado e no país.

O estudo IPEA, USP; IPPUC afirma que:

> A partir da década de 1970, projetos de grande porte, denominados âncoras, instalaram-se na região, sobretudo na CIC e em Araucária. Era a chegada da indústria de moldes produtivos e administrativos modernos, com ampla escala de produção e inserida nas estruturas de mercado nacional e internacional. Pode-se perceber a significativa transformação da base produtiva instalada em Curitiba, convergindo aos setores-chave do padrão da Segunda Revolução Industrial (bens de consumo duráveis e bens de capital) (IPEA; USP; IPPUC, 2002, p.98-99).

Quanto ao planejamento urbano, pode-se dizer que Curitiba é considerada referência para muitas cidades brasileiras, ganhando visibilidade internacional pelas

suas práticas inovadoras em gestão urbana, meio ambiente e, sobretudo, pelo seu sistema de transporte coletivo.

Embora o processo de urbanização de Curitiba tenha se intensificado na década de 1970, a preocupação com a sua urbanização já estava presente no planejamento da cidade desde a década de 1940 (IPEA; USP; IPPUC, 2002, p.91). O primeiro plano de urbanização da cidade de Curitiba foi elaborado em 1943, coordenado pelo urbanista francês Alfred Agache, cujo plano foi revisto em 1962. Referindo-se à época da elaboração do Plano Agache, Rosa e Neves afirmam que:

> [...] Naquele momento, já havia a preocupação de dotar a cidade de amplos espaços para recreação, paisagismo e contenção dos ciclos dos rios, sendo idealizados parques ao longo dos mesmos. Algumas ações foram colocadas em prática: a criação do setor militar no bairro Bacacheri; a construção do Centro Cívico às margens do Rio Belém, concentrando as atividades administrativas dos Três Poderes; a construção do Centro Politécnico, para onde se transferem parte das instalações da Universidade Federal do Paraná. Avenidas foram criadas, reforçando o uso de algumas vias e reafirmando tendências naturais, através do aproveitamento dos caminhos de ligação do antigo núcleo urbano com as colônias de produção agrícola, direcionando o crescimento da cidade no sentido Norte-Sul (ROSA; NEVES, 2011, p.7).

No ano de 1965 é criado o Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e em 1966 é instituído o Plano Diretor da cidade. Segundo Lefebvre (1996, p.78): "A prefeitura de Curitiba foi a primeira a realizar concorrência pública para elaboração de um plano urbanístico: uma inovação no campo do planejamento urbano do Brasil".

A partir da década de 1970, os investimentos em planejamento urbano em Curitiba vêm gradativamente tornando-a referência em planejamento urbano para as demais cidades brasileiras e, por vezes, até para algumas cidades no exterior. Na visão de Bega (2011, p.50) Curitiba, cidade-espetáculo dos anos de 1990 não poderia existir sem o aporte institucional e financeiro dos anos de 1970.

De acordo com Lima (2007, p.81): "Uma das marcas mais importantes, tanto do ponto de vista do ordenamento do território, quanto da projeção da cidade para fora, ou seja, dos instrumentos de difusão de uma imagem de Curitiba, é o sistema de transporte coletivo".

A visibilidade dada a Curitiba pelo sistema de transporte coletivo é também evidenciada por Bega:

> Intensamente veiculada pela mídia local e nacional e referência em congressos e simpósios internacionais, a experiência de transporte coletivo de Curitiba realmente representa avanços em termos de fluxo, preço de passagem e qualidade para o usuário. Foi, desde 1974, o carro-chefe da promoção da imagem de Curitiba, juntamente com a criação da Rua das Flores (BEGA, 2011, p.62).

Oliveira (2000, p.60) apresenta outro olhar a respeito do sistema de transporte coletivo de Curitiba, ponderando que o ligeirinho recebeu destaque da imprensa contemporânea muito mais em função de concepção estilística das suas estações tubulares e do visual futurista dos ônibus do que dos supostos ganhos de eficiência na operação das linhas.

Além do sistema de transporte coletivo, outros aspectos diferenciam Curitiba das demais cidades brasileiras:

> O diferencial de Curitiba em relação a outras cidades, do ponto de vista dos urbanistas, poderia ser observado pela grande extensão da área verde por habitante, tráfego rápido, vias expressas exclusivas para o transporte coletivo, redes de ciclovias, áreas para pedestres no centro urbano, expansão e pluralidade de espaços de lazer e cultura, valorização do patrimônio histórico e reciclagem do lixo (GERMINARI, 2011, p.96).

Outro serviço que influenciou na imagem de Curitiba foi seu sistema de coleta de lixo. Segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba (2013), a coleta do lixo reciclável, a compra do lixo e o sistema de deposição dos resíduos, no Aterro Sanitário da Caximba, chamaram a atenção da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1990, ano em que Curitiba recebeu um prêmio na área do meio ambiente do United Nations Environment Program (UNEP). Entretanto, Moura e Kleinke apontam as seguintes deficiências no sistema de coleta do lixo em Curitiba:

> Objeto de forte política de *marketing* cobre hoje apenas 3% do lixo urbano. Além disso, não promove avanços em educação ambiental, no sentido de preparar o cidadão para essa prática que é bastante complexa. Merece crítica também por associar-se a programas repudiáveis dirigidos à população pobre como a troca do lixo selecionado por vale-transporte, alimentos, material escolar, guloseimas, criando uma situação degradante ao transformar crianças e adultos em catadores de lixo, e casas e escolas, em depósitos de resíduos (MOURA; KLEINKE, 2013, p.8).

De acordo com Aníbal (2011, p.1), Curitiba conquistou dois prêmios importantes no ano de 2010: o "Sustainable Transport Award", em Washington, pela implantação da Linha Verde e o prêmio "Globe Award Sustainable City", que elege anualmente a cidade mais sustentável do mundo, organizado pelo "Globe Forum", da Suécia. A respeito do Segundo prêmio, o autor afirma que:

> O júri – que por unanimidade apontou Curitiba como vencedora – avaliou itens como preservação de recursos naturais, bem-estar e relação social nas cidades, inteligência e inovação nos projetos e programas, cultura e lazer, transporte, confiança no setor público e gerenciamento financeiro e patrimonial (ANÍBAL, 2010, p.1).

Curitiba adentra no século XXI como uma cidade que, embora tenha muitos desafios pela frente no que se refere à sua sustentabilidade, é considerada uma cidade que teve muitos avanços em termos de desenvolvimento humano para a sua população. É citada no Relatório de Desenvolvimento Humano 2011 como referência mundial em boas práticas de planejamento, gestão, transporte público e qualidade ambiental. Assim afirma o referido relatório:

> A cidade de Curitiba, no Brasil, implementou com êxito abordagens inovadoras ao planejamento urbano, à gestão da cidade e aos transportes para enfrentar o desafio do crescimento demográfico rápido. A cidade tem agora a mais elevada taxa de utilização de transportes públicos do Brasil (45% de todas as viagens) e uma das mais baixas taxas de poluição do ar do país (PNUD, 2011, p.45).

Segundo dados oficiais do PNUD (2013), Curitiba ocupa no ano de 2010 a 10.ª posição em âmbito nacional e a primeira posição em âmbito estadual, com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,823, classificado como muito alto dentro da classificação do PNUD. Entretanto, ao se visualizar o detalhamento do IDHM de Curitiba na Tabela 1, pode-se observar que 28,37% das crianças em idade escolar não têm Ensino Fundamental completo.

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Curitiba-PR - 2010

IDHM e seus componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,476	0,655	0,768
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	52,87	63,51	73,96
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	44,63	72,01	94,44
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	65,04	79,29	89,06
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	41,51	68,67	71,63
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	29,65	45,95	57,79
IDHM Longevidade	0,728	0,796	0,855
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,70	72,75	76,30
DHM Renda	0,755	0,809	0,850
Renda per capita (em R$)	878,39	1.225,28	1.581,04

Fonte: PNUD (2013).

De acordo com o índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM (que acompanha o desenvolvimento de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas: emprego & renda, educação e saúde, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde), Curitiba conta com um desenvolvimento municipal elevado de 0,9024, ocupando o primeiro lugar no ranking municipal estadual e o 25.º lugar no ranking nacional (FIRJAN, 2012).

Segundo o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) (que tem como objetivo estimular a cultura da responsabilidade administrativa, possibilitando maior aprimoramento da gestão fiscal dos municípios, bem como o aperfeiçoamento das decisões dos gestores públicos quanto à alocação dos recursos), Curitiba conta com uma boa gestão fiscal, com um índice de 0,8073, ocupando o quarto lugar no ranking estadual e a 71ª no ranking nacional no ano de 2011 (FIRJAN, 2011).

Embora Curitiba seja considerada modelo de mobilidade urbana, enfrenta no século XXI, um problema que assola todas as metrópoles brasileiras, que é o aumento no número de automóveis em circulação. Como aponta o estudo Observatório das Metrópoles:

> Curitiba apresenta crescimento bem próximo da média nacional. Entre 2001 e 2011 o aumento da frota na metrópole paranaense foi de 91,7%. Isso quer dizer que foram acrescidos aproximadamente 738 mil automóveis neste intervalo de dez anos. Com isso essa metrópole terminou o ano de 2011 com uma frota superior a 1,5 milhão de automóveis (RODRIGUES, 2012, p.5).

Esse mesmo estudo traz também o crescimento da frota de motocicletas em Curitiba, demonstrando que, embora esse índice esteja abaixo das outras metrópoles, a cidade ainda apresenta um crescimento elevado na sua frota, contribuindo para agravar a questão da mobilidade urbana.

> […] O crescimento da frota de motocicletas em Curitiba, ao contrário da maioria das metrópoles, ocorreu abaixo da média do crescimento das metrópoles. Entre 2001 e 2011 a frota na metrópole paranaense passou de pouco mais de 73 mil veículos para 269 mil, correspondendo a um crescimento de 273,4% (RODRIGUES, 2012, p.6).

Em Curitiba existem apenas 120 km de ciclovias, em contraste com uma rede de 3.347 km de ruas (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2000, p.52), observando-se que a cidade prioriza o transporte público motorizado individual. Oliveira (1995) lembra que os veículos automotores, cuja frota cresce assustadoramente na cidade, e os coletivos emitem poluentes acima do permitido.

Comentando a questão da concentração de poluentes no ar em áreas urbanas, o estudo do IBGE (2012) aponta que, embora na maior parte das Regiões Metropolitanas e no Distrito Federal, a maioria dos poluentes apresente tendência estacionária ou de declínio das concentrações máximas e médias observadas com o tempo, os valores de concentração anual média de Partículas Totais em Suspensão (PTS) e Partículas inaláveis (PM10) são ainda muito elevados em algumas Regiões Metropolitanas (Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória) e no Distrito Federal, evidenciando-se que Curitiba enfrenta problemas com a poluição.

Uma das medidas tomadas por Curitiba para amenizar o problema é a substituição parcialmente da sua frota de ônibus pelo modelo de ônibus Hibridus, movido a eletricidade e a biodiesel, que são 90% menos poluentes que os convencionais utilizados até então na frota. No ano de 2012, Curitiba colocou em circulação 30 ônibus Hibridus, sendo que o total de sua frota é 1.915 ônibus (DUCATI, 2012), o que mostra que essa iniciativa ainda é muito modesta se considerado o tamanho da frota.

Quanto ao raio de influência de Curitiba em termos socioeconômicos, Ultramari e Moura afirmam que:

> Curitiba é a metrópole de uma área que exerce influência sobre o Estado do Paraná, grande parte de Santa Catarina e algumas áreas de São Paulo e do Mato Grosso do Sul. Tal fenômeno delineia um raio de polarização, dependência e trocas que não se restringe aos limites estaduais, o que justifica sua importância particular e a de outras metrópoles nacionais. Influenciada e, sobretudo, exercendo influência, Curitiba acaba por amalgamar fenômenos externos – nacionais mesmo - em seu espaço urbano e por provocar transformações no espaço dos municípios subordinados, principalmente nos periféricos. Essa situação, sem dúvida, a qualifica como pólo de uma região metropolitana (ULTRAMARI; MOURA, 1994, p.130).

Não se pode tirar o mérito de que Curitiba teve grandes avanços em termos de planejamento urbano, entretanto, vários autores têm apontado os contrastes da cidade modelo. Na percepção de Garcia (1997, p.153): "[...] o projeto de modernização urbana de Curitiba foi determinante tanto na produção da "capital de Primeiro Mundo" quanto na produção das periferias de terceiro mundo da grande Curitiba". Segundo a autora, mesmo a cidade de Curitiba, dentro de seus limites municipais, apresenta grandes disparidades em suas condições de urbanização.

Conforme aponta o relatório UN-HABITAT (2012) divulgado no ano de 2010 na abertura do 5.º Fórum Urbano Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU), cinco cidades brasileiras estão entre as 20 mais desiguais do mundo, sendo que Curitiba ocupa a 17.ª posição. Moura e Kleinke apontam que:

> Curitiba é a cidade pólo de uma área metropolitana bastante heterogênea que em nada se assemelha à qualidade de sua infra-estrutura urbana, aos seus elementos urbanísticos e ao seu dinamismo econômico. Visivelmente, pólo e periferia não constituem relações de trocas concorrentes, mas sim subordinadas. O quadro funcional seleciona para o pólo atividades complexas, modernas e altamente rentáveis, enquanto a periferia desempenha funções reservadas a lhe oferecer sustentação. Com poucas exceções, são dormitórios, reservas de mananciais de abastecimento hídrico bastante comprometidos e, até há bem pouco tempo, distritos de atividades industriais menos nobres. O mapa regional da distribuição da renda, da oferta de infra-estrutura e da qualidade do ambiente e da moradia, deixa claro a segregação sócio-espacial a partir de bairros periféricos do próprio município pólo (MOURA; KLEINKE, 2013, p.6).

O estudo de Lima faz uma análise crítica da hierarquização dos espaços na cidade de Curitiba demonstrando claramente que o planejamento de Curitiba hierarquizou os espaços urbanos, funcionando como indutor de uma ocupação que se coloca ao mesmo tempo "seletiva" e "segregadora" dos espaços.

> A cidade globalizada é atravessada por uma hierarquia e controle dos espaços urbanos. Tudo isso leva a pensar que os "ícones da beleza", assim como os "ícones da pobreza", longe de serem espaços democráticos, são antes de tudo parte de um pensamento estratégico, que pensa a cidade de Curitiba (LIMA, 2007, p.69-80).

Garcia (1997, p.74) aponta que: "[...] para grandes parcelas da população urbana o usufruto dos espaços-símbolos, embora não efetivo, opera-se no plano do imaginário, contribuindo também para a afirmação da cultura urbana dominante". Nas palavras de Moura (2001, p.203), Curitiba traz no seu currículo uma longa história de "construção

simbólica de um cenário de eficácia e perfeição". Esses cenários são citados por Mendonça (2001, p.85), segundo o qual, na década de 1970 produziu-se a imagem de que Curitiba era exemplo em planejamento urbano; na década de 1980/1990 era a capital de Primeiro Mundo; na década de 1990 era a capital ecológica e na década de 2000 a capital social. Segundo Moura e Kleinke (2013, p.2), muito seguramente, Curitiba usará a imagem de cidade saudável – num futuro próximo.

Arantes, Vainer e Maricato (2000) usam a expressão "cidade do pensamento único" para explicar a positividade que cerca a imagem de Curitiba e como a cidade construiu uma imagem inquestionável pela sociedade, que sente orgulho de ser curitibana.

Para Busarello (1988, p.11): "O desequilíbrio entre o centro, dotado de infra-estrutura e a periferia, destituída de equipamentos, constitui uma característica antiga e permanente da cidade de Curitiba. De acordo com Lima (2007, p.81-82), graças às operações urbanísticas, que criaram os "ícones da beleza" e os "ícones da pobreza", parte da população acabou ficando privada do uso da cidade.

Oliveira se vale da última gestão do governador Jaime Lerner para explicar a espetacularização que cerca a imagem de Curitiba:

> [...] espetáculos não faltaram no urbanismo curitibano sob a última gestão de Lerner. Realizações de curto, ou curtíssimo, tempo de execução, apelando para novas tecnologias e sempre de grande impacto visual foram uma constante, levando um autor a escrever que "as inovações urbanísticas se tornaram uma rotina". Destas as principais foram a Ópera de Arame, o Jardim Botânico, a "reforma" do tradicional Mercado Municipal, a Rua 24 Horas, etc. Mesmo um projeto da área dos transportes como os ônibus Linha Direta (o popular Ligeirinho) recebeu destaque da imprensa contemporânea muito mais em função de concepção estilística das suas estações tubulares e do visual futurista dos ônibus do que dos supostos ganhos de eficiência na operação das linhas (OLIVEIRA, 2000, p.60).

Em que pese isso, a Cidade de Curitiba tem sido gerida dentro de uma linha de atuação que incentiva a inovação, a partilha de experiências e o comprometimento com o desenvolvimento local sustentável. Menezes (1996, p.141) cita que a primeira iniciativa visando à troca de experiências entre cidades em nível global foi o projeto Megacidades fundado no Centro de Pesquisas Urbanas da Cidade de Nova York pela antropóloga Janice Perlman. Foi por meio deste projeto que, em 1992, Curitiba transplantou para Nova York sua experiência com o ônibus "Ligeirinho". Paralelamente à Eco 92 ocorre o Fórum Mundial das Cidades em Curitiba, com o tema "Ação Local

para Sobrevivência global", no qual se enfatiza a importância da partilha das práticas mais eficientes em planejamento urbano. Segundo o autor, uma das conclusões-chave do Fórum Mundial das Cidades é exatamente a ideia de partilha: "[…] As cidades podem ser os agentes de transformação por todo o mundo, ao partilhar seus conhecimentos e experiências com outras cidades. Esta ação coletiva pode criar uma nova solidariedade global" (MENEZES, 1996, p.141-142).

Feitas essas considerações sobre o planejamento urbano de Curitiba, pode-se agora delinear o retrato da CIC, o maior polo industrial do Estado do Paraná.

3.3 A CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA

Na divisão oficial do município de Curitiba, a cidade está agrupada em nove regionais, sendo uma delas a CIC, a qual se localiza a oeste da cidade de Curitiba, fazendo divisa com os municípios de Campo Largo e Araucária, e é formada pelos seguintes bairros: Augusta, Cidade Industrial, Riviera e São Miguel, sendo que destes, o maior é a CIC, que corresponde a 68% do território da Regional (AGÊNCIA CURITIBA, 2013a, p.2).

A distribuição territorial das regionais de Curitiba que coordenam os 75 bairros da cidade, pode ser visualizada na Tabela 2; nela observa-se que a regional CIC responde por 13,81% do território de Curitiba, dos quais 9,41% é ocupado pelo bairro CIC.

Tabela 2 - Distribuição territorial das regionais de Curitiba

Regionais/bairros	Área Total (ha)	% do território de Curitiba
Matriz	3.593,19	8,27
Bairro Novo	4.500,83	10,35
Boa Vista	**6.251,00**	**14,38**
Cajuru	3.576,48	8,23
CIC		
Augusta	917,25	2,11
Cidade Industrial	**4.089,08**	**9,41**
Riviera	243,67	0.56
São Miguel	753,76	1,73
TOTAL CIC	6.003,73	13,81
Pinheirinho	5.659,3	13,02
Portão	3.382,12	7,78
Santa Felicidade	**6.519,07**	**15,00**
Boqueirão	3.980,66	9,16
TOTAL GERAL	43.466,38	100

FONTE: Adaptado do estudo IPPUC (2013).

A divisão administrativa das regionais de Curitiba pode ser melhor visualizada na Figura 1, na qual se verifica que as três maiores regionais de Curitiba são: Santa Felicidade, Boa Vista e CIC.

Figura 1 - Curitiba – divisão administrativa

Fonte: Fazendo a Diferença (2012).

Entende-se por Cidade Industrial a designação dada a uma região preparada prioritariamente para abrigar indústrias, as quais, ao se concentrarem num mesmo espaço geográfico, tendem a dinamizar a economia da região gerando empregos, contribuindo com impostos, disseminando tecnologias, influenciando na cultura e transformando o espaço pela relação que estabelecem com o meio ambiente.

Embora recentemente o Paraná conte com um parque industrial diversificado com indústrias espraiadas para várias regiões do Estado, Oliveira (2001, p.55) afirma

que se constituíram no Paraná apenas três regiões industriais de real significação: a de Curitiba propriamente dita, onde se concentram os novos ramos industriais dedicados aos bens de consumo duráveis e de capital; a de Ponta Grossa, responsável pela maior parte do complexo agroindustrial; e a de Londrina, onde se concentra alguma produção de bens de consumo não duráveis. E, dentre estas, segundo o autor, a região de Curitiba é, de longe, a mais importante.

Estudo mais recente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná afirma que se constituíram no Paraná quatro regiões significativas em termos industriais, conforme agrupamento na Tabela 3, sendo que a Região Metropolitana de Curitiba responde por 57% do faturamento do Estado.

Tabela 3 - Principais regiões industriais no Paraná

	RMC. (Curitiba)	**Norte central (Londrina)**	**Centro Oriental (Ponta Grossa)**	**Oeste**
Empregados	191.000	139.000	34.000	66.000
Indústrias	7.800	7.100	1.200	2.800
Faturamento	57%	15%	9,5%	5,5%

Fonte: FETRACONSPAR (2010).
Nota: Quatro mesorregiões concentram 87% do faturamento industrial do Paraná.

A respeito da região metropolitana de Curitiba (RMC):

> Nesta região está localizada um núcleo industrial totalmente desproporcional ao restante das outras regiões do Estado do Paraná, tanto em número de unidades industriais e de empregos, quanto no que se refere a produção de renda do Estado. É na Mesorregião Metropolitana de Curitiba que está localizada a maioria dos setores industriais com maior dinamismo econômico, os chamados setores estruturantes (MIGLIORINI, 2006, p.79).

O primeiro distrito industrial de Curitiba foi o de Rebouças, definido pela Lei de Zoneamento em 1953. De acordo com a Agência Curitiba (2013b) já nos anos de 1960 discutia-se um novo espaço na cidade para abrigar o então esgotado distrito Rebouças. É assim que, impulsionado pela política nacional de descentralização industrial e pela necessidade de alterar a dinâmica produtiva baseada no setor primário (agrícola), lançou-se, em 1973, o projeto da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), sendo que, no total, cerca de 27,6 milhões de metros quadrados foram desapropriados, aproximadamente 63% da área total da CIC.

No que se refere à representação dos interesses da indústria em Curitiba, é importante destacar a importância de duas entidades representativas: uma em

âmbito estadual, a Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), criada em 1944, que coordena, protege e representa legalmente as diversas empresas do setor industrial no Estado, e outra, criada em 1973, especificamente para representar as indústrias da região metropolitana, a Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba (AECIC). Agindo sempre em favor dos interesses e das necessidades das Empresas Associadas, a AECIC investe no estreito relacionamento com os órgãos governamentais (AECIC, 2013).

Segundo Oliveira:

> [...] foi através da criação da Cidade Industrial de Curitiba que se forjou uma autêntica aliança entre os profissionais do urbanismo local com os grandes interesses privados que, talvez, seja o traço mais importante no desenho da estrutura do poder contemporâneo no Paraná (OLIVEIRA, 2000, p.106).

Concebida como motor do desenvolvimento industrial, a importância da Cidade Industrial de Curitiba, vai além da esfera de produção de bens e serviços, uma vez que sua implantação trouxe um conjunto de transformações para a cidade.

Segundo Lima (2007, p.81), a criação da CIC foi uma estratégia que mudou a conformação do espaço de Curitiba. E, de acordo com a Agência Curitiba (2013b), a CIC configura-se como um bairro de grande concentração de tecnologia, produtos estratégicos e empregos de alta qualificação. Sua implantação alterou para sempre a configuração de Curitiba, transformou-a em um dos mais importantes polos industriais do Brasil, promovendo desenvolvimento urbano, geração de emprego e renda.

A principal justificativa para a criação da CIC está associada ao poder de atração das indústrias em termos de geração de emprego e renda. Como aponta Anjos (1993, p.131): "A aceleração do processo de industrialização é posta como condição para solucionar problemas existentes na capital, principalmente a geração de maior número de empregos".

Para Trintin (2001, p.99): "A instalação da Cidade Industrial de Curitiba teve um papel de enorme importância tanto no crescimento do parque industrial do Paraná quanto na determinação de sua concentração no entorno de Curitiba". E, de acordo com Firkowski (2002, p.81), a criação da CIC possibilitou o afluxo de importantes capitais externos para Curitiba.

Namur (1992) afirma que a CIC surgiu da política econômica de industrialização, que estava ocorrendo no Brasil, do potencial econômico e institucional existente em

Curitiba e da aliança que se estabeleceu entre os governantes e os empresários industriais, interessados em promover a industrialização de Curitiba.

Quanto à escolha da região oeste da cidade para sediar as indústrias, Polucha (2009, p.47) assevera que: "[…] os critérios não se limitavam às vantagens físicas que a área propiciava às atividades industriais; havia também a clara intenção de aproveitar a implantação da CIC para direcionar a expansão de Curitiba". De acordo com Del Santoro (2002, p.77): "As práticas de planejamento urbano em Curitiba baseiam-se no princípio de que a ocupação e o uso do solo na cidade podem ser induzidos" – e a CIC se tornou num exemplo que elucida muito bem essa questão.

O primeiro documento legal que define a Cidade Industrial de Curitiba foi a Lei Municipal n.º 4.199 de 08/051972. Sua implementação se deu a partir de 1973, com base em um projeto de zoneamento urbano, sistema viário e uso do solo elaborado pelo escritório de projetos de Jorge Whilhem, que havia sido contratado especificamente para esta esfera (OLIVEIRA, 2000, p.129).

De acordo com Polucha:

> O detalhamento do projeto da CIC foi elaborado pelo IPPUC em conjunto com a Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS). A ideia era fazer um distrito industrial integrado à cidade. Isto propiciaria tanto moradia para mão-de-obra que inevitavelmente seria atraída pela industrialização, como também o redirecionamento da expansão da cidade para uma região adequada do ponto de vista físico (POLUCHA, 2009, p.48).

A URBS foi criada no ano de 1961 e sempre se dedicou a executar os seus programas de obras, notadamente na área de pavimentação. Contudo, a partir de 1972, ela se envolve prioritariamente com o projeto da CIC, cabendo-lhe desapropriar, urbanizar e repassar à iniciativa privada os terrenos do futuro distrito industrial de Curitiba. Com o crescimento desse projeto, cria-se a CIC S.A. e a URBS retoma então exclusivamente seu papel de implantação de infraestrutura urbana (OLIVEIRA, 2001, p.63).

Uma das preocupações presentes na implantação da CIC foi a questão ambiental. Embora fosse fundamental atrair indústrias de grande porte para solidificar o distrito industrial, Curitiba foi seletiva no sentido de determinar qual o perfil de indústria que queria atrair e, sendo assim, as indústrias que se candidatassem para tal, antes de se instalarem na região, teriam que se adaptar à legislação ambiental do município.

Como afirma Giddens:

> Enquanto na esfera da União não havia preocupação com o impacto da industrialização sobre o meio ambiente urbano, em Curitiba essa preocupação esteve presente desde o início do processo, quando foi escolhido o local para a instalação das indústrias. No planejamento e na implantação da CIC procurou-se adequá-la à política de uso do solo em vigência (GIDDENS, 1996, p.101).

Foi o desejo de criar um distrito industrial na capital do Estado que levou os poderes públicos a perceberem a necessidade de se dotar Curitiba de um plano que orientasse o crescimento da malha urbana, resultando no surgimento do atual Plano Diretor de Curitiba. Esse plano previa, desde o início, a reserva de uma área considerável da cidade para a instalação de plantas industriais, originalmente denominado Distrito Industrial, passando mais tarde a se chamar Cidade Industrial de Curitiba (OLIVEIRA, 2001, p.59).

De acordo com Del Santoro (2002, p.35): "[...] Foi proposto então, um processo de industrialização, para o qual foram reservadas algumas áreas, escolhidas de tal forma que a ocupação industrial não prejudicasse a qualidade de vida dos habitantes em geral".

Embora a CIC tenha sido criada na década de 1970, o período mais intenso de sua industrialização se deu na década de 1990, pois, segundo a Agência Curitiba (2013b), foi nesta década que cerca de 60% das empresas iniciaram suas atividades na CIC.

A partir de então, a CIC passa a atrair um considerável número de indústrias, entre as quais, as de bens de capital, alterando a estrutura da indústria paranaense, pois de acordo com o depoimento de Luiz Antonio Fayet, ex-presidente do Badep "[…] graças à atuação da CIC e do Badep, a participação do Paraná no PIB industrial do Brasil saltou de 2,3% para cerca de 7% em dez anos (IPPUC, 1992, p.65).

A distribuição dos estabelecimentos econômicos da CIC por setores no ano de 2011 pode ser observado na Tabela 4, verificando-se que a CIC conta com 8.395 empresas, das quais 1866 pertencem ao ramo industrial.

Tabela 4 - Estabelecimentos econômicos por administração regional de Curitiba - 2011

Regionais	Estabelecimentos econômicos por setores				
	Indústria	Comércio	Serviços	Outros	Total
Matriz	4.985	23.448	35.397	578	64.408
Bairro Novo	1.334	3.695	2.075	12	7.116
Boa Vista	2.712	9.146	8.425	164	20.447
Cajuru	2.351	7.542	5.741	94	15.728
CIC	1.866	3.733	2.743	53	8.395
Pinheirinho	1.781	5.382	3.064	48	10.275
Portão	3.427	13.025	12.278	214	28.944
Santa Felicidade	2.132	6.508	5.797	101	14.538
Boqueirão	3.504	10.612	6.532	131	20.779
TOTAL CURITIBA	24.092	83091	82.052	1.395	190.630

Fonte: Adaptado do estudo IPPUC (2013).

Embora a CIC tenha tido êxito e se constitua no principal polo industrial do Estado do Paraná, contando em seu parque industrial com 8.395 estabelecimentos econômicos, a região apresenta múltiplos problemas socioambientais, razão pela qual falar da CIC no século XXI é falar de oportunidades, mas também dos desafios que a região enfrenta, uma vez que se trata de uma área onde capitalismo e pobreza convivem lado a lado.

Segundo Oliveira (1995), embora tenha havido a preocupação por parte dos planejadores em instalar na CIC apenas indústrias não poluentes, os municípios metropolitanos oferecem índices preocupantes de contaminação ambiental e elevada incidência, em sua população, de moléstias associadas à localização de atividades da indústria dos não metálicos, salientando uma deformação institucional no que se refere à coordenação das iniciativas regionais.

Oliveira (2001) destaca que o êxito da CIC é empalidecido por erros de gerência na implantação do projeto e por imperfeições do contexto institucional no qual ele foi gerado. O autor faz alusão à dívida da CIC, às inúmeras ações judiciais movidas pelos proprietários despejados dos terrenos e aos problemas ambientais enfrentados pela região. Nas palavras do autor:

> De pouco ou nada adianta o poder local se vangloriar do caráter não-poluente das indústrias instaladas na CIC, se os descapitalizados municípios vizinhos permitem e/ou estimulam a implantação de todo e qualquer empreendimento industrial dentro de suas divisas (OLIVEIRA, 2001, p.63).

A ocupação da própria CIC não se deu conforme planejado, uma vez que a região apresenta característica bem divergentes de seu projeto original no que se

refere à distribuição da área, sendo discrepante, sobretudo, a área ocupada pela indústria e pela habitação.

> No projeto inicial da CIC, 57% de sua área eram destinados para indústrias; 15% para áreas habitacionais; 0,9% para sistema viário; 12% para áreas verdes; 0,3% para áreas de serviços e 0,4% para áreas dominadas mistas (habitação/serviços)[1]. Hoje, a realidade da CIC em termos de ocupação é totalmente diversa do seu projeto inicial [...]: 31,09% de sua área é industrial; 30,88% área habitacional; 23,87% outros; e 14,16% área bruta (incluindo áreas de preservação, fundo de vale, sistema viário etc.) (IPEA; USP; IPPUC, 2002, p.104).

A CIC é considerada o bairro mais populoso não só da Regional CIC, mas também de toda Curitiba, uma vez que dos 171.480 habitantes da regional (ver Tabela 5), 159.820 habitantes residem no bairro CIC, de acordo com o estudo do IPPUC.

Tabela 5 - População, densidade demográfica e variação populacional por bairros em Curitiba - 2010

Regionais	População		Densidade (habit/ha.)	Variação populacional
	2000	2010		
Matriz	202.304	205.722	57,25	1,69%
Bairro Novo	124.330	145.433	32,31	16,97%
Boa Vista	225.696	248.698	39,78	10,19%
Cajuru	195.742	215.503	60,26	10,10%
CIC	152.937	171.480	28,56	12,12%
Pinheirinho	130.214	168.425	29,76	29,34%
Portão	231.919	243.506	72,00	5,00%
Santa Felicidade	135.981	155.794	23,90	14,57%
Boqueirão	188.192	197.346	49,58	4,86%
Curitiba	1.587.315	1.751.907	39,34	10,3

Fonte: Adaptado do estudo IPPUC (2013).

Em que pese a infraestrutura urbana adaptada à realidade da CIC, o bairro congrega uma diversidade de problemas socioambientais que impõem um desafio ao poder público no sentido de erradicá-los, dada a sua complexidade.

De um bairro idealizado para abrigar as indústrias e sua classe operária, a CIC atraiu uma demanda maior de trabalhadores em relação aos empregos oferecidos na região, tornando-se um bairro industrial-residencial rico em contrastes. Nele se pode ver o lado forte do capitalismo representado por um parque industrial formado por 8.395 estabelecimentos econômicos, onde gira riqueza, tecnologia e inovação, ao lado de uma pobreza sem precedentes, visualizada nas condições das moradias

---

[1] Os dados não fecham 100% na publicação original.

irregulares, e mesmo nas moradias regulares, há carência de equipamentos públicos básicos para atender às demandas, como escolas e creches e há proliferação de crimes.

Baseado em dados do ano de 2000, o estudo do IPPUC (2008) já demonstrava que todos os bairros pertencentes à Regional CIC estavam no *cluster* vizinhança de baixa qualidade de vida, conforme pode ser visualizado na Tabela 6. Segundo o estudo, essa vizinhança era a mais carente, sendo que políticas sociais para melhorar as condições de vida da população nele residente deveriam de ser prioritárias.

Tabela 6 - Qualidade de vida nos bairros de Curitiba - ano 2000

Posição no Cluster	Bairro	IQV	Habitantes	Posição no Cluster	Bairro	IQV	Habitantes
Cluster 1 - Vizinhança de alta qualidade de vida – Curitiba, 2000							
1	Vila Izabel	89,60	10.949	13	Batel	75,21	11.778
2	Ahú	88,78	11.148	14	Tingui	75,14	11.564
3	Bigorrilho	88,56	27.127	15	Bom Retiro	71,12	5.633
4	Água Verde	87,03	49866	18	Campina do Siqueira	71,11	7.108
5	Cabral	86,34	11.720	16	Jardim Social	70,83	6.085
6	Centro Cívico	85,80	4.767	17	Boa Vista	69,60	29.391
7	Alto da XV	84,55	8.683	19	Alto da Glória	66,95	5.588
8	Bacacheri	84,23	23.106	20	Seminário	66,85	7.395
9	São Lourenço	82,83	5.556	21	Centro	64,16	32.623
10	Hugo Lange	81,56	3.167	22	Mercês	63,03	14.089
11	Juvevê	81,40	11.281	23	Barreirinha	62,91	17.021
12	São Francisco	76,44	6.435	24	Bairro Alto	58,79	42.033
Cluster 2 - Vizinhança de baixa qualidade de vida – Curitiba, 2000							
1	Parolim	18,57	11.982	15	Lamenha Pequena	44,48	701
2	Umbará	19,44	14.595	16	Lindóia	44,94	8.343
3	Caximba	27,93	2.475	17	Sitio Cercado	45,18	102.410
4	Ganchinho	36,24	7.325	18	Pinheirinho	45,85	49.689
5	Tatuquara	36,52	36.339	**19**	**São Miguel**	**46,50**	**4.911**
6	**Riviera**	**37,50**	**203**	**20**	São Braz	46,83	23.119
7	Prado Velho	37,62	7.084	21	Cachoeira	48,45	7.738
8	Fazendinha	38,69	26.122	22	Santa Felicidade	49,92	25.209
9	Orleans	40,72	7.260	23	Campo Comprido	49,95	21.638
10	Guaíra	43,11	14.268	24	Fanny	53,70	7.866
11	São João	43,22	23.119	25	Xaxim	54,43	54.691
12	Campo de Santana	43,26	7.335	26	Hauer	55,34	13.851
13	**Cidade Industrial**	**44,08**	**157.461**	27	Butiatuvinha	57,54	10.759
14	**Augusta**	**44,25**	**3.617**	**28**			
Cluster 3 - Vizinhança de média-alta qualidade de vida – Curitiba, 2000							
1	Cristo Rei	78,61	13.325	7	Vista Alegre	63,89	9.930
2	Jardim das Américas	77,69	13.966	8	Boqueirão	61,79	68.495
3	Portão	76,50	40.735	9	Novo Mundo	61,62	42.999
4	Rebouças	72,42	15.618	10	Capão da Imbuia	60,96	20.976
5	Guabirotuba	67,49	10.678	11	Capão Raso	60,52	34.376
6	Taboão	64,42	2.668	12	Alto Boqueirão	59,25	51.155
Cluster 4 - Vizinhança de média qualidade de vida – Curitiba, 2000							
1	Tarumã	58,19	7.045	7	Uberaba	44,33	60.338
2	Atuba	57,62	12.632	8	Abranches	43,89	11.165
3	Cascatinha	55,98	2.061	9	Pilarzinho	43,37	27.907
4	Santo Inácio	54,81	6.037	10	Jardim Botânico	42,68	6.153
5	Mossungue	54,51	5.628	11	Santa Quitéria	41,25	11,720
6	Santa Cândida	54,31	27.870	12	Cajuru	34,90	89.784

Fonte: Adaptado do IPPUC (2008, p.29-31).

A questão social é premente na CIC, uma vez que na época de sua implantação, a região atraiu um grande contingente de mão de obra, inicialmente necessária para fazer frente ao processo produtivo, mas que, com o advento da tecnologia, acabou gerando o que Marx (1867) pontua como um exército industrial de reserva, representado por uma massa de trabalhadores sem empregos, constituindo-se numa área onde proliferaram as invasões e favelas.

Segundo Dudeque:

> O modelo de ocupação repetia uma imagem da indústria vigente desde o século XIX até a década de 1970: grandes barracões nos quais trabalhavam imensas quantidades de operários. Mas as mudanças no capitalismo e na tecnologia tornavam as grandes massas operárias cada vez menos necessárias. Como a CIC era o maior estoque de terra urbanizada e sem uso de Curitiba, multiplicaram-se as invasões de terra e as favelas. Isso resultaria numa configuração urbana confusa, fragmentada, afligida por furtos e crimes (DUDEQUE, 2010, p.332).

Conforme a Agência Curitiba (2013b), praticamente toda a infraestrutura urbana foi adaptada para proporcionar condições adequadas à nova organização espacial exigida pela CIC. Com efeito, estudo do IPPUC (1989, p.32) já evidenciava esse aspecto: "Criou-se uma nova cidade, com seus próprios equipamentos de infraestrutura, de recreação e de serviços".

Na Tabela 7 pode-se averiguar que as regionais de Curitiba melhores equipadas são: a matriz, com 493 equipamentos; a Boa Vista, com 353 equipamentos; a do Portão com 341 equipamentos e a Regional CIC com 231 equipamentos. Vale destacar que a CIC foi a regional que mais ganhou equipamentos totais públicos (156), mas não atraiu a iniciativa privada porque é um bairro pobre (portanto não pode pagar) pelo uso dos equipamentos particulares.

Tabela 7 - Equipamentos sociais por regionais em Curitiba - 2010

Equipamentos	Regionais										
	Matriz	Bairro Novo	Boa Vista	Cajuru	CIC	Bairro CIC	Pinheirinho	Portão	Santa Felicidade	Boqueirão	Total Regionais
Abastecimento (particulares)	36	24	40	27	40	40	31	36	15	24	273
Abastecimento (públicos)	38	16	31	25	25	23	31	27	37	21	251
Educação (particulares)	208	19	94	78	22	19	34	119	61	74	709
Educação (Públicos)	51	53	81	72	92	83	72	64	64	64	613
Ação social (particular)	48	3	31	27	9	9	11	21	24	25	199
Ação social (Públicos)	17	14	14	14	12	9	16	15	11	14	127
Esporte e lazer (particulares)	24	4	18	4	2	0	4	12	18	6	92
Esporte e lazer (Públicos)	16	11	16	11	11	11	13	19	11	14	122
Saúde (particulares)	41	0	3	2	2	2	0	11	10	3	72
Saúde (Públicos)	14	17	25	14	16	15	18	17	12	15	148
Total Particulares	357	50	186	138	75	70	80	199	128	132	1.345
Total Públicos	136	111	167	136	156	141	150	142	135	128	1.261
Total Geral	493	161	353	274	231	211	230	341	263	260	2.606

Fonte: Construído pela autora com base em dados do estudo IPPUC (2013).

Nota: O bairro CIC não entra na soma vertical, uma vez que foi colocado na tabela apenas para ilustrar o fato de que a maior parte dos equipamentos públicos e privados da Regional CIC, pertencem ao bairro CIC, à exceção dos equipamentos de esporte e lazer particulares.

Embora a Regional CIC conte com o maior número de equipamentos públicos na área de educação, o poder público não consegue atender à demanda dela, sobretudo na educação básica e Ensino Fundamental II. De acordo com os dados do IPPUC (2013, p.7), a taxa de atendimento pelas escolas municipais no ensino fundamental para a população com idade entre 6 e 10 anos é de 89,75%. Na educação básica (creches e pré-escola) é 47,19% e, no Ensino Fundamental II (6.º ao 9.º ano), é 20%, sendo que neste nível a Regional conta com apenas três escolas municipais.

Para se ter uma ideia da gravidade da situação socioambiental da moradia no bairro CIC, conforme se pode observar na Tabela 8 a Regional CIC é a segunda Regional de Curitiba com o maior número de áreas irregulares, sendo que 87,9% delas estão localizadas no bairro CIC, que concentra também o maior número de habitantes vivendo nessas áreas.

Tabela 8 - Ocupações irregulares por regional de Curitiba - 2010

Regionais	Quantidade	Domicílios	Habitantes
Matriz	4	251	861
Bairro Novo	35	6.276	23.863
Boa Vista	93	5.587	21.510
Cajuru	45	11.515	44.356
CIC			
Augusta	2	213	820
Cidade Industrial	51	12.286	46.302
Riviera	1	49	189
São Miguel	4	1358	5229
TOTAL CIC	58	13.906	52.540
Pinheirinho	44	6.148	23.670
Portão	34	5.091	19.599
Santa Felicidade	52	3.705	13.948
Boqueirão	38	3.681	14.174
TOTAL GERAL	403	56.180	214.521

Fonte: Adaptado do estudo IPPUC (2013).

Na Tabela 9 é possível visualizar a representatividade do número de homicídios dolosos e homicídios culposos em acidentes de trânsito por regional; observa-se que a regional que concentra o maior número de homicídios é a do Pinheirinho, vindo em segundo lugar a Regional CIC (por causa do bairro CIC) e em terceiro lugar a do Cajuru. Constata-se que dos 131 homicídios ocorridos na regional CIC, 128 deles se concentram num único bairro, a Cidade Industrial, o que demonstra a gravidade da violência que predomina no bairro.

Tabela 9 - Ocorrências de homicídios dolosos e homicídios culposos por acidente de trânsito registradas na delegacia de homicídios, por regionais em Curitiba no ano de 2012

Regionais	Homicídios dolosos	Homicídios culposos no trânsito	Total
Matriz – 18	40	42	82
Bairro Novo/3	68	19	87
Boa Vista/13	39	21	60
Cajuru/5	90	24	114
CIC/4			
Augusta	1	0	1
Cidade Industrial	**98**	**30**	**128**
Riviera	0	0	0
São Miguel	2	0	2
TOTAL CIC	101	30	131
Pinheirinho/5	103	32	135
Portão/10	52	26	78
Santa Felicidade/14	36	25	61
Boqueirão/4	67	19	86
CURITIBA	596	238	834

Fonte: Adaptado do estudo IPPUC (2013).

Segundo a Agência de Notícias do Paraná (2013), ocorrem em média nove homicídios mensais na região da CIC. De acordo com o IPPUC (2012), "Há uma coincidência preocupante com a concentração de crimes contra a vida – homicídios e suicídios – com as áreas de ocupação ilegal e também com as áreas de SEHIS - Setores Especiais de Habitação de Interesse Social". No ano de 2010, o georreferenciamento dos casos de homicídios dolosos demonstrou que eles se concentraram nas áreas de ocupação irregulares do bairro, tendo como principais motivos o tráfico de drogas, uso de drogas e rixas (IPPUC, 2013). Via de regra, tais rixas entre grupos são motivadas pelo domínio de pontos de venda de drogas.

Peres (2010) aponta que tanto as ocupações irregulares quanto os loteamentos legais da prefeitura foram, aos poucos, dominados pelo tráfico de drogas, sendo que o policiamento encontra dificuldades devido à extensão do bairro e suas barreiras socioeconômicas e físicas.

Mas este não é o único problema socioambiental decorrente das ocupações irregulares na CIC. A Regional CIC abrange duas bacias hidrográficas: a do Rio Barigui e a do Rio Passaúna. As duas bacias hidrográficas sofrem as consequências do processo de ocupação irregular e da proximidade com a área industrial, estando submetidas a um processo de poluição permanente, além das consequências comuns ao próprio processo de ocupação de áreas de risco, tais como má condição da habitação, alagamentos frequentes, deslizamentos e proliferação de doenças (IPPUC, 2013).

Segundo Macedo e Bakonyi (2011, p.10), a bacia hidrográfica do Rio Barigui é a maior do município de Curitiba e recebe, em grande parte de sua extensão, despejos de inúmeras moradias, indústrias e comércios, com aproximadamente 100 loteamentos espontâneos e várias ocupações clandestinas. Parte dessas ocupações estava no território da CIC, algumas já removidas das áreas de risco.

A respeito da Bacia do Rio Passaúna, Silva Filho (2010, p.1) afirma que: "[...] a qualidade ambiental da Bacia Hidrográfica do rio Passaúna tem sido prejudicada pela falta de esgotamento sanitário e pela expansão urbana irregular, consequências de uma gestão inadequada do uso e ocupação do solo, e do espaço urbano".

Quanto à facilidade de acesso ao transporte público, a Regional CIC conta com dois terminais com capacidade para um pouco mais de 75.000 passageiros, tendo 93% da população morando até 250 metros das linhas de ônibus. Entretanto, esta boa condição de acesso reflete mais a realidade do bairro CIC, onde mora a maior parte da população da Regional, que conta com 95% de acesso. Os demais bairros da Regional CIC têm piores condições de acesso: o Augusta, com 68%; o Riviera, com 20% e o São Miguel, com 68% (ver Tabela 10).

Tabela 10 - Transporte público nas regionais de Curitiba - 2010

Regionais	População	População morando a até 250 m das linhas de ônibus	Percentual
Matriz	205.722	203.779	99
Bairro Novo	145.433	126.561	87
Boa Vista	248.698	228.536	92
Cajuru	215.503	205.664	95
CIC			
Augusta	6.598	4.468	68
Cidade Industrial	**159.820**	**151.852**	**95**
Riviera	289	57	20
São Miguel	4.773	3.237	68
TOTAL CIC	171.480	159.614	93
Pinheirinho	168.425	151.298	90
Portão	243.506	238.761	98
Santa Felicidade	155.794	135.372	87
Boqueirão	197.346	182.519	92
TOTAL GERAL	1.751.907	1.632.104	93

Fonte: Adaptado do estudo IPPUC (2013).

Conforme se pode verificar na Tabela 11, a Regional CIC conta com o menor rendimento médio dos domicílios particulares permanentes entre as regionais de Curitiba. Observa-se que só no bairro CIC se concentram 451 domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até 70 reais, onde reside

uma população de 1.451 habitantes. De acordo com o IPPUC (2013, p.17), os rendimentos médios dos quatro bairros da regional estão entre os 10 bairros de Curitiba com os mais baixos rendimentos.

Tabela 11 - Caracterização econômica por regional de Curitiba - 2010

Regionais	Rendimento médio dos domicílios particulares permanentes	Extrema pobreza	
		Domicílios particulares, com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até 70 reais	População residente em domicílios particulares permanentes, com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até 70 reais
Matriz	6.455,18	907	1.829
Bairro Novo	2.012,65	497	1.503
Boa Vista	3.726, 56	534	1.489
Cajuru	3.133,58	873	2.616
CIC			
Augusta	2.069,19	26	83
Cidade Industrial	**2.139,49**	**451**	**1.451**
Riviera	2.109,09	1	6
São Miguel	1.665,11	18	66
Total	2.124,40	496	1.606
Pinheirinho	2.168,46	620	1.787
Portão	4.644,03	770	2.204
Santa Felicidade	4.920,23	429	1.184
Boqueirão	2.838,90	754	1.912
TOTAL		5.880	16.130

Fonte: Adaptado do estudo IPPUC (2013).

O acesso à rede de água, esgoto e coleta de lixo é considerado pelo IPPUC como universalizado na Regional CIC, que conta com 99,46% dos domicílios coberto por rede água, 95,64% dos domicílios coberto por rede de esgoto e 99,86% dos domicílios coberto por coleta de lixo, conforme Tabela 12. Se considerado tal condição por bairros da regional, verifica-se, na referida tabela, que o bairro CIC apresenta as melhores condições da Regional em termos de cobertura desses serviços e o bairro Riviera a pior condição, apresentando deficiência de cobertura nos serviços de Rede de esgoto, com uma cobertura de apenas 14,29% e Rede de água, com 72,63. Isso denota que tais serviços estão longe de ser universalizados, sem falar que esses dados dizem respeito à cidade regular. As áreas irregulares (e são muitas) não contam com esses serviços.

Tabela 12 - Percentual de domicílios particulares permanentes atendidos por rede de água, rede de esgoto e coleta de lixo por regional de Curitiba - 2010

Regionais	Rede de água (%)	Rede de esgoto (%)	Coleta de lixo (%)
Matriz	98,56	98,98	99,70
Bairro Novo	98,98	90,54	99,87
Boa Vista	99,15	82,65	99,89
Cajuru	99,35	94,82	99,92
CIC			
Augusta	96,41	81,58	98,91
Cidade Industrial	**99,82**	**96,62**	**99,95**
Riviera	72,63	14,29	98,90
São Miguel	92,53	85,72	98,17
Total CIC	99,46	95,64	99,86
Pinheirinho	99,02	89,39	99,61
Portão	98,93	95,83	99,96
Santa Felicidade	96,75	86,57	99,90
Boqueirão	99,69	93,92	99,90

Fonte: Adaptado do estudo IPPUC (2013)

Em síntese, pode-se verificar que embora a CIC tenha sido um projeto bem-sucedido em termos econômicos, concentrando um considerável número de empresas que geram produção, emprego e renda à população, apresenta múltiplos problemas socioambientais decorrentes de sua ocupação desordenada, constituindo-se num espaço urbano dissonante da condição de Curitiba, como cidade modelo.

Peres e Fernandes afirmam que:

> A CIC permaneceu invisível para a Curitiba que vive bem e tem serviços na própria quadra. E ser invisível se tornou parte de sua tragédia. Extenso, diverso e com crescimento acelerado, o bairro é quase uma abstração, não havendo similares na cidade (PERES; FERNANDES, 2011, p.1).

Existem, como aponta o estudo destes autores, diversas CICs, dentro da mesma Cidade Industrial e tudo é superlativo na CIC, inclusive a violência e o uso de drogas.

3.4 CONCLUSÃO

Este texto teve como principal intento situar a realidade em que se encontra a CIC no século XXI em termos socioambientais. Fez-se, ainda na Introdução, uma breve contextualização do processo de industrialização brasileira e paranaense. Após discorrer sobre o planejamento urbano de Curitiba, procurou-se demonstrar as motivações para se criar um distrito industrial em Curitiba, para, então, retratar a CIC.

Conforme se pode perceber, como outra cidade qualquer, Curitiba enfrenta desafios em relação à sustentabilidade de seu desenvolvimento, embora seja considerada referência em planejamento urbano, sobretudo no transporte coletivo.

Com a intenção de trazer emprego e renda à capital e para fazer frente à crescente migração que vinha ocorrendo para a cidade de Curitiba, foi criada na década de 1970 a CIC, cujo projeto levou os poderes públicos a perceberem a necessidade de orientar o crescimento da cidade, surgindo seu primeiro Plano Diretor, o qual já previa a instalação de plantas industriais.

Assim, a CIC ao mesmo tempo em que oportunizou o deslocamento das indústrias do centro da cidade de Curitiba, que necessitavam de uma área maior para sua expansão, e abrigou as novas indústrias que vinham para o Paraná motivadas pelos incentivos oferecidos pelo governo, também serviu de mecanismo de expansão da malha urbana, havendo o interesse do poder público para que a cidade crescesse naquela direção.

Pode-se dizer que a implantação da CIC, como polo industrial, mudou a configuração econômica do Estado do Paraná, cuja economia até então era capitaneada basicamente pelo setor primário.

O estudo demonstrou que a CIC tem relevante importância socioeconômica por dinamizar a economia da região de Curitiba, mas, apesar de ter sido planejada e ter havido preocupação com a questão ambiental na atração das indústrias, sua ocupação não se deu nas mesmas bases planejadas em seu projeto original, a qual tinha por prioridade sediar as indústrias. Como resultado, a CIC tornou-se o bairro mais populoso de Curitiba, trazendo muitos impactos socioambientais naquela região, entre os quais: carências na área educacional, índices de violência elevados, assentamentos irregulares, tráfico de drogas, contaminação de rios e acúmulo de lixo em locais inadequados.

Após a abordagem do retrato da CIC que contextualiza sua realidade em termos socioambientais, é importante destacar que, em que pese a importância do trabalho desenvolvido pelos equipamentos sociais junto à CIC, o poder público não dá conta de resolver a complexidade dos problemas socioambientais do bairro, que apresenta múltiplas carências.

Conclui-se que se, por um lado, a CIC é uma região que apresenta muitas oportunidades oferecidas pelo capital em termos de produção, geração de empregos e inovação, por outro, congrega múltiplos problemas socioambientais, demandando intervenções constantes do poder público, do setor produtivo e da sociedade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CURITIBA. **Perfil Econômico da Regional CIC**. Disponível em: <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/multimidia/PDF/00000742.pdf>. Acesso em: 24 out. 2013a.

_____. **Região metropolitana de Curitiba**. Disponível em: <http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/publico/conteudo.aspx?codigo=42>. Acesso em: 15 ago. 2013b.

ANÍBAL, Felippe. **Curitiba recebe prêmio mundial**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=990666&tit=Curitiba-recebe-premio-mundial>. Acesso em: 15 nov. 2011.

ANJOS, Maria Anita dos. **Uma experiência de industrialização**: Cidade Industrial de Curitiba. 1993. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - UFPR, Curitiba, 1993.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA (AECIC). **Institucional**. Disponível em: <http://www.aecic.org.br/Institucional.aspx>. Acesso em: 28 mar. 2013.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. 2.ed. São Paulo: Nobel, 2002.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. Planejamento-espetáculo e a construção do cidadão-consumidor: as imagens de Curitiba. In: ROSA, Maria Arlete; NEVES, Lafaiete Santos. **Educação, movimentos sociais e sustentabilidade**. Curitiba: CRV, 2011. p.41-70.

BUSARELLO, Orlando. Reequilibrar Curitiba: teoria e métodos. **Revista Espaço Urbano: Pesquisa e Planejamento**, Curitiba, v.1, n.2, dez. 1988.

DEL SANTORO, Roberto Dimas Vasconcellos. **Curitiba**: um modelo em evolução. Curitiba: Foco Editorial, 2002.

DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio. **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Perseu, 2010.

DUCATI, Ariane. **Ônibus que poluem 90% menos começam a circular em Curitiba**. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/09/onibus-que-poluem-90-menos-comecam-circular-em-curitiba.html>. Acesso em: 30 dez. 2012.

DUDEQUE, Irãn Taborda. **Nenhum dia sem uma linha**: uma história do urbanismo em Curitiba. Curitiba: Studio Novel, 2010.

FAZENDO A DIFERENÇA. **Curitiba**: divisão administrativa. Disponível em: <http://fazendodiferencadp.blogspot.com.br/2012/05/curitiba-e-sua-divisao-administrativa.html>. Acesso em: 24 jan. 2012.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal, 2011**. Disponível em: <ww.firjan.org.br/ifgf/consulta-ao-indice/consulta-ao-indice-grafico.htm?UF=PR&IdCidade=410690&Indicador=1&Ano=2011>. Acesso em: 22 dez. 2011.

_____. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, 2012**. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/consulta-ao-indice-grafico.htm?UF=PR&IdCidade=410690&Indicador=1&Ano=2010>. Acesso em: 29 dez. 2012.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ (FETRACONSPAR). **Regiões industriais no Paraná**: quatro mesorregiões concentram 87% do faturamento industrial do Paraná. Disponível EM: <www.fetraconspar.org.br/informativo/2010/ ...2340_26_07_10.htm>. Acesso em: 21 nov. 2010.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F. A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.103, p.79-100, jul./dez. 2002.

GARCIA, Fernanda Sanches. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997.

GERMINARI, Geyso D. Jovens escolarizados e o mito de Curitiba Cidade Modelo. IN: ROSA, Maria Arlete; NEVES, Lafaiete Santos. **Curitiba**: educação, movimentos sociais e sustentabilidade. Curitiba: CRV, 2011. p.95-118.

GIDDENS, Anthony. A institucionalização da questão ambiental em Curitiba. In: MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente**: a experiência de Curitiba. Campinas: Papirus, 1996.

HEES, Felipe. A industrialização brasileira em perspectiva histórica (1808-1956). **Em Tempo de Histórias**, Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília PPG-HIS, Brasília, n.18, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/emtempos/article/viewFile/4468/3729>. Acesso em: 22 jul. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores de Desenvolvimento sustentável Brasil 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Produto interno bruto dos municípios 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IPARDES. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES, 2000.

IPEA; USP; IPPUC. **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano**: instrumentos de planejamento e gestão urbana: Curitiba. Brasília: IPEA, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Memória da Curitiba urbana**. Curitiba: IPPUC, 1989. v.1.

_____. **Memória da Curitiba urbana**. Curitiba: IPPUC, 1992.

_____. **Análise espacial intraurbana da qualidade de vida em Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 2008.

_____. **Segurança pública**: locais de ocorrências de crimes. Curitiba: IPPUC, 2012.

_____. **Retrato das regionais**: regional CIC 2013. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/mostrarPagina.php?pagina=217>. Acesso em: 30 jul. 2013.

LAPLANE, Mariano Francisco. Indústria e desenvolvimento no Brasil no século XXI. **Revista Economia e Tecnologia**, v.2, n.6, p.1-12, jul./set. 2006. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/ret/article/viewFile/29592/19262>. Acesso em: 22 fev. 2013.

LEFEBVRE, Henry. Origens e institucionalização do urbanismo em Curitiba. In: MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente**: a experiência de Curitiba. Campinas: Papirus, 1996. p.55-87.

LIMA, Rosirene Martins. **Conflitos sócio-ambientais urbanos**: o lugar como categoria de análise da produção de Curitiba/Jardim Icaraí. 2007. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MACEDO, Joaquim Fernando Marques de; BAKONYI, Sônia Marques Cipriano. **Regularizações fundiárias no município de Curitiba**. Disponível em: <www.imap.curitiba.pr.gov.br>. Acesso em: 18 fev. 2011.

MARX, Karl. **O capital**: texto condensado. Tradução de Gesner de Wilton Morgado. São Paulo: Ediouro, 1867.

MENDONÇA, Francisco. Abordagem interdisciplinar da problemática ambiental urbanometropolitana: esboço metodológico da experiência do doutorado em MA&D da UFPR sobre a RMC – Região Metropolitana de Curitiba. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.3, p.79-95, 2001.

MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente**: a experiência de Curitiba. Campinas: Papirus, 1996.

MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. Indústria paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. **Revista Eletrônica Geografar**, Curitiba, v.1, n.1, p.62-80, jul./dez. 2006.

MOURA, Rosa. Os riscos da cidade modelo. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.203-237.

MOURA, Rosa; KLEINKE, Maria de Lourdes. **Modelo Curitiba**: os riscos de uma cidade insustentável. Curitiba: Ipardes, mar. 2013. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2067/2026>. Acesso em: 15 abr. 2013.

MUSEU PARANANENSE. **Histórico da erva-mate**. Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=62>. Acesso em: 21 jan. 2013.

NAMUR, Marly. **Estado empresariado em Curitiba**: a formação da Cidade Industrial (1973-1980). 1992. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 1992.

NOJIMA, Daniel; MOURA, Rosa; SILVA, Sandra. Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba. **Primeira Versão**, n.3, dez. 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Dinamica_RMC.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2013.

RODRIGUES, Juciano Martins. **Metrópoles em números**: Crescimento da frota de automóveis e motocicletas nas metrópoles brasileiras 2001/2011. Rio de Janeiro: INCT-Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia/Observatório das Metrópoles, 2012.

OLIVEIRA, Dennison. **A política do planejamento urbano**: o caso de Curitiba. 1995. Tese (Doutoramento) - UNICAMP, Campinas, 1995.

_____. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: UFPR, 2000.

_____. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

PERES, Aline. Muitas mortes na guerra pelo comando do tráfico na CIC. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 jul. 2010. Seção Vida e Cidadania. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=1020219&tit=Muitas-mortes-na-guerra-pelo-comando-do-trafico-na-CIC>. Acesso em: 28 jan. 2011.

PERES, Aline; FERNANDES, José Carlos. **A CIC não é para iniciantes**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/pazsemvozemedo/conteudo.phtml?id=1189708>. Acesso em: 10 nov. 2011.

PNUD. R**elatório de desenvolvimento humano 2011**. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Complete.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2011.

_____. **Atlas do desenvolvimento humano 2013**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013#>. Acesso em: 29 jul. 2013.

POLUCHA, Ricardo Serraglio. Ecoville: construindo uma cidade para poucos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regional**, v.11, n.1, p.41-56, maio 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **História**: meio ambiente. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/ conteudo/meio-ambiente-de-curitiba/182>. Acesso em: 28 jun. 2013.

SHRIVASTAVA, Paul; HART, Stuart. Creating sustainable corporations. **Business strategy and the Environment**, v.4, p.154-165, 1995. Disponível em: <http://paulshrivastava.net/Research%20Publications%20Directory%5CCREATING%20SUSTAINABLE%20CORPORATIONS.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2010.

ROSA, Maria Arlete; NEVES, Lafaiete Santos. **Curitiba**: educação, movimentos sociais e sustentabilidade. Curitiba: CRV, 2011.

SILVA FILHO, Luiz Vaconcelos da. **Qualidade e percepção ambiental**: estudo de caso da Bacia Hidrográfica do Rio Passaúna. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SUZIGAN, Wilson. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v.8, n.4, p.5-16, out./dez. 1988.

_____. Estado e industrialização no Brasil. In: ODÁLIA, Nilo (Org.). **Brasil - o desenvolvimento ameaçado**: perspectivas e soluções. São Paulo: Edunesp, 1989. p.281-294.

TOURAINE, Alain. Urbanização, meio ambiente e políticas urbanas no Brasil. In: MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente**: a experiência de Curitiba. Campinas: Papirus, 1996. p.23-54.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A economia paranaense**: 1985-1998. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Unicamp, Campinas, 2001.

ULTRAMARI, Clovis; MOURA, Rosa. Conceitos e leis sobre o espaço urbano-regional. In: ULTRAMARI, Clovis; MOURA, Rosa. **Metrópole - Grande Curitiba**: teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994. p.123-136.

UN-HABITAT. **State of the World's Cities 2010/2011 - Cities for All**: Bridging the Urban Divide. Disponível em: <http://mirror.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2917> Acesso em: 21 dez. 2012.

4 ARTIGO 3

A responsabilidade pelos problemas socioambientais na Constituição Brasileira de 1988

The responsibility for the social environmental problems in the Brazilian Constitution of 1988

Marina Luiza Gaspar Wisniewski
Harry Alberto Bollmann

Resumo:

Diante do agravamento dos problemas da humanidade, a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, que tenha como premissa a responsabilidade socioambiental, é fundamental para a sustentabilidade das economias. Como historicamente coube ao Estado prover soluções para tais problemas, e considerando que o meio ambiente é um bem difuso, este estudo objetiva discutir sobre quem recai a responsabilidade pela questão socioambiental no âmbito da Constituição Brasileira de 1988, com vistas a averiguar se esta é uma obrigação da empresa contemporânea. Verificou-se que a responsabilidade socioambiental no século XXI deve ser compartilhada pelo Estado, pelo Setor Produtivo e pela Sociedade e que essa visão de responsabilidade compartilhada recebeu forte influência da Constituição Brasileira de 1988, a qual atribui, no artigo 170, um conjunto de princípios à ordem econômica e no artigo 225 eleva o meio ambiente ao status de direito humano essencial à sadia qualidade de vida, colocando sob a responsabilidade da coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Verificou-se que houve a ampliação do arcabouço legal pós-Constituição de 1988 relativamente à questão socioambiental, impactando no movimento da responsabilidade socioambiental das empresas.

Palavras-chave: Constituição Brasileira de 1988. Legislação Socioambiental. Responsabilidade Socioambiental das empresas.

Abstract:

Faced with the aggravation of humanity problems, the need for a new development model, which has as premise the social environmental responsibility, is fundamental for the economy sustainability. Because in history it was the State's responsibility to provide solutions to such problems, and considering that the environment is a diffuse asset, this study has as objective to discuss about whose responsibility it is for the social environmental issue in the scope of the Brazilian Constitution of 1988, in order to ascertain if this is an obligation of contemporary enterprises. It has been observed that the social environmental responsibility in the 21st century must be shared by the State, by the Business Sector and by the Society, and this view of shared responsibility received strong influence from the Brazilian Constitution of 1988, which attributes, in the article 170, a set of principles to the economic order and, in the article 225, it elects the environment as being of essential human right to the sound quality of life, putting the collectivity in charge of defending and preserving it to the present and future generations. It has been verified that there was an extension of the legal outline after the Constitution of 1988 relatively to the social-environmental issue, impacting in the movement of the social-environmental responsibility of the companies.

Key-words: Brazilian Constitution of 1988. Social-environmental Legislation. Social-environmental Responsibility of companies.

4.1 INTRODUÇÃO

Pouco importa que o Estado regulamente a economia
ou a economia comande o Estado,
enquanto um e outro não forem transformados.
Importa, sem dúvida, que as instituições do Estado
se tornem mais livres e as da economia, mais justas.

(Martim Buber, 1974)

A necessidade de assumir a responsabilidade pelos problemas socioambientais enfrentados pela humanidade no século XXI e empreender esforços efetivos para gerir os impactos da sociedade sobre o meio ambiente é premente. Diante dessa necessidade, torna-se fundamental compreender a quem cabe essa responsabilidade: se ao poder público, já que este é legitimamente encarregado de tratar das questões de interesse público e zelar pelo bem-estar da sociedade; se às empresas, já que estas representam o setor produtivo e devem gerir seus impactos perante as comunidades e o meio ambiente; ou se à sociedade, na medida em que esta não leva em conta em suas decisões de consumo e de investimentos, os impactos gerados sobre o meio ambiente e, sobretudo, na medida em que seus membros agem movidos pelo autointeresse, sem pensar nas consequências de suas ações sobre o coletivo.

Assim, as questões centrais deste estudo são: legalmente, de quem é a responsabilidade pelos problemas socioambientais? Qual a influência dos princípios contidos na Constituição Federal de 1988 no surgimento da responsabilidade socioambiental das empresas?

Para sedimentar esse entendimento, estabeleceu-se como objetivo geral deste estudo analisar sobre quem recai a responsabilidade pela questão socioambiental na Constituição Brasileira de 1988. Como objetivos específicos, pretende-se: abordar a conjuntura do Brasil no período que antecede a publicação da Constituição Brasileira de 1988; averiguar o que prescreve a Constituição Brasileira de 1988 relativa à responsabilidade pelos problemas socioambientais; e, por fim, verificar as prescrições da Constituição Brasileira de 1988 no que se refere à ordem econômica, com vistas a estabelecer uma atuação empresarial responsável.

Para cumprir tais objetivos, o desenvolvimento deste estudo, de natureza qualitativa, deu-se por meio de pesquisa bibliográfica na literatura acadêmica e por

meio de pesquisa exploratória junto à Constituição Brasileira de 1988 e à legislação socioambiental complementar.

Este capítulo está organizado de forma a apresentar o contexto político, social e econômico que antecede a publicação da Constituição Brasileira de 1988, para posteriormente abordar as prescrições nela contidas em relação à responsabilidade pela questão socioambiental e os princípios da ordem econômica para uma atuação responsável por parte das empresas.

4.2 CONJUNTURA ANTERIOR À CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988

Para melhor compreender as prescrições da Constituição Brasileira de 1988 relativamente à questão socioambiental, torna-se fundamental levantar a conjuntura socioeconômica do Brasil nas décadas que antecederam a sua publicação. Utilizou-se como recorte temporal a conjuntura no país no período que vai de 1940 a 1980.

A partir da década de 1940, o Brasil começa a sofrer um processo de urbanização desordenado em decorrência do deslocamento da população do campo para as cidades em um curto período de tempo. Essa situação acarretou o surgimento de diversos problemas socioambientais urbanos em decorrência da impossibilidade de o Estado oferecer serviços de infraestrutura adequados com a rapidez requerida. Com isso, as cidades foram alvo de um processo de rápido crescimento, mas com baixa qualidade, formando periferias desassistidas pelo Estado ou com atendimento precário.

Em decorrência da urbanização desordenada, o desemprego, a criminalidade, a poluição do ar e da água e, sobretudo, a favelização e ocupação de áreas irregulares como encostas de rios, se constituem nos principais problemas socioambientais que atingiram os municípios naquela época, os quais estavam despreparados para atender às necessidades básicas dos migrantes.

Diante desse contexto, a década de 1960 marca o início de estudos quantitativos sobre riscos ambientais, desencadeando-se o processo de luta pela reforma urbana, sendo cobrada do governo a urgência de se efetuar a reforma agrária, como uma forma de conter o processo migratório e retomar o controle sobre o processo de urbanização.

Na década de 1970, pela primeira vez na história, impulsionado pela mecanização agrícola, pela expansão das grandes propriedades rurais e pela grande expansão industrial, a população urbana ultrapassa a rural, mantendo-se em ascensão a partir

de então, chegando a representar 84,4% pelo Censo de 2010, conforme pode ser visualizado na Tabela 1.

Tabela 1 - População residente e participação relativa, por situação do domicílio – Brasil – 1950/2010

Data	População residente			População relativa (%)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1.º.07.1940	41 236 315	12 880. 182	28 356 133	100,0	31,2	68,8
1.º.07.1950	51 944 397	18 782 891	33 161 506	100,0	36,2	63,8
1.º.09.1960	70 070 457	31 303 034	38 767 423	100,0	44,7	55,3
1.º.09.1970	93 139 037	52 084 984	41 054 053	100,0	55,9	44,1
1.º.09.1980	119 002 706	80 436 409	38 566 297	100,0	67,6	32,4
1.º.09.1991	146 825 475	110 990 990	35 834 485	100,0	75,6	24,4
1.º.08.2000	169 799 170	137 953 959	31 845 211	100,0	81,2	18,8
1.º.08.2010	190 755 799	160 925 792	29 830 007	100,0	84,4	15,6

Fonte: IBGE (2007), IBGE (2011) e Brito e Pinho (2012).

O regime militar, período que vai de 1964 a 1985, ficou conhecido na história como um período difícil para a sociedade brasileira, marcado pela falta de democracia, que foi retratada pela perseguição política, pelo envio de cidadãos ao exílio e pelas prisões desnecessárias, pela suspensão de direitos políticos da população, como o direito ao voto e a supressão do *habeas-corpus,* e pela censura aos meios de comunicação, impondo limites à cidadania. Como aponta Santilli (2005, p.27), o regime militar iniciado com o golpe de Estado de 1964 e a forte repressão política aos movimentos sociais geraram uma desmobilização da cidadania.

Até meados da década de 1960 o Brasil seguiu uma política orientada pela substituição de importações, a qual envolveu várias restrições às importações com o objetivo de incrementar o crescimento da indústria nacional (BELASSA, 1979). Segundo Baer e Muller (2002, p.91-138), estagnação econômica, seguida de prosperidade, marcam o Brasil na década de 1960, tornando-se comum especular sobre as consequências desse cenário político do processo de industrialização, que foi planejado inicialmente com o objetivo de substituir importações nos países em desenvolvimento. As políticas pós-1964 claramente abriram a economia ao comércio exterior, sendo que o Brasil conseguiu diversificar sua estrutura de mercadorias para exportação.

No ano de 1967, durante o governo Castello Branco, o governo Militar impõe uma Nova Constituição para o Brasil, institucionalizando o regime militar e suas formas repressivas de atuação. Nesse período proliferaram no Brasil os protestos contra o regime militar, advindos de movimentos estudantis como a Passeata dos Cem Mil, ocorrida no Rio de Janeiro sob a liderança da União Nacional dos Estudantes (UNE), bem como de movimentos grevistas, como a greve de Operários em Contagem

(Minas Gerais) e Osasco (São Paulo), que levou à paralisação das fábricas, entre outros, observando-se a mobilização da sociedade em defesa da democracia.

Para coroar a repressão do regime militar, em dezembro de 1968, o governo Costa e Silva decreta o Ato Institucional Número 5, conhecido na história como o AI-5, no qual promoveu a aposentadoria compulsória de juízes, cassou mandatos, acabou com a garantia do *habeas corpus* e aumentou a repressão militar e policial.

Para se somar a toda repressão política do regime militar, nos anos de 1970, o governo Médici construiu múltiplas obras e projetos de grande impacto ambiental, sem quaisquer consultas prévias à população, tampouco sem avaliar seus impactos sobre o meio ambiente. São exemplos disso a construção de usinas hidrelétricas como a de Itaipu, que deixou um considerável saldo de degradação ambiental, a implantação de polos industriais vultosos como o de Cubatão no interior de São Paulo, um caso emblemático pelos sérios impactos ao meio ambiente, além de construção de estradas e refinarias de petróleo. De acordo com Baer (2002, p.98), naquela época: "As empresas do governo dominavam no aço, mineração e produtos petroquímicos e controlavam mais de 80% da capacidade geradora de energia e a maioria dos serviços púbicos".

Em suma, a década de 1970 foi um período de construção de infraestruturas em diferentes regiões do país para o crescimento. A intenção pode ter sido boa, mas a necessidade de cuidar do meio ambiente (impactos) ainda não era considerada importante, pois, como apontam Baer e Muller (2002, p.424): "Na década de 1970, o Brasil achava que valia a pena pagar o preço da poluição ambiental em troca do desenvolvimento".

Durante o período chamado de "milagre econômico" (1968-1973), sob os auspícios dos governos de Costa e Silva e Médici, o Brasil teve um crescimento expressivo em sua economia (em média 11% a.a.) combinado com inflação baixa e equilíbrio no setor externo. Entretanto, a preocupação com a questão ambiental apresentava-se como secundária, quando não inexistente, pois, de acordo com Santilli (2005, p.27), de 1964 a 1984 não havia espaço político e democrático para discussão e avaliação de impactos ambientais provocados por obras e projetos de interesse do governo militar.

Em que pese essa postura do governo militar em relação à questão socioambiental, alguns marcos do socioambientalismo internacional, dentre os quais a Conferência do Meio Ambiente das Nações Unidas realizada no ano de 1972,

também conhecida como Conferência de Estocolmo e o Relatório "Os Limites do Crescimento", que tratou das consequências do crescimento rápido da população mundial considerando os recursos naturais limitados, trouxeram reflexos para a economia nacional, levando o Brasil a criar seus primeiros órgãos voltados para a proteção do meio ambiente. No ano de 1973 é criada, por meio do Decreto n.º 73.030 de 30/10/1973, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA).

É importante destacar que o Brasil participou da 1.ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), assumindo uma posição a favor do crescimento/desenvolvimento, sem muita atenção para o meio ambiente. Como resultado dessa participação e movido pela opinião pública internacional, a partir desse encontro surgiu a Política Ambiental Brasileira.

Nesse período, começam a surgir, segundo Gohn, novos movimentos reivindicando outros direitos socioambientais:

> Na prática surgem novas lutas como pelo acesso à terra e por sua posse, pela moradia, expressas nas invasões, ocupações de casas e prédios abandonados; articulação dos movimentos dos transportes; surgimentos de organizações macro entre as associações de moradores; movimentos de favelados ou novos movimentos de desempregados; movimentos pela saúde (GOHN, 2007, p.278).

O ano de 1984 se constitui num presságio para a chegada de um novo momento no Brasil em temos de redemocratização, com a ocorrência do movimento "Diretas Já", movimento em que a população reivindicava o direito de eleger o Presidente do Brasil. O mês de Janeiro de 1985 marca o fim do regime militar, com a aprovação das eleições diretas para presidente, bem como a aprovação do direito ao voto para analfabetos. É eleito como novo Presidente do Brasil Tancredo Neves, da Aliança Democrática; entretanto, ele morre antes de assumir, vindo a assumir o seu cargo o então vice-presidente José Sarney.

De acordo com Almeida (2007), a fase final do regime militar é marcada pela crise da dívida externa, sendo nítido o contraste entre os principais indicadores macroeconômicos dessa fase (crescimento do PIB, balanço de pagamentos, dívida externa e taxa de inflação) com aqueles que tinham caracterizado o período do "milagre econômico".

Mesmo com o fato de a década de 1980 ser apontada como perdida para a economia brasileira em face da crise fiscal do Estado, o período representa um

marco em termos de transformações, sendo que um dos paradigmas que fazem parte dessa mudança é a emergência das preocupações com a questão socioambiental. Isso é comprovado pelo surgimento de importantes leis ambientais no âmbito Federal, tais como a Lei n.º 6.803, de 02/07/1980, que dispõe sobre o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição; a Lei n.º 6.902, de 27/04/1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental; a Lei n.º 6.938, de 31/08/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente; a Lei n.º 7.347, de 24/07/1985, que cria a ação civil pública; a Lei n.º 7.643, de 18/12/1987, que proíbe a pesca de cetáceos nas águas jurisdicionais brasileiras; a Lei n.º 7.679, de 23/11/1988, que proíbe a pesca em períodos de reprodução (revogada) e a Lei n.º 7.802, de 11/07/1989, que regula o uso de agrotóxicos, produto utilizado até então de modo indiscriminado.

Dentre tais marcos, merece destaque a Lei 6.938/1981, que regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente, definindo que o poluidor é obrigado a indenizar os danos ambientais que causar, independentemente de culpa. Um aspecto importante a destacar é que foi essa lei que determinou a obrigatoriedade dos Estudos de Impacto Ambiental e os Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), regulamentados em 1986 pela Resolução n.º 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). A Resolução n.º 001 de 23/01/1986 do CONAMA representa um marco na instauração de uma responsabilidade legal das empresas para com o meio ambiente, uma vez que exige que seja efetuado o EIA/RIMA antes da implantação de quaisquer atividade econômica, que afete significativamente o meio ambiente. A referida resolução prevê que dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental – EIA/RIMA, as seguintes atividades econômicas:

> I - Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento; II - Ferrovias; III - Portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos; IV - Aeroportos, conforme definidos pelo inciso 1, artigo 48, do Decreto-Lei n.º 32, de 18.11.66; V - Oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários;
> VI - Linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230KV; VII - Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para fins hidrelétricos, acima de 10MW, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques; VIII - Extração de combustível fóssil (petróleo, xisto, carvão); IX - Extração de minério, inclusive os da classe II, definidas no Código de Mineração; X - Aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos; XI - Usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia

> primária, acima de 10MW; XII - Complexo e unidades industriais e agro-industriais (petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo de recursos hídricos); XIII - Distritos industriais e zonas estritamente industriais - ZEI; XIV - Exploração econômica de madeira ou de lenha, em áreas acima de 100 hectares ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental; XV - Projetos urbanísticos, acima de 100ha. ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes; XVI - Qualquer atividade que utilize carvão vegetal, em quantidade superior a dez toneladas por dia (BRASIL, 1986).

Também um marco internacional influenciou as políticas criadas na década de 1980, o Relatório Nosso Futuro Comum, conhecido como Relatório Brundtland, o qual aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes e reforça a necessidade de os países buscarem adequar suas economias a esse novo padrão de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável.

Segundo Queiroz e Ckagnazaroff (2010), as inovações trazidas na década de 1980 foram respostas às demandas dos movimentos sociais no período de 1970. Nesse aspecto, Bem (2006, p.1151) aponta que, no Brasil, a década de 1980 foi das mais significativas, não apenas por ter marcado o início do fim do regime ditatorial, mas também porque foi uma das mais frutíferas do ponto de vista da pluralização dos movimentos sociais, os quais passaram a defender várias novas temáticas, como a condição das mulheres, dos negros, de crianças, dos índios e do meio ambiente.

Como lembra Philippi Jr. (2002, p.1.21): "O aumento da percepção da questão ambiental gerou em contrapartida, o aumento de pressões demandando soluções para os graves problemas que passaram a ameaçar a população como um todo".

É nessa conjuntura que é promulgada a Constituição Brasileira de 1988, enfatizando a democracia e o fim oficial do regime militar, a qual traz um conjunto de inovações na legislação, constituindo-se num marco dentro do socioambientalismo brasileiro.

Isso posto, passa-se a abordar as prescrições da Constituição Brasileira de 1988 no que se refere à responsabilidade pelos problemas socioambientais, bem como dos princípios da ordem econômica que norteiam a atuação responsável das empresas.

4.3 A ATIVIDADE ECONÔMICA E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988

Até o início dos anos 1980, a classe empresarial considerava-se eximida de toda e qualquer ação social, compreendendo que demandas referentes às desigualdades sociais e problemáticas relacionadas ao meio ambiente seriam de função e competência exclusivas do Estado (LIMA, 2009). O Estado, por sua vez, também não tinha o meio ambiente como prioridade dentro da política econômica, pois, segundo Baer e Muller (2002, p.399): "Não se tinha no país uma tradição de preocupação com a questão ambiental".

Até 1988, a legislação mais importante relativa ao meio ambiente que o Brasil contava era a Política Nacional do Meio Ambiente, instituída em 1981. A questão socioambiental só veio receber maior atenção em 1988 com a promulgação da Constituição Brasileira. Sob diferentes ângulos, o discurso em torno da dignidade da pessoa humana permeia seus artigos, trazendo implícita a importância da RSA.

A dignidade da pessoa humana, que, segundo Jonas (2006, p.329) "é o traço distintivo do homem", é colocada, já no início da Constituição, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (artigo 1.º, § III). Como bem ressalta Bessa (2006, p.8), a dignidade da pessoa humana e, como sucedâneo, o respeito à natureza, como pressuposto à vida digna, constituem o cerne da construção jurídica nacional e a razão de ser dos direitos humanos.

Não é por acaso que a Constituição Brasileira de 1988 recebeu o titulo de Constituição Cidadã por Ulyses Guimarães, pois esta prescreve um amplo conjunto de direitos sociais, tais como o direito "a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados" (art. 6.º, redação dada pela Emenda Constitucional n.º 64 de 04/02/2010), além dos direitos sociais específicos do trabalhador (BRASIL, 1988, art. 7.º ao 11).

Os direitos sociais são endereçados ao Estado, ao qual competem, na maioria das vezes, certos deveres de prestações positivas, visando à melhoria das condições de vida e à promoção da igualdade material (BONTEMPO, 2005, p.71).

De maneira inovadora, no artigo 225, a Constituição Brasileira de 1988 eleva o meio ambiente ao *status* de direito humano essencial à sadia qualidade de vida, colocando sob a responsabilidade da coletividade o dever de preservá-lo:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, art. 225).

No momento em que a Constituição atribui ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente, deixa claro que esta não é uma obrigação exclusiva do Estado, mas um dever também do Mercado e da Sociedade em geral. Como afirma Freitas (2011, p.51): "A sustentabilidade é um princípio constitucional – consiste na concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial que jamais podem ser negligenciados".

Embora a defesa e preservação do meio ambiente sejam consideradas responsabilidade coletiva, impondo-se à coletividade o dever de reparar os danos a ele causados, bem como sansões penais e administrativas aos seus infratores, para assegurar a efetividade desse direito, a Constituição Brasileira de 1988 coloca ao Poder Público algumas atribuições especiais:

> § 1.º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
> i - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas (regulamentado pela lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000).
> ii - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do país e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético (regulamentada pela lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000 e lei n.º 11.105, de 24 de março de 2005).
> iii - definir, em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (regulamentado pela lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000).
> iv - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade (lei n.º 11.105, de 24 de março de 2005).
> v - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente (lei n.º 11.105, de 24 de março de 2005).
> vi - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
> vii - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
> § 2.º - aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
> § 3.º - as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

> § 4.º - a floresta amazônica brasileira, a mata atlântica, a serra do mar, o pantanal mato-grossense e a zona costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
> § 5.º - são indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
> § 6.º - as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas (BRASIL, 1988, art. 225, § 1-6).

O artigo 225 dá vida ao princípio poluidor-pagador, deixando claro que a aplicação dele não se restringe simplesmente à internalização dos custos ambientais, mas que sua aplicação procura determinar o causador do dano ambiental, a fim de imputar-lhe a responsabilidade pelos seus atos e, antes de tudo, prevenir a ocorrência de danos ambientais e não apenas repará-los.

A Constituição Brasileira de 1988 pode ser considerada um marco referente ao surgimento do socioambientalismo brasileiro. Além da inclusão de um capítulo exclusivo sobre o meio ambiente, outra conquista popular da época foi a inclusão na Constituição do Capítulo II da Política Urbana, no qual se reconhecem as questões urbanas como tema de interesse nacional (BRASIL, 1988, artigo 182-183).

De acordo com Santilli (2005, p.57), a novidade e generosidade conceituais dos "novos" direitos passaram a permear a legislação infraconstitucional. Prova disso é a proliferação da legislação ambiental brasileira no âmbito Federal pós-Constituição de 1988, conforme pode ser visualizada na linha do tempo do Apêndice D, as quais disciplinam a atuação do Governo, do Setor Produtivo e da Sociedade relativamente à questão socioambiental.

Além de atenderem ao que prescreve o artigo 225, que coloca a responsabilidade pelo meio ambiente como uma responsabilidade coletiva, as empresas, como principais representantes da atividade econômica, têm sua atuação disciplinada pelo artigo 170 da CFB, em que se verifica que a ordem econômica tem forte ligação com a questão da função social da propriedade.

A Constituição Brasileira de 1988 prescreve um conjunto de princípios da ordem econômica e financeira, com vistas a estabelecer uma atuação empresarial responsável que leve em conta a dignidade da pessoa humana e uma maior justiça social. Estabelece a Constituição Brasileira que:

> A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 42, de 19.12.2003); VII - redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego; IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 6, de 1995). Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei (BRASIL, 1988, art. 170, grifo no original).

Nesse artigo se observa que, embora a Constituição não utilize a expressão RSA ou socioambiental das empresas, prescreve um conjunto de princípios que devem ser observados por elas, os quais servem de orientação para uma atuação empresarial responsável. Além disso, esse artigo recebeu no item VI nova redação pela Emenda Constitucional número 42, denotando-se a importância de que as empresas tenham por princípio a defesa do meio ambiente e efetuem a gestão das externalidades decorrentes de seu processo produtivo.

Bessa (2006, p.158) lembra que, embora não haja sequer um dispositivo legal em todo o ordenamento jurídico brasileiro que adote a expressão "responsabilidade social das empresas", o espírito que a orienta se encontra em toda a disciplina legal e constitucional relacionada à atividade econômica.

Percebe-se, assim, a importância de a ordem econômica adotar como princípio a defesa do meio ambiente, compatibilizando a produção com o bem-estar social, pois, segundo Melo Neto e Froes (2001, p.28), a partir das mudanças culturais, políticas e sociais ocorridas com a promulgação da Nova Constituição Brasileira, a responsabilidade socioambiental das empresas torna-se clara e objetiva. Como ressalta Oliveira (2010) a empresa atuando de maneira socialmente responsável, é o agente mais apto a promover alterações sociais a curto e médio prazo, dando efetividade aos princípios elencados pelo constituinte de 1988.

No Quadro 1 pode-se observar que a noção de responsabilidade socioambiental está implícita em vários outros artigos da Constituição Brasileira de 1988, além do artigo 170, que disciplina diretamente a atividade econômica.

Quadro 1 - Noção de responsabilidade socioambiental das empresas na Constituição Brasileira de 1988

Artigo	Prescrição
1.º	IIII - a dignidade da pessoa humana;
7.º	I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos; XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei; XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;
11.º	as empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
170.º	III - função social da propriedade;
193.º	A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
194.º	A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - irredutibilidade do valor dos benefícios; V - eqüidade na forma de participação no custeio; VI - diversidade da base de financiamento; VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (redação dada pela Emenda Constitucional no 20 de 1998.

Fonte: Brasil (1998, Artigos 1.º, 7.º, 11.º, 170.º, 193.º e 194.º).

Lopes (2006, p.72) lembra que perante a ordem jurídico-econômica constitucional, a empresa privada é considerada o mais importante bem de produção junto à atividade econômica, já que é responsável pela maior parte das relações jurídico-econômicas que gravitam na ordem jurídica. Quanto à função social em específico, vê-se que a Constituição reforçou o compromisso da empresa em exercê-la, algo que a Lei Federal n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976 já havia incorporado, ao dispor que:

> O acionista controlador deve usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto e cumprir sua função social, e têm deveres e responsabilidades para com os demais acionistas da empresa, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender (BRASIL, 1976, artigo 116).

Além do artigo 116, a função social da empresa é também referida no artigo 154 da Lei Federal n.º 6.404/76, que traz a seguinte redação: " O administrador deve exercer as atribuições que a lei e o estatuto lhe conferem para lograr os fins e no interesse da companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da função social da empresa" (BRASIL, 1976).

Assim, as empresas, como principais agentes da ordem econômica, têm a responsabilidade legal de cumprir a legislação, cuja disciplina tem fortalecido o movimento da RSA das empresas. Nesse aspecto, Ashley e Patrocínio (2010) enfatizam a importância de distinguir a responsabilidade legal da RSA. Segundo os autores, "é flagrante a distância entre responsabilidade legal e consciência social". Nesse aspecto, consideram a responsabilidade legal como responsabilidade social imperativa, diferenciando-a, sem excluí-la, da RSA ampla ou total, aí incorporando a consciência e o voluntariado. Fica claro nas proposições dos autores que a responsabilidade legal são aquelas responsabilidades atribuídas aos agentes econômicos decorrentes da lei. Já a responsabilidade socioambiental inclui, além destas, as responsabilidades que os agentes acabam assumindo voluntariamente por quaisquer outros motivos. Como assinala Fabião:

> Não basta às empresas agirem unicamente segundo uma função social que nada mais demonstra que elas cumpriram à risca o prescrito no ordenamento jurídico. A responsabilidade social empresarial decorre da implementação de atividades que vão além do dever legal (FABIÃO, 2010, p.275).

Zanoti (2006, p.117-118) lembra que há uma linha muito tênue que separa o dever da empresa, imposto por leis, de restaurar o meio ambiente que degradou, da responsabilidade social pura, que é quando a empresa toma a decisão de preservar ou restaurar o meio ambiente sobre o qual não exerceu nenhuma atuação negativa, direta ou indiretamente. Por essa razão, é frequente as empresas utilizarem o termo RSA para designar tanto as iniciativas que têm implementado na esfera socioambiental que vão além da lei quanto aquelas que se restringem ao cumprimento dela.

Uma coisa é fato: ao lado de outras questões históricas, a Constituição de 1988, ao disciplinar a atividade econômica e dedicar um capítulo exclusivo ao meio ambiente, colocando sua preservação sob a responsabilidade da coletividade, fortaleceu o movimento da responsabilidade socioambiental das empresas.

Como acentua Srour (1998), a promulgação da Constituição, bem como o conjunto de mudanças e fatores históricos que ocorreram a partir da segunda metade do século XX, reforçou o ideário baseado em uma responsabilidade social corporativa e compartilhada. Segundo Rico (2004), é especialmente a partir da década de 1980, que se pode identificar uma ação social empresarial com a expectativa de participação no desenvolvimento social do Brasil. Lima (2009) também identifica que o crescimento

da valorização da RSA no Brasil se deu a partir da Constituição Brasileira de 1988. Nesse aspecto, o autor destaca o trabalho de algumas entidades voltadas para a disseminação da cultura da responsabilidade socioambiental no Brasil, que congregam várias empresas que se engajaram pela via da RSA: o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, o Instituto de Cidadania Empresarial, o Conselho de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais (IBASE).

A corporação então começa a fazer parte da sociedade como uma "peça" de interação social, influenciando nos valores sociais que a Constituição Federal busca, como a solidariedade, a justiça social, livre iniciativa, pleno emprego, redução das desigualdades sociais, valor social do trabalho, dignidade da pessoa, valores ambientais, entre outros (VILA, 2012).

A existência de uma legislação socioambiental avançada contribui para maior atenção das empresas na gestão de seus impactos sobre o meio ambiente e a sociedade, sendo o cumprimento da legislação apontado por Machado e Oliveira (2009, p.96-100), Moraes Filho (2009, p.24) e Lustosa (2010, p.213) como um dos mais fortes motivadores dos investimentos das empresas em responsabilidade socioambiental. Como reconhece a Agenda 21 Brasileira:

> A própria existência de uma estrutura regulatória numa economia de mercado leva os agentes econômicos descentralizados a incorporar a probabilidade de sanções penais na análise de risco de suas decisões de consumir, de produzir e de investir. [...] embora seja prematura uma avaliação mais abrangente dos impactos do conjunto de leis, normas e resoluções sobre o processo de desenvolvimento sustentável no Brasil, não há dúvida de que, sem uma estrutura regulatória moderna, dificilmente poderão ser implementados objetivos e metas de conservação e preservação dos ecossistemas urbanos e rurais do país (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2004, p.118).

Após a abordagem do disciplinamento da ordem econômica na Constituição Brasileira de 1988 e da atenção que ela deu às questões socioambientais, torna-se importante abordar o cenário socioambiental brasileiro com vistas a averiguar até que ponto esse cenário reflete as condições de cidadania expressadas na Constituição Federal.

4.4 O CENÁRIO SOCIOAMBIENTAL BRASILEIRO E OS LIMITES À CIDADANIA

A questão socioambiental no Brasil mostra-se complexa e desafiadora, pela gama de problemas socioambientais que o país enfrenta. O Brasil apresenta-se como um país rico em contrates: ao mesmo tempo em que é rico em biodiversidade e recursos naturais, é um país rico em problemas socioambientais, marcado pela desigualdade. Na expressão de Israel Filho, há muitos "Brasis".

Com efeito, o Brasil acumula um saldo de problemas socioambientais que perpassam questões como pobreza, distribuição de renda, educação, saúde, saneamento básico, habitação, segurança, corrupção e meio ambiente, só para citar alguns, os quais representam um grande desafio para a gestão pública quando o assunto é sustentabilidade.

De todos esses problemas, possivelmente o mais grave seja a pobreza, sobretudo pelos seus impactos sobre o meio ambiente. Para se ter uma ideia da sua dimensão no Brasil, segundo o Censo 2011, 16,2 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza extrema, ou seja, 8,6% da população vive com uma renda nominal mensal domiciliar per capita de até R$ 70,00. Desse total, 4,8 milhões não possuem nenhum rendimento (MIGUEL, 2011).

Pobreza, desigualdade social e má distribuição de renda são problemas que, no Brasil, aparecem nitidamente relacionados. É o que afirma Silva e Silva (2010), segundo a qual, há um consenso, tanto no campo acadêmico como entre políticos de todas as matizes ideológicas e partidárias, que a pobreza no Brasil decorre, em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade, marcado por profunda concentração de renda. Esta questão é retratada, também, por Barros, Henriques e Mendonça, ao abordarem a questão do crescimento e equidade como desafio ao desenvolvimento social:

> A estratégia de redução da pobreza solicita o crescimento da renda *per capita* ou a distribuição mais igualitária da renda. Uma combinação de políticas que estimulem o crescimento econômico e diminuam a desigualdade, a princípio, aparenta conceder maior eficácia e velocidade ao processo de combate à pobreza (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p.137).

Na percepção de Silva e Silva (2010, p.157), a pobreza aprofundou-se como consequência de um desenvolvimento concentrador de riqueza socialmente produzida

e dos espaços territoriais, representados pelos grandes latifúndios no meio rural e pela especulação imobiliária no meio urbano.

Tanto Barros, Henriques e Mendonça (2000) quanto Silva e Silva (2010) atribuem como principal causa da pobreza a desigualdade na distribuição de renda, sendo que nesta última obra, a partir de diversas comparações, a autora comprova que a pobreza no Brasil é, sobretudo, um problema relacionado à distribuição de recursos e não à sua "escassez".

Mas a desigualdade não é uma variável que afeta apenas a pobreza no Brasil, em face de que outro problema social também é marcado pela desigualdade, a educação. A respeito do sistema de ensino e reforma educacional brasileiro, Draibe afirma que:

> O país chega aos anos 90 com um sistema educacional público marcado por distorções e dificuldades, entre as quais destacam-se suas grandes dimensões, uma cobertura educacional insuficiente em todos os níveis de ensino, com exceção do ensino fundamental; baixa qualidade do ensino ministrado e distâncias significativas entre os novos requisitos de formação de mão-de-obra e os conteúdos educacionais. Além disso, a acentuada heterogeneidade do sistema educacional traduz nas desigualdades de acesso, cobertura e desempenho escolar entre os grupos e categorias sociais; entre regiões e no seu interior; entre redes públicas municipais e estaduais (DRAIBE, 2011, p.9).

Krawczyk (2009, p.5), ao analisar a educação no Brasil, verifica que tanto o acesso ao ensino médio quanto a qualidade do ensino, aferida pelos exames, são marcados pela desigualdade, sendo que os limites atingem de maneira mais perversa a população pobre do país. Após a análise de vários desafios enfrentados na educação do Ensino Médio brasileiro, a autora afirma que a realidade leva a pensar que não está havendo uma democratização e sim uma massificação do ensino no Brasil – o que remete a uma análise crítica acerca da qualidade do ensino que está sendo ofertada.

De acordo com o Censo 2011, o Brasil possui 14.612.183 analfabetos, entre os 164 milhões de brasileiros com mais de 10 anos de idade, ou 9,02% da população a partir dessa faixa etária. Desses, 9,4 milhões estão em áreas urbanas e 5,2 milhões, nas áreas rurais (MIGUEL, 2011).

Quanto à saúde, Whitehead apud Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (2008), apesar dos importantes avanços dos últimos anos na melhoria do valor médio de seus indicadores de saúde, o Brasil está entre os países com maiores iniquidades em saúde, ou seja, desigualdades de saúde entre grupos

populacionais que, além de sistemáticas e relevantes são também evitáveis, injustas e desnecessárias. As estatísticas do Sistema Único de Saúde (SUS), criado em 1988, impressionam pela sua magnitude: no ano de 2005, foram realizadas cerca de 450 milhões de consultas médicas, 11,8 milhões de internações, 2,6 milhões de partos, 250 milhões de exames laboratoriais, 40 milhões de vacinações, 80 mil cirurgias cardíacas e 20 mil transplantes de órgãos (COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE, 2008).

O Programa de Saúde da Família (PSF) é um programa de Atenção Básica em Saúde, no qual equipes multiprofissionais são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica limitada. As equipes atuam em ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação e reabilitação de doenças e agravos. São formadas por um médico de família, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e seis agentes comunitários de saúde, podendo, ainda, contar com um dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico em higiene bucal. Cada equipe é responsável por mil famílias, abrangendo uma população total de 3 mil a 4,5 mil pessoas. O trabalho da equipe se desenvolve nas residências, nas Unidades Básicas de Saúde e na comunidade. Iniciado em 1994, o programa conta, em 2008, com cerca de 27,5 mil equipes (mais de 150 mil profissionais), atuando em 5.131 municípios (92 % do total de municípios brasileiros) – (COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAS DA SAÚDE, 2008, p.66).

Cerca de 55% da população brasileira está coberta pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência (Samu), cujo serviço já funciona em 1.150 municípios do país (PORTAL DA SAÚDE, 2013). Como se vê, embora o setor de saúde ainda apresente deficiências, é um setor que apresentou avanços.

A respeito da situação do Brasil no Saneamento Básico, de acordo com a Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (2008), segundo a PNAD 2004, o percentual de domicílios particulares permanentes atendidos por rede geral de abastecimento de água aumentou de 80% para 83% e o percentual de domicílios servidos por esgotamento sanitário adequado (rede coletora ou fossa séptica) aumentou de 65% para 70%, no período de 1999 a 2004. Entretanto, há que se destacar as desigualdades regionais e entre municípios, em 2005, enquanto nas regiões Sul e Sudeste, respectivamente, 83% e 91% da população estava coberta pela rede geral de abastecimento de água, na região Norte a cobertura desses serviços alcançava apenas 54,8% da população e no Nordeste 72%. Mas não há unanimidade a respeito

dos dados: o mais recente levantamento sobre o tema, realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Instituto Trata Brasil, aponta para o fato que 53% da população brasileira ainda não teria acesso a um saneamento adequado, e no atual ritmo de ampliação do acesso, a universalização só se daria em 115 anos (NERI, 2008, p.5).

Também, segundo o trabalho da ONG Trata Brasil (2011), no Brasil as diarreias representam 80% das doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado.

Outro problema que tem representado possivelmente um dos maiores desafios à economia brasileira, pela sua magnitude e seus impactos sobre o meio ambiente, é a moradia, cabendo lembrar que esta é um dever do Estado e um direito humano essencial à qualidade de vida.

Na visão de Saule Júnior (1999, p.84): "Desde a adoção da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, o direito à moradia tem sido reconhecido como um importante componente do direito a um nível adequado de vida". Outro documento que também enfatiza a importância do direito à moradia é a Agenda 21[1], segundo a qual "O acesso a uma habitação sadia e segura, é essencial para o bem-estar econômico, social, psicológico e físico da pessoa humana e deve ser parte fundamental das ações de âmbito nacional e internacional" (AGENDA 21, cap.7, item 6).

> O direito à moradia se torna parte dos direitos fundamentais do sistema jurídico brasileiro, com base no regime e princípios adotados pela Constituição, e com base nos tratados internacionais do qual o Estado Brasileiro seja parte (SAULE JÚNIOR, 1999, p.90).

Apesar de constituir um direito a ser garantido, no ano de 2010, o Brasil apresentava uma carência de 6 milhões e 940 mil habitações, das quais, 85% estavam em áreas urbanas e 15% nas áreas rurais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2013, p.1).

Em que pese a implantação do PAC, com parte dos recursos destinados ao setor habitacional e a implantação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e toda a dinâmica recente do Programa Minha Casa Minha Vida, vê-se que a carência de moradias no Brasil é expressiva. Uma das mais graves falhas apontadas

---

[1] Documento elaborado como resultado das discussões na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro (1992), considerado um importante instrumento dentro do planejamento urbano das cidades.

neste último programa é que ele acaba não priorizando a população de baixa renda que ganha 3 salários mínimos e inibe o acesso de quem ganha até um salário mínimo, embora não seja objetivo do programa atender a este segmento de renda.

O Relatório Conexões Sustentáveis (2008, p.20) apontou que, em 2007, o Ibama aplicou quase R$ 1 bilhão em multas em ações contra o desmatamento ilegal na Amazônia, mas empresas e produtores seguem reincidindo em crimes ambientais.

No Brasil, segundo pesquisa da USP, em parceria com mais seis universidades federais, R$ 14 são gastos por segundo para tratar de sequelas respiratórias e cardiovasculares de vítimas do excesso de partícula fina – poluente da fumaça do óleo diesel –, cujo valor é arcado pelas unidades de saúde públicas e privadas de seis regiões metropolitanas do país, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Vitimas e custos da poluição em seis capitais brasileiras

Cidade	Vítimas c/ + 40 Anos (mortes/ano)	Custos c/internação (milhões R$)
São Paulo	7.187	335
Rio	2.975	68,7
Porto Alegre	722	27,6
Curitiba	389	15,9
Belo Horizonte	180	9,7
Recife	106	2,6
TOTAL	11.559	459,50

Fonte: Agência CNT de notícias (2009).

De acordo com a AFP *apud* Ecodebate (2011), mais da metade de todas as emissões de carbono liberadas na atmosfera são geradas por cinco países[2], segundo um ranking de emissões de gases estufa publicado em 1.º de dezembro de 2011, no qual o Brasil aparece na sexta posição.[3]

O cenário socioambiental brasileiro aqui abordado reflete uma profunda contradição com os ideais de cidadania proclamados na Constituição Brasileira de 1988. Se, como aponta Bonavides (2009, p.19): "Cidadania é a condição de acesso aos direitos sociais que permite que o cidadão possa desenvolver todas as suas potencialidades, incluindo a de participar do forma ativa, organizada e consciente, da construção da vida coletiva no Estado democrático", pode se constatar uma cidadania fragmentada, uma vez que boa parte dos direitos socioambientais garantidos pela CFB de 1988 não se encontram universalizados.

---

2 China, Estados Unidos, Índia, Rússia e Japão lideram o ranking.

3 Esta lista foi divulgada durante as negociações climáticas da ONU em Durban, África do Sul.

Mergulhando nas engrenagens da crise social brasileira, Dimenstein (2012) analisa com detalhes esse descompasso nas condições de acesso aos direitos socioambientais no Brasil. Passando por questões como violência, ética, mortalidade infantil, desnutrição, trabalho e renda, urbanização e população, meio ambiente, educação e mercado cultural, o autor demonstra que os direitos humanos no Brasil refletem uma cidadania de papel, diante da ausência da sua universalização. Corroborando com essa ideia, Gomes *et al.* apontam que:

> Desde a transição democrática até o momento atual, ocorreu no Brasil um processo de ampliação dos direitos, mas também, uma cidadania seletiva. Isto porque, pessoas submetidas a carências materiais extremas, em seu aprisionamento no reino das necessidades, encontram enormes obstáculos para conseguir apresentar-se na cena política como sujeitos portadores de interesses e direitos legítimos (GOMES *et al*., 2002, p.179).

Todo o esforço para implementação das legislações apontadas neste artigo demanda do Poder Público, do Setor Privado e da própria Sociedade esforços efetivos para erradicar os problemas socioambientais. Como recomenda Dimenstein (2012, p.165), na conclusão de sua obra: "É dever de todos tirar a cidadania do papel e fazer com que nossos direitos e deveres sejam cumpridos".

Há, de fato, uma abundância de legislação, mas carência de políticas públicas. E, nesse aspecto, o movimento da RSA das empresas, que se intensificou a partir da década de 1990, assume uma importância singular, como instrumento de apoio e influência na criação de políticas públicas governamentais. Tal movimento é importante, não apenas pelo desenvolvimento das iniciativas de RSA que as empresas têm empreendido em prol das comunidades em que atuam, mas também pela incorporação de práticas sustentáveis em sua atuação, reduzindo os impactos da atividade econômica sobre o meio ambiente.

4.5 CONCLUSÃO

A conjuntura que antecede a publicação da Constituição Brasileira de 1988, período gerido pelo governo militar, é marcada pela falta de democracia, pela ausência de preocupação com as questões ambientais, pelo aumento das demandas dos movimentos sociais e pela adoção de políticas clientelistas por parte do Estado.

A década de 1980 destacou-se pela pluralização dos movimentos sociais, bem como pela ascensão de novas temáticas como a questão das mulheres, dos negros, das crianças, dos índios, dos sem terra e do meio ambiente. Isso culminou com a instauração do Movimento pela Assembleia Nacional Constituinte que reuniu grupos representativos dos mais variados segmentos da sociedade que pleiteavam o acesso a direitos humanos essenciais, sobretudo o direito à moradia.

Entre as inovações ocorridas no final da década de 1980, em resposta às demandas dos movimentos sociais, está a promulgação da CFB, a qual se constitui num marco dentro do socioambientalismo brasileiro uma vez que trouxe a ampliação dos direitos socioambientais, inseriu um capítulo exclusivo para a política urbana e elevou o meio ambiente ao status de direito humano essencial à sadia qualidade de vida.

O objetivo geral deste capítulo foi discutir sobre quem recai a responsabilidade pela questão socioambiental no âmbito da Constituição Brasileira de 1988.

Percebeu-se que, embora em nenhum momento a Constituição faça alusão ao termo RSA das empresas, prescreve no artigo 170 um conjunto de princípios para nortear a atuação responsável das empresas e, no artigo 225, pontua que é de responsabilidade da coletividade a defesa do meio ambiente, sendo, portanto, esta, uma responsabilidade não apenas do Poder Público, mas também do Mercado e da Sociedade, ficando claro que todo aquele que causar um ato lesivo ao meio ambiente, tem o dever de repará-lo, e isso inclui as empresas.

Verificou-se que o movimento da RSA das empresas se fortaleceu a partir da Constituição Brasileira de 1988 em função da responsabilidade legal a elas atribuídas, ensejando que a RSA efetiva, ganha sentido, a partir da regulação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CNT DE NOTÍCIAS. **Custo da poluição é de R$ 14,00 por segundo**: valor se refere a tratamentos respiratórios e cardiovasculares. São Paulo, maio 2009. Disponível em: <http://www.cnt.org.br/Paginas/Agencia_Noticia.aspx?n=6326>. Acesso em: 20 jan. 2011.

AGENDA 21 BRASILEIRA: AÇÕES PRIORITÁRIAS. **Comissão de Políticas de desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional**. 2.ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. As relações econômicas internacionais do Brasil dos anos 1950 aos 80. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.2, n.50, p.60-79, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a05v50n2.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2013.

ASHLEY, Patrícia Almeida; PATROCÍNIO, Alberto José do. Responsabilidade legal e responsabilidade social: reflexão e proposição para um alinhamento do marco legal pró-sustentabilidade. **Revista Plurale**, Rio de Janeiro, v.14, jan. 2010. Disponível em: <http://www.plurale.com.br/site/noticias-detalhes.php?cod=7312&codSecao=2>. Acesso em: 24 fev. 2010.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. 2.ed. São Paulo: Nobel, 2002.

BAER, Werner; MUELLER, Charles C. Aspectos ambientais do desenvolvimento do Brasil. In: BAER, Werner. **A economia brasileira**. 2.ed. São Paulo: Nobel, 2002. p.399-434.

BARROS, Ricardo Paes; HENIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n.42, p.124-142, 2000.

BELASSA, Bela. Políticas de Incentivo no Brasil. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.739-782, 1979.

BEM, Arim Soares do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Revista Educação Social**, Campinas, v.27, n.97, p.1137-1157, set./dez. 2006.

BESSA, Fabiane Lopes Bueno Netto. **Responsabilidade social das empresas**: práticas sociais e regulação jurídica. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura (Coords.). **Comentários à Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

BONTEMPO, Alessandra Gotti. **Direitos sociais**: eficácia e acionabilidade à luz da Constituição de 1988. Curitiba: Juruá, 2005.

BRASIL. Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm>. Acesso em: 02 jan. 2010.

_____. Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404 compilada.htm>. Acesso em: 28 jan. 2010.

_____. Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6766.htm>. Acesso em: 10 mar. 2010.

_____. Lei n.º 6.803, de 2 de julho de 1980. Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6803.htm>. Acesso em: 29 mar. 2010.

_____. Lei n.º 6.902, de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6902.htm>. Acesso em: 10 abr. 2010.

_____. Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 23 abr. 2010.

_____. Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/ l7347orig.htm>. Acesso em: 05 maio 2010.

_____. Resolução 001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 21 maio 2010.

_____. Lei n.º 7.643, de 18 de dezembro de 1987. Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7643.htm>. Acesso em: 05 jun. 2010.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 jun. 2010.

_____. Lei n.º 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7802.htm>. Acesso em: 18 ago. 2010.

_____. Lei n.º 10.410, de 11 de janeiro de 2002. Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/leis/2002/L10410.htm>. Acesso em: 30 ago. 2010.

_____. Lei n.º 10.650, de 16 de abril de 2003. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.650.htm>. Acesso em: 10 set. 2010.

_____. Lei n.º 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm>. Acesso em: 18 set. 2010.

_____. Lei n.º 11.284, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis n.os 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm>. Acesso em: 17 out. 2010.

_____. Lei n.º 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm>. Acesso em: 05 out. 2010.

_____. Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n.os 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n.º 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 29 out. 2010.

_____. Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n.os 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n.os 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n.º 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 06 jun. 2012.

BRITO, Fausto Alves de; PINHO, Breno Aluízio T, Duarte de. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010**. Disponível em: <http://cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20464.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2012.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. 2.ed. São Paulo: Moraes, 1974.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. **As causas sociais das iniqüidades em saúde no Brasil**. 2008. Disponível em: <http://www.cndss.fiocruz.br/pdf/home/relatorio.pdf>. Acesso em: 05 out. 2011.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Ática, 2012.

DRAIBE, Sonia Miriam. **Ciclos de reformas de políticas públicas em ambiente de consolidação da democracia**: a experiência brasileira recente de reforma dos programas sociais. Disponível em: <http://www.nepp.unicamp.br/d.php?f=20>. Acesso em: 05 out. 2011.

ECODEBATE: CIDADANIA & MEIO AMBIENTE. **Metade dos gases estufa é gerada por 5 países; Brasil é o 6.º emissor, diz relatório**. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2011/12/02/metade-dos-gases-estufa-e-gerada-por-5-paises-brasil-e-o-6º-emissor-diz-relatorio/>. Acesso em: 22 dez. 2011.

FABIÃO, Maurício França. **O negócio da ética**: um estudo sobre o terceiro setor empresarial. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/MINISTÁRIO DAS CIDADES. **Resultados do déficit habitacional municipal no Brasi**l. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/2680-fundacao-joao-pinheiro-e-ministerio-das-cidades-divulgam-os-resultados-do-deficit-habitacional-municipal-no-brasil>. Acesso em: 20 dez. 2013.

GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 7.ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GOMES, Carlos Minayo; SOUZA, Edinilsa Ramos de; BRITO, Jussara Cruz de; ESCOREL, Sarah; THEDIM-COSTA, Sônia Maria. A construção do socioambiente insustentável. **Informe Epidemiológico do SUS**, Brasília, v.11, n.3, p.177-194, set. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tendências Demográficas**: uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRAWCZYK, Nora. **O ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

LIMA, Maria José. **As empresas familiares da cidade de Franca**: um estudo sob a visão do serviço social São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

LOPES, Alex Luís Luengo. **A empresa privada à luz da ordem econômica constitucional brasileira de 1988**: papel, função e responsabilidade social. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Marília, Marília, 2006.

LUSTOSA, Maria Cecilia Junqueira. Industrialização, meio ambiente, inovação e competitividade. In: MAY, Peter H. **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p.205-220.

MACHADO, André Gustavo Carvalho; OLIVEIRA, Ricardo Luciano de. Gestão ambiental corporativa. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão ambiental e responsabilidade social**: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009. p.93-114.

MELO NETO, Francisco P. de.; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa**: o caso brasileiro. Da filantropia tradicional à filantropia do alto rendimento e ao empreendedorismo social. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MIGUEL, Sylvia. **Censo 2011 revela as deficiências do Brasil em saneamento básico e a necessidade de mais investimentos**. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2011/05/17/censo-2011-revela-as-deficiencias-do-brasil-em-saneamento-basico-e-a-necessidade-de-mais-investimentos/>. Acesso em: 05 nov. 2011.

MORAES FILHO, Rodolfo Araújo de. Sociedade e meio ambiente. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão ambiental e responsabilidade social**: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009. p.1-27.

NERI, Marcelo Cortes. **Trata Brasil**: saneamento, saúde, educação, trabalho e turismo: o caso de Santa Catarina. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

OLIVEIRA, Anna Flávia Camilli. **Responsabilidade social empresarial e diminuição das desigualdades sociais**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8909>. Acesso em: 22 jan. 2010.

PHILIPPI JR., Arlindo. **O impacto da capacitação em gestão ambiental**. 2002. Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PORTAL DA SAÚDE. **Painel de indicadores**. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/entenda-o-sus>. Acesso em: 28 dez. 2013.

QUEIROZ, Roberta Graziella Mendes; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. Inovação no setor público: uma análise do choque de gestão (2003-10) sob a ótica dos servidores e dos preceitos teóricos relacionados à inovação no setor público. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.44, n.3, p.679-705, maio/jun. 2010.

RELATÓRIO CONEXÕES SUSTENTÁVEIS. **Fórum Amazônia Sustentável**: Movimento Nossa São Paulo, Conexões sustentáveis. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/conexoes_sustentaveis.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2010.

RICO, Elizabeth Melo. A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n.4, p.73-82, out./dez. 2004.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Pierópolis, 2005.

SAULE JÚNIOR, Nelson. O direito à moradia como responsabilidade do Estado brasileiro. In: _____. **Direito à cidade**: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis. São Paulo: Instituto Polis, 1999. p.63-126.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas**: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Disponível em: <http://www.repositorio.ufma.br/xmlui/bitstream/handle/1/328/POBREZA,%20DESIGUALDADE%20E%20POLÍTICAS%20PÚBLICAS.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 dez. 2010.

SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações**. São Paulo: Campus, 1998.

TRATA BRASIL. **Esgotamento sanitário inadequado e impactos na saúde da população**. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/esgotamento-sanitario-inadequado-e-impactos-na-saude-da-populacao>. Acesso em: 22 jan. 2011.

VILA, Rafaela. **A função social da empresa**. Disponível em: <http://www.notisul.com.br/n/opiniao/a_funcao_social_da_empresa-34829>. Acesso em: 25 out. 2012.

ZANOTI, Luiz Antonio Ramalho. **A função social da empresa como forma de valorização da dignidade da pessoa humana**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Unimar, Marília, 2006.

5 ARTIGO 4

A importância da ética na reconfiguração do papel da empresa na sociedade contemporânea: da geração de lucros à criação de valor compartilhado

The importance of ethics in the reconfiguration of the role of the company in the modern society: from profiting to shared value

Marina Luiza Gaspar Wisniewski
Harry Alberto Bollmann

Resumo:

Com a crescente valorização da incorporação de princípios éticos na atuação empresarial, torna-se cada vez mais crucial entender qual o papel das empresas perante a sociedade. Este estudo tem como objetivo analisar o papel das empresas na sociedade contemporânea à luz da ética empresarial. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, verificou-se que a função da empresa moderna vai muito além da tradicional função de produzir bens e serviços à sociedade, gerar lucros aos acionistas e trazer benefícios como a geração de tributos ao governo e empregos à população. Verificou-se que as empresas que pautam sua atuação numa conduta ética e responsável têm sido chamadas a serem responsáveis em termos socioambientais, a serem atoras políticas influenciando no desenvolvimento socioeconômico, devem, assim trilhar o caminho do capitalismo consciente e criar valor compartilhado, tendo uma ampliação de suas funções perante a sociedade.

Palavras-chave: Papel da empresa na sociedade. Responsabilidade socioambiental. Valor compartilhado. Conduta ética.

Abstract:

With the increasing valorization of the incorporation ethical principles in the business field, it is more and more crucial to understand the role of companies before the society. This study has the aim of analyzing the role of the companies in the modern society considering the business ethics. By means of a bibliographical and exploratory research, it was verified that the modern company's function goes beyond the traditional function of providing goods and services to the society, generating profit to the shareholders and bringing benefits such as the tax revenues generation to the government and employment to the population. It was observed that the companies which guide their proceeding with ethical and responsible conduct have been acclaimed to be responsible for social-environmental issues, to be political actors influencing in the social-economic development, and should, this way follow the path of aware capitalism as well as create shared value, having an extension of their functions before the society.

Key-words: Role of the company in the society. Social-environmental Responsibility. Shared Value. Ethical Conduct.

5.1 INTRODUÇÃO

Nossas vidas começam a terminar
no dia em que permanecemos em silêncio
sobre as coisas que importam.

(Martin Luther King)

A discussão acerca do papel das empresas na sociedade é antiga, e ao mesmo tempo atual. Na metáfora "Entre DEUS e o diabo" de Abramovay (2004), o mercado, cenário que dá vida à atuação empresarial, ora é apontado como salvador do desenvolvimento, ora como vilão. Polanyi (2000) chega a compará-lo a um moinho satânico pelos efeitos nefastos que causa. Na obra de Forrester (1997) pode-se encontrar, do início ao fim, um desabafo da autora que se manifesta indignada com os efeitos do capitalismo sobre o mercado de trabalho, demonstrando que o processo de globalização das economias, que tem na atuação das empresas seu centro, em vez de atuar rumo à igualdade, gera mais desigualdades, aumentando o fosso entre países ricos e países pobres.

Assim, nas fragilidades do momento em que a crise financeira internacional expõe ao mundo grandes potências, onde os efeitos climáticos globais são visíveis, onde a economia de mercado e os governos não dão conta de resolver a gama de problemas que a sociedade enfrenta, onde a sustentabilidade tem despertado a atenção dos líderes de negócios, onde a ética tem sido clamada como princípio norteador das relações sociais e empresariais, onde as cidades são chamadas a serem protagonistas do seu próprio desenvolvimento, onde a sociedade civil amplia sua participação como atora política, onde a gestão compartilhada é evocada como caminho para a construção de uma sociedade sustentável, parece pertinente analisar o papel das empresas na sociedade, bem como a importância da ética como fio condutor da atuação delas, reconfigurando seu papel.

É importante destacar que governos e empresas deparam-se com exigências cada vez maiores da sociedade em termos de conduta ética, além do que estas últimas têm de ser rentáveis e competitivas. Para tal, passam a ter objetivos bem mais amplos que a mera busca do lucro, tendo que rever o seu modo de atuar nas esferas econômica e socioambiental, ensejando um repensar sobre suas responsabilidades perante a sociedade.

A RSA das empresas assume novos contornos diante da crise do Estado, da conquista dos direitos humanos de terceira geração[1] e, sobretudo, dos desafios impostos pela globalização e pelas mudanças climáticas.

A adoção de uma conduta ética por parte das empresas remete à ideia de compromissos com a sociedade. Nessa linha de pensamento, é frequente o seguinte questionamento: qual o real papel das empresas na sociedade no século XXI? Para além da geração de riquezas, que papel as empresas têm sido chamadas a desempenhar na direção de uma conduta ética nos negócios? É possível conciliar lucro com RSA?

Diante do exposto, o objetivo geral deste estudo é analisar o papel das empresas na sociedade contemporânea à luz da ética empresarial. Como objetivos específicos pretende-se averiguar o conceito e a representatividade das empresas na sociedade contemporânea, levantar as teorias da responsabilidade das empresas e demonstrar a importância da ética como fio condutor da atuação das empresas no mercado, conciliando lucro com responsabilidade socioambiental.

Este estudo se justifica pela importância assumida pelas empresas na sociedade contemporânea como atora política capaz de colaborar na solução dos problemas relativos aos desenvolvimento econômico, influenciar na elaboração de políticas públicas e impactar na vida das pessoas e suas relações na sociedade.

Em termos metodológicos as discussões sobre a função da empresa na sociedade e a importância da ética para nortear sua atuação no mercado foram elaboradas a partir de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, buscando diferentes posicionamentos a respeito das questões. O estudo foi então estruturado em três tópicos, a saber: conceito e representatividade das empresas; teorias sobre a responsabilidade das empresas na sociedade; e, a importância da ética como fio condutor de atuação das empresas. Este último tema é complexo em termos epistemológicos e não se tem a pretensão de abordá-lo de modo aprofundado, mas a intenção de demonstrar que a ética é de fundamental importância para nortear as

---

[1] São direitos fundamentais preocupados com o destino da humanidade, basicamente relacionados com a proteção do meio ambiente, o desenvolvimento econômico e a defesa do consumidor (FREIRE; MOTTA, 2004, p.5).

atividades da empresa em busca da conciliação entre lucro e RSA. A esse respeito, a obra de Comparato (2006) resgata todas as teorias desenvolvidas sobre ética no decorrer da história. O que se pretende aqui é demonstrar que a ética, como ciência universal que estuda a moral (o modo do agir humano) é um componente essencial para analisar a reconfiguração do papel da empresa na sociedade.

5.2 CONCEITO E REPRESENTATIVIDADE DAS EMPRESAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O ser humano passa a maior parte de sua vida em contato com empresas, na qualidade de funcionário, cliente, fornecedor ou qualquer outra relação comercial. Nas empresas, as pessoas depositam várias aspirações, como a de ter um trabalho estável, de trabalhar em um ambiente sadio, de respeito aos direitos humanos, de encontrar oportunidades de crescimento pessoal e profissional, de ter acesso a uma aposentadoria digna, de oferecer um futuro melhor para a família e a possibilidade de acesso a produtos advindos de uma produção mais limpa. As relações das empresas com a sociedade, enfim, vão muito além da geração de renda e riqueza pela influência que exercem sobre a sociedade. Mackey e Sisodia afirmam que:

> As empresas desempenham um papel central em nossas vidas e constituem a organização social que mais afeta as pessoas. A maioria de nós ganha a vida e pode sustentar suas famílias graças ao trabalho em alguma organização, e todos nós compramos bens e serviços de empresas que colocam no mercado itens ou serviços produzidos com eficiência e engenhosidade. A qualidade de nossas vidas, nossa saúde e bem-estar geral (e até mesmo nossa felicidade) dependem muito das formas de operação das organizações (MACKEY; SISODIA, 2013, p.283).

As organizações de negócios dominam o panorama social contemporâneo, tornando-se cada vez maiores e bem mais estruturadas. Grandes corporações empregam centenas de milhares de pessoas, administram orçamentos maiores que o Produto Interno Bruto de muitos países do mundo e influenciam a vida de bilhões de pessoas com seus produtos e serviços (GOMES; MORETTI, 2007, p.59). Na percepção desses autores, as empresas transformaram o mundo e criaram uma economia globalizada sempre perseguindo oportunidades de negócio para seus produtos e serviços. Com isso, as empresas acabam influenciando a dinâmica de Estados e Municípios onde, em alguns casos, o desenvolvimento local é aquecido pela atividade

comercial de uma única empresa. No Brasil, pode-se citar como exemplo, entre outros casos, o da empresa Petrobras em São Matheus do Sul, da Tafisa em Piên e o caso das Indústrias Klabim em Telêmaco Borba, cujas economias locais giram em torno de suas atividades. Outro exemplo elucidativo é o caso da empresa *Hershey Improvement Company*, apontado por Savitz e Weber (2007, p.13). Segundo os autores, a ligação entre a cidade de Hershey na Pensilvânia e seu maior empregador, as empresas de Milton Hershey,[2] é mais que geográfica e até econômica. Os destinos da empresa e da comunidade estão estreitamente interligados, como havia idealizado seu fundador, que via sua pequena cidade da Pensilvânia como uma comunidade utópica, concebida e governada para a fruição de todos os habitantes.

Outro aspecto que denota a importância assumida pelas empresas na sociedade contemporânea é o seu papel como atora política. Embora não tenham legitimidade para criar políticas públicas em si, são chamadas a participar na solução dos problemas da sociedade com recursos humanos e financeiros, pesquisas, inovação e projetos que contribuem para o desenvolvimento econômico e socioambiental local, e que acabam impactando na solução dos problemas das cidades[3], influenciando direta ou indiretamente na elaboração de políticas públicas. Adverte Oliveira (2000, p.111) que: "[...] todos ou quase todos os meios materiais necessários à execução de programas de reforma urbana são de propriedade e/ou estão sob controle (maior ou menor, dependendo de cada caso específico) dos empresários".

A ampliação da democracia com o consequente aumento da participação da sociedade civil organizada nas decisões, bem como os avanços advindos das tecnologias de informação,[4] são fatores que contribuíram sobremaneira para que as

---

2 A Hershey Improvement Companhy era formada por várias instituições: banco, loja de departamentos, zoológico e jardins públicos, entre outros.

3 A participação do setor privado na solução dos problemas da cidade tem sido discutida em diversos eventos nacionais e internacionais no Paraná, sob a liderança da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP/PR), a exemplo do evento Cidades Inovadoras (CICI) e do evento Alianças Estratégicas.

4 O maior acesso à informação por parte da sociedade tem sido evidenciado pelos constantes posicionamento desta, em blogs, redes sociais e outros fóruns participativos sobre diversos problemas que assolam a sociedade, expressando seu desagrado em relação à conduta socioambiental das empresas, sobre a ausência de qualidade nos produtos e serviços por estas oferecidos e sobre a carência de políticas públicas adequadas. No caso das empresas, Srour (2003, p.52-53) demonstra como a sociedade civil viabiliza a adoção de posturas morais por parte das empresas por meio de uma intervenção, na realidade recorrendo à mídia, à justiça, ao boicote de produtos vendidos e às agências de defesa dos consumidores.

empresas revisassem seus papéis como atoras políticas, colocando-as na vanguarda do processo de desenvolvimento como uma poderosa força de mudança.

Segundo Laville:

> [...] a empresa tem hoje o poder de fazer as coisas mudarem bem mais rapidamente do que as regulamentações, e de maneira bem mais eficiente do que as políticas. [...] Originalmente, a força mais poderosa do mundo era a religião, e depois, o Estado. Hoje é a empresa (LAVILLE, 2009, p.40-41).

De acordo com Miguel, Lobos e Ballan (2012, p.6): "As empresas são uma das maiores forças de mudança, desempenhando um papel essencial na construção de um mundo mais equitativo de um ponto de vista ambiental e social". Na percepção de Handy (2005, p.131), ao criar novos produtos, difundir tecnologias, elevar a produtividade e melhorar a qualidade de produtos e serviços, as empresas sempre foram agentes ativos do progresso. Como aponta a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1995, p.390): "O espírito empresarial é uma das forças impulsoras mais importantes das inovações, aumentando a eficiência do mercado e respondendo a desafios e oportunidades".

Comparato (1995, p.3) é enfático ao falar da importância das empresas, quando afirma que: "Se existe uma instituição que, pela sua influência, dinamismo e poder de transformação serve de elemento explicativo e definidor da civilização contemporânea, essa instituição sem sombra de dúvida, é a empresa".

Zubizarreta (2009, p.109-132) aborda o poder politico e econômico das empresas transnacionais, demonstrando que estas são um dos agentes econômicos mais importantes no impulso do processo de globalização. Ademais, de acordo com Miguel, Lobos e Ballan (2012, p.23), as empresas tornaram-se parceiros indispensáveis do desenvolvimento num contexto em que dois terços da humanidade vive na pobreza.

Na visão de Zornoza:

> *[...] la empresa constituye el más importante motor de cambio y progreso en las sociedades capitalistas avanzadas, hasta el punto de que muchas de las funciones que el Estado había desempeñado tradicionalmente están empezando a ser asumidas por las companies privadas. La orfandad de pautas utópicas de referencia, de nuevos proyectos de cambio político, económico y social, ha dejado a la empresa como la institución clave de la sociedad. La economía moderna es un sistema de organizaciones, que desempeñan los roles esenciales para la organización de la producción y la satisfacción de las necesidades económicas y sociales* (ZORNOZA, 2008, p.18).

Diante da importância assumida pelas empresas, estudos voltados para a análise do seu papel na sociedade têm estado na pauta de interesse do governo e da academia. O papel da empresa na sociedade foi objeto de estudo em 2007 em Barcelona no Sexto Colóquio Anual da *European Academy of Business in Society* (EABIS) em Barcelona 2007, sob o título *"The Emerging Global Governance Paradigm: The Role of Business and Its Implications for Companies, Stakeholders and Society"*, o qual analisou as contribuições, os compromissos e os impactos que as empresas podem trazer por meio da governança para lidar com questões-chave e os desafios da globalização e do desenvolvimento sustentável (ESADE BUSINESS SCHOOL, 2007).

De acordo com a publicação European Commission (2011) no ano de 2010 foi realizada na Europa a conferência “Para uma maior compreensão da evolução do papel das empresas na sociedade” a qual traz algumas conclusões:

1) a necessidade de novos mecanismos de governança para enfrentar os problemas e desafios que virão pela frente;
2) nenhum dos atores, sejam eles governamentais e instituições internacionais, empresas nacionais ou multinacionais, ou mesmo as organizações supranacionais da sociedade civil, atue sozinho, mas em conjunto sinalizando a importância da colaboração intersetorial;
3) importância da confiança e do estabelecimento de preocupações comuns na construção dessas novas relações entre todos os atores;
4) a responsabilidade e a prestação de contas devem andar de mãos dadas com os negócios, propiciando desenvolvimento de novos mercados, gerando vantagens competitivas, contribuindo para o crescimento e promovendo benefícios sociais.

A compreensão do papel da empresa na sociedade está também no coração da agenda do compromisso feito pela *Conference Board* da Harvard University CSR Initiative e do *International Business Leaders Forum* efetuado junto à *Clinton Global Initiative* para organizar uma série de diálogos para reunir boas práticas de liderança, aumentar a compreensão e promover novas ações sobre a contribuição empresarial para o desenvolvimento internacional (FITZGERALD; CORMACK, 2012).

Esses são exemplos, dentre tantos outros, que demonstram que o papel das empresas na sociedade contemporânea vem sendo revisto. Isso posto, cabe compreender o conceito e representatividade da empresa, que, via de regra,

aparecia relacionada à dinâmica do processo produtivo, mas que veio assumindo novas dimensões.

De acordo com Bessa:

> A empresa é um núcleo de múltiplas manifestações do direito de propriedade: produz bens, gera riqueza, estabelece – por meio dos negócios jurídicos – relações de aquisição e alienação de propriedade, tecendo um intrincado conjunto de obrigações jurídicas e interagindo com o meio político, com os consumidores, com os trabalhadores, com as populações vizinhas, com a natureza (BESSA, 2006, p.101).

A empresa, prossegue mais adiante Bessa (2006, p.154), evoca atividade, lucro, propriedade, produção, gente, trabalho, consumo, natureza, riqueza e liberdade e poder de empreender. Segundo o IBGE (2006, p.12): "A empresa é a unidade jurídica caracterizada por uma firma ou razão social que engloba o conjunto de atividades econômicas exercidas em uma ou mais unidades locais". A empresa é definida por Bugarelli (1985, p.154) como: "Uma atividade econômica organizada de produção e circulação de bens e serviços para o mercado exercida pelo empresário, em caráter profissional, através de um complexo de bens".

Em tais definições é possível perceber a vinculação da empresa com a dinâmica econômica, com a qual é mais frequentemente associada. E não há nada de errado nisto, uma vez que, como aponta Dias (2009, p.40), do ponto de vista econômico a sustentabilidade prevê que as empresas devem ser economicamente viáveis. Entretanto, sua função não se preenche levando em conta apenas esse aspecto. Alguns autores ao definir empresa o fazem numa perspectiva sistêmica, enfatizando justamente a interatividade desta com a sociedade como um sistema aberto. Amorim (2009, p.130), por exemplo, pondera que: "As organizações são seres vivos e sociais, pois empregam pessoas, relacionam-se com outras organizações e comunidade, oferecem e recebem serviços e produtos".

Na percepção de Parra:

> As organizações estão inseridas em um conjunto de organizações políticas, culturais, jurídicas, econômicas e sociais. Elas não sobrevivem isoladamente. Constitui-se em um sistema aberto, pois interage com o ambiente no qual está estabelecida, agindo e reagindo às situações, influenciando e sendo influenciada, adaptando-se continuamente e também provocando adaptações nesse ambiente (PARRA, 2003, p.4).

Nas palavras de Gomes e Moretti (2007, p.83), a empresa: "[...] consiste em um sistema social, uma comunidade viva integrada em ecossistemas maiores". Como aponta Sardinha (2009, p.43): "[...] Toda empresa, ou no sentido mais amplo, toda organização humana, atua como um organismo em permanente interação com o seu ambiente".

É possível perceber que essas definições convergem para aquilo que Bessa (2006) chama de feixe de relações. Ou seja: "A empresa faz parte de um ambiente político, social, cultural, econômico, legal e ecológico, mantendo relações com esse ambiente" (ARANTES, 1998, p 42).

Desse modo, a relação das empresas com a sociedade é ampla, pois elas exercem um poder de influência e de transformação que vai muito além de sua estrutura física. Na concepção de Srour (2005, p.143): "As relações que estruturam as organizações são relações que abrangem e conectam coletividades". Segundo o autor, o espaço social não é povoado por indivíduos, mas por relações sociais e toda organização constitui um microcosmo social.

Considerando essa visão de empresa como um sistema aberto que influencia e recebe influência do contexto na qual está inserida, que tem sua legitimidade ligada não apenas ao seu desempenho comercial, mas também à sua capacidade de melhorar as condições de existência da sociedade influenciando na dinâmica do Estado, dos Municípios, das Cidades e, sobretudo, do entorno, torna-se crucial a reflexão sobre suas responsabilidades.

5.3 TEORIAS SOBRE A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS

Antes de se efetuar a análise das duas teorias mais comumente abordadas na literatura, a Teoria do Acionista e a Teoria dos *Stakeholders*, mister se faz demonstrar a ligação entre a função social da empresa e a função social da propriedade, posicionando-a como um ente que tem deveres e direitos na sociedade. A ordem econômica na Constituição Brasileira é tratada no artigo 170, o qual dispõe uma série de princípios que norteia a atuação do setor privado na economia.

Nesse aspecto, Bessa (2006, p.102) pondera que, pensar a função social da empresa implica posicionar a empresa em face da função social da propriedade, da livre iniciativa (autonomia privada para empreender) e da proporcionalidade (equilíbrio na consecução de interesses privados diante das necessidades sociais).

O trato da função social da propriedade na CFB espraia-se em vários artigos, a exemplo do artigo 5.º, inciso XIII, que estabelece a liberdade de exercício de qualquer trabalho; o artigo 153 parágrafo 4.º que estabelece alíquotas do ITR adotadas como instrumento de estímulo à produtividade; o artigo 170, inciso III que estabelece a função social da propriedade como princípio da ordem econômica; o artigo 182, parágrafo 2.º, que trata da função social da propriedade urbana; os artigos 183 e 191, que determinam o direito de acesso à propriedade reconhecido por meio do usucapião de imóveis urbanos e rurais; o artigo 184, parágrafo 1.º a 5.º, que tratam da desapropriação por interesse social; o artigo 186, que estabelece a função social da propriedade rural, e o artigo 243, que estabelece a desapropriação de glebas com culturas ilegais (BRASIL, 1998).

Isto posto, destaca-se que o papel das empresas na sociedade tem sido moldado pelas forças sociais, econômicas e políticas, sendo fundamental levar em conta, na discussão sobre a responsabilidade das organizações, o seu papel na sociedade, a conjuntura na qual esta está inserida, em face da influência que as mudanças geram no meio empresarial.

Fitzgerald e Cormack comentam que:

> A Discussão sobre o papel das empresas na sociedade muitas vezes se concentra apenas nas atividades das empresas, sem considerar o contexto no qual elas estão operando - o que está acontecendo na sociedade ao seu redor. Mudanças trazidas por grandes tendências em ciência e tecnologia, educação, estilo de vida e expectativa de vida, têm perturbado muitas fontes de tradições e normas sociais (FITZGERALD; CORMACK, 2012, p.7).

A necessidade da empresa desempenhar, ao lado de sua função econômica, uma função socioambiental ampliando suas contribuições à sociedade é cada vez mais premente. Nesse aspecto, embora de modo lento, mas gradativo, a sociedade vem cobrando uma conduta mais responsável das empresas.

Branco e Martins lembram que:

> Na sociedade existe uma preocupação crescente de se analisar a empresa também como uma instituição social e não somente como instituição econômica. Isto porque a sociedade vem premiando aquelas empresas que tomam iniciativas de desenvolver atividades sociais relacionadas com seus empregados e com a sociedade e de participar no processo de preservação e proteção do meio ambiente onde está inserida (BRANCO; MARTINS, 2007, p.57).

Isso faz sentido quando se observa que consumidores têm dado preferência, no momento da compra, a produtos com selo ecológico oriundo de empresas socialmente responsáveis. Estudos como o da Confederação Nacional da Indústria (2006, p.15) demonstram que consumidores passam a eleger empresas e marcas não apenas com base na qualidade ou no preço de seus produtos, mas também com base na qualidade das relações que essas organizações estabelecem com a sociedade e com o meio ambiente. Esse aspecto também foi apontado por Alemany e Lanzilotta (2011, p.11): "Os consumidores dos países desenvolvidos estão considerando cada vez mais as pegadas ecológicas dos bens que compram".

Segundo Barbieri e Cajazeira (2009, p.3), não existe consenso sobre a atribuição de uma responsabilidade social para as organizações, em especial das empresariais, a não ser o reconhecimento da sua importância.

Falar sobre o papel da empresa na sociedade contemporânea, aparentemente é um assunto simples, dado que é frequente encontrar na mídia fartas informações que colocam as empresas ora como vilãs, ora como parceiras do desenvolvimento da sociedade. Segundo Arantes (1998, p.19) e Assaf Neto (2010, p.15), este é um assunto controverso e complexo visto que o objetivo, a função e o papel das empresas não estão perfeitamente claros.

São várias as visões sobre as finalidades das empresas, uma vez que:

> Para os economistas as empresas são agentes econômicos, para os cientistas sociais são organizações humanas, para os educadores são agentes de treinamento e desenvolvimento, para os sindicatos são exploradoras dos trabalhadores, para o povo em geral são as responsáveis pela inflação e desemprego (ARANTES, 1998, p.19).

O epicentro da discussão sobre a finalidade das empresas e seu papel na sociedade desemboca na polêmica sobre até onde vão suas responsabilidades

perante a sociedade. Será que as indústrias são vilãs ou parceiras essenciais ao desenvolvimento econômico? Devem se preocupar basicamente em produzir e gerar lucros ou devem se preocupar com seus impactos na sociedade, assumindo sua responsabilidade socioambiental e chegando até a se voltar àquilo que alguns estudiosos da administração, como Porter e Kramer (2011), por exemplo, denominam "Criação de Valor Compartilhado"?

De acordo com esses autores, o antagonismo entre a atividade empresarial e a sociedade é de longa data e isso se deve, em parte, à legitimação feita por economistas a respeito da ideia de que para beneficiar a sociedade a empresa deve moderar seu sucesso econômico. A respeito dessa discussão, Arantes assim se manifesta:

> Os lucros são necessários para que as empresas possam sobreviver, crescer e continuar a prestar sua contribuição social permanentemente. Eles são os meios e não o fim. Não são antagônicos, portanto, os conceitos de lucros e de contribuição social, ainda hoje presentes nas discussões sobre a finalidade das empresas. Muitas vezes esses conceitos são entendidos como se fossem mutuamente exclusivos: ou dá lucro ou promove o progresso social (ARANTES, 1988, p.24).

O debate sobre o papel das corporações já dividia opiniões nos Estados Unidos da América, durante as décadas de 1920 e 1930 (CAPPELLIN; GIFFONI, 2007, p.2). Mas, o debate intensificou-se na década de 1970 e ganhou ainda maior relevância no mundo contemporâneo, pois, na concepção de Swift e Zadek (2002, p.9), o papel das empresas na sociedade é um tema recorrente entre os políticos, Organizações Não Governamentais, sindicatos e a comunidade empresarial em si.

A questão é que as contribuições à sociedade por meio do pagamento de impostos sociais e trabalhistas, da geração de empregos e renda à comunidade e de lucros aos acionistas – tese polêmica defendida veemente por Friedman (1970), que ficou conhecida como Teoria do Acionista[5] –, não se configuram como responsabilidade social[6], uma vez que o lucro é a base natural do sistema capitalista. Em seu polêmico artigo, o autor contesta a legitimidade das ações de RSA das empresas, afirmando que

---

5 Também chamada de Teoria dos *Stokeholders*. Segundo esta teoria, a principal missão de uma empresa é dar lucro aos investidores.

6 Assaf Neto (2010, p.33) defende que essa visão não propõe ignorar a responsabilidade social das empresas, uma vez que na sua opinião o objetivo de maximização de riquezas dos acionistas é

somente as pessoas têm responsabilidades, sendo que a única responsabilidade da empresa é gerar lucros para os acionistas.

Na mesma esteira de pensamento, Carrol (1999) considera que a primeira e mais importante responsabilidade social da atividade de negócios é econômica por natureza. Segundo o autor, antes de tudo, a instituição de negócios é a unidade econômica básica da sociedade.

Alguns autores contemporâneos ainda advogam que o objetivo prioritário de uma organização é dar lucro e apresentam-se como céticos quanto às motivações que levam às práticas de responsabilidade socioambiental das empresas. Roman (2004, p.37), por exemplo, considera que é ingênuo acreditar que as empresas, ao assumir algumas responsabilidades do Estado, irão resolver os graves problemas sociais gerados pelo capitalismo. Segundo o autor, ao tentar desempenhar tais papéis, as empresas o fazem certamente com interesse no lucro, objetivo legítimo de qualquer organização capitalista. Comparato (1996, p.43) considera que a empresa tem e deve ter como único propósito a obtenção de lucros, residindo aí, segundo o autor, a sua função social.

Arrow (1973) discorda do posicionamento simplista de Milton Friedman, por acreditar que a teoria econômica pode incorporar os conceitos de ética e moralidade, cujos conceitos não são inconsistentes com os pressupostos comportamentais do autointeresse e da maximização neoclássicos.

A visão do lucro, como único propósito da empresa, é criticada também por Arantes:

> Dizer que o lucro é um propósito da empresa é simples e moralmente vazio. Quem, com dignidade e um mínimo de sustentabilidade, defenderia o direito de alguém conseguir um lucro, apenas pelo lucro? Se não puder ser discernido ou justificado um objetivo maior, a empresa não pode justificar moralmente sua existência (ARANTES,1998, p.21).

Norén *et al*. (2004, p.4) apontam que o objetivo básico da empresa é desenvolver, produzir e fornecer bens e serviços para clientes. Entretanto, enfatizam mais adiante no seu estudo que só as empresas lucrativas são sustentáveis no longo

---

uma postura racional de gestão, que proporciona uma alocação mais eficiente dos recursos de toda a sociedade, contribuindo para elevar seu bem-estar econômico e social.

prazo e capazes de criar bens, serviços, retorno para o capital, novas oportunidades de negócio e uma base tributária.

Outra obra que se constitui num marco importante na discussão sobre o papel da empresa na sociedade é a de Bowen (1957), na qual o autor assevera que os negócios tocam a vida das pessoas de diversas formas. Essa obra contribui, sobremaneira, para o início das discussões em torno da efetiva RSA das empresas.

Uma visão mais ampla de responsabilidade social, segundo a qual a empresa leva em conta não apenas os interesses dos acionistas, mas também de todas as partes interessadas na organização, é defendida por Freeman (1994), surgindo então a Teoria dos *Stakeholders.*

A gestão com base na teoria dos *stakeholders* envolve a alocação de recursos organizacionais e a consideração dos impactos dessa alocação em vários grupos de interesse dentro e fora da organização (MACHADO FILHO, 2006, p.3).

Silva *et al.* trazem o seguinte esclarecimento:

> Importa notar que os accionistas não são os únicos agentes económicos com interesses legítimos na vida da empresa. Os trabalhadores, os credores, os fornecedores, os clientes, o Estado e a comunidade local são igualmente parte interessada no futuro da empresa. Da viabilidade e da solidez das empresas depende a manutenção dos postos de trabalho. Da sua saúde financeira depende a capacidade de pagamento de juros e de reembolso dos credores. Os fornecedores e os clientes da empresa também têm óbvios interesses na solvabilidade e na continuidade da empresa. O Estado é parte interessada por múltiplas razões: da existência e continuidade da empresa resulta actividade económica, emprego, receita fiscal, impacto ambiental e social. Por estas mesmas razões, a comunidade local onde a empresa se insere não é indiferente ao futuro da empresa, nem aos objectivos com que esta é gerida (SILVA *et al*., 2006, p.18).

Assim, em suma, *stakeholder* designa os grupos de interesses com que a empresa mantém contato, e Savitz e Weber (2007, p.22-24) demonstram que as empresas são responsáveis perante mais pessoas do que talvez se deem conta e que o envolvimento dos *stakeholders* é fator crítico cada vez mais importante para o sucesso da gestão. Os autores enfatizam ainda, mais adiante na sua obra, que:

> Atualmente, a rede de *stakeholders* que afetam qualquer negócio se tornou mais vociferante, qualificada, influente, perseverante e eficaz do que qualquer outra época. Em consequência, as preocupações dos *stakeholders* – meio ambiente, trabalho e direitos humanos, relações com a comunidade, proteção dos consumidores e responsabilidade social – tornaram-se cada vez mais importantes para as organizações (SAVITZ; WEBER, 2007, p.65).

Com a crescente valorização dos *stakeholders*, toda uma conjuntura econômica e socioambiental leva ao questionamento do papel das empresas na sociedade: a luta pelos direitos humanos; a exploração desordenada dos recursos naturais, a ocorrência de graves desastres ecológicos, a perda de biodiversidade e a diminuição dos recursos não renováveis, o acirramento dos desequilíbrios climáticos, a crise ambiental apontando os limites do crescimento econômico e a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, a defesa do consumidor, o movimento pela qualidade total, o aumento da miséria e da desigualdade no mundo, as práticas antiéticas nos negócios, a inserção de critérios socioambientais como pré-requisito para comercialização no mercado internacional e nas bolsas de valores, enfim, a lista é vasta, exigindo das empresas novas posturas mercadológicas e novos posicionamentos estratégicos.

Diante desse contexto, em que pese as contribuições das empresas na promoção do desenvolvimento econômico, sobretudo as indústrias passam a ser apontadas como vilãs[7] pelas externalidades[8] que geram sobre o meio ambiente, sendo generalizada a percepção, segundo Porter e Kramer (2011, p.18), de que a empresa prospera às custas da comunidade que a cerca.

Latorre e Ramos apontam diversos problemas socioambientais gerados pela indústria:

> *Los diversos subsectores industriales presentan multitud de problemas de sostenibilidad. Desde la perspectiva medioambiental, la industria realiza un consumo intensivo de recursos, algunos de ellos no renovables, tiene un impacto contaminante directo sobre el medio físico (aire, agua, suelo) y genera gran cantidad de residuos. Desde la perspectiva social, la actividad industrial puede generar dislocaciones demográficas, tener un impacto regional adverso, etcétera* (LATORRE; RAMOS, 2002, p.52).

---

7 A esse respeito consultar: Dias, Zavaglia e Cassar (2003, p.209); Montibeller (2007, p.102); Callado e Fensterseifer (2009, p.214); Lustosa (2010, p.206) e Krammer (2011).

8 Também conhecida como efeitos colaterais ou de vizinhança, as externalidades são definidas como efeitos externos não intencionais, positivos ou negativos, das atividades das empresas sobre outros agentes econômicos (LEMME, 2010, p.42).

O atual padrão tecnológico da produção industrial é intensivo em energia e matérias-primas e, juntamente com a produção, surgem os rejeitos industriais que, se forem maiores do que a capacidade de absorção do meio ambiente, geram a poluição, com efeitos negativos sobre o bem-estar da população e sobre a qualidade dos recursos naturais afetando a harmonia dos ecossistemas e aumentando os gastos públicos (LUSTOSA; CÁNEPA; YOUNG, 2010, p.167).

Uma contribuição determinante para consolidar a importância das empresas assumirem seus impactos na sociedade foi a do inglês John Elkington, ao cunhar em 1994, o termo "Triple Bottom Line", no qual as empresas teriam a responsabilidade de equilibrar os retornos econômicos, sociais e ambientais de suas operações (THE ECONOMIST, 2009).

Na percepção de Gonçalves:

> A RSE integra aos interesses da empresa, aspirações legítimas das diferentes partes interessadas e as expectativas de desenvolvimento sócio-econômico das comunidades do entorno. E, pode ir mais longe, integrando demandas de desenvolvimento nacional (em conexão com uma agenda nacional de desenvolvimento, por exemplo) e, global (como as Metas do Milênio propostas pela ONU) (GONÇALVES, 2006, p.19).

De acordo com Laville (2009, p.19): "As atitudes sustentáveis deixaram de ser uma escolha das companhias para se tornar pilares de sua sobrevivência e um sinal de viço das economias". Mediante a análise de múltiplos estudos de caso, a autora demonstra que as atitudes sustentáveis estão sendo incorporadas à rotina das empresas e desfaz o mito de que a sustentabilidade inviabiliza o lucro.

Para Griesse (2003, p.34): "As empresas, entendidas como unidades fundamentais no contexto global, são cada vez mais desafiadas a aplicar princípios éticos e a responsabilizar-se por atos relacionados direta ou indiretamente com os problemas da sociedade".

O lucro somente se legitima quando a empresa cumpre a sua função social, que consiste no respeito para com os seus empregados, consumidores, meio ambiente, a comunidade do entorno, os acionistas e quotistas e o próprio Estado (ZANOTTI, 2009).

Essa ampliação da função social da empresa para além da óptica do lucro é bem clara no texto de Amorim (2009, p.130), o qual demonstra que já não é mais suficiente para as empresa produzir bens e serviços que sejam consumidos pela sociedade, sendo necessário que elas tenham eficácia organizacional, demonstrem

uma relação saudável com o meio no qual estão inseridas, levem em conta os interesses dos acionistas e ajam com responsabilidade social em relação a toda comunidade.

Segundo Kelman (2010, p.68): "A RSA está associada ao reconhecimento de que as decisões e os resultados das empresas alcançam agentes sociais muito mais amplos do que o composto por seus sócios e investidores".

É importante salientar que a empresa na sociedade contemporânea, além de ser chamada a ser responsável em termos socioambientais, é chamada a desenvolver elevados padrões tecnológicos, a ser criativa, inovadora e participativa no sentido de buscar soluções aos problemas da sociedade e contribuir na geração de políticas públicas. As cobranças e expectativas da sociedade em relação às empresas aumentaram consideravelmente, pois conforme Parra:

> O cenário atual demonstra que as organizações hoje não estão sendo apenas questionadas pelo que fazem, mas especialmente pelo que deixam de fazer. A falta de participação, o descaso com os problemas da comunidade, a pouca qualidade dos produtos e serviços; tudo é motivo para perguntas, cobranças e retaliações. Em um passado recente as organizações privadas eram vistas como fontes de progresso e riqueza, agora são inquiridas sobre o custo social do desenvolvimento (PARRA, 2003, p.4).

A função social da empresa está, portanto, especificada por sua profunda inserção no mundo moderno e pelo papel que desempenha no desenvolvimento econômico, político e social (GOMES; MORETTI, 2007, p.60). As novas demandas que se impõem às empresas demonstram a efetiva necessidade do desenvolvimento de uma nova relação entre o capitalismo e a sociedade, o que faz surgir conceitos como o do "capitalismo criativo" proposto por Gates (2008); "criação de valor compartilhado" proposto por Porter e Krammer (2011); "sustentabilidade corporativa" apontado pela BM&FBOVESPA (2011) e capitalismo consciente cunhado por Mackey e Sisodia (2013).

Gates (2008, p.1) demonstra a importância de um capitalismo criativo e do papel das empresas na geração de inovações. Segundo o autor, o capitalismo melhorou a vida de bilhões de pessoas, algo que é fácil esquecer em um momento de incerteza econômica. Entretanto, excluiu bilhões de pessoas a mais que estão presas à pobreza, sofrendo de doenças evitáveis e que nunca terão a chance de aproveitar os benefícios do desenvolvimento. O estudo de Porter e Krammer (2011)

tem relacionado RSA à criação de valor à sociedade. Segundo os autores, a solução está no princípio do valor compartilhado que envolve a geração de valor econômico de forma a criar também valor para a sociedade por meio do enfrentamento de suas necessidades e desafios. Para esses autores, é preciso reconectar o sucesso da empresa ao progresso social, e o valor compartilhado não é responsabilidade social, filantropia ou mesmo sustentabilidade, mas uma nova forma de obter sucesso econômico. Não é algo na periferia daquilo que a empresa faz, mas no seu centro. A criação de valor sustentável é a oportunidade de negócio do século XXI.

Ao discorrer sobre as raízes do valor compartilhado, esses autores demonstram que existe uma estreita interdependência entre a competitividade de uma empresa e a saúde das comunidades, asseverando que uma empresa precisa de uma comunidade vicejante não só para gerar demanda para seus produtos, mas também para suprir ativos públicos essenciais e um ambiente favorável. Por outro lado, uma comunidade precisa de empresas prósperas para criar empregos e oportunidades de geração de riqueza para seus cidadãos.

Na percepção de Wheeler, Colbert e Freeman (2003, p.2), a criação de valor é a força motriz fundamental das economias de mercado e, por extensão, o principal objetivo da iniciativa privada. Cabe, assim, ao setor empresarial, segundo Almeida (2009, p.20), incorporar processos de inovação que criem modelos com alto valor social e baixo custo ambiental, influenciar os consumidores a optar por produtos mais eficientes e sustentáveis e retirar do mercado mundial seus produtos e serviços insustentáveis.

De acordo com Aligleri, Aligleri e Kruglianskas:

> Somente a preocupação da empresa com as práticas e os impactos da sua gestão, demonstrada por seus atos, é que diferenciará uma empresa comprometida com a sociedade daquelas que praticam atividades de cunho social sem maior compromisso (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009, p.18).

O papel das empresas na sociedade é um aspecto legítimo da liderança empresarial e que integra o sucesso das práticas de gestão e criação de negócios sustentáveis (FITZGERALD; CORMACK, 2012, p.5). No mundo globalizado e interconectado, investidores, credores e outras partes interessadas já reconhecem que as responsabilidades ambientais, sociais e de governança de uma empresa são

essenciais para seu desempenho e sustentabilidade em longo prazo (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT; THE INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION, 2009, p.1).

A inovação é fundamental para a criação de uma sociedade humana sustentável, constituindo-se numa ferramenta para a sobrevivência competitiva. Contudo, deve ser pensada e planejada como alavanca do desenvolvimento sustentável, levando em conta não só fatores econômicos como também ambientais e sociais, a fim de não comprometer o futuro das sociedades e das organizações (BCSD PORTUGAL, 2005, p.9).

Ampliando o olhar perante o desenvolvimento sustentável, o termo mais usado para definir o papel das empresas é "Sustentabilidade Corporativa" (BM&FBOVESPA, 2011, p.6), que consiste na busca da perenidade da organização a partir de sua viabilidade econômica e a coexistência harmônica com o meio ambiente e a sociedade – contexto em que a ética se faz fundamental como elemento norteador da conduta das empresas.

Em que pese o surgimento de conceitos alternativos para explicar a função social das empresas, Carrol (1999), ao mapear as construções teóricas do conceito de responsabilidade social entre as décadas de 1950 a 1990, demonstra que o conceito de Responsabilidade Social das Empresas (RSE) vai permanecer como uma parte essencial da linguagem de negócios, porque é uma base vital para muitas outras teorias e é continuamente consistente com o que o público espera da comunidade de negócios.

A RSE pressupõe consciência e compromisso das empresas com mudanças sociais. Impõe que elas reconheçam sua obrigação não só com acionistas e clientes, mas com os seres humanos, com a construção de uma sociedade mais justa, honesta e solidária, uma sociedade melhor para todos; assim, ela é uma prática moral. É uma prática orientada pela ética, que vai além das obrigações legais e econômicas, rumo às sociais, respeitando-se a cultura, as necessidade e os desejos das pessoas (SASSO, 2009, p.166). Acredita-se que, atuando dessa forma, a empresa atinge o que Savitz e Weber (2007, p.29) denominam "ponto doce da sustentabilidade", que é o ponto em que a busca do lucro se mistura de maneira inseparável com a busca do bem comum. Conforme Lemme:

> O suposto conflito entre objetivos econômicos, ambientais e sociais é uma traiçoeira falácia. Nenhuma empresa sobrevive e prospera sem resultados financeiros, não fazendo sentido confrontá-los com os resultados socioambientais. Os três devem caminhar juntos, como bases para a prosperidade e o bem-estar das diversas formas de vida (LEMME, 2010, p.61).

Observa-se assim que, conciliar lucro com responsabilidade socioambiental é o caminho natural que trilha no mundo contemporâneo as empresas que se propõe a adotar uma conduta ética de negócios e trilhar o caminho da sustentabilidade. Nesse aspecto, Apolinário (2007, p.49) observa que: "[...] o sim ou o não ao imperativo ético não deve estar condicionado a uma estratégia de lucro e pode até contrariá-la, sendo esta a grande prova de fogo da responsabilidade social".

Como pensar em responsabilidade perante a sociedade é pensar em comprometimento e em cumplicidade, torna-se essencial referenciá-la na ética, um princípio fundamental para nortear a atuação das empresas na sociedade contemporânea.

5.4 A ÉTICA COMO FIO CONDUTOR DA ATUAÇÃO DAS EMPRESAS

Até os anos 50 o conceito de ética empresarial não havia penetrado nos estudos acadêmicos e na linguagem comum da sociedade. Entretanto, a partir da década de 1960, não somente a economia, mas também todo o agir social que possui alguma relevância foi submetido a uma reflexão ética (TRANSFERETTI, 2010, p.51).

De acordo com Chaves e Ashley (2005, p.17), as questões que tratam da ética nos negócios de uma empresa têm sido discutidas globalmente por empresários, executivos e acadêmicos em eventos, fóruns, associações, artigos e publicações. Nas palavras de Passos (2004, p.21), está havendo uma redescoberta da ética, havendo exigência de valores morais em todas as instâncias sociais, sejam elas científicas, políticas ou econômicas.

A questão ética tornou-se um imperativo no universo das empresas privadas e, por extensão, das organizações públicas do Primeiro Mundo, convertendo-se até em disciplina obrigatória nos cursos de administração (SROUR, 2003, p.58). Desse modo, o debate acerca das relações entre ética e capitalismo[9] assume centralidade

---

9 Para um maior aprofundamento dessa questão, consultar a obra de Comparato (2006).

no século XXI. A ética é referenciada em várias obras, como vital no mundo dos negócios. De acordo com Oliveira, Daher e Muniz (2004), pode-se dizer que, hoje, não existe empresa que possa sobreviver num sistema divergente da ética. Suchanek (2008) considera que a ética é um dos desafios centrais da "boa gestão" para alinhar constantemente sucesso e responsabilidade nos negócios, e, segundo Zylbersztajn e Lins (2010), compromissos éticos das corporações são cada vez mais exigidos por consumidores, financiadores, acionistas e potenciais investidores.

A globalização e o processo de integração dos mercados mundiais têm levado as empresas a serem mais éticas e a agirem de forma socialmente responsável sob pena de sofrerem sansões legais e prejuízo da imagem que desfrutam no mercado (ASSAF NETO, 2010, p.33).

No âmbito internacional, a preocupação com a ética nos negócios tem influenciado na criação de leis que atuam no sentido de incentivar as boas práticas empresariais. No ano de 2001, por exemplo, foi votada na França uma lei que obriga as empresas com ações na Bolsa de Valores a integrar, em seus relatórios anuais, uma rubrica inteira detalhando a maneira como levam em conta seus impactos sociais e ambientais. Outro exemplo é o apontado por Matos:

> A exigência de um código de ética passou a ser condição obrigatória das empresas de capital aberto nos Estados Unidos por meio da "Lei Sarbanes-Orley" aprovada pelo Congresso. Desde junho de 2005, todas as empresas devem informar sua implantação ou justificar-se pela omissão ao órgão regulador (MATOS, 2008, p.14).

A ética passa a se constituir, cada vez mais, num aspecto essencial da gestão empresarial sendo que, no Brasil, várias iniciativas também têm sido desenvolvidas pela Controladoria Geral da União em parceria com o setor privado em favor da ética nos negócios, entre as quais se pode citar a Campanha Empresa Limpa, a organização de *workshops* e a promoção do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, além da estruturação do Cadastro Pró-ética, todos em parceria com o Instituto Ethos.

As Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais também coloca nova ênfase no comportamento ético, demonstrando a importância do comportamento responsável das empresas em termos socioambientais (OECD, 2011).

Lançado no Brasil em 2010, o Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade (Cadastro Pró-Ética) é uma iniciativa que avalia e divulga as empresas voluntariamente engajadas na construção de um ambiente de integridade e confiança nas relações comerciais, inclusive naquelas que envolvem o setor público. Vale destacar que, ao aderir ao cadastro, a organização assume o compromisso público e voluntário perante o governo e a sociedade de que adota medidas para prevenir e combater a corrupção dentro de sua instituição em favor da ética nos negócios (BRASIL, 2012).

Para entender a ética como fio condutor da atuação das empresas, parte-se de um aspecto trivial: por mais moderna e incorporadora de tecnologia que uma empresa seja, ela é feita de pessoas e, literalmente o dia todo, as pessoas tomam decisões. E, como seres racionais, as pessoas têm livre-arbítrio. As decisões das pessoas, e consequentemente das empresas, afetam sobremaneira a vida em sociedade.

A ética é a maior referência da conduta de atuação de uma empresa responsável em termos socioambientais, aparecendo, via de regra, ligada a valores, como integridade, honestidade, transparência, eficiência e qualidade, entre outros adjetivos. Em que pese a importância da ética[10], exemplos não faltam de atitudes antiéticas no agir humano, mesmo nas coisas aparentemente simples como o ato de furar uma fila, até coisas complexas como a ocorrência de grandes escândalos corporativos (fraudes em balanços, corrupção, práticas de suborno, pirataria de software[11], sonegação fiscal, entre outros). Esse aspecto é enfatizado por Passos:

> [...] os problemas morais se avolumam dentro das organizações, indo desde situações corriqueiras do dia-a-dia, como a prática de favoritismo, o sacrifício dos mais fracos, a obediência inquestionável às leis, o tráfico de influências e o abandono das obrigações familiares, até subornos, sonegação fiscal, pirataria, espionagem industrial, propinas, falta de investimento em segurança, ocasionando acidentes graves, manipulação para não pagar indenizações justas, danos ao meio ambiente, como poluições, por falta de seriedade e investimentos, exploração do trabalho feminino e infantil, tráfico de influências, dentre tantas outras situações (PASSOS, 2004, p.67).

---

10 Ter uma atuação efetivamente ética não é tarefa fácil e impõe às empresas múltiplos desafios, visto que não existe meia verdade. Não há como a empresa se intitular responsável em termos socioambientais no Brasil, por exemplo, entretanto, explorar mão de obra infantil na China; maquiar balanços contábeis nos Estados Unidos e sonegar impostos na Índia.

11 Nos Estados Unidos, estima-se que os programas pirateados representem 35% de todo o mercado de software e estimam-se as perdas do setor em US$ 2,3 bilhões por ano. A pirataria chega a 57% na Alemanha e a 80% na Itália e Japão; as porcentagens na maioria dos países asiáticos chegam a 100% (DONALDSON, 2005, p.41).

No Quadro 1 é possível verificar uma lista de práticas empresariais questionáveis no entender de Srour (2003), o que faz da ética essencial como um elemento de reflexão acerca da atuação das empresas.

Quadro 1 - Práticas empresariais questionáveis

Práticas empresariais questionáveis	
Os subornos para dirigir licitações públicas ou os pedágios para obter o pagamento das respectivas faturas	Os furtos de matérias-primas, equipamentos e mercadorias por funcionários.
A sonegação fiscal	A pirataria de bens simbólicos.
Os danos ao meio ambiente.	O uso de informações privilegiadas.
A espionagem industrial ou econômica.	As propinas para obter contratos internacionais.
A manufatura de produtos clones.	Os ataques de hackers.
A contratação de gestores por empresas concorrentes sequiosas por informações confidenciais.	As extorsões sofridas por empresas em troca das boas graças de autoridades.
A falsificação de medicamentos, de alimentos ou de roupas de grife.	As "gratificações" pagas a juízes, fiscais e policiais.
A manipulação do valor das ações por diretores para assumir o controle acionário das empresas que comandam.	As "doações" para financiar campanhas eleitorais com suas respectivas contrapartidas em favorecimentos.
A lavagem de dinheiro proveniente de operações ilegais.	A adulteração dos pesos e das medidas dos bens.
As fraudes em balanços contábeis.	As evasões de divisas.
A exploração do trabalho infantil.	O tráfico de influência.
O contrabando de armas, softwares e produtos.	O desfalque em empresas e em fundos de pensão.
A falsificação de documentos.	O calote em dívidas.
As fraudes em aplicações financeiras.	O superfaturamento ou o subfaturamento.

Fonte: Srour (2003, p.26).

A respeito da frequência de escândalos envolvendo questões éticas no meio empresarial, Matos (2008, p.22) assinala que a década de 1990 foi pródiga em exibir escândalos empresariais de grande repercussão na mídia global, que consistiram em manipulações de balanços para forjar lucros e justificar retiradas de dividendos e bônus.

Tais considerações levam à reflexão acerca do que é ética e por que ela é importante como fio condutor da atuação das empresas. Nesse aspecto, há os que entendem que ética é sinônimo de moral e há os que entendem que a ética é algo maior, que vai além da moral. Goldstein, por exemplo, conceitua ética como sinônimo de moral:

> A ética (ou moral) de uma corporação é a maneira como ela discerne o que considera certo do que considera errado, com base em um conjunto de valores que pautam suas escolhas [...] falar em ética implica uma forma de conduta transparente, norteada por princípios e valores claros, na qual discurso e prática estejam em sintonia (GOLDSTEIN, 2007, P.62).

Embora exista uma forte ligação entre ética e moral, uma vez que esta é o objeto de estudo da ética, os dois termos têm significado diferentes. Uma distinção precisa é encontrada em Srour:

> A ética diz respeito à disciplina teórica, ao estudo sistemático, às morais correspondem às representações imaginárias que dizem aos agentes sociais o que se espera deles, quais comportamentos são bem-vindos e quais não. As normas que compõem os códigos morais determinados – são pautas de ação que ensinam o "bem fazer" ou o "fazer virtuoso", a melhor maneira de agir coletivamente, são marcos que qualificam o bem e o mal, o permitido e o proibido, o certo e o errado, a virtude e o vício (SROUR, 2003, p.31).

Em obra mais recente de Srour (2005, p.315), a diferença entre ética e moral é assim expressa: "A ética é um corpo universal de conhecimentos, enquanto a moral é relativa no tempo e no espaço". Nesse sentido, como pontua Passos (2004, p.31): "[...] cada cultura cria valores morais diferentes, correspondentes às suas condições históricas e sociais e a seus interesses".

De acordo com Matias-Pereira (2010, p.175), as principais diferenças entre ética e moral são as seguintes: ética é princípio, moral são aspectos de conduta específicas; ética é permanente, moral é temporária; ética é universal, moral é cultural; ética é regra, moral é conduta da regra; e ética é teoria, moral é prática.

Desse modo, verifica-se que a moral tem a ver com valores, cultura, normas que norteiam o modo de agir da sociedade, enfatizando-se que a moral muda de instituição para instituição, de país para país, enquanto a ética não possui essa flexibilidade. Entretanto, Chauí (2000) defende que, embora a ética seja universal, do ponto de vista da sociedade que a institui, ela se adapta em relação ao tempo e à história, para responder a exigências novas da sociedade.

Por essa razão, os códigos de ética das empresas podem apresentar diferentes conteúdos, em função de serem resultados de diferentes morais que permeiam a conduta das empresas, resultado de diferentes valores nos quais elas acreditam. Entretanto, sob o ponto de vista da ética, o corpo de conhecimentos é universal, não existindo uma ética empresarial, uma ética farmacêutica, uma ética religiosa, uma ética acadêmica ou uma ética médica. Enfim, a ética não está a serviço de um interesse específico, mas *pari passu* com a verdade, com a retidão, com o bem supremo.

Ética e moral tem significados diferentes também na obra de Vázquez (2007), para quem moral é um conjunto de normas aceitas livre e conscientemente que

regulam o comportamento individual e social dos homens, enquanto que a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade.

De acordo com Boff (2000, p.34): "[...] A ética vai além da moral. Por ela expressamos o comportamento justo e a maneira correta de o ser humano se relacionar, consoante a dinâmica própria e intrínseca à natureza de cada coisa".

Na visão de Machado Filho (2006, p.33), a ética é um padrão moral não governado por lei que focaliza as consequências humanas das ações. Nas palavras de Matos (2008, p.9), ética expressa os valores da verdade: respeito à vida; respeito à dignidade humana; respeito à liberdade responsável; respeito ao trabalho e respeito ao bem comum.

Vale destacar que vários fatores moldam o comportamento ético das empresas. Na percepção de Donaldson (2005, p.27), três princípios atuam nesse sentido: o respeito pelos valores humanos essenciais, que determina o limiar moral absoluto para todas as atividades de negócios; o respeito pelas tradições locais; e a crença de que o contexto é importante nas decisões sobre o que é certo e o que é errado. Já, de acordo com Matos (2008, p.2), a sociedade eticamente comprometida com a dignidade humana apoia seus pilares éticos em três conceitos: justiça, liberdade e solidariedade.

Russ (1999, p.158) questiona a possibilidade da existência de uma "ética dos negócios", uma vez que, na percepção da autora, na esfera dos negócios todos os golpes parecem permitidos já que a preocupação fundamental da empresa é, por definição, sua sobrevivência. Opinião semelhante tem Suchanek (2008), para a qual o sucesso corporativo e a responsabilidade corporativa geralmente não coincidem, tendo em vista que a economia de mercado tem sido sempre alvo de críticas substanciais por aprofundar o fosso entre ricos e pobres e a concorrência é feita às custas dos mais fracos e do meio ambiente.

De acordo com Passos (2004, p.97), o cerne do comportamento moral é a liberdade, não como ausência de todo e qualquer tipo de condicionamento, mas como o direito de decidir entre as alternativas existentes. Para Goldstein (2007, p.63): "[...] não existe ética pela metade, e ela deve guiar atitudes tanto 'da porta para dentro' como 'da porta para fora'. Por essa razão, mister se faz destacar a importância de que a ética esteja internalizada e faça parte da cultura da empresa como um todo e não apenas nas decisões da alta administração. A esse respeito Loyola acentua que:

> É importante relembrar que uma empresa é feita de pessoas, a cultura desta empresa é feita do conjunto de ideais, idéias, valores, atitudes e aptidões de seu público interno. Que os princípios e valores eleitos pelos seus fundadores e que impregnam a cultura da organização são éticos. Que seus colaboradores, desde a alta administração até o último contratado, devem zelar pela conduta ética, e procurar exercer a liberdade com responsabilidade, tanto no seu relacionamento interno, como com o público externo para que se tenha uma atuação realmente ética (LOYOLA, 2011, p.2).

Na prática, as relações sociais são relações de poder, pois, como bem assevera Srour (1994), as empresas agem eticamente – em conformidade com a moral socialmente predominante – porque as relações travadas entre a empresa e as suas contrapartes são relações de força ou relações de poder.

Um dos entraves à conduta ética não só no âmbito das empresas como na sociedade em geral, é a busca pelo interesse próprio. Segundo Suchanek (2008), existem vários posicionamentos que analisam como conflituosa a relação entre moral e autointeresse, implicando que a boa conduta deveria ser alcançada com a predominância da moral sobre o autointeresse. Na percepção do autor, investir nas condições que promovam a cooperação social para o benefício mútuo é a regra de ouro que serve de base para clarificar questões como a qualidade moral da economia de mercado, responsabilidade corporativa e liderança responsável.

Outro entrave ao estabelecimento de uma conduta ética nas empresas, é a dificuldade de internalizá-la em suas operações, ficando tal princípio muito mais como parte de um discurso politicamente correto do que como um valor essencial a ser perseguido. Na visão de Goldstein (2007, p.62): "A maioria das empresas apropria-se do discurso da ética como uma alavanca promocional, de forma utilitarista [...]".

Na área de gestão empresarial, o discernimento ético dos tomadores de decisão desempenha um papel vital, embora por vezes esse papel seja subestimado para o sucesso a longo prazo na criação de valor (SUCHANEK, 2008). Na percepção do estudo BCSD Portugal (2005, p.6): "O grande desafio que se coloca actualmente deve-se não somente à exigência de novas técnicas, mas também de novas formas de pensar e reflectir sobre os objetivos sociais, económicos e ambientais, assim como a forma de os atingir".

Um aspecto importante a destacar dentro da questão da ética empresarial, é que nem sempre as condições favorecem à tomada de decisões éticas, o que torna difícil e crítico o processo de tomada de decisão. Como aponta Andrews:

> Tomar decisões éticas é fácil quando os fatos são claros e as escolhas se apresentam em preto-e-branco. Mas a história é diferente quando a situação está encoberta pela ambiguidade, pela falta de informações, pela diversidade de pontos de vista e pelo conflito de atribuições (ANDREWS, 2005, p.64).

A ética deve permear toda a atuação das empresas na sociedade, norteando suas relações com o público interno, clientes, fornecedores, comunidade do entorno, poder público e associações de classe, enfim atingindo não apenas seus *stakeholders*, mas fazendo parte efetiva da conduta da empresa, independentemente de quem seja a outra ponta do relacionamento.

Passos (2004, p.69) assinala a importância de uma nova ética em que as empresas procurem e alcancem o lucro que é fundamental para sua sobrevivência, mas que seja um lucro virtuoso, capaz de gerar valor e ser colocado a serviço do desenvolvimento social. De acordo com Matos (2008, p.13), o lucro é condição para a perpetuidade da empresa, sendo o fator de sobrevivência na dinâmica capitalista. Entretanto, é um valor mal resolvido, não claramente equacionado sob o ponto de vista ético.

Não podemos reduzir a ética a proibições, censuras, obediência à lei, e sim considerá-la como um caminho capaz de proporcionar aos indivíduos condições de escolha de forma livre, consciente e responsável (PASSOS, 2004, p.158). Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética. (CHAUI, 2000, p.433).

Nesse sentido, as empresas que optam por um modelo de gestão ética têm procurado colocar a serviço da sociedade diversos canais de comunicação e diálogo, tais como a implantação do serviço de *ombudsman*/ouvidoria, auditorias éticas, linhas diretas, balanço social, voluntariado, núcleo de ética e cidadania na empresa, além da organização de um Comitê estratégico ético.

Vale destacar que a atuação ética é um trabalho de construção diária da empresa, pois, como bem aponta Srour (2005, p 15): "Empresas éticas seriam aquelas que subordinam suas atividades e estratégias a uma prévia reflexão ética e que agem de forma socialmente responsável; em outras palavras, que são altruístas ao respeitar os interesses dos *stakeholders*".

Para Maestri:

> Atitudes como a geração de lucros consciente com o devido retorno à sociedade, materializada no pagamento de tributos e na manutenção da empregabilidade dos empregados, aliada à observância aos direitos humanos, na atuação com transparência e ética, na primazia da saúde e segurança nas relações de trabalho, dotando seus empregados de melhor qualidade de vida, e acrescida do respeito ao meio ambiente, com vistas às gerações futuras, conduzem os *stakeholders* a um ambiente onde a dignidade humana é enaltecida (MAESTRI, 2011, p.97).

O importante é ter em mente que a ética é um componente essencial quando se fala em RSA das empresas perante a sociedade, salientando que esta deve nortear não apenas essa vertente de atuação das empresas, mas também a sua conduta na totalidade, diante da importância assumida pela incorporação de preceitos éticos nas empresas privadas ao longo do século XX e continuamente no século XXI. Desse modo passam a ética e a RSA a compor as dimensões estratégicas das empresas sustentáveis.

5.5 CONCLUSÃO

Conforme enfatizado na introdução deste estudo, tendo em conta a conjuntura de mudanças por que passa a economia mundial no século XXI, é fundamental a reflexão sobre o papel das empresas na sociedade contemporânea diante da importância assumida pelo setor privado, como agente do processo de desenvolvimento.

Muito embora a essência das empresas, em termos de missão, seja a geração de lucros, no decorrer da história houve um alargamento da sua função social em razão das mudanças nas expectativas e das demandas da sociedade, exigindo novos posicionamentos das empresas diante dos problemas da sociedade, notadamente em relação à gestão de seus impactos. Nesse sentido, destaca-se que não existe nada de pernicioso na questão de obtenção de riquezas pelas empresas. Entretanto, a produção para atender às necessidades da sociedade em termos de consumo e o lucro para atender aos interesses dos acionistas já não são suficientes para justificar a ação das empresas na sociedade, sendo cobradas destas a gestão das externalidades do processo produtivo e, cada vez mais, a criação de valores à sociedade.

Da geração de riquezas à criação de criação de valor compartilhado, as opiniões se dividem quanto ao papel das empresas na sociedade e, consequentemente, se é legítimo ou não a empresa investir em responsabilidade social.

Observou-se, na revisão sobre o tema, a existência de duas correntes teóricas sobre o papel das empresas na sociedade: 1) a Teoria do Acionista, liderada por Milton Friedman e seus seguidores, os quais defendem que a responsabilidade social das empresas é gerar lucros, contanto que respeitem as regras a elas impostas. Esta corrente acredita que não é legítimo às empresas investirem em responsabilidade social, visto que isto prejudicaria os interesses dos acionistas e que essa responsabilidade seria das pessoas e não das organizações; 2) a Teoria dos *Stakeholders*, liderada por Freeman e seus seguidores. Esta corrente segue na mesma linha da Teoria do Acionista quanto à valorização do lucro como missão principal das empresas. Entretanto, pondera que, além de atender aos interesses do acionista, a empresa tem a missão de atender aos interesses de todos os seus *stakeholders*.

Mais recentemente, vem se difundindo o posicionamento dos estudiosos da Escola de Harvard liderados por Michel Porter e Mark Krammer; para eles, a empresa deve voltar-se para a criação de valor compartilhado, um conceito que, segundo os autores, não é responsabilidade socioambiental nem investimento social privado, é um conceito mais amplo, que leva em conta a geração de valor econômico de forma a criar também valor para a sociedade, incluindo o enfrentamento de suas necessidades e desafios.

Embora tenham surgido conceitos alternativos para explicar a função social das empresas, verificou-se, por meio do estudo de Carrol (1999), que o conceito de RSE vai permanecer como uma parte essencial da linguagem de negócios porque é uma base vital para muitas outras teorias e é continuamente consistente com o que o público espera da comunidade de negócios.

Num cenário em que ora o mercado é valorizado como ator essencial no processo de desenvolvimento das economias, ora é diabolizado e a indústria apontada como vilã, cada vez mais a ética tem sido clamada como o fio condutor dos negócios, demandando das empresas novos posicionamentos em relação à produção e aos problemas socioambientais. Corrobora-se com Abramovay (2012, p.186), segundo o qual: "A reinserção da ética na economia é um dos mais vigorosos movimentos das ciências sociais no fim do século XX", questão que coloca a responsabilidade socioambiental das empresas como um assunto absolutamente essencial.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Revista Tempo Social**, USP, v.16, n.2, p.35-64, nov. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a02.pdf>. Acesso em: 15 out. 2011.

_____. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Abril, 2012.

ALEMANY, Cecília; LANZILOTTA, Bibiana. **Eficiência na utilização de recursos na América Latina**: perspectivas e implicações econômicas. Estudo de caso: Mercosul, Chile e México. Implicações para o setor privado. Panamá: PNUMA/Red Mercosur, 2011.

ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio; KRUGLIANSKAS, Isak. **Gestão socioambiental**: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, Fernando. **Experiências empresariais em sustentabilidade**: avanços, dificuldades e motivações de gestores e empresas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

AMORIM, Tânia Nobre Gonçalves Ferreira. Responsabilidade social e corporativa. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão ambiental e responsabilidade social**: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009. p.130-151.

ANDREWS, Kenneth R. Ética na prática. In: HARVARD BUSINESS REVIEW. **Ética e responsabilidade social das empresas***.* Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 4.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. p.61-75.

APOLINÁRIO, L. M. Marques. Finalidade econômica, responsabilidade social e ética das empresas. Lisboa, **Revista Dirigir**, n.98, p.49-51, abr./maio/jun. 2007.

ARANTES: Nélio. **Sistemas de gestão empresarial**: conceitos permanentes na administração de empresas válidas. São Paulo: Atlas, 1998.

ARROW, Kenneth J. Social responsibility and economic efficiency. Public Policy, v.21, p.303 -318, 1973.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

BCSD PORTUGAL – CONSELHO EMPRESARIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Inovação rumo ao desenvolvimento sustentável**. Portugal: Young Managers Team, 2005.

BESSA, Fabiane. Lopes Bueno. **Responsabilidade social das empresas***.* Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

BM&FBOVESPA. Novo Valor: **Sustentabilidade nas empresas**: como começar, quem envolver e o que priorizar. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/empresas/download/guia-de-sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2011.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, mundialização, espiritualidade**. São Paulo: Ática, 2000.

BOWEN, Howard R. **Responsabilidades sociais do homem de negócios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

BRANCO, Adriano Murgel; MARTINS, Márcio Henrique Bernardes. **Desenvolvimento Sustentável na gestão de serviços públicos**: responsabilidade socioambiental e informe social. Rio de janeiro: Paz e Terra, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 13 nov. 2010.

_____. Controladoria Geral da União. **Empresa pró-ética**. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/empresaproetica/cadastro-pro-etica/lista-empresas.asp>. Acesso em: 15 nov. 2012.

BUGARELLI, Waldírio. **A teoria jurídica da empresa**: uma análise da empresarialidade. São Paulo: RT, 1985.

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha; FENSTERSEIFER, Jaime Evaldo. Indicadores de sustentabilidade. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão ambiental e responsabilidade**: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009. p.213-234.

CAPPELLIN, Paola; GIFFONI, Raquel. As empresas em sociedades contemporâneas: a responsabilidade social no Norte e no Sul. **Cadernos CNH**, Salvador, v.20, n.51, p.419-434, set./out. 2007.

CARROL, Archie B. Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. **Business Society**, v.38, n.3, p.268-295, September 1999. Disponível em: <http://www.cs.unitn.it/~andreaus/bs1011/BS_L3_carroll.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2012.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHAVES, Jorge Bezerra Lopes; ASHLEY, Patricia Almeida. Racionalidades para a ética empresarial e a gestão da empresa cidadã. In: ASHLEY, Patricia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005. p.14-37.

COMPARATO, Fábio Konder. **Direito empresarial**: estudos e pareceres. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. Estado, empresa e função social. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v.85, n.732, p.38-46, out. 1996.

_____. **Ética**: direito moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Responsabilidade social empresarial**. Brasília: CNI, 2006.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

DIAS, Reinado; ZAVAGLIA, Tércia; CASSAR, Maurício. **Introdução à administração**: da competitividade à sustentabilidade. Campinas-SP: Alínea, 2003.

DONALDSON, Thomas. Valores sob tensão: ética fora de casa. In: HARVARD BUSINESS REVIEW. **Ética e responsabilidade social das empresas***.* Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 4.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. p.22-44.

ESADE BUSINESS SCHOOL. **The Emerging Global Governance Paradigm**: The Role of Business and Its Implications for Companies, Stakeholders and Society. Trabalho apresentado no 6th Annual Colloquium. Barcelona-Spain, 2007. Disponível em: <http://itemsweb.esade.es/wi/invierte/ProgramasEABIS/Brochure.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2012.

EUROPEAN COMMISSION. **Towards a greater understanding of the changing role of business in society**. Luxembourg: European Union, 2011.

FITZGERALD, Nial; CORMACK, Mandy. **The role of business in society**: an agenda for action. Disponível em: <http://www.hks.harvard.edu/m-rcbg/CSRI/publications/report_12_CGI%20Role%20of%20Business%20in%20Society%20Report%20FINAL%2010-03-06.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2012.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FREEMAN, Edward R. **The Politics of stakeholders theory**: some future directions. Pitman, 1994. Disponível em: <http://www.sogra.pt/ficheiros_artigos/stk.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2012.

FREIRE, Elias; MOTTA, Sylvio. **Ética na administração pública**. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.

FRIEDMANN, Milton. The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits. *The New York* **Times Magazine**, September 13, 1970. Disponível em: <http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-business.html>. Acesso em: 21 fev. 2012.

GATES, Bill. Making Capitalism More Creative. **Planton for Time**, 2008. Disponível em: <p://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,1828417,00.html>. Acesso em: 7 maio 2012.

GOLDSTEIN, Ilana. **Responsabilidade social**: das grandes corporações ao terceiro setor. São Paulo: Ática, 2007.

GOMES, Adriano; MORETTI, Sérgio. **A responsabilidade e o social**: uma discussão sobre o papel das empresas. São Paulo: Saraiva, 2007.

GONÇALVES, B. S. (Coord.). **Responsabilidade social nos processos gerenciais e nas cadeias de valor**. São Paulo: Instituto Ethos, 2006. Disponível em: <www.ethos.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2011.

GRIESSE, Margaret Ann. Ética empresarial e responsabilidade social corporativa à luz da Teoria de Julgamento moral, de Lawrence Kohlberg. **Revista Impulso**, Piracicaba, v.14, n.35, p.33-48, 2003. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp35art03.pdf>. Acesso em: 1.º mar. 2011.

HANDY, Charles. Para que serve uma empresa?. In: HARVARD BUSINESS REVIEW. **Ética e responsabilidade social das empresas**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 4.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. p.118-133.

IBGE. **Pesquisa Industrial Anual**: Empresa. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://ww.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 jun. 2012.

KELMAN, Jerson. Agências reguladoras e responsabilidade socioambiental. In: ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. **Sustentabilidade e geração de valor**: a transição para o século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p.65-85.

LATORRE, Fernando Jiménez; RAMOS, Catalina Rams. Crecimiento economico en un context de desarrollo sostenible. **Revista ICE Desarrollo Sostenible**, n.800, p.47-64, Junio/Julio 2002.

LAVILLE, Élisabeth. **A empresa verde**. São Paulo: Oté, 2009.

LEMME, Celso Funcia. O valor gerado pela sustentabilidade corporativa. In: ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. **Sustentabilidade e geração de valor**: a transição para o século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p.37-63.

LOYOLA, Paulo. **Ética nas empresas, consciência e responsabilidade social**. Disponível em: <http://gestaosocial.wordpress.com/2011/06/20/etica-nas-empresas-consciencia-e-responsabilidade-social/>. Acesso em: 18 set. 2011.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. Industrialização, meio ambiente, inovação e competitividade. In: MAY, Peter H. **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p.205-220.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira; CÁNEPA, Eugênio Miguel; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. Política ambiental. In: MAY, Peter H. **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p.163-179.

MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro. **Responsabilidade social e governança**: o debate e as implicações. São Paulo: CENGAGE Learning, 2006.

MACKEY, John; SISODIA, Raj. **Capitalismo consciente**: como libertar o espírito heroico dos negócios. São Paulo: HSM, 2013.

MAESTRI, Hugo Cruz. **Função social da empresa, responsabilidade social e sustentabilidade**: um enfoque jurídico sobre a tríade social que integra as sociedades empresariais. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito Empresarial) - Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima, 2011. Disponível em: <http://www.mcampos.br/posgraduacao/mestrado/dissertacoes/2011/hugmaestrifuncaosocialdaempresa.pdf>. Acesso em: 1.º jan. 2012.

MATIAS-PEREIRA. José. **Governança no setor público**. São Paulo: Atlas, 2010.

MATOS, Francisco Gomes de. **Ética na gestão empresarial**: da consciência à ação. São Paulo: Saraiva, 2008.

MIGUEL, Antônio; LOBOS, Elsa Vila; BALLAN, Nathalie. **Projecto de reflexão e debate**: o papel das empresas na sociedade. Portugal: SDC, 2012.

MONTIBELLER, Gilberto. **Empresas, desenvolvimento e ambiente**: diagnóstico e diretrizes de sustentabilidade. Barueri, SP: Manole, 2007.

NORÉN, Goran *et al.* **The role of business in society**. Stockholm: Confederation of Swedish Enterprise, 2004. Disponível em: <http://www.svensktnaringsliv.se/multimedia/archive/00000/The_role_of_business_i_376a.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2012.

OLIVEIRA, Dennison. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: UFPR, 2000.

OLIVEIRA, Marcelle Colares; DAHER, Wilton de Medeiros; MUNIZ Antônio Walber. A influência da ética e da responsabilidade social na reputação corporativa em economias globalizadas. In: CONGRESSO DA SOCIEDAD LATINOAMERICANA DE ESTRATÈGIA – SLADE, 17., 2004 Itapema. **Anais**... Itapema -SC: Slade, 2004.

PARRA, Marcelo Fernando López. **A responsabilidade social como uma das politica que legitima a gestão pública**. Trabalho apresentado no VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 out. 2003. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047704.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2010.

PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTER, Michel; KRAMMER, Mark. **Criação de valor compartilhado**. 2011. Disponível em: <http://www.hbrbr.com.br/materia/criacao-de-valor-compartilhado>. Acesso em: 22 jan. 2012.

ROMAN, Artur. Responsabilidade social das empresas: um pouco de história e algumas reflexões. **Revista FAE Business**, n.9, p.36-38, set. 2004. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n9/11_rs_empresas.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2011.

RUSS, Jacqueline. **Pensamento ético contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 1999.

SARDINHA, Geraldo. Sustentabilidade nas organizações. In: FÉLIX, Joana d'Arc Bicalho; BORDA, Gilson Zehetmeyer. **Gestão da comunicação e responsabilidade socioambiental**: uma visão de marketing e comunicação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2009. p.37-50.

SASSO, Rosiane. **Considerações sobre o conceito jurídico de empresa à luz do novo código civil brasileiro**. Disponível em: <http://www.saoluis.br/revistajuridica/arquivos/011.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2009.

SAVITZ, Andrew W; WEBER, Karl. **A empresa sustentável**: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SILVA, Artur Santos; VITORINO, António; ALVES, Carlos; CUNHA, Jorge; MONTEIRO, Manuel Alves Monteiro. **Livro branco sobre Corporate Governance em Portugal**. Instituto Português de Corporate Govenance, 2006. Disponível em: <http://www.cgov.pt/images/stories/ficheiros/livro_branco_cgov_pt.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2011.

SROUR, Robert Henry. Ética empresarial sem moralismo. **Revista de Administração**, São Paulo, v.29, n.3, p.3-22, jul./set. 1994.

_____. **Ética empresarial**: a gestão da reputação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. **Poder, cultura e ética nas organizações**: o desafio das formas de gestão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SUCHANEK, Andreas. **Business Ethics and the Golden rule**. Discussion paper n. 2008-3. Disponível em: <http://www.wcge.org/download/DP_2008-3_Andreas_Suchanek_-_Business_Ethics_and_the_Golden_Rule.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2012.

SWIFT, Tracey; ZADEK, Simon. **Corporate Responsibility and the competitive advantage of nations**. The Copenhagen Centre; Accountability Institute of Social and Ethical Accountability, 2002. Disponível em: <http://www.accountability.org/images/content/0/9/095/Competitive%20Advantage%20-%20Full%20Report.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2012.

THE ECONOMIST. Idea: **Triple bottom line. It consists of three Ps**: profit, people and planet. Nov. 2009. Disponível em: <http://www.economist.com/node/14301663>. Acesso em: 20 dez. 2012.

THE ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **OECD Guidelines for Multinational Enterprises**. Disponível em: <http://www.oecd.org/corporate/mne/>. Acesso em: 23 dez. 2011.

TRANSFERETTI, José. **Ética e responsabilidade social**. Campinas, SP: Alínea, 2010.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT; THE INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION. **Corporate governance the foundation for corporate Citizenship and sustainable businesses**. New York, 2009. Disponível em: <http://www.unglobalcompact.org/docs/issues_doc/Corporate_Governance/Corporate_Governance_IFC_UNGC.pdf>. Acesso em: 15 maio 2012.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 29.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WHEELER, David; COLBERT, Barry; FREEMAN, Edward. Focusing on Value: Reconciling Corporate Social Responsibility, Sustainability and a Stakeholder Approach in a Network World. **Journal of General Management**, v.28, n.3, p.1-28, 2003. Disponível em: <https://webaccess.wlu.ca/documents/26179/Wheeler_ Colbert_%26_Freeman_2003_-_Focusing_on_Value.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2012.

ZANOTTI, Luiz Antônio Ramalho. **A empresa na ordem econômica**: princípios e função social. São Paulo: Juruá, 2009.

ZORNOZA, Cesar Camizón. Los desafíos de la empresa del siglo xxi y las respuestas de las teorías de la gestión. In: REVILLA, Germán Granda; CAMISÓN, César. **El modelo de empresa del siglo XXI**: Hacia una estrategia competitiva y sostenible. Madrid: Forética/Ediciones Cinca, enero, 2008. p.18-33. (Colección Biblioteca Ciencias Sociales, Ediciones Cinca, n. 6.)

ZUBIZARRETA, Juan Hernández. **Las empresas transnacionales frente a los derechos humanos**: historia de una asimetría normativa. De la responsabilidad social corporativa a las redes contrahegemónicas transnacionales. Madrid: Hegoa/Omal, 2009.

ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. **Sustentabilidade e geração de valor**: a transição para o século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

6 ARTIGO 5

Responsabilidade socioambiental: um imperativo para a sustentabilidade das empresas

Social-environmental responsibility: a requirement for companies' sustainability

Marina Luiza Gaspar Wisniewski
Harry Alberto Bollmann

Resumo:

Diante da realidade imposta pelo processo de globalização das economias já não é mais suficiente para as empresas oferecer um produto de qualidade a um custo competitivo. O mundo está cada vez mais interdependente, os consumidores mais exigentes, os mercados mais competitivos, ampliam-se os fatores que influenciam na sustentabilidade dos negócios. O objetivo deste estudo é analisar a importância da responsabilidade socioambiental como imperativo para a sustentabilidade das empresas. A partir de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, o texto aborda a construção histórica e conceitual da responsabilidade socioambiental, as motivações das empresas para investir em iniciativas de responsabilidade socioambiental, a ressignificação do conceito de qualidade total, a importância da internalização da responsabilidade socioambiental na cultura da empresa e os instrumentos e as normas de responsabilidade socioambiental. Conclui-se que, independentemente das motivações que levam uma empresa a trilhar a via da responsabilidade socioambiental, esta se tornou, no mundo contemporâneo, um imperativo para a sustentabilidade empresarial, situação em que as preocupações com a qualidade total ganharam novos contornos, extrapolando a esfera da produção e incorporando as relações que as empresas estabelecem com o meio ambiente e com a sociedade.

Palavras-chave: Responsabilidade socioambiental das empresas. Cultura organizacional. Qualidade total. Sustentabilidade.

Abstract:

It is not enough anymore for companies to offer a high quality product at a competitive price, if the reality imposed by the globalization process of the economies is taken into account. The world is more and more interdependent, the consumers are more demanding each day and the markets are more competitive; widening the factors that influence the business sustainability. The objective of this study is to analyze the importance of the social-environmental responsibility as a requirement for the companies' sustainability. By means of a bibliographical and exploratory research, in the text the historical and conceptual construction of the social-environmental responsibility is approached, as well as the companies' motivations to invest in initiatives that possess social-environmental responsibility, the remodeling of the concept of total quality, the importance of the internalization of social-environmental responsibility in the companies' tradition and the social-environmental tools and standards. It can be concluded that, apart from the motivations that lead a company to follow the social-environmental path, this has become, in the modern world, a requirement for the business sustainability, and this scenario arose different preoccupations with total quality, transgressing the production sphere and incorporating the connections that companies establish with the environment and with the society.

Key-words: Social-environmental Responsibility of companies. Organizational Culture. Total quality. Sustainability.

6.1 INTRODUÇÃO

A complexidade da questão da sustentabilidade
aumenta a necessidade e importância
de ações de todos os setores da gestão do meio ambiente
para a busca de soluções integradas e sustentáveis.

(PHILIPPI JR; MALHEIROS, 2005, p.59)

Dado a importância assumida pelas empresas na sociedade contemporânea, a adoção de um novo modelo de desenvolvimento que incorpore a cultura da RSA é um imperativo para a sustentabilidade empresarial.

A produção está no centro do processo de desenvolvimento das economias, impondo às empresas um importante desafio: atuar de forma socialmente correta, ambientalmente sustentável e economicamente viável, sem o que, falar em desenvolvimento sustentável é mero discurso.

Nesse aspecto, as empresas têm um papel fundamental no que se refere à promoção do desenvolvimento sustentável, não apenas no que se refere à gestão das externalidades geradas pelo processo produtivo, mas, sobretudo, pelo poder que exercem na sociedade influenciando as relações sociais.

A empresa, como uma das instituições mais importantes na modernidade, deve, efetivamente, vincular sua missão a uma dimensão ecológica mais ampla, tendo sua marca lastreada em valores intangíveis como respeito ao meio ambiente, respeito ao consumidor, respeito aos direitos humanos, enfim, pautando sua atuação nas dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade.

O objetivo geral deste estudo é analisar a importância da RSA como imperativo para a sustentabilidade das empresas. E, como objetivos específicos: abordar o histórico da RSA; demonstrar a trajetória de construção do conceito de RSA; averiguar as motivações das empresas para desenvolver iniciativas de RSA; demonstrar o ressignificado de qualidade total e a importância da internalização da RSA na cultura organizacional; e levantar os instrumentos de responsabilidade socioambiental.

Este estudo se justifica sob múltiplos aspectos: pela necessidade de se refletir sobre um novo modelo de desenvolvimento econômico; pelo acirramento das mudanças climáticas; pela importância assumida pela temática socioambiental na agenda dos organismos internacionais; pelas exigências de maior transparência na divulgação de informações no mercado de capitais; pela crescente demanda internacional por boas

práticas de governança; e, pela importância que o setor privado vem assumindo como parceiro do desenvolvimento das economias.

6.2 IMPLICAÇÕES DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS

Para se entender a importância da RSA para a sustentabilidade das empresas, torna-se importante compreender, no mínimo, sua história e construção conceitual. De início, destaca-se que tal responsabilidade tem sido referida na academia, na maioria das vezes, como responsabilidade social, estando implícita nesta a questão ambiental. Dada a indissociabilidade dos problemas econômicos, sociais e ambientais, optou-se, neste estudo, pelo uso do termo RSA.

6.2.1 Histórico

Diante do processo de globalização das economias, o mundo está cada vez mais interdependente e interconectado. O avanço das tecnologias de comunicação, a chegada das redes sociais, o crescente empoderamento da sociedade civil organizada, a emergência da questão socioambiental, a necessidade de intensificar o diálogo com seus *stakeholders*, entre outras questões que influenciam a atuação empresarial, exigem das empresas novos posicionamentos no que se refere à sua responsabilidade perante à sociedade.

Nesse contexto, embora seja difícil precisar o momento em que a RSA ganhou o senso de urgência nas empresas, buscou-se levantar alguns marcos teóricos que contribuíram para o despertar delas para a importância de pautar sua atuação não apenas no aspecto econômico.

Seja chamado de responsabilidade social empresarial ou RSA, entre outras quaisquer designações utilizadas para expressar a preocupação das empresas com o desenvolvimento sustentável, uma coisa parece certa, que tal responsabilidade se constitui num imperativo que vem gradativamente sendo incorporado nas estratégias de negócios das empresas nacionais e transnacionais, definindo sua forma de atuar no mercado, chegando a constituir-se, como apontam Gomes e Moretti (2007, p.43) e Zylbersztajn e Lins (2010), em uma vantagem competitiva.

As primeiras iniciativas das empresas no âmbito socioambiental se caracterizavam como ações esporádicas, restrita ao campo da filantropia, desenvolvidas por empresários

ou leigos e religiosos ligados à Igreja Católica. Entretanto, paralelo a essas iniciativas, sob o manto da RSA, foi surgindo um novo perfil de iniciativas que ganharam maior consistência recentemente, as quais apresentam peculiaridades bem distintas das que caracterizam a filantropia.

Parece claro que: "A RSA é um paradigma relativamente recente que emerge na segunda metade do século XX, ganhando força na década de 1990 e invadindo a porta de interesses das empresas, jovens e sociedade no século XXI" (AMORIM, 2009, p.131/132). Na expressão de Savitz e Weber (2007, p.6): "Nas últimas décadas, as empresas ingressaram no que chamamos Era da Responsabilidade".

Embora a RSA das empresas tenha ganho importância na década de 1990, vários acontecimentos indicam que antes dessa década já existia uma certa preocupação das empresas com a questão social e, por vezes, com a questão ambiental, embora de modo tímido e isolado.

De acordo com Parra (2003, p.5), historicamente uma das possibilidades de aparecimento do termo responsabilidade social foi num manifesto subscrito por 120 industriais ingleses no final do século XIX. Gomes e Moretti (2007, p.30) afirmam que a ideia central da responsabilidade social das empresas surgiu com um trabalho de Charles Eliot em 1906 nos Estados Unidos. Segundo esses autores, no ano de 1919, a responsabilidade social das empresas voltou à pauta de discussões norte-americanas, com o julgamento na justiça do caso polêmico envolvendo a indústria Ford Corporation, de propriedade das famílias Dodge e Ford. Naquela ocasião, Henri Ford propôs a distribuição de parte do lucro da empresa para os funcionários, cujo lucro, segundo ele, voltaria para a empresa, uma vez que os funcionários se tornariam futuros clientes, o que foi contestado pela família Dodge, que acabou ganhando a causa, vencendo a tese da propriedade do lucro pelos acionistas

Uma discussão mais apurada em torno da responsabilidade social se deu apenas em 1923, quando o inglês Oliver Scheldon defendeu, na obra *The Philosophi of Management*, a inclusão entre as preocupações das empresas de objetivos mais amplos do que a busca de lucros ao acionistas.

Nas décadas de 1930 e 1940, como aponta Savitz e Weber (2007, p.51), aconteceram importantes mudanças no âmbito dos direitos do trabalho[1], que impactaram na responsabilidade das empresas, como o *New Deal*, de Roosevelt, o qual promoveu uma série de leis como o *National Labor Relations* (1935), que garantiu o direito a negociações coletivas, e o *Fair Labor Act* (1938), que estabeleceu o salário mínimo e a semana de quarenta e oito horas.

Outra obra importante pelas suas contribuições à análise da responsabilidade social é a de Bowen (1953), na qual o autor apregoa que os negócios tocam a vida das pessoas de diversas formas e, de uma maneira, ou de outra, esta obra se constitui num marco para o questionamento incisivo, no mundo contemporâneo, acerca dos impactos da empresa na sociedade.

Ao final dos anos de 1960, com a ocorrência de uma variedade de crises ambientais, a sociedade começou a cobrar das empresas um comportamento mais responsável em termos socioambientais, surgindo importantes organizações internacionais como a WWF, em 1961; Amigos da Terra, em 1969 e *Greenpeace*, em 1971, sinalizando o surgimento de uma importante mudança de valores na sociedade civil, sobretudo nos Estados Unidos, França e Inglaterra.

Nos Estados Unidos surgiu ainda na década de 1960 o movimento pelo consumo consciente.

> Uma atuação corporativa com ênfase e preocupação com as questões sociais surge no período que abrange o fim dos anos 1960 e o início da década de 1970 – tanto nos Estados Unidos quanto em parte da Europa. Esse fato ocorre como resposta às reivindicações de alguns setores da sociedade que levaram às empresas diversas demandas por transformação na atuação empresarial tradicional, voltada estritamente para a lógica econômica (FERREIRA; AFONSO; BARTHOLO, 2008, p.48).

Nas décadas de 1960 e 1970 surgiu a ideia de consciência corporativa, na qual a busca de lucros deveria incorporar questões morais, e a percepção de que o "contrato social" entre os negócios e a sociedade estava mudando substancialmente (MIRANDA; AMARAL, 2011, p.6).

Uma conjuntura complexa em termos ambientais demonstrou a urgência da incorporação de maior RSA por parte das empresas na década de 1960: o "*Smog*",

---

[1] Entretanto, o autor salienta que os sindicatos e o governo federal eram as principais forças por trás dessas iniciativas e que muitas empresas resistiram à ampliação dos direitos trabalhistas.

na Inglaterra[2]; a poluição da baía de Minamata no Japão; o uso indiscriminado do inseticida DDT (dicloro difenil tricloetano) e o desastre na usina nuclear de Chernobyl na Ucrânia, que gerou o mais grave acidente ambiental da história.

No ano de 1962 é lançada a obra Primavera Silenciosa de Rachel Carson, cuja obra denuncia os efeitos perversos sobre a natureza e a saúde humana, do uso de pulverização com inseticidas e pesticidas na agricultura.

No ano de 1972, outros acontecimentos ensejam uma maior preocupação com a questão socioambiental, demonstrando a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento adotado pelas empresas. É publicado, por Denis Meadows e os pesquisadores do Clube de Roma, o relatório "Os limites do Crescimento". O relatório, como o próprio nome sugere, questiona os limites do crescimento, apontando quatro pontos essenciais para serem solucionados com vistas à sustentabilidade do planeta: o controle do crescimento populacional; o controle do crescimento industrial; a insuficiência da produção de alimentos; e o esgotamento de recursos naturais (MEADOWS, MEADOWS; RANDERS, 1972). No mesmo ano, é realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, no seio da qual Maurice Strong lança o conceito ecodesenvolvimento, cuja concepção demonstra a insustentabilidade dos padrões de desenvolvimento industrial e a importância da incorporação de princípios ecológicos à produção.

Nas décadas de 1960 e 1970 as atividades econômicas foram fortemente apontadas como vilãs em relação aos cuidados com o meio ambiente, entretanto a atribuição de uma responsabilidade social às empresas é questionada. O exemplo mais conhecido na literatura que questiona a atribuição de uma responsabilidade social às empresas é o polêmico artigo de Friedman (1970), segundo o qual a única responsabilidade das empresas é gerar lucros aos acionistas.

No ano de 1976, é publicado por H. Gordon Fitch, o primeiro artigo científico defendendo expressamente a responsabilidade social das empresas, o qual afirmava que os problemas sociais são causados em parte pelas empresas e que, então,

---

[2] *Smog* se refere à poluição urbana, decorrente de gases provenientes de indústrias, automóveis e inclusive das casas. Na capital inglesa acumulou-se uma triste marca, pois misturas letais do *smog* mataram 600 pessoas em 1948, cerca de três mil em 1952, mais mil em 1956 e 750 em 1962 (AMBIENTE BRASIL, 2013).

caberão a elas tanto sua resolução no presente quanto sua previsão e respostas aos problemas no futuro (GOMES; MORETTI, 2007, p.34).

Savitz e Weber (2007, p.52) apontam a relevância de alguns movimentos sociais que se estabeleceram ao longo da décadas de 1970, 1980 e 1990, cada um deles exercendo mais pressões sobre as empresas, para que assumissem crescentes responsabilidades sociais: o movimento dos direitos civis (pleiteava a igualdade de direitos para negros, latinos ou hispanos, americanos nativos e outros grupos étnicos); o movimento pelos direitos das mulheres; o movimento anti-*apartheid*, focado na África do Sul; o movimento pelo direito dos *gays*; e outras iniciativas semelhantes.

No ano de 1983 é formada a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a qual em 1987 publica o documento "Nosso Futuro Comum", mais conhecido na literatura como Relatório Brundtland, que estabelece o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo: "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades" (CNUMAD, 1991, p.46).

Em que pese o foco do conceito de desenvolvimento sustentável estivesse voltado para a preocupação com as gerações futuras, demonstrando a necessidade de rever os padrões de desenvolvimento, grande parte da pesquisa sobre responsabilidade social corporativa na época estava focada, segundo Whetten, Rands e Godfrey (2012, p.381), na relação entre o desempenho social das empresas e sua performance financeira.

Utilizando o exemplo de campanhas do *Greenpeace* e da *Corpwath*, entre outros, Thuault (2009) demonstra que a década de 1990 marca o início da pressão da sociedade civil para mais sustentabilidade sobre os processos de produção do setor privado.

A década de 1990 representa também um marco significativo dentro dos avanços do processo de globalização das economias, exigindo das empresas novos posicionamentos em termos de governança global, diante do agravamento das condições climáticas globais, trazendo à tona junto a Organizações multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e Banco Mundial, uma maior preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento das economias.

A ECO 92 é considerada internacionalmente um marco importante dentro da questão socioambiental, a qual resultou na edição da Agenda 21, documento que

trata de relevantes questões ambientais e de mais cinco acordos a serem cumpridos pelos países participantes: a Declaração do Rio, a Declaração sobre o Uso das Florestas, o Convênio sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudanças Climáticas.

No mesmo ano o termo ecoeficiência[3] foi introduzido no mercado pelo WBCSD (*World Business Council for Sustainable Development*), o qual congrega mais de 100 multinacionais que, segundo Câmara (2009, p.237), compartilham valores de comprometimento com o ambiente, princípios de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. Embora a Agenda 21 tenha tido maior aplicabilidade no setor público, o WBCSD publica durante a ECO 92 o livro *Changing Course*, endossado pela Conferência, versando sobre a importância das organizações implementarem a Agenda 21 no setor privado.

Além da ECO 92, contribuiu também para a disseminação dos preceitos do desenvolvimento sustentável a Conferência de Johanesburgo no ano de 2002, cujo debate reuniu representantes do Mercado, do Estado e da Sociedade Civil organizada evidenciando-se a importância da questão para a sociedade.

A introdução do tema da responsabilidade social da empresa nas diretrizes da União Europeia tem início em 1995, quando um grupo de vinte empresas assinou o documento *European Business Declaration against Social Exclusion* (CAPPELLIN; GIFFONI, 2007, p.7). Senior e López (2008) demonstram que, no período de 1995 a 2007, a questão da responsabilidade social das empresas recebeu uma atenção especial por parte da União Europeia, mediante a realização de eventos e alianças com as empresas, consolidando-se como uma excelente estratégia para unir os interesses públicos e privados na solução dos problemas da sociedade. No centro desse período, no ano de 2001, a Comissão Europeia lançou o Libro Verde, uma obra que abre o debate europeu em torno da responsabilidade social empresarial.

A RSA das empresas passa a partir do final da década de 1990 a ser valorizada no mundo dos investimentos, surgindo uma gama de índices nas bolsas de valores assentados em critérios socioambientais, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 - Importância da questão socioambiental no mundo dos investimentos

---

3 Entrega de bens e serviços com preços competitivos que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida, reduzindo progressivamente impactos ambientais dos bens e serviços, através de todo o ciclo de vida, em linha com a capacidade estimada da Terra em suportar (BCSD PORTUGAL, 2013, p.7).

Ano	Acontecimento
1999	É lançado o Dow Jones Sustainability Index - Bolsa de Nova York: o primeiro índice global dedicado ao mapeamento e acompanhamento do desempenho financeiro das empresas que incorporam conceitos de sustentabilidade em seus negócios.
2001	É lançado o FTSE4Good - Bolsa de Londres
2004	É lançado o SRI - Bolsa de Valores de johannesburgo
2005	É lançado o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) – BM&FBOVESPA: Criado com o objetivo de criar um ambiente compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da atualidade e estimular a responsabilidade socioambiental das empresas.
2010	O Investimento Responsável já representa mais de 10% dos ativos sob gestão profissional nos Estados Unidos e na Europa.
2011	Mais de 860 investidores institucionais de 45 países, representando aproximadamente US$ 25 trilhões em ativos, eram signatários do PRI – Princípios para o Investimento Responsável(1). Desses, 44 signatários são brasileiros, com ativos sob gestão da ordem de R$ 300 bilhões. (BM&FBOVESPA, 2011, p.11).

Fonte: Adaptado da BM&FBOVESPA (2011).
(1) Esses princípios foram criados em 2006 em parceria entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e investidores institucionais privados tendo como objetivo levar os princípios de sustentabilidade para o *mainstream* do setor de investimentos.

No Brasil, além do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE), a oferta de linhas de crédito com critérios ambientais por bancos (Princípios do Equador) e a participação cada vez mais ativa das empresas em iniciativas nacionais e internacionais para o tema, são exemplos de que o país está acompanhando ativamente esse processo (AHK-BRASIL, 2009).

A RSA passou a ser um imperativo marcante na gestão empresarial do século XXI.[4] Mais de 8.000 empresas de todo o mundo assinaram o Pacto Global da ONU, comprometendo-se a mostrar boa cidadania global nas áreas de direitos humanos, normas de trabalho e proteção ambiental (KNOWLEDGE@WHARTON, 2012).

Acredita-se que a RSA adentrou no século XXI, como um dos temas mais importantes na gestão empresarial e na comunidade internacional, passando a compor a agenda de múltiplos países a necessidade dos governos, nas mais diferentes instâncias, motivá-la como instrumento de desenvolvimento socioeconômico.

Além dos acontecimentos históricos aqui citados, uma linha do tempo mais detalhada dos fatos que marcaram a história da RSA pode ser encontrada no artigo de Ferreira; Afonso; Bartholo (2008), que cobre o período de 1919 a 2004 e na obra de Amorim (2009, p.146), o qual traz os inúmeros debates mundiais que marcaram a questão ambiental no período de 1968 a 2011.

---

4 As empresas, mais que os governos ou as organizações não governamentais, são o verdadeiro motor da responsabilidade socioambiental (LAVILLE, 2009, p.39).

Embora a RSA tenha surgido como prática no âmbito internacional a partir da década de 1950, no Brasil estas iniciativas se iniciaram apenas na década de 1960 e ainda restritas ao campo da filantropia empresarial, caracterizando-se como ações pontuais realizadas pelas associações empresariais ligadas a instituições religiosas.

A questão ambiental, propriamente dita, foi institucionalizada e regulamentada no Brasil apenas na década de 1980, por meio da Lei n.º 6.938/81, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente e o Conselho Nacional do Meio Ambiente. Com a Constituição Brasileira de 1988, a questão socioambiental ganha maior impulso no país, entretanto, segundo Maimon (1998, p.409), foi somente a partir de 1991 que as empresas brasileiras passaram a se pronunciar mais intensivamente sobre suas responsabilidades ambientais e, ainda assim, tal responsabilidade se restringia a atender às normas de poluição e aos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAS), cujas exigências são diferenciadas nos diversos Estados. Corroborando com essa ideia, Lustosa afirma que:

> A partir da década de 1990, observou-se que as empresas industriais brasileiras, sejam nacionais ou estrangeiras, tomaram uma posição mais proativa em relação ao meio ambiente. A questão ambiental ganhou espaço nas preocupações sociais das empresas. Ao perceberem o crescente interesse e preocupação da sociedade com o meio ambiente, as empresas buscaram se inserir no contexto dos agentes participantes das mudanças em resposta aos anseios da sociedade (LUSTOSA, 2010, p.215).

Torna-se importante destacar que a RSA no Brasil tem sua história ligada a algumas instituições que vieram atuando no sentido de criar e fortalecer junto ao empresariado brasileiro uma cultura de sustentabilidade que trouxesse como cerne o respeito pela sociedade e pelo meio ambiente. No Quadro 2 pode-se visualizar uma linha do tempo do surgimento dessas instituições que marcaram a história da RSA no Brasil e continuam trabalhando para fomentar a cultura socioambiental junto às empresas.

Quadro 2 - Instituições que marcaram a história da responsabilidade socioambiental brasileira

continua

Ano	Acontecimento	Descrição
1919	American Chamber of Commerce for Brazil (Amcham)	Fundada em 1919 no Brasil, a Amcham é a maior Câmara Americana fora dos EUA, entre as 104 existentes em diversos países, contando com cerca de 5 mil associados e presente em 13 cidades. Na Amcham, surgiram ideias pioneiras que levaram à criação da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas em 1954 e da Graded School em 1920. A entidade também apoiou em 1950 o estabelecimento da American Society, que sempre teve sede na Amcham-São Paulo. Lançou em 1978 o American International Fellowship Program, que oferecia bolsas de estudo no exterior a jovens executivos brasileiros, e o Instituto Qualidade no Ensino, dedicado a aperfeiçoar a educação em escolas públicas de várias cidades do País. A Amcham participa intensamente no Programa Ciência sem Fronteiras (AMCHAM, 2012).
1961	Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE)	A entidade trabalha em torno da disseminação e aplicação de conceitos e práticas empresariais e sociais, que tornem o ambiente empresarial mais ético, justo e humano. Desde 1996, a ADCE tem trabalhado em conjunto com a CNBB no projeto Responsabilidade Social Empresarial e Pensamento Social Cristão com vistas a: formar multiplicadores dos valores cristãos na sociedade; aplicar ferramentas de diagnóstico e controle de práticas da RSE (Responsabilidade Social Empresarial); permitir troca de informações e boas práticas; aproximar mutuamente Igreja e empresários; formar rede de empresários imbuídos nos valores da Doutrina Social Cristã; e permitir maior inclusão social, por meio das práticas da RSE (ADCE, 2012).
1981	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)	É uma organização da sociedade civil. Entre os seus fundadores, está o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. O Ibase tem como objetivo a radicalização da democracia e a afirmação de uma cidadania ativa (IBASE, 2012).
1986	Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES)	Instituída em 1986, é uma entidade privada de caráter educativo e cultural, sem fins lucrativos, visando à humanização das empresas e a sua integração com a sociedade, com base nos princípios éticos envolvidos nas relações entre empresa e seus diferentes públicos internos e externos. A FIDES é responsável pela difusão e implantação do conceito de Balanço Social, colaborando para a primeira publicação do referido balanço no ano de 1986 da empresa Nitrofértil.
1987	Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE)	O trabalho do PNBE está centrado em causas como: fortalecimento da cidadania, ética na política, sustentabilidade ambiental, combate ao desperdício e mau uso de recursos no setor público, justiça social, respeito à livre iniciativa e ao empreendedorismo e outras (PNBE, 2012).
1988	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)	Organização sem fins lucrativos que reúne associados de origem empresarial e familiar, independente ou comunitária, que investem em projetos de finalidade pública. Sua missão é aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas desses recursos, contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil. Nascido como grupo informal em 1989, foi instituído como Grupo de Institutos, Fundações e Empresas em 1995 por 25 organizações e reúne 135 investidores sociais, que investiram $ 2,2 bilhões em 2011 em projetos sociais (GIFE, 2013, p.12).

Quadro 2 - Instituições que marcaram a história da responsabilidade socioambiental brasileira

conclusão

Ano	Acontecimento	Descrição
1997	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)	Atua como Representante no Brasil da rede do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). Promove o desenvolvimento sustentável nas empresas que atuam no Brasil, por meio da articulação junto aos governos e a sociedade civil. Reúne mais de 70 dos maiores grupos empresariais do país, com faturamento de cerca de 40% do PIB e responsáveis por mais de 1 milhão de empregos diretos. É a primeira instituição no Brasil a falar em sustentabilidade dentro do conceito do Tripple Botton Line, que norteia a atuação das empresas a partir de três pilares: o econômico, o social e o ambiental e foi responsável pelo primeiro Relatório de Sustentabilidade do Brasil, em 1997, e ajudou a implementar no Brasil, em parceria com o WRI (World Resources Institute) e a FGV (Fundação Getúlio Vargas), a partir de 2008, a principal ferramenta de medição de emissões de gases de efeito estufa no país, o GHG Protocol (CEBDS, 2013).
1998	Instituto Ethos	É uma das instituições mais conceituadas ligadas à RSA no Brasil. Investe permanentemente na disseminação da cultura da responsabilidade social junto às empresas, contando em abril de 2014 com 669 empresas associadas, de diferentes regiões, setores e portes, que compartilham entre si o interesse em estabelecer padrões éticos de relacionamento com funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, acionistas, poder público e meio ambiente (INSTITUTO ETHOS, 2014).

Fonte: Elaborado pela autora através de busca direta no site das instituições.

Todas essas instituições tiveram seu mérito na construção da história da RSA das empresas no Brasil, entretanto Amorim (2009, p.146) aponta que: "O Instituto Ethos e o Ibase são as grandes responsáveis pela transformação da RSE em um valor junto à sociedade, disseminando-a até transformá-la em uma questão de debate público".

Nos projetos em andamento realizados pelo Instituto Ethos estão contemplados as seguintes questões socioambientais: ética nos negócios, resíduos sólidos, direitos humanos, biodiversidade, corrupção, erradicação do trabalho escravo, cidades sustentáveis e carvão sustentável (INSTITUTO ETHOS, 2013c)

Em âmbito nacional, outras questões podem ser destacadas quanto ao movimento da responsabilidade socioambiental, que é a publicação de normas relativas ao tema. De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, no ano de 2004 foi concluída a norma 16.001 relativa a um sistema de gestão da responsabilidade social; no ano de 2005, a norma NBR 16.002 - Responsabilidade Social - Sistema de Gestão - Qualificação de Auditores e, no ano de 2009, a NBR 16003, cuja norma fornece orientações sobre os princípios de auditoria, gestão de programas de auditoria e realização de auditorias de sistema de gestão da responsabilidade social (ABNT, 2013a).

Após a abordagem da histórica da RSA, passa-se à sua construção conceitual com vista a, ao final da abordagem, clarear que elementos são essenciais para caracterizar a RSA das empresas.

6.2.2 A heterogeneidade conceitual

A RSA não pode ser vista como uma indulgência para as empresas que poluem ou se comportam de modo irresponsável em termos socioambientais. Nesse aspecto, Fischer (2006, p.163) afirma que: "[...] é preciso esclarecer quais tipos de atividades configuram o que se pode chamar de atuação social das empresas, face que tanto a teoria quanto a prática estão navegando em terreno pantanoso".

Sem embargo, pode-se dizer que grande parte das iniciativas sociais desenvolvidas pelas empresas no mundo contemporâneo não pode ser caracterizada como RSA, ficando no campo da filantropia empresarial. Nesse aspecto destaca-se que fazer doações representativas, pagar impostos em dia, propiciar ótimas condições de saúde ocupacional aos funcionários, cumprir a legislação, entre outras iniciativas que as empresas têm feito, até fazem parte do perfil de atuação de uma empresa responsável em termos socioambientais, mas como requisitos mínimos, não definindo a empresa como responsável em termos socioambientais. Daí a importância da distinção entre os conceitos de RSA e filantropia, uma prática que, embora não dê consistência à RSA, por suas características operacionais, tem seu mérito e importância para a sociedade, sendo uma prática frequente no meio empresarial.

De acordo com Daher (2006, p.91), a filantropia está associada à caridade esporádica. Já a responsabilidade social mantém-se comprometida com os objetivos permanentes e com as ações cotidianas de uma organização, traduzindo sempre a ideia de prestação de contas pelos seus atos perante a sociedade.

Na filantropia o apoio à sociedade costuma basear-se em boas intenções e donativos materiais, sem exigência de contrapartida e pouca intenção de divulgação. Já na gestão da responsabilidade social, a empresa, ao contrário, tende a acompanhar seus investimentos no projeto, direcionar os objetivos de maneira estratégica, identificar os pontos críticos e buscar a sustentabilidade, sempre com a preocupação de dar visibilidade às suas ações. A filantropia está ligada mais a uma visão assistencialista, sem a preocupação de levantar as reais necessidades da sociedade nem de definir estratégias para garantir a continuidade do processo em longo prazo (GOLDSTEIN,

2007, p.57). A partir disso, o autor diferencia empresas cidadãs e empresas socialmente responsáveis como:

> [...] empresas cidadãs aquelas que levam em consideração as leis e a moral em vigor, ao passo que as organizações socialmente responsáveis vão mais longe, contemplando voluntariamente aspectos que não seriam obrigação da empresa (GOLDSTEIN, 2007, p.58).

De acordo com Barbieri e Cajazeira (2009, p.155-156), a filantropia é um dos aspectos da RSA mais controversos, sendo que para muitos, deixou de representar a ideia de solidariedade e tem sido até evitada ou substituída por outras, como ação social e investimento social. Na percepção dos autores, as doações verdadeiramente estratégicas atendem simultaneamente a metas sociais e econômicas, representando uma convergência de interesses entre a empresa e a sociedade. Nessa linha de pensamento, os autores definem filantropia como:

> [...] qualquer forma de aplicação de recursos fora dos objetivos precípuos do negócio para apoiar ações e demandas da sociedade. Desse modo, é vista como gasto para a organização doadora, sem vínculo com as suas atividades ou o seu negócio [...] A expressão *investimento social* denota preocupação com retorno na forma de consequências sociais benéficas planejadas [...] (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009, p.157).

Lemme caracteriza filantropia contrapondo-a à noção de sustentabilidade, um termo mais complexo que RSA, demonstrando que existe um forte distanciamento entre ações filantrópicas e sustentabilidade corporativa. Para tal, o autor convida a refletir sobre esse aspecto:

> [...] devemos lembrar que sustentabilidade corporativa não deve ser confundida com ações ambientais ou sociais isoladas conduzidas por empresas, muitas vezes por intermédio de organizações separadas da estrutura principal, como fundações de propósitos específicos. Menos ainda, deve aproximar-se das idéias de caridade e filantropia. Todas essas iniciativas têm mérito e importância na construção de um mundo melhor, mas associá-las à sustentabilidade corporativa representa um erro conceitual importante (LEMME, 2010, p.51).

Barbieri e Cajazeira (2009) costumam explicar o conceito de RSA a partir de uma reflexão sobre o dom que cada pessoa possui de fazer escolhas, como seres políticos, baseados em seus julgamentos, princípios e valores. Segundo os autores,

dirigir uma empresa de forma socialmente responsável implica tomar a decisão política de implantar programas, projetos e ações que melhoram a vida das pessoas que são afetadas pela gestão, colocando em prática valores éticos, códigos e declarações de princípios.

Norén *et al.* (2004, p.9) destacam que um dos pilares da RSA é que ela é voluntária, entretanto os autores lembram que existe uma relatividade em relação ao termo "voluntária", uma vez que o mercado exerce fortes pressões para que as empresas atuem de forma responsável, existindo óbvias razões comerciais para as empresas agirem com ética e em conformidade com os valores e direitos estabelecidos.

Como existe uma multiplicidade de conceitos para RSA, tratando-se este de uma conceito heterogêneo, levantou-se no Quadro 3 um conjunto de conceitos oriundos da academia e de instituições que atuam na disseminação da cultura da RSA, com a pretensão de levantar as ideias centrais que estão presentes nos diferentes conceitos.

Quadro 3 - Conceito de responsabilidade socioambiental

continua

Autor	Concepção de responsabilidade socioambiental
Bowen (1957)	É a obrigação do empresário de adotar práticas, tomar decisões e acompanhar linhas de ação desejáveis segundo os objetivos e valores da sociedade.
Comissão das Comunidades Européias (2001, p.3)	A responsabilidade social das empresas é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo". Neste âmbito, ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento das obrigações legais, implicando ir mais além, mediante um "maior" investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com a comunidade em geral.
Ashley (2003)	É o comprometimento contínuo dos negócios com postura de ação que contribua para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.
Griesse (2003, p.37)	A responsabilidade social é vista, assim, como um veículo para a transformação social, desde que a empresa vá além de seus interesses próprios estritamente definidos, posicionando-se como ator importante na comunidade, no contexto nacional e até em relação aos processos internacionais.
Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (2004)	A relação ética e transparente da organização com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.
Kotler e Lee (2005, p.3)	É um compromisso para melhorar o bem-estar da comunidade por meio de práticas de negócios discricionários e contribuições de recursos corporativos.
International Labour Organization - ILO (2004, p.122)	CSR diz respeito às iniciativas voluntárias das empresas, que se comprometem para além das suas obrigações legais. É uma maneira pela qual qualquer empresa pode considerar seu impacto sobre todas as partes interessadas. A RSE é um complemento, e não um substituto, à regulamentação do governo ou da política social.

Quadro 3 - Conceito de responsabilidade socioambiental

conclusão

Autor	Concepção de responsabilidade socioambiental
Daher (2006, p.24)	A responsabilidade social corporativa remete, na prática, à constituição de uma cidadania organizacional no ambiente interno da empresa (trabalhadores, gestores e proprietários) e à implementação de direitos sociais no ambiente externo (clientes, fornecedores, prestadores de serviços, credores, autoridades governamentais, entidades classistas, clube de serviços etc.).
Gomes e Moretti (2007, p.64)	É o compromisso empresarial de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando em conjunto com os empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral.
Simões *et al*. (2008, p.35)	Uma empresa responsável é aquela que, acolhendo as diversas relações, mantém uma estrutura organizacional que internaliza o reconhecimento da fragilidade e da vulnerabilidade dos *stakeholders* e cria condições autênticas de diálogo para atendimento das diversas demandas e necessidades surgidas nas diversas relações.
Aligleri, Aligleri e Kruglianskas (2009, p.34)	A responsabilidade socioambiental associa-se a um conjunto de políticas, práticas, rotinas e programas gerenciais que perpassam todos os níveis e operações do negócio e que facilitam e estimulam o diálogo e a participação permanentes com os *stakeholders*, de modo a corresponder às expectativas dos mesmos [...].
Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (2010)	Envolve um comportamento baseado em princípios, sendo que há pelo menos sete deles que devem ser considerados: prestar contas e assumir a responsabilidade pelo seu impacto; transparência nas decisões e atividades; comportamento ético; respeitar os interesses de seus *stakeholders;* respeitar as regras legais; respeitar as normas internacionais de relacionamento; respeitar os direitos humanos.
Instituto Ethos (2011, p.v)	É a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.
Comissão Européia (2011, p.7)	É a responsabilidade das empresas pelo impacto que têm na sociedade. O respeito da legislação aplicável e dos acordos coletivos entre parceiros sociais, é uma condição prévia para honrar essa responsabilidade. Para cumprir plenamente a responsabilidade social que lhes incumbe, as empresas devem adoptar processos com o fito de integrar as preocupações de índole social, ambiental e ética, o respeito dos direitos humanos e as preocupações dos consumidores nas respectivas atividades e estratégias, em estreita colaboração com as partes interessadas, a fim de: maximizar a criação de uma comunidade de valores para proprietários e acionistas, demais partes interessadas e para a sociedade em geral; e, identificar, evitar e atenuar os seus possíveis impactos negativos.
Loyola (2011, p.1)	[...] o conceito de responsabilidade social prevê ir além das responsabilidades. A ética e a consciência relacionam-se com esse conceito de forma a elevar a capacidade de atuação das empresas, agindo além do que exige a legislação, que muitas vezes fica aquém dos preceitos éticos.
United Nations Industrial Development Organization – UNIDO (2013, p.1)	É um conceito de gestão em que as empresas integram preocupações sociais e ambientais nas suas operações de negócios e interações com seus *stakeholders*.
World Business Council For Sustainable Development - WBCSD (2013, p.3)	É o compromisso contínuo por parte das empresas em contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando a qualidade de vida dos trabalhadores e suas famílias, bem como da comunidade e sociedade em geral.

Fonte: Elaborado pela autora com base em vários fontes.

O conceito de RSA apresenta-se, assim, como um conceito heterogêneo. Sintetizando a ideia central de cada um dos conceitos abordados, é possível perceber que a RSA apresenta as seguintes especificidades:

- É uma forma de atuar de acordo com os objetivos e valores da sociedade;
- Assenta-se não apenas sob os aspectos econômicos, mas também sob os sociais e ambientais, simultaneamente;
- Tem como elemento importante a ética e a transparência;
- Presta conta e assume seus impactos na sociedade;
- Deve incorporar as demandas da sociedade;
- Vai além da legislação;
- É realizada de forma voluntária pelas empresas;
- Tem como horizonte o longo prazo: é um compromisso contínuo por parte da empresa em manter uma postura ética e transparente, perpassando todos os níveis e operações do negócio;
- Volta-se a todos os públicos com quem a empresa mantém contato;
- Trabalho em conjunto com seus *stakeholders*, criando um diálogo autêntico;
- Deve estar integrada na estratégia da empresa, sendo internalizada nas suas atividades, no seu planejamento estratégico e nas suas relações com os *stakeholders*;
- Respeita os interesses de seus *stakeholders* e os direitos humanos;
- Está associada à ideia de desenvolvimento sustentável.

Olhando sob a ótica desses parâmetros é possível perceber que ser uma empresa sustentável é um desafio, considerando que, segundo Savitz e Weber (2007, p.2): "Empresa sustentável é aquela que gera lucros para os acionistas, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas com quem mantém interações".

O Instituto Ethos assim define as condições que deve preencher um negócio que se define como sustentável e responsável:

> É a atividade econômica orientada para a geração de valor econômico-financeiro, ético, social e ambiental, cujos resultados são compartilhados com os públicos afetados. Sua produção e comercialização são organizadas de modo a reduzir continuamente o consumo de bens naturais e de serviços ecossistêmicos, a conferir competitividade e continuidade à própria atividade e a promover e manter o desenvolvimento sustentável da sociedade (INSTITUTO ETHOS, 2013a, p.1).

Percebe-se assim que: "A responsabilidade social das empresas, associada à busca do desenvolvimento sustentável de um país, assume múltiplas facetas" (KON, 2013, p.56-57). Não importam as estratégias adotadas por cada empresa para trilhar a via da RSA, o fundamental é que as empresas procurem implementar iniciativas que vão de encontro aos problemas da comunidade, estejam alinhadas às políticas públicas e sejam estruturadas com horizonte de longo prazo, para ter mais solidez e efetividade.

Embora seja visível o crescimento do movimento da RSA, Fischer (2006, p.164-165) aponta quatro aspectos relevantes que fazem parte das críticas mais fundamentadas ao movimento da atuação social empresarial, a saber: 1) que essas ações sociais não intervêm em causas sistêmicas que geram a exclusão e a pobreza e, por isso, não são capazes de provocar efetivos impactos sociais; 2) que, embora todas as ações ressaltem seu compromisso ético de agir contra qualquer forma de discriminação e de superar as profundas desigualdades sociais, elas não estão estruturadas para oferecer o atendimento necessário, nem estão vinculadas a um compromisso político de realizar esses ideais; 3) que as ações sociais empresariais não contribuem para aperfeiçoar as políticas públicas, as quais detêm a responsabilidade de intervir nos problemas sociais e solucioná-los; 4) que o que prevalece nas decisões das empresas acerca de suas iniciativas no âmbito social é a racionalidade do mercado, não o impulso da solidariedade.

Nesse aspecto, cabe indagar: Quais fatores têm movido as empresas a trilharem a via da RSA?; Até que ponto a RSA das empresas tem sido norteada por interesses alternativos que não o cumprimento da legislação ou as preocupações em torno de sua reputação organizacional?; Será que importam os motivos que movem as empresas, diante da necessidade e importância de tais iniciativas como instrumento de apoio ao desenvolvimento da sociedade?

6.2.3 As motivações para a responsabilidade socioambiental

Quando uma determinada prática ganha importância no meio empresarial, como é o caso das iniciativas de RSA[5] urge o interesse de compreender quais as

[5] O setor privado é o líder na incorporação da Responsabilidade Socioambiental na execução de suas atividades (BRANCO; MARTINS, 2007, p.56).

motivações para tal. Nesse contexto, muito tem se questionado até que ponto tais iniciativas são movidas pelo desejo altruísta das empresas em contribuir para um mundo mais sustentável e até que ponto não passa de mais uma estratégia de comunicação e marketing a serviço dos interesses do capital, sobretudo, a busca do lucro. Entretanto, é difícil estabelecer critérios para explicar a motivação das empresas para os investimentos em RSA.

Gomes e Moretti (2007, p.13) são céticos quanto à questão da existência de uma responsabilidade social efetiva das empresas. Segundo os autores, o empresário sempre levará em conta a relação custo-benefício para realizar ou não determinada ação. Apoiando-se em Weber, os autores questionam a legitimidade dos interesses que norteiam as práticas de RSA das empresas, demonstrando que existe por trás deles toda uma relação de poder, de dominação e de interesses capitalistas.

Também Barbieri e Cajazeira, de forma crítica, questionam os verdadeiros motivos que estão por trás das ações de RSA das empresas, quando afirmam que:

> Muitas empresas se preocupam mais intensamente com os relatórios do que com o fazer, o que só contribui para aumentar o ceticismo em relação à responsabilidade social das empresas em geral e aos relatórios de sustentabilidade publicados. Não são poucas as empresas que criam departamentos exclusivos para cuidar dos relatórios, com pessoas dedicadas apenas a isso e que realizam seus trabalhos sob estreita vigilância dos dirigentes, para que os relatórios saiam conforme encomendaram. De tempos em tempos os relatórios são publicados em edições de luxo com muitas fotos de crianças sorridentes, idosos alegres, grupos com diversas origens étnicas de mãos dadas, todos sempre contentes e felizes da vida. Não raro usam papel, reciclado para dar a idéia de que protegem o meio ambiente (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009, p.207).

Nesse aspecto, Duarte e Dias (1986, p.114) destacam a importância de que as motivações das empresas para as atividades de interesse social sejam autênticas. Entretanto, os motivos que levam uma empresa a investir em RSA são variados e nem sempre se revestem de um caráter altruísta. Nem por isso, tais iniciativas deixam de ter relevância, sendo fundamental substituir a ânsia de entender o porquê as empresas fazem pelo reconhecimento da importância de estarem fazendo algo pela sociedade.

De acordo com Laville (2009, p.47), é imperativo acabarmos com essa insistência de tentar saber se, no fundo, uma empresa se engaja na via da RSA por altruísmo puro ou por interesse. Até porque, conforme apontam Mackey e Sisodia:

> As medições são importantes, mas uma das maiores falácias da administração moderna é que tudo precisa ser aferido, e se algo não cabe em alguma métrica, não tem importância. [...] alguns dos elementos mais cruciais da cultura, como o amor e a autenticidade, não podem ser dimensionados (MACKEY; SISODIA, 2013, p.324-325).

Isso posto, buscou-se levantar na literatura os principais motivos que têm levado as empresas a investir em RSA, podendo-se verificar no Quadro 4 alguns posicionamentos referente a essa questão, havendo neles alguns pontos em comuns.

Quadro 4 - Motivações das empresas para investir em responsabilidade socioambiental

Autor	Explicação sobre a motivação das empresas para investir em RSA
Comissão das Comunidades Européias (2001, p.4)	São vários os fatores que motivam esta evolução para a RSA das empresas: 1) Novas preocupações e expectativas dos cidadãos, consumidores, autoridades públicas e investidores num contexto de globalização e de mutação industrial em larga escala; 2) Critérios sociais que possuem uma influência crescente sobre as decisões individuais ou institucionais de investimento, tanto na qualidade de consumidores como de investidores; 3) A preocupação crescente em face dos danos provocados no meio ambiente pelas atividades econômicas; 4) A transparência gerada nas atividades empresariais pelos meios de comunicação social e pelas modernas tecnologias da informação e da comunicação.
Machado e Oliveira (2009, p.96-100)	As pressões em prol da gestão ambiental empresarial são advindas de três fontes: das exigências do mercado, da pressão da sociedade e da regulamentação ambiental.
Albuquerque e Oliveira (2009, p.53)	O comportamento ambiental proativo das empresas tem se justificado nas últimas três décadas em função de alguns fatores, tanto de origem endógena, como a necessidade de racionalização de recursos, o maior valor agregado associado ao produto ambientalmente correto, o compromisso ético de alguns empresários; assim como fatores exógenos, a exemplo da legislação, da seletividade do mercado consumidor (consumo consciente), da queda de barreiras comerciais e consequente abertura dos mercados externos, entre outros.
Moraes Filho (2009, p.24)	Os negócios estão se voltando cada vez mais para questões ambientais. Cinco fatores influenciam essa mudança de postura: a necessidade de obediência às leis; a eficácia em custos; a opinião pública; a pressão dos movimentos ambientalistas e o pensamento de longo prazo.
Lustosa (2010, p.213)	As empresas investem em práticas mais saudáveis para o meio ambiente, movidas por quatro tipos de pressões: as pressões das regulamentações ambientais, as pressões dos consumidores finais e intermediários, a pressão dos *stakeholders* e a pressão dos investidores.

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre os ganhos advindos dos investimentos em RSA por parte das empresas estão os seguintes: atitude favorável da sociedade para com a empresa; formação de consciência coletiva interna e de espírito de equipe entre empregados; desenvolvimento da capacidade de liderança dos empregados, aumento de sua motivação para o trabalho, de seu compromisso com a empresa, de seu rendimento profissional, familiar e pessoal; mobilização de recursos disponíveis da empresa, sem implicar necessariamente custos adicionais; melhoria no relacionamento da empresa com

as comunidades do entorno; criação de um ambiente sadio para o seu crescimento e a realização de suas metas; opinião da empresa passa a ser considerada por instituições públicas e privadas; e a empresa se transforma em agente social (PFEIFFER, 2011, p.17).

O interesse em melhorar o ambiente de trabalho, oferecer melhores condições aos trabalhadores, executar atividades direcionadas à melhoria do bem-estar social das comunidades e evitar a degradação ambiental (que podem ser considerados inovações na forma de pensar e agir do empresariado) converte-se em uma excelente maneira de fortalecer a imagem corporativa, conseguir melhores contratos, diferenciar-se perante outras empresas e aumentar a produtividade (INSTITUTO ETHOS, 2009).

Constata-se que, entre as razões mais frequentemente citadas na literatura como motivadoras de tais investimentos, estão: fortalecimento da marca/melhoria da imagem pública/reputação; incremento dos lucros; criação de valor; pressão da sociedade; atendimento da legislação; atendimento das exigências no mercado internacional; e busca de vantagem competitiva, cujas motivações serão abordadas na sequência, juntamente com duas outras motivações que embora não sejam frequentemente citadas na literatura, contribuem para o interesse das empresas em investir em RSA: os incentivos fiscais e o altruísmo.

Quanto ao fortalecimento da marca como motivador das práticas de RSA, pode-se dizer que ela representa o calcanhar de Aquiles das empresas, que quanto maiores, mais se tornam vulneráveis a denúncias por parte da sociedade, que tem cobrado delas uma redefinição dos seus padrões de produção. As empresas que têm suas marcas afetadas por escândalos socioambientais recebem fortes impactos sobre sua imagem e reputação perante a sociedade. Nesse aspecto, a marca é a identidade da empresa. Ela diz muito sobre os princípios, valores e o modo como uma empresa se relaciona com a sociedade.

Borda (2009, p.179-215) demonstra que o mercado atravessa uma queda fantástica de integridade e, de acordo com Bodet e Lamarche (2007), o ataque à reputação das firmas pode ser considerado o ponto de partida da grande maioria das iniciativas de responsabilidade socioambiental das empresas. Segundo Kramer (2011), a legitimidade da empresa tem caído para níveis nunca vistos na história recente sendo essencial que as empresas busquem o fortalecimento da sua marca, a melhoria de sua imagem pública e uma melhor reputação perante a sociedade.

No mundo contemporâneo as empresas têm se preocupado, sobremaneira, com sua imagem pública, o que tem levado ao desenvolvimento de estratégias para a instituição de uma produção mais eficiente sob o aspecto socioambiental objetivando reduzir os riscos de ter sua marca associada à imagem de poluidora, destruidora do meio ambiente ou alheia aos problemas sociais da humanidade.

Nesse aspecto, a conduta socioambiental das empresas tem um peso importante sobre sua marca, podendo até afetar sua reputação. Como aponta Zylbersztajn e Lins (2010, p.38): "O desempenho socioambiental das empresas tem sido considerado uma variável importante na formulação de estratégias de marketing e na construção das marcas [...]". E, Senge *et al.* (2009, p.110-111) reforçam que: "A produção de bens e serviços amigáveis ao meio ambiente se converteu em atributo tão importante das marcas quanto a qualidade e o preço". Dantas, ao explicar a influência dos investimentos em sustentabilidade sobre a valorização das marcas empresariais, reconhece que:

> Tem sido amplamente divulgado na mídia que as empresas que investem em sustentabilidade e em comunicação com a sociedade são consideradas as que possuem as marcas mais valiosas. As marcas, a seu turno, conduzem à preservação da imagem, uma exigência inevitável à agregação de valor para qualquer organização (DANTAS, 2009, p.51).

De acordo com Aligleri, Aligleri e Kruglianskas (2009), a reputação da organização é um fator muito importante para a retenção e conquista de mercados, sendo fundamental que a empresa se preocupe com a conduta de atuação da cadeia produtiva como um todo. Conforme Daher (2006, p.60): "Pesquisa realizada pela Universidade de Oxford, em outubro de 2002, indica que a reputação de uma empresa pode corresponder a 40% de seu valor de mercado [...]".

Outro aspecto encontrado na literatura para justificar o interesse das empresas em investir em RSA é o incremento de seus lucros, pois como aponta Câmara:

> Cada vez mais as portas do mercado e do lucro se abrem para as empresas que não poluem, poluem menos ou deixam de poluir, instituindo-se formal e informalmente uma série de restrições às empresas que desprezam as questões ambientais (CÂMARA, 2009, p.252).

Entretanto, ainda existe dúvida quanto à real influência da RSA sobre os lucros das empresas, em face dos elevados investimentos que tal prática demanda. Como pontua Machado Filho (2006, p.14), cresce na comunidade de negócios o

questionamento sobre a real conexão entre as práticas de responsabilidade social e o desempenho econômico e financeiro das empresas.

Outra motivação para as ações de RSA das empresas é a criação de valor. De acordo com a pesquisa CRS Europe, Deloitte & Euronext (2003), 78% dos entrevistados consideram que a administração dos riscos sociais e ambientais tem um impacto significativamente positivo sobre o valor da empresa no longo prazo.[6] Segundo Miranda e Amaral (2011, p.9): "Essa visão de que as ações sociais influenciam o valor da firma se deve, em grande parte, ao fato de que tais ações normalmente valorizam os ativos intangíveis".

A necessidade de atendimento à legislação é, sem sombra de dúvida, uma das mais fortes razões para o interesse das empresas em desenvolver iniciativas de RSA. Nesse aspecto, a RSA passa a ser exercida pelas empresas muito mais como resposta às imposições legais do que como ato de cidadania. Segundo Reinhardt, Stavins e Vietor (2008, p.19), é difícil testar se as ações das empresas realmente vão além do cumprimento comum com as normas ambientais. Embora muitas vezes as empresas vejam a legislação como um entrave ao seu desenvolvimento, Aligleri, Aligleri e Kruglianskas demonstram múltiplos benefícios que as empresas têm ao cumprir a legislação:

> Atender à regulamentação ambiental indica o reconhecimento do poder público e da sociedade. Proporciona melhor imagem da empresa, aumenta facilidades para comercialização e exportação além de aproximar o relacionamento com bancos e poder público. Também minimiza o risco de multas e custos com processos judiciais (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009, p.101).

Como bem assevera Parra (2003, p.6), as normais legais que regulam a atividade empresarial não vêm para cercear, nem para estimular as empresas a se contentarem com o mínimo de desempenho social, mas para balizar e sinalizar os impactos negativos por elas provocados. Outro aspecto importante apontado pelo autor referente à RSA das empresas é que esta não pode, de forma alguma, ser vista como substituta da regulação e da legislação, principalmente a referente a direitos individuais e sociais e à proteção da vida, incluindo-se aí a legislação ambiental.

---

6 Esta pesquisa foi efetuada junto a 388 administradores de fundos e analistas financeiros de nove países europeus.

Outro fator motivador do interesse em RSA por parte das empresas é o atendimento às exigências do mercado internacional, visto que este tem colocado critérios socioambientais como um dos pré-requisitos essenciais para o acesso das empresas ao comércio exterior.

Diversas são as barreiras de acesso aos mercados internacionais para as empresas que não apresentam uma conduta responsável em termos socioambientais, pois, conforme demonstra Lemme:

> Barreiras comerciais não tarifárias por questões socioambientais, como as referentes à certificação ambiental de florestas, à rotulagem de transgênicos e à utilização de mão de obra em condições degradantes, fazem parte da agenda de empresas exportadoras ou que têm investimentos diretos no exterior, bem como das que buscam recursos nos mercados financeiros internacionais (LEMME, 2010, p.43).

Também é relevante a motivação das empresas para realizar investimentos em RSA em decorrência da pressão da sociedade. Para Zylbersztajn e Lins (2010, p.xvi): "Consumidores, financiadores, acionistas e potenciais investidores exigem, cada vez mais, compromissos éticos das corporações [...]". Como aponta a Confederação Nacional da Indústria - CNI (2006, p.15), os consumidores passam a eleger empresas e marcas com base na qualidade e no preço de seus produtos e também com base qualidade das relações que essas organizações estabelecem com a sociedade e com o meio ambiente. Goldstein (2007, p.7) acrescenta que: "[...] os consumidores contemporâneos têm se revelado atentos às atitudes corporativas, preferindo optar por marcas ligadas a investimentos sociais, culturais e ambientais".

Milaré (2009, p.124) defende que há um despertar, embora tímido, de uma nova consciência social, que pode ser comunitária ou coletiva, conforme o seu grau de coesão interna e que, a partir dessa consciência, os respectivos valores começam a impor-se, fazendo contraponto ao individualismo e à supervalorização do econômico na estruturação da sociedade.

Nesse contexto, o desafio da produção ambientalmente sustentável projeta-se mais do que nunca, como elemento fundamental de sobrevivência e competitividade empresarial. Zylbersztajn e Lins (2010) acreditam que, sob a atual pressão mercadológica e da sociedade, a empresa que não incorporar o conceito de sustentabilidade em sua gestão de negócios verdadeiramente, e não apenas no discurso ou no marketing, provavelmente terá dificuldades em sobreviver no mercado.

No entanto, segundo Almeida (2009, p.19): "É verdade que o consumidor esclarecido está cada vez mais atento às questões ambientais, sociais e econômicas. Mas, por outro lado, essa preocupação ainda não é determinante de mudança de comportamento". Essa opinião é corroborada por Leite (2009, p.294), segundo o qual: "Os consumidores não deixam de comprar um produto mesmo sabendo que ele é prejudicial à natureza. A consciência ambiental é fortemente influenciada pelo fator preço".

De qualquer maneira, as expectativas da sociedade em relação à ética dos negócios têm sido crescentes, tanto que nas últimas décadas os negócios vêm sendo cada vez mais avaliados não só pela performance financeira como também por suas contribuições sociais (MIRANDA; AMARAL, 2011, p.7).

Na percepção de Alemany e Lanzilotta (2011, p.11): "Os consumidores dos países desenvolvidos estão considerando cada vez mais as pegadas ecológicas dos bens que compram". As empresas de ponta já compreenderam que o número de consumidores conscientes cresce a cada dia, e que sua sobrevivência no mercado futuro está atrelada à sua conduta socioambiental. Portanto, investir na sustentabilidade socioambiental é essencial, e quanto mais os consumidores apoiarem as empresas que praticam esta ideia, mais responsáveis as empresas se tornarão (AKATU, 2009).

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico:

> Cada vez mais pessoas estão conscientes do impacto que as suas escolhas têm no mundo que as rodeia. [...] um crescente número de consumidores começa a colocar perguntas importantes sobre o que compra: que quantidade de lixo é criada pelo produto e pela sua embalagem; que quantidade de água, energia e outros recursos são aplicados na sua produção (e na sua eliminação); e quais são as condições de vida e de trabalho das pessoas que o produzem (OECD INSIGHTS, 2008, p.3).

Outra prova da influência do peso da demanda pela incorporação da sustentabilidade aos negócios, é que, de acordo com a BM&FBovespa (2009, p.1), já há alguns anos, iniciou-se uma tendência mundial de os investidores procurarem empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicar seus recursos.

Esses tipos de investimentos, denominados socialmente responsáveis (SRI), consideram que empresas sustentáveis geram valor para o acionista em longo prazo, pois as empresas apresentam-se mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais (BM&FBOVESPA, 2009).

A RSA ganhou tamanha importância que é comum encontrar nas Bolsas de Valores índices calculados em cima de uma carteira teórica de ações de empresas com forte atuação em responsabilidade social, tais como: o índice Dow Jones Sustainability Index - DJSI (lançado em 1999 - representa o valor de um grupo de empresas consideradas sustentáveis segundo critérios financeiros, sociais e ambientais); o índice FTSE4Good - Parceria da Bolsa de Londres e do Financial Times e o ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA - A Nova Bolsa.

No Brasil, além do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE), a oferta de linhas de crédito com critérios ambientais por bancos (Princípios do Equador) e a participação cada vez mais ativa das empresas em iniciativas nacionais e internacionais para o tema, são exemplos de que o país está acompanhando ativamente esse processo (AHK-BRASIL, 2009).

A retenção de talentos é outra motivação para uma empresa ser responsável em termos socioambientais, uma vez que os recursos humanos têm dado prioridade para trabalhar em empresas socialmente responsáveis. Segundo Arantes:

> Hoje, as pessoas não procuram as instituições empresariais apenas para trocar sua energia por determinada quantidade de dinheiro a ser utilizado para a realização de suas necessidades individuais fora da empresa. Cada vez mais as empresas estão sendo procuradas por talentos e não mais por "mão-de-obra" ou por "recursos" humanos. E os talentos querem participar de instituições que lhes ofereçam reais oportunidades de satisfazer a toda a extensa gama das necessidades humanas. Os talentos não trabalham para atender apenas a suas necessidades fisiológicas e de segurança. Além destas, ele querem também satisfazer a suas necessidades sociais, de auto-estima e principalmente de realização (ARANTES, 1998, p.43).

Muitas empresas investem em RSA em busca de estratégia competitiva. Investir em RSA pode se constituir num critério de diferenciação, representando uma excelente estratégia competitiva para as empresas. Gomes e Moretti (2007, p.43) lembram que: "Ser ecológico pode significar a posse de uma forte vantagem competitiva". Segundo o autor, a ecologia virou uma poderosa moeda de troca para as organizações, o que parece ser verdade, uma vez que a RSA se tornou um pré-requisito de acesso aos mercados internacionais, considerado essencial para as empresas que mantêm ações em bolsas de valores, uma vez que, como apontam Zylbersztajn e Lins (2010), o tema ganha cada vez mais espaço entre os itens que analistas levam em conta para recomendar o investimento em determinada empresa. Para a Câmara de

Comércio Brasil Alemanha – AHK Brasil (2009, p.8), é crescente o número de índices de sustentabilidade nas principais bolsas de valores do mundo, que comprovam numericamente a maior rentabilidade e o menor risco de organizações que adotaram e integraram a RSE à sua estratégia.

Segundo Karkotli (2006, p.42), o desenvolvimento do planejamento com ênfase na responsabilidade social requer uma mudança bastante significativa na filosofia e na prática gerencial da maioria das organizações, sejam elas públicas ou privadas.

Swift e Zadek (2002) exploram a ligação entre responsabilidade social empresarial e vantagem competitiva, demonstrando, no decorrer do estudo, que as empresas podem ser fortes aliadas na promoção do desenvolvimento econômico, a partir do momento em que assumem sua responsabilidade social sob múltiplas formas. Porter e Kramer (2011) acreditam que a melhoria da questão social e a da competitividade andam juntas. E afirmam que, se fossem usados arcabouços norteadores das principais decisões empresariais para analisar políticas de responsabilidade social, a empresa descobriria que tais práticas podem ser muito mais do que um custo ou entrave, tornando-se "fonte de oportunidades, inovação e vantagem competitiva".

Uma questão que tem influenciado sobremaneira no aumento do interesse das empresas em investir em RSA é a necessidade de adequação de seus processos às normas de qualidade, segurança e meio ambiente, com vistas à melhoria de sua competitividade no mercado e inserção na economia globalizada.

As certificações de qualidade, ambiental, de segurança e saúde no trabalho e de responsabilidade social são fundamentais para atestar as boas práticas das empresas, seu comprometimento com a qualidade total, bem como com a produção ambientalmente sustentável. O acesso a tais certificações exige padronização de processos e preenchimento de vários pré-requisitos que atestem a boa governança da empresa em termos econômicos e socioambientais. Na visão da Rede Mercosur/Pnuma (2011, p.19): "Adotar práticas produtivas sustentáveis melhora a eficiência no uso de recursos e permite o acesso a mecanismos de certificação que contemplam produção com menor impacto ambiental e assim a entrada em mercados de maior valor".

Outra questão que pode se constituir numa motivação para as empresas investirem em RSA são os incentivos fiscais, uma vez que o financiamento destas iniciativas com recursos próprios das empresas esbarram em alguns entraves: na limitação de recursos; na falta de consenso por parte dos acionistas a respeito da

importância de investir em tais iniciativas e na sazonalidade de tais investimentos. Enfim, são razões como estas, aliadas aos ganhos mercadológicos decorrentes da melhoria da reputação, que torna interessante às empresas lançarem mão dos mecanismos de inclusão do governo via leis de incentivos, o que possibilita que as mesmas financiem projetos nas áreas de educação, cultura ou esporte, deduzindo tais investimentos de seu imposto de renda.

As principais leis de incentivo disponibilizadas pelo governo são as seguintes: Lei n.º 8.313 de 23 de dezembro de 1991 – Lei de Incentivo à Cultura, também conhecida por Lei Rouanet; a Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990 - Fundo da Infância e do Idoso e, a Lei n.º 11.438 de 29 de dezembro de 2006 - Lei de Incentivo ao Esporte.

A Lei n.º 8.313 (Lei Rouanet) é uma Lei de incentivo fiscal, através da qual o patrocinador poderá abater no seu imposto de Renda, até 100% do valor investido, respeitando o limite de 6% do imposto a pagar, no caso de pessoas físicas e 1%, no caso de pessoas jurídicas (empresas) (BRASIL, 2013).

Segundo Miranda (2008, p.1): "A falta de conhecimento dos benefícios proporcionados pela Lei tem sido o maior entrave para a contribuição por parte das empresas e de pessoas físicas, pois os contribuintes desconhecem a possibilidade de utilizar o imposto de renda devido para essa finalidade". Mesmo assim, na percepção de Menezes (2011) a importância da Lei Rouanet para o Brasil é visível, uma vez que vinte anos depois, o cenário do país é outro e foi com o auxílio dos recursos dessa lei que milhares de ações culturais se realizaram, se mantiveram e prosperaram.

Em que pese esta Lei se constituir numa excelente alternativa para financiar iniciativas sociais desenvolvidos pelas empresas, face que estas podem deduzir os recursos investidos em seu imposto de renda, o volume de recursos captados ainda é relativamente pequeno. No ano de 2011 a captação via Lei Rouanet foi de R$ 885 milhões, sendo que destes, R$ 774 milhões com renúncia integral (art. 18) (TCU, 2013).

No caso do Fundo da Infância e do Idoso (Lei n.º 8.069/90) seu escopo volta-se para atender a infância e ao idoso, permitindo que as Pessoas Jurídicas tributadas com base no lucro real deduzam sua doações até 1% do imposto de renda devido, enquanto que as pessoas físicas podem deduzir até 6% do imposto devido.

Na Lei n.º 11.438/06, Lei de Incentivo ao Esporte, que destina-se a fomentar projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do

Esporte, à semelhança da Lei Rouanet, o abatimento no Imposto de Renda dos investimentos efetuados por pessoas físicas e jurídicas é limitado, sendo 6% do imposto de renda a pagar, no caso de pessoas físicas e 1% do imposto de renda a pagar, no caso de pessoas jurídicas.

De acordo com Suzuki (2014), a Lei de Incentivo ao Esporte nasceu com um grande potencial na captação de recursos para projetos esportivos mas seus resultados sempre estiveram aquém do esperado, sendo os principais motivos: o desconhecimento do mercado em destinar parte de seu Imposto de Renda a ações voltadas para o Esporte e a burocracia que envolve o processo de liberação de verbas aos projetos. Assim expressa este autor sobre os recursos e as iniciativas financiadas através desta lei:

> Desde que a lei entrou em vigor, já foram captados mais de R$ 1 bilhão, sendo cerca de R$ 223 milhões em 2013 com a participação de 1.200 empresas. Entre 600 e 700 projetos são viabilizados anualmente pela lei, sendo que o recorde foi no ano de 2011, quando alcançou 729 iniciativas (SUKUKI, 2014, p.1).

Vale destacar que, além destas leis de incentivo que podem se constituir numa motivação para as empresas investirem em iniciativas de RSA, os Estados e Municípios também dispõe de algumas leis voltadas para incentivar as iniciativas sociais das empresas, com possibilidade de abatimento do IPTU ou do ISS, as quais devem ser buscada a disponibilidade no âmbito de cada localidade.

Por fim, e a mais importante de todas as motivações para o investimento em RSA por parte das empresas é o altruísmo. Para Burton (2012), o ato verdadeiramente altruísta é o ato virtuoso e o ato virtuoso é, sempre, o ato racional.

O altruísmo como motivador dos investimentos em RSA é um assunto polêmico, uma vez que alguns autores são céticos quanto às empresas investirem em RSA movidas exclusivamente pelo desejo de contribuir na solução dos problemas socioambientais da humanidade.

Efetuada em cima de uma amostra de 1200 empresas de setores diversos, a pesquisa de Fischer (1999) demonstrou que 57% delas desenvolviam ações e projetos com o intuito de reduzir ou eliminar problemas sociais, cujos problemas não faziam parte do escopo de sua missão empresarial ou de seus objetivos estratégicos

de negócios – demonstrando que, não necessariamente, as empresas investem em RSA tencionando tirar proveitos mercadológicos.

Já Srour (2005, p.80) discute a moralidade da função social das empresas, deixando bem claro que importam bem mais as práticas efetivas e os resultados obtidos, se coletivamente benéficos, do que as motivações, uma vez que marketing social bem feito não deixa de ser nobre, por ter se originado de pressões sociais, desde que consequente ao longo do tempo. O autor conclui que não necessariamente, quando uma empresa age em benefício próprio, tal ação é desprovida de altruísmo.

Harman, ao discutir a resposta para a questão: quais são as motivações para os atos de altruísmo? afirma que:

> A ciência nunca responderá a essa questão de forma definitiva, porque ela não tem as ferramentas para decompor as motivações humanas e chegar a essa resolução. A verdade é que as pessoas fazem o bem por várias razões, e geralmente por razões que parecem conflitantes, mas não o são. […] O que conta, no final do dia, é o resultado dessas ações, mais do que suas causas: o fato de que pessoas receberam ajuda e cuidado é que é importante (HARMAN, 2011, p.1).

A realidade é que as empresas que se engajam na solução de problemas socioambientais, quando começam a ver os resultados de suas ações e seus reflexos sobre as comunidades, acabam se sensibilizando com a situação em que elas se encontram e assumindo a defesa da causa, situação esta que não cabe no guarda-chuva do interesse mercadológico. Como assevera Taylor (2013), não há necessidade de dar desculpas para o altruísmo, em vez disso, devemos celebrá-lo. Ao invés de ser antinatural, o altruísmo é uma expressão da natureza do ser humano.

Daí a importância de a RSA estar internalizada na cultura organizacional, fazendo parte da estratégia das empresas e levando a toda uma reconfiguração da qualidade de seus produtos, serviços e processos.

6.3 A RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE QUALIDADE

Qualidade no mundo contemporâneo é um conceito complexo diante dos desafios impostos às organizações no sentido de incorporar critérios socioambientais e de sustentabilidade em sua cultura organizacional, não havendo como uma empresa falar em qualidade, sem levar em conta sua responsabilidade socioambiental.

6.3.1 Da qualidade total à qualidade social: a importância da internalização da cultura da responsabilidade socioambiental

Cultura organizacional, qualidade total, RSA e sustentabilidade são quatro temas correlatos na gestão das empresas contemporâneas. Para compreender a relação existente entre eles, torna-se importante destacar que essa relação ganhou força no seio da própria sociedade, que veio mudando sua percepção em relação às empresas.

Cada empresa tem sua própria cultura organizacional, a qual é composta por várias dimensões, entre as quais a RSA. Conforme enfatiza a Câmara de Comércio Brasil Alemanha – AHK Brasil (2009, p.12), a atuação em RSE deve estar alinhada à estratégia de negócios, integrada à cultura organizacional e coerente com as atividades e processos diários para gerar resultados benéficos e sustentáveis para a empresa e para a sociedade.

A cultura organizacional representa os valores nos quais a organização acredita, sendo importante que estes estejam disseminados junto a todos os seus *stakeholders*. Para Agostinho Rosa:

> A cultura de uma organização é construída ao longo do tempo em função da crença, de valores, símbolos e mitos que afloram da sinergia entre as pessoas que fazem a história da vida corporativa. Cada empresa possui uma rede de interconexões muito características que liga pontos físicos de sua estrutura operacional até pontos intangíveis, como a missão a que se propõem, a imagem que seus colaboradores fazem dela, suas relações com fornecedores, clientes, comunidade etc. (ROSA, 2010, p.1).

Segundo Kotter e Heskett (1994, p.10), embora algumas empresas tenham culturas mais fortes que outras, essas culturas exercem efeito poderoso nos indivíduos e no desempenho, em especial em um ambiente competitivo.

O que identificava uma empresa eficiente e competitiva no passado, aos olhos dos consumidores, era o preço de seus produtos, não existindo a princípio uma preocupação direta em relação à qualidade dos produtos que elas ofereciam, bem como à cultura que permeava a atuação das empresas. Entretanto, com o passar do tempo, os consumidores começaram a demandar produtos que, além de um preço razoável, atendessem a um determinado perfil em termos de qualidade.

Com o aumento das discussões sobre os impactos das atividades produtivas sobre o meio ambiente na década de 1970, preço e qualidade dos produtos já não eram suficientes para atender aos anseios dos consumidores, que passaram a dar atenção à origem dos produtos que consumiam, se eram oriundos de uma produção responsável em termos ambientais. E, mais recentemente, a partir dos anos de 1990, o controle social recai sobre as relações mais amplas das empresas com a sociedade nos aspectos econômico, social e ambiental, sendo que saúde, segurança do trabalho e meio ambiente emergem como temas centrais na pauta de preocupações das empresas. Como apropriadamente lembra Curado (2000, p.1), a qualidade do produto está dando lugar à qualidade do produtor.

No ambiente cada vez mais competitivo da economia globalizada, que demanda das empresas maior diferenciação; e de um ambiente no qual impera a incerteza sobre o futuro; em que as crises financeiras internacionais são cada vez mais frequentes e os efeitos do aquecimento global são visíveis; conectar a empresa à sociedade, mediante o fortalecimento do trinômio qualidade total, RSA e sustentabilidade é uma questão de sobrevivência.

Na concepção de Prazeres (1998, p.6): "O conceito de qualidade total está intimamente associado à qualidade ambiental, de sorte que as empresas e instituições modernas possuem cada vez mais uma preocupação permanentemente dirigida à sua performance ambiental". Segundo Arruda e Quelhas (2010, p.57): "[...] é incontestável a expansão da introdução de modelos de gestão ambiental e de responsabilidade social nas empresas brasileiras como forma de consolidação de suas políticas de desenvolvimento sustentável".

Savitz e Weber consideram que:

> Sustentabilidade, na prática, é a arte de fazer negócios num mundo interdependente e que sustentabilidade, num sentido amplo, tem tudo a ver com interdependência sob as mais diferentes formas: interdependência dos seres vivos entre si e em relação ao meio ambiente; interdependência de vários elementos da sociedade, entre si e em relação ao tecido social; sustentabilidade é reconhecimento das necessidades e interesses das outras partes (grupos comunitários, instituições educacionais e religiosas, força de trabalho e público), não esgarçando, mas reforçando a rede de relacionamentos que as mantém integradas (SAVITZ; WEBER, 2007, p.2-3).

Pensar a RSA em termos de ferramenta para o desenvolvimento sustentável e não a serviço dos interesses corporativos é crucial. Como propõe a ABNT (2010,

p.10): […] convém que um objetivo amplo de responsabilidade social da organização seja o de contribuir para o desenvolvimento sustentável (ABNT, 2010, p.9-10).

Na concepção de Sardinha (2009, p.39), as empresas reconhecem a importância de desenvolver uma cultura organizacional que contemple a preocupação com a ética, a solidariedade e a sustentabilidade, como princípios balizadores de suas decisões e têm sido obrigadas a reformular sua missão. Nesse sentido, a RSA tem se apresentado cada vez mais como um fio condutor para o desenvolvimento sustentável, sendo fundamental sua internalização na estratégia da empresa, bem como junto à cadeia produtiva, norteando a atuação da empresa em todos os sentidos. Na visão de Sardinha *et al*. (2008, p.89): "Os conceitos de responsabilidade social e sustentabilidade são entrelaçados, pressupõem uma perspectiva de atuação empresarial de longo prazo e influenciam o planejamento de negócios e a tomada de decisão das empresas".

Como lembra Machado Filho (2006, p.53), no dia a dia da organização, a identidade corporativa aparece na forma das práticas administrativas empregadas nas suas relações internas e externas. Nesse aspecto, Kraemer (2005, p.1) alerta que: "Não se deve pensar em sustentabilidade como algo restrito ao meio ambiente, assim como responsabilidade social não se limita a ações ou investimentos em projetos sociais". Anita Kon explica que:

> A adoção de uma cultura organizacional de responsabilidade social das empresas extrapola o simples compromisso com a regulamentação ambiental e adquire papel prioritário na elaboração de novas formas de consecução do desenvolvimento socioeconômico sustentável. A integração entre as ações estratégicas de responsabilidade social das empresas e os requisitos de sustentabilidade socioeconômica acaba por se constituir em um instrumento de consecução do desenvolvimento socioeconômico sustentável (KON, 2013, p.47).

Muitos líderes empresariais reconhecem que o verdadeiro valor da sustentabilidade é realizado somente quando a sustentabilidade está embutida na cultura das organizações. A capacidade de identificar oportunidades e inovar novos processos requer que todas as partes interessadas internas entendam e pratiquem a sustentabilidade. Conforme a publicação *Network for Business Sustainability*/CBSR-*Canadian Business For Social Responsibility* (2010, p.2), frequentemente os líderes empresariais descrevem a RSA como parte do DNA da empresa ou como a forma

como a empresa faz negócios, demonstrando que é fundamental que a RSA faça parte da cultura da empresa.

Kraemer assim descreve essa questão:

> Para que a responsabilidade social seja uma parte integrante de cada processo decisório, é preciso que ela faça parte do DNA da companhia – seu quadro de missões, visões e valores. Isso leva a um comprometimento explícito das lideranças e dos funcionários com questões como ética nos negócios e respeito a acionistas, clientes, fornecedores, comunidades e meio ambiente (KRAEMER, 2005, p.7).

As empresas são obrigadas a adotar postura de permanente monitoramento do seu ambiente, da sua cadeia produtiva e da sua rede logística. É necessário certificar-se de que seus colaboradores internos, parceiros contratados, fornecedores, distribuidores e, até mesmo, clientes, estejam atuando em conformidade com a legislação vigente, com os princípios éticos e com a postura esperada em termos de RSA. Em suma, esteja atuando de forma responsável nas atividades que lhes dizem respeito como parceiros (SARDINHA, 2009, p.39).

A partir do engajamento dos públicos estratégicos, sejam estes fornecedores ou clientes, a empresa passa a gerir os seus impactos ambientais e sociais de seus produtos e serviços em busca de soluções inovadoras para o negócio, que contribuem para o desenvolvimento sustentável da sociedade (INSTITUTO ETHOS, 2012, p.1).

Diante da crescente importância da incorporação da RSA na cultura organizacional, surgiu a necessidade de as empresas prestarem contas à sociedade, fornecendo informações sobre seu desempenho econômico e socioambiental; necessidade esta que se reveste de urgência, também por parte do setor público, diante das exigências de maior transparência.

Na percepção de Arantes (1998, p.37): "A excelência empresarial é o grau máximo do desempenho empresarial" e, para atingir a excelência, a atuação das empresas deve ser pautada dentro de um sistema de gestão estruturado, no qual a cultura da RSA esteja internalizada, ganhando importância as mais diversas certificações de qualidade, de meio ambiente, de segurança e saúde ocupacional e de responsabilidade social, entre outros instrumentos utilizados pelas empresas para prestar informações sobre seu desempenho econômico e socioambiental.

6.3.2 A contribuição dos instrumentos e das normas de responsabilidade socioambiental

Uma das questões centrais dentro da lógica de atuação de uma conduta ética por parte das empresas é a transparência, na qual ganham importância os instrumentos utilizados para prestação de contas à sociedade.

As boas práticas empresariais estão assentadas em diversos tipos de instrumentos e normas de responsabilidade socioambiental, sendo estas essenciais na gestão empresarial contemporânea, representando uma inovação na forma de atuação das empresas. Entre os instrumentos de RSA mais comumente utilizados pelas empresas que procuram integrar a sustentabilidade em suas práticas, estão os códigos de conduta, o balanço social, os relatórios de sustentabilidade, os rótulos, o selo social e as certificações.

Embora haja todo um debate acerca da possível existência de um distanciamento entre o discurso da empresa pró RSA e a sua real conduta de atuação no mercado e embora a utilização de instrumentos e normas de RSA por parte da empresa não seja a garantia de sua conduta de atuação responsável, por não conseguir cobrir todos os aspectos que envolve a atuação de uma empresa, pode-se dizer que tais instrumentos e normas são considerados essenciais como meio de informação para seus *stakeholders*.

Desde o início do século XX registram-se manifestações a favor desse tipo de comportamento. Contudo, foi somente a partir dos anos 60 nos Estados Unidos da América e no início da década de 1970 na Europa, particularmente na França, Alemanha e Inglaterra, que a sociedade iniciou uma cobrança por maior responsabilidade social das empresas e consolidou-se a própria necessidade de divulgação dos chamados balanços ou relatórios sociais (TORRES, 2013, p.1)).

Essa prestação de contas, no caso das empresas, de início era feito de um modo simples, por meio de um relatório das atividades sociais efetuadas, como o feito pela empresa alemã Steag em 1971, contudo ao longo do tempo foram surgindo modelos mais elaborados de relatórios socioambientais.

A França é pioneira na publicação de relatórios sociais, bem como na obrigatoriedade de publicação de tais balanços por parte das empresas. No ano de 1972 é publicado naquele país o que ficou conhecido como o primeiro balanço social da história, o relatório das atividades sociais da empresa Singer. Na mesma década,

em 1977, a França aprova uma lei tornando obrigatória a realização de balanços sociais periódicos para todas as empresas com mais de 300 funcionários, número este reduzido, posteriormente, para 300 no ano de 1982.

Com o decorrer do tempo, cada empresa foi produzindo o seu relatório de sustentabilidade à sua maneira; entretanto, com a importância que esse documento veio assumindo ao longo da história, surgiu a necessidade de estabelecer modelos que comtemplassem informações mais completas com o intuito de dar maior transparência ao mercado sobre as atividades desenvolvidas pelas empresas em prol das causas socioambientais.

A necessidade de estabelecer parâmetros que pudessem medir o desempenho da sustentabilidade das empresas nas esfera econômica e socioambiental, levou à criação pelo Programa das Nações Unidas no ano de 1997 da Global Reporting Initiative (GRI) e o International Integrated Reporting Committee (IIRC), ambos voltados para orientar a publicação de relatórios de sustentabilidade.

O GRI tem como missão fazer com que a publicação de relatórios de sustentabilidade se torne uma prática comum no meio empresarial. Segundo a Global Reporting:

> O Brasil encontra-se em terceiro lugar no mundo em número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade. Em 2010, mais de 160 relatórios brasileiros baseados na estrutura da GRI foram registrados na Lista de Relatórios da GRI. Há quase 40 empresas brasileiras no Programa de Stakeholders Organizacionais da GRI e os especialistas brasileiros estão bem representados nos órgãos de governança da GRI (GLOBAL REPORTING, 2013, p.1).

No Brasil em 1997 é criado um modelo de Balanço Social pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) assentado em várias questões: educação, saúde, atenção à mulher, atuação na preservação do meio ambiente, melhoria na qualidade de vida e de trabalho de seus empregados, apoio a projetos comunitários visando à erradicação da pobreza, geração de renda e de novos postos de trabalho, entre outros. E, um ano mais tarde, o IBASE inicia a entrega do Selo Social IBASE/Betinho, conferido a todas as empresas que publicassem o balanço social no modelo sugerido pela instituição.

Vale destacar que a distribuição do referido selo foi suspenso pelo IBASE no ano de 2008 e a partir de 2010 o projeto Balanço IBASE foi concluído, não mais sendo atualizado seu modelo desde então em função de o instituto acreditar que o projeto cumpriu seu objetivo, que era difundir amplamente a metodologia do balanço

social entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. A partir daquele momento, o IBASE passou a concentrar seus esforços em novos desafios visando ajudar organizações e movimentos sociais no entendimento e acompanhamento de ações que possam construir um mundo cada vez mais justo e sustentável, o que desloca seu foco de atenção exclusivo das empresas para a sociedade de modo geral. Entretanto, o modelo de balanço social desenvolvido pelo IBASE continua de domínio público, podendo ser utilizado livremente por empresas assim desejarem (IBASE, 2011, p.1).

Na Tabela 1 é possível observar que 1.495 empresas publicaram seus balanços sociais pelo modelo IBASE no período de 1996 a 2006, observando-se que a partir do ano de 2003 inicia um declínio no número de empresas que seguiram tal metodologia.

Tabela 1 - Número de empresas que adotaram o modelo de balanço social do IBASE no Brasil

Ano	Quantidade de empresas
1996	9
1997	21
1998	38
1999	60
2000	124
2001	176
2002	194
2003	234
2004	226
2005	200
2006	126
TOTAL	1.408

Fonte: Construída pela autora com base na publicação Balanço Social (2011).

Nota: Os dados referentes aos anos de 2007 e 2008 não foram inseridos na tabela em função da divulgação parcial de suas estatísticas; os de 2009 e 2010 não foram divulgados pelo Instituto; e com a conclusão do projeto no final de 2010, a equipe Ibase não mais armazenou os balanços sociais referente ao período de 2011 a 2014, passando a não divulgar portanto, as estatísticas.

Além do Modelo IBASE, há o modelo criado no Brasil em junho de 2000, pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que sugere um relato pormenorizado das relações sociais corporativas das empresas, os Indicadores Ethos, terminologia esta alterada após a reavaliação dos indicadores efetuada no ano de 2014, para Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis.

> Os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis têm como foco avaliar o quanto a sustentabilidade e a responsabilidade social têm sido incorporadas nos negócios, auxiliando a definição de estratégias, políticas e processos. Embora traga medidas de desempenho em sustentabilidade e

> responsabilidade social, esta ferramenta não se propõe a medir o desempenho das empresas nem reconhecer empresas como sustentáveis ou responsáveis (INSTITUTO ETHOS, 2013b, p.2).

No mundo contemporâneo a publicação de relatórios de sustentabilidade passou a ser uma prática comum no meio empresarial, sobretudo por parte das multinacionais, se constituindo num importante meio de comunicação da empresa com a sociedade. De acordo com Gomes e Moretti (2007, p.73), a prestação de contas à sociedade, por meio de relatórios socialmente responsáveis, representa uma importante iniciativa, e pode ser capitalizada para reduzir as distorções e desigualdades econômicas atuais. Como reconhece o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas:

> O balanço social favorece a todos os grupos que interagem com a empresa. Aos dirigentes fornece informações úteis à tomada de decisões relativas aos programas sociais que a empresa desenvolve. Seu processo de realização estimula a participação dos funcionários e funcionárias na escolha das ações e projetos sociais, gerando um grau mais elevado de comunicação interna e integração nas relações entre dirigentes e o corpo funcional. Aos fornecedores e investidores, informa como a empresa encara suas responsabilidades em relação aos recursos humanos e à natureza, o que é um bom indicador da forma como a empresa é administrada. Para os consumidores, dá uma idéia de qual é a postura dos dirigentes e a qualidade do produto ou serviço oferecido, demonstrando o caminho que a empresa escolheu para construir sua marca. E ao Estado, ajuda na identificação e na formulação de políticas públicas. Enfim, como dizia Betinho: "o balanço social não tem donos, só beneficiários (IBASE, 2013, p.1).

De caráter voluntário, o balanço social, como afirma Paiva (2001, p.33): "É a demonstração contábil que melhor pode evidenciar os investimentos da empresa em ações sociais, ambientais e humanas, mostrando o lado não mercantilista da atividade empresarial em termos quantitativos".

Um dos objetivos do balanço social é fazer com que as organizações evidenciem suas ações de responsabilidade social para incentivar outras a seguirem o mesmo caminho. Assim, esse instrumento vem ganhando relevância como demonstrativo das ações das empresas no que diz respeito a sua responsabilidade social (SIMÕES *et al*., 2008, p.153).

Outro instrumento que as empresas têm desenvolvido para fortalecer sua RSA são os códigos de conduta, valendo destacar que não existe uma padronização para eles, os quais diferem de empresa para empresa, uma vez que estes se assentam nos princípios que regem o modo de agir de cada uma delas perante todos os seus *stakeholders*.

Os códigos de Conduta expressam a cultura da empresa, os valores em que a empresa e seus colaboradores acreditam. Como aponta Arantes:

> As empresas, como seres humanos, têm sua personalidade, sua maneira de pensar e de agir decorrente das necessidades, das convicções e do comportamento das pessoas que a integram. É esta combinação das variáveis técnicas e humanas que irá permitir a eficácia da ação empresarial na obtenção dos resultados coerentes com a finalidade de cada empresa (ARANTES, 1998, p.46).

De acordo com Cinel (2014), código de conduta é um instrumento que tem por objetivo aperfeiçoar relacionamentos internos e externos da empresa, administrar conflitos de interesses e, de forma transparente, estabelecer os princípios éticos e as normas de conduta, sempre de forma atualizada, com o fim de manter ou aumentar a confiança de todos aqueles com quem se relaciona. O autor alerta que:

> A simples existência do Código de Conduta não é suficiente para afastar os problemas. É de fundamental importância que haja o conhecimento, por parte dos destinatários, do seu conteúdo, principalmente os sócios, diretores, conselheiros e funcionários da empresa, sendo, inclusive, recomendado que as diretrizes nele estatuídas integrem formalmente qualquer contrato de trabalho, parceria, consórcio e outros eventualmente firmados pela sociedade […] (CINEL, 2014, p.1).

Outro instrumento de divulgação da RSA das empresas junto aos consumidores são os rótulos e selos ambientais, os quais são utilizados para atestar que determinado produto ou serviço apresenta menor impacto ambiental em relação a outros produtos disponíveis no mercado. De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas:

> O Rótulo Ecológico ABNT é um Programa de rotulagem ambiental (*Ecolabelling*), que é uma metodologia voluntária de certificação e rotulagem de desempenho ambiental de produtos ou serviços que vem sendo praticada ao redor do mundo. É um importante mecanismo de implementação de políticas ambientais dirigido aos consumidores, auxiliando-os na escolha de produtos menos agressivos ao meio ambiente. É também um instrumento de marketing para as organizações que investem nesta área e querem oferecer produtos diferenciados no Mercado (ABNT, 2012, p.1).

No que diz respeito às certificações internacionais, estas se constituíram durante algum tempo num diferencial competitivo, contudo, Zylbersztajn e Lins (2010) ressaltam que certificações relativas às boas práticas de gestão acabaram tornando-se pré-requisitos, e não mais fatores de diferenciação competitiva.

A qualidade total, que no passado estava focada basicamente na qualidade dos produtos e serviços, passa a ter seu foco de atenção voltado para questões mais amplas, que até então não faziam parte das prioridades do livre mercado. No Quadro 5 pode-se observar uma síntese das principais certificações disponíveis no mercado referente à RSA das empresas, a maior parte das quais foi publicada por mecanismos oficiais de normatização internacional, para auxiliar as organizações a cumprir seu papel numa evolução sustentável de suas atividades econômicas.

Quadro 5 - Certificações e normas socioambientais

Certificações	Síntese
ISO 9001	Norma desenvolvida pela ISSO - International Organization for Standardization. Tendo como foco a implementação e operacionalização de um Sistema de Gestão da Qualidade, as normas da série ISO 9000 foram publicadas originalmente no ano de 1987, sendo revisadas no ano de 1994, resultando nas normas: ISO 9001/94, 9002/94 e 9003/94, condensadas após novas revisões, na ISO 9001/2000 e posteriormente na norma ISO 9001/2008.
ISO 14.001	Norma desenvolvida pela ISO - *International Organization for Standardization*. Foro nacional: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). É baseada na metodologia *Plan-Do-Check-Act* (PDCA), em português, planejar, executar, verificar e agir. Esta Norma especifica os requisitos relativos a um sistema da gestão ambiental, permitindo a uma organização desenvolver e implementar uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e outros requisitos por ela subscritos e informações referentes aos aspectos ambientais significativos (ABNT, 2011).
AA 1000	Norma desenvolvida pelo ISEA - *Institute of Social and Ethical Accountability*. A versão mais recente é a AA1000AS publicada no ano de 2008, que substitui todas as versões anteriores (ACCOUNTABILITY, 2008, p. 4). É uma norma de *accountability* que tem por foco assegurar a qualidade da contabilidade, auditoria e relato social e ético. O ponto central da norma é o engajamento das partes interessadas.
OHSAS 18000	A OHSAS - *Occupational Health and Safety Assessment Serie* foi criada por um grupo de organismos certificadores e de entidades nacionais de normalização da Irlanda, Austrália, África do Sul, Espanha e Malásia no ano de 1999. É composto por duas partes, 18001 e 18002, além de abarcar uma série de outras publicações. Revisada no ano de 2007, esta norma especifica os requisitos relativos a um sistema de gestão da segurança e saúde do trabalho, para permitir que uma organização controle os seus riscos e melhore o seu desempenho no que se refere à saúde e segurança no trabalho (OHSAS 18001 Occupational Health and Safety Zone, 2012). O sistema brasileiro de certificação OHSAS 18001 é composto pelo INMETRO e organismos credenciados para realizarem certificação.
SA 8000	Norma desenvolvida pela *Social Accountability International* (SAI). É a primeira certificação internacional especificamente voltada para a responsabilidade social. Foi publicada em 1997 e revisada no ano de 2001 e está assentada sob a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas) e sob as convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho). A norma contempla nove requisitos de responsabilidade social, a saber: trabalho infantil; trabalho forçado; saúde e segurança; liberdade de associação & direito à negociação coletiva; discriminação; práticas disciplinares; horas de trabalho; remuneração e sistemas de gestão (SAI, 2001).
ISO 26.000	Publicada no ano de 2010, a ISO 26000 fornece as diretrizes sobre responsabilidade social para as organizações, independentemente de setor ou porte. Foi elaborada pelo ISO/TMB *Working Group on Social Responsibility* (ISO/TMB WG SR) por meio de um processo multi-partite que envolveu especialistas de mais de 90 países e 40 organizações internacionais ou com ampla atuação regional envolvidas em diferentes aspectos da responsabilidade social. A ABNT NBR ISO 26000 foi elaborada na Comissão de Estudo Especial de Responsabilidade Social (ABNT/CEE-111).

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com a publicação Ideia sustentável (2010) a evolução no uso de certificações pode e deve ser vista como um passo importante na busca por processos industriais mais sustentáveis. Se usadas com seriedade, representam uma oportunidade real de engajamento do setor privado na solução de problemas socioambientais.

6.4 CONCLUSÃO

As empresas são agentes potencialmente importantes para o desenvolvimento das economias, sobretudo, quando atuam de modo responsável em termos socioambientais. A respeito das implicações da RSA das empresas, após a produção deste texto, nos foi possível tecer algumas considerações em relação aos objetivos propostos.

No que se refere à evolução histórica do movimento da RSA das empresas, verificou-se que, embora existissem ações pontuais e isoladas de iniciativas sociais por parte das empresas ao longo da história, a RSA ganhou importância no meio empresarial, como prática estruturada, apenas a partir da década de 1990.

Quanto ao conceito de RSA, pode-se dizer que este se trata de um conceito heterogêneo, com diferentes interpretações; entretanto, algumas questões são chaves no entendimento do termo RSA: 1) o interligamento entre as questões sociais e ambientais; 2) que se trata de uma prática voluntária, que vai além da legislação; 3) que não se constitui em iniciativas pontuais, mas em ações permanentes, traduzidas no compromisso contínuo da empresa com o desenvolvimento sustentável; 4) que se constitui numa forma ética de a empresa agir em relação a todos os seus públicos interessados; e 5) que é imprescindível que esse conceito esteja internalizado na cultura da empresa.

A respeito das motivações das empresas para investir em RSA, observou-se que tal interesse pode estar atrelado a diferentes razões: fortalecimento da marca/melhoria da imagem pública/reputação; incremento dos lucros; criação de valor; pressão da sociedade; atendimento da legislação; atendimento das exigências no mercado internacional; busca de vantagem competitiva; aproveitamento de incentivos fiscais e, por fim, o altruísmo.

Conclui-se que, independentemente das motivações que levam uma empresa a trilhar a via da RSA, esta se tornou, no mundo contemporâneo, um imperativo para

a sustentabilidade empresarial, situação em que as preocupações com a qualidade total ganham novos contornos, extrapolando a esfera da produção e incorporando as relações que as empresas estabecem com o meio ambiente e com a sociedade. Nesse aspecto, a RSA é expressa como algo que vai além do processo de produção e geração de lucros, representando o engajamento contínuo da empresa na solução dos problemas socioambientais da sociedade, a qual fornece as bases para o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ACCOUNTABILITY. **AA1000 Accountability Principles Standard**. 2008. Disponível em: <http://www.accountability.org/images/content/0/7/074/AA1000APS%202008.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2010.

AHK BRASIL. **Responsabilidade social empresarial**: caminhos e desafios. pesquisa qualitativa sobre a atuação das empresas em RSE. Disponível em: <www.ahk.org.br>. Acesso em: 02 maio 2009.

AKATU. **Sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Temas/Sustentabilidade/Varejo?ordem=1&pagina=2>. Acesso em: 22 dez. 2009.

ALBUQUERQUE, José de Lima; OLIVEIRA, Célia Vicente de. Economia e meio ambiente. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão ambiental e responsabilidade social**: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009. p.1-27.

ALEMANY, Cecília; LANZILOTTA, Bibiana. **Eficiência na utilização de recursos na América Latina**: perspectivas e implicações econômicas. Estudo de caso: Mercosul, Chile e México. Implicações para o setor privado. Panamá: PNUMA/Red Mercosur, 2011.

ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio; KRUGLIANSKAS, Isak. **Gestão socioambiental**: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, Fernando. **Experiências empresariais em sustentabilidade**: avanços, dificuldades e motivações de gestores e empresas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

AMBIENTE BRASIL. **Smog**: fumaça e neblina. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/urbano/artigos_urbano/smog_-_fumaca_e_neblina.html>. Acesso em: 03 jun. 2013.

AMERICAN CHAMBER OF COMMERCE FOR BRAZIL (AMCHAM). **Conheça um pouco da história da Amcham**. Disponível em: <http://www.amcham.com.br/o-que-somos/conheca-um-pouco-da-historia-da-amcham>. Acesso em: 1 mar. 2012.

AMORIM, Tânia Nobre Gonçalves Ferreira. Responsabilidade social e corporativa. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão ambiental e responsabilidade social**: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009. p.130-151.

ARANTES, Nélio. **Sistemas de gestão empresarial**: conceitos permanentes na administração de empresas válidas. São Paulo: Atlas, 1998.

ARRUDA, Luis; QUELHAS, Osvaldo Luis Gonçalves. Sustentabilidade: um longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade e o meio ambiente. **Boletim Técnico Senac**, Rio de Janeiro, v.36, n.3, set./dez. 2010.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 16001**: responsabilidade social – sistema da gestão – requisitos. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/corde/arquivos/ABNT/nbr16001.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2012.

_____. **Norma NBR ISO 26.000**. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_65.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2010.

_____. **NBR ISO 14001**: 2004. Disponível em: <http://www.labogef.iesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/nbr-iso-14001-2004_70357.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2011.

_____. **Rótulo ecológico ABNT**: reconhecimento e transparência. Disponível em: <http://rotulo.abnt.org.br>. Acesso em: 22 nov. 2012.

_____. **Normas técnicas**. Disponível em: <http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=56619>. Acesso em: 22 jan. 2013a.

_____. **Certificação**. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/m3.asp?cod_pagina=940>. Acesso em: 22 jun. 2013b.

ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES CRISTÃOS DE EMPRESA (ADCE). **Projeto CNBB – ADCE**: responsabilidade social empresarial e pensamento social cristão. Disponível em: <http://www.adcemg.org.br/projeto-cnbb.php>. Acesso em: 25 jan. 2012.

BALANÇO SOCIAL. **Os balanços sociais publicados no modelo Ibase, ano a ano**. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 22 abr. 2011.

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

BCSD PORTUGAL – CONSELHO EMPRESARIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **A ecoficiência na vida das empresas**. Disponível em: <http://www.bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2013/10/BEE-Manual-do-Formando.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2013.

BESSA, Fabiane. **Responsabilidade social das empresas**: práticas sociais e regulação jurídica. 2003. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

BM&FBOVESPA. **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. São Paulo: BM&FBovespa, 2009.

_____. **Novo valor**: sustentabilidade nas empresas – como começar, quem envolver e o que priorizar. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/empresas/download/guia-de-sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2011.

BODET, Catherine; LAMARCHE, Thomas. La responsabilité sociale des entreprises comme innovation institutionelle: une lecture regulationniste. **Revue de la Régulation**, v.1, n.19, jun./jul. 2007. Disponível em: <http://regulation.revues.org/1283>. Acesso em: 22 jan. 2010.

BORDA, Gilson Zehetemeyer. A relação de confiança agregando valor: cases socioambientais de sucesso. In: FÉLIX, Joana d' Arc Bicalho; BORDA, Gilson Zehetmeyer. **Gestão da comunicação e responsabilidade socioambiental**: uma nova visão de marketing e comunicação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2009. p.179-215.

BOWEN, Howard R. **Social responsibilities of the businessman**. New York: Harper & Row, 1953.

_____. **Responsabilidades sociais do homem de negócios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

BRANCO, Adriano Murgel; MARTINS, Márcio Henrique Bernardes. **Desenvolvimento sustentável na gestão de serviços públicos**: responsabilidade socioambiental e informe social. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BRASIL. Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei n.º 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm>. Acesso em: 21 jan. 2013.

BURTON, Neel. **Does True Altruism Exist?** Disponível em: <http://www.psychologytoday.com/blog/hide-and-seek/201203/does-true-altruism-exist>. Acesso em: 22 dez. 2012.

CÂMARA, Renata Paes de Barros. Ecoeficiência. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão ambiental e responsabilidade social**: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009. p.235-259.

CAPPELLIN, Paola; GIFFONI, Raqueal. As empresas em sociedades contemporâneas: a responsabilidade social no Norte e no Sul. **Cadernos CNH**, Salvador, v.20, n.51, p.419-434, set./out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792007000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2011.

CINEL, Thomaz. **A Importância do código de conduta e a Nova Lei Anticorrupção**. Disponível em: <http://robertjuenemann.com.br/a-importancia-do-codigo-de-conduta-e-a-nova-lei-anticorrupcao/>. Acesso em: 28 maio 2014.

CNUMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. **Livro Verde**: promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Bruxelas: Comissão das Comunidades Européias, 2001. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52001DC0366&from=ES>. Acesso em: 15 jan. 2011.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Reponsabilidade social das empresas**: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com(2011)0681_/com_com(2011)0681_pt.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Responsabilidade social empresarial**. Brasília: CNI, 2006.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CEBDS). **Quem somos**. Disponível em: <http://cebds.org/sobre-o-cebds/quem-somos/>. Acesso em: 28 dez. 2013.

CRS EUROPE, DELOITTE & EURONEXT. **Investing in responsible business**: the 2003 survey of European analysts and investor relations officers. 2003. Disponível em: <http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Australia/Local%20Assets/Documents/Deloitte_CSR_Europe_Survey.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2013.

CURADO, Miguel Torres. **Gerir para o 3.º milênio**: SA 8000 – da qualidade total à qualidade social. Trabalho apresentado no Seminário sobre redução de custos de construção. Sinduscon-Pr – Universidade Federal do Paraná, 2000. Disponível em: <http://www.curado.com/sa8000pt/sa8000pt.html>. Acesso em: 22 jan. 2011.

DAHER, Wilson Medeiros. **Responsabilidade social corporativa**: geração de valor reputacional nas organizações internacionalizadas. São Paulo Saint Paul, 2006.

DANTAS, Edmundo Brandão. Imagem organizacional e imagem de marca. In: FÉLIX, Joana d'Arc Bicalho; BORDA, Gilson Zehetmeyer. **Gestão da comunicação e responsabilidade socioambiental**: uma visão de marketing e comunicação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2009. p.51-94.

DUARTE, Gleuso Damasceno; DIAS, José Maria. **Responsabilidade social**: a empresa hoje. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Fundação Assistencial Brahma, 1986.

FERREIRA, Geraldo de Souza; AFONSO, Rita de Cássia Monteiro; BARTHOLO, Roberto. Perspectiva histórica da construção da responsabilidade social. In: SIMÕES, Claudia Pestana; FERREIRA, Geraldo de Souza; AFONSO, Ritá de Cássia Monteiro; BARTHOLO, Roberto. **Responsabilidade social e cidadania**: conceitos e ferramentas. Brasília: CNI/SESI, 2008. p.39-64.

FISCHER, Rosa Maria. **Estratégias de empresas no Brasil**: atuação social e voluntariado. São Paulo: CEATS-FIA?USP – Programa Voluntários – GIFE/SENAC, 1999.

_____. Novas dimensões da responsabilidade social: a responsabilidade pelo desenvolvimento. In: MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro. **Responsabilidade social e governança**: o debate e as implicações. São Paulo: CENGAGE Learning, 2006. p.151-166.

FRIEDMAN, Milton. The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits. **The New York Times Magazine**, September 13, 1970. Disponível em: <http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-business.html>. Acesso em: 21 fev. 2012.

GLOBAL REPORTING. **Relatórios no Brasil**. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/network/regional-networks/gri-focal-points/focal-point-brazil/Pages/default.aspx>. Acesso em: 22 jan. 2013.

GOLDSTEIN, Ilana. **Responsabilidade social**: das grandes corporações ao terceiro setor. São Paulo: Ática, 2007.

GOMES, Adriano; MORETTI, Sérgio. **A responsabilidade e o social**: uma discussão sobre o papel das empresas. São Paulo: Saraiva, 2007.

GRIESSE, Margaret Ann. Ética empresarial e responsabilidade social corporativa à luz da Teoria de Julgamento moral, de Lawrence Kohlberg. **Revista Impulso**, Piracicaba, n.14, n.35, p.33-48, 2003. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp35art03.pdf>. Acesso em: 1.º mar. 2011.

GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). **Censo GIFE 2011/2012**. São Paulo: GIFE, 2013.

HARMAN, Horen. **Altruísmo, generosidade e solidariedade**. Entrevista concedida à Letícia Sorg, Revista Época. Disponível em: <http://www.livrosepessoas.com/2011/01/23/altruismo-generosidade-e-solidariedade/>. Acesso em: 28 out. 2011.

IBASE. **Mensagem do Ibase**. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 28 mar. 2011.

_____. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.ibase.br/pt/quem-somos/>. Acesso em: 30 jun. 2012.

_____. **Publique seu balanço**. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 13 jan. 2013.

IDÉIA SUSTENTÁVEL. **Dossiê**: rótulos, selos e certificações verdes. Disponível em: <http://www.ideiasustentavel.com.br/2010/10/rotulos-selos-e-certificacoes-verdes-2/>. Acesso em: 20 out. 2010.

INMETRO. **Pesquisa realizada com organizações certificadas na ABNT NBR 16.001**: 2004. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/palestras/pesquisa_com_organizacoes_certificadas.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2011.

_____. **A Norma Nacional – ABNT NBR 16001**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/norma_nacional.asp>. Acesso em: 22 dez. 2012.

INSTITUTO ETHOS. **Guia de elaboração de relatório e balanço anual de responsabilidade social empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2001.

_____. **O novo contexto econômico e a responsabilidade social das empresas**. Disponível em: <http://www.ethos.org.br>. Acesso em: 15 set. 2009.

_____. **O que é RSE?** 2010. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em: 10 out. 2010.

_____. **Indicadores Ethos-Sebrae de responsabilidade social empresarial para micro e pequenas empresas**. São Paulo: Ethos, 2011. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-34a2011_IndicadoresEthos- -Sebrae_PORT.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2011.

_____. **Cadeia de valor**. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/conteudo/iniciativas/indicadores/uso-dos-indicadores-ethos-na-cadeia-de-valor/#.VLft8MbdJ2Y>. Acesso em: 22 jan. 2012.

_____. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis**. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/conteudo/iniciativas/indicadores/#.VLfuWcbdJ2Y>. Acesso em: 22 jan. 2013a.

_____. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis**. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Indicadores-Ethos-NSR-Uso-da-Ferramenta-questionário.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2013b.

_____. **Iniciativas Ethos**. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/category/iniciativas/#.VL6Bk8bdJ2Y>. Acesso em: 28 set. 2013c.

_____. **Princípios e compromissos**. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/principios-e-compromissos/#.VL5-0sbdJ2Y>. Acesso em: 1.º jan. 2014.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **A fair globalization**: creating opportunities for all. Geneva: ILO, 2004.

KARKOTLI, Gilson. **Responsabilidade social empresarial**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

KNOWLEDGE@WHARTON. **Why Companies Can No Longer Afford to Ignore Their Social Responsibilities**. Disponível em: <http://business.time.com/2012/05/28/why-companies-can-no-longer-afford-to-ignore-their-social-responsibilities/#ixzz2I3t1EHnx>. Acesso em: 15 dez. 2012.

KON, Anita. Responsabilidade social das empresas como instrumento para o desenvolvimento: a função da política pública. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, n.41, p.45-88, jul./dez. 2013.

KOTLER, Philip; LEE, Nancy. **Corporate social responsibility**: doing the most good for your company and your cause. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, 2005.

KOTTER, John; HESKETT, James. **A cultura corporativa e o desempenho empresarial**. São Paulo: Makron Books, 1994.

KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. Responsabilidade social: um olhar para a sustentabilidade. **Gestión ambiental y sostenibilidad**, 2005. Disponível em: <http://www.gestiopolis.com/Canales4/ger/responsabilidade.htm>. Acesso em: 24 fev. 2011.

KRAMER, Mark. Creating shared Value. **The Magazine, January**, 2011. Disponível em: <http://hbr.org/2011/01/the-big-idea-creating-shared-value>. Acesso em: 25 maio 2012.

LAVILLE, Élisabeth. **A empresa verde**. São Paulo: Óte, 2009.

LEITE, Emanuel Ferreira. Ecoempreendedorismo e Gestão Ambiental. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão ambiental e responsabilidade social**: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009. p.274-299.

LEMME, Celso Funcia. O valor gerado pela sustentabilidade corporativa. In: ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. **Sustentabilidade e geração de valor**: a transição para o século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p.37-63.

LOYOLA, Paulo. **Ética nas empresas, consciência e responsabilidade social**. Disponível em: <http://gestaosocial.wordpress.com/2011/06/20/etica-nas-empresas-consciencia-e-responsabilidade-social/>. Acesso em: 18 set. 2011.

LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira. Industrialização, meio ambiente, inovação e competitividade. In: MAY, Peter H. **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p.205-220.

MACHADO FILHO, Claudio Pinheiro. **Responsabilidade social e governança**: o debate e as implicações. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

MACHADO, André Gustavo Carvalho; OLIVEIRA, Ricardo Luciano de. Gestão ambiental corporativa. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão ambiental e responsabilidade social**: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009. p.93-114.

MACKEY, John; SISODIA, Raj. **Capitalismo consciente**: como libertar o espírito heroico dos negócios. São Paulo: HSM, 2013.

MAIMON, Dália. Responsabilidade ambiental das empresas: realidade ou discurso? In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1998. p.399-416.

MEADOWS, Dennis L.; MEADOWS, Donela; RANDERS, Jorgen. **Os limites do crescimento**. São Paulo: Qualitymark, 1972.

MENEZES, Henilton. **Lei Rouanet, 20 anos depois**. Disponível em: <http://www.culturaemercado.com.br/pontos-de-vista/lei-rouanet–20-anos-depois/>. Acesso em: 29 nov 2011.

MILARÉ, Edis. Amplitude, Limites e Prospectivas do Direito do Ambiente. In: MARQUES, José Roberto. **Sustentabilidade e temas fundamentais de direito ambiental**. Campinas, SP: Millennium, 2009. p.121-144.

MIRANDA, Rubens Augusto de; AMARAL, Hudson Fernandes. Governança corporativa e gestão socialmente responsável em empresas estatais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.45, n.4, p.1069-1094, ago. 2011.

MIRANDA, Vânia R. P. O arquivo Edgard Leuenroth e os benefícios da Lei Rouanet. **Revista CRB-8 Digital**, São Paulo, v.1, n.1, p.10-13, jul. 2008. Disponível em: <http://www.crb8.org.br/ojs>. Acesso em: 22 fev. 2013.

MORAES FILHO, Rodolfo Araújo de. Sociedade e meio ambiente. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. **Gestão ambiental e responsabilidade social**: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009. p.1-27.

NETWORK FOR BUSINESS SUSTAINABILITY/CBSR-CANADIAN BUSINESS FOR SOCIAL RESPONSIBILITY. **Embedding sustainability in organizational culture**: framework and best practices. Disponível em: <http://nbs.net/wp-content/uploads/CultureReport_v4_F2.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2010.

NORÉN, Goran *et al.* **The role of business in society**. Stockholm: Confederation of Swedish Enterprise, 2004. Disponível em: <http://www.svensktnaringsliv.se/multimedia/archive/00000/The_role_of_business_i_376a.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2012.

OECD INSIGHTS. **Desenvolvimento sustentável**: economia, sociedade e meio ambiente interligados. Disponível em: <http://www.oecd.org/insights/41774407.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2008.

OHSAS 18001 OCCUPATIONAL HEALTH AND SAFETY ZONE. **The Health and Safety & OHSAS Guide**. Disponível em: <http://www.ohsas-18001-occupational-health-and-safety.com>. Acesso em: 30 fev. 2012.

PAIVA, Simone Bastos. Cidadania empresarial: aspectos sociais e contábeis. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v.30, n.129, p.30-33, maio/jun. 2001.

PARRA, Marcelo Fernando López. **A responsabilidade social como uma das politica que legitima a gestão pública**. Trabalho apresentado no VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 out. 2003. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047704.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2010.

PENSAMENTO NACIONAL DAS BASES EMPRESARIAIS (PNBE). **Institucional**. Disponível em: <http://www.pnbe.org.br/category/institucional-2>. Acesso em: 30 maio 2012.

PFEIFFER, Cláudia Ribeiro. **As empresas privadas na resolução de problemas da cidade do Rio de Janeiro**: possibilidades, potencialidades, limites e riscos. Disponível em: <http://claudiapfeiffer.files.wordpress.com/2011/07/cpfeiffer-empresas_na_resolucao_de_problemas.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2011.

PHILIPPI JR., Arlindo; MALHEIROS,Tadeu Fabrício. Saúde ambiental e desenvolvimento. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri, SP: Manoel, 2005, p.59-84.

PORTER, Michel; KRAMMER, Mark. **Criação de valor compartilhado**. Disponível em: <http://www.hbrbr.com.br/materia/criacao-de-valor-compartilhado>. Acesso em: 28 mar. 2011.

PRAZERES, Luciana Martins. **A interface social seus desafios para gestores de política ambiental nas cidades**. Trabalho apresentado no Encuentro Internacional de la Ciudad de México. Sobre Participación Social en la Gestión del Medio Ambiente Urbano. México City, 16 al 18 de noviembre de 1998. Disponível em: <http://web.idrc.ca/es/ev-23745-201-1- DO_TOPIC.html>. Acesso em: 15 ago. 2010.

RED MERCOSUR/PNUMA. **Eficiência na utilização de recursos na América Latina**: perspectivas e implicações econômicas – Estudo de caso: Mercocul, Chile e México. Implicações para o setor privado. Red Mercosur/PNUMA, 2011. Disponível em: <http://www.pnuma.org/reeo_port/Documentos/Web_Setor%20Privado_13_06_11_.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2012.

REINHARDT, Forest L.; STAVINS, Robert N.; VIETOR, Richard H. K. Corporate social responsibility through an economic lens. **The Review of Environmental Economics and Policy**, april, 2008. Disponível em: <http://www.hks.harvard.edu/m-rcbg/heep/papers/Reinhardt-Stavins-Vietor-CSR-Four-Questions.pdf>. Acesso em: 15 out. 2011.

ROSA, Agostinho. **O conhecimento empresarial**. Disponível em: <http://www.inovar.org.br/repositório/Bibarq000081.doc>. Acesso em: 27 maio 2010.

SARDINHA, Geraldo. Sustentabilidade nas organizações. In: FÉLIX, Joana d'Arc Bicalho; BORDA, Gilson Zehetmeyer. **Gestão da comunicação e responsabilidade socioambiental**: uma visão de marketing e comunicação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2009. p.37-50.

SAVITZ, Andrew W.; WEBER, Karl. **A empresa sustentável**: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SENGE, Peter; SMITH, Bryan; KRUSCHWITZ, Nina; SCHLEY, Sara; LAUR, Joe. **A revolução decisiva**: como indivíduo e organizações trabalham em parceria para criar um mundo sustentável. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SENIOR, Jan Noterdaeme; LÓPEZ, Jani. La RSE en Europa: progreso y tendencias. In: REVILLA, Germán Granda; CAMISÓN, César. **El modelo de empresa del siglo XXI**: Hacia una estrategia competitiva y sostenible. Madrid: Forética/Ediciones Cinca, enero, 2008. p.203-218. (Colección Biblioteca Ciencias Sociales, Ediciones Cinca, n. 6).

SIMÕES, Claudia Pestana; FERREIRA, Geraldo de Souza; AFONSO, Ritá de Cássia Monteiro; BARTHOLO, Roberto. **Responsabilidade social e cidadania**: conceitos e ferramentas. Brasília: CNI/SESI, 2008.

SOCIAL ACCOUNTABILITY INTERNATIONAL (SAI). **SA 8000/2001**. Disponível em: <http://www.cpfl.com.br/institucional/fornecedores/Documents/Norma-Responsabilidade-Social-SA8000.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2011.

SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações**: o desafio das formas de gestão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SUZUKI, Fábio. **Prorrogada até 2018, Lei de Incentivo ao Esporte busca maior participação das empresas**. Disponível em: <http://www.experienceclub.com.br/site/reportagens-reader/items/prorrogada-ate-2018-lei-de-incentivo-ao-esporte-busca-maior-participacao-das-empresas.html>. Acesso em: 11 mar. 2014.

SWIFT, Tracey; ZADEK, Simon. **Corporate Responsibility and the competitive advantage of nations**. The Copenhagen Centre; Accountability Institute of Social and Ethical Accountability, 2002. Disponível em: <http://www.accountability.org/images/content/0/9/095/Competitive%20Advantage%20-%20Full%20Report.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2012.

TAYLOR, Steve. Why **Do Human Beings Do Good Things?** The Puzzle of Altruism. Disponível em: <http://www.psychologytoday.com/blog/out-the-darkness/201310/why-do-human-beings-do-good-things-the-puzzle-altruism>. Acesso em: 24 nov. 2013.

THUAULT, Alice. **Avaliação das iniciativas de responsabilidade socioambiental**. Instituto Centro de Vida, fev. 2009. Disponível em: <http://www.icv.org.br/site/images/biblioteca/0891055001343413933.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2013.

TORRES, Ciro. **Um pouco da história do balanço social**. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 23 dez. 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Ação setorial do governo**. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas_governo/Contas2011/fichas/5_5_Cultura.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2013.

UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION (UNIDO). **What is CSR?** Disponível em: <w.unido.org/en/what-we-do/trade/csr/what-is-csr.html>. Acesso em: 22 abr. 2013.

WHETTEN, David A.; RANDS, Gordon; GODFREY, Paul. What are the Responsibilities of Business to Society. In: PETTIGREW, Andrew; THOMAS, Howard; WHITTINGTON, Richard. **Handbook of Strategy and Management**. Disponível em: <http://johnmccarthy.webs.com/Global%20Business%20Strategy/What%20Are%20the%20Responsibilities%20of%20Business%20to%20Society%20[Whetten,%20Rands%20and%20Godfrey,%20Handbook%20of%20Strategic%20Management].pdf>. Acesso em: 14 abr. 2012.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (WBCSD). **changing expectations**: corporate social responsibility. Disponível em: <http://www.wbcsd.org/pages/edocument/edocumentdetails.aspx?id=82&nosearchcontextkey=true>. Acesso em: 22 maio 2013b.

ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. **Sustentabilidade e geração de valor**: a transição para o século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

7 ARTIGO 6

Cooperação para o desenvolvimento: ênfase nas relações que as empresas estabelecem com os *stakeholders* comunidade local e governo municipal nas iniciativas de responsabilidade socioambiental

Cooperation for Development: emphasis on the connections that companies establish with the stakeholders, the local community and the Municipal Government in the initiatives of social-environmental responsibility

Marina Luiza Gaspar Wisniewski
Harry Alberto Bollmann

Resumo:

A cooperação para o desenvolvimento é peça-chave para a sustentabilidade das economias, refletindo uma maior interação entre Mercado, Estado e Sociedade. O objetivo deste texto é discutir a importância de as empresas implementarem suas iniciativas de responsabilidade socioambiental de modo dialógico e cooperativo com os *stakeholders* comunidade local e governo municipal. Apoiado numa pesquisa bibliográfica e exploratória, o texto aponta a existência de um crescente apelo no campo jurídico e em documentos oriundos de organismos multilaterais à cooperação para o desenvolvimento, demonstra a importância de as empresas integrarem os *stakeholders* em suas iniciativas de responsabilidade socioambiental, caracteriza a importância das relações das empresas com a comunidade local e o governo municipal, aborda algumas experiências dialógicas e cooperativas entre Empresas, Governo e Comunidade na solução de problemas urbanos, e trata de algumas questões essenciais na construção da cooperação. Concluiu-se que a cooperação para o desenvolvimento é fundamental para enfrentar os problemas socioambientais da humanidade, constituindo-se numa condição essencial para otimizar as iniciativas de responsabilidade socioambiental das empresas, enfatizando, no caso destas, a cooperação com a comunidade local e o governo municipal.

Palavras-chave: Cooperação para o desenvolvimento. Responsabilidade socioambiental das empresas. Comunidade local. Governo municipal.

Abstract:

The cooperation for development is the key for the economies' sustainability, reflecting a bigger interaction among Market, State and Society. The objective of this study is to discuss the importance of the companies implementing their own initiatives of social-environmental responsibility in a conversational and cooperative way with stakeholders, local community and Municipal Government. Based on a bibliographical and exploratory research, the text points the existence of a growing appeal in the legal field and in documents coming from organisms that are multilateral to the cooperation for development, shows the importance for companies to integrate stakeholders into their initiatives of social-environmental responsibility, characterizes the importance of a bond of companies with the local community and the municipal government, approaches some communicative and cooperative experiences among companies, government and community in the solving of urban problems, and covers some essential issues in the construction of cooperation. It was concluded that the cooperation for development is fundamental to face the social-environmental problems of humanity, being then a requirement to optimize the initiatives of social-environmental responsibility of companies, highlighting in this case, the cooperation with the local community and the municipal government.

Key-words: Cooperation for Development. Social-environmental Responsibility of Companies. Local Community. Municipal Government

7.1 INTRODUÇÃO

Tudo o que projetamos coletivamente
pode ser criado e traduzido para a realidade.
Juntos, criamos a realidade futura,
e é por isso que devemos fazê-lo
de forma consciente, colaborativa e responsável.
O Bom, o Verdadeiro, o Belo e o Heróico
manifestam-se no mundo por meio da força
de nossos sonhos coletivos.

(Mackey; Sisodia, 2013, p.186)

Os problemas socioambientais do mundo globalizado têm trazido à tona a importância da cooperação para o desenvolvimento, a qual é vista como fundamental para tornar mais sólida quaisquer iniciativas empreendidas pelos atores sociais em prol do desenvolvimento sustentável.

A empresa está imensa nas relações sociais. Então, quando se fala em RSA das empresas, fala-se da responsabilidade destas não apenas pelas suas atividades econômicas e pelo seu público interno, mas também numa perspectiva dialógica com seus *stakeholders*, ajudando a sociedade a enfrentar seus desafios e necessidades.

A realidade que permeia a questão socioambiental no século XXI é complexa e o seu enfrentamento exige responsabilidade e cooperação para o desenvolvimento, situação em que ocorre a ampliação da esfera pública, emergindo a participação de novos atores sociais na solução de questões de interesse público. Nesse aspecto, surgiram diversos mecanismos colaborativos entre o setor público e o setor privado, entre os quais as iniciativas de RSA das empresas.

A importância da responsabilidade compartilhada nas questões socioambientais e da cooperação nos negócios é destacada por Daher (2006, p.104), segundo o qual é notório que as parcerias e a responsabilidade compartilhada substituem as relações tradicionais nos negócios, e Silva (2006, p.14) afirma que: "[…] a postura de cooperação e integração de iniciativas é um valor muito presente nas sociedades mais desenvolvidas e democráticas e nas empresas mais modernas e competitivas".

Embora as iniciativas de RSA das empresas floresçam a partir de diferentes motivações, torna-se fundamental que o ponto de partida para a formulação de sua agenda seja o mesmo em todas elas: o diálogo e a cooperação com a comunidade. Nesse aspecto, é imprescindível que a empresa conheça a comunidade local, levante seus problemas, interaja com suas lideranças e procure, por meio de suas iniciativas,

trazer respostas a esses problemas. Como declara Celio Nieves, Presidente do Conselho de Bogotá: *"Lo essencial es escuchar los problemas de la comunidade"* (CONCEJO CÓMO VAMOS, 2010). Tam (2012, p.14) reconhece igualmente que a população local deve ter a oportunidade de identificar suas necessidades e contribuir para encontrar soluções. Por essa razão, iniciativas de RSA que não estejam assentadas na realidade da comunidade, nas suas carências, tendem a ser menos efetivas e a produzir resultados paliativos.

Para melhor dar respostas às necessidades da comunidade, é essencial também que as empresas interajam com o governo municipal, levantem as prioridades da cidade, procurando trabalhar em parceria com equipamentos sociais e com a própria comunidade na solução dos seus problemas socioambientais.

Na visão de Lerner (2011, p.41-42), é preciso engendrar equações de corresponsabilidade, unindo o governo, o setor privado e os esforços da sociedade civil, o que possibilitará as soluções aos desafios que as cidades enfrentam. E Mackey e Sisodia (2013) demonstram, a partir de vários exemplos, ao longo de sua obra que as empresas, sobretudo as multinacionais, têm operacionalizado suas iniciativas de RSA em parceria com o governo e a comunidade, com excelentes implicações sobre o desenvolvimento desta, trilhando o caminho do capitalismo consciente.

Diante disso, o objetivo geral deste capítulo é efetuar uma abordagem teórico-conceitual a respeito da importância que as iniciativas de RSA das empresas ocorram de forma dialógica e cooperativa com a comunidade local e com o governo municipal, com vistas a complementar os esforços do governo na solução dos problemas socioambientais urbanos. Os objetivos específicos são: demonstrar a importância que vem sendo atribuída à cooperação para o desenvolvimento; averiguar a importância do reconhecimento e integração dos *stakeholders* nas iniciativas de RSA das empresas; discutir de que modo as empresas podem criar sinergias a partir da melhoria de suas relações com a comunidade local e com o governo municipal.

Este estudo se justifica diante do fato de que a maior interação entre Estado, Mercado e Sociedade civil organizada tem sido vista como uma importante alternativa para fazer frente ao problemas econômicos e socioambientais que a sociedade enfrenta, uma vez que nem o Estado e nem o Mercado têm sido eficientes para dar conta da sua complexidade, ao trabalhar de modo isolado.

Para analisar a importância da cooperação para o desenvolvimento, este estudo adotou como recorte as iniciativas de RSA das empresas em sua relação com dois *stakeholders* considerados fundamentais: a comunidade e o governo.

O texto se concentra numa abordagem teórico-conceitual sobre o tema, levantando concepções advindas de diferentes áreas do conhecimento. Efetuou-se uma pesquisa bibliográfica e uma análise documental junto a múltiplos documentos oriundos de organismos multilaterais e do meio jurídico com vistas a averiguar a importância da cooperação para o desenvolvimento.

O estudo parte do princípio de que é fundamental para as empresas, antes de planejarem suas iniciativas de RSA, ouvir a comunidade, conhecer seus problemas e suas potencialidades e, a partir da escuta, dar resposta aos seus problemas trabalhando de modo dialógico e cooperativo com ela. Considera que tão importante quanto a interação com a comunidade é interação da empresa com o governo. Nesse sentido, é fundamental que as empresas alinhem suas iniciativas de RSA às políticas públicas, levando em conta as prioridades da cidade, criando sinergias e somando competências com a administração pública.

7.2 A ARTICULAÇÃO ENTRE OS TERMOS SOLIDARIEDADE, COOPERAÇÃO E COLABORAÇÃO

Antes de se abordar a dinâmica de valorização da cooperação para o desenvolvimento, torna-se fundamental compreender as articulações entre os termos solidariedade, cooperação e colaboração. Cooperação e colaboração aparecem na literatura como sinônimos, entretanto, solidariedade tem significado distinto. Como explica Patrus (2013, p.1), cooperar significa trabalhar juntamente com o outro, colaborar, contribuir com o trabalho do outro, enquanto solidariedade implica também na colaboração, contudo, fazendo parte de algo maior, com vistas a torná-lo sólido.

De acordo com Jamur (2005, p.478), as origens da noção de solidariedade surge na esfera do direito, tendo uma conotação de forma garantida juridicamente. Já, a moderna noção de solidariedade ressalta a ideia de dependência recíproca. Segundo a autora, isso faz com que a solidariedade deixe de ser algo que apenas tem referência na moralidade e nos costumes (concernente à esfera privada) para tornar-se uma questão que diz respeito à esfera pública, aos fundamentos do viver em sociedade.

O sistema capitalista é um sistema baseado na acumulação de riquezas, na busca do lucro e no aumento da competitividade. Nesse aspecto, importante se faz destacar que a sociedade contemporânea, norteada por esses valores, está fortemente assentada em sistemas de competição orientada à satisfação dos interesses individuais. Como evidencia Signates:

> Essa experiência coletiva, que invade tanto as instituições sociais quanto os espaços privados do mundo da vida, constrói-se dentro de uma moral egoísta, na qual a presença dos outros só é reconhecida a partir dos benefícios concretos que possa gerar, o que implica, em contrapartida, uma forte indiferença em relação aos não produtivos e uma enorme e constante violência de uns contra os outros, especialmente os que não se adaptem às regras desse egoísmo social (SIGNATES, 2013, p.1).

Quando a competição sobressai em relação à cooperação, a grande tendência é a exclusão daqueles que fracassam ou não estão aptos, enfraquecendo o ambiente sistemicamente. Em contrapartida, quando a cooperação preside as relações, cria-se um ambiente tolerante e igualitário, tornando possíveis processos de recuperação de economias abaladas (MYRDAL *apud* ARROYO; SCHUCH, 2006, p.21).

Santos (2001, p.57) considera que a competição não é saudável porque baseia-se numa batalha em que a única regra é a conquista da melhor posição, onde vale tudo, originando-se um afrouxamento dos valores morais.

Quando se fala em cooperação em iniciativas de RSA torna-se importante considerá-la como um processo, não como um fim em si mesma, ou seja, cooperar em conjunto, parceiros reunidos em torno de um objetivo comum. É o que Barreto chama de cultura da cooperação:

> O conjunto de práticas e ações sociais, alicerçadas em crenças e princípios positivos, aprendidas, praticadas e partilhadas no grupo, onde cada indivíduo sente-se parte de um mesmo todo, co-responsável pelo bem comum. Nela, a consciência da possibilidade da satisfação de necessidades humanas legítimas através do processo cooperativo, estimula o exercício da empatia e da compaixão, proporcionando sentido e segurança ao grupo, estimulando a auto-estima e a confiança mútua (BARRETO, 2003, p.1).

Segundo Jamur (2005, p.481), é por meio da solidariedade que se dá a afirmação de uma concepção de responsabilidade da sociedade em face da questão social e se desenvolve no fim do século XIX um movimento legislativo que coloca as bases do direito social. Outro autor que dá grande enfoque à questão da solidariedade

é Durkheim (1983, p.30), segundo o qual existem dois tipos de solidariedade: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica.

De acordo com Samson (2002), o conceito de solidariedade mecânica diz respeito às sociedades tradicionais, pré-capitalistas, caracterizadas por uma grande homogeneidade social, já a solidariedade orgânica predomina em sociedades industrializadas e modernas, nas quais há maior heterogeneidade social (interesses distintos, diversidade ideológica e religiosa).

De acordo com Gomes e Moretti (2007), a presença da solidariedade se efetiva quando a participação de cada indivíduo contribui para a coletividade. Os autores ainda destacam a diferença entre o conceito de solidariedade atribuído pelo senso comum, ligado à caridade e a atos de benevolência, e sua atribuição sociológica, segundo a qual, a solidariedade expressa uma condição de equilíbrio entre os atores do cenário social. Sempre que há um desarranjo nos pesos, na participação e, sobretudo, na integração desses atores em torno de objetivos comuns, há uma ruptura e, como consequência, cessa a solidariedade.

Colocadas as distinções entre cooperação e solidariedade, interessa-nos as relações contemporâneas da solidariedade orgânica e de seus desdobramentos práticos, o que engloba a prática da cooperação. Salienta-se que, ao longo da discussão que se segue, os termos cooperação e colaboração serão empregados como sinônimos para expressar o ato de trabalhar em conjunto.

7.3 A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Os desafios atuais do desenvolvimento num mundo globalizado vão muito além da ajuda ao desenvolvimento ou ao combate à pobreza entendida no seu sentido estrito. Esses incluem questões cada vez mais globais e interdependentes, como as alterações climáticas, a segurança, a governação global, o comércio, as migrações, a sustentabilidade energética ou a segurança alimentar. A crise financeira tornou ainda mais visível a ligação do desenvolvimento às questões globais (CARDOSO; MAGALHÃES; SEABRA, 2012, p.1).

Nesse aspecto, Jeff Kalpan, fundador e diretor do Open e Policy Group, destaca que a colaboração é fator fundamental para o atendimento das novas necessidades dos cidadãos (PRINCEWATERHOUSEECOOPERS, 2007, p.42). Por essa razão, quando se fala em sustentabilidade, torna-se de suma importância a cooperação,

que passa a ser um imperativo importante para o desenvolvimento da sociedade, devendo ser a base sobre a qual esta se assenta quando se leva em conta que as pessoas interagem o tempo todo.

De acordo com Cardoso, Magalhães e Seabra (2012), a cooperação para o desenvolvimento registra nos últimos anos o aparecimento de dinâmicas novas e evoluções importantes, nos planos internacional e multilateral, que vieram a alterar o panorama global da ajuda ao desenvolvimento. Austin (2000) assegura que o século XXI será o século das alianças intersetoriais, uma vez que a cooperação entre organizações com ou sem fins lucrativos crescerá em constância e importância e Bessa (2006, p.6) aponta a cooperação como "essencial à própria subsistência humana".

Diante das desigualdades econômicas e sociais agravadas pela globalização das economias e da ampliação dos problemas socioambientais decorrentes de um modelo de desenvolvimento insustentável, observa-se um crescente apelo à cooperação ao longo da história, que se apresenta como um eixo fundamental para balizar a qualidade das relações das instituições públicas, privadas e do terceiro setor com a sociedade.

O próprio conceito de desenvolvimento sustentável, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, como aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas necessidades" (BRUNDTLAND, 1988) está permeado pela visão cooperativa e solidária com as gerações futuras. De acordo com Setubal (2012, p.1): "A cooperação é, portanto, condição para o desenvolvimento da sociedade e para a efetivação de políticas sociais, educacionais, culturais e esportivas, baseadas em valores como os direitos humanos, equidade social, diversidade cultural e sustentabilidade".

A cooperação também foi estabelecida como um tema importante dentro da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, sendo destaque em vários de seus artigos, a exemplo do artigo 37, que trata da cooperação dos Estados-partes, com as autoridades encarregadas de fazer cumprir a lei; do artigo 38, que trata da cooperação entre organismos nacionais; e do artigo 39, que trata da cooperação entre organismos nacionais e o setor privado. Em especial, a necessidade de maior cooperação internacional e reciprocidade entre os países em questões relativas à corrupção ganha destaque nesta Convenção, no capítulo IV, que de modo exclusivo aborda a cooperação internacional (NAÇÕES UNIDAS: ESCRITÓRIO CONTRA DROGAS E CRIME, 2010).

A cooperação entre governo, setor privado e sociedade está no cerne de outra importante iniciativa da Organização das Nações Unidas, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), verificando-se que, como aponta a publicação IPEA (2014), o esforço coletivo em prol de objetivos em comum, fortaleceu o resultado da iniciativa, diminuindo a pobreza no mundo.

A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade é um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988, art. 1.º, inciso IX). No âmbito das cidades, onde vive a maior parte da população mundial, a cooperação é valorizada em diversos documentos que norteiam o seu planejamento. Uma das diretrizes apontadas pelo Estatuto das Cidades, por exemplo, para que a política urbana cumpra seu objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, é a cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social (BRASIL, 2001, art. 2.º, inciso III).

Na Agenda 21, a cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento ganha capítulo exclusivo, o capítulo 2. De acordo com a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente - CNUMAD (1992, p.25), há muito aceitou-se uma cooperação econômica mais intensa entre os países em desenvolvimento, considerando-se ser este um fator importante nos esforços voltados para a promoção do crescimento econômico e das capacidades tecnológicas, bem como para a aceleração do desenvolvimento global. Em decorrência, a comunidade internacional deve reforçar e continuar apoiando os esforços dos países em desenvolvimento para promover, entre si, a cooperação econômica.

Também a Organização Internacional do Trabalho pontua a importância da cooperação para o desenvolvimento, afirmando o papel das empresas multinacionais:

> As empresas multinacionais desempenham papel muito importante nas economias da maior parte dos países e nas relações econômicas internacionais, de crescente interesse para os governos, assim como para empregadores e trabalhadores e suas respectivas organizações. Essas empresas, mediante investimentos internacionais diretos e por outros meios, podem carrear vantagens substanciais tanto para os países sede como para os países que as acolhem, contribuindo para a utilização mais eficiente do capital, da tecnologia e do trabalho. No âmbito das políticas de desenvolvimento instauradas pelos governos, essas empresas podem, também, contribuir amplamente para a promoção do bem-estar econômico e social; para a melhoria do nível vida e para a satisfação das necessidades básicas; para a criação direta ou indireta de oportunidades de emprego e para a promoção, em todo o mundo, dos direitos fundamentais do homem, inclusive a liberdade sindical (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2002, p.10).

No Pacto Global da Organização das Nações Unidas, a cooperação é destacada como um dos princípios fundamentais para nortear as relações entre as empresas e seus *stakeholders*. Essa iniciativa conta com mais de 12.000 empresas participantes e *stakeholders* em mais de 145 países, sendo considerada a maior iniciativa de responsabilidade corporativa voluntária do mundo (UNITED NATIONAL GLOBAL COMPACT, 2013).

Pontuando o papel dos negócios na sociedade, a Conferência de Genebra reforça que as parcerias e a colaboração com as partes interessadas, entre as quais governos, sociedade civil e trabalhadores, são essenciais uma vez que os dilemas, os desafios e as oportunidades, tanto em nível global como local, são por vezes complexos demais para que um único ator os enfrente ou resolva (THE GLOBAL COMPACT, 2007).

Diante do crescente apelo à cooperação, muitas entidades representativas no meio empresarial já se deram conta da importância de fomentar a cultura da cooperação. Como reconhece Rifkin (2012, p.143): "Novas práticas de negócios colaborativas estão alcançando todos os aspectos da vida econômica".

Promover a cooperação e as parcerias entre os municípios vizinhos, outras cidades, regiões metropolitanas e outros níveis de administração é uma das propostas apontadas dentro do eixo sobre Governança do Programa Cidades Sustentáveis empreendido pela Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis e o Instituto Ethos.[1]

A colaboração do setor privado é cada vez mais visto como uma maneira prática e eficaz de fazer avançar as metas em nível global e local. Tal colaboração muitas vezes permite soluções de baixo para cima e mais imediatas para vencer os desafios críticos, especialmente em questões globais em que o consenso ainda não foi alcançado, como, por exemplo, no campo das alterações climáticas ou em outras áreas onde administrações fracassadas obstruem todas as possibilidades de progresso (UNITED NATIONAL GLOBAL COMPACT, 2013).

Iniciativas de colaboração podem variar a partir de uma parceria com a comunidade local para alianças globais e redes de políticas públicas. Sua característica comum é que todos os participantes concordam em trabalhar em conjunto para

---

[1] Para um conhecimento mais detalhado do programa, visitar o site: http://www.cidadessustentaveis.org.br.

alcançar um objetivo comum ou realizar uma tarefa específica e compartilhar riscos, responsabilidades, recursos, competências e benefícios (NELSON, 2004).

Muitos dos desafios econômicos e socioambientais que enfrentamos são bastante complexos, e as competências e recursos necessários para lidar com eles estão dispersos entre diferentes setores, para qualquer setor ser capaz de resolver esses desafios sozinho (NELSON, 2004).

Como sugere Abramovay (2012, p.188-189), a superação dos impasses a que a vida econômica conduz o mundo contemporâneo depende da intervenção consciente, voluntária e deliberada de uma multiplicidade de atores da sociedade civil, do setor privado e de diversas instâncias governamentais. Para o World Business Council for Sustainable Development:

> Muitos dos desafios que enfrentamos só podem ser superados pela cooperação. Não existe uma entidade que sozinha consiga resolver o problema, porque cada uma tem poderes e fraquezas diferentes. As empresas têm capacidade, mas não têm nenhum mandato democrático e geralmente a confiança é limitada. Os governos têm um mandato, mas não as mesmas capacidades que as empresas. As ONGs tendem a ter níveis elevados de conhecimento, mas baixos níveis de recursos. Contudo, em conjunto, temos todos os ingredientes para cuidar das maiores preocupações mundiais e se todos trabalharmos, podemos gerir estes problemas a um novo e efectivo nível [...] (WBCSD, 2013a, p.33).

Nesse aspecto, Buriam (2006) destaca a necessidade de construir uma agenda comum para a responsabilidade socioambiental. Segundo o autor, somente mediante a partilha de experiências e diálogos, os atores podem se reconfigurar, ao estabelecer seus papéis e articulações. Enfatiza que um bom começo seria o trabalho coletivo que une a responsabilidade social das empresas com as políticas sociais. Trata-se de um diálogo entre o Estado, empresas e sociedade civil para identificar problemas.

Wolman *et al*. (2009, p.25) salientam que o tratamento das questões difíceis e desafiadoras que as cidades estão enfrentando, incluindo a reestruturação das suas economias, a melhoria do sistema de educação e o desenvolvimento de comunidades sustentáveis, exige que setores de negócios, governo e comunidade trabalhem juntos.

Analisando a eficiência na utilização de recursos na América Latina, a partir dos casos do Mercosul, Chile e México, o relatório Red Mercosur/Pnuma (2011, p.18-19) destaca que a cooperação público-privada tem um papel fundamental, podendo contribuir em várias frentes para o desenvolvimento sustentável, tais como para o êxito da implementação de mecanismos de produção mais limpa, comitês de bacias hidrográficas,

das taxas pelo uso da água, das boas práticas e do ordenamento do território. Para Sandvin *et al*. (2011, p.1), a colaboração público-privada pode ser verdadeiramente valiosa quando se baseia em uma relação de cortesia, em que as partes colaboram porque comandam diferentes recursos igualmente importantes para a tarefa que têm em mãos.

Identificada a importância da cooperação para o desenvolvimento, aborda-se a seguir a importância do reconhecimento e da integração dos *stakeholders* nas iniciativas de RSA das empresas, com ênfase na cooperação das empresas com a comunidade local e o governo municipal.

7.4 O RECONHECIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS *STAKEHOLDERS* NAS INICIATIVAS DE RESPONSABILIDAE SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS

Quando se fala em iniciativas de responsabilidade socioambiental é importante ter em mente que estas não se dão no vácuo, mas assentadas dentro da realidade em que a empresa está imersa. O próprio significado de responsabilizar remete à ideia de responder, tornando-se responsável por seus atos.

Responsabilidade não é um dever ideal desconectado da realidade concreta, mas, ao contrário, um convite à escuta, à conversação e ao diálogo. Responsabilidade é um conceito que ganha sentido na pressuposição da existência do outro, levando em conta as consequências da própria ação (BUBER, 1974). Por essa razão, não há sentido falar em responsabilidade socioambiental das empresas, se estas não se dão de modo alinhado com os interesses dos *stakeholders* com quem a empresa interage no dia a dia de suas atividades, estabelecendo-se laços de confiança por meio da maior interação com eles.

No século XXI tem se observado uma crescente preocupação com o diálogo entre as empresas e as partes interessadas (*stakeholders*), bem como com o estabelecimento de mecanismos colaborativos entre elas. Como aponta Freeman (1984), o desenvolvimento de iniciativas de responsabilidade social corporativa está relacionado à teoria dos *stakeholders*, a qual tem como característica principal a relação da empresa com todos que de alguma forma a influenciam ou são influenciados por ela, tais como gestores, funcionários, clientes, acionistas, fornecedores, governo, comunidade e meio ambiente. No mesmo sentido dessa ideia, o *International Society for Third-Sector Research* afirma que:

> […] a questão da responsabilidade corporativa tem estreita relação com a teoria dos *stakeholders*, a qual ressalta o papel e a influência de diversos grupos de interesse sobre o desempenho das organizações empresariais e sobre o impacto de sua presença e de sua ação (ISTR, 2013, p.16).

O respeito pelos interesses dos *stakeholders* é um dos princípios da ISO 26.000/2010, que pontua que: "Convém que uma organização respeite, considere e responda aos interesses de suas partes interessadas" (ABNT, 2010, p.12). Mackey e Sisodia (2013, p.35) consideram a integração dos *stakeholders* como um dos princípios fundamentais do capitalismo consciente.

A importância dada pelas empresas para as relações com as partes interessadas tem aumentado nos últimos anos (KPMG INTERNATIONAL, 2012). O diálogo com múltiplos *stakeholders,* aproximando empresas, governos, mão de obra e outras dimensões para desenvolver soluções com consenso, ganharam popularidade nos anos 80 e 90 (HENDRY, 2006), tornando-se uma condição indispensável para o sucesso da gestão tanto empresarial quanto pública.

Uma liderança cívica forte é marcada, no século XXI, pela gestão compartilhada entre empresas, governo e sociedade. Portanto, quando se fala em valor compartilhado, é importante entendê-lo como uma via de mão dupla, ensejando que valor compartilhado também significa responsabilidade compartilhada. Noutras palavras, a ideia de direitos remete também à ideia de deveres. Então, quando se fala em responsabilidade, entende-se também a importância da existência da corresponsabilidade.

Segundo Hecht *et al*. (2012, p.63), o governo, as empresas e a sociedade civil têm procurado desenvolver uma visão compartilhada de sustentabilidade como uma força para estimular a inovação, o fortalecimento da competitividade e a melhoria da qualidade de vida mediante a liderança transformada das instituições. De acordo com Nicolau e Simaens:

> Público, Privado e Social encontram-se cada vez mais, não só por razões de financiamento, mas também de cumprimento dos seus objectivos. É assim que os Governos recorrem ao sector privado para fazer *outsourcing* dos serviços que lhe cabe prestar; o sector social actua nas falhas de mercado e da acção pública e recorre ao público e privado para obtenção de fundos e as empresas privadas vão acrescentando a dimensão social às suas actividades lucrativas, porque hoje cada vez mais lhes é exigido que explorem os recursos de forma socialmente responsável e que partilhem com a comunidade, e a bem desta, parte da riqueza criada (NICOLAU; SIMAENS, 2008, p.69).

No tocante à responsabilidade socioambiental das empresas, segundo Mackey e Sisodia (2013, p.40): "Organizações conscientes acreditam que a criação de valor para todos os *stakeholders* é intrínseca ao sucesso dos negócios". O entendimento dessa questão passa pelo entendimento do termo *stakeholders*, bem como pela compreensão de quem são os grupos de interesse que podem influenciar e receber influência das empresas.

> Os *stakeholders* fazem a empresa. São todas as pessoas que impactam e são impactadas pelo negócio. Devemos honrá-las como seres humanos em primeiro lugar, antes de lhes atribuir um papel em relação à companhia. Todos contribuem para a criação de valor e, portanto, é vital que compartilham dos benefícios da distribuição desse valor (MACKEY; SISODIA, 2013, p.78-79).

De modo pioneiro, o termo *stakeholders* foi usado por Robert Edward Freeman e significa público estratégico, ou, como é mais usualmente conhecido na literatura, partes interessadas. Em síntese, são pessoas ou grupos que afetam e são afetados pelas atividades da empresa.

Uma pergunta que vem à mente é se todos os *stakeholders* assumem a mesma importância em termos de influência nas organizações ou não. Respondendo a essa questão, Clarkson (1995, p.106-107) classificou as partes interessadas em primárias e secundárias, conforme seu grau de influência junto a uma corporação. Segundo o autor, os grupos de *stakeholders* primários são grupos que afetam diretamente a organização, sem a participação dos quais a empresa não poderia sobreviver. Eles incluem os acionistas e outros investidores, empregados, fornecedores, clientes, comunidade e governo. Já os grupos de *stakeholders* secundários são aqueles que influenciam e (ou) dependem da corporação, mas não estão envolvidos em transações com a empresa e não são essenciais para a sua sobrevivência.

Mackey e Sisodia enquadram os *stakeholders* em círculo interno e círculo externo, conforme seu poder de influência:

> Clientes, colaboradores, investidores, fornecedores, comunidades e meio ambiente são, portanto, os principais *stakeholders* [...] Existem, ainda, outras partes interessadas no negócio – concorrentes, ativistas, críticos, sindicatos, mídia e governo –, e todas exercem impacto sobre a empresa e podem influenciar os públicos do círculo interno. Como não costumam se envolver em trocas voluntárias com a organização para benefício mútuo, é possível caracterizar esses elementos como círculo externo de *stakeholders (*MACKEY; SISODIA, 2013, p.165-166).

Embora o autor enquadre o governo como pertencendo ao circuito externo, ele lembra que "O governo é uma parte interessada importante para todas as empresas. Em alguns casos específicos, trata-se do *stakeholder* número um [...]" (MACKEY; SISODIA, 2013, p.175).

O bom relacionamento da empresa com as partes interessadas faz parte do seu patrimônio. Embora não contabilizado formalmente, representa o seu capital social, possivelmente um dos seus elementos patrimoniais mais importantes por interferir em sua reputação no mercado. Como aponta Figar e Figar (2011, p.6), as relações entre a empresa e as partes interessadas representam o ativo intangível: positivo, se forem baseadas na honestidade e confiança; e negativo, se eles são baseados em desonestidade e desconfiança. Portanto, "[...] a confiança é o sentimento resultante quando a empresa se relaciona com autenticidade, transparência, integridade, respeito e amor (MACKEY; SISODIA, 2013, p.83).

A cooperação entre empresa, governo e sociedade estruturada sob laços de confiança, reforça a dinâmica da RSA imprimindo-lhe um caráter de prática compartilhada na medida em que esta se dá de modo interativo com esses atores, vindo ao encontro das demandas da sociedade e prioridades do governo. De acordo com Mackey e Sisodia (2013, p.144): "[...] Quando se trabalha de forma colaborativa, obtêm-se um valor muito maior para todas as organizações envolvidas e para os milhões de pessoas que estão se beneficiando desse esforço coletivo". A potencialização da qualidade das ações sociais a partir do trabalho colaborativo é fato, sendo, conforme o ISTR (2013, p.40), o principal motivo apontado pelas empresas pesquisadas[2] para a utilização de alianças, pois 73,8 % acreditam que esta forma de atuação traz ganhos de eficiência.

Considerando que uma gestão empresarial responsável em termos socioambientais está associada à qualidade das relações que as empresas estabelecem com seus *stakeholders*, gerando valor à sociedade, o diálogo e a cooperação com eles assumem singular importância.

---

[2] Pesquisa aplicada junto a uma amostra de 385 empresas, sendo que 85% delas executavam seus projetos e programas sociais por meio de alianças intersetoriais (ISTR, 2013, p.32).

Embora as iniciativas de responsabilidade socioambiental das empresas surjam a partir de diferentes motivações por parte das empresas, é fundamental que o ponto de partida para formulação de sua agenda seja único: o diálogo e cooperação com seus *stakeholders*, pois, como lembra Simões *et al*. (2008, p.105): "A responsabilidade social nunca estará pronta antes do diálogo com as partes interessadas, cujo resultado é seu alimento contínuo".

A identificação e o engajamento de partes interessadas são fundamentais para a responsabilidade social (ABNT, 2010, p.7). Quem são as partes interessadas das empresas? Em grande parte das empresas, alguns *stakeholders* são comuns, a saber: empregados, clientes, fornecedores, comunidade, governo, empregados e acionistas (caso a empresa seja uma Sociedade Anônima). Entretanto, os *stakeholders* variam de empresa para empresa dependendo do seu porte e ramo de atividade, sendo fundamental identificá-los e integrá-los nas atividades da empresa. Nas iniciativas de RSA, por exemplo, muitas empresas têm procurado envolver seus colaboradores, fornecedores, clientes, a mídia e, sobretudo, a comunidade e o governo[3] com vistas a uma gestão compartilhada dessas iniciativas. Matos (2008, p.107) considera que a efetiva integração empresa-governo-comunidade é um indicador de tendência à participação uma vez que as inquietações sociais, econômicas e políticas, típicas do mundo contemporâneo recomendarão às lideranças empresariais a identificação permanente com os planos de governo e as aspirações comunitárias de modo que fique reconhecida a significação pública da empresa.

Assim, para efeito de delimitação, este estudo foca o diálogo e a cooperação das empresas com a comunidade local e governo municipal[4] demonstrando a importância de as empresas alinharem suas iniciativas de RSA às demandas sociais e às políticas públicas.

---

[3] Mackey e Sisodia (2013) demonstram a partir de vários exemplos, ao longo de sua obra que, as empresas, sobretudo as multinacionais, têm operacionalizado suas iniciativas de responsabilidade socioambiental em parceria com o governo e a comunidade, com excelentes implicações sobre o desenvolvimento desta, trilhando o caminho do capitalismo consciente.

[4] A necessidade de um diálogo mais profundo entre empresas, governo e associações da sociedade civil é apontada como primordial para melhor alinhar os negócios aos interesses sociais (WBCSD, 2013a, p.33).

7.4.1 A importância das relações da empresa com a Comunidade e Lideranças comunitárias

Os seres humanos sempre viveram em comunidade, mas, surpreendentemente, este é um conceito muito pouco discutido na literatura ética ambiental (GUNN, 1998, p.351). Entretanto, levando em conta a importância do diálogo e cooperação com a comunidade nas iniciativas de RSA, entender o sentido de comunidade é crucial, sobretudo pela influência exercida por ela no século XXI em termos sociopolíticos, como formadora da opinião pública, o que interfere diretamente na reputação das empresas.

De acordo com Ismail (2009), o termo comunidade é geralmente definido como um grupo de pessoas que compartilham um objetivo comum, que são interdependentes para o cumprimento de certas necessidades, que vivem em grande proximidade e interagem em uma base regular. O autor lembra que:

> Em uma comunidade, o sentido de comunidade é definido como o sentimento de cooperação, de compromisso com o bem-estar do grupo, da vontade de comunicar abertamente e de responsabilidade para com e para os outros, bem como a si mesmo (ISMAIL, 2009, p.203).

Para Buber (1982, p.66), a comunidade em evolução é o estar não mais um ao lado do outro, mas estar um com o outro. A comunidade existe, onde a comunidade acontece. A partir dessa ideia o autor conclui na obra supracitada que os indivíduos fazem a diferença e que toda sustentabilidade é local, ou seja, começa na comunidade.

Partindo do princípio de que comunidade é algo que está assentado sobre objetivos comuns, a publicação Minnesota Planing assim define uma comunidade sustentável:

> É uma comunidade que usa seus recursos para atender o que a atual geração precisa, garantindo que os recursos adequados estejam disponíveis para as gerações futuras. A comunidade sustentável busca uma melhor qualidade de vida para todos os seus residentes, mantendo a capacidade da natureza para funcionar ao longo do tempo através da minimização de resíduos, prevenção da poluição, promovendo a eficiência e o desenvolvimento de recursos locais para revitalizar a economia local. A tomada de decisão em uma comunidade sustentável resulta de uma rica vida cívica e informações compartilhadas entre os membros da comunidade. A comunidade sustentável se assemelha a um sistema vivo em que o humano, natural e econômico são elementos interdependentes e tiram forças um do outro (MINNESOTA PLANING, 1995, p.1).

Verifica-se, então, que comunidade tem a ver com compartilhamento de objetivos, interdependência, informação compartilhada e cooperação (soma de forças). A partir da ideia de comunidade, Parra entende que:

> A sociedade não é um indivíduo ou a soma de vários indivíduos; é a composição de um grupo, da organização de suas características comuns que se manifestam através de suas crenças, valores, tradições e experiências que juntas definem a sociedade (PARRA, 2003, p.4).

Por que as empresas devem se preocupar com a sociedade? Por muitas razões, entretanto, parece que a mais óbvia é que as empresas dependem de um sociedade próspera, porque é ela que vai fornecer as bases para sua sustentação. Como lembra Arantes:

> Para que possam cumprir seu papel de agentes do desenvolvimento e prosperidade social, a sociedade coloca à disposição das empresas os recursos que elas precisam para produzir as utilidades: pessoas educadas, recursos naturais, utilidades produzidas por outras empresas, infra-estrutura. E uma infinidade de outros recursos. Estes recursos são obtidos diretamente do meio ambiente ou através de outras empresas fornecedoras (ARANTES, 1998, p.27).

Na percepção de Zanoti (2006), a verdadeira responsabilidade social elege a sociedade como o alvo fundamental de suas ações espontâneas e positivas. Segundo Mackey e Sisodia (2013, p.131), como *stakeholder* fundamental, a sociedade deve estar no foco das preocupações de qualquer companhia, uma vez que os negócios sempre se desenvolvem no seio de comunidades locais, nacionais, globais e até virtuais de interesses comuns. Nesse aspecto, é importante destacar que nem a gestão da sociedade realizada a partir das benesses do governo (Estado de bem Estar Social), nem a gestão realizada pelas benesses do mercado (neoliberalismo) constituem-se em modelos perfeitos se ficar de fora um terceiro elemento, que é efetivamente a participação da sociedade civil. Reconhece Vieira (2010, p.11) que: "O Estado e/ou mercado não podem mais se arrogar o monopólio de planejar e praticar ações sociopolíticas de interesse público, deixando de fora a sociedade". Com o empoderamento da Sociedade:

> A sociedade civil passa a não mais esperar do Estado a resposta única para a garantia de melhores condições de vida e bem-estar para o conjunto da sociedade. A sociedade civil organizada passa a defender o interesse público e a construir novos parâmetros de coesão social e solidariedade, sobretudo, a partir do seu fortalecimento como agente indutora da opinião pública (COSTA, 2003, p.149).

Também Vieira (2001) reconhece o papel das associações da sociedade civil como formadoras da opinião pública e da opinião coletiva nos espaços situados fora do Estado e do Mercado. Segundo Dowbor (2014), as organizações da sociedade civil têm as suas raízes nas comunidades onde residem, razão pela qual podem melhor dar expressão organizada às demandas e, sobretudo, tendem a assegurar a capilaridade das políticas públicas.

De acordo com o Instituto GIFE (2009, p.11): "As organizações da sociedade civil estão cada vez mais presentes no Brasil, atuando na provisão de bens e serviços públicos, e no controle da ação do Estado e de empresas".

A sociedade civil veio participar do eixo público e privado, com força, sobretudo na segunda metade do século XX, cuja base de existência não é o parlamento (poder púbico) nem o local de trabalho (setor privado), mas o local de vida: a rua, o bairro, o município (BURSZTYN, 1993), havendo um fortalecimento do território, como *locus* do desenvolvimento. Nesse sentido, apontam Morais e Costa:

> O território tende a se fortalecer como o espaço de construção da vida, da cultura, da política e também das relações econômicas. É necessário pensar numa mudança da cultura do desenvolvimento, em que uma comunidade deixa de ser vista como um ator passivo, que espera pacientemente, para se converter no responsável pela construção de sua própria história e transformações (MORAIS; COSTA, 2010, p.17).

A revalorização dos ideais propalados pelo princípio da comunidade é vista como uma possibilidade de fundar novas energias emancipatórias por parte da sociedade, por meio da produção de uma nova cultura política e uma nova qualidade de vida pessoal e coletiva, situação em que a relação dicotômica entre o Estado e o mercado é suavizada, prevalecendo mais a noção tripartite entre o Mercado, o Estado e a Sociedade Civil (FERRAREZI, 1997, p.2-3).

A noção do público não estatal contribui para assinalar a importância da sociedade como fonte do poder político, em que esta é chamada a exercer uma responsabilidade na satisfação das necessidades coletivas, evidenciando-se que o Estado e o mercado

não são as únicas opções válidas para atuar nesse campo (BRESSER-PEREIRA; GRAU,1999, p.30).

A participação da sociedade, exercendo sua cidadania, nos mais diversos assuntos da esfera pública é um assunto muito em voga, servindo de mecanismo de redução de conflitos e viabilização de consensos. De acordo com Giaretta, Fernandes e Philippi Jr. (2012), o envolvimento da sociedade na gestão ambiental local tem contribuído de maneira significativa para avanços na formulação, na execução e no acompanhamento das políticas e dos projetos ambientais. Por essa razão, como lembra Berté (2007, p.33): "É importante que a sociedade construa fóruns privados ou públicos permanentes de discussões temáticas sobre o seu entorno e as inter-relações dela com seu meio".

A crescente valorização da participação popular tanto por parte do setor público quanto do setor privado levou a um incremento das organizações não governamentais, pois, de acordo com Dias:

> A sociedade civil, de sua parte, organizou-se rapidamente, surgindo um número incontável de organizações não governamentais com atuação ambiental que passaram a atuar em temas pontuais relacionados com o meio ambiente: energia, biodiversidade, águas, florestas, animais em extinção, etc. Essas ONG's formam atualmente grupos de pressão em todos os níveis de organização política da sociedade: municipal, estadual e nacional (DIAS, 2010, p.29).

Por outro lado, tem havido um constante apelo para a sociedade apontando a importância da sua corresponsabilidade pelos problemas socioambientais: um apelo à sua cidadania. Nesse aspecto Furlan lembra que:

> Ser cidadão em uma sociedade significa assumir valores e atitudes sociais, políticas críticas diante da realidade em que se vive, aprendendo a discernir os limites e as possibilidades de atuação, na permanência ou na transformação da realidade histórica em que se está inserido (FURLAN, 2000, p.41).

Como afirmam Morais e Costa (2010), o conceito de responsabilidades humanas está trazendo mudanças ligadas à responsabilização dos indivíduos pelos problemas e desafios de nosso mundo. Mas, mais que isso, é um pensamento que afirma a capacidade de indivíduos e cidadãos de atuarem na construção da realidade existente. Toro e Werneck (1996, p.5) enfatizam que a participação é um ato de liberdade e a decisão de participar depende essencialmente das pessoas se verem ou não como

responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças. E, de fato, como lembra Séve (1997, p.50): "Quer o meça, quer não, e ainda que de modo muito modesto, cada indivíduo singular é assim responsável pelo presente e pelo futuro da nossa humanidade comum".

A intensificação da participação comunitária na defesa do meio ambiente tem aumentado consideravelmente, sendo, segundo Machado Filho (2006, p.122), uma das marcas inconfundíveis do novo Direito Ambiental no Brasil.

A atenção devotada pelos consumidores à responsabilidade socioambiental nos processos produtivos das empresas é assim manifesta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico:

> Cada vez mais pessoas estão conscientes do impacto que as suas escolhas têm no mundo que as rodeia. [...] um crescente número de consumidores começa a colocar perguntas importantes sobre o que compra: que quantidade de lixo é criada pelo produto e pela sua embalagem; que quantidade de água, energia e outros recursos são aplicados na sua produção (e na sua eliminação); e quais são as condições de vida e de trabalho das pessoas que o produzem (OECD INSIGHTS*,* 2008, p.3).

Na percepção de Zylbersztajn e Lins (2010, p.6), o respaldo da opinião pública aos efeitos da insustentabilidade dos modelos econômicos demorou muito a ocorrer. Contudo, segundo esses autores, quanto mais visíveis se tornaram as agressões ao meio ambiente, mais cresce a consciência coletiva de que é urgente a implementação de soluções. Se, como aponta Mahatma Gandhi "Devemos ser a mudança que queremos ver no mundo"[5], então a comunidade precisa cada vez mais de pessoas que atuem como agentes de mudança, tanto através do monitoramento da atuação dos governos e das empresas, quanto pelo disciplinamento de suas próprias atitudes, sendo protagonistas de sua história.

A comunidade passa, assim, a se constituir numa forte aliada das empresas e do governo na solução de problemas socioambientais, pois, como afirmam Oliviero e Beth (2013, p.105): "[…] mudando a maneira que as pessoas pensam sobre o mundo e seu lugar nele, as organizações da sociedade civil criam as condições em que os direitos humanos, a integridade ambiental e progresso social pode ser

---

5 Pensamento extraído do site Planeta Sustentável. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/devemos-ser-mudanca-queremos-ver-mundo-688358.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2012.

plenamente realizados". Conforme Bowles e Gintis *apud* Pillora e McKinlay, (2011, p.7), uma comunidade eficaz monitora o comportamento de seus membros, tornando-os responsáveis por suas ações. Entretanto, torna-se fundamental que o setor público e privado ampliem a participação comunitária em seus projetos, trabalhando de modo dialógico e cooperativo com eles, pois como reconhece o Relatório de Desenvolvimento Humano:

> A menos que as pessoas possam participar significativamente nos acontecimentos e processos que moldam as suas vidas, as vias de desenvolvimento humano no plano nacional não serão nem desejáveis nem sustentáveis. As pessoas devem poder influenciar as decisões políticas e os resultados e os jovens em particular, devem poder ter a expectativa de maiores oportunidades económicas e de participação e responsabilização políticas (PNUD, 2013, p.6).

Para Ferrarezi (1997, p.8), assinala como decisiva a interação entre os diversos atores que atuam no espaço público para que se alcance resultados potencialmente mais elevados e complementares na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável.

É nesse contexto, que se tornam de fundamental importância o diálogo e cooperação com a comunidade local, nas iniciativas de responsabilidade socioambiental das empresas. Sobretudo, a parceria entre empresas e ONGs da comunidade é defendida por Mahmud (2004, p.56) como uma das maneiras em que grandes empresas podem complementar os esforços do governo na luta contra a pobreza.

O Serviço Social da Indústria e Comércio do Paraná (2013, p.1) demonstra a importância de as empresas contribuírem com a comunidade, sobretudo com a comunidade do entorno: "Contribuir para o crescimento de uma comunidade é ter a chance de transformar vidas para sempre, levando cidadania, dignidade e desenvolvimento para todos. E, começar pelo seu entorno é o primeiro passo para uma grande revolução".

De acordo com Tam (2012, p.10), tanto as políticas públicas quanto as ações privadas podem ser julgadas em termos de quão longe elas estão de promover o trabalho cooperativo ou dificultar as condições para facilitar a resolução de problemas de forma cooperativa.

De acordo com Ida (2011, p.49), o negócio é uma atividade social, o que levanta a questão sobre a responsabilidade social. Sem considerar essa responsabilidade para a sociedade, qualquer negócio não pode prosperar. Para Gratton (2014), os

líderes empresariais estão começando a perceber que, quando bairros e comunidades prosperam, as empresas prosperam também. Nesse sentido, a Comissão das Comunidades Europeias pontua que:

> [...] as empresas dependem da salubridade, estabilidade e prosperidade das comunidades onde operam. [...] A reputação de uma empresa em sua zona de implantação, a sua imagem, não só enquanto empregador e produtor, mas também enquanto agente no plano local, são fatores que influenciam a competitividade (CCE, 2001, p.12).

De fato, se em nível local cada empresa ajudasse a buscar soluções conjuntas aos problemas socioambientais da comunidade que a cerca, a realidade de muitas cidades, de muitos bairros e, sobretudo, dos distritos industriais seria outra.

Na visão de Gunn (1998, p.359), a recuperação ambiental urbana não vai funcionar se for imposta a partir do topo. Iniciativas bem-sucedidas são geralmente iniciadas em nível local, muitas vezes por igrejas. Projetos de recuperação urbana também estão mais propensos a ser bem-sucedidos se forem iniciados e realizados pela população local, com o governo e as empresas fornecendo recursos e assessoria técnica. Como destaca o Instituto Brasileiro de Administração Municipal:

> É pouco provável que as condições ambientais e de qualidade de vida melhorem se não houver envolvimento dos interessados diretamente na solução dos problemas e se a sociedade não estiver mobilizada para a discussão dos parâmetros e das soluções necessárias e, principalmente, se não demanda a transparência nos processos de tomada de decisão e de prestação de contas dos recursos públicos aplicados (IBAM, 2013, p.129).

A comunidade representa um importante capital social a ser utilizado pelas empresas e pelos governos em favor do desenvolvimento social. Ferrarezi (1997, p.8) entende que: "O desenvolvimento social é vital para que haja crescimento econômico, sendo os investimentos em capital social e humano necessários para lhe dar sustentação, a longo prazo".

Como demonstrou Putnam (2000), membros de associações tendem a ser política e socialmente mais ativos, dando suporte às normas democráticas. Desse modo, a comunidade cívica passa a ser um determinante do desenvolvimento econômico, e o maior envolvimento e participação desta em associações representa o capital social de uma comunidade.

Como lembra Kliksberg:

> O capital social e a cultura são componentes-chave destas interações. As pessoas, as famílias, os grupos, são capital social e cultura por essência. São portadores de atitudes de cooperação, valores, tradições, visões da realidade, que são sua própria identidade. Se isso for ignorado, saltado, deteriorado, importantes capacidades aplicáveis ao desenvolvimento serão inutilizadas, e serão desatadas poderosas resistências. Se, pelo contrário, se reconhecer, explorar, valorizar e potencializar sua contribuição, pode ser muito relevante e propiciar círculos virtuosos com as outras dimensões do desenvolvimento (KLIKSBERG, 2001, p.115).

Como apropriadamente apontam Mackey e Sisodia (2013, p.147: "A comunidade não é apenas mais uma das partes interessadas no negócio. Ela é, de fato, o verdadeiro propósito de sua existência".

Empresas estão sediadas em comunidades influenciando e recebendo influência destas intermitentemente. Em grande parte, empresas empregam pessoas e usam recursos ecológicos da comunidade, crescendo em importância as interações que estas mantêm com a comunidade. À medida que a comunidade passa a ser ouvida, passa a participar das iniciativas de RSA como parte integrante desses projetos e não apenas como parte beneficiária. As necessidades reais da comunidade vêm à tona, trazidas pela própria comunidade. Nesse aspecto, as iniciativas de RSA deixam de serem gestadas como um pacote pronto, elaborado pelas empresas, no qual muitas vezes são oferecidos projetos que a comunidade não está precisando no momento, passando a ser concebidas como um pacote de soluções que vão ao encontro da realidade da comunidade, em temos de atendimento às suas expectativas e necessidades.

Como reconhece Win Oosterom, Líder Global de Serviços para o Governo da Prince Water House e Coopers "O primeiro passo para atender às expectativas dos cidadãos é conhecer o cidadão e suas necessidades" (PRINCEWATERHOUSEECOOPERS, 2007, p.64). Nas palavras de Rattner (1999, p.59), uma vez que a comunidade se torna a protagonista de sua história, as prioridades são facilmente redefinidas e as necessidades sociais são trazidas para o primeiro plano.

Ladislau Dowbor demonstra a importância do envolvimento comunitário para a eficiência na prestação de serviços públicos:

> Participação funciona. Nada como criar espaços para que seja ouvida a população, se queremos ser eficientes. Ninguém melhor do que um residente de um bairro para saber quais ruas se enchem de lama quando chove. As horas que as pessoas passam no ponto de ônibus e no trânsito diariamente as levam a engolir a revolta, ou sair indignadas às ruas. Mas o que as pessoas necessitam é justamente ter canais de expressão das suas prioridades, em vez de ver nos jornais e na televisão a inauguração de mais um viaduto. Trata-se aqui, ao gerar canais de participação, de aproximar o uso dos recursos públicos das necessidades reais da população (DOWBOR, 2014, p.1).

O mesmo vale para as iniciativas de RSA do setor privado, pois Mackey e Sisodia (2013, p.134) propõem exatamente isso: que os projetos devem ser concebidos a partir de preocupações comunitárias genuínas em vez de serem ditados pela organização de cima para baixo. Caso contrário, o trabalho parece artificial e planejado mais para favorecer a imagem da empresa do que para atender a uma necessidade real da comunidade. Ademais, como aponta a pesquisa da PrincewaterhouseeCoopers (2007, p.19): "As organizações orientadas aos cidadãos e que são reconhecidas pela prontidão de resposta adequada às suas necessidades conquistam sua confiança e fidelidade", um fator essencial para a prosperidade empresarial.

Caruso (2010, p.32) lembra que embora as empresas tenham feito coisas importantes em questões de responsabilidade social, é crucial que haja um esforço para organizar os cidadãos ou agentes que se tornaram parte desse serviço. O alinhamento da prestação de serviços às necessidades dos cidadãos inclui, entre outras questões:

> Estabelecimento de padrões de prestação de serviços a partir do ponto de vista do cidadão e o uso da "criação conjunta" (uma nova forma de arquitetura de serviços em que o valor é criado pela geração de idéias em conjunto, pela organização e pelo cidadão) (PRINCEWATERHOUSEE COOPERS, 2007, p.19).

Mesmo um projeto construído com base no respeito às demandas e potencialidades das organizações sociais locais, que considere o capital cultural latente e potencial das comunidades, que sinalize claramente para alternativas de geração de ocupação e renda e que utilize de forma racional os recursos ambientais, pode não ter continuidade ou sustentabilidade se não estiver assentado sobre amplo

conjunto de parcerias governamentais e não governamentais e sobre compromissos claramente estabelecidos para o conjunto de instituições envolvidas (IBAM, 2013, p.86-87).

No século XXI, tem sido fundamental o engajamento da comunidade nas iniciativas de responsabilidade socioambiental das empresas, pois, como reconhecem Ferreira, Afonso e Bartholo (2008, p.173-174): " [...] com a implantação do Sistema de Gestão Ambiental nas empresas, a comunidade do entorno passou a ser vista como principal parte interessada […]".

Na verdade, as empresas não existem desconectadas da comunidade, razão pela qual é fundamental que as empresas se aproximem das comunidades na qual estão inseridas, sobretudo, da comunidade do entorno, estabeleçam laços de confiança e demonstrem que se importam com seus problemas. Somente assim a comunidade passa a vê-la como parte integrante da mesma, não como uma estranha que invadiu seu espaço. Como aponta Sousa:

> Se uma empresa é vista pela população como um "ser estranho" à comunidade é bastante provável que haja protestos, incidentes e até mesmo atos de sabotagem e saqueamento na empresa. Por outro lado, se há a construção de um relacionamento amistoso entre empresa e comunidade, é possível que a comunidade seja treinada e aproveitada como força de trabalho pela unidade, possibilitando à empresa a redução de gastos como transporte de seus funcionários (SOUSA, 2006, p.89).

Como bem lembra o relatório Maribyrnong City Council (2012, p.8), as empresas e os empregados fazem parte da comunidade e há muitas maneiras pelas quais as empresas podem se envolver com organizações comunitárias. Um número crescente das empresas está adotando uma abordagem estratégica para a RSA, buscando garantir que suas atividades na comunidade estejam em consonância com os seus objetivos de negócios. Nesse aspecto, as empresas podem muito bem estar interessadas em estabelecer parcerias com a comunidade, construindo relações produtivas com as organizações da comunidade baseadas numa comunicação aberta, confiança e honestidade.

O número de organizações da sociedade civil envolvidas na promoção da responsabilidade corporativa aumentou expressivamente nos últimos anos, e aquelas que tiveram impacto significativo variaram consideravelmente em termos de alcance, táticas e interesses. Algumas estão formalmente constituídas como instituições não

lucrativas, enquanto outras podem ter uma estrutura menos formal, tomando a forma de um movimento de base (OLIVIERO; SIMMONS, 2013, p.82).

Segundo Félix (2003), os atores organizados da sociedade possuem contribuições distintas e complementares. Salienta-se, portanto, a importância que as parcerias, entre as organizações privadas com as organizações do terceiro setor e do governo, têm para articular o movimento de transformação social, ampliando o alcance das ações, racionalizando o uso dos recursos e realizando a cidadania e participação em todos os sentidos. De acordo com Ismail (2009, p.203), os líderes comunitários são pessoas que se esforçam para influenciar os outros a assumirem a responsabilidade por suas ações, suas realizações, e o bem-estar da comunidade.

Um aspecto importante no que se refere à relação estabelecida entre empresas e comunidade nas iniciativas de RSA é a existência de empatia entre os parceiros. Como indica o relatório Maribyrnong City Council (2012, p.8), assim como as empresas devem reconhecer as limitações que as organizações comunitárias enfrentam e tentar trabalhar dentro desses parâmetros em vez de se posicionar contra eles, da mesma forma se uma organização comunitária faz o dever de casa e se esforça para entender como uma determinada empresa opera e quais as suas motivações éticas, ela tem mais chances de que um parceiro de negócios tenha interesse em sua causa. De acordo com o relatório, o verdadeiro desafio para transformar o conceito de responsabilidade social empresarial em ação está no estabelecimento de uma linguagem comum e na criação de um espaço onde organizações comunitárias e empresariais podem se encontrar e se comunicar em igual chão (MARIBYRNONG CITY COUNCIL, 2012, p.8).

O estabelecimento de relações positivas com a comunidade local e a consequente acumulação de capital social é de particular importância para as empresas que vêm do exterior (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS, 2001, p.13). A respeito da atuação de empresas multinacionais em iniciativas de responsabilidade socioambiental voltadas para a comunidade, a pesquisa do International Society for Third-Sector Research pondera que:

> As empresas multinacionais recebem influência das políticas corporativas globais para realizarem ações junto às comunidades e às organizações da sociedade civil nas regiões em que estão localizadas. Uma análise mais aprofundada dessas iniciativas indica que, geralmente, elas encontram alguns problemas: uma estratégia de atuação social global pode não atender necessidades específicas da comunidade local, ou mesmo, estabelecer conflitos com padrões culturais vigentes (ISTR, 2013, p.35-36).

Essa questão enaltece a importância de as empresas conhecerem a comunidade, levantarem seus problemas e interagirem com suas lideranças, antes de implementarem qualquer iniciativa de RSA. Iniciativas desta natureza que não estejam assentadas na realidade da comunidade tendem a ser menos efetivas e produzir resultados paliativos, e uma comunidade insatisfeita pode gerar impactos negativos aos negócios.

O Pacto Global incentiva as empresas a realizarem ações mais voltadas para a comunidade, a fim de aumentar o seu impacto positivo na sociedade, apoiando, assim, as questões e os mais amplos objetivos da ONU, como, por exemplo, as áreas de saúde, pobreza, educação, segurança alimentar, paz, migração e assistência humanitária (UNITED NATIONAL GLOBAL COMPACT, 2013).

O guia Maribyrnong City Council (2012), desenvolvido pelo Conselho Municipal de Maribyrnong, constitui-se num recurso prático para as organizações da comunidade interessadas em estabelecer parcerias com as empresas, podendo-se visualizar diversas experiências de parcerias empresariais com a comunidade.

A parceria de negócios com a comunidade existe quando uma empresa e uma organização comunitária identificam objetivos comuns e concordam em trabalhar em conjunto para alcançar esses objetivos, compartilhando e alavancando suas forças, conhecimentos e recursos para beneficiar os negócios e a comunidade (MARIBYRNONG CITY COUNCIL, 2012, p.2).

Utilizando a ideia do "*triple bottom line*", como um ponto de referência, a comunidade, organizações e empresas podem ter mais em comum do que podem pensar. Embora as suas prioridades e a escala de sua atividades possam variar, ambos estão preocupados com os bens ou serviços que eles fornecem, o ambiente em que operam, e fundos ou recursos a que têm acesso (MARIBYRNONG CITY COUNCIL, 2012, p.8).

As comunidades que aspiram uma transformação dentro das questões relativas à sustentabilidade podem se beneficiar da prática do diálogo e cooperação com o setor privado, que pode trabalhar como indutor do seu desenvolvimento de múltiplas formas.

Na visão de Mackey e Sisodia:

> [...] Negócios conscientes comportam-se como responsáveis cidadãos de suas comunidades. Isso implica ajudar a resolver alguns problemas que a sociedade enfrenta em nível local, nacional e potencialmente global. Em sua maioria, as companhias têm infraestrutura e capital intelectual que podem ser aproveitados em favor das comunidades onde eles atuam. Empresas conscientes trabalham rotineiramente em projetos comunitários em parcerias com organizações sem fins lucrativos – em especial, com aquelas que exerçam atividades relacionadas ao seu *core business* –, encorajando os próprios colaboradores a se envolver nas atividades (MACKEY; SISODIA, 2013, p.133):

De acordo com esses autores, o aproveitamento de sinergias entre os atores sociais tem sido apontado como um fator importante na solução de problemas socioambientais. No modelo típico de parceria, as empresas fornecem dinheiro, expertise operacional e capital intelectual, enquanto as entidades oferecem propósito, pessoas altamente motivadas e uma poderosa rede de relacionamentos, tratando-se de um sistema ganha-ganha, já que tanto um lado como o outro conseguem ser mais produtivos na geração de valor para as comunidades que desejam atender.

Colocada a importância de as empresas trabalharem de forma dialógica e cooperativa com a comunidade local, passa-se à abordagem da importância de elas interagirem também com o Governo Municipal em suas iniciativas de RSA.

7.4.2 A importância das relações da empresa com o Governo Municipal

O desenvolvimento das iniciativas de RSA das empresas em parceira com o Governo Municipal é de suma importância, uma vez que a gestão de projetos de cunho socioambiental utilizando-se da intersetorialidade tem sido apregoada como uma alternativa para enfrentar os problemas que afetam a sociedade no século XXI. É nesse contexto que ganha importância o papel dos governos na promoção da sustentabilidade, ao viabilizar as mais diversas formas de interação entre o setor público e o privado.

Por intersetorialidade entende-se: "A articulação entre sujeitos de setores sociais diversos e, portanto, de saberes, poderes e vontades diversos, para enfrentar problemas complexos..." (FEUERWERKER; COSTA, 2000, p.94).

A respeito das motivações para o surgimento de um novo padrão de colaboração intersetorial em diferentes frentes de desenvolvimento em vários países, Dreher, Souza e Ullrich apontam que:

> A combinação dos fatores emergentes – contextos políticos, legais, econômicos e outros que encorajam as iniciativas em conjunto; a proliferação de exemplos de sucesso em muitas regiões; o aumento das instituições intermediárias que possibilitam a construção de pontes entre as lideranças; e o desenvolvimento das relações pessoais de confiança entre as lideranças dos diferentes setores – proporcionam uma base para a rápida expansão da colaboração em problemas complexos (DREHER; SOUZA; ULLRICH, 2007, p.52).

Embora a abordagem intersetorial em políticas públicas seja algo recente, já está sendo considerada como uma alternativa de resolução para os problemas com os quais a administração pública tem de lidar. Algumas cidades já contam com programas que consideram a intersetorialidade como um tipo de atuação para alcançarem maior efetividade e impacto sobre os problemas e as demandas da população (CKAGNAZAROFF; MELO, 2006, p.1).

Segundo o ISTR (2013, p.44), a condição fundamental para que as alianças intersetoriais garantam a maior eficiência aos projetos focados em reduzir as desigualdades sociais do país é que estas ações estejam alinhadas a políticas públicas formuladas com eficiência, eficácia e efetividade, sendo necessário que as alianças intersetoriais não se limitem a operar projetos específicos, mas que se proponham a gerar impactos de ressonância social. E, de outro lado, as esferas governamentais sejam sensíveis a essas propostas de colaboração, não apenas em atividades operacionais de cunho decisório, tais como o levantamento, a análise e a priorização de necessidades e problemas sociais na geração de diagnósticos com métodos participativos e interativos; o mapeamento das potencialidades e dos recursos locais na definição dos planos de ação e de alocação das atribuições e responsabilidades; e o equilíbrio na distribuição de poder entre as organizações que constituem a rede de atendimento e de mobilização do trabalho em colaboração.

Verifica-se assim que, da mesma forma como foi focada a importância do trabalho sinérgico entre a empresa e a comunidade local desde o início da gestão de suas iniciativas de RSA, também é fundamental que a empresa tenha uma relação sinérgica com o governo na gestão dessas iniciativas, as quais devem ser pautadas pelo diálogo e pela cooperação, de modo que haja uma real articulação entre os sujeitos envolvidos no trabalho colaborativo.

Ao explicar o princípio da Inclusão, propondo que uma organização deve ser inclusiva, a norma AA 1000, versão 2008 explica que a inclusão é muito mais do que um processo de envolvimento das partes interessadas, consistindo na cooperação em todos os níveis, nomeadamente em matéria do modelo de governo, de forma a alcançar melhores resultados (ACCOUNTABILITY, 2010, p.10).

Nesse aspecto, o relatório Red Mercosur/Pnuma aponta que:

> A promoção da cooperação público-privada, por meio de espaços de articulação dos múltiplos atores, a modernização do estado e uma forte liderança, tanto do estado como do setor privado, será fundamental para construir um cenário que promova a eficiência do uso dos recursos e ao mesmo tempo incentive a sustentabilidade e as sociedades mais inclusivas (RED MERCOSUR/PNUMA, 2011, p.10).

A possibilidade de colaboração entre o setor público e o setor privado tem crescido nos últimos anos, permitindo assim aproveitar as vantagens que cada um deles oferece: maior agilidade no setor privado e, no setor público, maior preocupação com os direitos do cidadão e com as áreas naturalmente deficitárias que só podem funcionar se subvencionadas (SARAVIA, 2010, p.7).

Para o desenvolvimento sustentável de um país, é necessária a partilha da responsabilidade entre o governo e a comunidade empresarial (MAHMUD, 2004). Entretanto, a gestão compartilhada de iniciativas de RSA por parte do setor privado e do setor público não substitui a responsabilidade deste em prover soluções aos problemas socioambientais da humanidade, tampouco o isenta de suas funções que estão essencialmente voltadas para o bem comum, com vistas a fomentar a cidadania e o fortalecimento do Estado Democrático.

Para entender a importância do trabalho dialógico e cooperativo com o Governo Municipal nas iniciativas de RSA das empresas, busca-se inicialmente a compreensão sobre o papel da administração pública na sociedade contemporânea, a qual tem sobre si uma importante responsabilidade: a de promover o bem-estar da coletividade. Bem-estar este que ganha novos contornos no Brasil, com o advento da democracia e com a ampliação dos direitos da sociedade.

Nesse aspecto, a Constituição Brasileira de 1988 prescreve como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988, art. 6), redação dada pela Emenda Constitucional

n.º 64/2010), além do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida (BRASIL, 1988, art. 225).

Considerando que a responsabilidade do governo é promover o bem-estar social (SCHVARSTEIN, 2003), para atender a esses direitos, os governos têm um importante papel na geração de políticas públicas que atuem na solução dos problemas da sociedade. Entretanto, enfrentam dificuldades em atender à ampla demanda a eles impostas, além do que estão subordinados ao princípio da legalidade, não havendo espaço para o desenvolvimento de iniciativas voltadas para a solução dos problemas socioambientais da sociedade não prescritas em lei. Na verdade, como bem lembra Bessa (2006, p.179): "[...] a responsabilidade do Poder Público pela promoção do bem coletivo conflita com a capacidade financeira para tanto". É nessa seara que se verifica a importância de buscar novos mecanismos para financiar as demandas da sociedade, o que torna as parcerias com o setor privado fundamentais, uma vez que este tem maior liberdade de direcionar recursos para o desenvolvimento de iniciativas de RSA. Como constata o IBAM (2013, p.46): "As novas demandas feitas ao Poder Público no desenvolvimento da prestação de serviços públicos engendraram a necessidade do trespasse das fronteiras da cooperação para além dos espaços tradicionalmente ocupados pela Administração Pública".

Em contrapartida, as empresas, diante da constatação da necessidade de impor limites ao crescimento, da necessidade de instaurar um novo modelo de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, e da crescente valorização da incorporação de princípios éticos ao sistema produtivo, viram-se impelidas a rever suas práticas, fortalecendo o movimento da RSA. Diante deste disto, melhorar a qualidade das relações entre o setor privado e o setor público nas iniciativas de RSA se faz essencial.

Nesse sentido, importante se faz observar que, historicamente, as relações entre Estado e Mercado foram marcadas pela competição; este era visto como o vilão, cujo principal objetivo era a busca do lucro, e aquele como fidalgo, cujo principal objetivo era a busca do bem comum. Essa visão a partir da segunda metade do século XX, veio gradativamente cedendo lugar a relações mais harmoniosas e colaborativas entre Estado e Mercado, diminuindo as distâncias que separavam o privado do público. Segundo Fischer (2005, p.8): "A crescente mobilização de recursos privados para fins públicos representa uma ruptura com a tradicional dicotomia entre público e privado, na qual o público era sinônimo de estatal e o privado, de lucrativo".

Uma das conclusões do estudo de Nicolau e Simaens (2008, p.76) é a de que a RSA contribui inquestionavelmente para esbater as fronteiras setoriais entre o privado e o social, não só porque as empresas entram no social como agentes de oferta, mas também porque podem contribuir para reconfigurar este setor com ofertas inovadoras e novas formas organizacionais resultantes de colaborações ou alianças entre empresas e organizações sociais. Ademais, a RSA traz às organizações sociais novos desafios de gestão, principalmente nas formas colaborativas em que a negociação, a ajustamentos e a prestação de contas entre as partes exigem competências acrescidas e maior abertura cultural.

De acordo com a KPMG Internacional (2011), a melhoria das relações das empresas com as autoridades públicas cresceu no ano de 2008 de 9% para 21%. A respeito das aproximações do setor privado com o setor público, Matias-Pereira (2010, p.112) reconhece que: "Em um sentido amplo, os princípios básicos que norteiam os rumos dos segmentos dos setores privado e público são idênticos: transparência, equidade, cumprimento das leis, prestação de contas e conduta ética".

Setubal (2012, p.1) alerta que: "Os desafios do século 21 exigem novas formas de ver, pensar, sentir e agir, forçando-nos a criar modelos de referência inéditos na história da humanidade". Um exemplo disso, são as mudanças nas relações entre empresas e governos, pois as relações de competição têm cedido espaço a relações de cooperação. Morais e Costa (2010, p.17) afirmam que: "A colaboração é uma tendência a ser considerada quando se discutem novos paradigmas de produção e de consumo". Como reconhece o relatório PNUD:

> Tanto os governos como os mercados podem falhar, mas geram-se sinergias quando trabalham em conjunto. Os progressos na via do desenvolvimento não podem ficar entregues apenas aos mercados. […] A maior parte dos Estados orientados para o desenvolvimento que registram êxitos introduziram políticas industriais e afins que fomentam o potencial do setor privado para contribuir para o desenvolvimento humano (PNUD, 2013, p.73).

De acordo com Kavas (2012, p.9), o objetivo final da colaboração entre o setor público e privado é a agregação de valor, ou seja, um produto qualitativamente melhor pelo mesmo investimento ou a mesma qualidade por menos dinheiro. Em alguns casos, uma melhor prestação de contas e a promoção da inovação também são mencionadas como objetivos estratégicos. É nesse contexto que se torna fundamental o alinhamento das iniciativas de RSA das empresas às políticas públicas. Na percepção da Comissão Europeia:

> *El comportamiento responsable de las empresas es especialmente importante cuando agentes del sector privado oferecen servicios públicos. Ayudar a reducir los efectos sociales de la actual crisis económica, como la pérdida de puestos de trabajo, forma parte de la RSE. Esta conlleva un conjunto de valores sobre el que debe construirá una sociedad más cohesiva y en el que se basará la transición a un sistema económico sostenible* (COMISSÃO EUROPÉIA, 2011, p.4-5).

Colocada a importância da cooperação entre setor público e privado na solução dos problemas socioambientais da humanidade, aborda-se o surgimento da necessidade do estabelecimento de boas práticas na administração pública e como os governos municipais podem atuar como catalisadores para a cooperação em nível local, motivando as empresas a investirem na área socioambiental

Diversos fatores têm influenciado a adoção de práticas sustentáveis na administração pública nas mais diferentes esferas de governo: o advento da democracia; a busca de maior eficiência; a exigência de maior transparência nas suas ações com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal; a demanda pela incorporação de princípios éticos e contra a corrupção nas ações dos governos, bem como a demanda pela incorporação de práticas sustentáveis na atuação do setor público.

Um dos objetivos da República Federativa do Brasil é a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (BRASIL, 1988, art. 3.º, inciso 1), sendo fundamental nesse aspecto que a administração pública incorpore práticas sustentáveis na sua atuação. As pressões da sociedade civil organizada em cima de uma maior responsabilização do setor público, ganharam força no artigo 225 da Constituição, que coloca a responsabilidade pelo meio ambiente como uma responsabilidade solidária, no artigo 3.º da Lei Federal n.º 12.187 de 29/12/2009, que trata da Política Nacional da Mudança do Clima (PNMC), bem como na Lei Federal n.º 12.305 de 02/08/2010, que trata dos Resíduos Sólidos.

O setor público tem um importante papel a desempenhar na esfera socioambiental no sentido de incentivar o setor privado e a sociedade a adotarem práticas sustentáveis. O capítulo 8 da Agenda 21 (1995) trata da integração entre meio ambiente e desenvolvimento econômico na tomada de decisões, demonstrando a importância da utilização eficaz de instrumentos econômicos e de incentivos de mercado. Nesse sentido, torna-se fundamental que a administração pública dê o exemplo, adotando práticas sustentáveis em sua atuação, considerando o volume do seu gasto e pautando suas decisões pela utilização racional de seus recursos.

Nesse aspecto, por meio da implantação da Agenda ambiental (A3P), criada como Agenda no ano de 1999 e como Programa de Governo no ano de 2001, o setor público no Brasil tem procurado centrar sua atuação em cinco eixos temáticos, a saber: gestão de resíduos, licitação sustentável, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação dos servidores e uso racional de recursos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2013).

No Quadro 1 pode-se visualizar a fundamentação legal e importantes formulações de legislações relacionadas aos princípios e diretrizes da Agenda A3P.

Quadro 1 - Fundamentação legal e importantes formulações de legislações relacionadas aos princípios e diretrizes da Agenda A3P

Fundamentação legal		
Instrumento	**Número/ano**	**Especificação**
Lei	6.938/1981	Institui a Política Nacional do Meio Ambiente. É considerada um marco histórico no desenvolvimento do direito ambiental, estabelecendo definições legais sobre os temas: meio ambiente, degradação da qualidade ambiental, poluição, poluidor e recursos ambientais. Esta lei instituiu, entre outros, um importante mecanismo de proteção ambiental – o estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e seu respectivo relatório (Rima), instrumentos modernos em termos ambientais mundiais.
Constituição Federal	1988	Dedicou, em seu título VIII - Da Ordem Social - Capítulo VI, artigo 225, normas direcionais da problemática ambiental, definindo meio ambiente como bem de uso comum do povo.
Lei	9.605/1998	Trata dos crimes; é considerada um marco na proteção efetiva do meio ambiente.
Importantes formulações de legislações relacionadas aos princípios e diretrizes da A3P		
Decreto	5.940/2006	Instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, bem como sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.
Lei	12.349/2010	Altera o art. 3.º Lei n.º 8.666/1993 com a inclusão da Promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável como objetivo das licitações.
Lei	12.187/2009	Institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas.
Lei	12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Instrução Normativa MPOG	1/2010	Estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal.
Norma	ISO 26.000	Estabelece as diretrizes sobre responsabilidade social.
Lei	12.462/2011	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas;
Recomendação CONAMA	12/2011	Indica aos órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA a adoção de normas e padrões de sustentabilidade;
Projeto Esplanada Sustentável	2012	É composto pela A3P do MMA, PEG/MPOG, do PROCEL/MME e da Coleta Seletiva Solidária da Secretaria Geral da Presidência da República, com metas de redução nos gastos e consumos pela administração pública federal;
Decreto	7.746/2012	Determina a adoção de iniciativas, dentre elas a A3P, referentes ao tema da sustentabilidade pelos órgãos e entidades federais, bem como suas vinculadas;
Instrução Normativa MPOG	10/2012	Estabelece as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável pela administração pública federal, bem como suas vinculadas.

Fonte: Construído pela autora com base na publicação Ministério do Meio Ambiente (2013).

A A3P se fundamenta nas recomendações de três documentos importantes que norteiam a questão ambiental: 1) no Capítulo IV da Agenda 21, que indica aos países o estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo; 2) no Princípio 8 da Declaração do Rio/92, que afirma que os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas; e 3) na Declaração de Joanesburgo, que institui a "adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável" (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2013, p.1).

Além da capacidade de indução que o poder público tem em incentivar práticas sustentáveis, há o poder de mobilização de importantes setores da economia exercido pelas compras governamentais, que movimentam de 10 a 15% do Produto Interno Bruto (PIB), podendo ser usado para garantir a mudança e adoção de novos padrões de produção e consumo, buscando a redução dos impactos socioambientais negativos gerados pela atividade pública. Dessa forma, o setor público pode contribuir com o crescimento sustentável, promovendo a responsabilidade socioambiental e respondendo às expectativas sociais (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2013).

Segundo Valente (2011, p.4), vários países passaram a utilizar, como mecanismo de fomento de iniciativas voltadas para a produção de bens e serviços sustentáveis, o poder de compra das entidades governamentais, cujos processos de seletividade de bens e serviços incorporam critérios de sustentabilidade ambiental. Adotaram normas de licitação sustentável, segundo o autor, entre outros países, os seguintes: Coreia do Sul, Reino Unido, Canadá, Estados Unidos, Noruega, África do Sul, Japão, Suécia, Áustria e Espanha.

De acordo com a publicação Metas de Sustentabilidade para os Municípios Brasileiros:

> O Ecoinstitut Barcelona e mais de 30 governos e instituições, incluindo o Brasil, aderiram durante a Rio+20 a uma nova iniciativa internacional promovida pelo Programa das Nações unidas para o meio Ambiente (PNUMA) e outros parceiros, para acelerar a transição para a sustentabilidade, por meio do poder de influência dos governos nos processos de compras públicas. A Iniciativa Internacional de Compras Públicas Sustentáveis (International Sustainable Public Procurement Initiative - SPPI) visa expandir a inclusão de critérios socioambientais nas compras públicas de bens e serviços dos governos, de forma a maximizar a demanda e os benefícios da produção responsável e sustentável (PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2012, p.28).

Como reconhece Pfaffenseller (2011, p.113), como os entes administrativos são responsáveis por uma grande parte do produto interno, a introdução de práticas de proteção ambiental na Administração Pública gera um inevitável direcionamento das atividades produtivas. Burigam (2010, p.35) considera que o Estado deve dar o "exemplo" com práticas de RSE por empresas públicas. Embora não tenha o poder de definir a agenda de responsabilidade socioambiental do empresário, pode apontar a direção que traria mais sentido estratégico às iniciativas empresariais.

Além da utilização do poder de compra, Zylbersztajn e Lins demonstram outras formas de o governo induzir a atuação responsável por parte das empresas:

> Se a ação maior das medidas voltadas ao ditames da sustentabilidade está concentrada na atividade das empresas, o papel indutor dos governos é insubstituível e absolutamente necessário. Os mecanismos fiscais, o poder de compra e a função normatizadora são atividades exclusivas e indelegáveis dos poderes púbicos, nas três esferas de competência, sejam elas federais, estaduais ou municipais (ZYLBERSZTAJN; LINS, 2010, p.xxii).

Entretanto, o Ministério do Meio Ambiente (2013) reconhece que promover a RSA como política governamental, auxiliando na integração da agenda de crescimento econômico concomitantemente ao desenvolvimento sustentável – é o principal desafio da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Mackey e Sisodia (2013, p.175) enfatizam a importância do governo na criação de valor compartilhado em sua atuação. Segundo os autores, o que realmente importa é se o governo age (ou não) de forma consciente, se cria ou destrói valor. Partindo da ideia de que a oportunidade de gerar valor econômico por meio da criação de valor social será uma das mais poderosas forças motrizes do crescimento econômico mundial, Porter e Krammer (2011, p.28) reconhecem que uma regulamentação pública correta pode incentivar empresas a buscarem valor compartilhado. Já normas erradas atrapalham e podem gerar *trade-offs* entre objetivos econômicos e sociais. Nesse aspecto, os governos têm um importante papel na criação de um ambiente propício para que as empresas sirvam à sociedade. Como salienta o estudo World Business Council for Sustainable Development:

> Os negócios não podem ter sucesso em sociedades que falham. Eles requerem sistemas legais e regulamentos básicos, infra-estruturas, serviços, educação e cuidados de saúde. Para além destes elementos fundamentais, o negócio depende de um sistema de suporte de políticas públicas. Os governos também ajudam a promover a sustentabilidade ambiental, social e económica.

> Eles criam e mantêm um campo de acção para as empresas, promovendo a competição e removendo subsídios despropositados, incluindo a cooperação em debates internacionais. Eles podem oferecer subsídios quando necessários, de forma a criar futuras indústrias chave e transições suaves necessárias, à medida que as vantagens comparativas a nível mundial mudam. As ferramentas das políticas públicas podem ser vistas em termos de hierarquia, variando desde acordos voluntários a medidas obrigatórias (WBCSD, 2013a, p.33).

Os governos podem, de muitas maneiras, auxiliar as organizações em seus esforços para atuarem de forma socialmente responsável, como no reconhecimento e na promoção da responsabilidade social (ABNT, 2010, p.10). No entanto, o que tem se observado muitas vezes, em países menos desenvolvidos, como aponta Kon (2013, p.56), é que a atuação das políticas públicas nesta interface não tem atentado para esta necessidade de sinergia e tem provocado uma dinâmica divergente entre os atores dos sistemas empresarial, comunitário e estatal, gerando implicações negativas, como falta de sinergia, tecnocracia burocrática ineficiente, impossibilidade de competitividade no mercado, clientelismo partidário e exclusão.

Porter e Krammer (2011, p.18) afirmam que: "O poder público precisa aprender a regular de modo a fomentar – e não obstruir – o valor compartilhado", e isso inclui diversas iniciativas do governo com vistas a incentivar uma atuação responsável em termos socioambientais por parte das empresas, como as apontadas pela The Economics of Ecosystems & Bioversity:

> Os governos têm um papel essencial a desempenhar no fornecimento de um ambiente fiscal propício e eficiente**.** Isto inclui a remoção de subsídios ambientalmente nocivos, oferecendo créditos fiscais ou outros incentivos para os investimentos de conservação, o estabelecimento de forte responsabilidade ambiental (por exemplo, títulos pelo desempenho, requerimentos para compensação), o desenvolvimento de novos direitos de propriedade dos ecossistemas e regimes de comércio de bens (por exemplo, o comércio relacionado à qualidade da água), incentivar o aumento do acesso público às informações por meio de relatórios e regras de divulgação e facilitar a ampla colaboração entre as empresas (TEEB, 2010, p.19).

Durante a última década, a responsabilidade corporativa tornou-se um tema de grande interesse político. Os governos têm se tornado cada vez mais proativos na promoção da responsabilidade corporativa mediante a adoção de uma série de políticas para promover atividades de negócios responsáveis (UNITED NATIONAL GLOBAL COMPACT; BERTELSMANN STIFTUNG, 2010, p.12). Exemplo disso, são as iniciativas desenvolvidas na última década pela União Europeia, que tem no

diálogo e na cooperação com o setor privado uma parte importante de sua estratégia em responsabilidade social empresarial. Senior e López (2008) demonstram os avanços auferidos pela União Europeia no sentido de propiciar um ambiente proeminente para as ações de responsabilidade socioambiental das empresas: um ambiente de diálogo e cooperação entre o setor público e o setor privado.

O documento *Government Resolution on Corporate Social Responsibility* (2012) assinala que a crescente importância da responsabilidade social corporativa pode ser vista em declarações sobre o assunto em uma série de documentos na Finlândia, tais como o Relatório do Governo ao Parlamento sobre a Política de Direitos Humanos 2009; a Resolução do Governo sobre Política Estadual de Propriedade 2011; o Programa da Política de Desenvolvimento de 2012; o Plano de Ação das Relações Econômicas Externas 2012, entre outros. O Governo finlandês compromete-se a promover a RSE por meio desse plano de ação, em parceria com o setor público, empresas, ONGs, organizações do mercado de trabalho e outras organizações, bem como o Estado se compromete a adotar uma conduta responsável em suas próprias operações.

Segundo Pfeiffer (2001, p.32), a valorização política da parceria público-privada em administrações públicas locais vem ocorrendo desde o final da década de 1970 em países europeus e nos Estados Unidos, onde proliferaram experiências administrativas de cooperação entre o setor público e setor privado. De acordo com Cota (2010, p.2-3), a partir da década de 1970 o termo "parceria público-privada" passa a ser utilizado nas formulações de políticas urbanas, aparecendo associado aos novos instrumentos de planejamento e gestão do espaço urbano. Segundo a autora, a parceria público-privada foi utilizada na gestão urbana tanto para implementar projetos específicos de urbanização ou renovação urbana como para viabilizar a construção e a operação de infraestruturas e equipamentos coletivos, mostrando-se eficaz como instrumento de planejamento ao promover a revitalização de áreas degradadas.

No Brasil, a valorização da parceria público-privado nas administrações públicas locais é mais recente, datando da década de 1990, a multiplicação de experiências de colaboração financeira e administrativa de empresas privadas no planejamento/execução de projetos de desenvolvimento urbano e na realização de obras e serviços locais, sendo a maior parte delas pouco conhecida ou estudada (PFEIFFER, 2001, p.35).

De acordo com Schapoval (2011, p.62), as práticas mundiais confirmam a importância das relações de parceria entre as empresas e o Estado. Interagindo com as empresas, o Estado tem chance de mobilizar o capital privado para o financiamento de projetos de importância nacional, tornando-as socialmente orientadas.

As empresas podem trabalhar em cooperação com o setor público utilizando-se de diferentes meios. Fontes (2001, p.194) ressalta que para fins de cooperação social, ganham destaque: a parceria, a aliança e as redes. O termo parceria pode ser entendido como a atuação conjunta de dois ou mais atores sociais, de maneira que a atuação de um deles complemente a atuação do outro, aproveitando-se as habilidades institucionais distintas. De acordo com o autor, quando as parcerias evoluem e sentem a necessidade de atuar no mercado social, criam-se as alianças estratégicas, as quais se dão entre atores sociais que poderiam atuar isoladamente ou, até mesmo, de forma concorrente, como costuma ocorrer. Porém, motivados pelo fato de compartilharem um mesmo conjunto de princípios ético e políticos, e por terem consciência da magnitude e da complexidade do desafio a ser enfrentado, tais atores decidem atuar conjuntamente. Segundo Brito:

> A constituição de 88, embora não faça menção explícita ao termo parceria, prevê em diversos artigos formas de relacionamento entre os setores público e privado, ou autoriza a exploração de determinadas atividades, notadamente aquelas ligadas à prestação de serviços nos setores de telecomunicações, radiodifusão, navegação aérea, aeroespacial e infra-estrutura aeroportuária, transporte ferroviário e aquaviário, transporte rodoviário, portos marítimos e ainda previdência, saúde, educação etc. (BRITO, 2010, p.6).

Também com a descentralização trazida pela Constituição Brasileira de 1988, há uma reconfiguração do papel dos municípios, sendo que estes passam a assumir uma importância singular como ente federativo, gozando de maior autonomia em suas atividades, porém, recebendo, também, maiores responsabilidades.

O Município é o espaço mais próximo do cidadão, é onde as pessoas vivem e trabalham, é o lugar onde se constroem projetos de vida e se ajudam no desenvolvimento local, enfim, onde criam e fortalecem suas identidades socioculturais e políticas (FERNANDES, 2011).

De acordo com o relatório PNUD (2013), os municípios brasileiros são peças importantes de um complexo mosaico, com inúmeros desafios, mas também com enormes oportunidades. O IPEA (2010, p.690) afirma que: "O Brasil, ao longo de sua história, passa dos 177 municípios existentes na época colonial para 5.565, mostrando

por que sua divisão político-administrativa é considerada uma das mais dinâmicas do mundo."

Segundo Vitte (2006, p.78), o tema desenvolvimento econômico local tem ganhado destaque na discussão do papel dos municípios como agentes de promoção e ativação do desenvolvimento econômico. Entretanto, os municípios têm também um importante papel na esfera socioambiental, pois, como afirma Nascimento e Bursztyn:

> […] é inegável que o município é o ente administrativo da federação onde os problemas ambientais estão mais próximos da vida do cidadão, cabendo à administração municipal a responsabilidade pela tomada de decisão e execução da gestão ambiental no âmbito local (NASCIMENTO; BURSZTYN, 2011, p.185).

Segundo esses autores, a questão ambiental passou a fazer parte da vida dos municípios brasileiros com maior ênfase a partir da Constituição de 1988.

Tanto ambientalistas como governantes "descobriram" que o nível local é o lugar onde efetivamente existem maiores condições para contenção, prevenção e solução da maioria dos problemas socioambientais; visão esta orientada pela percepção de que o desenvolvimento urbano daqui para frente deverá ocorrer, necessariamente, sob bases socioambientais sustentáveis (TOURAINE, 1996, p.52-53).

As prefeituras municipais compõem a esfera de governo responsável pela administração dos municípios. Elas são bastante solicitadas a encontrar respostas concretas para os problemas locais (VITTE, 2006, p.80). Segundo Vitte, a maior parte dos mais de 5.500 municípios brasileiros tem sérios problemas econômicos e gerenciais para fomentar o desenvolvimento econômico local, o que faz a discussão assumir elevado grau de complexidade. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal ressalta que: "Os Municípios têm à sua frente um grande desafio: implementar em seu território os princípios do desenvolvimento sustentável, o que significa compatibilizar as várias dimensões do desenvolvimento" (IBAM, 2013, p.123).

A administração pública municipal tem se destacado como agente de desenvolvimento por meio de políticas, estratégias e alianças (VITE, 2006, p.78). Também segundo esse autor:

> A discussão do papel dos municípios na promoção do desenvolvimento aponta para o crescimento de suas responsabilidades em relação às iniciativas voltadas para a melhoria das condições de vida e à busca de soluções dos problemas urbanos e, enfim, da gestão local (VITTE, 2006, p.80).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal: "O Município é importante propulsor da economia, visto que lhe cabe promover o desenvolvimento local e o fomento econômico, e, para isso, deve ter o princípio da eficiência como um de seus lemas" (IBAM, 2013, p.12). Para solucionar os problemas socioambientais que as cidades enfrentam no século XXI, os governos municipais podem atuar como catalisadores para a cooperação em nível local, motivando as empresas a investir na área socioambiental. Plahte (2004, p.83) destaca que os municípios urbanos muitas vezes desempenham um papel crucial para iniciar a cooperação e organizar a participação da esfera privada.

O estudo de Castells e Borja (1996, p.160-161) ressalta que a cooperação social é uma necessidade imprescindível no confronto com novas problemáticas no âmbito urbano, por sua natureza ou intensidade, tais como a questão do emprego, da segurança ou da manutenção dos espaços públicos, além de outras como a atenção social aos idosos, o cuidado com o meio ambiente ou a promoção de atividades culturais integradoras de uma população heterogênea e, parcialmente, vulnerável à marginalização. Na percepção dos autores, as políticas públicas não são suficientes, na medida em que nunca contarão com todos os recursos necessários nem podem construir modos de gestão adequados a essas demandas sociais. A ação pública deve, assim, apoiar e estimular a iniciativa social.

Como propõe Paula:

> Os gestores públicos não podem substituir a iniciativa dos empresários locais na criação de novos negócios e na modernização e ampliação dos negócios já existentes. Mas podem, através do planejamento estratégico e da gestão com foco em resultados, promover a concertação de interesses, a construção dos consensos possíveis e necessários para alavancar um processo de desenvolvimento endógeno. Além disso, os investimentos públicos, quando alinhados com as oportunidades e vocações econômicas do território, podem produzir resultados de maior qualidade e sustentabilidade. Cooperação e parceria entre as empresas e entre o setor privado e o setor público são fatores que produzem externalidades positivas para a competitividade sistêmica territorial (PAULA, 2010, p.139).

Segundo o World Cities Summit (2012, p.34), os governos locais e nacionais devem coordenar seus esforços para fornecer plataformas em que a colaboração possa ocorrer e chegar a outras partes interessadas em comunidades.

Os mais diversos tipos de parcerias são essenciais para somar forças na busca de solução aos problemas urbanos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

> O Município, no exercício de sua autonomia, pode firmar convênios e instituir consórcios para execução de matérias de sua competência em conjunto com outros entes da Federação ou entes privados, utilizando-se, dentre outras normas, da Lei de Parceria Público-privada (Lei n.º 11.079/04), da Lei de Consórcios (Lei n.º 11.107/05) e do Decreto n.º 6.170/07, que trata dos convênios com a União, regulamentado pela Portaria Interministerial n.º 127/08 e suas alterações (IBAM, 2013, p.19-20).

Desse modo, as parcerias público-privadas são uma ferramenta entre outras que as cidades podem usar, enfatizando-se que as cidades devem buscar muitos parceiros, e não apenas o setor privado, mas os grupos organizados da sociedade civil, universidades e outros, que podem trabalhar em conjunto em diferentes soluções (COX, 2012, p.7). O trabalho colaborativo e a realização de parcerias com os mais diferentes setores são destacados também por Borreskov (2012, p.15) como elementos essenciais para o trabalho estratégico para a construção de cidades habitáveis e sustentáveis..

Murphy (1980, p.842-842) recomenda que seja dada atenção aos outros atores-chave no processo de desenvolvimento econômico, ou seja, o setor privado e as dezenas de organizações comunitárias criadas para melhorar a vida urbana, porque é improvável que o governo, por conta própria, possa resolver os problemas que assolam as áreas urbanas. A fim de recolher provas concretas do valor dos esforços das organizações não governamentais e da relação desses esforços com os programas governamentais, a rota que as iniciativas empreendidas pelo setor de negócios e pelas organizações comunitárias optam em seguir deve ser cuidadosamente monitorada. Um certo nível de participação público-privada é necessária porque a incapacidade de solucionar males urbanos no presente pode levar a problemas mais graves no futuro.

Sobretudo, as empresas podem maximizar sua contribuição na solução dos problemas que as cidades enfrentam melhorando suas relações com o governo, alinhando suas iniciativas às políticas públicas. Como destaca a TEEB (2010, p.10), o setor privado pode contribuir com significativa capacidade para os esforços de conservação e tem um papel fundamental a desempenhar na interrupção da

degradação da biodiversidade. As empresas precisam participar mais ativamente das discussões de políticas públicas adequadas para defender reformas regulatórias, bem como desenvolver diretrizes voluntárias complementares.

Dirigindo-se à realidade brasileira, Kon (2013, p.83) afirma que, apesar da percepção de que a gestão da responsabilidade social não tem a possibilidade de resolver definitivamente as questões sociais arraigadas, este instrumento de apoio no Brasil pode desempenhar um papel considerável na ação de complementação da formação humana e organizacional em diversas áreas da sociedade e da economia.

Colocada a importância do trabalho colaborativo com os *stakehoders* comunidade local e governo municipal, nas iniciativas de RSA das empresas, abordam-se a seguir alguns exemplos elucidativos de experiências de trabalho cooperativo entre empresas, governo municipal e comunidade, onde o trabalho em conjunto tem propiciado avanços na busca de solução aos problemas urbanos contemporâneos.

7.5 ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DIALÓGICAS E COOPERATIVAS ENTRE EMPRESAS, GOVERNO E COMUNIDADE NA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS URBANOS

O crescimento das cidades e a ampliação dos problemas urbanos contemporâneos têm revelado a importância da busca de novos modelos de gestão para o espaço urbano. Nesse aspecto, algumas experiências inovadoras nos municípios, que têm como cerne o diálogo e cooperação com empresas e comunidade, têm despertado a atenção para a importância da gestão compartilhada, pela qual se criam sinergias entre as iniciativas de RSA das empresas e os programas municipais, proporcionando maior eficiência no atendimento das demandas das comunidades locais.

Embora, como apontam Mazurkiewicz e Crown (2005, p.8), as parcerias estratégicas para o desenvolvimento sustentável por empresas, governo e sociedade civil sejam relativamente novas, é crescente o uso delas na Europa Central e Oriental. Trabalhando em conjunto, os parceiros buscam reconhecer objetivos comuns e desenvolver os meios de alcançá-los juntos. Eles buscam compartilhar riscos, reunir recursos e habilidades e proporcionar benefícios mútuos para cada uma das partes, em vez de anexar a culpa e transferir responsabilidades.

Na sequência, serão discutidas brevemente algumas dessas experiências mundiais para elucidar essa questão, iniciando-se pela abordagem das estratégias da União Europeia para a RSA empresarial.

A Comissão Europeia tem desempenhado um papel importante no que se refere ao incentivo à cooperação público-privada na solução de problemas socioambientais nas cidades. A década de 2000 se constituiu num marco no estabelecimento de políticas para a RSA empresarial por parte da Comissão Europeia, a partir do qual foram publicadas diversas diretrizes voltadas ao fomento de tais iniciativas, entre as quais: o Livro Verde e o Fórum Multilateral Europeu sobre RSE no ano de 2001 e a Aliança Europeia para a Responsabilidade Social Empresarial no ano de 2006, que estabelece a política da Comissão para a RSE. Mais recentemente, no ano de 2011, a Comissão Europeia divulgou uma estratégia renovada para a Responsabilidade Social Empresarial para o período de 2011 a 2014.

A União Europeia é pioneira no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção da responsabilidade socioambiental empresarial, o que contribuiu para alguns avanços em direção à atuação responsável das empresas. Entre esses avanços, a publicação Comissão Europeia (2011, p.4-5) destaca os seguintes:

- número de empresas da UE que se inscreveram para os dez princípios de responsabilidade social do Pacto Global das Nações Unidas subiu de 600 em 2006 para mais de 1900 em 2011;
- número de organizações com sites registrados na Gestão e Auditoria Ambiental (EMAS) subiu de 3.300 em 2006 para mais de 4.600 em 2011.
- número de empresas da UE que assinaram acordos de empresas transnacionais com globais ou organizações de trabalhadores europeus, abrangendo questões como as normas de trabalho, aumentou de 79 em 2006 para mais de 140 em 2011.

Uma iniciativa desenvolvida pela União Europeia que envolve a cooperação público-privada na solução de problemas urbanos é o Projeto *SOLUTIONS* (*Sharing Opportunities for Low Carbon Urban Transportation*), do qual fazem parte duas cidades brasileiras, Curitiba e Belo Horizonte. De acordo com Zotis:

> O Projeto SOLUTIONS reúne 23 organizações, 20 cidades com assistência direta e indireta, e mais de 70 especialistas no desenvolvimento e implementação de uma agenda de cooperação global por soluções de baixa emissão de carbono em transporte público, infraestrutura de transportes, logística urbana,

> planos de mobilidade urbana, gestão das redes de mobilidade urbana e veículos não poluentes. A intenção do programa é facilitar o diálogo e intercâmbio de iniciativas de mobilidade sustentáveis, promoção de políticas públicas de sucesso, fornecendo orientação e aconselhamento personalizado para os representantes municipais (ZOTIS, 2014, p.1).

A utilização da cooperação público-privada na solução de problemas urbanos já tem sido implementada com êxito em algumas cidades da Europa. A título de exemplo, abordar-se-á a seguir o caso da cidade de Oslo na Noruega, que é considerada uma experiência exemplar em planejamento urbano assentado na cooperação tripartite: empresas, governo e comunidade.

A respeito do processo de transformação urbana na Noruega, Plahte (2004, p.81) enfatiza que inicialmente foi estabelecido um estreito diálogo com o setor comercial com vistas a atingir uma compreensão comum das necessidades e potencialidades dos centros urbanos, e na negociação de soluções sobre como implementar e financiar a transformação urbana.

A cidade de Oslo conta com uma população de 625 mil cidadãos e um alto grau de igualdade social, participação e estabilidade política, tendo seu desenvolvimento urbano realizado em estreita cooperação com os promotores privados e demandas específicas da comunidade, baseando-se em valores como a qualidade física, funcionalidade e estética. A visão para Oslo é desenvolver uma cidade adequada para viver, visitar e trabalhar, uma cidade para todos (CITY OF OSLO - AGENCY FOR PLANNING BUILDING SERVICES, 2013, p.4).

As iniciativas de sustentabilidade da cidade de Oslo, em parceria com a comunidade e o setor empresarial, estão voltadas para várias frentes de atuação: a busca de maior eficiência energética; redução da emissão de fases de efeito estufa; política de transporte que inclui o incentivo ao uso do transporte público; a substituição de veículos tradicionais por veículos elétricos; o incentivo ao uso de bicicletas e a caminhadas, bem como a produção de biogás e combustíveis de hidrogênio.

A publicação *City of Oslo - Agency for Planning Building Services* (2013, p.25) destaca que o município é responsável por assegurar a participação ativa do público durante a preparação de planos de desenvolvimento. O progresso do planejamento municipal contribui para o debate público, e são tomadas medidas de informação com o objetivo de manter os cidadãos e organizações informadas.

Um dos pilares de programa de Ecologia Urbana de Oslo para o período de 2011 a 2026 é o trabalho em conjunto com os seus habitantes, o setor empresarial e o governo central para melhorar o ambiente da cidade. O plano destaca a importância de fortalecer o diálogo e a cooperação entre o governo central, o setor empresarial e o público sobre a responsabilidade compartilhada para a melhoria do ambiente e para o desenvolvimento sustentável de Oslo, tendo como principais temas: a redução de resíduos, redução de emissões de gases de efeito estufa e tornar o transporte de mercadorias e atendimento ao cliente e as viagens equipe mais sustentável. O plano destaca que as questões ambientais devem estar na agenda de todos os fóruns de cooperação que envolvem a cidade de Oslo, o governo central e setor empresarial (URBAN ECOLOGY PROGRAMME 2011-2026 (2011, p.22).

A cidade de Oslo é citada como exemplo em parcerias para a sustentabilidade. De acordo com o *The Integrated Mangement System for Local and Regional Sustainability* (2013), a Comissão da Cidade de Oslo decidiu substituir 95% dos queimadores de óleo em edifícios municipais por queimadores de bio-combustível ou de aquecimento urbano. A cidade possui ecocertificação de todas as agências e unidades de atendimento, o que irá reduzir o uso de energia ainda mais.

A cidade de Oslo implementou no ano de 2011 um plano para melhorar a qualidade do ar, estabelecendo como metas: reduzir em 50% as emissões de gases de efeito estufa até 2030 e em 80% até 2050; converter o desperdício de alimentos a partir da produção de biogás e adubo orgânico; utilizar o biogás para abastecer os veículos; e gerar e fornecer adubo orgânico para os agricultores. O Programa Cidades Sustentáveis (2013b) destaca alguns resultados auferidos nesse plano, advindos da ação conjunta da comunidade, empresários e governo:

- A estação de Bekkelaget inaugurada em 2010 trata o esgoto de aproximadamente 40% da população de Oslo;
- Em 2012 foi inaugurada a nova unidade de produção de biogás, a usina de Romerike, a qual produz combustível suficiente (cerca de 4,5 milhões Nm^3) para operar anualmente 135 ônibus. Isso reduz as emissões de CO_2 em 5.400 toneladas por ano. Também fornece cerca de 90.000 toneladas de adubo orgânico, o suficiente para suprir a necessidade de 100 fazendas norueguesas. Esse projeto ganhou o Prêmio Inovação 2012, pelo Conselho da Noruega.

- Em 2012, 3,98 milhões de biogás foram gerados. Destes, 78% foram purificados para produzir dois milhões de m³ de biometano (biogás melhorado), o equivalente a 2 milhões de litros de diesel em valor energético. Isso significa a economia de aproximadamente 3.700 toneladas de CO_2 que seriam liberadas na atmosfera por ano;
- 100 veículos pesados (principalmente caminhões de lixo) e 87 ônibus já estão utilizando o biogás como combustível. Com isso, as emissões de fuligem são 98% mais baixas, as emissões de óxido de nitrogênio 75% mais baixas e os níveis de ruído são cerca de 90% inferiores aos dos ônibus a diesel;
- Economia de 3.700 toneladas de CO_2 por ano;
- 85% das crianças em idade escolar vão a pé, de bicicleta ou usam o transporte público para ir à escola, e 88% da população tem fácil acesso ao sistema de transporte público;
- Oslo tem 3.357 veículos elétricos, considerada uma das maiores frotas do mundo.

De acordo com Caires (2011, p.1), a população de Oslo cresce 2% a cada ano, mas ainda assim a capital norueguesa mantém o menor índice de emissão de dióxido de carbono da região.

Outro exemplo que ilustra a importância da cooperação entre empresas, governo e comunidade na solução de problemas urbanos é o caso da cidade de Chattanooga, no Estado do Tennessee.

Considerada há 30 anos como uma das cidades mais poluídas nos Estados Unidos, a cidade de Chattanooga recebeu destaque nacional e internacional por suas realizações em direção ao desenvolvimento sustentável (ROGGE, 1998, p.105).

A experiência de Chattanooga foi partilhada pelo Prefeito *Ron Littlefield* no evento Cidades Inovadoras no ano de 2010 na cidade de Curitiba no Paraná, trazendo a lição que, quando empresas, comunidade e governo trabalham em cooperação, é possível superar os mais graves problemas socioambientais que as cidades enfrentam no mundo contemporâneo.

A poluição industrial em Chattanooga levou a cidade à deterioração, podendo-se nela observar um conjunto de fábricas vazias, o centro deteriorado, subúrbios enormes e a pior qualidade do ar de qualquer cidade dos Estados Unidos. Segundo

Bowen (2010, p.2), em 1969, a poluição do ar em Chattanooga era tão ruim que reduziu a vista magnífica sobre as montanhas próximas à cidade a uma bruma de nevoeiro, obrigando os motoristas a dirigir com as luzes acesas durante o dia.

A cidade também sofreu grande deterioração urbana. Conforme Santucci (2014, p.4): "As pessoas foram deixando a cidade e as indústrias foram murchando. As empresas estavam se fechando; a cidade estava morrendo. Essa situação tornou a ação comunitária uma necessidade absoluta".

Os cidadãos, líderes empresariais e autoridades eleitas se uniram para enfrentar o problema e, apenas alguns anos mais tarde, a cidade cumpriu ou excedeu todos os padrões nacionais de qualidade do ar. Esse compromisso inicial de toda a cidade para o ambientalismo teve a sustentabilidade como uma estratégia-chave para a reconstrução e revitalização.

Com a forte liderança de Rick Montague, diretor da Fundação Lyndhurst, somado ao grande envolvimento comunitário e empresarial, é formado no ano de 1984 o Comitê Chattanooga Venture, o qual teve um papel determinante na renovação urbana de Chattanooga.

A respeito da estratégia de trabalho adotada pelo Comitê Chattanooga Venture, Bowen (2010, p.3) explica que o Comitê levantou as opiniões da comunidade em vez de esperar que ela viesse buscar ajuda e que em vez de desenvolver um plano e depois pedir aprovação da comunidade, permitiu que as ideias que nortearam o plano germinassem a partir das reuniões com a comunidade, cujo processo foi chamado de Visão 2000. O principal objetivo do plano era aumentar a habitabilidade de Chatanooga e a sua atratividade para o investimento potencial.

A experiência de Chatanooga é pertinente para demonstrar a importância do envolvimento da comunidade e das empresas na busca de soluções aos problemas socioambientais. Roseland (2000, p.114) destaca que a visão compartilhada do desenvolvimento sustentável, que surgiu a partir da comunidade, colocou o acesso à habitação, a educação pública, as alternativas de transporte, o melhor projeto urbano, os parques e áreas verdes, bem como a vitalidade dos bairros, no topo da agenda da comunidade. A autora ressalta a importância de multiplicar o capital social como uma chave para se mover em direção a comunidades sustentáveis.

A respeito do processo Visão 2000, Littlefield (2010) salientou a importância de, ao discutir as propostas levantadas junto à comunidade, manter-se fiel às ideias originalmente expostas pelas pessoas. Partilhou a experiência de que, ao discutir

com a comunidade um conjunto de proposições organizadas e reescritas a partir do levantamento efetuado junto a ela, os autores das propostas se manifestaram na plenária dizendo: essas ideias não são nossas. Concluiu ser fundamental para o sucesso de qualquer experiência participativa o respeito ao sentimento de pertencimento da comunidade, pois só assim ela se sentirá parte integrante da solução.

Do trabalho integrado a partir das ideias da comunidade, sob a gestão do Comitê Chattanooga Venture, é concebido em 1985 o *Riverwalk*, um canteiro de 22 milhas ao longo do rio Tennessee, o qual serviu como um catalisador para o desenvolvimento, gerando empregos e receitas fiscais.

De acordo com Bowen (2010), uma Organização sem fins lucrativos foi criada para coordenar os projetos de reabilitação do centro e frente ribeirinha de Chattanooga, o *RiverCity Company*, renomeado em 1986 para *Rivervalley Partners*, cuja principal função era arrecadar fundos para financiar a renovação de Chattanooga, exercendo um papel único ao alavancar terras para estimular o desenvolvimento para o bem público. Entre os projetos do *Rivervalley Partners* está o Aquário Tennessee, inaugurado em 1992. Resultado de uma parceria público/privada, esse projeto tornou-se uma marca registrada do processo de revitalização de Chattanooga.

Além do *Riverwalk* e do Aquário Tennessee, outros projetos foram criados em Chattanooga inspirado nas ideias proposta pelo Visão 2000, a saber: a revitalização da ponte *Walnut Street* e, sob o estímulo do *Riverwalk*, a revitalização de um bairro antigo ribeirinha por um empreendedor local, onde se construiu vários atrativos.

De acordo com a publicação *BMP Center of Excellence* (2013, p.1), o projeto Visão 2000 resultou em mais de 200 projetos e programas, por meio dos quais foram criados 1.381 postos de trabalho, 7.300 empregos na construção civil temporária, serviu mais de 1,5 milhões de pessoas e envolveu um investimento financeiro total de $ 793.303.813.

Ron Littlefield, Prefeito de Chattanooga, assim destaca, no evento Cidade Inovadoras 2010, algumas ações que ajudaram a cidade a deixar para trás o título de cidade mais poluída dos Estados Unidos para se transformar na cidade mais verde do país:

> Despoluímos o rio, em que as empresas despejavam detritos, transformando a área num parque. Plantamos árvores, restauramos a região central e convidamos artistas a se instalarem por lá. E mesclamos moradias de diferentes níveis sociais, para incentivar a convivência da diversidade. Hoje todo mundo sente orgulho de viver em Chatanooga. Qual a chave do sucesso? É fazer com

> que as pessoas se sintam donas da cidade. Elas se reúnem para discutir o planejamento urbano, percebem que suas idéias são implementadas e se sentem estimuladas a participar sempre (LITTLEFFIELD, 2010).

Além da participação comunitária, a cooperação do setor empresarial foi decisiva desde o início do processo, para a revitalização de Cahttanooga. De acordo com Stettler (2001), a implementação da maioria dos planos só foi possível graças aos esforços conjuntos do setor público e privado.

Nesse contexto, destaca-se no século XXI o papel exercido pela Câmara de Comércio Chattanooga, uma organização com forte influência nas políticas públicas. Com mais de 1.800 membros, a Câmara de Comércio Chattanooga é a maior e mais influente associação de negócios da região de Chattanooga no Tennessee (CHATANOOGA AREA CHAMBER, 2013a).

A Câmara de Comércio da Chattanooga possui um Comitê de Políticas Públicas que se esforça constantemente para moldar as políticas que regem o crescimento empresarial e trabalha no sentido de melhorar o clima de negócios na região. A Câmara de Comércio da Chattanooga acredita que uma de suas maiores forças reside em sua capacidade de transmitir com precisão as opiniões coletivas da comunidade empresarial em questões de políticas públicas. O departamento de estratégias públicas trabalha para desenvolver um ambiente amigável para a comunidade empresarial local, mediante a defesa de políticas públicas nos níveis local, estadual e federal (CHATANOOGA AREA CHAMBER, 2013b).

O foco da cidade na criação de uma melhor qualidade de vida para os seus cidadãos criou uma comunidade próspera, onde as empresas estão ansiosas para se localizar (SANTUCCI, 2014); situação bem diferente da realidade que cercava Chattanooga em meados do século XX.

Outra experiência americana que combina esforços do setor privado, governo e comunidade local na solução de problemas urbanos é a cidade de Portland. Enquadrada como a cidade mais populosa em Oregon e a terceira mais populosa do noroeste do Pacífico, Portland tem uma população de 585.000 e uma área metropolitana com uma população estimada de 2,3 milhões. As principais atividades econômicas em Portland são de fabricação, de alta tecnologia e serviços.

Desde 1991, Portland já investiu US$ 57 milhões em infraestrutura para bicicletas. Consequentemente, a cidade tem assistido a um aumento de 10% no ciclismo a cada ano. O número de trabalhadores pendulares de bicicleta aumentou

608% entre 1990 e 2008. Ciclovias aumentaram 297% a partir de 79 milhas em 1991 para 314 milhas em 2010. Portland tem melhorado a segurança para os ciclistas mediante a instalação de ciclovias coloridas em ruas movimentadas e designando o direito de passagem para um viajante de bicicleta (GINENTHAL, 2011).

Portland é cortada pelo Rio Willamette, o qual tem considerável importância comercial para a cidade. No ano de 2000, a *U. S. Environemntal Protection Agency* (EPA) determinou que o sedimento de fundo do rio em um segmento de dez milhas abaixo do rio Willamette no centro de Portland estava contaminado.

De acordo com Rome e Bells (2012, p.2), a contaminação provinha de mais de 100 anos de atividades industriais, agrícolas e de desenvolvimento urbano. Segundo os autores, esse segmento de 10 milhas contaminado ficou conhecido como *Portland Harbor Superfund Site*, sendo que mais de 100 partes são potencialmente responsáveis[6] pela sua contaminação.

Uma das entidades à frente do trabalho de recuperação do *Portland Harbor Superfund Site* é a *Portland Harbor Partnership*, uma parceria público-privada constituída por entidade públicas e nove empresas locais que trabalham em cooperação com a *Portland State University and Oregon State University* para apoiar um amplo esforço e sensibilização da comunidade para as questões ambientais que envolvem o Porto de Portland e o rio Willamette.

De acordo com Rome e Bell (2012), os objetivos do esforço de sensibilização do público eram: aumentar a conscientização sobre o *site Superfund*; compartilhar informações básicas sobre o *site Superfund*; e proporcionar uma oportunidade para o público partilhar a sua visão para o futuro do porto de Portland e o rio Willamete.

A *Portland Harbor Partnership* desenvolveu várias atividades envolvendo a comunidade local no período de agosto de 2011 a março de 2012, incluindo conversas com líderes comunitários, organização de eventos comunitários ao ar livre, reuniões com grupos comunitários e encontros educativos (ROME; BELL, 2012).

---

6 Partes potencialmente responsáveis (PPR) é um termo usado para descrever qualquer pessoa, empresa ou entidade pública que possui propriedade em uma área contaminada ou que pode ter tido algum papel na contaminação de uma área (ROME; BELL, 2012, p.2).

Segundo Snyder e Miller (2010, p.28), Portland é famosa por sua preocupação ambiental. No entanto, a cidade é tão focada em questões ambientais que está voltada só em resolver a tensão entre ambientalismo e o crescimento industrial e muitas vezes não identifica os interesses dos outros intervenientes no rio. Esse foco é especialmente prejudicial para a comunidades ao longo do rio diante da necessidade de uma maior justiça ambiental. Os autores destacam ainda que para os processos colaborativos serem efetivos é necessário criar um ambiente seguro, para que as pessoas possam expressar seus pensamentos e seus sentimentos. Uma das entrevistas efetuadas em seu estudo foi junto a David Harvey (Diretor de Saúde e Segurança Ambiental da empresa Greenbrier em Portland), o qual relatou que saiu do processo das audiências públicas desapontado pelo resultado material das reuniões e a forma como as reuniões eram estruturadas sob o comando do Prefeito da cidade. Ele destacou que não se sentiu ouvido e que não se sentiu seguro.

Outra experiência que será abordada para elucidar a questão da importância da cooperação entre empresas, governo e comunidade na solução de problemas urbanos, é o caso da cidade de Bogotá, na Colômbia.

Nos últimos 15 anos, Bogotá que tinha sua imagem associada à corrupção e ao caos urbano passou a ser considerada um modelo de política visionária e planejamento urbano (ECHANOVE, 2010). Segundo a publicação do Instituto Ethos (2009, p.23), a cidade deixou de ser sinônimo de cidade dominada pelo tráfego de drogas, violência, poluição e corrupção para se transformar em parâmetro de qualidade de vida para outras cidades latino-americanas. Os mais de 7 milhões de habitantes puderam sentir mudanças efetivas no seu dia a dia, como a diminuição do analfabetismo, a queda na taxa de homicídios e a redução de mortes no trânsito. A publicação enfatiza que um dos responsáveis por essa transformação é o Projeto Bogotá Como Vamos.

O Projeto Bogotá Como Vamos reúne cerca de 30 empresas e 393 organizações da sociedade civil com o objetivo de recuperar a confiança da população nos processos políticos, valorizar a democracia participativa e promover o desenvolvimento sustentável da cidade. O movimento colombiano propõe o desenvolvimento da cidade por meio do viés da qualidade de vida e da transparência na divulgação das propostas do governo, assim como das ações e uso do dinheiro público (IZIQUE, 2008).

A partir de uma bateria de indicadores técnicos em matéria de segurança, mobilidade, educação, saúde, meio ambiente e desenvolvimento econômico, entre outros, a Rede Bogotá Como Vamos acompanha as mudanças na qualidade de vida da cidade, permitindo ter uma visão global das questões que afetam a vida dos cidadãos (BOGOTÁ CÓMO VAMOS, 2013).

Segundo o Instituto Ethos (2009) o movimento Bogotá como Vamos procura envolver toda a sociedade em um debate permanente sobre a cidade, juntando esforços para mantê-la no rumo certo e dar a todos os seus habitantes o melhor nível de vida possível.

O World Cities Culture Forum (2014) destaca que grande parte da política cultural pública de Bogotá é sustentada por uma preocupação com a dimensão social da cultura, sendo que crianças e jovens beneficiam-se de uma formação artística orientada como parte do programa educacional das escolas públicas da cidade. Vários programas também visam combater a segregação urbana e discriminação na cidade, como a criação de corredores culturais em áreas significativas onde se desenvolvem diversas práticas culturais de Bogotá. A cidade tem feito progressos visíveis no desenvolvimento da sua economia criativa, destacando-se seu interesse em desenvolver novas colaborações com o setor privado, a fim de realizar avaliação da política cultural e de pesquisa transversal, fortalecendo a produção de conhecimento sobre o sector criativo e da disponibilidade de estatísticas culturais.

Segundo Lores:

> Um dos projetos que envolveu toda a cidade, além do numeroso público que freqüenta as bibliotecas, é o "Livros ao Vento". A prefeitura local lança 70 mil exemplares, por edição, em versões de bolso de clássicos de Cortázar, García Márquez, Allan Poe, Tchecov, entre outros, e os distribui nos pontos de ônibus, gratuitamente. Na contracapa, um pedido: que ao terminar a leitura, o livro seja passado para outra pessoa ou deixado em outro lugar público. "Deixe que este livro voe.". Outro projeto municipal utiliza postos de leitura, como estantes desmontáveis, que são instalados nos parques da cidade, com 300 livros cada um. O interesse pelo livro também cresceu para além da capital colombiana. No interior, em plena floresta amazônica, existem os "biblioburros", onde agentes culturais levam coleções ao lombo de burrinhos para emprestar livros nas localidades mais distantes. Também foram criadas pelo governo bibliotecas indígenas (LORES, 2006, p.1).

Segundo Rodriguez (2009), há uma forte presença dos empresários na formulação e gestão das políticas econômicas na Colômbia. A atitude ativa de cerca de 200 organizações empresariais tem-se traduzido igualmente nas iniciativas civis em prol da participação cívica em nível municipal. De acordo com Aponte:

> *Las alianzas public privadas en el marco de la Red JUNTOS han promovido la union de esfuerzos entre el Gobierno Nacional, el sector privado y la sociedad civil, con el fin de crear unas condiciones que permitan a un millón y medio de familias en situación de pobreza y en situación de desplaziamento, alcanzar unas condiciones de vida digna. En el mismo sentido, la Meza de Alianzas Público Privadas para la Rede juntos coordinada por la ANDI, el departamento Nacional de Planeación y ACCIÓN SOCIAL viene dando soporte al logro de alianzas cada véz más pertinentes y de mayor impacto en el mojoramiento de las condiciones de vida de las familias más pobres de Colômbia* (APONTE, 2010, p.9).

Caruso (2010, p.35) considera que o mais importante no modelo de desenvolvimento de Bogotá é a "cidadania ativa", pois constantemente a população se pergunta para onde estamos indo sobre os temas que compõem os direitos essenciais. Nesse aspecto, o autor salienta que o bairro é o cenário onde se cria a compreensão de que a identidade de cada um é dada pela área em que mora e da relação que mantém com o meio ambiente, entendendo o seu contexto. Em geral, segundo o autor, a cidadania da Colômbia é um coletivo nascido no bairro. O papel a ser desempenhado pelo cidadão deve ir além de participar de um trabalho, de ser usuário de um serviço, o cidadão deve se relacionar com o meio ambiente.

A participação ativa dos cidadãos tem sido identificada também pelo PNUD como um fator fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população colombiana e da prestação de serviços públicos (PRETI, 2010, p.8). A chamada "cultura cidadã" foi a peça central dos planos de governo, servindo de pano de fundo das políticas preventivas e de convivência promovidas na Colômbia (LLORENTE; LÉON, 2013, p.168). Exemplo disso, foi a ampla participação cidadã na construção do Plano de Desenvolvimento 2012-2016 "Bogotá Humana" que envolveu a participação de 200 mil cidadãos representantes dos empresários, academia, organizações sociais e sindicais, diretores de associações e grupos cidadãos, profissionais, especialistas e técnicos de diferentes instâncias do Conselho de Bogotá em mais de 300 encontros, nos quais se discutiram as bases do plano (PLAN DE DESARROLLO 2012-2016 BOGOTÁ HUMANA, 2012, p.5).

De acordo com a publicação do Instituto Ethos (2009, p.8), o Bogotá Como Vamos consolidou-se como um importante paradigma latino-americano. Na própria Colômbia, seu exemplo foi seguido em outras cidades, como Cáli, Medellín, Barranquilla e Cartagena de Índias e na América do Sul e também tem servido de referência para Quito, no Equador, Buenos Aires, na Argentina, e Assunção, no Paraguai.

Também no Brasil, o Movimento Bogotá Como Vamos influenciou sobremaneira no surgimento de movimentos semelhantes. A esse respeito Rodriguez (2009) justifica que, embora se tenha muito a aprender com as demais experiências, pelo fato de a Colômbia ser país vizinho do Brasil, as soluções ali ensaiadas são muito mais fáceis de adaptar à realidade brasileira do que as soluções tentadas em outros continentes.

Um dos principais movimentos assentados na cooperação entre empresas, governo e comunidade surgidos no Brasil inspirado no modelo Bogotá Como Vamos, é o movimento Nossa São Paulo, criado no ano de 2007. A partir de então, outras iniciativas similares sugiram no Brasil, levando à criação em 08 de julho de 2008 da Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis na cidade de Belo Horizonte. Esta rede tem por objetivo reunir organizações que partilhem o objetivo comum de comprometer a sociedade e os governantes com o desenvolvimento justo e sustentável de sua cidade.

De acordo com o Informe Avina (2008), um indicador do sucesso inicial dessas mobilizações urbanas é que, por pressão dos cidadãos e empresas nas cidades de São Paulo, Ilha Bela e Teresópolis, foi possível mudar as leis municipais, obrigando-se as Prefeituras a prestar contas, semestralmente e de forma transparente, sobre seu desempenho.

Até maio de 2013[7] faziam parte da Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis 39 cidades brasileiras,, dentre as quais a mais antiga é a cidade de São Paulo. Por ser o mais amplo caso de cooperação para o desenvolvimento local no Brasil, aprofunda-se a seguir as contribuições da Rede Nossa São Paulo, não desmerecendo de nenhum modo as contribuições das experiências posteriores que foram surgindo no Brasil nesse sentido.

---

7 Data da última atualização feita pela Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis em seu site.

A capital paulista tem aproximadamente 11 milhões de habitantes e, como ocorre com qualquer metrópole, acumula problemas de toda ordem – saúde, trânsito, educação, transporte público e qualidade do ar, entre outros. Todos eles, em última instância, derivam da ausência de projetos de longo prazo pensados, discutidos e cobrados pela sociedade. A capital paulista é um exemplo modelar de cidade que cresceu de forma insustentável, à custa de ocupação desordenada, poluição dos rios e destruição de áreas verdes (INSTITUTO ETHOS, 2009, p.9).

O movimento Nossa São Paulo foi criado em abril de 2007, passando a se chamar no ano de 2010 de Rede Nossa São Paulo. A rede conta com o apoio de lideranças comunitárias, entidades da sociedade civil, empresas e cidadãos, congregando em 2014 um total de 700 organizações da sociedade civil (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2014a).

Apartidária e inter-religiosa, a Rede Nossa São Paulo tem como missão mobilizar diversos segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e se comprometer com uma agenda e um conjunto de metas, e articular ações visando a uma cidade de São Paulo justa e sustentável (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2014b).

A Rede Nossa São Paulo apresenta uma significativa força política na cidade de São Paulo, pois, de acordo com a publicação Realizações e Balanço da Rede Nossa São Paulo:

> A Rede Nossa São Paulo estimula e participa ativamente na ampliação dos espaços de atuação da sociedade civil na gestão pública. Entre esses espaços estão os conselhos municipais. Desde o início de 2013, três novos conselhos foram criados na cidade por propostas da RNSP: O Conselho da Cidade de São Paulo, formado por 136 lideranças da cidade, nas mais variadas áreas, foi uma proposta do coordenador geral da Rede ao prefeito de São Paulo; O Conselho Participativo Municipal, constituído por representantes eleitos pela população para atuar junto às 32 subprefeituras da cidade, é resultado de sete anos de pressão da sociedade civil, liderada pela RNSP. Em dezembro de 2013, foram eleitos 1150 conselheiros; O Conselho Municipal de Trânsito e Transporte (CMTT), formado por representantes dos órgãos municipais, da sociedade civil e de operadores dos serviços de transportes, contemplou outra demanda da Nossa São Paulo. Em função deste histórico, a Rede participou, como convidada, da composição inicial do conselho e apresentou propostas para um Plano de Mobilidade Sustentável para São Paulo (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2013, p.4).

A Rede Nossa São Paulo se destaca por reunir diferentes setores e agentes da sociedade civil, que se articulam para apresentar as demandas da sociedade

para os órgãos públicos municipais, bem como desenvolvem programas e projetos de políticas públicas em parcerias com o Estado ou entre seus membros (ARAÚJO; PENTEADO; SANTOS, 2011, p.7).

De acordo com o Instituto Ethos (2009, p.9), o trabalho da Rede Nossa São Paulo está assentado em quatro eixos de atuação, a saber:

- Indicadores: Seleção e sistematização de indicadores de qualidade de vida em cada uma das subprefeituras;
- Acompanhamento cidadão: Monitoramento sistemático dos trabalhos da Câmara Municipal e realização de pesquisas anuais de opinião pública para conhecer e divulgar a percepção da população sobre as várias ações do poder público municipal;
- Educação cidadã: Campanhas para mudar o comportamento da população em sua relação com a cidade, revalorização do espaço público e melhoria da autoestima dos habitantes;
- Mobilização cidadã: Incentivo à entrada de novos membros na organização, constituição de fóruns em todas as regiões da cidade e abertura de canais de comunicação que divulguem as ações executadas.

A Rede Nossa São Paulo em parceria com o Instituto Ethos coordena o Programa Cidades Sustentáveis, o qual nasceu por iniciativa da sociedade civil organizada, com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade das cidades brasileiras, buscando melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população em geral.

A Rede Nossa São Paulo em parceria com o Instituto Ethos criaram também o Fórum Empresarial de Apoio à cidade de São Paulo, o qual tem a responsabilidade de sensibilizar, mobilizar e assessorar as empresas para que, de forma organizada, sistêmica e eficiente, empreendam ações e estabeleçam parcerias com outras empresas, organizações sociais, instituições de ensino e pesquisa e o poder público, visando ao desenvolvimento justo e sustentável de São Paulo (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2013).

Colocada a importância da cooperação para o desenvolvimento e da importância do alinhamento das iniciativas de RSA das empresas às demandas da comunidade e às políticas públicas, torna-se de fundamental importância abordar algumas questões essenciais para a construção da cooperação que podem se constituir em entraves quando não se leva em conta a sua importância dentro do trabalho colaborativo.

7.6 QUESTÕES ESSENCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO

A colaboração é um processo complexo e multidimensional, que pode ser caracterizado por diversos constructos (KOTLARSKY; OSHRI, 2005). Uma questão fundamental para balizar a qualidade das relações de cooperação entre as partes envolvidas no trabalho colaborativo é o diálogo. Segundo Abramo (2013, p.1): "O diálogo social desempenha um papel fundamental para definir projetos de desenvolvimento social e econômico que assegurem a promoção dos direitos humanos, tanto no interior da empresa quanto no seu entorno".

Um dos aspectos apontados pela ILO (2007), como importantes, para fornecer o ambiente propício para o desenvolvimento das empresas sustentáveis é o diálogo social. O diálogo social constitui também um dos elementos que fazem parte da essência da organização econômica e social dos Estados Membros da OIT como um instrumento de boa governança que promove a cooperação e o desempenho econômico.

A estreita cooperação e diálogo entre o governo e os parceiros sociais é fundamental para o sucesso da transição para uma economia verde. O diálogo social é fundamental para a elaboração de medidas eficazes para mitigar a impacto das alterações climáticas e criar empregos e empresas sustentáveis. Ele é um instrumento válido para a análise dos efeitos sobre a competitividade, o emprego e a coesão social nas políticas de mudanças climáticas (ILO, 2013, p.254). Como bem pontua o documento: "A cultura do diálogo e aprendizagem entre as empresas e suas partes interessadas são cruciais para a melhoria do desempenho" (p.254).

De acordo com Dussel (2004, p.18), o diálogo genuíno é uma força motriz essencial na criação de uma nova ordem mundial, propondo respostas novas e necessárias para os desafios angustiantes do século XXI.

A ação e os discursos pelos quais os seres humanos manifestam-se como homens só se realizam numa teia de relações, que nos interessa e interliga, fazendo com que a força, que é a qualidade natural de um indivíduo isolado, converta-se em poder entre os homens quando eles agem juntos (CAMARGO, 2009). Por essa razão, o diálogo é fundamental dentro do trabalho colaborativo. Como enfatiza Jean-Francois Chanlat, como o ser humano dialoga, todo comportamento é comunicação. Segundo o autor: "[...] todo indivíduo exprime no quadro da interação ao mesmo tempo o que ele é, o que faz, o que pensa, o que sabe, o que deseja, o que gosta; assim agindo, ele se coloca cada vez mais como pessoa" (CHANLAT, 1992, p.37).

Por essa razão, Quiroga (2012, p.1) observa que: *"La primera condición para empezar a dialogar es aprender a escuchar"*.

Nassar (2001) destaca que o processo de comunicação é uma via de mão dupla, onde o diálogo se faz essencial. Daí a importância do diálogo bi-direcional, situação em que há abertura e interação na comunicação entre os interlocutores.

Em termos organizacionais, Senge (1990) reconhece que o diálogo é a base para a construção de empresas vitoriosas. Nesse aspecto a norma ISO 26000 afirma que: "Convém que o engajamento das partes interessadas seja interativo. Ele visa dar oportunidade para que as opiniões das partes interessadas sejam ouvidas e sua característica principal é a comunicação de via dupla" (ABNT, 2010, p.18). Buber (1974) apregoa que não há existência sem comunicação e diálogo.

Por essa razão, outra questão importante no que se refere à construção da cooperação, é a existência de canais de comunicação acessíveis a todos os atores envolvidos no trabalho colaborativo, permitindo a democratização das informações. De acordo com Austin (2000, p.86), para se perceber os benefícios de uma aliança, os parceiros precisam ter meios de se comunicar de forma eficaz, eficiente e com frequência. Segundo o autor, a boa comunicação parece promover a confiança e vice-versa.

Nas iniciativas de responsabilidade socioambiental é essencial que as empresas forneçam informações para seus *stakeholders* sobre o que está sendo feito, como está sendo feito, onde será executado, interagindo com eles desde o estabelecimento da agenda de RSA até o monitoramento e a divulgação dos resultados atingidos a partir das iniciativas. Como bem lembra Matos:

> Uma colaboração de sucesso exige, em cada segmento de cadeia de valor, uma comunicação eficaz, tanto dentro da organização, quanto como com a parceira e seu entorno. Com relação à mensuração ou à medição dos resultados, mesmo com os benefícios emitidos pela boa comunicação, algumas empresas mostram certa resistência em apresentar as conquistas alcançadas pelas parcerias sociais, caracterizando com isso, que muitos tem dificuldade para compatibilizar a criação de valor econômico com a criação de valor social (MATOS, 2007, p.75).

Em que pese a importância da comunicação, de acordo com Izquierdo e Vicedo (2011), um dos principais problemas que os *stakeholders* enfrentam é a falta de informações fornecidas pelas companhias sobre suas práticas. Frey (2003, p.185) lembra que: "Sem canais de comunicação que proporcionem às organizações

comunitárias condições favoráveis para se engajar nas questões públicas, o capital social dificilmente pode ser mobilizado em prol da promoção do bem comum". Segundo Dreher, Souza e Ullrich:

> [...] Ao se conhecer as estratégias quanto à responsabilidade social, tanto as companhias do setor privado quanto as do setor público têm a oportunidade de criar uma interface de comunicação, de modo que se possa avaliar suas respectivas necessidades e demandas (DREHER; SOUZA; ULLRICH, 2007, p.58).

Por outro lado, de acordo com a ABNT (2010, p.6), "Um número crescente de organizações está se comunicando com suas partes interessadas, inclusive produzindo relatórios de responsabilidade social para atender às necessidades das partes interessadas de informações sobre o desempenho da organização.

A comunicação é um dos construtos da colaboração que é dependente da confiança, pois, quanto mais aberta e efetiva ela for, maior será a coordenação das atividades dos membros de um arranjo produtivo grupal (KOTLARSKY; OSHRI, 2005, p.39). Como aponta a publicação da Comissão Europeia:

> A divulgação de informações de índole social e ambiental, incluindo informações relacionadas com o clima, pode facilitar o diálogo com as partes interessadas e a identificação de riscos materiais para a sustentabilidade. É também um elemento importante da responsabilização que pode levar o público a confiar mais nas empresas. Para satisfazer as necessidades das empresas e das demais partes interessadas, as informações devem ser pertinentes e poder ser recolhidas de forma economicamente rentável (COMISSÃO EUROPÉIA, 2011, p.13).

Outro ponto fundamental para haver a efetiva cooperação quando se propõe a trabalhar em conjunto é pensar no coletivo. Compreender a natureza da cooperação entre os mais variados atores sociais não é tarefa fácil, sobretudo em função da existência de interesses diversos em jogo, das relações de poder, dos desafios que se apresentam, sinalizando uma grande dificuldade do ser humano em pensar no coletivo.

Embora a Economia Clássica apregoasse que agindo com liberdade os agentes econômicos em busca do interesse individual seriam movidos por uma mão invisível, que levaria à concretização do interesse coletivo, não há como se falar em cooperação enquanto o interesse individual continuar sendo priorizado.

Abramovay (2004) questiona essa ideia de que a ciência econômica se apoia no pressuposto do egoísmo socialmente generalizado, pois, segundo o autor, são

necessárias condições sociais e comportamentais que vão muito além do que se entende habitualmente por autointeresse dos atores para que haja mercados. Mais recentemente, a relação entre colaboração e capitalismo parece receber novos contornos, pois, como aponta Rifkin:

> A natureza colaborativa da nova economia contrasta fundamentalmente com a teoria da economia clássica, que resulta o pressuposto de que os interesses individuais no mercado são única maneira efetiva de impulsionar o crescimento econômico. [...] O novo modelo favorece iniciativas laterais, tanto no contexto social como no comercial, pressupondo que o interesse mútuo, perseguido conjuntamente, é o melhor caminho para o desenvolvimento econômico sustentável (RIFKIN, 2012, p.147).

Uma sociedade em que os indivíduos têm a capacidade de levar em conta os interesses alheios consegue instituir formas de coordenação muito mais propícias aos processos de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2012, p.46). Entretanto, Fischer (2002) salienta que quando se discutem as formas de realizar o desenvolvimento local e social, entendendo-os como um bem comum, aparecem divergências de entendimento, o que implica que a conformação de organizações intersetoriais não se dá sem simetrias, conflitos e colisões de interesse. Isso denota que, embora não seja um processo fácil, levar em conta o interesse coletivo estabelecendo objetivos comuns e decisões compartilhadas é um aspecto importante dentro do trabalho cooperativo. O estudo de Austin (2000, p.79) demonstrou que alianças mais fortes e mais duradouras têm um intercâmbio equilibrado de valor no construto colaboração.

Como aponta Parra (2003, p.4), a própria ideia de sociedade é entendida em contraposição ao interesse individual, uma vez que a sociedade não é um indivíduo ou a soma de vários indivíduos, mas a composição de um grupo, da organização de suas características comuns que se manifestam por meio de suas crenças, valores, tradições e experiências que juntas definem a sociedade. E, sempre que os seus membros agem em busca de seu interesse individual, pensando de forma egoísta, há um prejuízo ao bem comum, desfalecendo a ideia de sociedade. Isso lembra a metáfora Tragédia dos Comuns, um termo bem pertinente para explicar a importância de se pensar no coletivo.

O termo Tragédia dos Comuns foi cunhado por Hardin (1968), segundo o qual, os problemas que recaem nessa categoria não têm soluções técnicas. Eles exigem mudanças de atitudes e de comportamentos humanos. Em síntese, a ideia que se

esconde por trás da Tragédia dos Comuns é que, se cada ser humano continuar pensando só no seu interesse, a sociedade, em sua totalidade, sofrerá as consequências. De acordo com Jamur:

> A perda do sentido de coletividade em função do individualismo constitui um sério risco de ruptura dos laços sociais, apesar da proliferação dos discursos em prol da solidariedade e da multiplicação das associações que se dedicam à ação social (JAMUR, 2005, p 495).

Gomes e Moretti (2007, p.57) ressaltam que a busca de um olhar menos utilitarista e economicista, mais humano e lúdico deve ser um imperativo social tanto quanto individual. Os autores reforçam que não se pode trilhar o caminho a não ser com os outros e que a conduta ética é adquirida à medida que se cresce em sociedade. Como lembra Fernández e Arranz (1999, p.34), quando os objetivos comuns são acertados, respeitando os objetivos individuais, a tomada de decisão flui, permitindo uma maior abertura à reciprocidade.

Outro aspecto importante para a construção da cooperação é a confiança entre os atores envolvidos no trabalho colaborativo, a qual não é algo fácil de ser conquistada, pois, como destaca Silveira:

> A prevalência de atmosferas de desconfiança e competição inviabiliza processos transformadores de desenvolvimento local. Pactos territoriais e propósitos comuns compartilhados, por sua vez, não advêm de consensos fáceis. Consensos envolvem motivações sociais e processos de trabalho conjuntos e continuados, "oficinas de construção coletiva", no sentido lato, algo além de um evento ou grupo de eventos. Quando antecipados, e não atualizados no calor dos processos reais, tornam-se protocolares e artificiais, gerando acordos não cumpridos e expectativas frustradas, por razões que não se explicitam nos espaços de interlocução (isto é, por conflitos não postos à regulação) (SILVEIRA, 2010, p.57).

Na percepção de Setubal (2012, p.1): "A construção de vínculos de confiança pressupõe escuta e respeito como alicerces das políticas. Saber ouvir e falar são aprendizados cotidianos e consistem em reconhecer o outro e a diferença, olhar com respeito, atenção e flexibilidade".

A importância da confiança na constituição do capital social foi discutida por Putnam (2000). Tendo como objeto de estudo a Itália, o autor estudou a forma como as novas instituições se desenvolvem e se adaptam ao meio social, concluindo que a comunidade cívica é mais determinante para a eficácia das ações do governo do

que o desenvolvimento econômico. Segundo o autor, as relações de confiança são determinantes do capital social.

Em que pese a importância da confiança para a eficiência dos processos colaborativos, Mackey e Sisodia afirmam que:

> Infelizmente, a sociedade atual enfrenta uma crise de confiança [...] É generalizada a desconfiança em relação às organizações, sobretudo as grandes corporações e seus líderes [...] Esse fenômeno tem grande importância porque a confiança é essencial para a construção do capital social, definido como os "valores e normas compartilhados que promovem a cooperação social". O capital social é vital para o desenvolvimento das empresas e da sociedade como um todo (MACKEY; SISODIA, 2013, p.237).

A confiança é um construto da colaboração de grande importância para uma aliança duradoura entre empresas (SARKAR *et al.*, 2001) sendo, segundo Ferrarezi (1997, p.6): "um fator essencial dentro da questão da cooperação intersetorial".

De acordo com Nelson (2004), a confiança é cada vez mais reconhecida como uma dos mais importantes ativos que qualquer empresa pode ter e um dos pilares fundamentais que sustentam o sistema capitalista.

Outro ponto fundamental para a construção da cooperação é o sentimento de pertencimento dos atores envolvidos nos processos colaborativos. O sentimento de pertencimento e de responsabilidade é a base do trabalho colaborativo. Como bem lembra Matos (2008, p.107): " [...] só com participação, há cooperação espontânea, identificação com a causa, gosto por pertencer e realizar". Leal enfatiza a importância de a sociedade exercer a cidadania:

> Ser cidadão não tem a ver fundamentalmente com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais, pelo fato de que esta cidadania, não se localiza em território determinado, mas notadamente, nas práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento desta cidadania com o seu espaço e tempo (LEAL, 2006, p.50).

Outra questão importante relacionada à cooperação é o monitoramento dos resultados do trabalho em conjunto. A importância da avaliação das relações de cooperação é enfatizada por Kissler e Heidemann (2006, p.8-9), segundo os quais as relações de cooperação estão sujeitas a uma avaliação, sendo esta uma condição para que as falhas sejam detectadas e corrigidas em tempo hábil. É, principalmente pela avaliação que se pode conhecer não somente os resultados planejados por

meio das políticas de aliança e cooperação, como também seus efeitos colaterais não planejados.

Nesse aspecto, a publicação Comissão Europeia (2011, p.18), em sua conclusão, destaca a necessidade de efetuar um acompanhamento periódico em conjunto entre governo, empresas e outras partes interessadas, dos avanços feitos nas iniciativas de RSA para estabelecer planos de ação futura, pedindo aos líderes empresariais europeus a formalização de um compromisso aberto em promover em estreita cooperação com os poderes públicos e outras partes interessadas a adoção de uma gestão empresarial responsável por parte de um maior número de empresas da União Europeia, com objetivos claros para 2015 a 2020.

Os avanços auferidos a partir da cooperação em iniciativas partilhadas de RSA é fundamental. É a partir do monitoramento dos resultados e dos feedbacks dos mais diversos atores envolvidos no trabalho cooperativo que se pode aprimorar tais iniciativas, realimentando suas motivações e reafirmando os objetivos estabelecidos em comum.

7.7 CONCLUSÃO

Após término deste texto pode-se dizer que tem havido um efetivo apelo à cooperação para o desenvolvimento como forma de superar os desafios que a humanidade enfrenta no século XXI.

Nesse aspecto, destacou-se a importância das empresas ao realizarem suas iniciativas de RSA, reconhecerem quem são seus *stakeholders* e alinharem suas iniciativas aos interesses dos mesmos.

Se responsabilidade, como propõe Buber (1974) não é um dever desconectado da realidade concreta, mas um convite à escuta, um conceito que ganha sentido na pressuposição da existência do outro, levando em conta as consequência da própria ação – então a inclusão dos *stakeholders* nas iniciativas de RSA se torna imprescindível.

O diálogo e cooperação com múltiplos *stakeholders* ganharam popularidade sobretudo, a partir da década de 1980. Enfatizou-se, neste estudo, a importância das empresas trabalharem suas iniciativas de RSA de modo dialógico e cooperativo com a comunidade local e com o governo municipal, duas partes interessadas enquadradas como primárias por Clarkson (1995) pelo grau de influência que exercem sobre as corporações.

Considerando que as empresas estão inseridas na sociedade interferindo em toda a sua dinâmica, manter boas relações com a comunidade local e com o governo municipal é crucial.

Destacou-se, por fim, algumas questões consideradas essenciais na construção de relações cooperativas, tais como o estabelecimento de uma cultura de diálogo, a disponibilização de canais de comunicação acessíveis a todos os atores envolvidos, a necessidade de vencer o individualismo e pensar no coletivo, a necessidade do estabelecimentos de vínculos de confiança, a importância da criação de sentimento de pertencimento e de responsabilidade dos atores envolvidos e o monitoramento dos resultados do trabalho colaborativo, aspecto este, fundamental para aprimorar as iniciativas de RSA. Nesse sentido, corrobora-se com Fischer (2002) quando afirma que colaborar é um desafio.

Conclui-se como fundamental para otimizar as iniciativas de RSA que as empresas ampliem a cooperação e o diálogo com a comunidade local. A partir da escuta, tais iniciativas podem melhor serem alinhadas às demandas da comunidade e trazer resultados mais efetivos ao seus problemas. De outro lado, interagindo com o governo municipal, as empresas conseguem detectar as prioridades da cidade, conhecer os programas municipais que demandam a ajuda do setor privado para serem operacionalizados, propor parcerias estratégicas para trabalhar em conjunto com o poder público, atingindo um melhor alinhamento de suas iniciativas às necessidades da comunidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. **Diálogo social é fundamental para responsabilidade social das empresas**. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/dialogo-social-e-fundamental-para-responsabilidade-social-das-empresas>. Acesso em: 18 jun. 2013.

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Revista Tempo Social**, USP, v.16, n.2, p.35-64, nov. 2004. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n2/v16n2a02.pdf>. Acesso em: 15 out. 2011.

_____. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Abril, 2012.

ACCOUNTABILITY. **AA1000 Accountability Principles Standard 2008**. Disponível em: <http://www.accountability.org/images/content/0/7/074/AA1000APS%202008.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2010.

AGENDA 21 GLOBAL. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília: Onu, 1995.

APONTE, Diego Andrés Molano. Prólogo: Presentación. In: PNUD – PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL COLÔMBIA. **Crecimiento de mercado inclusivos**: estratégias empresariales para la superación de la pobreza y la exclusión en Colômbia. Bogotá: PNUD Colômbia, 2010. p.9-17.

ARANTES: Nélio. **Sistemas de gestão empresarial**: conceitos permanentes na administração de empresas válidas. São Paulo: Atlas, 1998.

ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel. **Sociedade civil organizada e novas tecnologias de comunicação e informação**: ação cidadã e implementação de políticas públicas na cidade de São Paulo. Trabalho apresentado no 35.º Encontro Anual da ANPOCS, outubro, 2011. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/arquivos/35_Encontro/GTs/GT01/ARAUJO_BURGOS_PENTEADO.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2012.

ARROYO, João Carlos Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Norma NBR ISO 26.000**. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_65.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2010.

AUSTIN, James. E. **The Collaboration Challenge**: How Nonprofits and Businesses Succeed Through Strategic Alliances. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 2000.

BARRETO, Andre A. V. Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária. In: SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (Org.). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003. p.287- 314.

BERTÉ, Rodrigo. **Gestão socioambiental no Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2007.

BESSA, Fabiane Lopes Bueno Netto. **Responsabilidade social das empresas**: práticas sociais e regulação jurídica. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

BMP CENTER OF EXCELLENCE. **Best Practice**: Chattanooga Venture/Community Vision. Disponível em: <http://www.bmpcoe.org/bestpractices/internal/chatt/chatt_8.html>. Acesso em: 28 jul. 2013.

BOGOTÁ CÓMO VAMOS. Disponível em: <www.bogtoacomovamos.org>. Acesso em: 21 set. 2013.

BORRESKOV, Flemming. Sustainability through leadership and partnership. In: WORLD CITIES SUMMIT. **Liveable & sustainable cities integrated urban solutions**. Singapore: Centre for Liveable Cities and Urban Redevelopment Authority, 2012. p.15.

BOWEN, Jim. **The Chattanooga Riverpark**: Transforming a City and its Economy. Disponível em: <http://www.pps.org/reference/successchatanooga-2/>. Acesso em: 21 nov. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 13 nov. 2010.

_____. Constituição do Estado do Paraná de 1989. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=iniciarProcesso&tipoAto=10&orgaoUnidade=1100&retiraLista=true&site=1>. Acesso em: 28 jan. 2013.

_____. Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm Acesso em: 15 jan. 2012.

_____. Decreto n.º 5.687, de 31 de janeiro de 2006. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm>. Acesso em: 15 mar. 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. Entre o estado e o mercado: o público não-estatal. In: _____ (Orgs.). **O público não-estatal na reforma do estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p.15-48.

BRITO, Manuelita Falcão. **A cantiga das parcerias público-privadas na gestão urbana local**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observa nordeste/manuelita.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2010.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. 2.ed. São Paulo: Moraes, 1974.

_____. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BURIAN, Camilo M. López. **El rol del Estado en la responsabilidad social de las empresas**: un debate necessário. Instituto de Comunicación y Desarrollo (ICD) - Grupo Uruguay - Red Puentes. Uruguai: Caligráficos S.A., 2006. p.3-48.

BURSZTYN, Marcel. Apresentação. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p.7-8.

CAIRES, Luana. **10 cidades sustentáveis da Europa**. Disponível em: <http://www.ecocidades.com/2011/10/05/10-cidades-sustentaveis-da-europa/>. Acesso em: 06 dez. 2011.

CAMARGO, Ricardo Zagallo. **Responsabilidade social das empresas**: formações discursivas em confronto. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, USP, São Paulo, 2009.

CARDOSO, Fernando Jorge; MAGALHÃES, Patrícia; SEABRA, Maria João. **Portugal e os desafios da cooperação para o desenvolvimento**. Portugal: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI), 2012.

CARUSO, Marcelo. Responsabilidad social del Estado, las empresas y la sociedad civil desde un enfoque de derechos humanos. In: PUNUD COLÔMBIA. **Participación ciudadana y servicios públicos**: proyecto derechos y desarrollo. Bogotá: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2010. p.31-35.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, n.45, p.152-166, jul. 1996.

CHANLAT, Jean François. **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1992.

CHATANOOGA AREA CHAMBER. **Programas e serviços**. Disponível em: <http://www.chattanoogachamber.com/chamber-information/programs/>. Acesso em: 15 set. 2013a.

_____. **Public Policy**. Disponível em: <http://www.chattanoogachamber.com/ chamber-information/programs/public-policy>. Acesso em: 18 set. 2013b.

CITY OF OSLO – AGENCY FOR PLANNING AND BUILDING SERVICES. **The urban development of Oslo**. Disponível em: <http://www.plan-og-bygningsetaten. oslo. kommune.no/getfile.php/plan-%20og%20bygningsetaten%20(PBE)/Internett%20 (PBE)/Dokumenter%20-%20diverse/Urban_Development_of_Oslo.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2013.

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; MELO, Joyce de Souza Cunha. **Um estudo de intersetorialidade em políticas públicas**: o caso BH cidadania. Trabalho apresentado no Encontro de Administração Pública e Governança, São Paulo, 22 a 24 nov. 2006.

CLARKSON, Max B. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. **The Academy of Management Review**, v.20, n.1, p.92-117, jan. 1995.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS (CCE). **Livro verde**: promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Bruxelas: Comissão das Comunidades Européias, 2001. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52001DC0366&from=ES>. Acesso em: 15 jan. 2011.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Reponsabilidade social das empresas**: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011DC0681&from=ES>. Acesso em: 28 dez. 2011.

CONCEJO CÓMO VAMOS. **Um nuevo conejo de Bogotá**. Bogotá: Fundacción Corona; Casa Editorial El Tiempo; Cámara de Comércio de Bogotá, 2010.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (CNUMAD). **Agenda 21, 1992**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2010.

COSTA, Maria Alice Nunes. Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da mangueira no Rio de Janeiro. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v.21, p.147-163, nov. 2003.

COTA, Daniella Abrita. **A parceria público-privada na política urbana brasileira recente**: reflexões a partir da análise das operações urbanas em Belo Horizonte. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) - UFMG, Belo Horizonte, 2010.

COX, Pamela. Liveable cities through partnerships. In: WORLD CITIES SUMMIT. **Liveable & sustainable cities integrated urban solutions**. Singapore: Centre for Liveable Cities and Urban Redevelopment Authority, 2012. p.7.

DAHER, Wilton de Medeiros. **Responsabilidade social corporativa**: gerações de valor reputacional nas organizações internacionalizadas. São Paulo: Saint Paul, 2006.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

DOWBOR, Ladislau. **Participação social**: o novo fantasma das elites. Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/noticias/participacao-social-o-novo-fantasma-das-elites-por-ladislau-dowbor>. Acesso em: 1.º jan. 2014.

DREHER, Marialva Tomio; SOUZA, Vanessa Fraga de; ULLRICH, Danielle Regina. Desenvolvimento local e responsabilidade social, rumo às ações intersetoriais na região de Blumenau. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v.3, n.2, p.49-71, maio/ago. 2007.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Victor Civita, 1983.

DUSSEL, Enrique. **Transmodernity and Interculturality**: an Interpretation from the Perspective of Philosophy of Liberation. 2004. Disponível em: <www.enriquedussel.org>. Acesso em: 22 jan. 2012.

ECHANOVE, Matias Sendoa. **Bogotá at the edge**: planning the barrios. Disponível em: <http://www.bogotalab.com/articles/bogota_edge.html>. Acesso em: 22 jan. 2010.

FÉLIX, Luiz Fernando Fortes. O ciclo virtuoso do desenvolvimento responsável. In: **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, Instituto Ethos, 2003. p.13-42.

FERNANDES, Clara Silveira. **Responsabilidade social na administração pública**. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/producao-academica/responsabilidade-social-na-administracao-publica/3094/>. Acesso em: 22 ago. 2011.

FERNÁNDEZ, Juan Carlos; ARRANZ, Nieves. **La cooperación entre empresas**: análisis y diseño, Madrid: ESIC, 1999.

FERRAREZI, Elisabete. **Estados e setor público não-estatal**: perspectivas para a gestão de novas políticas sociais. Texto apresentado no II Congresso Interamericano del CLAD sobre La Reforma del Estado y de la Administración Pública. Venezuela, 15 a 18 out. 1997. Disponível em: <http://anesp.org.br/userfiles/file/estudos/estado_setor.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2010.

FERREIRA, Geraldo de Souza; AFONSO, Rita de Cássia Monteiro; BARTHOLO, Roberto. Perspectiva histórica da construção da responsabilidade social. In: SIMÕES, Claudia Pestana; FERREIRA, Geraldo de Souza; AFONSO, Ritá de Cássia Monteiro; BARTHOLO, Roberto. **Responsabilidade social e cidadania**: conceitos e ferramentas. Brasília: CNI/SESI, 2008. p.39-64.

FEUERWERKER, Laura; COSTA, Heloniza. Intersetorialidade na rede Unida. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v.22, p.25-35, 2000.

FIGAR, Nadica; FIGAR, Vladimir. Corporate social responsibility in the context of the stakeholder theory. Facta Universitatis, série: **Economics and Organization**, v.8, n.1, p.1-13, 2011.

FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração**: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor. São Paulo: Gente, 2002.

_____. Estado, Mercado e Terceiro Setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais. **Revista de Administração**, São Paulo, v.40, n.1, p.5-18, jan./fev./mar. 2005.

FONTES, Miguel. **Marketing social revisitado**: novos paradigmas do mercado social. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

FREEMAN, R. E. **Startegic Management**: a stakeholder approach. Boston: Pitman Publishing, 1984.

FREY, Klaus. Capital Social, comunidade e democracia – Ensaio bibliográfico. **Política e sociedade**, Florianópolis, n.2, p.175-187, abr. 2003.

FURLAN, Sueli Angelo. **Lugar e cidadania**: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião - SP). 2000. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GIARETTA, Juliana Barbosa Zuquer; FERNANDES, Valdir; PHILIPPI JR., Arlindo. Desafios e condicionantes da participação social na gestão ambiental municipal no Brasil. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.19, n.62, p.527-550, jul./set. 2012.

GINENTHAL, Linda. **Portland, Oregon, USA**: a leader in sustainable development in the United States. Disponível em: <http://www.iclei.org/fileadmin/PUBLICATIONS/Case_Stories/Case_stories_EcoMobility_Portland_PDF_print.pdf>. Acesso em: 24 maio 2011.

GOMES, Adriano; MORETTI, Sérgio. **A responsabilidade e o social**: uma discussão sobre o papel das empresas. São Paulo: Saraiva, 2007.

GOVERNMENT RESOLUTION ON CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY. Disponível em: <http://www.tem.fi/files/35134/Government_Resolution_on_CSR_FINLAND.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2012.

GRATTON, Lynda. **Can altruism be good for business?** Disponível em: <http://www.theguardian.com/sustainable-business/altruism-good-business-community>. Acesso em: 10 jun. 2014.

GRUPO DE INSTITUTO, FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). **Perspectivas para o marco legal do terceiro setor**. São Paulo: GIFE, 2009.

GUNN, Alastair S. Rethinking Communities: Environmental Ethics in an Urbanized World. In: **Environmental Ethics**: An Interdisciplinary Journal Dedicated to the Philosophical Aspects of Environmental Problems. University of North Texas, Denton, 1998. p.341-360.

HARDIN, Garret. The Tragedy of Commons: the population problem has no technical solution; it requires a fundamental extension in morality. **Science, New Series**, v.162, n.3859, p.1243-1248, dez.1968. Disponível em: <http://www.geo.mtu.edu/~asmayer/rural_sustain/governance/Hardin%201968.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2010.

HECHT, Alan D.; FIKSEL, Joseph; FULTON, Scott C.; YOSIE, Terry F.; HAWKINS, Neil C.; LEUENBERGER, Heinz; GOLDEN, Jay S.; LOVEJOY, Thomas E. Creating the future we want. **Sustainability: Science, Practice, & Policy**, v.8, n.2, p.62-75, 2012. Disponível em: <http://sspp.proquest.com Summer>. Acesso em: 28 dez. 2012.

HENDRY, Jamie R. Taking Aim at Business: what factors lead environmental non-governmental organizations to target particular firms? **Business and Society**, v.45, n.1, p.47-86, mar. 2006.

IDA, Masayuki. **Ética empresarial e responsabilidade social (EERS) como um princípio histórico na civilização tecnológica**. Trabalho apresentado no BESR Seminário, American University, Washington DC, 2011.

INFORME AVINA. **Espaço urbano em transformação**. Disponível em: <http://www.informeavina2008.org/portugues/law_case2_SP.shtml>. Acesso em: 21 dez. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM). **Manual do Prefeito**. Rio de Janeiro: IBAM, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Brasil em development: an international perspective. **The Journal of International Social Research**, Malásia, v.2/9, 2009.

_____. **Brasil em desenvolvimento 2010**: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2010.

_____. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: Ipea/MP/SPI, 2014.

INSTITUTO ETHOS. **Cidades sustentáveis**: como as empresas podem contribuir. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/01_Cidades-Sustentáveis.Como-as-Empresas-Podem-Contribuir-dezembro-2009.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2009.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Promotion of sustainable enterprises**. Trabalho apresentado no International Labour Conference, 96th Session. Geneva: International Labour Office, 2007.

_____. **National tripartite social dialogue**: an ILO guide for improved governance. International Labour Office, Social Dialogue and Tripartism Unit, Governance and Tripartism Department. Geneva: ILO, 2013.

INTERNATIONAL SOCIETY FOR THIRD-SECTOR RESEARCH (ISTR). **A responsabilidade pelo desenvolvimento**. Disponível em: <https://c.ymcdn.com/sites/www.istr.org/resource/resmgr/working_papers_toronto/novaes.elidia.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2013.

ISMAIL, Maimunah. Corporate social responsibility and its role in community development: an international perspective. **The Journal of International Social Research**, n.9, 2009. Disponível em: <http://www.sosyalarastirmalar.com/cilt2/sayi9pdf/ismail_maimunah.pdf> Acesso em: 30 dez. 2009.

IZIQUE, Claudia. Cidadãos fazem outra cidade: São Paulo, Rio e Ilhabela constroem indicadores para monitorar a gestão municipal. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, São Paulo, v.5, n.39, p.1-2, 2008.

IZQUIERDO, Ricardo J.; VICEDO, Jordi Capó. The interrelationship between the demands of Corporate Social Responsibility and co-operative principles and values. **CIRIEC-ESPAÑA**, n.73, p 209-228, 2011.

JAMUR, Marilena. Solidariedade: uma noção tensionada entre o público e o privado. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v.39, n.3, p.471-502, maio/jun. 2005.

KAVAS, Damjan. **Possible PPP models for cooperation in the municipality of Ljubljana**. Ljubljana: Institute for Economic Research (IER), 2012.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública – RAP**, São Paulo, v.40, n.3, p.479-499, maio/jun. 2006.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez, 2001.

KON, Anita. Responsabilidade social das empresas como instrumento para o desenvolvimento: a função da política pública. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n.41, p.45-88, jul./dez. 2013.

KOTLARSKY, Julia; OSHRI, Ilan. Social ties, knowledge sharing and successful collaboration in globally distributed system development projects. **European Journal of Information System,** v.14, p.37-48, 2005.

KPMG INTERNATIONAL. **Survey of Corporate Responsibility 2008**. Disponível em: <http://www.kpmg.com/EU/en/Documents/KPMG_International_survey_Corporate_responsibility_Survey_Reporting_2008.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2011.

_____ **Expect the Unexpected**: Building Business Value in a Changing World. 2012. Disponível em: <http://www.kpmg.com/th/en/issuesand insights/articlespublications/pages/expect-the-unexpected-building-business-value-changing-world.aspx>. Acesso em: 21 ago. 2012.

LEAL, Rogério Gesta. **Estado, administração pública e sociedade**: novos paradigmas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

LERNER, Jaime. Qualquer cidade pode ser criativa. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter. **Cidades criativas**: perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. p.36-43.

LITTLEFIELD, Ron. **A experiência de Chatanooga no Tennessee**. Trabalho apresentado na Conferência Internacional Cidades Inovadoras, 2010. Curitiba: FIEP, 2010.

LLORENTE, María Victoria; LEÓN, Sergio Guarín. Colômbia: Sucessos e lendas dos "modelos" de segurança dos cidadãos: casos de Bogotá e Medellín. In: WILSON CENTER/FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Para aonde vamos?**: análises de Políticas Públicas de Segurança Cidadã na América Latina. São Paulo: Carlos Basombrío**,** 2013. p.163-196.

LORES, Raul Juste. Bibliotecas dão fama a Bogotá. **Folha de São Paulo**, 11 jul. 2006. Disponível em: <http://listas.ibict.br/pipermail/bib_virtual/2006-July/002975.html>. Acesso em: 15 jan. 2010.

MACHADO FILHO, Cláudio Pinheiro. **Responsabilidade social e governança**: o debate e as implicações. São Paulo: CENGAGE Learning, 2006.

MACKEY, John; SISÓDIA, Raj. **Capitalismo consciente**: como liberar o espírito heróico dos negócios. São Paulo: HSM, 2013.

MAHMUD, Parveen. Scope of corporate social responsibility in developing countries. In: UNITED NATIONS. **Disclosure of the impact of corporations on society**: current trends and issues. New York: Geneva, 2004. p.55-64.

MARIBYRNONG CITY COUNCIL. **Community Business Partnerships**: a practical guide. 2012.

MATIAS-PEREIRA, José. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Revista APGS**, Viçosa, v.2, n.1, p.110-135, jan./mar. 2010.

MATOS, Francisco Gomes de. **Ética na gestão empresarial**: da consciência à ação. São Paulo: Saraiva, 2008.

MATOS, Maria Cristina Pereira. **Alianças intersetoriais**: um estudo do município de Cubatão/SP. 2007. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2007.

MAZURKIEWICZ, Piotr; CROWN, Robert. **Opportunities and Options for Governments to Promote Corporate Social Responsibility in Europe and Central Asia**: Evidence from Bulgaria, Croatia, and Romania. Washington: World Bank, 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda ambiental na administração pública (A3P)**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/item/8852>. Acesso em: 22 fev. 2013.

MINNESOTA PLANNING. **Commom Ground**: achieving sustainable in Minnesota. September,1995. Disponível em: <http://www.mnplan.state.mn.us/pdf/cmgrnd.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2011.

MORAIS, Leandro Pereira; COSTA, Adriano Borges Ferreira. Por novos paradigmas de produção e de consumo. In: INSTITUTO PÓLIS. **Novos paradigmas de produção e consumo Experiências inovadoras**. Leandro Pereira Morais e Adriano Borges Ferreira Costa (Org.). São Paulo: Instituto Pólis, 2010. p.13-19.

MURPHY, James P. Alliance for growth: stimulating urban revitalization through corporate, governmental and community cooperation. New York, **Fordham Urban Law Journal**, v.9, n.4, art. 3, p.831-863, 1980.

NAÇÕES UNIDAS: ESCRITÓRIO CONTRA DROGAS E CRIME. **Convenção das Nações Unidas contra a corrupção**. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_corruption/Publicacoes/2007_UNCAC_Port.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2010.

NASCIMENTO, Daniel Trento do; BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. Descentralização da gestão ambiental: análise do processo de criação de organizações municipais de meio ambiente no sul catarinense. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.62, n.2, p.185-208, abr./jun. 2011.

NASSAR, Paulo. As empresas só falam: não querem ouvir. **Empreendedor: inovação e valor aos negócios**, São Paulo, v.7, n.8, p.10-12, 2001.

NELSON, Jane. **The public role of private enterprise**: risks, opportunities, and new models of engagement. Harvard University, Working paper n.1, 2004. Disponível em: <http://www.hks.harvard.edu/m-rcbg/CSRI/publications/workingpaper_1_nelson.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2010.

NICOLAU, Isabel; SIMAENS, Ana. O impacto da responsabilidade social das empresas na economia social. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, p.68-76, jan./mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpbg/v7n1/v7n1a08>. Acesso em: 29 dez. 2008.

OECD INSIGHTS. **Sustainable development**: linking economy, society, environment. Disponível em: <http://www.oecd.org/insights/41774407.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2008.

OLIVIERO, Melanie BETH; Adele. **Who's minding the store?** global civil society and corporate responsibility. Disponível em: <http://www.lead.colmex.mx/docs/s4/02_sociedad%20civil%20y%20ONG/OLIVIERO_who's%20minding%20the%20store.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2013.

OLIVIERO, Melanie Beth; SIMMONS, Adele. **Who's minding the store?**: global civil society and corporate responsibility. Disponível em: <http://www.lead.colmex.mx/docs/s4/02_sociedad%20civil%20y%20ONG/OLIVIERO_who's%20minding%20the%20store.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Declaração tripartite de princípios sobre empresas multinacionais e política social**. Brasília: OIT, 2002.

PARRA, Marcelo Fernando López. **A responsabilidade social como uma das politica que legitima a gestão pública**. Trabalho apresentado no VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 out. 2003. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0047704.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2010.

PATRUS, Roberto. **Cooperação e solidariedade**: considerações etimológicas sobre a colaboração. Disponível em: <http://www.plurale.com.br/noticias-ler.php?cod_noticia=12941>. Acesso em: 10 jul. 2013.

PAULA, Juarez de. Territórios: inovação e sustentabilidade. In: DOWBOR, Ladislau; SACHS, Ignacy; LOPES, Carlos. **Riscos e oportunidades em tempo de mudanças**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire; Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. p.137-142

PFAFFENSELLER, Michelli. Gestão ambiental na administração pública. In: CUSTÓDIO, André Viana; BALDO, Lumar Junior. **Meio ambiente, constituição & políticas públicas**. Curitiba: Multideia, 2011. p.109-120.

PFEIFFER, Claudia. **Por que as empresas privadas investem em projetos sociais e urbanos no Rio de Janeiro?** Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2001.

PILLORA, Stefanie; McKINLAY, Peter. **Local Government and Community Governance**: A Literature Review. March 2011, Working Paper n.2, p.1-31. Disponível em: <http://www.acelg.org.au/news/local-government-and-community-governance-literature-review>. Acesso em: 28 jan. 2012.

PLAHTE, Erik. Urban transformation: an arena for partnership and new models of cooperation. In: NYSTAD, Jens Fredrik. **Building and Urban development in Norway**: a selection of current issues. Husbanken: PDC Tangen AS, 2004. p.80-83

PLAN DE DESARROLLO 2012-2016 BOGOTÁ HUMANA. Disponível em: <http://idrd.gov.co/sitio/idrd/Documentos/PLAN-DESARROLLO2012-2016.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2012.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013**. A Ascenção do Sul: progresso humano num mundo diversificado. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 22 dez. 2013.

PORTER, Michel; KRAMMER, Mark. **Criação de valor compartilhado**. Disponível em: <http://www.hbrbr.com.br/materia/criacao-de-valor-compartilhado>. Acesso em: 22 jan. 2011.

PRETI, Alessandro. La participación ciudadana en Colombia. In: PNUD Colômbia. **Memorias del Seminario Participación ciudadana y servicios públicos Proyecto Derechos y Desarrollo**. Bogotá: PNUD Colômbia, 2010.

PRINCEWATERHOUSEECOOPERS. **O futuro na prestação de serviços públicos**: atendendo às expectativas dos cidadãos. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional PrincewaterhouseeCoopers - Melhores Práticas em Gestão Governamental. São Paulo, 2007.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Metas de sustentabilidade para os municípios brasileiros**: indicadores e referências. São Paulo: Programa Cidades Sustentáveis; Rede Nossa São Paulo; Rede Social Brasileira por Cidades Justas Sustentáveis e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2012.

_____. **Gestão Pública Sustentável (GPS)**. Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/gps>. Acesso em: 22 ago. 2013a.

_____. **Em Oslo, os resíduos alimentares e os dejetos dos esgotos tornam-se biogás e biofertilizantes**. Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/em-oslo-os-residuos-alimentares-e-os-dejetos-dos-esgotos-tornam-se-biogas-e>. Acesso em: 18 set. 2013b.

PUTNAM, Robert David. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

QUIROGA, Jesús Arturo Fugueroa. **Herramientas para el desarrollo de la comunidad**: propuesta metodológica. Puerto Assis, 2012.

RATTNER, Henrique. **Liderança para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999.

RED MERCOSUR/PNUMA. **Eficiência na utilização de recursos na América Latina**: perspectivas e implicações econômicas – Estudo de caso: Mercosul, Chile e México. Implicações para o setor privado. Red Mercosur/PNUMA, 2011. Disponível em: <http://www.pnuma.org/reeo_port/Documentos/Web_Setor%20Privado_13_06_11_.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2012.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Fórum empresarial de apoio à cidade de São Paulo**: por uma cidade justa e sustentável. Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/sites/default/files/arquivos/folder_forum_empresarial.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2013.

_____. **Realizações e balanço**. São Paulo: RNSP, 2013.

_____. **Institucional**. Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/institucional>. Acesso em: 20 jan. 2014a.

_____. **Missão e visão**. Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/institucional/visao_missao>. Acesso em: 21 jan. 2014b.

RIFKIN, Jeremy. **A terceira revolução industrial**: como o poder lateral está transformando a energia, economia e o mercado. São Paulo: Makron Books do Brasil, 2012.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. Colômbia: uma nova realidade. **Revista Liberdade e Cidadania**, São Paulo, v.1, n.4, p.1-20, abr./jun. 2009.

ROGGE, Mary E. Toxic risk, community resilience, and social justice in Chattanooga, Tennessee. In: HOFF, Marie D. **Sustainable community Development**: studies in economic, environmental, and cultural revitalization. Boca Raton: CRC Press LLS, 1998. p.105-122.

ROME, Emily; BELL, Joshua. **Community Perspectives on the Future of the Portland Harbor and the Willamette River**. Portland: Portland University, 2012.

ROSELAND, Mark. Sustainable community development: integrating environmental, economic, and social objectives. **Progress in Planning**, v.54, n.2, p.73-132, .2000.

SAMSON, William D. History of taxation. In: LYMER, Andrew; HASSELDINE, John. **The international taxation system**. Boston: Kluwer Academic, 2002. p.21-42.

SANDVIN, Johans Tveit; BJØRGO, Frode; HUTCHINSON, Gunn Strand; JOHANSEN, Per Olav. Public-private partnership: a critical discussion. **Journal of Comparative Social Work**, 2011. Disponível em: <Journal of Comparative Social Work 2011/2>. Acesso em: 23 mar. 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTUCCI, Dave. **Chattanooga, Tennessee**. Washington: National League of Cities, 2014.

SARAVIA, Enrique Jerônimo. Administração pública e administração de empresas: quem inspira a quem? **Revista ADM. MADE**, Rio de Janeiro, n.14, n.3, p.1-8, out./dez. 2010.

SARKAR, M. B.; ECHAMBADI, Raj; CAVUSGIL, S. Tamer; AULAKH, Preet. S. The influence of complementarity, compatibility and relationship capital on alliance performance. **Journal of the Academy of Marketing Science,** v.29, n.4, p.358-373, 2001.

SCHAPOVAL, Valentina. Business-state partnership as a basis of social responsibility implementation. **European Journal of Business and Economics**, v.5, p.57-62, 2011. Disponível em: <http://ojs.journals.cz/index.php/EJBE/article/viewFile/173/177>. Acesso em: 22 dez. 2011.

SCHVARSTEIN, L. **La inteligência social de las organizaciones**: desarrollando las competencias necesarias para el ejercicio efectivo de la responsabilidad social. Buenos Aires: Paidós, 2003.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte e prática da organização da aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1990.

SENIOR, Jan Noterdaeme; LÓPEZ, Jani. La RSE en Europa: progreso y tendencias. In: REVILLA, Germán Granda; CAMISÓN, César. **El modelo de empresa del siglo XXI**: hacia una estrategia competitiva y sostenible. Colección Biblioteca Ciencias Sociales, Ediciones Cinca, n. 6. Madrid: Forética/Ediciones Cinca, enero, 2008. p.203-218.

SESI. Departamento Regional do Paraná (SESI/PR). **Escola e Indústria**: ressignificando o currículo de ensino médio escolar para formação do jovem. Curitiba: SESI/PR, 2011.

_____. **Responsabilidade social na comunidade**. Disponível em: <http://www.sesipr.org.br/para-empresas/solucoes-em-responsabilidade-social/responsabilidade-social-na-comunidade/>. Acesso em: 21 jan. 2013.

SETUBAL. Maria Alice. Cooperação como eixo de sustentabilidade. **Folha de São Paulo**, 17 maio 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/43295-cooperacao-como-eixo-de-sustentabilidade.shtml>. Acesso em: 28 dez. 2012.

SÈVE, Lucien. **Para uma crítica da razão bioética**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

SIGNATES, Luiz. **O conceito de solidariedade**. Disponível em: <http://www.ieja.org/portugues/Estudos/Artigos/p_oconceitodesolidariedade.htm>. Acesso em: 22 dez. 2013.

SILVA, Rosângela Bacima da. **O papel das empresas no desenvolvimento sustentável**: a gestão da responsabilidade social corporativa por meio de parcerias sociais. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2006.

SILVEIRA, Caio. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: Dowbor, Ladislau; POCHMANN, Marcio. **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Perseu, 2010. p.41-75

SIMÕES, Claudia Pestana; FERREIRA, Geraldo de Souza; AFONSO, Ritá de Cássia Monteiro; BARTHOLO, Roberto. **Responsabilidade social e cidadania**: conceitos e ferramentas. Brasília: CNI/SESI, 2008.

SNYDER, Hannah; MILLER, Char. **Listening to Willamette Stakeholders**: a case for greater collaboration and inclusion in Portland's River Plan. Disponível em: <http://ea.pomona.edu/wp-content/uploads/Snyder-Mellon-Research-Collaboration-and-the-River-Plan.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2010.

SOUSA, Ana Carolina Cardoso. **Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável**: a incorporação dos conceitos à estratégia empresarial. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências em Planejamento Energético) - COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

STETTLER, Abby Elizabeth. **Chattanooga**: a reinvented city. Chattanooga: University of Tennessee Honors Thesis Projects, 2001.

TAM, Henry Benedict. **Cooperative Problem-Solving**: What it means in theory and practice. Forum for Youth Participation & Democracy, University of Cambridge, 2012. Disponível em: <http://www.educ.cam.ac.uk/research/academicgroups/equality/forumyouthparticipation/CoopPSpaperHBT121101.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2013.

THE ECONOMICS OF ECOSYSTEMS & BIOVERSITY (TEEB). **TEEB para o setor de negócios**. Disponível em: <http://www.abce.org.br/downloads/TEEB_Para_Setor.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2010.

THE GLOBAL COMPACT. **Declaração de Genebra**. Genebra, Suíça: The Global Compact, 2007.

THE INTEGRATED MANGEMENT SYSTEM FOR LOCAL AND REGIONAL SUSTAINABILITY. **City Examples**. Disponível em: <http://www.localmanagement.eu/index.php/mue25:city_examples>. Acesso em: 22 jan. 2013.

TORO, José Bernardo A.; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização social um modo de construir a democracia e a participação**. São Paulo: Unicef Brasil, 1996.

TOURAINE, Alain. Urbanização, meio ambiente e políticas urbanas no Brasil. In: MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente**: a experiência de Curitiba. Campinas: Papirus, 1996.

UNITED NATIONAL GLOBAL COMPACT. **Implementação engajamento**. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/Languages/portuguese/implementao_engajamento.html>. Acesso em: 22 jan. 2013.

UNITED NATIONAL GLOBAL COMPACT; BERTELSMANN STIFTUNG. **The role of government in promoting corporate responsibility and private sector engagement in development**. Disponível em: <http://www.vub.ac.be/klimostoolkit/sites/default/files/documents/role_of_governments_in_csr.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2010.

UNITED NATIONAL. **The millennium development goals report 2014**. New York: United National, 2014.

URBAN ECOLOGY PROGRAMME 2011-2026. Disponível em: <http://www.oslo.kommune.no/getfile.php/Milj%C3%B8portalen%20(PMJ)/Internett%20(PMJ)/Bilder/Vann%20og%20vassdrag/Trykksak_Urban%20Ecology%20Programme%202011-2026%20ENG%20v2.pdf>. Acesso em: 28 maio 2011.

VALENTE, Manoel Adam Lacayo. **Marco legal das licitações e compras sustentáveis na administração pública**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na era da globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Cidadania e sociedade civil no espaço público democrático**. Disponível em: <http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20 Cidadania/Cidadania%20e%20sociedade%20civil%20no%20espaço%20público%20democratico.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2010.

VITTE, Claudete de Castro Silva. A gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. **Interações – Revista internacional de desenvolvimento local**, v.8, n.13, p.77-87, set. 2006.

WOLMAN, Hal *et al*. **Bringing Urban Leaders Together for Effective Change**: What We Know. Disponível em: <www.gwu.edu/.../Bringing%20Urban%20Leaders%2...> Acesso em: 22 jan. 2009.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (WBCSD). **From challenge to opportunity**: the role of business in tomorrow's society. Disponível em: <http://www.wbcsd.org/Pages/EDocument/EDocumentDetails.aspx?ID=75>. Acesso em: 21 jan. 2013a.

_____. **Meeting changing expectations**: corporate social responsibility. Disponível em: <http://www.wbcsd.org/pages/edocument/edocumentdetails.aspx?id=82&nosearchcontextkey=true>. Acesso em: 22 maio 2013b.

WORLD CITIES CULTURE FORUM. **Bogotá**. Disponível em: <http://www.worldcitiesculturefor um.com/cities/bogotá>. Acesso em: 22 jan. 2014.

WORLD CITIES SUMMIT. **Liveable & sustainable cities integrated urban solutions**. Singapore: Centre for Liveable Cities and Urban Redevelopment Authority, 2012.

ZANOTI, Luiz Antonio Ramalho. **A função social da empresa como forma de valorização da dignidade da pessoa humana**. 2006. Dissertação de mestrado em Direito. Marília: Unimar, 2006.

ZOTIS, Luísa. **Solutions**: cidades definem parceria para soluções de transporte sustentável. Disponível em: <http://thecityfixbrasil.com/2014/04/29/solutions-cidades-definem-parceria-para-solucoes-de-transporte-sustentavel/>. Acesso em: 02 maio 2014.

ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. **Sustentabilidade e geração de valor**: a transição para o século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

8 ARTIGO 7

As iniciativas de responsabilidade socioambiental das indústrias Aker Solutions, Bosch do Brasil, Denso do Brasil, Furukawa e Volvo do Brasil em sua interface com a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba e com o Governo Municipal: aprendizados e trajetórias

The social-environmental responsibility initiatives of the companies Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa and Volvo in their interface with the community of the Industrial District of Curitiba (CIC) and with the Municipal Government: learning and paths

Marina Luiza Gaspar Wisniewski
Harry Alberto Bollmann

Resumo:

As indústrias Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo estão sediadas na Cidade Industrial de Curitiba, um bairro que congrega diversos problemas socioambientais decorrentes, sobretudo, de sua ocupação desordenada. O objetivo geral deste estudo é averiguar se as iniciativas de RSA destas empresas são desenvolvidas de modo dialógico e cooperativo com a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba e com o Governo Municipal servindo de apoio ao desenvolvimento urbano. Utilizou-se como instrumento de pesquisa um roteiro de entrevista semiestruturada elaborado pela autora, o qual foi aplicado junto às indústrias, às lideranças da comunidade e aos gestores públicos municipais no período de abril a junho de 2013. Os dados levantados foram analisados utilizando-se da análise de conteúdo. Os resultados apontaram para a necessidade de ass indústrias melhorarem a qualidade do diálogo que mantém com os gestores públicos e, sobretudo, com as lideranças comunitárias ao realizarem suas iniciativas de RSA. Observou-se que, embora nem todas as empresas façam mapeamento formal das demandas da comunidade e a maioria delas não trabalhe em parceria com as lideranças comunitárias, as quais apelam às empresas para aumentar o diálogo e cooperação com elas, tais iniciativas vão ao encontro dos problemas da comunidade, quando compara-se as áreas de investimento das iniciativas realizadas pelas empresas com os problemas socioambientais que a CIC enfrenta. Isso pode ser justificado pelo fato de que boa parte das empresas trabalha suas iniciativas em cooperação com os programas da Prefeitura Municipal de Curitiba, sobretudo nas iniciativas das empresas Bosch e Volvo percebe-se um maior alinhamento aos programas municipais. Conclui-se que as iniciativas de RSA das empresas cumprem o papel de servir de instrumento de apoio ao desenvolvimento urbano da CIC e que os resultados dessas iniciativas poderiam ser otimizado a partir do trabalho em conjunto não apenas com o governo municipal, mas também com as organizações comunitárias, que, melhor do que ninguém, conhecem a realidade da comunidade e se mostram dispostas a trabalhar em cooperação.

Palavras-chave: Responsabilidade socioambiental. Cidade Industrial de Curitiba. Comunidade local. Governo municipal. Prefeitura Municipal de Curitiba.

Abstract:

The companies Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa and Volvo are located in the Industrial District of Curitiba (CIC), in a neighborhood that congregates several social-environmental problems, which come mostly from its disorderly occupation. The main aim of this study is to ascertain if the RSA initiatives of these companies have been developed in a cooperative and conversational way with the community of the Industrial District of Curitiba and with the Municipal Government being of support to urban development. As a research tool, a semi structured interview guide, elaborated by the author, was used and it was conducted together with the companies, the community leaderships and the municipal public managers, from April to June 2013. The data collected was analyzed through the analysis of content. The results showed the need for the companies to improve the quality of the communication they have with the public managers, especially, with the community leaderships when they accomplish their RSA initiatives. It was observed that, although not all companies do the formal mapping of the community demands and most of them do not work in partnership with the community leaderships, which appeal for the companies to increase communication and cooperation, such initiatives meet the community problems, when comparing the investment areas of the initiatives created by the companies with the social-environmental problems that CIC faces. This can be justified by the fact that the majority of the companies work their initiatives cooperation together with the Municipal Government of Curitiba, especially in the initiatives of the companies Bosch and Volvo where it is seen a bigger alignment to the municipal programs. It is concluded that the RSA initiatives of the companies fulfill the role of being a tool to support the urban development of CIC and that the results of these initiatives could be optimized with team work, not only with the municipal government, but also with the community organizations, that, better than no one, know the community reality and are willing to work together.

Key-words: Social-environmental responsibility. Industrial District of Curitiba. Local community. Municipal government. Curitiba´s City Hall.

8.1 INTRODUÇÃO

> *[…] os seres humanos têm efetivamente a capacidade de pensar sobre os outros e suas vidas. A arte da política responsável e passível de responsabilização consiste em ampliar os diálogos, deixando de lado as pequenas preocupações egocêntricas e optando por uma mais ampla compreensão social da importância das necessidades e liberdades dos indivíduos, quer hoje, quer no futuro.*
>
> (SEN, 2013, p. 24).

Partindo do pressuposto de que a cooperação com a comunidade local e com o governo municipal é de fundamental importância para a efetividade das iniciativas de RSA das empresas e de que ações isoladas não conduzem a uma real transformação social[1], principalmente, se não há diálogo com a comunidade e se não se levam em conta suas demandas, este estudo teve como objetivo averiguar o modo como as empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo desenvolvem suas iniciativas de RSA, em sua interface com a Comunidade da CIC e com o governo municipal de Curitiba.

A metodologia adotada para a análise dos dados foi a análise de conteúdo para melhor aproveitamento das considerações feitas nos depoimentos dos colaboradores das empresas, dos líderes comunitários e dos gestores públicos, salientando-se que na conclusão efetuou-se o cruzamento das três percepções.

Este texto está estruturado em três partes. Na primeira, trata-se do modo como as cinco empresas estruturam suas iniciativas de RSA e a percepção que elas têm em relação ao alcance de suas iniciativas, focando, sobretudo, o modo como estabelecem suas relações com a comunidade da CIC e com o governo municipal ao implementá-las. Posteriormente, abordou-se a percepção dos líderes comunitários da CIC a respeito das iniciativas de RSA das empresas em estudo, com a intenção principal de averiguar como eles percebem as relações de diálogo e cooperação estabelecidas pelas empresas com a comunidade e suas lideranças. E, finalmente discutiu-se a visão dos gestores públicos municipais a respeito das iniciativas de RSA destas empresas,

---

[1] A transformação social não se dá com base em ações isoladas levadas a efeito por atores individuais. Ademais, a complexidade das demandas sociais exige ideias inovadoras e a soma de esforços em ações conjuntas (SESI/PR, 2011, p.5).

com vistas a atingir o mesmo objetivo: verificar se há diálogo e cooperação com o governo municipal nas iniciativas de RSA.

Vale esclarecer que, na análise que se segue, para efeito de padronização, todas as citações recuadas ou não, que se encontram em itálico, referem-se a depoimentos coletados juntos aos sujeitos entrevistados.

8.2 EXPERIÊNCIA DAS EMPRESAS EM RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Inicialmente, fundamenta-se que os critérios usados para escolha das empresas que compuseram este estudo foram: ser enquadrada no CNAE como indústria; ser multinacional; estar sediada na CIC; possuir iniciativas de RSA; possuir acima de 500 funcionários e pertencer ao setor metal mecânico, um setor com fortes impactos sobre o meio ambiente.

Buscando aleatoriamente na CIC empresas que preenchessem esse perfil, efetuou-se o convite para sete indústrias multinacionais, das quais manifestaram interesse em participar da pesquisa, cinco delas: a Aker Solutions, a Bosch, a Denso, a Furukawa e a Volvo.

Este capítulo apresenta a dinâmica de construção das iniciativas de RSA destas empresas, cujos resultados foram levantados por meio de entrevista junto ao setor responsável pela gestão destas iniciativas em cada uma das empresas, conforme composição descrita no Quadro 1.

Quadro 1 - Composição das indústrias e colaboradores entrevistados

Empresa	Colaborador	Cargo
Aker Solutions	A	Analista de recursos humanos
	B	Técnica ambiental
Bosch	C	Coordenador regional do Instituto Robert Bosch
	D	Gerente de meio ambiente e engenharia de segurança do trabalho na Bosch
Denso	E	Supervisor da área administrativa
	F	Vice-coordenador ambiental
Furukawa	G	Analista de Responsabilidade social
	H	Analista de qualidade e meio ambiente
Volvo	I	Analista de saúde e segurança
	J	Gerente de saúde, segurança e meio ambiente
	K	Analista de comunicação Sênior

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando que: "A necessidade de um diálogo mais profundo entre empresas, governo e associações da sociedade civil é apontada como primordial para melhor alinhar os negócios aos interesses sociais" (WBCSD, 2013, p.33) e que:

"A cultura do diálogo e aprendizagem entre as empresas e suas partes interessadas são cruciais para a melhoria do seu desempenho" (ILO, 2013, p.254), a atenção deste texto voltou-se para a compreensão do modo como as empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo estruturam suas iniciativas de RSA na sua interface com a comunidade da CIC e com o governo municipal. Foram propostas diversas questões às empresas tencionando-se averiguar o modo como elas entendem a RSA, como elas têm estruturado suas iniciativas e se estas têm sido feitas de modo dialógico e cooperativo com estes dois *stakeholders.*

Ao analisar as respostas obtidas das empresas referente ao conceito de RSA, verifica-se que este se trata de um conceito heterogêneo, como abordado na revisão de literatura, sendo considerado sob diferentes enfoques na percepção delas. Para o colaborador A da Aker Solutions: *"RSA está ligada à questão do cuidado: cuidado com a comunidade, cuidado com os próprios funcionários e com a questão ambiental"*. Já o colaborador B assim conceitua RSA:

> *É a maneira da empresa contribuir com a comunidade de uma forma ambientalmente correta, sem prejudicar os patrimônios, sem prejudicar a comunidade do entorno, mostrando para as pessoas o quanto ela é importante para a região e o quanto agrega em termos ambientais* (COLABORADOR B, AKER SOLUTIONS).

Observa-se que o foco dos dois conceitos levantados se volta para a questão do cuidado da empresa com seus *stakeholders* tendo em vista a necessidade de a empresa administrar os impactos gerados por seu processo produtivo. A preocupação da empresa com a comunidade é expressa tanto no conceito elaborado pelo colaborador A quanto no do colaborador B.

Quanto à visão da Bosch sobre o conceito de RSA, os entrevistados pontuam que:

> *A empresa entende RSA como o tripé da sustentabilidade: o econômico, social e ambiental, os três em equilíbrio para se manter em pé. E nós da empresa temos um legado social do nosso fundador Robert Bosch, no qual no próprio testamento dele, ele deixa 92% do capital da empresa para a fundação Robert Bosch. Então tudo é reinvestido na própria empresa no seu resultado financeiro ou volta para o social, volta para o desenvolvimento humano como um todo* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

> *Na verdade, nós atuamos na proteção ambiental dentro da área técnica, no âmbito de processos industriais e temos a parte socioambiental que é uma função do Instituto Robert Bosch. Então dentro da minha área eu posso falar sobre a proteção ambiental que significa a proteção interna para os*

> *nossos processos, nossos colaboradores e nosso meio ambiente interno e o impacto no meio ambiente externo que esses processos possam causar* (COLABORADOR D, BOSCH).

Do exposto acerca da forma como os dois colaboradores expressaram o conceito de RSA na Bosch, é possível extrair que a empresa entende que essa responsabilidade se assenta em três aspectos: o econômico, o social e o ambiental, buscando uma harmonia entre eles. Observou-se claramente que a área social e a área ambiental estão sob a responsabilidade de departamentos diferentes dentro da empresa: a social, sob a responsabilidade do Instituto Robert Bosch; e a área ambiental sob a responsabilidade da área de meio ambiente e segurança do trabalho, que tem como foco principal gerir os impactos decorrentes do processo produtivo da empresa sobre os mais diversos *stakeholders*.

Na percepção do colaborador E, lotado na empresa Denso, RSA é: *"O cuidado não só da natureza, mas a gestão de todos os impactos que envolvem o próprio negócio da empresa, envolvendo a família, a comunidade, todos que estão à sua volta"*. E, na visão do colaborador F:

> *É a responsabilidade da empresa voltada não apenas à questão do respeito à legislação ambiental, mas também a responsabilidade que vai além da legislação, isto quanto ao meio ambiente. Quanto à responsabilidade social, aí existe mais de um aspecto, você tem desde a questão da igualdade de oportunidades para as pessoas que trabalham na empresa, o respeito à legislação trabalhista e também as chamadas ações sociais que a empresa também desenvolve e que vão além da legislação* (COLABORADOR F, DENSO, 2013).

Depreende-se das conceituações efetuadas pelos colaboradores da Denso que a RSA é visto como algo que inclui o atendimento à legislação, mas que vai além desta, abarcando questões como o cuidado com a natureza, a atenção aos *stakeholders e* o respeito aos direitos humanos. Essa visão de RSA como uma prática que vai além da legislação foi destacada pela Comissão das Comunidades Europeias (2001, p.3), pela International Labour Organization - ILO (2004, p.122) e por Loyola (2011, p.1) como um aspecto importante para caracterizar a RSA.

RSA na concepção da Furukawa é assim expressa pelo colaborador G: *"É o cuidado com a sociedade, com o público interno e o meio ambiente. É cuidar do socioambiental. Então nós temos ações voltadas ao nosso público interno e externo e ações voltadas ao meio ambiente"*. E o colaborador H conceitua RSA como:

"A responsabilidade com as comunidades carentes do entorno da nossa indústria em orientar, talvez, a ter uma qualidade de vida melhor".

Essas conceituações indicam que, também na Furukawa, a RSA está relacionada com o cuidado que a empresa deve ter com a sociedade e com o meio ambiente, interno e externo à empresa. No conceito do colaborador H, o cuidado com a comunidade do entorno aparece nominadamente como uma responsabilidade da empresa. A importância de a empresa posicionar-se como um ator proeminente na comunidade e preocupar-se com seu bem-estar é discutida por Griesse (2003, p.1), por Kotler e Lee (2005, p.3) e por Gomes e Moretti (2007, p.64).

Finalmente, na Volvo do Brasil o conceito de RSA é assim elaborado pelos três colaboradores entrevistados na empresa:

> *A volvo do Brasil trabalha com esse tema desde sempre, tanto que faz parte dos valores corporativos, o cuidado com o meio ambiente, segurança e qualidade. Por conta disso a Empresa tem todo o trabalho respaldado nesses 3 valores. Então, RSA são as ações pensadas na empresa como ações que propiciam desenvolvimento das pessoas, o que vai muito além da legislação, incluindo, entre outros, a comunidade do entorno, os próprios funcionários e os produtos que ela produz* (COLABORADOR I, VOLVO).

> *Eu acho que a gente tem duas vertentes nessa questão da RSA: a primeira inclui no mínimo o atendimento às questões legais; a segunda, onde entende-se que a RSA não pode se limitar às questões legais ou impostas pela legislação. Nós precisamos entender que quando falamos em RSA, vai muito além disso: vem o cuidado não só com as questões atuais, mas com questões das futuras gerações, da sustentabilidade, enfim, toda uma outra complexidade, que vai muito além das questões legais* (COLABORADOR J, VOLVO).

> *É a responsabilidade que a empresa tem para com todos os seus stakeholders, sobretudo com a comunidade e com o meio ambiente. A Volvo desenvolve atividades que vai além da legislação, de forma voluntária, preocupando-se com as futuras gerações* (COLABORADOR K, VOLVO).

Como visto, os três colaboradores Volvo focam a amplitude do significado de RSA, destacando que esta vai muito além da legislação, incluindo as relações que a empresa estabelece com seus *stakeholders*.

De modo geral, é possível perceber nos conceitos de RSA elaborados pelos colaboradores das empresas, diversos aspectos trabalhados na revisão conceitual do tema no Quadro 3, do artigo 5: que é uma responsabilidade que se assenta no tripé da sustentabilidade: econômico, social ambiental (Bosch); que vai além da legislação

(Denso, Volvo); que deve perpassar todos os níveis e as operações do negócio (Volvo); que se volta a todos os públicos com quem a empresa mantém contato (Aker, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo); que a RSA deve estar integrada na estratégia da empresa, sendo internalizada nas suas atividades, no seu planejamento estratégico e nas suas relações com os *stakeholders* (Volvo); que está associada à ideia de desenvolvimento sustentável (Bosch, Volvo).

Com o intuito de identificar se as empresas conhecem a realidade da comunidade na qual estão inseridas, outra questão proposta às empresas na entrevista foi: Quais os problemas socioambientais mais importantes que afetam a comunidade da CIC?

Seguindo por diferentes caminhos, cada empresa demonstrou ter conhecimento das condições socioambientais de seu entorno. Os colaboradores da Aker Solutions, por exemplo, assim se manifestaram em relação aos problemas da comunidade da CIC:

> *Eu poderia resumir tudo numa só palavra: pobreza. Em visita à comunidade a gente percebe que a fome está presente, a falta de moradia, de educação, de saneamento básico, enfim, são inúmeras as dificuldades da comunidade. Quando falo em saneamento básico, tem a questão das ruas, que quando chove ocorre alagamentos, ruas sem esgotos e barracos na beira de rios* (COLABORADOR A, AKER SOLUTIONS).

> *A questão de lixo destinado incorretamente, poluição atmosférica e a falta de comida para a comunidade é muito grande. A gente até chegou a participar algum tempo atrás de algumas ações, mas por questões de legislação a gente acabou parando de fazer essas doações. A gente participou à frente da questão de carência alimentar e verificou que pessoas cadastradas levavam até pote de margarina lá para receber alguma comida para poder se sustentar, né. Então a falta de comida é bem grande na região* (COLABORADOR B, AKER SOLUTIONS).

Na visão da Bosch, os problemas socioambientais mais importantes que afetam a comunidade da CIC recaem sobre outros aspectos, sobretudo os relacionados à segurança, às carências na área educacional e à falta de educação ambiental. Conforme aponta o colaborador C:

> *A gente sabe que a comunidade tem uma demanda com relação à segurança: segurança pública e segurança dentro da própria comunidade, principalmente no âmbito escolar. Na questão ambiental nas comunidades se percebe uma falta de programas educacionais em relação ao meio ambiente. Hoje a comunidade não percebe a existência de programas ambientais dentro da comunidade.*

> *As vezes percebe nas empresas, percebe numa maneira mais macro do município, mas programas que acontecem dentro da comunidade não é muito percebido, eles sabem da existência do programa de troca do lixo por alimentos da prefeitura municipal e acaba ficando por aí. Então acho que um programa mais amplo, mas que aconteça a nível local, seria bem adequado hoje pra realidade das comunidades* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

Já o colaborador D, também entrevistado na Bosch, ressalta que, por exercer sua função dentro da área ambiental e de segurança do trabalho dentro da empresa e por não ser função de seu departamento efetuar o mapeamento da comunidade, não pode informar com precisão quais os problemas socioambientais mais importantes que afetam a comunidade da CIC, deixando a resposta da questão sob a responsabilidade do colaborador C, ligado ao Instituto Roberto Bosch.

Para o colaborador E, pertencente ao quadro funcional da Denso do Brasil, os problemas socioambientais mais importantes que afetam a CIC são a falta de saneamento básico e coleta seletiva do lixo:

> *Eu acredito que seja a responsabilidade com o saneamento básico e a questão da coleta seletiva do lixo: são os dois aspectos que mais influenciam de forma negativa a CIC. Tem a questão da poluição dos riachos e rios, valetas em céu aberto, onde entra a parte de saneamento básico, mas também falta uma questão de postura, não só da parte dos moradores, como também da Prefeitura* (COLABORADOR E, DENSO).

Já o colaborador F da empresa Denso salienta a questão da pobreza na região e a importância da conscientização da população da CIC e das empresas instaladas na região, no sentido de gerir seus impactos sobre o meio ambiente.

> *Existe desde a questão da pobreza, a questão de menores carentes, você tem a questão de uma comunidade bastante carente no entorno da CIC e possivelmente uma das coisas importantes aí, é exatamente a conscientização dessa população, bem como das indústrias, que precisam empenhar esforços maiores para evitar a poluição junto àquela população. Então fazer com que essas indústrias não sejam poluidoras do ar, não sejam poluidoras da água, não sejam poluidoras do solo que está ali próximo dessas residências, esse é o desafio* (COLABORADOR F, DENSO).

Ao lado da pobreza, os colaboradores G e H, entrevistados na indústria Furukawa, apontam outros problemas importantes que afetam a comunidade da CIC, a saber:

> *Acho que educação eu colocaria como o primeiro quesito. Além da educação, problemas familiares em decorrência de pais divorciados e uso de drogas. Eu acho que dá pra gente colocar também, falta de escolaridade, falta de instrução para os pais, falta de valores, gerando uma falta de estrutura familiar. Outro problema grave são as moradias precárias. Há uma pobreza enorme nessa comunidade* (COLABORADOR G, FURUKAWA).

> *A comunidade aqui perto da nossa indústria é uma comunidade bem simples, onde não tem saneamento básico, eles convivem com valetas na frente de casa; eles possuem acúmulo de lixos, então aparecem ratos, baratas e são famílias que não têm orientação até de como viver de uma forma melhor. É uma comunidade onde a gente enxerga que falta tudo. Por exemplo, a gente dá aulas de meio ambiente às crianças e fala sobre coleta seletiva. Como é que eu vou falar de coleta seletiva se eles não têm às vezes nem a coleta de lixo comum na sua rua, quanto mais a coleta de lixo que não é lixo? Então, na verdade, a gente começa a trabalhar a questão do lixo de uma forma bem básica, ensinando que, a partir de restos de casca de alimento, pode ser feito a compostagem no próprio quintal, aproveitando esses resíduos. A gente ensina a eles que é importante que se a família for comer uma coisa na cozinha não deixe farelos caídos no chão, que podem atrair baratas e ratos. Então são coisas assim, básicas mesmo, para depois chegar na coleta seletiva. Isso é importante, porque aqui na indústria eles vêm para cá ter aulas e eles vivenciam a coleta seletiva* (COLABORADOR F, FURUKAWA).

A visão das empresas sobre os problemas socioambientais da CIC é complementada pelos depoimentos dos colaboradores da Volvo do Brasil, que entendem que os mais graves problemas da comunidade da CIC são os relacionados às questões ambientais, que aparecem nominadas nos três depoimentos.

> *Eu entendo pela pesquisa que a gente fez, que as questões relacionadas ao meio ambiente são bastante fortes neste sentido: o problema da violência, da dependência química, da educação e habitação precária na região. Na pesquisa ficou muito claro também a falta de ações que pudessem trazer atividades para as crianças no contra turno da escola. Então isto já envolve a questão da violência, pois comprovou-se que a vulnerabilidade a qual estas crianças estavam submetidas é uma questão preocupante para estas pessoas. Os problemas centrais envolvem: o meio ambiente, Educação, violência e dependência química* (COLABORADOR I, VOLVO).

> *Nós temos um mapeamento disso, até porque ele foi a base das nossas ações: mapear a comunidade do entorno para entender quais são os grandes impactos. E, para a surpresa nossa, os maiores impactos que nós aguardávamos na prioridade fosse a questão do emprego e da segurança, mas não foram, foi exatamente a preocupação com as questões ambientais. Em termos sociais: a violência e a questão da empregabilidade, são os fatores seguintes* (COLABORADOR J, VOLVO).

> *Eu acredito que os problemas ambientais são extremamente fortes. Na questão social, são dois pontos: o índice de violência relacionado às drogas; e, fatores mais voltados à questão de falta de segurança pública. No aspecto social, temos a questão da violência, das moradias precárias e problemas familiares* (COLABORADO K, VOLVO).

Do exposto acerca dos problemas socioambientais da CIC na percepção das empresas, pode-se reiterar que é complexa a questão socioambiental na região, cujo relato das empresas vai ao encontro dos dados do estudo do IPPUC (2013) abordados na revisão de literatura desta tese.

No Quadro 2 pode-se acompanhar uma síntese dos problemas socioambientais da CIC na percepção de cada empresa, notando-se que as visões se aproximam no que se refere aos problemas que ela enfrenta, sobretudo, o saneamento básico é um problema da CIC apontado por unanimidade pelas empresas.

Quadro 2 - Síntese dos problemas socioambientais mais importantes que afetam a comunidade da CIC na percepção das empresas

Empresa	Problemas socioambientais da CIC
Aker Solutions	Pobreza, fome, moradia, educação, saneamento básico, poluição.
Bosch	Segurança pública, carência de educação ambiental.
Denso	saneamento básico, poluição dos rios, falta de conscientização da comunidade, das indústrias e do governo, pobreza.
Furukawa	Educação, problemas familiares, drogas, saneamento básico, moradias precárias.
Volvo	Violência, dependência química, educação, habitação precária, carência de atividades no contraturno escolar, meio ambiente, vulnerabilidade infantil, empregabilidade, problemas familiares.

Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere aos caminhos pelos quais as empresas tomaram conhecimento dos problemas socioambientais da CIC, verifica-se no Quadro 3 que elas utilizaram diferentes caminhos para conhecer as necessidades da comunidade, destacando-se que a Bosch e a Volvo declararam que efetuam um mapeamento social da comunidade para conhecê-la e ouvir seus problemas. Também a empresa Furukawa realçou o fato de que tem visitado a comunidade para conhecê-la e levantar seus problemas, embora sem lançar mão de mapeamento formal. Conhecer a realidade do entorno está muito presente na obra de Buber (1974), para o qual, responsabilidade não é um dever ideal desconectado da realidade concreta, mas um convite à escuta, à conversação e ao diálogo. A importância de ouvir a comunidade é um aspecto fundamental nas iniciativas de RSA, segundo Mackey e Sisodia (2013, p.134) e Dowbor (2014, p.1).

Quadro 3 - Forma como as empresas tomaram conhecimento dos problemas socioambientais da Cidade Industrial de Curitiba

Empresa	Forma como tomou conhecimento dos problemas da CIC
Aker Solutions	*Fomos procurados por um dos líderes aqui da comunidade, da Associação de moradores e aí nos despertou o interesse de conhecer a realidade da comunidade* (COLABORADOR A). *Foi através de uma ação pontual vindo da Prefeitura realizada pela FAS em parceria com outra empresa de alimentação* (COLABORADOR B).
Bosch	*Através do mapa social que nossa empresa realizada a cada três anos, mapeamos estes problemas sociais existentes na comunidade na qual atuamos. O parceiro neste mapeamento é o SESI Paraná. Ouvimos a comunidade e eles tem a oportunidade de propor projetos para os próximos três anos, os quais são desenvolvidos indo de encontro ao que a pesquisa levantou, que foi indicado pela própria comunidade* (COLABORADOR C). *Esse assunto foi respondido pelo Instituto Robert Bosch, encarregado dentro da empresa, pelo mapeamento das necessidades da comunidade* (COLABORADOR D).
Denso	*Tomamos conhecimento da realidade da comunidade pelo nosso próprio quadro funcional. Hoje nós temos no nosso quadro quase 2.000 pessoas que estão inseridas dentro do contexto da empresa e por questões de responsabilidade social se fazem alguns projetos e alguns trabalhos que evolvem a comunidade ao redor da empresa* (COLABORADOR E). *Mais pelo fato da proximidade, pois não há uma divulgação desses problemas. Então a gente tem conhecimento, transitando pela região* (COLABORADOR F).
Furukawa	*Indo atrás, indo buscar. A empresa percebeu a realidade onde ela está inserida e foi conhecer a comunidade. Então a empresa resolveu pautar suas iniciativas em cima de questões que trouxessem o crescimento dessa comunidade. Como então? Atuando através da educação, em programas de educação* (COLABORADOR G). *Fomos visitar as famílias, conversar com as famílias e ver a condição que elas vivem* (COLABORADOR H).
Volvo	*Por meio de um mapa social da comunidade do entorno fomos conhecer a comunidade, saber o que ela pensa e o que ela deseja. A pesquisa é feita em parceria com o SESI a cada três anos* (COLABORADOR I). *Através de uma pesquisa contratada. Nós começamos essa pesquisa em 2005 e de lá para cá, repetimos a pesquisa a cada três anos* (COLABORADOR J). *Através de um mapeamento socioeconômico da comunidade de São José do Passaúna nós conseguimos mapear os pontos de maior relevância do ponto de vista deles, e dos agentes locais da comunidade. E em razão desse mapeamento a Volvo iniciou, então, uma série de ações* (COLABORADOR K).

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma das questões discutidas no artigo 3 na revisão de literatura é sobre quem recai a responsabilidade pelos problemas socioambientais na Constituição Brasileira de 1988, verificando-se que esta se trata de uma responsabilidade solidária, sendo compartilhada entre Estado, Mercado e Sociedade. Nas entrevistas realizadas junto às empresas, questionou-se a sua percepção sobre essa questão: De quem é a responsabilidade pelos problemas socioambientais?

Conforme um dos colaboradores da Aker Solutions, a reponsabilidade pelos problemas socioambientais é:

> *Em primeiro lugar do governo e em segundo lugar eu diria que das próprias empresas, dos empresários que poderiam dar sua contribuição, mas também tem uma contribuição que tem que ter da comunidade, da sociedade civil. Eu acho que se os três trabalharem em conjunto, resolveria essa questão tão precária* (COLABORADOR A, AKER SOLUTINS)

Depoimento muito semelhante deu o colaborador B, também ligado a esta empresa, segundo o qual: *"Esta responsabilidade é primeiramente do governo, impondo algumas legislações para as empresas poderem cumprir. Em segundo lugar, das empresas e da comunidade, né? que também tem que colaborar"*.

Na percepção da empresa Bosch:

> *O responsável pelos problemas socioambientais é a humanidade, são as pessoas que tem que olhar isto nos dias atuais como um problema de todos, não como um problema do vizinho ou da empresa ou do poder público e sim todos tem que estar engajados nesse tema para que ocorra uma evolução e principalmente a consciência ambiental na população e isto a educação tem que estar trabalhando fortemente dentro das escolas, dentro da comunidade num processo de transformação social e ambiental. É isso que acreditamos* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

> *A Bosch se preocupa com o papel da empresa na sociedade. Ela entende que a empresa tem uma parcela dessa responsabilidade. Então essa responsabilidade não é só do Estado, não é só da Prefeitura Municipal, não é só das Empresas que usam essa área, mas sim de todos em conjunto* (COLABORADOR D, BOSCH).

Opinião semelhante têm os colaboradores da Denso, que assim expressaram a sua opinião sobre de quem é a responsabilidade pelos problemas socioambientais:

> *De todos nós. A empresa entende que por si próprio o governo, as entidades não vão conseguir. É um assunto muito amplo e há a necessidade de cada um fazer a sua parte: a empresa, s colaboradores, e, todos aqueles que estão inseridos na comunidade. Acho que é uma responsabilidade pessoal de cada um* (COLABORADOR E, DENSO).

> *Eu entendo que o governo tem uma parte, vamos dizer, de coordenação e uma parte de legislação. Agora, a solução também vem da própria sociedade, ou seja, cada um fazendo a sua parte, então você tem uma composição: você tem a sociedade cumprindo os seus deveres, podendo estabelecer organizações não governamentais (ONG's) que busquem soluções de problemas e você tem também o governo assumindo um papel de coordenação* (COLABORADOR F, DENSO).

Na percepção da Furukawa: *"A responsabilidade é de todos, da comunidade, das instituições públicas e das empresas privadas também"* (COLABORADOR G). *"Na verdade, todos nós somos responsáveis, o governo, as empresas podem ajudar, a própria comunidade. Então todo mundo tem que fazer a sua parte"* (COLABORADOR H).

Finalmente, e corroborando com o mesmo pensamento, os três colaboradores entrevistados na empresa Volvo dão seus depoimentos nestes termos:

> *Entendo que o problema é da sociedade como um todo: a comunidade faz uma parte, a empresa faz uma parte e o governo precisa também fazer a parte dele. Eu entendo que a gente não pode fazer isso em separado* (COLABORADOR I, VOLVO).

> *De todos nós. Não só de quem os tem, mas de quem os gera. Não só de quem os gera, mas também de quem os tem. Acho que essa questão envolve todo o ser humano, uma vez que o futuro dele e a responsabilidade dele com as futuras gerações não pode ser centralizado nas mãos de um único grupo de pessoas* (COLABORADOR J, VOLVO).

> *Quando se fala em RSA, em sustentabilidade, cada vez mais, e isso é extremamente importante, que a iniciativa privada, também tenha um papel atuante nessa questão. Então são na verdade, três os agentes de responsabilidade: governo, iniciativa privada, e, sem dúvida a população local também tem sua parcela de contribuição na responsabilidade de buscar melhorias* (COLABORADOR K, VOLVO).

Constatou-se pelos depoimentos dos líderes empresariais que as empresas compartilham a visão de que a responsabilidade pelos problemas socioambientais, como orienta a Constituição Brasileira de 1988, constitui uma responsabilidade coletiva da humanidade, sendo fundamental na percepção delas que governo, empresas e sociedade façam a sua parte no que se refere à responsabilidade pelos problemas socioambientais.

A forma com que a CIC é percebida pelas empresas foi outra questão levantada para elas. No Quadro 4, pode-se verificar que o bairro tem sido ligado mais à sua condição socioambiental do que à razão pelo qual foi criado: um bairro para sediar as indústrias. Quanto a isso, os depoimentos do colaborador C e D da Bosch, do colaborador F da Denso e do colaborador K da Volvo retratam a imagem da CIC como um espaço urbano heterogêneo, divido entre capital e pobreza.

Quadro 4 - Imagem que as empresas têm da comunidade da Cidade Industrial de Curitiba

Empresa	Imagem da CIC
Aker Solutions	*Você pensa em crimes, em crianças na rua, em miserabilidade. Infelizmente, quando você fala CIC, você pensa em um lugar onde falta policiamento, saneamento e uma prefeitura e um governo mais atuante* (COLABORADOR A). *CIC lembra pessoas carentes e muita pobreza.* (COLABORADOR B).
Bosch	*Uma região que tem uma característica bem diferente, porque aqui tem de tudo: indústrias, áreas de invasões, áreas de loteamentos, condomínios e também o maior bairro de Curitiba* (COLABORADOR C). *Um bairro com infraestrutura para indústrias e que concentra as indústrias retiradas do centro da cidade. E que conta com muitas boas indústrias que são exemplos de gestão de preocupação com o meio ambiente. Por outro lado, um bairro que houve um crescimento desordenado na área habitacional que esse sim requer um cuidado maior das autoridades, porque as indústrias não podem se responsabilizar por isso* (COLABORADOR D).
Denso	*Uma região em crescimento, dotada de muitas empresas e que tem um valor socioeconômico muito forte. Uma região onde os recursos são necessários para que as pessoas possam ficar nessa região sem ter que partir para emprego noutros lugares* (COLABORADOR E). *Uma comunidade bastante variada, dividida em duas partes: uma industrial, onde você tem uma boa estrutura inclusive com bancos, com comércio, lanchonetes, restaurantes e residências; e, outra parte onde reside a população mais carente com necessidade de esgoto, com necessidade de uma infraestrutura melhor* (COLABORADOR F).
Furukawa	*É uma comunidade carente, uma comunidade que cresceu bastante e não tem estrutura e que precisa de bastante auxílio* (COLABORADOR G). *Na verdade CIC é o bairro das indústrias. E grandes indústrias estão aqui, mas ainda falta bastante coisa para ser um bom bairro para as pessoas que moram aqui* (COLABORADOR F).
Volvo	*Uma comunidade populosa. Uma comunidade que precisa de desenvolvimento, em todos os sentidos: educação, habitação e segurança das pessoas* (COLABORADOR I). *Eu diria assim que a CIC é um misto de insegurança, um misto de impacto ambiental, onde as questões socais de drogas e violência são marcantes* (COLABORADOR J). *Quando se fala em CIC vem à mente, claro, em um primeiro momento, indústria, mas também vem à mente as comunidades que estão no entorno dessas indústrias e que fazem parte desse contexto e mais do que fazer parte, as indústrias cada vez mais têm um papel importante em considerar essas comunidades do seu entorno* (COLABORADOR K).

Fonte: Elaborado pela autora.

Foi também solicitado às empresas que demonstrassem a imagem que elas têm da PMC, cujos resultados estão expostos no Quadro 5. À exceção da Bosch e da Volvo, que enfatizaram as parcerias e a boa relação que mantém com a PMC, as demais empresas apontaram algumas questões que sinalizam a necessidade de uma maior interação da PMC com as empresas, tais como: a necessidade de ser mais parceira das empresas e de ser mais atuante na comunidade, trazida pela Aker Solutions; a necessidade de melhorar os canais de comunicação com as empresas, indicada pela Denso do Brasil, e a necessidade de diminuir a morosidade no atendimento ao cidadão, apontada pela Furukawa.

Quadro 5 - Imagem que as empresas tem da Prefeitura Municipal de Curitiba

Empresa	Imagem da Prefeitura Municipal de Curitiba
Aker Solutions	*Não é das melhores, poderia ser bem melhor. Poderíamos ter mais parcerias, poderíamos estar mais próximos, fazendo ações, programas, projetos onde a gente pudesse envolver toda a comunidade e tentar mudar essa visão que existe hoje* (COLABORADOR A). *A gente acredita que ela poderia ser um pouquinho mais atuante, disponibilizar mais recursos para a comunidade, ginásios, escolas e sistemas de saúde que faltam muito na região. Seria interessante ela atuar mais* (COLABORADOR B).
Bosch	*Nós temos uma relação muito forte com a prefeitura e com o Poder Público. Está sendo construído novos laços, mas a gente tem junto com o poder público passado informações, não cobrado, mas sim "junto" pra fazer a diferença pelo entorno aqui da empresa. O poder público está presente, hoje bem mais do que há 10 anos atrás. Cada vez mais trazendo benefícios a esta comunidade, principalmente a PMC tem atuado fortemente em todos os bairros, trazendo serviços públicos de qualidade. Lógico que tem muito ainda a buscar, mas ela tem estado bem mais presente* (COLABORADOR C). *Nós podemos dizer que temos uma muito boa relação com a PMC, sempre fomos muito bem atendidos e sempre estiveram muito abertos à discussão e à tratativa dos assuntos ambientais. Não posso me queixar, de forma nenhuma* (COLABORADOR D).
Denso	*A imagem que nós temos da PMC hoje é de uma Prefeitura ativa, uma Prefeitura que se preocupa com o bem-estar das pessoas* (COLABORADOR E). *A respeito da prefeitura, olha, quanto à mim, particularmente, eu diria que faltam informações, eu não tenho, vamos dizer, informações suficientes. Em nível ambiental, que é a preocupação com poluição do ar, da água ou do solo, existe uma legislação forte, mas se existe iniciativas em termos de melhoria, eu, particularmente, não ouço falar. Pode ser que esteja faltando informação de minha parte* (COLABORADOR F).
Furukawa	*Acreditamos que a prefeitura desenvolve projetos, programas importantes para a comunidade, porém, ela não dá conta disso tudo sozinha, ela precisa procurar atuar em parcerias para desenvolver mais soluções para as comunidades* (COLABORADOR G). *Na parte ambiental, que também envolve licenciamento ambiental, eu vejo muita morosidade na PMC: as coisas demoram a sair. Eu enxergo às vezes não é nem culpa das pessoas que estão trabalhando lá, mas assim, sistemas lentos, não tem recursos, é difícil* (COLABORADOR H).
Volvo	*Eu vejo que a PMC assim como o Estado eles têm vontade de trabalhar desenvolvendo ações que possam melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram na cidade* (COLABORADOR I). *A gente vê a PMC como uma parceira. Assumimos inclusive, em alguns momentos essa questão da comunidade do entorno, de trazer essas crianças no contraturno escolar, tentando oferecer a elas, não só um espaço de aprendizado, de lazer, mas de cidadania, onde haja respeito, usando para isso, algumas parcerias com os equipamentos sociais, entendendo que dá para fazer algo juntos, independentemente de credo, partido político ou qualquer outra coisa nesse sentido* (COLABORADOR J). *A PMC é sempre aberta a parcerias, ao diálogo, a buscar oportunidades de contribuir na resolução de algum problema. Por exemplo, a gente teve recentemente no mês de junho o mês cultural que a Volvo realiza, e nós envolvemos a Fundação Cultural e a Secretaria Municipal de Educação, para mobilizar e motivar os professores à participação nas atrações culturais, porque a gente entende que cultura também é uma coisa importante do ponto de vista do desenvolvimento das pessoas. Do ponto de vista corporativo, eu tenho um relacionamento mais direto com a PMC e é um relacionamento muito bom* (COLABORADOR K).

Fonte: Elaborado pela autora.

Outra questão submetida às empresas foi: Para além do cumprimento da lei, a empresa desenvolve algum projeto de RSA de forma voluntária e que foque atividades não ligadas ao objeto social? Em resposta a esta questão, a Aker Solutions declarou que desenvolve junto à comunidade tanto ações pontuais quanto permanentes, tendo como foco principal de suas iniciativas a segurança no trabalho.

> *A empresa tem algumas ações pontuais e tem também algumas permanentes. Como exemplo de ações pontuais, atendemos na Páscoa e Natal, duas creches aqui na comunidade: a creche Da Lagarça e a Comunidade de Nazaré, a qual conta com em torno de 250 crianças. Como exemplo de ações permanentes, atendemos a Associação de Moradores da Osmose, que tem um programa bem estruturado lá. Este ano patrocinamos a Ação Silvestrinha deles. Eles tem um time de Futebol, onde a Aker contribui com os uniformes. Tem uma sala de jogos lá que foi toda equipada pela Aker, levando inclusive o nome da empresa. Esse é um programa que a gente está tentando levar com sustentabilidade. Temos um programa também chamado Incluir – que é um programa de inclusão com pessoas com deficiência* (COLABORADOR A, AKER SOLUTIONS).

> *A gente faz as iniciativas de encontro com a legislação da própria prefeitura, através da doação de alguns resíduos, mas no momento a gente não tem nenhuma ação em andamento. Aqui na Aker Solution o foco principal é Segurança do Trabalho, segurança dos funcionários desde quando eles saem de casa até a hora que retornam. É muito forte o foco em Segurança no Trabalho* (COLABORADOR B, AKER SOLUTIONS).

Quanto às iniciativas de RSA desenvolvidas extralegislação e de forma voluntária na Bosch, observou-se que a empresa possui um Instituto que se dedica exclusivamente ao planejamento, à gestão e implementação das iniciativas sociais, que é o Instituto Robert Bosch, o qual interage diretamente com a comunidade. Assim se manifesta o coordenador deste instituto:

> *Tudo o que é legal, a empresa faz e faz muito além e a prova disso é a existência do Instituto Robert Bosch. Voluntariamente, através do Instituto, a empresa atua na comunidade dentro dos projetos planejados durante o ano todo. Então não são coisas isoladas, tem todo um planejamento e o nosso voluntariado atua dentro desse projeto com um objetivo maior. Não é uma ação pontual daquelas que depois a gente acaba não voltando, nem acompanhando os resultados daquele trabalho. A gente procura levar o conhecimento desenvolvido dentro da empresa, através do voluntariado, na forma de replicar e multiplicar esse conhecimento dentro da sociedade. A empresa tem uma característica muito forte na questão da Responsabilidade Social. A Robert Bosch tem no seu fundador, os princípios de existência de valores que levam ao desenvolvimento humano das pessoas. Em todos os nossos programas, a gente procura não só atender a legislação mas sim fazer muito mais. Exemplo disso é o nosso programa Peça por Peça, onde atendemos só em Curitiba mais de 4.200 pessoas diretamente com 26 projetos, 21 parcerias com escolas e unidades de saúde e 5 projetos próprios que o Instituto desenvolve com colaboradores dentro das comunidades. Na área ambiental temos diversos outros programas que buscam fazer muito mais do que a Legislação exige. Outro programa clássico que nós temos é o programa de aprendizes internos, porque não é só ter aprendiz para cumprir a cota, mas é desenvolver estes aprendizes para o mundo, para o mercado de trabalho, como seres humanos, como cidadãos que vão poder atuar dentro da questão política da sociedade, que é a essência da cidadania. Nós quando*

> *trabalhamos com programas educacionais, nós não trabalhamos diretamente na segurança, mas sim na questão da cultura da paz junto com os alunos, junto com as famílias, junto com o professor criando um ambiente mais saudável dentro das escolas públicas dentro dessas comunidades* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

As iniciativas de RSA da Bosch do Brasil voltadas para a área ambiental estão sob a responsabilidade do Departamento de Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho, que assim se manifesta:

> *Na parte ambiental nós focamos fortemente a questão da gestão dos resíduos, tanto os resíduos sólidos quanto os efluentes líquidos que poderiam causar um impacto maior, mesmo cumprindo a legislação vigente. Exemplo, nós poderíamos ter os nossos resíduos destinados a aterros, estaria dentro da legislação vigente, porém nós nos preocupamos em dar destinação de reciclagem, reutilização e processamento para todos os nossos resíduos. Isso alivia os aterros. Nós temos nosso efluente liquido tratado de tal forma que o córrego que passa no final do nosso terreno que recebe esses efluentes, depois que ele passa pela Bosch, a qualidade da água é melhor do que quando chega, o que traz um impacto positivo para a sociedade* (COLABORADOR D, BOSCH).

O colaborador D destaca também outras questões que endossam a conduta da Bosch em termos socioambientais que vão além da legislação. O colaborador menciona o rigor que a Bosch tem com os colaboradores em termos de destinação adequada dos resíduos internamente e que traz para eles uma educação ambiental continuada, bem como a tratativa que a empresa dá às suas emissões atmosféricas. Assim se refere quanto a essa questão:

> *Nossa planta é uma planta exclusivamente de usinagem, trabalha com máquinas, com óleo, com temperaturas e essas máquinas geram névoas de óleo, que todas são tratadas duplamente, tanto na saída da máquina como de uma forma também geral em cada prédio a tal ponto que você não observa na planta da Bosch emissões atmosféricas e o mínimo que é emitido é insignificante* (COLABORADOR D, BOSCH).

Esse colaborador destaca ainda que a Bosch promove em sua planta o plantio de árvores de várias espécies, que podem ser observadas ao redor da empresa, onde habitam pássaros, que por lá passam nas temporadas, e que isso é um comprometimento voluntário da empresa, que faz parte da sua cultura socioambiental. Finaliza a resposta à questão reforçando que: *"A Bosch tem mundialmente os*

seus valores e dentro desses valores, a responsabilidade socioambiental" (COLABORADOR D, BOSCH).

Quanto ao desenvolvimento de iniciativas de RSA extralegislação e de forma voluntária na Denso, os dois colaboradores entrevistados junto à empresa, assim se manifestaram:

> *Hoje nós temos muitos projetos que são ligados à questão ambiental, tais como plantio de árvores, limpeza de rios, riachos e valetas e o mais representativo que é o projeto O Meio Ambiente está no Gibi, uma história em quadrinhos que leva conscientização ambiental para as crianças nas escolas, para que elas possam crescer com essa consciência. Nós temos também o ETE – Estação de tratamento de efluentes, onde toda água que passa por dentro da empresa, que vem com graxa, que vem com componentes químicos, é tratada, para que caia nos rios e esgotos, limpa. Nós temos como uma referencia o indicador biológico, o qual possui múltiplos peixes, e se caso isso não fosse tratado, esses peixes morreriam e nós não tivemos nenhum desses peixes mortos. Embora essa iniciativa vá ao encontro da legislação, é motivada pelo compromisso da empresa em ser exemplo dentro da parte ambiental. A Denso investe em projetos junto a revistas, gibis, folders ambientais, entendendo que a orientação pode trazer maior consciência ambiental* (COLABORADOR E, DENSO).

> *Nós temos desde esforços para a economia de energia até a redução do consumo de água potável e isto é um esforço voluntário por parte da empresa. Produzimos um gibi ambiental, onde os próprios colaboradores da empresa foram os autores dessas histórias em quadrinhos com vistas a promover a consciência ambiental. Foram distribuídas 500 histórias em quadrinhos nas escolas próximas aqui da empresa para que, com isso, crianças venham também a conhecer esses conceitos ambientais de preservação, de respeito à biodiversidade, de evitar a poluição, de evitar desperdícios de recursos naturais. Outro projeto socioambiental que a empresa tem é a Escola Denso. A cada ano, alunos que se destacam são recebidos para estudarem aqui dentro da Denso, aprenderem sobre a parte mecânica, sobre a parte eletrônica e além de recebem o apoio da empresa, recebem uma remuneração* (COLABORADOR F, DENSO).

Os colaboradores G e H, entrevistados na empresa Furukawa, afirmam que a empresa também realiza projetos socioambientais, além do que pede a legislação. Um exemplo citado por eles é o Projeto Formando Criança para o Futuro, que já é realizado há 10 anos com atividades educativas e profissionais, cujo projeto envolve três fases. São ministradas aulas sobre meio ambiente, abordando questões como a problemática do lixo, do consumo de água e energia e doenças que podem ocorrer por falta de saneamento básico. Nas aulas são abordados também o ciclo da água, os biomas do Brasil, as características, mudanças climáticas, enfim, são assuntos

diversos que a empresa discute com os alunos, sempre pensando na formação do cidadão e em sua qualidade de vida.

Quanto às iniciativas socioambientais extralegislação realizadas na Volvo, o colaborador I assim se manifesta:

> *A empresa desenvolve de forma voluntária várias ações com a comunidade do entorno. Quando a gente fala por exemplo em Educação Ambiental, nós temos um setor ambiental que trabalha esse tema fortemente com a crianças e adolescentes do entorno. Quando a gente fala em empreendedorismo social, a gente fala das oficinas que são desenvolvidas dentro deste setor ambiental onde procuramos desenvolver junto aos adultos a importância de melhorar o seu orçamento doméstico. Quando a gente fala da Fundação Solidariedade, se trata de uma instituição mantida por nós, onde são abrigadas crianças que vem direcionadas pelo Ministério Público ou destituídas das suas famílias ou na casa de passagem. Quando a gente fala no programa Boa Segurança no Trânsito, trabalhamos as questões de mobilidade junto aos motoristas profissionais. Quando a gente fala em Capoeira e Cidadania, também um projeto realizado com as crianças do entorno, tentamos auxiliar essas crianças a entenderem os seus direitos perante a sociedade, perante a escola e perante a família. São ações que desenvolvemos e todas são ações voluntárias. Todas as iniciativas são feitas em conjunto com os equipamentos da comunidade, da área da saúde, do CRAS, das escolas, e das igrejas* (COLABORADOR I, VOLVO).

O Gerente de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da empresa Volvo, ao falar das iniciativas de RSA que a empresa desenvolve extralegislação, destaca a importância das iniciativas desenvolvidas no contraturno escolar:

> *Como nós trabalhamos com um produto que não tem uma relação direta com a nossa comunidade do entorno, a não ser a questão dos veículos e dos ônibus de transporte, nosso foco é trabalhar com crianças, adolescentes e moradores do entorno, no sentido de desenvolver neles, essa questão de ter um espaço pra ser utilizado no contraturno escolar, retirando-os da rua, da ociosidade e do contato com drogas e outras questões assim, podendo trazê-los para dentro da empresa e com eles, nesse espaço, desenvolver ações que de alguma forma, previna toda essa questão da violência e da drogadição* (COLABORADOR J, VOLVO).

Uma visão mais detalhada das iniciativas extralegislação desenvolvidas pela Volvo pode ser visualizada no depoimento do colaborador K, Analista de Comunicação Sênior da empresa, que traz uma síntese das principais iniciativas da empresa:

> *A Volvo tem várias iniciativas na área socioambiental e são práticas já de longa duração. Eu vou citar alguns exemplos: 1) Programa Volvo de Segurança no Trânsito (um programa que busca a mobilização da sociedade para um trânsito mais seguro, começou há 26 anos); 2) Fundação Solidariedade (uma entidade que abriga crianças e adolescentes em situação de risco há*

> *quase 25 anos, começou em 89); 3) A Caravana Ecológica, uma iniciativa que busca a conscientização de temas ambientais para caminhoneiros, começamos no ano 2000; 4) O Programa Na Mão Certa, um incentivo que a Volvo dá ao Instituto WCF Brasil no sentido de trabalhar o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes em rodovia, ou seja, trabalhamos diretamente o público de caminhoneiros, a conscientização dos caminhoneiros para torná-los agentes protetores. 5) O Centro Volvo Ambiental, um espaço que foi construído depois desse mapeamento junto à comunidade, a partir do qual o relacionamento com a escola e com as lideranças comunitárias passou a ser melhor estruturado. Então realmente o mapeamento é uma etapa importante destas iniciativas que desenvolvemos* (COLABORADOR K, VOLVO).

Quanto às motivações das empresas para realizar investimentos em RSA, pode-se perceber que, embora o foco das respostas seja heterogêneo, algumas questões motivacionais são comuns entre as empresas, como será tratado adiante.

A motivação para investimento em RSA na Aker Solutions aparece atrelada a um fundo altruísta mesclado com a necessidade de fortalecer a imagem da empresa na comunidade. O colaborador A assim explica a motivação da empresa para realizar iniciativas socioambientais:

> *Nossa motivação é pensar que estamos realmente fazendo a inclusão de pessoas e contribuindo com a comunidade e a questão que queria ou não, isto é uma consequência, você fica mais visto na comunidade, evitando vandalismo e furtos na empresa* (COLABORADOR A, AKER SOLUTIONS, 2013).

Essa questão é destacada por Sousa (2006, p.89), o qual aponta que: "Se uma empresa é vista pela população como um 'ser estranho' à comunidade é bem provável que haja protestos, incidentes e até mesmo atos de sabotagem e saqueamento na empresa".

Ainda a respeito das motivações da Aker Solutions, o colaborador B ressalta um aspecto importante sobre o aspecto funcional:

> *A motivação ela não pode partir só dentro da empresa, a gente acredita que o funcionário tem que aprender aqui dentro a agregar conhecimentos acerca das questões ambientais para multiplicar em sua casa, na região em que mora e na comunidade vizinha. A motivação da Aker Solutions é a consciência de que está fazendo o seu processo produtivo sem causar nenhum impacto no meio ambiente nem na própria região vizinha* (COLABORADOR B, AKER SOLUTIONS).

O Instituto Robert Bosch, que atua em investimentos sociais na Cidade Industrial há 15 anos, com foco prioritário em educação, assim explica as motivações da Bosch para tais investimentos:

> *A maior motivação é o desenvolvimento dessas comunidades do entorno na área social principalmente. O slogam da Bosch é: Bosch Tecnologia para a Vida. Então todos os nossos produtos são fabricados pensando na vida e não há como pensar em vida, sem pensar em meio ambiente. A gente começou nossa atuação aqui na Comunidade Vila Verde no ano de 2000. Se compararmos como a comunidade estava naquela época e como está hoje, a gente percebe o grande desenvolvimento que ocorreu nessa Comunidade. Então isso nos motiva e nos dá energia pra continuar e saber que a gente está no caminho certo. Outra questão muito importante é acreditar no processo de transformação por meio da educação e isso é um motivador que a gente percebe nas crianças que começaram lá trás e hoje estão em grandes empresas, estão atuando no mercado de trabalho e se não ocorresse este programa possivelmente muitas não teriam esta oportunidade. E também tem nosso histórico, nosso perfil da empresa que conspira a favor desse trabalho dentro da comunidade. Também a gente quer que isso agregue valor no nosso produto, na marca. A gente sabe que a gestão da excelência passa também por esse caminho socioambiental. Sem isso, não vamos atingir a excelência na gestão que nós temos hoje e que temos como meta a buscar a longo prazo* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

Fortalecendo essa questão, o depoimento do colaborador D, ligado à área de Meio Ambiente e Engenharia de Segurança do Trabalho na Bosch, foca que as motivações para os investimentos de RSA por parte da empresa estão atreladas à gestão da qualidade, onde se inclui como aspecto central a RSA. É possível perceber nesse depoimento a preocupação da Bosch em preencher a qualidade como produtor e não apenas a qualidade do produto, ideia esta trabalhada por Curado (2000, p.1). E também vai ao encontro do que afirma Prazeres (1998, p.6): "O conceito de qualidade total está intimamente associado à qualidade ambiental, de sorte que as empresas e instituições modernas possuem cada vez mais uma preocupação permanentemente dirigida à sua performance ambiental".

> *A Bosch é uma empresa que prima pela qualidade nos seus produtos, nos seus serviços e nos seus processos. A questão ambiental não deixa de ser um processo dentro da Bosch e, sendo um processo, nós buscamos sempre uma melhoria continua da mesma. Além disso, como o próprio slogan da Bosch, "tecnologia para a vida", seria incoerente ela não se preocupar com a proteção ambiental, pois isso faz parte da imagem dela e de forma nenhuma ela quer ter a sua imagem denegrida por algum problema ambiental* (COLABORADOR D, BOSCH).

As motivações para os investimentos em RSA feitos pela Denso estão atreladas às questões relacionadas à cultura da empresa e sua sobrevivência no mercado.

> *A Denso entendeu que esta questão da RSA deve fazer parte do seu dia a dia para a própria sobrevivência da empresa. São recursos que precisam ser destinados como prioridade para a própria sobrevivência do negócio, para a motivação das pessoas e para a estabilidade do meio ambiente. Na visão da empresa, nós pegamos intacto e temos que devolver intacto também, para que futuras gerações aproveitem esses recursos* (COLABORADOR E, DENSO).

Essa visão caminha na direção sugerida pela ABNT (2010, p.10): "[…] convém que um objetivo amplo de responsabilidade social da organização seja o de contribuir para o desenvolvimento sustentável". O outro colaborador entrevistado junto à Denso se refere à vinculação da RSA à cultura da empresa.

> *A empresa é uma multinacional de origem japonesa, então muito dessa consciência de voluntariado já vem da própria cultura japonesa. A consciência da própria sociedade em que nós vivemos de que o voluntariado é importante* (COLABORADOR F, DENSO).

Também na Furukawa, a principal justificativa para os investimentos em RSA está relacionada à cultura da empresa. Quando questionado sobre as motivações da empresa para os investimentos em RSA, o colaborador G enfatiza que: *"Investir em RSA faz parte da cultura da Furukawa: a empresa não faz isso por marketing nem para divulgação. Ela faz isso por acreditar que a empresa faz parte da comunidade em que está inserida e precisa ajudá-la"*. Sobre as motivações da empresa para a RSA, o colaborador H complementa ainda que:

> *Na verdade, quando o projeto começou a gente percebeu que a gente está ajudando a comunidade, está ajudando essas famílias e está ajudando essas crianças a ter uma vida melhor, então assim, a gente tem todo um trabalho voluntário, mas que a Furukawa corporativamente, não usa disso como marketing, é voluntário mesmo, apesar de poder ser usado. Mas perante a nossa matriz no Japão, esse projeto já recebeu prêmios e o que nos move realmente é melhorar o futuro dessas crianças* (COLABORADOR H, FURUKAWA).

Zylbersztajn e Lins (2010, p. 38) afirmam que: "O desempenho socioambiental das empresas tem sido considerado uma variável importante na formulação de estratégias de marketing e na construção das marcas", entretanto os dois colaboradores da empresa Furukawa fazem questão de deixar claro nos seus depoimentos que a empresa não realiza suas iniciativas de RSA com vistas a fortalecer o marketing institucional da empresa, mas o faz motivada pelo fato de ver que a comunidade está crescendo a partir dessas ações.

Finalmente, as motivações da Volvo para investir em RSA estão ligadas à consciência de contribuir para melhorar as condições da comunidade em todos os sentidos, bem como estão ligadas à cultura da empresa, assentada na segurança, qualidade e respeito ao meio ambiente.

No depoimento do colaborador I, pode-se perceber que a motivação da empresa para investir em RSA é ver o crescimento da comunidade:

> *O maior motivo para a Volvo investir em RSA é o desenvolvimento das pessoas, ajudando-as a se tornarem protagonistas de sua história. A gente poder fazer a diferença na vida dessas pessoas. Quando desenvolvemos um projeto pensando numa comunidade, a gente sempre leva em consideração o que ela vai aprender com isso. Perceber que as pessoas começam a sonhar com algo maior, também nos motiva. A educação é outro ponto que nos motiva. Quando a gente trabalha ações de educação ambiental, o projeto de informática, você dá acesso as pessoas ao mundo, propiciando o crescimento delas* (COLABORADOR I, VOLVO).

O depoimento dos colaboradores J e K se assentam basicamente em cima da cultura organizacional para explicar as motivações da Volvo para investir em responsabilidade socioambiental:

> *É acreditar que cada um pode fazer a diferença. Da mesma forma como nós sabemos que nossos produtos (ônibus, caminhões, motores) impactam as questões ambientais, nós também queremos fazer parte da solução – esse é o maior motivador. A questão da cultura organizacional da empresa, a questão das relações que permeiam a empresa, do respeito ao indivíduo, do respeito ao cidadão, entendeu? Ela não pode se limitar apenas aos funcionários da empresa, eu acho que quando a gente fala em respeito ao ser humano, independe de crachá, vínculo trabalhista ou alguma coisa assim. Acho que isso faz parte da cultura da Volvo e sempre foi assim, há mais de 25 anos nós temos projetos sociais, acolhendo crianças em casas lares e nunca foi atrelado ao modismo e sim à cultura organizacional* (COLABORADOR J, VOLVO).

> *A Volvo tem uma cultura muito forte que é uma cultura que está no nosso (DNA) desde o início da formação do Grupo Volvo. A gente costuma até exemplificar isso através de uma frase dos fundadores da Volvo lá de 1927 que dizia a seguinte frase, "veículos são feitos para pessoas, por isso o princípio básico do início ao fim do processo deve ser sempre a segurança". Então desde o início do Grupo Volvo, há mais de 80 anos, a questão dos valores corporativos que a empresa preza, que a empresa elencou como fundamentais na sua cultura, na sua essência corporativa, elas norteiam também todas as nossas práticas na área social, na área ambiental. Quais são esses valores? Segurança, qualidade e respeito ao meio ambiente. Então tudo o que a Volvo faz não só no aspecto produtivo, mas no seu relacionamento com o público interno, com a sociedade em geral e com a comunidade do entorno está muito embasado nesses valores corporativos* (COLABORADOR K, VOLVO).

Pode-se observar que a integração da RSA na cultura organizacional, uma questão destacada por Kraemer (2005) e pelo *Network for Business Sustainability/ CBSR-Canadian Business for Social Responsibility* (2010), está presente no depoimento de quatro das cinco empresas em estudo: Bosch, Denso, Furukawa e sobretudo, no da Volvo.

Um aspecto importante dentro da questão da RSA é a constância dos investimentos em RSA por parte das empresas, do que depende a existência de recursos para financiar os projetos. Observou-se na revisão da literatura que as empresas, além de contar com recursos próprios para desenvolver iniciativas de RSA, podem lançar mão de recursos oriundos das Leis de Incentivo do governo.

Embora Miranda (2008, p.1) acredite que a falta de conhecimento dos benefícios proporcionados pela Lei Rouanet, uma da mais conhecidas Leis de Incentivo, se constitua no maior entrave para a contribuição por parte das empresas e de pessoas físicas em função de os contribuintes desconhecerem a possibilidade de utilizar o imposto de renda devido para essa finalidade e também Suzuki (2014) aponte que ainda existe um relativo desconhecimento das empresas acerca dessas leis de incentivo, constata-se no Quadro 6 que as cinco empresas em estudo têm conhecimento de tais leis e todas elas têm feito uso dos benefícios fiscais de pelo menos uma delas.

Quadro 6 - Conhecimento das empresas sobre as Leis de Incentivo e origem dos investimentos em responsabilidade socioambiental

Empresa	Colaborador	Conhecimento das Leis de Incentivo	Origem dos investimentos em RSA
Aker Solutions	A	Sim	Recursos próprios e Lei 8.313/1991 - Incentivo à cultura (Rouanet).
	B	Sim	Recursos próprios e Lei 8.313/1991 - Incentivo à cultura (Rouanet).
Bosch	C	Sim	Utilizamos a Lei Rouanet, A Lei do Esporte, mantemos projetos dentro da Vila Verde. É um projeto de Judô Olímpico em parceria com a Associação Franciscana. Temos um núcleo de Judô dentro da Escola Municipal da Vila Verde que atendemos 80 crianças deste projeto. Nós temos 1% do FIA, conselho municipal da criança e adolescente no qual a gente desenvolve o programa de aprendizagem dentro da comunidade. Nós temos o projeto Oficina Profissionalizante e dentro deste projeto nós temos o Aprendiz. Temos 2 cursos de aprendiz: um de administração com ênfase em produção industrial e outro em Eletro-Eletrônico. Atendemos nesses 2 programas mais de 50 jovens que são encaminhados para empresas aqui do CIC, inclusive para a Robert Bosch. Em síntese: utilizamos de: recursos próprios; Lei 8.313/1991 - Lei de incentivo à cultura (Lei Rouanet); Lei n.º 8.069/90 e Fundo da Infância e do Idoso; Lei 11.438/2006 - Incentivo ao Esporte. Ainda utilizamos outros recursos advindos de parcerias: SESI/ PR, Secretaria Municipal de Educação, Saúde e FAS, Fundação Banco do Brasil (DRS), NISEI/Mundo Melhor (Ponta Grossa) e SENAI/Instituto Tibagi.
	D	Sim	Nossos recursos investidos são oriundos de recursos próprios, leis de incentivo e parcerias.
Denso	E		Usamos, além de recursos próprios, Lei Rouanet – 8.313/1991 – incentivo à cultura e Lei 11.438/2006 – Incentivo ao Esporte.
	F	Sim	Recursos próprios e Lei Rouanet.
Furukawa	G	Sim	Além dos recursos próprios, utilizamos recursos da Lei Rouanet – 8.313/1991 – incentivo à cultura, Lei n.º 8.069/90 - Fundo da Infância e do Idoso e Lei 11.438/2006 – Incentivo ao Esporte
	H	Sim	Recursos próprios e leis de incentivo.
Volvo	I	Sim	Usamos todas as leis possíveis para patrocinar e apoiar Ações nesse sentido. A lei do incentivo ao esporte, lei da cultura, fundo da infância, fundo do idoso, IPTU e outras que tem a disposição das empresas e algumas de pessoas físicas também. Além de recursos próprios, usamos da Lei 8.313/1991 – incentivo à cultura (Rouanet); Lei n.º 8.069/90 - Fundo da Infância e do Idoso.
	J	Sim	Recursos próprios e Lei Rouanet – 8.313/1991 – incentivo à cultura; Lei n.º 8.069/90 - Fundo da Infância e do Idoso.
	K	Sim	Recursos próprios e Lei Rouanet – 8.313/1991 – incentivo à cultura; Lei n.º 8.069/90 - Fundo da Infância e do Idoso.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 7 é esclarecedor quanto aos objetivos desta tese, uma vez que demonstra, de forma sintética, as áreas que as empresas têm escolhido para investir em projetos de RSA. Pode-se observar que as áreas em que as empresas investem –

saúde, segurança, educação, geração de renda, profissionalização do jovem, redução da poluição, assistência social, orientação familiar, lazer e esporte e educação ambiental – estão alinhadas aos problemas socioambientais da CIC abordados no artigo 2. Verifica-se que a educação é a área de investimento de maior destaque por parte das empresas, à exceção da Aker Solutions, que tem como foco principal de suas iniciativas a saúde e segurança no trabalho.

Quadro 7 - Área de investimento das iniciativas de RSA das empresas

Empresa	Colaborador	Área de investimento das iniciativas de RSA
Aker Solutions	A	Saúde e segurança no trabalho e desenvolvimento comunitário.
	B	O principal é a segurança.
Bosch	C	Dentro da área social: educação, saúde, geração de renda e profissisonalização dos jovens para o mercado de trabalho.
	D	Dentro da área ambiental: a redução de CO2 ligada quase que diretamente na nossa matriz energética à redução do consumo de energia elétrica.
Denso	E	Educação e assistência social.
	F	A redução do consumo de água e energia elétrica e essa questão da promoção da consciência ambiental não só entre os nossos colaboradores, mas também com a comunidade naquilo que é possível.
Furukawa	G	Educação
	H	O foco principal é a educação. Tanto é que o nosso projeto socioambiental o nome dele é Formando Crianças para o Futuro.
Volvo	I	Criança, adolescente e adultos. A gente entende que trabalhar a criança e não trabalhar o pai ou a mãe dessa criança, o tio, a tia, não faz muito sentido. Então nós temos ações com foco na família.
	J	São três focos: 1) Questões ambientais: preservação e educação, ações desenvolvidas no sentido de criar e buscar um meio ambiente mais propício; 2) Questões culturais: ações de lazer e de esporte; 3) Desenvolvimento social: capacitação profissional, acolhimento dessas crianças como eu já falei anteriormente.
	K	A Volvo tem um trabalho fortíssimo na área de segurança no trânsito através do PVSQ e na área ambiental, através do Centro Volvo Ambiental, que trabalha o desenvolvimento de pessoas através do respeito ao meio ambiente e através de iniciativas culturais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Verifica-se também no Quadro 8 que são heterogêneos os critérios que as empresas utilizam para selecionar os projetos em que investem, destacando-se os seguintes: investimentos em setores ligados à educação (Aker, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo); a existência de uma demanda apresentada pela comunidade (Bosch, Furukawa e Volvo); o alinhamento aos valores da empresa (Aker, Furukawa e Volvo); investir em setores ligados à sustentabilidade (Denso); e investir em projetos sustentáveis, portanto, permanentes, não em projetos pontuais (Volvo).

Quadro 8 - Critérios de seleção das iniciativas de responsabilidade socioambiental das empresas

Empresa	Colaborador	Critérios de seleção das iniciativas de RSA
Aker Solutions	A	Segurança do trabalho, para que o funcionário tenha segurança desde a hora que ele sai da casa dele até ele retornar para a casa, em segurança né e a questão da crianças e dos adolescentes, para que a gente tenha aí no futuro bons profissionais e que não tenhamos tanta criminalidade no mundo.
	B	o critério principal é que os projetos atendam aos valores da empresa.
Bosch	C	O critério de escolha foi primeiro a existência de uma demanda apresentada pela comunidade do entorno: a qualidade de vida era muito baixa, IDH baixo, a questão do IDEB destas comunidades em relação a média do Município era baixa e após 12 anos de trabalho com a comunidade, nós estamos dentro da média do Município. Lógico a gente não imagina que foi só a atuação da empresa que levou a essa elevação do IDEB, mas fomos um dos fatores a contribuir e o IDH também aumentou por que aumentou a Renda, aumentou o desenvolvimento dessa comunidade. Hoje a empregabilidade é muito mais alta do que quando nós iniciamos o trabalho da Bosch nessas comunidades. A demanda por um trabalho que dê qualidade de vida está muito mais forte. A comunidade também está muito mais consciente dos seus direitos, dos seus deveres, então a gente tem cobrado mais do Poder Público quanto à formação do cidadão e temos contribuído muito nesse sentido. A comunidade tem se movimentado no caminho de buscar os seus direitos e também entender os seus deveres.
	D	O critério de escolha foi porque são os 2 aspectos ambientais mais significativos que nós temos no nosso levantamento em termos de impactos ambientais.
Denso	E	Entendemos que a educação é a base onde crianças, adolescentes e jovens precisam ter essa mentalidade sobre o meio ambiente. Não só levamos o apoio, mas buscamos trazer a comunidade para dentro da empresa. O principal critério: atividades voltadas para a educação.
	F	O critério é investir em setores ligados à sustentabilidade, pois existe um estímulo por parte da própria matriz que vem com essa cultura de que é necessário promover a sustentabilidade, promover a consciência ambiental.
Furukawa	G	O critério é a demanda da comunidade. Conhecemos a realidade da comunidade e percebemos a importância de atuar nesse foco com eles.
	H	O critério é que a gente acredita que, auxiliando na educação, o resto vem, por consequência, entende?
Volvo	I	Os critérios que a gente utiliza são diretamente relacionados aos valores da empresa. Quando a gente fala em segurança, qualidade e respeito ao meio ambiente, isso é um conceito maior, não é qualidade só do produto, mas a qualidade das ações pensadas pela empresa para as pessoas, pra quem o projeto foi desenvolvido e a segurança que pode trazer a elas.
	J	É efetuada uma avaliação crítica por um comitê de responsabilidade social que existe na empresa, do qual eu faço parte, sendo o critério principal o alinhamento aos valores da empresa. Outro critério é que o projeto tem que ser sustentável, não pode ser algo pontual.
	K	Ações que estejam alinhadas aos valores corporativos e ações que tragam benefício social importante para uma determinada comunidade ou para um determinado relacionamento que a Volvo tem.

Fonte: Elaborado pela autora.

A importância da internalização da RSA na cultura da empresa foi destacada por Kraemer (2005, p.7), pela Câmara de Comércio Brasil Alemanha – AHK Brasil (2009, p.12), por Sardinha (2009, p.9) e por Kon (2013, p.47). Na autoavaliação das empresas em relação a esta questão, observa-se que todas as empresas acreditam que a RSA está internalizada na cultura da empresa; entretanto, nas entrelinhas dos

depoimentos aparecem questões importantes no que se refere à internalização da RSA na cultura organizacional, sobretudo no que tange à cadeia produtiva.

Segundo os dois colaboradores entrevistados na Aker Solutions, a RSA está internalizada na cultura da empresa, entretanto, o colaborador A faz a seguinte ressalva: *"Acredito que ainda não esteja da forma como gostaríamos, mas estamos trabalhando para isso"*.

Quando questionado se a RSA está internalizada na cultura da Bosch, o entrevistado junto ao Instituto Robert Bosch pontua que:

> *Acredito que sim e este é um caminho que temos buscado constantemente. Um exemplo disso é que a gente participa do prêmio do FTN que é a gestão de excelência e dentro desse prêmio a gente tem que estar medindo isto dentro do nosso público interno e externo: a cadeia toda de valores da empresa, seus stakeholders, a importância de que cada um tem que ter em relação à responsabilidade socioambiental* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH, 2013).

Para o colaborador D, não há dúvida de que a RSA está internalizada na cultura da Bosch, como ele relata:

> *A RSA está internalizada na cultura da Bosch e isso nós sentimos desde o chão de fábrica na atuação dos nossos colaboradores até os nossos gestores que incentivam a participação em grupos de trabalho externo, incentivo à participação em concursos ambientais e que fazem análise crítica do nosso sistema de gestão ambiental com frequência* (COLABORAOR D, BOSCH, 2013).

Para os dois colaboradores da Denso, a cultura da RSA está internalizada na cultura da empresa. Nas palavras do entrevistado E: *"A RSA faz parte do core business da empresa"*.

Os colaboradores G e H, entrevistados na Furukawa consideram também que a RSA está internalizada na cultura da empresa. Justifica o sujeito G que: *"Dentro dos treinamentos, dentro dos valores que a Furukawa procura passar ao seu público interno e externo, a RSA está presente"*.

Para os colaboradores da Volvo, a RSA também está internalizada na cultura da empresa; entretanto, o depoimento do colaborador K traz algumas considerações importantes a respeito da cultura organizacional, demonstrando a dimensão da complexidade da incorporação da RSA na cultura da empresa no que se refere às suas relações com a cadeia produtiva.

> *Sim, a gente trabalha muito forte nesse sentido. Algumas ações estão sendo desenvolvidas nos 2 últimos anos pra poder trabalhar mais fortemente nisso internamente, mas a gente entende que a RSA já está internalizada na empresa* (COLABORADOR I, VOLVO).

> *Sim, isso faz parte do processo. Como eu disse existe um comitê formado por várias áreas da empresa pra definir onde alocar, onde aportar esses recursos e que tipo de projetos incentivar. É um programa estruturado de voluntariado, ou seja, não é só a destinação de recursos, é também o envolvimento de todos* (COLABORADOR J, VOLVO).

> *Sim. É um processo que, na verdade, quando se fala em cultura, é algo que deve ser trabalhado ao longo de muito tempo, é algo que mexe com valores, com a essência da atuação da empresa, com a forma com que ela se relaciona com os seus stakeholders. É muito comum a gente trabalhar conceitos como o respeito ao outro, o respeito pelas pessoas, a paixão por aquilo que se faz e isto realmente está muito internalizado na empresa. Obviamente que quando se fala em um conceito de sustentabilidade internalizado na cadeia de valor, a gente entende que temos um trabalho ainda a ser feito, a ser cada vez mais amadurecido. Isso envolve a rede de concessionárias, isso envolve clientes, isso envolve, enfim, vários stakeholders. Mas o aspecto de valores corporativos e valores em sintonia com a questão da responsabilidade socioambiental é muito forte na Volvo e já está intrínseco na cultura, norteando toda a cadeia produtiva* (COLABORADOR K, VOLVO).

Um aspecto importante levantado na revisão conceitual de RSA é o fato de que não se trata de iniciativas pontuais realizadas pelas empresas, tal qual a filantropia, mas de um trabalho, como aponta Daher (2006, p.91), comprometido com objetivos permanentes e com as ações cotidianas de uma organização, preocupando-se, como afirma Goldstein (2007, p.1), em definir estratégias para garantir a continuidade do processo em longo prazo. Nesse aspecto, perguntou-se às empresas se elas têm intenção de continuar investindo permanentemente em projetos de RSA ou se são projetos temporários.

A resposta dada a esta questão pela empresa Aker Solutions denota que, embora os projetos realizados até o momento tenham sido pontuais, a empresa tem intenção de continuar investindo nesse sentido, pois assim afirma o colaborador A: *"Temos projetos temporários, mas a intenção é de continuar investindo cada vez mais"*. E o colaborador B salienta a pretensão da empresa em ampliar os investimentos em RSA ao instalar a nova fábrica da Aker na região metropolitana de Curitiba, prevista para 2015: *"Nós pretendemos aumentar as iniciativas socioambientais com a inclusão da fábrica nova, que vai ser uma fabrica totalmente verde. A intenção é que esses projetos aumentem sim"*.

Na Bosch, pela própria natureza da área que a empresa escolheu para investir em suas iniciativas de RSA (educação), os projetos são permanentes, pois assim se manifestaram seus colaboradores a respeito da frequência com que são desenvolvidos os projetos socioambientais:

> *Nossos projetos são a longo prazo, a partir do momento em que você se compromete a trabalhar com a educação você tem que ter a consciência que são projetos que em um ano você não vai construir essa transformação, essa mudança social. Então estamos há 12 anos na comunidade com o programa Peça por Peça e sempre medindo os resultados. Acreditar muito no sucesso desse programa explica a questão do tempo que nós estamos lá. É lógico, um dia a gente quer sair dessa comunidade e poder olhar para trás e ver o que nós vamos deixar lá, mas isto ainda não é possível* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

> *Não são temporários, esse é um processo permanente. Ela tem toda uma estrutura corporativa mundial que responde para a alta administração da Bosch mundial, e essa preocupação dela é permanente e vai perdurar enquanto a Bosch existir* (COLABORADOR D, BOSCH).

Quanto à continuidade das iniciativas de RSA da Denso, o colaborador E afirma que: *"É uma questão de sobrevivência da empresa e ela vai apoiar os projetos enquanto ela existir"*, questão esta complementada pelo depoimento do colaborador F, segundo o qual: *"A empresa segue um planejamento há décadas. Ela tem intenção de dar continuidade a todos esses projetos e até melhorá-los"*.

Na Furukawa, tanto o colaborador G quanto o H acreditam que a empresa tem intenção em continuar investindo permanentemente em iniciativas de RSA e que os projetos são contínuos. Nas palavras do colaborador H:

> *Tanto tem intenção de continuar com os projetos que a gente pode ver ao longo do tempo, que o projeto Formando Crianças para o Futuro, por exemplo, já está na Terceira fase. A fase 1, que atende crianças de 4.ª série que vem aqui nas segundas, quartas e sextas no contraturno escolar para receber reforço de matemática, português, aulinhas de meio ambiente e outras coisas mais, até informática. A fase 2, que dá continuidade ao projeto, onde quinzenalmente, aos sábados, essas crianças participam de aulinhas de artesanato, coral e esportes. E, a fase 3, onde o objetivo do projeto é dar assistência às crianças, onde eles estudam no Colégio Sesi e podem fazer um curso técnico. Destas, as que desejarem são contratadas como menores aprendiz dentro da empresa, sendo que a maior parte dos menores aprendiz, passaram pelo projeto Formando Crianças para o Futuro. O que pretendemos com isso? A gente quer que as crianças se formem, aprendam uma profissão e sejam capacitadas para trabalhar em qualquer lugar, dando continuidade ao seu crescimento* (COLABORADOR H, FURUKAWA).

Por fim, os três colaboradores da Volvo declararam em seus depoimentos que as iniciativas de RSA desenvolvidas pela empresa são sustentáveis, não se constituindo em atividades pontuais.

> *Quando a gente pensa em projetos, a ideia é torná-los permanentes e a gente trabalha com a sustentabilidade destes projetos e a volvo sendo uma das apoiadoras, vai buscando também outras formas destes projetos tornarem-se sustentáveis* (COLABORADOR I, VOLVO).

> *Essa é uma das características de escolha desses projetos que serão apoiados pela empresa, a questão da sustentabilidade dos projetos. O projeto tem que ser sustentável, não pode ser algo pontual, porque a gente entende que isso não gera desenvolvimento, não gera comportamento, não gera mudança, então na análise crítica do projeto, uma das questões avaliada é a sustentabilidade dele* (COLABORADOR J, VOLVO).

> *A Volvo iniciou suas iniciativas de RSA quando nem se falava nessa coisa de responsabilidade social e sustentabilidade, então a Volvo tem isso na sua cultura. E por ter isso no seu DNA, é algo que ela entende que a empresa além de prover os veículos cada vez mais seguros, veículos com baixo impacto ambiental, é uma responsabilidade dela também contribuir com a sociedade em diversas frentes: educação, mobilidade, segurança no trânsito, emissões, então são temas que ela entende que são extremamente importantes e que ela continuará, sim, desenvolvendo ações nessa área. São ações estratégicas e não ações pontuais* (COLABORADOR K, VOLVO).

Um aspecto importante no desenvolvimento de iniciativas de RSA é o monitoramento dos resultados das iniciativas, a fim de levantar os pontos falhos e, se necessário, readequar os projetos. Entretanto, às vezes a empresa encontra dificuldades múltiplas para fazer tal monitoramento, o que não torna essa tarefa um procedimento fácil.

Todas as empresas informaram que fazem monitoramento dos resultados das iniciativas de RSA que desenvolvem e quando questionadas sobre os desafios que encontram para realizar tal monitoramento, as respostas variaram de empresa para empresa[2].

De acordo com o colaborador A, da Aker Solutions: *"O maior desafio é encontrar tempo para acompanhar as iniciativas socioambientais in loco. É poder visitar a comunidade e ver se o que você está patrocinando realmente está dando o*

---

[2] Nota-se que, em alguns casos, a resposta não é homogênea nem entre os colaboradores de uma mesma empresa pelo fato de a responsabilidade social e ambiental estar a cargo de departamentos diferentes.

resultado esperado". Já o colaborador B, lotado na área ambiental da empresa, afirma que: *"Não encontramos dificuldades. Nós efetuamos o controle mensalmente e conseguimos atingir os resultados e sempre estamos próximos às metas"*.

O Instituto Robert Bosch assim se manifesta sobre essa questão na Bosch:

> *Sim, os projetos passam por avaliação anual, além da pesquisa, eles precisam ser reescritos e reavaliados, para ver se aquele indicador está sendo trabalhado, e se os resultados estabelecidos estão sendo atingidos. Como a gente trabalha com a comunidade, o grande desafio nosso é fazer-nos entender a respeito da importância de acompanhar os indicadores, porque além de nós acompanharmos os macro indicadores, os parceiros da comunidade tem que acompanhar os indicadores menores e muitas vezes faltam ferramentas, principalmente para indicadores qualitativos, que são mais difíceis de serem mensurados e a comunidade carece desse desenvolvimento que a gente tem trabalhado num programa que chamamos de encontro de educadores sociais: para que eles entendam e possam definir estes indicadores. Como exemplo, cita-se o indicador qualidade de vida. É difícil definir qualidade de vida. Então é um indicador que você acaba usando, mas a questão da qualidade mesmo se isto está se revertendo a uma melhoria da qualidade de vida, na prática isso é uma coisa a longo prazo e mais difícil da comunidade perceber, numa relação direta. No quantitativo não há indicador para medir a inclusão da criança e do adolescente, a gente mede por números de projetos e contra perdas nas escolas. Quanto mais projetos oferecemos, mais crianças são atendidas e menos crianças ficam na rua* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

De acordo com o colaborador D, os resultados das iniciativas de RSA da Bosch são monitorados não só pela diretoria da planta, mas pelas áreas corporativas na América Latina e até na América central (Alemanha). O colaborador destaca que a empresa enfrenta os seguintes desafios para fazer o monitoramento dos resultados destas iniciativas:

> *O desafio é sempre você associar a questão de redução obviamente dos resíduos nos processos, ou seja, fazer com que não só os resíduos sejam destinados adequadamente, mas também sejam reduzidos no processo de fabricação, redução no consumo de energia elétrica e isso associado a não causar impacto financeiro nos produtos. Sendo assim mais claro, quanto mais você investe dinheiro, mais chance você tem de obter resultados, isso é fácil. O difícil é quando você não tem o dinheiro para investir e você tem que conseguir resultados com criatividade, com competência, com tecnologia, com gestão. Esse é o desafio* (COLABORADOR D, BOSCH).

Na Denso, tanto o colaborador D quanto o E afirmam que a empresa realiza o monitoramento de suas iniciativas socioambientais e essa medição é feita sem dificuldades (COLABORADOR E); opinião esta compartilhada também pelos

colaboradores F e G da Furukawa, segundo os quais: a comunidade e as empresas os apoiam, razão pela qual não encontram dificuldades no monitoramento das iniciativas.

O colaborador I, Analista de Saúde e Segurança na Volvo, assim relata o que considera ser uma dificuldade no monitoramento das iniciativas de RSA:

> *A maior dificuldade é verificar se um projeto alcançou os resultados de acordo com os objetivos para o qual ele foi elaborado. Este é o maior desafio, você entender que o seu projeto foi escrito, pensado, e que aquilo que você desenhou você está conseguindo executar. Isso nestes resultados aparecem. Em síntese é a gente verificar a efetividade do projeto – acho que isto é o maior desafio que existe, porque ao longo do desenvolvimento dele, ele pode buscar outros caminhos* (COLABORADOR I, VOLVO).

O colaborador J, Gerente de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da Volvo, aponta outro desafio encontrado pela empresa no monitoramento de tais iniciativas:

> *Eu diria que a maior dificuldade de monitoramento ocorre, em projetos, por exemplo, que não conseguem captar todo o recurso necessário e que a Volvo é apenas um dos incentivadores ou pela abrangência enorme do projeto o valor captado não foi o suficiente pra que ele pudesse se concretizar e aí efetivamente você não tem um acompanhamento real desses projetos. Um exemplo é a reforma de um prédio cultural e que às vezes ele requer investimentos altíssimos* (COLABORADOR J, VOLVO).

O colaborador K, Analista de Comunicação Sênior na Volvo, ressalta que cada ação tem um critério de acompanhamento e a dificuldade é a empresa se manter firme em relação aos critérios estabelecidos para avaliar o projeto. Apesar disso, ele entende que: *"É extremamente importante a empresa manter esses critérios de avaliação e mapear os resultados atingidos e ver onde podem ser melhorados em termos de benefícios sociais"* (COLABORADOR K, VOLVO).

Em síntese, os principais desafios encontrados pelas empresas para fazer o monitoramento dos resultados das iniciativas de RSA são: encontrar tempo para o acompanhamento *in loco* dos projetos na comunidade; dificuldade de a comunidade entender a importância de acompanhar os indicadores sob sua responsabilidade; falta de ferramenta adequada para monitorar os indicadores qualitativos; conseguir otimizar os resultados contando com recursos escassos; verificar se o projeto atendeu aos objetivos propostos; em caso de projeto que envolve recursos elevados, o desafio é captar todos os recursos já que demanda vários patrocinadores; e o último desafio apontado é se manter firme aos critérios estabelecidos para avaliação.

A importância do diálogo das empresas com seus *stakeholders* nas iniciativas de RSA foi abordada no artigo 6 deste estudo. Como afirma Simões *et al*. (2008, p.105): "A responsabilidade social nunca estará pronta antes do diálogo com as partes interessadas, cujo resultado é seu alimento contínuo". Sobretudo o diálogo com a comunidade local e o governo municipal é importante, pois, como aponta Clarkson (1995, p.106-107), comunidade e governo são enquadrados como *stakeholders* primários que afetam diretamente a organização, sem a participação dos quais a empresa não poderia sobreviver. Ferreira, Afonso e Bartholo (2008, p.173-174) afirmam que: "[...] com a implantação do Sistema de Gestão Ambiental nas empresas, a comunidade do entorno passou a ser vista como principal parte interessada […]". Como declarou Celio Nieves, Presidente do Conselho de Bogotá: *"Lo essencial es escuchar los problemas de la comunidade"* (CONCEJO CÓMO VAMOS, 2010). Também Tam (2012, p.14) reconhece que a população local deve ter a oportunidade de identificar suas necessidades e contribuir para encontrar soluções.

Tão importante quanto o diálogo com a comunidade é o diálogo com o governo, pois, como lembra Mackey e Sisódia (2013, p.175), o governo é uma parte interessada importante para todas as empresas, sendo, em alguns casos específicos, o *stakeholder* número um. E, de acordo com Kavas (2012, p.9), o objetivo final da colaboração entre o setor público e privado é a agregação de valor, ou seja, um produto qualitativamente melhor pelo mesmo investimento ou a mesma qualidade por menos dinheiro. Para o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável: "A necessidade de um diálogo mais profundo entre empresas, governo e associações da sociedade civil é apontada como primordial para melhor alinhar os negócios aos interesses sociais" (WBCSD, 2013, p.33).

Resgatado esse embasamento, o Quadro 9 traz a qualificação do diálogo que as empresas mantêm com a comunidade local e com o governo municipal nas iniciativas de RSA que desenvolvem, a partir do depoimento de seus colaboradores. Observam-se três questões importantes quanto aos objetivos deste estudo: 1) as únicas empresas em que todos os colaboradores avaliaram como frequente o diálogo da empresa com a comunidade local e com o governo municipal foram a Bosch e a Volvo; 2) apenas o colaborador A (Aker Solutions) e o colaborador E (Denso) avaliam o diálogo com a comunidade como esporádico; 3) o diálogo é frequente com o governo municipal apenas na Volvo e na Bosch, nas demais empresas, seus colaboradores qualificaram o diálogo com o governo municipal como esporádico.

Quadro 9 - Qualificação do diálogo das empresas com os *stakeholders* comunidade local e governo municipal

Empresa	Colaborador	diálogo com a Comunidade local	Diálogo com o Governo municipal
Aker Solutions	A	Esporádico	Esporádico
	B	Frequente	Esporádico
Bosch	C	Frequente	Frequente
	D	A Resposta fica sob a responsabilidade do Instituto Robert Bosch. A minha área não tem esse canal. Somente com os canais oficiais do governo, a exemplo da Secretaria do Meio Ambiente.	O diálogo é frequente e muito satisfatório. Nós podemos dizer que até pelos requisitos legais, nós estamos sempre em contato com as secretarias, com os órgãos públicos até pelo desenvolvimento dos processos, novas destinações dos resíduos, renovação de licenças de operação e requisitos de licença.
Denso	E	Esporádico	Esporádico
	F	Frequente	Esporádico
Furukawa	G	Frequente	Esporádico
	H	Frequente	Esporádico
Volvo	I	Frequente	Frequente
	J	Frequente	Frequente
	K	Frequente	Frequente

Fonte: Elaborado pela autora.

O trabalho colaborativo é destacado por Borreskov (2012, p.15) como elemento essencial para o trabalho estratégico para a construção de cidades habitáveis e sustentáveis. Como defende Lerner (2011, p.41-42), é preciso engendrar equações de corresponsabilidade, unindo o governo, o setor privado e os esforços da sociedade civil, o que possibilitará as soluções aos desafios que as cidades enfrentam. E Mackey e Sisodia (2013) demonstram, a partir de vários exemplos, ao longo de sua obra, que as empresas, sobretudo as multinacionais, têm operacionalizado suas iniciativas de RSA em parceria com o governo e a comunidade, com excelentes implicações sobre o desenvolvimento desta. Na opinião desses autores, quando se trabalha de forma colaborativa, obtém-se um valor muito maior para todas as organizações envolvidas e para milhões de pessoas que estão se beneficiando desse esforço coletivo. Por conta disso, o desenvolvimento de iniciativas de RSA em cooperação com a comunidade e com o governo municipal é um dos pontos defendidos nesta tese, para a otimização das iniciativas de RSA.

Nas entrelinhas do depoimento de todas as empresas no Quadro 10, os colaboradores relatam que elas trabalham suas iniciativas de RSA em cooperação com a comunidade e em parceria com os programas da PMC. As empresas Bosch, Furukawa e Volvo destacam também o envolvimento da cadeia produtiva no desenvolvimento de suas iniciativas de RSA

Quadro 10 - Forma como são desenvolvidos os projetos de responsabilidade socioambiental das empresas

Empresa	Forma como são desenvolvidos os projetos de RSA
Aker Solutions	*Os projetos de RSA são desenvolvidos em cooperação, com a comunidade do entorno, com uma ONG e com os programas da Prefeitura Municipal de Curitiba através de doação de produtos e em espécie, para posterior prestação de contas* (COLABORADOR A). *Em cooperação com os programas municipais da PMC através de doações em produtos ou espécie* (COLABORADOR B).
Bosch	*Em cooperação: com a comunidade, com outras empresas, com o SESI e com os programas da PMC* (COLABORADOR C). *Em cooperação, com fornecedores. Quando a gente fala em questão ambiental não dá para trabalhar independente, você tem que no mínimo desenvolver um fornecedor, esse fornecedor pode ser um receptor de resíduo, pode ser um fornecedor de produto químico que venha a desagravar uma situação mais crítica que você tenha no processo, então a própria situação de desenvolver um receptor de resíduo, o próprio fato de nós termos um processo de auditoria de receptores de resíduos, nós percebemos que nós já demos um norte para muitos receptores de resíduos que não tinham o mínimo recurso, não tinham a mínima condição de receber resíduos e quando foram auditados eles perceberam o que eles tinham que providenciar, o que eles tinham que melhorar e isso nos ajudou, então não deixa também de ser um processo de parceria. Se nós não tivermos um receptor para os nossos resíduos qualificado de modo adequado, nós vamos ter que voltar a lançar em aterro. Na questão ambiental não temos nenhum projeto desenvolvido em parceria com a Prefeitura* (COLABORADOR D).
Denso	*Em cooperação, com a comunidade do entorno, com uma ONG, igrejas, escolas, FAS (doação de produtos)* (COLABORADOR E). *Na área ambiental, as iniciativas são desenvolvidas de forma independente* (COLABORADOR).
Furukawa	*Em cooperação com as empresas da nossa cadeia produtiva, com os nossos fornecedores: temos a Risotolândia como uma empresa parceira, a Rimatur, a Uniodonto, o Colégio Sesi e o Instituto Salesiano bem como escolas municipais da comunidade* (COLABORADOR G). *Em cooperação: com escolas da comunidade e com os programas da PMC, fornecendo infraestrutura e recursos humanos* (COLABORADOR H).
Volvo	*Em cooperação, com a comunidade, com outras empresas e com os programas da PMC* (COLABORADOR I). *Em cooperação: com a comunidade do entorno, com ONG's, com outras empresas, com os programas da PMC, e com fornecedores e cadeia produtiva. Com a PMC: a cooperação tem se dado sob a forma de financiamento dos projetos, fornecimento de infraestrutura, doações de produtos* (COLABORADOR J). *Em cooperação, com a comunidade, com ONGs, com os programas da PMC* (COLABORADOR K).

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando questionadas sobre se tinham conhecimento da influência dos projetos de RSA da empresa na criação de políticas públicas, as empresas Aker Solutions, Furukawa e Volvo responderam que não tem conhecimento se exerceram tal influência. A Bosch também respondeu que não tem conhecimento, entretanto seus colaboradores fizeram considerações importantes que sinalizam que a empresa tem contribuído para melhorar as políticas públicas existentes, uma vez que além de ser parceira do Poder Público em vários projetos, tem sido uma facilitadora, uma mediadora das relações do poder público com a comunidade:

> *Acho que a gente tem influenciado não em criar uma nova política pública, mas talvez em melhorar as existentes. Principalmente na educação, saúde, meio ambiente, projetos de infraestrutura, isso demanda muito também e a gente tem construído juntos e um exemplo é o Teatro Peça por Peça construído dentro da Vila Verde no pátio de uma escola com doação de outras construtoras. Fizemos doação para a secretaria de educação, então o poder público se apropriou deste espaço, e a gente faz esta gestão ainda até hoje, trazendo a cultura pra essa comunidade, um espaço onde a secretaria de saúde utiliza muito, com as conferências locais de saúde, enfim utilizado de várias formas, mas é uma coisa que demandou da própria empresa. Hoje também na área de segurança nós temos atuado junto com as UPS desenvolvendo projetos na praça pública pra que a polícia Militar se aproxime da comunidade, então a gente tem contribuído bastante desta forma. Fazer projetos, fazer festa do dia das Crianças, estar junto com a secretaria de segurança pública estadual dentro dessa comunidade. E agora estamos desenvolvendo um projeto de esporte junto com as UPS, com a policia Militar, através dos soldados formados em Educação Física, estamos apoiando com a metodologia, e com os recursos de materiais* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

> *Nós muitas vezes participamos em fóruns, envolvendo grupo de profissionais de meio ambiente das indústrias do Paraná, participamos de fóruns na Fiep, expressamos muitas vezes as nossas opiniões e indiretamente pode ser que elas tenham até ajudado no caso da Fiep, por exemplo, a influenciar alguma política pública. Mas a Bosch diretamente não* (COLABORADOR D, BOSCH).

Observa-se no relato do colaborador C, do Instituto Robert Bosch que a empresa Bosch atua junto à comunidade da CIC, como uma "peça" de interação social, aspecto este, desatacado por Vila (2012).

Finalmente, o colaborador E, entrevistado junto à Denso, enfatizou uma iniciativa implementada pela empresa, que, segundo ele, influenciou na criação de um Projeto Público Municipal que atendeu a múltiplas famílias carentes no segmento de construção de moradias de madeira.

As empresas foram questionadas se tinham conhecimento dos projetos socioambientais elaborados pelo governo municipal e que demandam a ajuda do setor privado e, caso tivessem conhecimento, deveriam responder a forma como tomaram conhecimento, do contrário, por qual razão desconheciam tais projetos.

O colaborador A, ligado à Aker Solutions, respondeu que tinha conhecimento e que isso se deu mediante contato efetuado pela Assistente Social da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), que trouxe essa necessidade. Já o colaborador B alega não ter conhecimento dos projetos desenvolvidos pelo governo municipal, por falta de divulgação da PMC.

O colaborador C, ligado ao Instituto Robert Bosch explica que a empresa Bosch tem conhecimento dos projetos desenvolvidos pelo governo municipal e que necessitam da ajuda do setor privado e deu vários exemplos de ações desenvolvidas em conjunto com a PMC. O primeiro exemplo por ele citado é o LICEU do oficio, um projeto da FAS desenvolvido na Vila Verde do qual a Bosch é parceira. A Bosch entra com o local, com a alimentação aos alunos e com o ferramental, pois é um curso de mecânica básica. Explica, enfim, que a empresa Bosch acaba realizando o curso. E na área de educação, afirma que a empresa tem parceria com a Secretaria Municipal de Educação e que muitos temas que estão sendo desenvolvidos dentro da metodologia de ensino do município acabam sendo complementados com a metodologia utilizada pela Bosch. Ele destacou que em face da importância de que empresa e governo falem a mesma linguagem em educação surgiu a necessidade de o Instituto Bosch fazer pequenas adequações em seus projetos educacionais:

> *Os projetos sociais que nós fazíamos antes o gerenciamento e que eram escritos pelos nossos professores, nós mudamos muito, até a linguagem, pois a nossa linguagem era muito empresarial e passamos a utilizar uma linguagem mais educacional usada pela Secretaria de Educação para propiciar um entendimento melhor aos educadores sociais e isso tem surtido já resultados depois que nós fizemos esta mudança* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

Essa preocupação da empresa Bosch em estabelecer uma linguagem comum em seus projetos para propiciar um melhor entendimento aos educadores sociais a respeito de seus projetos, indica o esforço da empresa em alinhar suas iniciativas ao que vem sendo trabalhado nas políticas públicas municipais no âmbito da educação. A publicação Maribyrnong City Council (2012, p. 8) destaca que o estabelecimento de uma linguagem comum é um dos desafios para transformar o conceito de responsabilidade social empresarial em ação.

Outro projeto municipal citado pelo colaborador C é o Projeto Viver com Saúde, que foca a terceira idade dentro da Vila Verde, com mais de 100 pessoas atendidas, do qual a Bosch é parceira. Segundo ele, a Bosch entra com o educador físico, e a unidade entra com os enfermeiros, médicos e nutricionistas. Semanalmente é feito o acompanhamento da pressão arterial, com atividades físicas que ocorre no Teatro Peça por Peça. Uma coisa vai complementando a outra, explica o colaborador ligado ao Instituto Robert Bosch.

Quanto à forma como a Bosch tomou conhecimento desses programas da PMC que necessitavam de ajuda das empresas, o colaborador esclarece:

> *Antes de ir para a comunidade, nós buscamos o poder público, buscamos parceiros, que foi o SESI, naquele primeiro momento, que continua com a gente até hoje, e também fomos ao poder público e o poder público apresentou o que eles tinham de projetos e de programas pra futuro, a longo prazo. Aí nós fizemos um mapeamento do que existia e como nós poderíamos atuar junto com essas políticas, junto com esses programas já existentes, né e aí, sim, com o passar do tempo isso se tornou uma coisa até natural, essa atuação em conjunto, porque a pesquisa social a gente aplica em parceria com o SESI, mas também com a Secretaria Municipal de Educação e com a Secretaria Municipal de Saúde. E também o questionário que vai ser aplicado passa pelo conhecimento dessa secretarias e eles podem contribuir também na formação desse questionário, dessa pesquisa, para ouvir a comunidade* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

É importante observar que a Bosch só veio a conhecer os projetos municipais que demandavam ajuda do setor privado para operacionalizá-los porque a empresa foi até o governo e não o contrário. Essa questão vai ao encontro da resposta do colaborador D, ligado à área de Meio Ambiente e Engenharia de Segurança do Trabalho na Bosch, o qual declara que não tem conhecimento de tais projetos por falta de divulgação da PMC.

O colaborador E, supervisor da área administrativa da empresa Denso, responde que tem conhecimento dos projetos socioambientais elaborados pelo governo municipal e que tomou conhecimento deles por meio de *wokshops* realizados pela PMC, em que eram apontadas sugestões de como as empresas poderiam ajudar a administração pública. Já o colaborador F, Vice-coordenador da área ambiental da empresa respondeu que não tem conhecimento de tais projetos por falta de divulgação da PMC. Os dois colaboradores entrevistados na Furukawa (G e H) também foram enfáticos ao afirmar que desconhecem os projetos municipais que demandam ajuda do setor privado, por falta de divulgação da PMC.

Nos depoimentos da Volvo é possível perceber que os colaboradores têm conhecimento dos projetos do governo municipal; entretanto, os colaboradores J e K fazem algumas ressalvas em suas respostas que sinalizam também para o fato de que a PMC poderia melhorar a divulgação de seus projetos e buscar maior apoio do empresariado na solução dos problemas socioambientais urbanos. O colaborador J levanta a dificuldade de alinhamento dos projetos da empresa às políticas públicas em função do conhecimento superficial dos projetos públicos municipais visto que

não há um banco público disponível para consulta às empresas. Pelo que relata o colaborador Volvo, a existência de um banco público de projetos municipais poderia auxiliar a empresa a melhor alinhar seus projetos aos programas municipais. Assim se manifestaram os colaboradores da Volvo, quando questionados se tinham conhecimento dos projetos socioambientais elaborados pelo governo municipal e que demandam ajuda do setor privado: "*Sim. Tive conhecimento desse projetos em reuniões formais realizadas pelas próprias instituições municipais* (COLABORADOR I, VOLVO).

> *Sim, mas de poucos. E tomei conhecimento por busca direta deles junto a nós, principalmente através da FAS ou de órgãos ambientais e por funcionários da PMC que tendo conhecimento desses projetos nos procuraram pedindo ajuda. Porque digo que tenho conhecimento de poucos projetos: porque falta alinhamento dos projetos. Como acontece no FIA, através dos Conselhos Municipais, você tem por exemplo, determinados projetos que podem ser incentivados, que você tem acesso aos bancos públicos, nós poderíamos ter isso em relação às questões ambientais, ao esporte e isso normalmente não ocorre. Acaba isso chegando à empresa por incentivo de algumas pessoas e me parece que a gente acaba tomando conhecimento de uma forma muito superficial desses projetos. Eu entendo que nós poderíamos ter um alinhamento de todos esses projetos, o reconhecimento, um cadastro, muitas empresas se quer sabem que eles podem tentar apresentar projetos aos diferentes ministérios, ou ao Conselho Municipal ou ao Conselho Estadual e as ONGS mesmo desconhecem isso. A gente tem informado tais instituições, quando eles nos procuram pedindo recursos diretos na empresa. Acho que há um desconhecimento muito grande dos projetos que estão circulando, quando tem projeto, porque acho que vai além disso, saber que eu posso alavancar uma ação, quer seja pública, quer seja de uma organização, instituição, de uma ONG, utilizando de recursos* (COLABORADOR J, VOLVO).

> *Sim. Clarificando o meu sim: tenho conhecimento dos projetos diretamente relacionados às minhas áreas de atuação: a área de educação e a área de cultura. Agora quanto aos projetos das demais secretarias, porque quando a gente fala de prefeitura, tem várias secretarias, várias áreas, neste caso, não tenho conhecimento específico e imagino que seja por não estar diretamente envolvida nesse processo ou eventualmente também, por falta de maior divulgação da prefeitura, enfim, acho que tem diversas variáveis aí envolvidas* (COLABORADOR K, VOLVO).

Focado na cooperação para o desenvolvimento, uma das questões discutidas no artigo 6 foi a importância dos governos motivarem as empresas a investirem em RSA. Castells e Borja (1996, p.160-161) ressaltam que a cooperação social é uma necessidade imprescindível no confronto com novas problemáticas no âmbito urbano, por sua natureza ou intensidade, tais como a questão do emprego, da segurança ou da manutenção dos espaços públicos, além de outras como a atenção social aos idosos, o cuidado com o meio ambiente ou a promoção de atividades culturais integradoras de

uma população heterogênea e, parcialmente, vulnerável à marginalização. Na percepção desses autores, as políticas públicas não são suficientes, na medida em que nunca contarão com todos os recursos necessários nem podem construir modos de gestão adequados a essas demandas sociais. Por tais razões, segundo os autores, a ação pública deve apoiar e estimular a iniciativa social. Paula (2010, p.139) lembra que os investimentos públicos, quando alinhados com as oportunidades e vocações econômicas do território, podem produzir resultados de maior qualidade e sustentabilidade, por isso são fundamentais as parcerias entre empresas e entre empresas e setor público.

E Murphy (1980, p.842) recomenda que seja dada atenção aos outros atores-chave no processo de desenvolvimento econômico, ou seja, o setor privado e as dezenas de organizações comunitárias criadas para melhorar a vida urbana, porque é improvável que o governo, por conta própria, possa resolver os problemas que assolam as áreas urbanas. E Zylbersztajn e Lins (2010, p.xxii) reconhecem que "Se a ação maior das medidas voltadas ao ditames da sustentabilidade está concentrada na atividade das empresas, o papel indutor dos governos é insubstituível e absolutamente necessário". Porter e Krammer (2011, p.18) enfatizam que: "O poder público precisa aprender a regular de modo a fomentar – e não obstruir – o valor compartilhado".

Do exposto, depreende-se que é fundamental que o Governo reconheça o trabalho que as empresas tem feito em termos de RSA e incentive a ampliação de tais iniciativas por parte delas. Ao se questionar as empresas, se elas têm recebido algum incentivo da PMC para realizar as iniciativas de RSA, as respostas constantes do Quadro 11 sugerem que não tem havido uma mobilização da PMC no sentido de incentivar o setor privado a realizar tais iniciativas. Vale como exceção o fato de a Bosch e a Volvo salientarem que, embora a prefeitura não estimule diretamente, ela tem sido um facilitador na consecução das iniciativas por elas idealizadas.

Quadro 11 - Estímulo da Prefeitura Municipal de Curitiba às empresas para o desenvolvimento de iniciativas de responsabilidade socioambiental

Empresa	Estímulo da Prefeitura Municipal de Curitiba às empresas para o desenvolvimento de iniciativas de responsabilidade socioambiental
Aker Solutions	*Já tivemos, mais ou menos há dois anos atrás. Nós tínhamos bastante contato com a Prefeitura e eles estavam bem atuantes e de lá para cá, nem visita a gente tem recebido deles* (COLABORADOR A). *Não* (COLABORADOR B).
Bosch	*A motivação nunca deve ser externa, ela tem que ser intrínseca à empresa. A Prefeitura tem que ser um facilitador, que dê a possibilidade de nós atuarmos alinhado ao que está sendo trabalhado pelo poder público, juntando forças. Então eu acredito que o papel da Prefeitura é ser um facilitador e acaba que muitas vezes, nós somos facilitadores, inverte o papel. A gente quer ser facilitador de outras empresas que querem atuar dentro dessa comunidade, e de outros agentes e temos feito isto com frequência, pois somos procurados para isso. Nesta semana está acontecendo o ciclo de profissões, aqui na escola estadual da comunidade Vila Verde em parceria com o grupo Bom Vizinho que é um grupo de empresas, que a Mondelez coordena esse projeto. Nós somos membros desse grupo e somos um facilitador para que acontecesse esse ciclo de profissões dentro da comunidade Vila Verde. Como também o ano passado aconteceu aqui no CIC um mutirão voluntário lá na Vila Barigui que a gente conseguiu trazer o Instituto de Identificação para fazer um dia de trabalho voluntário. Então isso só acontece porque o Instituto Robert Bosch é um facilitador e consegue proporcionar esse momento e acaba puxando essa ação para dentro da comunidade* (COLABORADOR C). *Respondendo especificamente para a área ambiental, não, não temos recebido* (COLABORADOR D).
Denso	*Não tem recebido nenhum estímulo. Só para dar um exemplo: no ano passado após dois anos a empresa empenhando esforços para a economia de energia elétrica, nós contabilizamos a economia, que foi equivalente ao consumo de uma grande quantidade de residências. Com base nisso nós tivemos a iniciativa de apresentar aos vereadores o programa desenvolvido voluntariamente pela Denso e seus resultados. Em decorrência disso, a prefeitura nos outorgou uma premiação, chamada Prêmio Ambiental da Cidade de Curitiba no ano de 2012. Mas isto foi um reconhecimento a uma iniciativa feito pela Denso, não que tenha havido uma motivação para que a Denso fizesse tal iniciativa* (COLABORADOR E). *Que seja do meu conhecimento não ocorreu nenhuma motivação por parte da prefeitura* (COLABORDAOR F).
Furukawa	*Não* (COLABORADOR G). *Acho que não* (COLABORADOR H).
Volvo	*Eu não tenho conhecimento* (COLABORADOR I). *Acho que o maior estímulo é efetivamente a participação desses órgãos municipais do entorno nos projetos desenvolvidos pela empresa: os equipamentos sociais, os postos de saúde, as escolas, todas envolvidas e buscando o mesmo objetivo. Esse é o maior reconhecimento: eles acreditarem e apoiarem* (COLABORADOR J). *Sim. O meu ponto de vista é que a prefeitura disponibiliza alguns mecanismos fiscais que acabam ajudando, por exemplo, a Lei municipal de incentivo à cultura. Mas do aspecto de chamar, envolver as empresas, envolver as comunidades, as associações para resolver determinado problema de uma determinada região aqui do CIC, alguma questão socioambiental, acho que isso não acontece com tanta efetividade. Nesse aspecto de mobilização, de engajamento, de mobilizar agentes para problemas socioambientais, acho que é algo que possa ser melhorado por parte da prefeitura* (COLABORADOR K).

Fonte: Elaborado pela autora.

Outra questão proposta para as empresas foi se elas têm encontrado algum entrave na sua relação com a PMC no que se refere às iniciativas socioambientais que desenvolvem. Observa-se no Quadro 12 que a maior parte das empresas não tem encontrado dificuldade ao se relacionar com a PMC, à exceção da Aker

Solutions, que levanta a questão da inconstância na aproximação da PMC com a empresa, mediante a fala do colaborador A. Igualmente, o colaborador F, da empresa Denso, aponta que não há como encontrar entrave, porque não há comunicação entre PMC e empresa.

Quadro 12 - Entraves encontrados pelas empresas na sua relação com a Prefeitura Municipal de Curitiba ao desenvolver suas iniciativas socioambientais

Empresa	Entrave
Aker Solutions	*O entrave principal é o distanciamento entre a empresa e a Prefeitura. Iniciamos um projeto com a Prefeitura e no início da parceria ela esteve bem próxima da empresa, mas depois não tivemos mais contato. O que se pode perceber é que para iniciar o projeto eu tive bastante aproximação com a Prefeitura, mas que eles não tem assim uma constância pra dar continuidade ao relacionamento* (COLABORADOR A). *Não encontramos nenhum entrave* (COLABORADOR B).
Bosch	*Em relação ao projeto social não. Nós tivemos num primeiro momento a construção de relacionamentos, sem nenhuma dificuldade imposta e sim ela vem dando abertura, querendo é lógico, conhecer mais a fundo nossos projetos, para poder apoiar. Não podemos afirmar que temos dificuldade não, muito pelo contrário* (COLABORADOR C). *Na questão ambiental não, temos um bom diálogo com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente* (COLABORADOR D).
Denso	*Não. Ha uma abertura bem bacana por parte da PMC* (COLABORADOR E). *Que eu saiba não há comunicação então não dá nem para falar em entrave* (COLABORADOR F).
Furukawa	*Não temos dificuldade* (COLABORADOR G). *Não* (COLABORADOR H).
Volvo	*Não há entrave* (COLABORADOR I). *Não, não temos nenhuma dificuldade com isso, até porque os projetos tem como maior foco atender a comunidade do entorno e aí a participação da Prefeitura acaba sendo uma consequência ou efetivamente aderindo ao processo* (COLABORADOR J). *Do ponto de vista que envolve as nossas atividades aqui nesse relacionamento não temos nenhuma dificuldade* (COLABORADOR K).

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda, fez-se às empresas a seguinte pergunta: como a administração da cidade pode incentivar e contribuir para a maior eficiência nas iniciativas de RSA das empresas? E recolheu-se dos depoimentos levantados que diferentes questões podem ser trabalhadas no sentido de amadurecer a responsabilidade compartilhada entre Comunidade, Governo e Empresas pelos problemas socioambientais urbanos na CIC.

Para a Aker Solutions, a administração da cidade pode incentivar e contribuir para a eficiência da iniciativas de RSA das empresas da seguinte maneira: *"Estando mais próxima e vendo qual a necessidade da comunidade e como a empresa pode contribuir com isso e realmente fazer uma parceira, fazer uma aproximação com a gente"* (COLABORADOR A) e *"Envolvendo as empresas nos projetos da*

comunidade, tanto vizinhas quanto nos demais bairros da região de Curitiba" (COLABORADOR B).

O depoimento do coordenador geral do Instituto Robert Bosch traz à tona várias questões que podem ser melhoradas para otimizar o trabalho cooperativo entre empresas e governo municipal; questões estas elencadas a partir da experiência dos projetos em andamento no Instituto. Primeiramente, há uma afirmação incisiva do colaborador do Instituto sobre o fato de que a RSA tem de ser compartilhada, trabalhada em conjunto. E, na sequência, o depoimento enaltece o poder que os funcionários públicos municipais ligados diretamente ao atendimento comunitário tem, como agentes transformadores dessa comunidade, enfatizando a importância da profissionalização deles aliada à necessidade de maior inovação em processos por parte do poder público municipal.

> *Acho que não existe responsabilidade socioambiental da Bosch ou da Prefeitura. É aquilo que eu coloco sempre: são todos os agentes responsáveis por esse processo. Eu percebo a Prefeitura, primeiro ela facilitando a nossa atuação; segundo eu vejo muito a questão dos profissionais públicos que atuam nessas comunidades. A Prefeitura precisa investir no desenvolvimento dessas pessoas para que elas tenham um entendimento maior do papel delas como agente transformador dentro dessas comunidades: profissionais de educação, de saúde, de meio ambiente. Eu acho até que ela deveria propor programas de mudanças, principalmente no campo da inovação, que tem muitas coisas que vem acontecendo, todos os anos da mesma forma: a Prefeitura tem que ter essa preocupação com a inovação! Quem é a Prefeitura, perante a comunidade? são os administradores públicos, funcionários públicos que estão nas comunidades. A Prefeitura são essas pessoas que atuam. Se eles tiverem esse desenvolvimento com foco na inovação, eu acredito que a gente vai ter um desenvolvimento, uma atuação muito positiva* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

O colaborador D apresenta outro foco de sugestões sobre como a administração da cidade pode incentivar e contribuir para a maior eficiência das iniciativas de RSA das empresas: *"Eu acho que o primeiro passo seria o diálogo com as empresas, a elaboração de um fórum de discussão das questões ambientais com as empresas e um diagnóstico ambiental na visão da prefeitura e empresas, e a partir daí definir uma política"* (COLABORADOR D, BOSCH).

Os colaboradores da Denso assim se manifestaram a respeito desta questão:

> *Eu acredito que através da divulgação, através do marketing direto, da comunicação mais ativa, visita direta, wokshop deixando a empresa por dentro do que a prefeitura está desenvolvendo* (COLABORADOR E).

> *Como o governo municipal tem a divisão da cidade em regionais, ela poderia identificar os focos de necessidade da comunidade, onde há problemas socioambientais e aí solicitar a parceria por parte das empresas para que esses problemas sejam solucionados. Então nesse ponto, eu entendo que a prefeitura poderia agir, ou seja, identificar os focos de necessidade e propor às empresas que se voluntariarem que atuem na solução desses problemas* (COLABORADOR F).

Percebe-se no depoimento dos dois colaboradores da Denso, sobretudo do colaborador E, a necessidade de uma maior interação entre a PMC e as empresas. Essa é também a visão trazida pela empresa Furukawa, segundo a qual:

> *A Prefeitura deveria procurar conhecer os projetos das empresas desenvolvendo um trabalho em conjunto com as mesmas, fazendo uma troca de ideias, fazendo uma troca de experiências, tanto os projetos das empresas como os da prefeitura, para ver o que um pode agregar ao outro* (COLABORADOR G, FURUKAWA).

> *A prefeitura poderia trabalhar junto melhorando a infraestrutura da comunidade, do entorno, saneamento básico, coleta de lixo orgânico, de lixo que não é lixo, porque já que trabalhamos esses assuntos, se houvesse todo o outro lado da prefeitura seria bastante interessante. Como a base do nosso trabalho é de educação e saneamento, então se houver uma contrapartida da prefeitura no sentido de colocar saneamento básico no bairro, coleta de lixo, pois a gente orienta a separar os recicláveis seria muito bom* (COLABORADOR H, FURUKAWA).

Quanto à percepção da Volvo em relação à questão – como a administração da cidade pode incentivar e contribuir para a maior eficiência da iniciativas de RSA desenvolvidas pela empresa –, o colaborador I entende que a Prefeitura tem que ser parceira dos projetos; questão esta ampliada pelos colaboradores J e K, que assim se expressam:

> *Conhecendo as ações que são desenvolvidas; participando nessas ações; propiciando um clima de parceria entre os equipamentos que eles tem em torno das empresas e aquilo que as empresas realizam, para que em momento algum haja uma competição de ações ou de atividades, mas sim um*

> *alinhamento de propósitos, onde você pode trabalhar diferentes programas, todos eles, debaixo de um mesmo guarda-chuva, independentemente de serem desenvolvidos pela iniciativa privada ou pela iniciativa pública* (COLABORADOR J).

> *Olha, quando se fala em sustentabilidade, em programas nessa área socioambiental, acho que um princípio básico é o engajamento, o engajamento dos diversos atores, dos diversos agentes envolvidos em uma determinada problemática. Acho que isso é base para buscar a solução mais adequada, a solução que tenha o menor impacto possível na comunidade ou na empresa daquela determinada região. Então acho que deve sempre começar aí: melhorar o engajamento, o envolvimento, a mobilização dos diversos agentes na busca de soluções de uma maneira coletiva, não de uma maneira isolada* (COLABORADOR K).

Tais entendimentos se coadunam com o que destaca Burian (2006) sobre a necessidade de construir uma agenda comum para a responsabilidade socioambiental. Para o autor, um bom começo seria o trabalho conjunto que une a responsabilidade social das empresas com as políticas sociais.

Outra questão importante é averiguar junto às empresas que já vêm desenvolvendo iniciativas nesse sentido, se elas têm encontrado algum entrave no desenvolvimento de suas iniciativas, pois acredita-se que a experiência delas pode propiciar um aprendizado às empresas que estão iniciando suas iniciativas.

Na empresa Aker Solutions, quando seus colaboradores foram questionados sobre quais entraves a empresa tem encontrado no desenvolvimento de suas iniciativas de RSA, eles assim se posicionam: *"Para o perfil de projeto que a Aker tem executado hoje, não encontramos entraves"* (COLABORADOR A) e o colaborador B assinala que: *"A dificuldade são as parcerias, a gente às vezes fica em dúvida em quem procurar, qual o caminho correto, falta as vezes até indicações da própria Prefeitura".*

No depoimento do Instituto Bosch relativo a essa questão, vários entraves são sinalizados nas entrelinhas pelo colaborador C:

> *Como a gente depende muito do trabalho voluntário dos profissionais que atuam nos equipamentos existentes na comunidade do entorno, acho que seria o envolvimento desse profissional. Necessitamos do comprometimento dele. O maior investimento da Prefeitura no desenvolvimento desse profissional contribuiria com várias questões, entre as quais, a melhor atuação dele dentro de programas socioambientais, como o nosso, por exemplo. A questão das estruturas da comunidades também acaba sendo um complicador, porque muitas vezes a gente quer levar mais projetos de contraturno, e a escola não tem espaço físico e estrutura adequada para atender essa criança. Hoje, por exemplo, toda escola, só tem uma quadra poliesportiva, como tem uma demanda de aulas de educação física, eu não consigo colocar mais projetos de esportes dentro dessas escolas, então precisaria ter uma*

> *estrutura maior para atender esses projetos. Outra questão é a consciência da comunidade, no sentido de entender que tudo o que existe lá é deles. A necessidade de maior conscientização do jovem, para que ele busque o seu desenvolvimento. Nós oferecemos cursos, oferecemos oficinas e teatro e muitas vezes o jovem não vem, não desperta o interesse. É preciso fazer um trabalho de conscientização desse jovem pra que ele busque ter mais conhecimento, se desenvolva, trabalhe em grupo e tenha responsabilidade. O jovem precisa ter esse sentimento de responsabilidade, pra que no futuro ele seja um agente transformador na comunidade em que ele vive, sendo protagonista de sua vida* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

Também o colaborador D, da empresa Bosch, enfatizou a falta de comprometimento das pessoas como um desafio ao desenvolvimento das iniciativas de RSA, além de questões econômicas. Segundo ele: *"A empresa tem um desafio sempre que surge uma situação nova. E sempre que surge uma situação desafiadora, o desafio é o envolvimento e comprometimento das pessoas e enquadramento da solução técnica dentro da nossa matriz econômica"* (COLABORADOR D).

Tanto o colaborador E quando o F, entrevistados na empresa Denso, afirmam que a empresa não enfrenta dificuldades para realizar suas iniciativas de RSA. Já os colaboradores da empresa Furukawa relacionam dois entraves: *"A falta de comprometimento da família dos participantes das ações desenvolvidas"* (COLABORADOR G) e o outro entrave é apontado pelo colaborador H que afirma que:

> *Na verdade, tivemos que adaptar as questões ambientais ao dia a dia das crianças ou do meio aonde eles vivem. Então o que adianta a gente estar falando de coleta seletiva se eles nem têm coleta de lixo? Então a gente teve que adaptar todo o nosso trabalho, a partir de conceitos bem básicos mesmos, até chegar onde a gente pretendia chegar* (COLABORADOR H, FURUKAWA).

Segundo o colaborador I, ligado à Volvo, a empresa não encontra nenhum entrave ao realizar suas iniciativas de RSA pois *"A gente tem uma direção/ administração da empresa que respalda todas as nossas ações com bastante vontade. Nós não temos dificuldades nesse sentido"*. Em que pese o apoio da administração a essas iniciativas, os colaboradores J e K relatam algumas dificuldades sentidas pela empresa ao longo do percurso:

> *Não posso dizer que a gente tenha assim grande dificuldade que nos impeça de realizar o sonho a que nos propomos que é ajudar essa comunidade. A maior dificuldade que todo mundo vive, hoje, com certeza, é a limitação de recursos. Chega um momento que você não consegue assumir o papel efetivo do Estado ou ir além daquilo que as possibilidades permitem. Mas se*

> *você acredita, e acho que esse é o grande segredo, você tem que tentar concretizar esse sonho de alguma forma inovadora, de uma forma que você, com os recursos limitados que tem, possa no mínimo, atingir teu objetivo básico, que é gerar uma condição socioambiental futura melhor para a comunidade* (COLABORADOR J, VOLVO).

> *Quando a empresa inicia algum programa voltado ao aspecto socioambiental, ela tem que ser extremamente persistente, porque é o tipo de ação que não traz um resultado imediato e isso demanda tempo. Envolve o desenvolvimento de uma nova cultura, desenvolvimento de um novo olhar, desenvolvimento de pessoas e isso precisa de tempo. Não é como você colocar em linha de produção algo e que depois de algumas horas ou depois de determinado período você já vai ter um resultado concreto. Quanto mais amadurecida é a liderança da empresa nesse aspecto, mais facilmente a gente consegue trabalhar, ter recursos e persistir em um determinado objetivo. A Volvo é bastante amadurecida nesse aspecto, mas é nosso papel mobilizar as lideranças de uma maneira constate para que essa percepção de que programas socioambientais precisam realmente de tempo, de amadurecimento, de realização para que lá na frente, somente após determinado período, apresente o resultado esperado* (COLABORADOR K, VOLVO).

No Quadro 13 pode-se visualizar a autoavaliação que as empresas fazem de suas iniciativas de RSA. Verifica-se que todos os colaboradores atribuíram nota igual ou maior que 7 a todas as questões propostas, enquadrando a atuação da empresa no mínimo como boa. No que diz respeito à qualidade do diálogo que as empresas mantêm com a comunidade, a única empresa que acredita que seu diálogo com a comunidade é ótimo é a Denso. Em todas as outras empresas, pelo menos um colaborador acredita que o diálogo com a comunidade é bom. Mesmo as empresas Bosch e Volvo, que declararam, como visto anteriormente, que fizeram mapeamento com a comunidade, ouviram a comunidade e trabalham diretamente com ela, não consideram que a qualidade do diálogo seja ótimo. Já a transparência da empresa quanto aos critérios de escolha dos projetos de RSA desenvolvidos na comunidade é predominantemente considerada ótima para todos os colaboradores em todas as empresas, à exceção do colaborador E, da Denso, e do colaborador K, ligado à Volvo, que consideram a transparência da empresa boa em termos de divulgação de tais critérios de seleção. Quanto às medidas adotadas pela empresa para gerir seus impactos socioambientais na comunidade, os colaboradores da Furukawa e Volvo qualificam como ótimas as medidas adotadas pela empresa. Quanto à qualidade dos projetos de RSA desenvolvidos na comunidade, apenas nas empresas Bosch, Denso e Furukawa, não há discordância na avaliação dos colaboradores, sendo considerada como ótima por todos. Quanto à divulgação dos projetos de RSA

desenvolvidos na comunidade, à exceção da empresa Furukawa, em todas as demais essa categoria foi avaliada pelos seus colaboradores como boa, não como ótima, sugerindo que a divulgação desses projetos na comunidade pode ser melhorada. E, finalmente quanto aos benefícios gerados pelos projetos de RSA à comunidade, também à exceção da Furukawa, em todas as demais, pelo menos um colaborador qualificou a atuação da empresa como boa nesse sentido, sinalizando que pode ser melhorada ainda mais. Destaca-se que em todas as empresas e em todas as categorias não houve notas abaixo de 7, o que denota que as empresas consideram que sua atuação é no mínimo boa no que se refere à forma como vem desenvolvendo suas iniciativas de RSA.

Quadro 13 - Autoavaliação das empresas a respeito de suas iniciativas de responsabilidade socioambiental

Categoria	**Empresa**	**Avaliação dos colaboradores**										
		A	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**I**	**J**	**K**
Diálogo da empresa com a comunidade/lideranças sobre os problemas gerados pela empresa que afetam direta ou indiretamente a comunidade.	Aker Solutions	7	10									
	Bosch			7	7							
	Denso					10	10					
	Furukawa							7	10			
	Volvo									10	7	7
Transparência quanto aos critérios de escolha dos projetos de RSA desenvolvidos na comunidade.	Aker Solutions	10	10									
	Bosch			10	10							
	Denso					7	10					
	Furukawa							10	10			
	Volvo									10	10	7
Medidas adotadas pela empresa para gerir seus impactos sociais e ambientais na comunidade.	Aker Solutions	7	7									
	Bosch			7	7							
	Denso					7	10					
	Furukawa							10	10			
	Volvo									10	10	10
Qualidade dos projetos de RSA desenvolvidos na comunidade.	Aker Solutions	7	10									
	Bosch			10	10							
	Denso					7	7					
	Furukawa							10	10			
	Volvo									10	7	7
Divulgação dos projetos de RSA desenvolvidos na comunidade.	Aker Solutions	7	7									
	Bosch			7	7							
	Denso					7	7					
	Furukawa							10	10			
	Volvo									7	7	7
Benefícios gerados pelos projetos de RSA à comunidade.	Aker Solutions	10	7									
	Bosch			7	7							
	Denso					10	7					
	Furukawa							10	10			
	Volvo									7	10	7

Fonte: Elaborado pela autora.

Notas: 1: 0 = Desconheço 1= péssimo 3=ruim 7= bom 10= ótimo.

2: O colaborador D da Bosch solicitou que fosse repetida em sua avaliação, a mesma nota atribuída pelo Instituto Robert Bosch para todas as questões propostas, justificando que, as questões de ligação com a sociedade não está no escopo das suas atividades dentro da empresa, mas diretamente ligadas ao Instituto Robert Bosch.

A comunicação das empresas com seus *stakeholders* é uma questão importante no desenvolvimento das iniciativas de RSA. Frey (2003, p.185) lembra que: "Sem canais de comunicação que proporcionem às organizações comunitárias condições favoráveis para se engajar nas questões públicas, o capital social dificilmente pode ser mobilizado em prol da promoção do bem comum".

Dreher, Souza e Ullrich (2007, p.58) consideram que ao se conhecer as estratégias quanto à responsabilidade social, tanto as companhias do setor privado quanto as do setor público têm a oportunidade de criar uma interface de comunicação, de modo que se possa avaliar suas respectivas necessidades e demandas.

Izquierdo e Vicedo (2011) apontam que um dos principais problemas que os *stakeholders* enfrentam é a falta de informações fornecidas pelas companhias sobre suas práticas. Nesse aspecto a publicação da Comunidade Europeia (2011, p. 13) reforça que a divulgação de informações de índole social e ambiental, pode facilitar o diálogo com as partes interessadas e a identificação de riscos materiais para a sustentabilidade, sendo também um elemento importante da responsabilização que pode levar o público a confiar mais nas empresas.

Frente a isso, outra questão proposta para as empresas foi: quais os canais de relacionamento ativos da empresa com a comunidade? Segundo o colaborador A da Aker Solutions: *"O canal de relacionamento com a comunidade são os contatos com os líderes de associação e das próprias instituições que hoje a gente faz um trabalho em parceria"*. O colaborador B complementa a resposta à questão focando os canais de relacionamento da empresa com o público interno:

> *Temos dois cartões de segurança: um cartão de segurança e meio ambiente, através do qual o funcionário compartilha alguma situação errada que observou e o que fez para corrigi-la e alguma ferramenta que desenvolveu para melhorar um processo ou produto e o cartão com o fale com a direção, que é usado quando algum funcionário quer expor alguma ideia ou sugestão diretamente ao presidente da empresa* (COLABORADOR B, AKER SOLUTIONS).

Na Indústria Robert Bosch, os dois colaboradores entrevistados acreditam que os principais canais de comunicação da empresa com a sociedade são o Instituto Robert Bosch, o voluntariado Bosch e a área de recursos humanos da empresa. Assim se expressam os dois colaboradores:

> *O Instituto Robert Bosch acaba sendo o principal canal de comunicação com a comunidade e o voluntariado é um ponto muito forte desse relacionamento. Todos nós, tanto do Instituto Robert Bosch, como do RH da Bosch, fazemos muitas contratações dentro dos bairros em que nós atuamos. Nós temos muitos colaboradores hoje que são da Vila Verde e Barigui, então acaba tendo uma aproximação muito forte com a comunidade* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

> *Nós temos o Instituto Robert Bosch e depois temos a nossa área de recursos humanos, que tem seus canais com entidades, assim como nós na área ambiental também temos canais com entidades como a Fiep, como a Secretaria do Meio Ambiente, então esses são canais mais oficiais que os departamentos dentro do seu tipo de atividade desenvolvem* (COLABORADOR D, BOSCH).

O voluntariado também é um canal de comunicação com a comunidade na indústria Denso, pois, segundo o colaborador E, a empresa tem um grupo de voluntários que visita a comunidade, as escolas, as lideranças e secretarias, por intermédio do qual são feitas a divulgação e os relacionamentos da empresa com a comunidade (COLABORADOR E). Outro canal de comunicação da Denso com a comunidade do entorno é mencionado pelo colaborador F:

> *O canal de comunicação da Denso com o entorno é o formulário canal verde, onde qualquer pessoa da comunidade do entorno pode preencher esse formulário e o mesmo é repassado à administração da empresa. Também no website da empresa, as pessoas podem colocar ali suas sugestões ou reclamações* (COLABORADOR F).

Quanto ao canal de comunicação da Furukawa com a comunidade, segundo os colaboradores G e H, ele está centrado em duas escolas da comunidade. Nas palavras do colaborador G: *"Qualquer coisa que tanto a empresa precise da comunidade quanto a comunidade precise da empresa o canal de comunicação são essas escolas"*. O colaborador H menciona também o Fale com a Furukawa, um canal ativo com a sociedade em geral.

Segundo os três colaboradores entrevistados na empresa Volvo, o canal mais forte de relacionamento com a comunidade é o Centro Volvo Ambiental:

> *A gente tem o linha direta Volvo, que por e-mail eles encaminham para nós as solicitações. Temos o Centro Volvo Ambiental que interage diretamente com a comunidade. E, também temos outros canais ativos de relacionamento: ESCOLAS, CRAS, CREAS, IGREJAS, FAS, IPCC* (COLABORADOR I, VOLVO).

> *Nosso maior canal de relacionamento com a comunidade é o Centro Volvo Ambiental e temos também os Fóruns em que fazemos reuniões com essa comunidade, com postos de saúde, diretoria de escolas e pedagogos* (COLABORADOR J, VOLVO).

> *O relacionamento bastante forte com a comunidade do entorno é feito através do Centro Volvo Ambiental, com várias atividades, oficinas de empreendedorismo que beneficiam diretamente a comunidade do entorno.* (COLABORADOR K, VOLVO).

Como foi abordado no artigo 2, a CIC congrega múltiplos problemas socioambientais decorrentes de sua ocupação desordenada, sendo que as próprias empresas têm conhecimento dessa realidade, cuja síntese foi apresentada no Quadro 18. Diante disso, buscou-se levantar a percepção das empresas sobre quais são as questões-chave para solucionar os problemas da Cidade Industrial de Curitiba.

Os colaboradores da Aker Solutions apontam como questão-chave a necessidade de uma maior aproximação da Prefeitura com a realidade da comunidade.

> *Se a Prefeitura se aproximasse um pouco mais e conseguisse estar realmente vendo as necessidades de educação, saúde, poderia ter mais escolas ou as mesmas escolas sendo revitalizadas com a criação de contraturnos. Equipamentos públicos, praças iluminadas, acabar com esses campos, esses bosques que tem hoje e que servem somente para que seja feita disseminação de violência e de drogas lícitas e ilícitas* (COLABORADOR A, AKER SOLUTIONS).

> *A Prefeitura estar mais atuante aqui na região, vendo os problemas e também solucionando ou até mesmo solicitando ajuda para as empresas de como solucionar esses problemas* (COLABORADOR B, AKER SOLUTIONS).

O depoimento dos colaboradores da Bosch caminha na mesma direção, assinalando como questão-chave a necessidade de ser revisto o planejamento urbano da CIC. Ao analisar o conteúdo do depoimento do colaborador C, do Instituto Robert Bosch e do colaborador D, da Bosch, é possível perceber os contrastes de Curitiba como cidade referência em planejamento urbano. Os dois depoimentos endossam o pensamento de Moura e Kleinke (2013, p.6), quando estes afirmam que "Curitiba é a cidade pólo de uma área metropolitana bastante heterogênea que em nada se assemelha à qualidade de sua infra-estrutura urbana e aos seus elementos urbanísticos", com a ressalva de que a CIC é um bairro de Curitiba. Ficam mais presentes também as ideias de Lima (2007), quando fala sobre a hierarquização dos

espaços na cidade de Curitiba e questiona o "pensamento único" sobre a positividade que cerca a imagem da cidade de Curitiba (Arantes, 2000). E reconhece o que observou Busarello (1988, p.11): "O desequilíbrio entre o centro, dotado de infra-estrutura e a periferia, destituída de equipamentos, constitui uma característica antiga e permanente da cidade de Curitiba". Assim se expressaram os dois colaboradores:

> *Muitas comunidades aqui no CIC começaram de forma desordenada. Tem que começar pela questão urbana. O planejamento urbano público tem que retomar isso muito forte. Acho que emprego tem aqui no CIC, mas as pessoas tem que se qualificar profissionalmente com as novas tecnologias – esta é uma área em que a gente atua bastante. A própria comunidade ela trabalhar aqui mesmo, não sair do CIC, para acabar se deslocando para outra comunidade. Aumentar os investimentos públicos na questão ambiental: preservar as áreas verdes e desenvolver novos espaços e cuidar dos existentes; arborizar as comunidades. O CIC não é muito verde, é muito concreto. Não tem plantio de árvores nas ruas, como a gente vê em outros bairros da cidade, então o CIC é um pouquinho diferente. Se você sai de um bairro mais antigo e vem para o CIC parece que você está em outro local, aqui não tem muito a questão das áreas verdes* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

> *A CIC, a gente percebe que ela soa um pouco atípica em relação às demais áreas de Curitiba. Quando a gente fala de Curitiba, logo se tem em mente aquela questão de uma cidade planejada, uma cidade limpa, com infraestrutura e tudo mais. Devido à questão de um crescimento desordenado em termos habitacionais, é uma área que requer um cuidado maior, em primeiro lugar, com infraestrutura e talvez um incentivo maior para que essas áreas estejam ambientalmente no mesmo nível de outras áreas da cidade. Como fazer isso realmente não é o meu foco e eu não sei como responder, mas eu sinto que existe essa diferença e que isso tem que buscar ser tratado no mesmo nível* (COLABORADOR D, BOSCH).

Quanto às questões-chave pontuadas pela empresa Denso para solucionar os problemas da CIC, o foco recai na melhoria da comunicação entre empresas, governo e sociedade, bem como na gestão efetiva dos resultados das ações.

> *Entendendo que essa interação entre governo, prefeituras, entidades, secretarias e empresas tem que criar ferramenta que sejam divulgadas para que todos tragam ideias. Eu vejo que muitos dos problemas ambientais que acabam influenciando na vida das pessoas são pouco divulgados. A pessoa precisa ter consciência do que impacta na vida dela; do preço da não preocupação com a questão socioambiental; tem que ser dado mais palestras; tem que ser divulgado índices; tem que ter uma boa comunicação* (COLABORADOR E, DENSO).

> *Quando a gente fala em solução de problemas a gente está falando em realmente haver uma gestão, um monitoramento. Muitas vezes é atacado o efeito do problema e não é atacada a causa. É importante identificar a causa e a partir de então, desenvolver ações voltadas ao combate dos problemas. Isso vai precisar de um acompanhamento verdadeiro para ver se essas ações vão sendo realizadas ao longo do tempo, vai ter que se determinar as responsabilidades pela execução e pelo acompanhamento das ações – essas são as questões-chave* (COLABORADOR F, DENSO).

Para a indústria Furukawa, as questões-chave para solucionar os problemas da CIC são: a ampliação de políticas públicas, o aumento da atuação das empresas junto à comunidade e maior interação entre empresa, governo e comunidade por meio do trabalho cooperativo.

> *Ampliação das políticas públicas, uma maior participação das empresas que estão ao redor dessa comunidade, porque aqui na Cidade Industrial temos um número grande de empresas e, pelo nosso conhecimento, um número mínimo de empresas que atuam com a comunidade, que buscam ajudá-las. Uma interação também do poder público com a comunidade e com as empresas buscando solucionar os problemas da CIC* (COLABORADOR G, FURUKAWA).

> *Reunir as três esferas: comunidade, indústria e governo para trabalharem juntos, melhorando as condições de saneamento básico, infraestrutura e educação nas escolas* (COLABORADOR H, FURUKAWA).

Ampliar o diálogo com a comunidade, mapear as partes interessadas em resolver os problemas da CIC, ranquear os problemas por prioridade, escutar a comunidade, estabelecer um plano de ação envolvendo todos os atores que podem ajudar a resolver esses problemas, eleger projetos de longo prazo e ampliar o diálogo entre empresas governo e comunidade são as questões-chave para solucionar os problemas da CIC identificadas no conteúdo dos depoimentos dos colaboradores da empresa Volvo, que assim se posicionam:

> *O diálogo é uma questão-chave. Sempre que a gente desenvolve ações na comunidade, a gente espera dela um retorno. Nós não temos como premissa dar as coisas prontas para a comunidade. A gente quer que eles façam a parte deles, então nosso papel é propiciar condições para que eles se desenvolvam. Então quando a gente fala que nós temos lá nosso curso de artesanato, nosso curso de cabeleleiro, de corte e costura, de pet work – são ações que a gente desenvolve esperando que eles aprendam uma atividade para que eles possam usar essa atividade na sua casa para por exemplo, aumentar a sua renda e melhorar a sua qualidade de vida. A gente entende assim que a comunidade tem muito a crescer nesse sentido, porque eles estão sempre recebendo as coisas prontas e quando a gente vai lá e*

> *propõe atividades que precisa de uma parceria com eles, por vezes não é bem interpretado, eles entendem que a empresa poderia fazer mais por eles. E a gente quer o contrário: a gente quer que eles se desenvolvam, que eles se tornem críticos, que eles aprendam, para que eles possam buscar o que deles é de direito* (COLABORADOR I, VOLVO).

> *Eu vejo que o mais importante hoje seria mapear quem são as partes interessadas em resolver esses problemas. Segundo, levantar quais são efetivamente esses problemas e ranqueá-los no sentido de, de estabelecer o que é prioridade. Terceiro, escutar essa comunidade, pra entender como ela vê. Muitas vezes nós fazemos uma leitura que não é exatamente a leitura dessa comunidade, então nós precisamos entender o que a comunidade tem como dificuldade. A partir disso, estabelecer um plano de ação envolvendo todos esses atores sociais que podem ajudar a solucionar esses problemas. Acima de tudo, precisamos ter projetos que não tenham início e fim em mandatos ou ações que geram impactos a curto prazo, porque normalmente elas são políticas, eleitoreiras e não realmente uma política de sustentabilidade social. Então é importante que se levante quem são esses atores, quais são os problemas efetivos que a comunidade enfrenta e que se crie planos de ações, mas que acima de tudo, se busque efetivamente a solução do problema, sem outro objetivo que não o desenvolvimento socioambiental dessa comunidade* (COLABORADOR J, VOLVO).

> *Acho que maior diálogo e maior engajamento entre governo, empresas e comunidade. Diálogo e engajamento é a essência de tudo* (COLABORADOR K, VOLVO).

No entendimento de Daher (2006, p.104), tem sido notório que as parcerias e a responsabilidade compartilhada substituem as relações tradicionais nos negócios. E, segundo Silva (2006, p.14): "[…] a postura de cooperação e integração de iniciativas é um valor muito presente nas sociedades mais desenvolvidas e democráticas e nas empresas mais modernas e competitivas". Levando em conta essas colocações, procurou-se averiguar como as empresas veem a ideia de operacionalizar suas iniciativas de RSA em parceria com os programas da PMC.

Ao analisar os depoimentos dos colaboradores da Aker Solutions, a ideia é bem-vinda para a empresa: *"Com certeza vemos a ideia como positiva, mas pra isso a Prefeitura teria que estar mais atuante"* (COLABORADOR A). *"A gente vê com bons olhos e a empresa está com as portas abertas para isto"* (COLABORADOR B).

O Instituto Robert Bosch mostra-se enfaticamente favorável a respeito do trabalho em parceria nas iniciativas socioambientais que a Bosch desenvolve, reforçando a necessidade dessa cooperação a partir de alguns exemplos:

> *Eu acho que é fundamental essa relação, porque não existe uma coisa que é da Bosch ou é da Prefeitura, ou é da comunidade, eu acho que é de todos. Se não tiver um engajamento de todos, acho que não vamos conseguir, então a ideia de parceria é muito importante em várias questões: a questão da saúde, da educação, do saneamento básico, buscar construir isso de uma forma planejada. A CIC precisa investir no jovem. Nós temos aqui 45 a 50% da população da CIC é jovem. Há necessidade de conscientizar o jovem sobre o risco das drogas, a necessidade de qualificação profissional, para ele poder ser o protagonista de sua vida. O jovem é o futuro do CIC e eu acho que 80% desses jovem vão ser moradores de longo prazo do CIC, então investir nesse jovem para ter consciência ambiental, consciência do seu mundo e que ele pode ser feliz aqui* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

O colaborador D, da empresa Bosch, assim se manifesta: *"Como essa questão socioambiental em parceria com órgãos públicos é focado mais pelo Instituto Robert Bosch, fica a resposta para o Instituto"*.

A ideia de desenvolver as iniciativas de RSA em parceria com o governo municipal é bem vista também pela Denso, pois segundo o colaborador E: *"A empresa está aberta a parcerias"* e na percepção do colaborador F: *"A tendência é de que se um organismo oficial solicitar ajuda da empresa na solução de um problema é a de que a empresa vai participar e de forma positiva"*.

Os colaboradores da Furukawa assim se expressam sobre a ideia de trabalhar em parceria com o governo municipal:

> *A prefeitura de Curitiba desenvolve projetos, programas com a comunidade, mas acreditamos que ela deveria vir buscar mais subsídios e parcerias com as empresas para melhorar as ações que ela desenvolve na comunidade e a gente vê com bons olhos essa parceria* (COLABORADOR G, FURUKAWA).

> *Na verdade, trabalhamos com duas escolas carentes da região, então a gente vê com bons olhos isso, inclusive a fase 3 do projeto, a gente tem um convênio com o SESI e o SENAI, para a formação de algumas crianças* (COLABORADOR H, FURUKAWA).

A empresa Volvo, representada por três colaboradores, é favorável às parcerias com o governo municipal no desenvolvimento de suas iniciativas de RSA, demonstra que já vem adotando tal postura e que o resultado é positivo:

> *Eu vejo com bons olhos. Sempre que é possível fazer isso, a gente procura fazer. Quando nós trabalhamos com as escolas, com o Cras, com as unidades de saúde, a gente entende que a empresa já faz essa parceria.* (COLABORADOR I, VOLVO).

> *A empresa vê com bons olhos e pratica isso. Mas ainda vejo que a nossa relação com a Prefeitura, com os programas desenvolvidos pelos governos municipais, estaduais, eles são relativamente pontuais em relação à Volvo como uma das poucas empresas que faz isso. Nós precisaríamos ampliar as ações, não só nós continuarmos fazendo, mas também trazer outros parceiros nesse projeto e ampliar com certeza as comunidades atendidas. Se cada empresa fizer algo pela sua comunidade do entorno e a Prefeitura efetivamente estiver alinhada a esses projetos, com certeza a operacionalização e as iniciativas serão maiores. A Volvo tem sido de alguma forma exemplo para esses projetos da forma como tem ocorrido. Se nós pegarmos como exemplo, o projeto Capoeira, que atende a 200 crianças do entorno, o programa é um sucesso, vale a pena!* (COLABORADOR J, VOLVO).

> *É uma excelente ideia. Em alguns pontos a gente tem feito e contribuído em vários aspectos e é claro que essa sinergia pode aumentar. Então eu vejo positiva as parcerias* (COLABORADOR K, VOLVO).

A participação da comunidade nas iniciativas de RSA, desde o esclarecimento de suas demandas à participação nos fóruns e participação efetiva nos projetos a ela oferecidos, é fundamental. No subcapítulo as relações da empresa com a comunidade observou-se a importância da participação comunitária nas iniciativas de RSA. Como salientam Morais e Costa (2010, p.17), é necessário pensar numa mudança da cultura do desenvolvimento, com vistas a que uma comunidade deixe de ser vista como um ator passivo e se converta no responsável pela construção de sua própria história. Nesse aspecto, a falta de engajamento da comunidade influencia, sobremaneira, nos resultados dessas iniciativas. Como afirma Sève (1997, p.50): "Quer o meça, quer não, e ainda que de modo muito modesto, cada indivíduo singular é assim responsável pelo presente e pelo futuro da nossa humanidade comum". A participação comunitária é colocada como fundamental para o desenvolvimento humano, pois de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano:

> A menos que as pessoas possam participar significativamente nos acontecimentos e processos que moldam as suas vidas, as vias de desenvolvimento humano no plano nacional, não serão nem desejáveis nem sustentáveis. As pessoas devem poder influenciar as decisões políticas e os resultados e os jovens em particular, devem poder ter a expectativa de maiores oportunidades económicas e de participação e responsabilização políticas (PNUD, 2013, p.6).

Também Putnam (2000) destaca a importância da existência de uma comunidade cívica como determinante do desenvolvimento econômico, representando

um importante capital social a ser usado pelas empresas e pelos governos em favor do desenvolvimento social.

Sendo a participação comunitária tão importante, buscou-se levantar junto às empresas em estudo a visão delas sobre o nível de participação da comunidade da CIC quando ela é demandada a participar de algum evento ou projeto socioambiental oferecido pela empresa.

A Aker Solutions, a respeito da participação comunitária em suas iniciativas socioambientais, relata que: *"É uma comunidade bastante participativa. Já tivemos aqui algumas ações que a comunidade participou, onde teve quórum bem significativo e o feedback foi bem positivo"* (COLABORADOR A). A área ambiental da empresa faz o seguinte comentário: *"Os projetos realizados na parte de meio ambiente são mais internos, relacionados com os funcionários do que externamente, com a própria comunidade"* (COLABORADOR B).

A indústria Bosch afirma que a comunidade da CIC é participativa, mas aponta a necessidade de a comunidade melhorar o seu nível de participação nas conferências, fóruns e comitês a ela direcionados:

> *É participativa, mas ainda tem um campo aí que precisa ser melhorado. É aquilo que eu falei, a consciência da comunidade, acho que hoje é muito maior do que há dez anos atrás, sim, mas ainda precisa ser melhorada, porque a gente percebe alguns programas, alguns campos em que a gente atua, tem uma participação maior, outros, tem menos interesse, mas enfim, a gente precisa ter uma participação maior, e isso é o grande desafio nosso: trazer a família para a escola, envolver a comunidade na questão das conferências locais de saúde, de participar desses comitês de saúde da comunidade. Nós do Instituto Robert Bosch, procuramos participar dessas conferências, desses comitês locais, até para mostrar que nós estamos juntos com a comunidade. É uma forma de se aproximar da comunidade e dela perceber que é importante que ela participe também* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

> *Como eu não patrocino nenhum evento que envolva a comunidade, também não consigo te dar essa resposta, fica a questão para o Instituto Robert Bosch* (COLABORADOR D, BOSCH).

Os colaboradores E e F da indústria Denso e G e H da indústria Furukawa afirmaram que a comunidade da CIC é participativa, não tecendo nenhuma consideração adicional. Já a indústria Volvo declara por intermédio de seus três colaboradores que a comunidade da CIC é uma comunidade participativa, entretanto os três colaboradores acrescentam uma justificativa à questão.

O colaborador I alega que a participação só ocorre quando é conveniente para as pessoas:

> *A participação da comunidade está relacionada ao objetivo do projeto: se é interessante para mim, eu vou, se não tem interesse para mim, eu não participo. Eu vejo que a gente tem que caminhar muito em relação a isso. Quando a gente fala no coletivo, isso é incipiente. Então as pessoas precisam aprender que essa ação, esse projeto vai melhorar o todo e que ao melhorar o todo, melhora para elas também. Faz parte da educação. É um desenvolvimento. É um crescimento. É essa a parte crítica que ainda falta às pessoas* (COLABORADOR I, VOLVO).

Essa forma de se posicionar da comunidade evidenciada no relato do colaborador I demonstra aquilo que Signates (2013, p.1) explica: a experiência coletiva, que invade tanto as instituições sociais quanto os espaços privados do mundo da vida, constrói-se dentro de uma moral egoísta.

Ao abordar a experiência de gestão compartilhada dos problemas socioambientais em Chattanooga no Tennessee, Bowen (2010, p.3) demonstra que o sucesso do Programa Visão 2000 ocorreu porque, em vez de ser desenvolvido um plano pelo governo e pelas empresas e depois pedir aprovação da comunidade, o plano de recuperação urbana da cidade foi desenvolvido a partir de ideias que germinaram nas reuniões com a comunidade. Essa visão da importância do diálogo com a comunidade para mapear suas necessidades relatada por Bowen é também relatada pelo colaborador J, Gerente de saúde, segurança e meio ambiente da Volvo. Esse colaborador, ressalta que a participação da comunidade do CIC nas iniciativas que a empresa promove é alta, porque foi a própria comunidade que apontou suas necessidades por meio do mapeamento feito pela empresa:

> *Nós não desenvolvemos nada que não tenha sido mapeado com a comunidade a necessidade dela. E, aí quando você busca levantar na comunidade quais são suas necessidades e não nós levarmos para eles aquilo que nós achamos que é a necessidade deles, quando você inverte o caminho, a participação é muito maior, porque a comunidade se sente valorizada em ser consultada. Muitas vezes a gente acha que segurança seria o maior problema da Vila de São José do Passaúna, que é nossa comunidade, e a pesquisa apontou que a necessidade maior era outra: era a questão do esgoto a céu aberto e do lixo abandonado nas ruas. Eram muito mais questões ambientais, do que questões de segurança e de trabalho. E, foi nesse sentido, que a gente pôde trabalhar: ajudando a conservar escola, participando com alguns projetos na própria escola, trabalhando o teatro com as crianças, de uma forma bem lúdica, as questões ambientais e foi isso que nos permitiu hoje dizer que: quando nós temos algum projeto, o nível da participação da comunidade é alto, porque partiu dela mesma o levantamento das necessidades que ela tinha* (COLABORADOR J, VOLVO)

E o colaborador K destaca a importância da persistência da empresa em envolver a comunidade em tais iniciativas, pois, segundo ele, a adesão da comunidade é lenta e só aumenta o engajamento à medida que os resultados vão aparecendo.

> *Em todo o trabalho que é iniciado não há uma adesão rápida. Isso acontece acho que de uma forma gradativa, por isso que persistência da empresa em comunicar, em envolver a comunidade para qualquer que seja o seu programa na área socioambiental é extremamente importante, porque sempre há, sim, uma certa resistência, uma apatia inicial, mas a gente percebe que conforme as ações vão sendo realizadas e os resultados aparecendo, o envolvimento vai ser tornando cada vez maior, é um processo gradativo* (COLABORADOR K, VOLVO).

Esse ponto de vista do colaborador K, ligado à empresa Volvo, sobre a importância de a empresa ser persistente e se esforçar no sentido de aumentar o engajamento da comunidade nas suas iniciativas de RSA, é igualmente encontrado como já visto no depoimento do colaborador C, Coordenador regional do Instituto Robert Bosch, que também evidenciou a importância de aumentar a consciência da comunidade em relação à participação, não somente nas iniciativas realizadas pelo Instituto, como também em Conselhos e fóruns de discussão a ela pertinentes.

Em prosseguimento à análise proposta, outra questão levada aos colaboradores das empresas foi: é possível conciliar lucro com responsabilidade socioambiental?

A esse respeito, Abramovay (2012, p.186) afirma que: "A reinserção da ética na economia é um dos mais vigorosos movimentos das ciências sociais no fim do século 20". E, conforme se trabalhou no artigo 4 desta tese, diante da crescente demanda pela incorporação de princípios éticos nos negócios, há uma reconfiguração do papel da empresa na sociedade contemporânea, sendo que a geração de lucros aos acionistas, tese defendida por Friedman (1970), já não é mais suficiente para explicar a função da empresa na sociedade. Nesse sentido, é fundamental, como propõem Porter e Krammer (2011), que a empresa crie valor compartilhado à sociedade, o que envolve a geração de valor econômico de forma a criar também valor para a sociedade por meio do enfrentamento de suas necessidades e desafios. Essa noção coloca a RSA como uma questão-chave para a atuação das empresas. Na percepção de Wheeler, Colbert e Freeman (2003, p.2), a criação de valor é a força motriz fundamental das economias de mercado.

Branco e Martins (2007) demonstram que na sociedade existe uma preocupação crescente de se analisar a empresa também como uma instituição social. Isso explica o fato de os consumidores passarem a eleger empresas e marcas não apenas com base na qualidade ou no preço de seus produtos, mas também com base na qualidade das relações que as organizações estabelecem com a sociedade e com o meio ambiente (questão esta, retomada no artigo 5 quando se discute que a RSA é um imperativo para a sua sustentabilidade). O fato é que: "As empresas, entendidas como unidades fundamentais no contexto global, são cada vez mais desafiadas a aplicar princípios éticos e a responsabilizar-se por atos relacionados direta ou indiretamente com os problemas da sociedade" (GRIESSE, 2003, p.34).

Acredita-se que, atuando dessa forma, a empresa atinge o que Savitz e Weber (2007, p.29) denominam de "ponto doce da sustentabilidade", que é o ponto em que a busca do lucro se mistura de maneira inseparável com a busca do bem comum. Lemme (2010) também reconhece que nenhuma empresa sobrevive e prospera sem resultados financeiros, não fazendo sentido confrontá-los com os resultados socioambientais, e salienta que os três aspectos devem caminhar juntos, o que traduz o tripé da sustentabilidade proposto por John Elkington (2011), conformado pelos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Embora o autor acredite que não seja fácil estabelecer uma aliança entre capitalismo e sustentabilidade, a conciliação entre lucro e RSA apresenta-se como fundamental para a sobrevivência das empresas.

Isso posto, em resposta ao questionamento em pauta – É possível conciliar lucro com responsabilidade socioambiental? –, os colaboradores da Aker Solutions assim se expressaram: *"Com certeza. Hoje a empresa que está investindo na questão socioambiental cada vez mais pode obter lucros"* (COLABORADOR A, AKER SOLUTIONS); *"É possível, mas não é o foco. A gente procura de certa forma sempre fazer a destinação de resíduos ou até mesmo com a própria comunidade de uma forma politicamente correta e o lucro é uma consequência"* (COLABORADOR B, AKER SOLUTIONS).

Tanto o colaborador C, do Instituto Robert Bosch, quando o colaborador D, ligado à área de meio ambiente e engenharia de segurança do trabalho, da empresa Bosch, acreditam que é possível conciliar lucro com RSA, sendo esta questão colocada pelo colaborador D como condição de sobrevivência para as empresas.

> *É possível, eu acho que o lucro hoje está relacionado à questão socioambiental e não tem como ter o lucro pelo lucro. Eu acho que nenhuma empresa de grande porte vai conseguir isso hoje, sem ter uma atuação socioambiental efetiva, principalmente ao entorno, próximo de sua realidade. Nós não pensamos em investir num projeto totalmente isolado. Nós investimos nas comunidades próximas da Bosch, pra que isso reflita diretamente nos nossos resultados. A partir do momento que você desenvolve essa comunidade, que você tem nela colaboradores preparados e vê pessoas dessa comunidade que hoje estão atuando dentro da empresa – isso é um ganho muito forte. Então o lucro pelo lucro dentro da filosofia de atuação da empresa, nunca existiu. Pra nós é muito fácil ver essa relação do lucro com nossos programas socioambientais* (COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

> *Sim, eu acho que é possível conciliar o lucro com a responsabilidade socioambiental. A vertente ambiental faz parte da imagem da empresa e isso é um compromisso que ela tem que assumir. Se nós observarmos também a tendência mundial por produtos ambientalmente corretos e por atitudes ambientalmente corretas, a empresa que não se desenvolver nesse sentido não vai ter futuro* (COLABORADOR D, BOSCH).

Segundo o colaborador E da empresa Denso: *"O lucro está relacionado com aquilo que a empresa faz para otimizar os processos e, neste caso, a conciliação do lucro com RSA, com certeza melhora os dividendos"*. E, na percepção do colaborador F, também dessa empresa: *"Sem dúvida é possível conciliar lucro com RSA. A empresa que é sustentável deve olhar cada vez mais para a responsabilidade que ela tem dentro da sociedade e ver em que ela pode voluntariamente contribuir"*.

Para o colaborador G, ligado à Furukawa: *"O lucro pelo lucro já não se mantém mais, sendo possível conciliar lucro com RSA"*. Visualizando-se os resultados das atividades que a empresa desenvolve, o colaborador percebe o quanto é importante *"trabalhar com as comunidades ao redor da empresa e poder ajudá-las no seu desenvolvimento"*. Já o colaborador H assim se manifesta:

> *Na verdade, a Furukawa enxerga assim e tem isso como cultura. O que interessa para a empresa é que o funcionário esteja bem de saúde física e psicológica, que a família desse funcionário esteja bem, que a comunidade esteja bem e que a gente possa contribuir para um mundo melhor. Em síntese, as duas coisas caminham juntas* (COLABORADOR H, FURUKAWA)

Na percepção do colaborador I da Volvo, com certeza, é possível conciliar lucro com RSA. Essas duas categorias são vistas como indissociáveis também para os colaboradores J e K, que consideram essa questão como fundamental para a sustentabilidade dos negócios e das próprias iniciativas de RSA que a Volvo desenvolve.

> *Eu não tenho dúvida nessa resposta e acho que uma empresa só é socioambientalmente responsável quando ela consegue atrelar tudo isto ao lucro. Se nós falarmos em sustentabilidade no sentido da palavra, a gente tem que pensar nos três pilares: no social, no ambiental e no econômico, até porque é a partir do lucro que você pode ter outras ações ou ver outras questões não só de impacto socioambiental direto, mas indiretamente através da geração de emprego e outras coisas mais, profissionalização, capacitação e desenvolvimento da própria força de trabalho* (COLABORADOR J).

> *Não só é possível como necessário, porque não há como você dissociar a responsabilidade socioambiental de lucro, ou seja, qualquer que seja a iniciativa é sempre importante observar formas para que essa iniciativa seja autossustentável e, essa é uma preocupação que a gente sempre tem. Por exemplo, no Centro Volvo Ambiental, quando a empresa decide realizar oficinas de empreendedorismo para a comunidade do entorno é com essa preocupação, em permitir que sejam ações e conhecimento adquirido que essa comunidade depois vai poder aproveitar e dar continuidade. E no caso da empresa, é óbvio que a empresa só consegue dar continuidade às suas ações de responsabilidade socioambiental, se ela tiver resultado positivo, se ela tiver lucro. Então por isso a importância de se olhar a sustentabilidade de uma maneira sistêmica que envolva não só o aspecto social e ambiental, mas também o econômico* (COLABORADOR K).

Observou-se no depoimento de todas as empresas que lucro e RSA não são práticas mutuamente exclusivas, mas ao contrário. Como pontuou Arantes (1998, p.24): "Os lucros são necessários para que as empresas possam sobreviver, crescer e continuar a prestar sua contribuição social permanentemente".

Finalmente, a última questão proposta para as empresas foi que, diante da gravidade dos problemas socioambientais do mundo contemporâneo, elas deixassem uma mensagem à sociedade. E o foco predominante das mensagens deixadas por elas foi a conscientização sobre a importância de cada um fazer a sua parte para a construção de um mundo melhor.

A mensagem dos colaboradores da Aker Solutions caminha nessa direção e chama a sociedade a rever seus hábitos de consumo:

> *Que cada um faça a sua parte. Não precisa você pensar que sou só um ou eu faço tão pouco, mas faça a sua parte! Se cada um fizer a sua parte, poderemos conseguir um mundo melhor* (COLABORADOR A, AKER SOLUTIONS).

> *As pessoas deveriam se conscientizar um pouco mais. O consumismo acaba atingindo muito as pessoas e a gente não vê uma maneira de como resolver isso. O consumismo hoje em dia é um pouco complicado e você pensa assim, eu comprei e depois eu destino e jogo fora e não existe o mundo lá fora. O destino incorreto está aqui mesmo no planeta terra e as pessoas as vezes não veem isso. Tínhamos que trabalhar mais com o desenvolvimento sustentável* (COLABORADOR B, AKER SOLUTIONS).

O Instituto Robert Bosch responde a essa questão demonstrando a importância do trabalho em conjunto e também focando a necessidade da mudança da cultura do consumismo, para uma cultura de sustentabilidade:

> *A sociedade tem que estar organizada, não pensar isoladamente. A sociedade precisa olhar a questão da sustentabilidade; as escolas cuidar um pouquinho mais: trabalhar isso com as crianças dentro de programas, não trabalhar isoladamente as coisas, mas sim, de uma forma que tenha uma inter-relação. As pessoas pensar um pouco mais em não adotar a cultura do consumismo que vem sendo imposta e terem a consciência: eu realmente preciso disso, aquele autoquestionamento no momento em que estou comprando: eu preciso ou é a sociedade que está me impondo. E aí avaliar os produtos que ela está comprando se tem uma história ambiental por trás e que impacto aquele produto está deixando, desde a concepção até o descarte (*COLABORADOR C, INSTITUTO ROBERT BOSCH).

O depoimento do colaborador D, da indústria Robert Bosch, além de destacar a importância do engajamento da sociedade, do poder público e do setor privado no trabalho em conjunto, sublinha a importância do reconhecimento da sociedade em relação às iniciativas que as empresas vêm fazendo, o qual pode funcionar como um elemento motivador para que outras empresas que buscam competitividade também se engajem nesses procedimentos.

> *Olhando não só para a sua atitude dentro do seu lar, mas de uma forma bem prática na questão do impacto na economia, que a sociedade procurasse valorizar as empresas que tem atitudes e produtos ambientalmente corretos. A princípio, pode parecer que não tem grande importância, mas se essas empresas forem valorizadas, seus produtos valorizados, se elas tiverem sucesso, elas naturalmente farão com que as outras empresas que ainda não se enquadraram procurem se enquadrar para poderem continuar sendo competitivas. Esse engajamento por parte da sociedade, por parte do poder público, por parte do setor privado, trabalhando juntos, ele é muito importante, porque é só assim que nós vamos todos conseguir construir um mundo melhor pensando nas futuras gerações* (COLABORADOR D, BOSCH).

Na mensagem deixada à sociedade pelo colaborador E da empresa Denso, a RSA aparece como uma questão de sobrevivência não apenas para as empresas, mas também para a humanidade:

> *Se você não for responsável ambientalmente, você vai estar matando uma geração futura que não vai conhecer, que não vai ter acesso a algumas coisas que hoje nós temos muito fácil nas nossas mãos, mas que estão sendo depredadas pela ação de algumas empresas e das próprias pessoas. Se fala muito de responsabilidade socioambiental não por questões de ideologia, mas por questão de sobrevivência* (COLABORADOR E, DENSO).

Ao deixar a mensagem à sociedade diante da gravidade dos problemas socioambientais do mundo contemporâneo, o colaborador F, também da Denso, recorre às origens da criação do mundo para explicar quão grande é a responsabilidade que a sociedade tem em preservar o meio ambiente para as futuras gerações:

> *A maioria do povo brasileiro é um povo que acredita em Deus e a maioria do povo brasileiro segue a tradição bíblica que diz que Deus criou o mundo e entregou ao primeiro casal a responsabilidade pelo mesmo. Sujeitou a esse primeiro casal a criação. Deu a eles a responsabilidade, para que eles dominassem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e agora nós, imaginando que somos os herdeiros desse primeiro casal, temos também a responsabilidade sobre toda a natureza que nos cerca de a usarmos com responsabilidade. Os Duwamish têm um ditado que é, "nós não somos donos da Terra, os donos são os nossos filhos", ou seja, imagina a responsabilidade que a gente tem pelo mundo que nos cerca* COLABORADOR F, DENSO).

Do mesmo modo, os colaboradores da empresa Furukawa ressaltam a importância de cada um fazer a sua parte na sociedade refletindo sobre o que quer deixar para as futuras gerações:

> *Para que cada um fizesse um esforço de fazer a sua parte. Que todos devemos pensar em um futuro melhor para as próximas gerações, pensando no coletivo, pensando no que podemos fazer de melhor para o próximo* (COLABORADOR G, FURUKAWA).

> *Na verdade, cada um tem que fazer a sua parte, assim como questiona o conceito de sustentabilidade, o que vamos deixar para as gerações futuras? Desde a época da Revolução Industrial a gente só polui, então a gente está com déficit e isto tem que corrigido, para melhorar o mundo para as futuras gerações, tanto no aspecto social quanto no aspecto ambiental. Então, na verdade, cada um tem que fazer a sua parte: a indústria, o governo e a comunidade, trabalhando a responsabilidade de forma compartilhada* (COLABORADOR H).

A ideia que norteia a mensagem deixada à sociedade pelo colaborador I, analista de Saúde e Segurança da indústria Volvo, é a importância de as pessoas pensarem no coletivo e incorporarem esta questão nas suas atitudes tomadas no presente. Assim se expressa o colaborador da Volvo:

> *Que a gente pense mais no coletivo. Acho que essa é a palavra-chave para mim. Quando a gente pensar que o que a gente faz, tem uma relação direta com o outro, que isso cascateia, e que a gente conseguir pensar que isso é nossa responsabilidade, certamente o mundo vai ser melhor. Eu diria acima de tudo que nós precisamos nos organizar enquanto sociedade. Nós precisamos nos respeitar enquanto seres humanos. Precisamos entender*

> *que minhas ações gerarão impactos para meus filhos, para meus netos, e não só para os netos dos outros, porque os outros muitas vezes estão distantes, mas nós estamos bem próximos de nós mesmos, então o que eu diria para todos nós é: precisamos construir um mundo e esse mundo melhor ele não está distante da gente: ele está no agora, durante esta entrevista. No minuto seguinte, ele já é passado e nós precisamos estar atentos novamente e sempre pensando que aquilo que eu preciso fazer, tem que ser feito hoje* (COLABORADOR I, VOLVO).

A importância de o ser humano pensar no coletivo foi abordada no capítulo 6, como uma das condições essenciais para a construção da cooperação. Como afirma Abramovay (2012, p.46): "Uma sociedade em que os indivíduos têm a capacidade de levar em conta os interesses alheios consegue instituir formas de coordenação muito mais propícias aos processos de desenvolvimento". Parra (2003, p.4) também esclarece que a própria ideia de sociedade é entendida em contraposição ao interesse individual e que sempre que os seus membros agem em busca de seu interesse individual, pensando de forma egoísta, há um prejuízo ao bem comum, desfalecendo a ideia de sociedade. Como visto, essa é a principal mensagem passada pelo colaborador I da empresa Volvo à sociedade: que as pessoas não se deixem levar pelo egoísmo e pensem mais no coletivo.

O colaborador J, Gerente de Saúde, Segurança e Meio Ambiente na Volvo, enfatiza em sua mensagem o poder da sociedade organizada, destacando a importância de ela buscar maior diálogo e engajamento junto ao governo e às empresas, otimizando, assim, as soluções aos problemas que se apresentam.

> *A mensagem que eu deixo para a sociedade é que a sociedade organizada tem muita força e as comunidades poderiam aproveitar melhor isso, buscando maior diálogo, maior engajamento de si própria enquanto comunidade organizada, junto à entidades governamentais, à gestão pública, à prefeitura, Estado enfim, e também junto às empresas que estão no seu entorno. Eu entendo que é possível buscar soluções e de uma maneira mais rápida e de menor impacto para todos os agentes e isso demanda organização, demanda um envolvimento maior da sociedade para com o poder público, para com a iniciativa privada e as entidades de associações e assim por diante* (COLABORADOR J).

O outro colaborador da Volvo ressalta em sua mensagem à sociedade os avanços que poderiam ocorre no campo da sustentabilidade se cada ser humano fizesse a sua parte, bem como se cada empresa fizesse algo, olhando para o seu entorno e gerindo seus impactos na sua cadeia produtiva, e o quanto a soma dessas ações individuais refletiria no todo.

> *Cabe a cada um de nós enquanto pessoa, vislumbrar formas de atuação para reduzir esses problemas, seja eu enquanto pessoa física atuante na minha comunidade, seja eu enquanto pessoa física atuando no meu ambiente corporativo. Se cada empresa olhasse ao seu redor, mapeasse na sua cadeia de negócios quais são seus principais impactos e fizesse a sua parte em minimizar esses riscos na sua cadeia produtiva, imagine o quanto a gente não avançaria* (COLABORADOR K).

Foi examinado até aqui o modo como as empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo percebem suas iniciativas de RSA, tornando-se fundamental agora, para cumprir aos objetivos desta tese, tratar da percepção da comunidade da CIC (aqui representada pelo depoimento dos líderes comunitários) e do governo municipal (aqui representado pelo depoimento dos gestores públicos) sobre as iniciativas de RSA destas empresas. Tanto na análise da percepção dos líderes comunitários quanto dos gestores públicos municipais, utilizou-se a análise de conteúdo.

8.2.1 A percepção dos Líderes Comunitários da Cidade Industrial de Curitiba

Entendendo-se a comunidade local aqui como a "comunidade da CIC", território onde se situa as empresas em estudo, passa-se agora à análise da percepção de sete lideranças comunitárias da CIC a respeito das iniciativas de RSA das empresas em estudo.

Optou-se por ouvir os líderes comunitários como resultado das reflexões teóricas realizadas. Nesse sentido, Vieira (2001) reconhece o papel das associações da sociedade civil como formadoras da opinião pública e da opinião coletiva nos espaços situados fora do Estado e do Mercado. E, segundo Ismail (2009, p.203), os líderes comunitários são pessoas que se esforçam para influenciar os outros a assumir a responsabilidade por suas ações, suas realizações, e o bem-estar da comunidade. Dowbor (2014) lembra que as organizações da sociedade civil têm as suas raízes nas comunidades em que residem, razão pela qual podem melhor dar expressão organizada às demandas e, sobretudo, tendem a assegurar a capilaridade das políticas públicas.

No Quadro 14 é possível visualizar a composição das lideranças entrevistadas nesta pesquisa, salvaguardando-se a identidade dos líderes entrevistados.

Quadro 14 - Composição dos líderes comunitários entrevistados na Cidade Industrial de Curitiba

Líder	Instituição comunitária	Breve descrição
A	Paróquia Santa Edwirges	A Paróquia Santa Edwirges começou suas atividades por volta de 1990. Desde então atua junto à comunidade da CIC em parceira com a Associação Sagrada Família de Nazaré atendendo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.
B	Paróquia Nossa Senhora da Luz	Atua junto à comunidade da CIC desde 1970. Trabalha com a delinquência infanto-juvenil, oferecendo diversos cursos na parte de arte, cultura e formação profissional e com projetos de geração de renda junto a adultos.
C	Centro de Assistência Social Divina Misericórdia	Atua na área da assistência social e educação desde a década de 1980. No âmbito educacional, atende crianças e adolescentes e na área de assistência social, atende idosos, com grupos de convivência e fortalecimento de vínculos.
D	Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II	Criada em 1981 para atender os moradores do conjunto Oswaldo Cruz II, que são em média 4.000 pessoas. Desde 2005 estendeu sua atuação para toda a comunidade da CIC, oferecendo diversas atividades à comunidade.
E	Vida Promoção Social	Atua na CIC desde 1997. Desenvolve projetos em várias áreas como: prevenção às drogas, contraturno escolar, música, esportes, alfabetização de adultos, inclusão digital, entre outras.
F	Associação de Moradores das Moradias Zimbros	Atua na CIC desde 1993. Tem por objetivos: a transformação social por meio da educação formativa, do esporte e do lazer, do incentivo à cultura, da defesa do meio ambiente; a busca de soluções e obras para a região; solução para os problemas de ordem familiar, econômicos e assistenciais dos moradores; a defesa dos direitos de toda a comunidade.
G	Instituto Pró-Cidadania de Curitiba	Criado em 1984 como Programa de Voluntariado Paranaense (Provopar). Transformado no IPCC em 1993. Desde então, atua na área de ação social, com o atendimento à população em situação de risco e vulnerabilidade social junto às comunidades de Curitiba, incluindo a CIC.

Fonte: Elaborado pela autora.

À semelhança das empresas, às lideranças comunitárias foram propostas algumas questões de ordem conceitual sobre o tema RSA, para compreender um pouco mais sobre como a comunidade vê essa questão. Posteriormente, as questões se voltaram para a percepção que essas lideranças têm a respeito da atuação das empresas em estudo no âmbito da RSA.

O entendimento que as lideranças da comunidade da CIC tem sobre o conceito de RSA é diverso, entretanto traz aspectos essenciais dentro da discussão sobre este tema.

O líder A, pertencente à Paróquia Santa Edwirges, conceitua RSA a partir da ideia do resgate do direito e da cidadania.

> *Responsabilidade socioambiental é a responsabilidade que todos nós temos em promover melhores condições de vida para as pessoas, seja no aspecto social, seja no aspecto ambiental, trabalhando por melhores condições, promovendo uma vida mais saudável e resgatando o direito e a cidadania das pessoas* (LÍDER A, PARÓQUIA SANTA EDWIRGES).

O líder B, integrante da Paróquia Nossa Senhora da Luz, argumenta que: *"A RSA pode ser de uma pessoa, ou de uma entidade, que com a comunidade cria uma consciência e ações, para poder cuidar da sociedade e do meio ambiente"*.

Na conceituação feita pelo líder C, que representa o Centro de Assistência Social Divina Misericórdia, RSA aparece ligada à ideia de cooperação e de contrapartida da empresa à sociedade que lhe oferece as condições para funcionar.

> *Responsabilidade socioambiental é a partilha, a participação das empresas ou de uma entidade social na solução das demandas sociais, das questões sociais que brotam da realidade onde elas estão inseridas. É esse olhar atento ao entorno, às necessidades locais do território. É o retorno da empresa ao que a própria comunidade lhe dá. Uma determinada empresa está inserida em um determinado território e esse território é que dá a oportunidade também com mão de obra, com tudo aquilo que tem no entorno para que ela progrida. É como se fosse uma devolução para a própria comunidade daquilo que essa empresa está sendo beneficiada* (LÍDER C, CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVINA MISERICÓRDIA).

Essa visão de RSA como contrapartida da empresa à sociedade, que lhe fornece os recursos para o seu desenvolvimento e prosperidade, foi destacada por Arantes (1998, p. 27), segundo o qual a sociedade oferece às empresas: pessoas educadas, recursos naturais, utilidades produzidas por outras empresas, infraestrutura e uma infinidade de outros recursos.

O líder D, representante da Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II, ao conceituar RSA dá ênfase à questão cultural, à importância da educação ambiental e ao papel da família para moldar um cidadão responsável. Na sua percepção:

> *Responsabilidade socioambiental é um todo. Começa desde a escola, casa e associação. A gente procura sempre ensinar desde que não se deve jogar o papel de bala até a não pixar um imóvel. Com isso você vai dando responsabilidade e eles vão podendo perceber que o que eles não podem*

> *fazer em casa, não podem fazer aqui no projeto, nem na rua e nem na escola. Essa responsabilidade vem desde a casa. A gente puxa o raciocínio da criança que ele tem que ter esse respeito pelo meio ambiente, pelo material, pela natureza e pelas pessoas. É um todo. Se você não tem a educação que vem de casa, respeitando os mais velhos, os colegas, você não vai respeitar a natureza. Então já tem que vir desde pequenino, com o pai e com a mãe, de casa pra gente poder moldar um cidadão do futuro* (LÍDER D, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CONJUNTO OSWALDO CRUZ II).

Para o líder E, coordenador do Projeto Vida Promoção Social: *"A RSA está ligada ao cuidado com o meio ambiente, à visualização daquilo que precisa ser feito em termos de melhorias para que realmente nós como cidadãos possamos ter essa consciência sobre o meio ambiente que nos cerca"*. Sob o mesmo enfoque, o líder F, da Associação de Moradores das Moradias Zimbros, afirma que: *"Responsabilidade socioambiental diz respeito a tudo aquilo que envolve a parte social e a parte ambiental, então todos os problemas, situações, inovações, obras que precisam ser feitas tanto de cunho social quanto de cunho ambiental"*.

Enfoque diferenciado é dado ao termo RSA pelo líder F, do Instituto Pró-Cidadania de Curitiba, que vincula o termo RSA ao desenvolvimento sustentável: *"Responsabilidade socioambiental a consciência e a responsabilidade que nós devemos ter com relação a uma produção que seja responsável, uma produção que seja correta no sentido de proporcionar inclusive às gerações futuras um mundo melhor".*

Vê-se que, também entre as lideranças comunitárias, RSA apresenta-se como um conceito heterogêneo, entretanto, na maior parte deles, aparece a vinculação óbvia: cuidado com a sociedade e com o meio ambiente.

Nas entrelinhas de cada resposta das questões que seguem a partir de agora na presente discussão, é possível verificar vários apontamentos feitos pelos líderes comunitários que podem contribuir para nortear iniciativas futuras de RSA na região, bem como pode-se olhar para o bairro sob a lente desses líderes, que também são residentes do bairro, ampliando a compreensão sobre a realidade que cerca a comunidade da CIC. Nesse aspecto, Ladislaw Dowbor reforça que ninguém melhor que a comunidade para conhecer seus problemas:

> Ninguém melhor do que um residente de um bairro para saber quais ruas se enchem de lama quando chove. As horas que as pessoas passam no ponto de ônibus e no trânsito diariamente as levam a engolir a revolta, ou sair indignadas às ruas (DOWBOR, 2014, p.1).

Levando em conta o que ressalta Quiroga (2012, p.1), *"La primera condición para empezar a dialogar es aprender a escuchar"*, passa-se agora à abordagem dos principais problemas que afetam a comunidade da CIC apontados pelos próprios líderes comunitários.

Segundo entrevista junto à Paróquia Santa Edwirges:

> *No ponto de vista social, aqui na minha paróquia o problema principal é a questão das crianças e adolescentes, que muitas vezes no contraturno escolar ficam abandonados e sem assistência, porque os pais precisam trabalhar. Essas crianças não têm projetos sociais que possam envolvê-las, sobretudo na questão da prevenção do uso de drogas. Na questão ambiental, eu vejo muito a questão do lixo, sobretudo em alguns terrenos baldios onde se concentram muito lixo e uma total falta de respeito à natureza que prejudica a condição de vida das pessoas que aqui moram* (LÍDER A, PARÓQUIA SANTA EDWIRGES).

Os problemas socioambientais da CIC assinalados pela Paróquia Nossa Senhora da Luz, a mais antiga do bairro, não são muito diferentes; contudo, o depoimento do líder B demonstra, com maiores detalhes, o drama por que passam as famílias residentes na CIC, em relação ao problema do tráfico de drogas, envolvendo inclusive crianças, bem como retrata também o bairro como um espaço urbano dividido entre capital e pobreza, aspecto este trabalhado no artigo 2 desta tese.

> *Do lado ambiental: há o descaso e desleixo com o Rio Barigui e depois uma questão de falta de conscientização ambiental para as pessoas não jogarem entulhos no rio ou nas beiras dos quarteirões. São 2 problemas graves e que com enchente, a comunidade sofre, porque temos que fazer ações frequentes em decorrência das casas que incham, enchem de água, temos que ajudar depois a família, através de ações da comunidade que possam ajudá-las a se reerguerem novamente. Do lado social: é um bairro de vulnerabilidade social. Obviamente que a região do CIC parece até meio contraditória: é a região mais rica de Curitiba, onde circula mais dinheiro, por causa das empresas e multinacionais e ao mesmo tempo, é uma região muito carente e pobre. Nós temos problemas aqui muito graves com adolescentes envolvendo até tráfico de drogas e isso traz muitos danos para a comunidade, uma vez que traz insegurança, famílias que não gostam de circular à noite, traficantes que aliciam crianças, destruição de famílias. Eu atendo muitas famílias, que vem pedir um conforto, um consolo espiritual porque os filhos estão envolvidos na droga e não conseguem tirar, e o desdobramento disso aí é o fato de que não temos uma ação efetiva do poder público no sentido de realmente punir as pessoas que todo mundo sabe, tem endereço certo: ali tem um traficante, lá tem outro, entretanto, não se vê essa ação do poder público de realmente chegar e agir na comunidade. E isto traz também como consequência a violência, como um desdobramento das drogas* (LÍDER B, PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA LUZ).

O Centro de Assistência Social Divina Misericórdia traz um olhar aprofundado sobre os principais problemas que afetam a comunidade da CIC, mostrando novas questões que afetam a comunidade da CIC, além dos apontados até agora, tais como: a necessidade de melhorar a empregabilidade dos jovens; a necessidade de garantir o acesso aos direitos sociais aos idosos; e a necessidade de acabar com a inação do poder público diante da dimensão dos problemas relacionados às áreas irregulares. Assim relata o líder C sua visão sobre os principais problemas socioambientais da CIC:

> *Acredito que a CIC, por ser uma área de periferia, é muito pouco cuidada em todos os sentidos. Quando se fala de juventude, os principais problemas são os relacionados à educação, à falta de oportunidades seja na área da cultura, do esporte, do lazer, da educação e da iniciação ao trabalho, me parece que é um foco muito frágil aqui na região. Temos a questão da falta de empregabilidade, pois às vezes as empresas não conseguem absorver a realidade da comunidade, porque a comunidade, de um modo geral, é pouco preparada. É uma população que veio do interior do Estado do Paraná e de outros estados com uma escolaridade muito baixa. Temos também a questão do meio ambiente, sobretudo a questão do lixo e a questão da poluição do rio Barigui, que é um problema muito sério. E tem ainda a questão das ocupações irregulares, onde uma região muito grande é usucapião coletivo. São todas áreas irregulares, ninguém tem escritura do terreno, nem da casa e não conseguem nada porque é uma situação de ocupação irregular e chega perto de 30 anos que o poder público também não faz nada para regularizar isto, é mais uma questão popular. Eu faço parte inclusive de uma comissão que encaminhou toda a questão do usucapião coletivo de toda essa região e um problema que me parece muito sério é a ausência de políticas públicas no setor. Quando se trata de educação é um caos, desde a creche até o ensino médio, nós temos poucas escolas e as nossas crianças têm que ir para outros bairros para poder estudar. A questão da saúde é caótica. Não temos espaços de lazer, esporte e cultura. A gente que está tentando trazer enquanto organização não governamental esse acesso, porque se vê como se fosse algo de elite, alguma coisa parecida. Eu trabalho muito, eu sou do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e outra deficiência da CIC é a questão da acessibilidade aos idosos. O contingente de envelhecimento dessa região da CIC é muito grande e não temos espaços públicos para esse atendimento, para esse acompanhamento. Existe aqui e acolá algum trabalho dos CRAS, mas muito, muito tímido. À família é negado o acesso aos direitos básicos* (LÍDER C, CENTRO DE ASSITÊNCIA SOCIAL DIVINA MISERICÓDRDIA).

Além de apontar a carência de políticas públicas para a região, um problema que vem se arrastando há mais de 30 anos na CIC, a entrevista realizada junto ao líder D, do Conjunto Oswaldo Cruz II, demonstra o descaso da comunidade com o que é público e apela para o papel da família na educação ambiental dos filhos:

> *O maior problema é não respeitar o que é público, porque em casa eles respeitam. A família deveria passar aos filhos, essa visão do patrimônio público, como um bem coletivo**,** que é de todos. Fica complicado, porque eles jogam tudo para o lado do governo e não é isso: a rua, o rio, a valeta, todos nós temos que cuidar, não é só a prefeitura, não é só o órgão público. A nossa região é uma região que tem muita droga, muito traficante e famílias de baixíssima renda, o que se torna um prato cheio para os traficantes adotarem nossas crianças. Então é muita briga, muito assalto, muita droga e não está proibido usá-la não, porque qualquer canto aqui do CIC, você vê os meninos enrolando um baseado e fumando, desde às 7 da manhã até 23 horas da noite. Isso não tem medida socioeducativa, não tem polícia, não tem nada. E não tem viatura**,** sob a justificativa de que: "não podemos atender no momento, está complicado para chegar aí". Um baseado eles fumam em 15 minutos, a polícia leva 3 horas para chegar, então é complicado. É muita área de ocupação. O CIC é complexo. É difícil falar, porque o CIC foi o primeiro conjunto habitacional do Brasil, a Vila Nossa Senhora da Luz, mas ele está muito atrasado, tem muitas empresas multinacionais, mas o bairro é muito carente. Tem lugares aqui que não tem ainda asfalto, não tem bueiro, a água é puxada com uma mangueira para as casas. Você não imagina que aqui da nossa sede do Conjunto Oswaldo Cruz II, que tem 32 anos, há 150 metros tem casas uma amontoada em cima da outra e não tem esgoto, não tem água encanada. É difícil.* (LÍDER D, ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E MORADORES DO CONJUNTO OSWALDO CRUZ II).

Os problemas socioambientais da CIC elencados pelo Projeto Vida Promoção Social vão ao encontro de dois graves problemas que a região da CIC enfrenta, presentes em todos os depoimentos dos líderes comunitários: a questão das drogas e a falta de saneamento básico, com implicações sobre o meio ambiente.

> *Nós temos a questão das drogas que leva à questão da prostituição. E dentro do meio ambiente, a questão da limpeza, principalmente a questão dos rios que nós temos próximo daqui, são rios muito sujos, o pessoal joga muito lixo e quando há chuva aqui em Curitiba alagam muitas casas aqui justamente por causa disso. Então essas são as prioridades* (LÍDER E, VIDA PROMOÇÃO SOCIAL).

A Associação de Moradores das Moradias Zimbros assinala, além dos problemas enumerados até agora, a dificuldade de mobilizar a comunidade para a participação.

> *Na parte social: droga, falta de segurança, abandono escolar e gravidez na adolescência, que está bastante forte. Quando eu falo de abandono escolar e falo de gravidez, percebemos que há muito abandono por parte do pai, da mãe ou avó ou aqueles que são responsáveis por aquelas crianças e adolescentes e a gente percebe que até para trazer esses indivíduos para uma reunião na associação é a coisa mais difícil. Deveríamos ter praticamente um caminhão-guincho para poder ir lá rebocar esse pessoal para vir para uma reunião, de tão difícil que é. Então junto com esses problemas sociais a gente vê a pobreza, o baixo nível escolar e o baixo nível de capacitação. Vemos muitas mães, avós deprimidas dentro de casa, com baixos salários, a grande maioria são faxineiras na nossa região e não têm como se especializar ou então não tem vontade de se especializar também, é o que nós notamos* (LÍDER F, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS MORADIAS ZIMBROS).

O Líder F ressalta ainda a carência de políticas públicas voltadas para a preservação do ambiente construído e natural. Segundo ele, a ausência de tais políticas tem contribuído para a perpetuação da violência e drogadição na região.

> *Os equipamentos públicos de esporte, de cultura e de lazer, de entretenimento que toda a região CIC tem, está praticamente abandonado e são uma verdadeira porcaria, assim como os nossos, que nós estamos lá todo o dia com a enxada, com a pá tentando colocar em ordem, mexendo com areia, tirando o mato, a sujeira, tentando pintar os equipamentos, porque nós não vemos o poder público zelando de maneira adequada. A nossa mata aqui ao lado da associação também precisa ser cuidada, zelada, nós estamos fazendo o possível, mas continua no abandono, não temos patrocínio de empresas governamentais e resta-nos sair em busca das empresas privadas para que venham fazer uma parceria com a gente e deixar essa mata como um bosque zelado, cuidado, com iluminação, com proteção, com tudo, porque já tivemos muitas mortes e muitos muquifos de drogas dentro da mata também* (LÍDER F, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS MORADAIS ZIMBROS).

Complementando a realidade da CIC em termos socioambientais, o Instituto Pró-Cidadania assinala, além dos problemas citados, a poluição industrial na região e a perda de hábitos simples que a sociedade tinha no passado que automaticamente funcionavam como uma forma de reciclar. O seu depoimento leva a refletir sobre um *trade-off*[3] que se apresenta: reduzir o IPI ou aumentar a poluição.

> *Um primeiro problema é social mesmo, nós temos muitos bolsões de pobreza e isso gera uma condição de vida inadequada. Depois nós temos o problema com a coleta de lixo, que gera problemas ambientais seríssimos. Temos o problema também da poluição que as próprias empresas instaladas no CIC produzem e temos outro problema grave que é o aumento de automóveis em circulação. O problema é que hoje as indústrias produzem de uma maneira totalmente diversa do que era há poucos anos. Há não muito tempo você ia comprar um refrigerante na venda da esquina, e você levava um casco em vidro e trocava. Automaticamente, você já estava reciclando. Você ia ao supermercado ou à feira, levava uma sacola para trazer as compras. Ia comprar leite ou recebia o leite em casa, e entregava uma garrafa vazia e recebia uma cheia. Hoje a produção de latinhas de cerveja de plástico e alumínio são montanhas. A poluição que os carros e caminhões jogam na atmosfera é enorme, muito mais até do que a emitida pelas fábricas e não se fala em alternativas a isso. Ao contrário, nós estamos incentivando ao reduzir o IPI a produzir mais e mais poluição* (LÍDER G, INSTITUTO PRÓ-CIDADANIA DE CURITIBA).

---

[3] *Trade-off* representa um conflito de escolha. É uma decisão em que você precisa abrir mão de uma coisa em função de outra. IN: RIGONI José Ricardo. O que significa *trade-off* na gestão de operações? Disponível em: < http://www.totalqualidade.com.br/2010/05/o-que-significa-trade-off-na-gestao-de.html> Acesso em: 22 jan 2013.

No Quadro 15 pode-se acompanhar uma síntese dos principais problemas socioambientais que a CIC enfrenta na percepção das lideranças comunitárias da região, verificando-se que os três problemas mais citados foram: tráfico de drogas, destinação inadequada de lixo e poluição dos rios, sendo estes dois últimos relacionados às carências de saneamento básico na região.

Quadro 15 - Síntese dos problemas socioambientais mais importantes que afetam a comunidade da CIC na percepção dos líderes comunitários

Líderes comunitários	**Problemas socioambientais da CIC**
A	Falta de projetos no contraturno escolar, tráfico de drogas, destinação inadequada de lixo, e desrespeito à natureza.
B	Pobreza, baixo nível de capacitação, tráfico de drogas, sobretudo junto a crianças, questões ambientais, drogadição, violência, falta de segurança, falta de ação do poder público no combate às drogas.
C	Educação e saúde caóticas, falta de oportunidades em cultura, esporte, lazer, educação e iniciação ao trabalho, destinação inadequada do lixo, poluição dos rios, ocupações irregulares, carência de equipamentos públicos de esporte e lazer, e falta de infraestrutura para atendimento aos idosos.
D	Descaso da população com os bens públicos, poluição dos rios, drogadição, falta de segurança pública, falta de saneamento básico.
E	Drogas, prostituição, poluição dos rios, destinação inadequada do lixo.
F	Drogas, falta de segurança, evasão escolar, problemas familiares, falta de participação da comunidade, pobreza, baixo nível de capacitação, falta de zelo do poder público sobre os equipamentos de esporte e lazer e sobre os bosques.
G	Pobreza, destinação inadequada de lixo, poluição industrial, poluição automotiva.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à percepção dos líderes comunitários sobre de quem é a responsabilidade pelos problemas socioambientais, as visões são semelhantes, salvo uma exceção: a visão do líder B da Paróquia Nossa Senhora da Luz, o qual tem um olhar diferente em relação a essa questão como pode-se ver logo adiante.

O líder A, da Paróquia Santa Edwirges, assim se posiciona: *"A meu ver, a responsabilidade é de todos nós, sobretudo dos órgãos da esfera municipal, das empresas, das entidades sociais e de toda a comunidade"*. Já o líder B, vinculado à Paróquia Nossa Senhora da Luz, considera que:

> *A responsabilidade é do poder público nas três instâncias (municipal, estadual e federal) porque são as três instâncias a quem confiamos a sociedade e que recebem por isso. Como recebem? Porque nós pagamos impostos e eles têm que devolver isso através de ações na comunidade para que a comunidade possa ser um local bom para se viver, onde não tenha violência, não tenha o traficante, onde o rio não ameace as casas, então é do poder público (*LÍDER B, PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA LUZ).

Corroborando com o líder A, o líder C, do Centro de Assistência Social Divina Misericórdia, acredita que esta é uma responsabilidade compartilhada entre Estado, empresas e comunidade, entretanto, acrescenta a sua resposta uma observação importante sobre a participação comunitária, que às vezes se dá de forma precária, na sua percepção.

> *Na verdade é uma responsabilidade compartilhada: do Estado, das empresas e da comunidade. É claro que a primeira obrigação é sempre do Estado de viabilizar políticas públicas, mas o Estado sempre chega depois. Claro que existe uma responsabilidade da população também. Então, em alguns momentos na verdade a gente vê que a responsabilidade é compartilhada, mas cada segmento deveria dar o seu passo. O poder público falha e falha muito pelo esquecimento dessas comunidades, especialmente das periferias, e quando se fala de Cidade Industrial, a gente teria assim, aquela ideia: "Oh! Cidade Industrial, grandes indústrias, desenvolvimento, as coisas bem organizadas, porque afinal de contas, as indústrias estão aqui", e o que se vê não é isso. Então é responsabilidade do Estado e é responsabilidade da sociedade civil que também não se organiza e das empresas que investem pouco no social. Eu vejo uma lacuna, quando a gente estuda as lutas dos movimentos sociais e o que se vê hoje: existem apenas grandes resmungos de participação da comunidade. Nós, por exemplo, temos uma creche com 220 crianças e tem mais de 500 na fila de espera. Mas os pais vêm aí e eles acham que eu vou resolver o problema, e na verdade eles deveriam lutar por uma solução. Então existe uma consciência muito precária da importância da participação, porque não se vê resultados imediatos. O povo é imediatista, eles não conseguem ter aquela paciência de dizer: "não, eu vou me manter firme ali, porque alguma hora nós vamos conquistar", essa questão da esperança, que me parece que falta bastante na população* (LÍDER C, DO CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MISERICÓRDIA).

Na percepção do líder D, da Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II, a responsabilidade pelos problemas socioambientais é em primeiro lugar da comunidade, mas também do poder público, embora este, no caso da CIC, não tenha iniciativa política de resolver tais problemas, segundo ele, por tratar-se de um bairro muito violento. Ele considera que também esta é uma responsabilidade das empresas. Aponta que se as empresas ajudam a poluir, devem igualmente ajudar na solução dos problemas socioambientais.

> *Seria em primeiro lugar das pessoas da comunidade, mas também do órgão público, embora este, não tenha coragem, por iniciativa política, de tomar uma decisão no sentido de fiscalizar a comunidade para não invadir, quebrar, ou jogar lixo. O poder público não aplica uma multa efetiva, nem fiscaliza sequer. Quando você chama a PMC para aplicar uma multa em quem está jogando lixo, eles tentam conversar e dizer: "vizinho é complicado". Ou tem medo, porque é uma área muito violenta, que tem muito traficante, muito bandido, então fica difícil você, que é cidadão, que procura fazer tudo correto, cobrar da*

> *sociedade diretamente. Você vai cobrar do órgão público e ele não tem coragem de enfrentar. Então é um todo, nunca é só do órgão público, e sim das pessoas da comunidade e das empresas também que se ajudam a poluir, devem ajudar a solucionar os problemas* (LÍDER D, DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CONJUNTO OSWALDO CRUZ II.

O líder E do Projeto Vida Promoção Social assim se posiciona sobre a responsabilidade pelos problemas socioambientais: *"Esta é uma responsabilidade de todos nós. Não é uma responsabilidade só do governo municipal. Eu acho que parte de todo cidadão ter a responsabilidade pelos problemas socioambientais e isto inclui, a comunidade e as empresas"*.

O líder F, da Associação de Moradores das Moradias Zimbros, reconhece que a responsabilidade pelos problemas socioambientais em grande parte é da própria comunidade e também do poder público.

> *Olha em grande parte eu vejo que a responsabilidade pelos problemas socioambientais é da comunidade. Se são os próprios moradores da CIC que jogam seus lixos à beira dos rios e das nascentes à noite pra ninguém ver e se depredam as área verdes, eles tem a responsabilidade de ajudar a solucionar o problema. A responsabilidade é também do poder público, mas a Prefeitura não tem até hoje uma alternativa de como solucionar esse problema, o que fazer, para onde levar o lixo e tudo vai ficando nas beiras dos rios, nas beiras das estradas ou até em cima do bosque, como se observa ao transitar pela região. Também as empresas devem ter sua participação nisso, ajudando a melhorar as comunidades onde estão inseridas* (LÍDER F, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS MORADIAS ZIMBROS).

O Instituto Pró-Cidadania acredita que a responsabilidade pelos problemas socioambientais é tripartite: do poder público, das empresas e da comunidade. Entretanto, explica que tanto o poder público quanto as empresas ainda utilizam o capital mais em benefício próprio do que em benefício do coletivo.

> *A Responsabilidade é do poder público, das empresas e da comunidade. O poder público tem a capacidade e a responsabilidade de regulamentar as coisas. As grandes empresas também tem que fazer o seu papel pela sociedade e pelo meio ambiente. E, a comunidade também tem que se envolver e assumir a responsabilidade pelos seus atos. No entanto, verifica-se que tanto no poder público e mais ainda nas grandes empresas, usa-se o capital muito mais em benefício próprio do que para atender a comunidade em geral* (LÍDER G, INSTITUTO PRÓ-CIDADANIA).

No Quadro 16 pode-se verificar uma síntese da percepção dos líderes comunitários sobre a questão: de quem é a responsabilidade pelos problemas socioambientais? Nota-se que dos sete líderes comunitários entrevistados, seis reconhecem que a esta é uma responsabilidade compartilhada da comunidade, do poder público e das empresas e apenas um líder entende que esta responsabilidade deve recair unicamente sobre o poder público.

Quadro 16 - De quem é a responsabilidade pelos problemas socioambientais na percepção dos líderes comunitários da Cidade Industrial de Curitiba

Líder	Organização comunitária	Percepção sobre de quem é a responsabilidade pelos problemas socioambientais
A	Paróquia Santa Edwirges	A responsabilidade é de todos: do município, empresas, entidades sociais e comunidade.
B	Paróquia Nossa Senhora da Luz	A responsabilidade é do poder público nas três esferas: Federal, Estadual e Municipal.
C	Centro de Assistência Social Divina Misericórdia	A responsabilidade é do Estado, das empresas e da comunidade. Em primeiro lugar do Estado, mas o Estado sempre chega depois.
D	Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II	A responsabilidade é em primeiro lugar da comunidade e também do poder público e das empresas.
E	Projeto Vida Promocão Social	A responsabilidade é de todos nós: do governo municipal, da comunidade e das empresas.
F	Associação de Moradores das Moradias Zimbros	A responsabilidade é da comunidade, do poder público e das empresas.
G	Instituto Pró-Cidadania	A Responsabilidade é do poder público, das empresas e da comunidade, entretanto, o poder público e as empresas priorizam o uso do capital em benefício próprio.

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando o que afirma Ferrarezi (1997, p.8), que a organização comunitária é essencial ao desenvolvimento social, buscou-se compreender o trabalho desenvolvido junto à comunidade pelas organizações comunitárias participantes desta pesquisa. Para tal, efetuou-se o seguinte questionamento aos líderes comunitários: Qual o trabalho realizado junto à comunidade pela instituição que o Sr. (a) representa?

O Líder A, ligado à Paróquia Santa Edwirges, assim relata o trabalho desenvolvido pela paróquia junto à comunidade:

> *Eu acredito e sou convencido que a igreja não pode trabalhar só na dimensão da evangelização, na dimensão religiosa. A igreja tem que se voltar para o homem na sua totalidade, em todas as suas dimensões e em todas as suas necessidades. É por isso que aqui na paróquia nós temos também a Associação Sagrada Família de Nazaré, que é uma associação não governamental, sem fins lucrativos, responsável pelos projetos sociais, pelas obras sociais que a paróquia, em parceria com a associação, desenvolve aqui na nossa comunidade. Primeiro, nós temos a cozinha comunitária, o*

> *projeto Mulheres em Ação, que envolve um grupo de mulheres vítimas da depressão, vítimas da violência doméstica, exclusão do mercado formal de trabalho e algumas com alguns transtornos psicológicos. Temos o projeto das crianças que é um grupo de convivência e fortalecimento de vínculos, em parceria com a FAS. Nós acolhemos crianças em situação de vulnerabilidade social. Temos um projeto com 60 crianças, mas temos uma demanda muito grande, temos uma lista imensa de espera por uma vaga por conta da falta de espaço. Necessitamos da construção de mais 1 sala ou 2 salas para que nós pudéssemos acolher essas crianças. Temos outro projeto socioesportivo com 200 adolescentes de 10 a 17 anos, 2 vezes por semana, em parceria com a SMEL - Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude que funcionou durante o ano passado. Neste ano o convênio ainda não foi renovado, nós estamos trabalhando apenas no final de semana com 1 voluntário da paróquia, mas se tivéssemos ajuda, se tivéssemos parcerias, com certeza nós teríamos um grande número de adolescentes atendidos aqui na paróquia também pela associação. E temos ainda um trabalho fortíssimo de prevenção e recuperação de dependentes químicos. Nós temos no final de semana, em torno de umas 600 crianças e adolescentes que nós tentamos trabalhar na área da prevenção. E temos no município de Mandirituba uma casa de acolhimento para pessoas em situação de rua, vítimas do alcoolismo e também do uso e abuso de drogas. Todos esses projetos e essas atividades nós levamos à frente com muita dificuldade, porque nos faltam os recursos necessários, nos faltam as parcerias para nos ajudar a sustentar essas ações tão necessárias. E temos ainda planos de estender todas essas ações em todas as comunidades que pertencem à paróquia e que a associação também presta o seu serviço, na região do Sabará, na região do Diadema, das Moradias Corbélia, Moradias Alto Bela Vista do Passaúna, Moradias Aquarela, que são áreas de grande vulnerabilidade social. Todas estas ações desenvolvidas sejam pela paróquia, sejam pela Associação Sagrada Família de Nazaré, contam somente com pessoas voluntárias, mas os nossos voluntários ainda são muito poucos, precisaria muito mais pessoas que tivessem essa capacidade de se doar, de ver a necessidade do outro e dar um pouquinho do seu tempo para que muitos problemas sociais e até ambientais também pudessem ser solucionados. Não é necessário que uma pessoa dê 8 horas de trabalho ou dê 4 horas, mas se cada pessoa pudesse dar 1 hora por semana, eu acredito que um grande número de crianças, de adolescentes e jovens não estaria aí sendo vítimas dos traficantes e do abuso de drogas* (LÍDER A, PARÓQUIA SANTA EDWIRGES, 2013).

Pelo relato do líder A, pode-se perceber que a Paróquia Santa Edwirges e a Associação Sagrada Família de Nazaré trabalham diretamente com o desenvolvimento comunitário focando crianças, jovens, mulheres deprimidas e (ou) excluídas e dependentes químicos.

Quanto ao trabalho desenvolvido junto à comunidade pela Paróquia Nossa Senhora da Luz, o líder B assim de manifesta:

> *Além da função religiosa que é obviamente a natureza da nossa paróquia, o meu princípio é que, como afirmava São Paulo, a fé sem obras é uma fé morta e estando em um bairro tão vulnerável, com tantas necessidades, nós agimos e atuamos socialmente também. Trabalhamos com a delinquência infanto-juvenil, onde vemos que o jovem é cooptado pelo tráfico e nós procuramos agir com essa juventude, oferecemos um trabalho totalmente*

> *gratuito através de várias parcerias com o poder público e com empresas. Oferecemos a parte de arte e cultura: aulas de música, técnica vocal, aulas de bale e formação para adquirir um bom emprego através de cursos profissionalizantes em parceria com o Sesi e Senai: mecânica básica, pedreiro, gesseiro, eletricista e outros cursos profissionalizantes que garantem a esses jovens abrir uma porta de emprego. Trabalhamos também na Vila Verde, que é uma área bem vulnerável, através de um projeto em parceria com a prefeitura e o governo federal. Trabalhamos com a prefeitura junto a 70 adolescentes oferecendo educação ambiental, informática, educação humana, educação para a vida. Obviamente que o número é pequeno olhando a quantidade de jovens que necessitam dessa formação na região. Somando todos os projetos, nós atuamos junto a umas 200 crianças e adolescentes nessa área de formação. Para que o adulto possa se inserir também nesse meio, trabalhamos com projetos de geração de renda visando dar dignidade às pessoas. Esse projeto de geração de renda em parceria com o governo estadual, envolve 3 padarias comunitárias. Nosso objetivo é dar todo o suporte para que essas senhoras possam ganhar o sustento da família, oferecendo pães, bolos, salgados e doces mais barato à comunidade, com uma margem aí de 30% a 50% a menos do que em qualquer outra padaria. Então isso beneficia muito a comunidade, tanto que tem uma demanda enorme nas 3 padarias comunitárias. Para adultos também, eles entram nesses cursos profissionalizantes de geração de renda e cursos que são diplomados pelo SESI e pelo SENAI, que é um diploma importante para a carreira deles* (LÍDER B, PARÓQUIA NOSSA SENHORA A LUZ, 2013).

Em síntese, o trabalho da Paróquia Nossa Senhora da Luz junto à comunidade se volta para o atendimento da delinquência infanto-juvenil, formação na área de arte e cultura, cursos para a melhoria da empregabilidade dos jovens em parceria com o SESI e SENAI, educação ambiental para adolescentes e projetos de geração de renda, bem como cursos profissionalizantes para adultos.

Sobre as iniciativas desenvolvidas pelo Centro de Assistência Social Divina Misericórdia, o líder C faz este relato:

> *O Centro de Assistência Social Divina Misericórdia presta serviços na área da assistência social e educação. São atendidas hoje 900 crianças e adolescentes e 150 idosos, com trabalho extensivo às famílias e a toda a comunidade. Temos 05 unidades de atendimento: 02 unidades de educação infantil (03 meses a 05 anos), 02 unidades de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (06 a 16 anos) e 01 unidade de convivência para pessoas idosas. Nossa missão é "ser um espaço qualificado de atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos socioassistenciais e educacionais às crianças, aos adolescentes, aos idosos, às famílias e pessoas para o enfrentamento da vulnerabilidade social e a conquista da cidadania"* (LÍDER C, CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVINA MISERICÓRDIA, 2013).

Observa-se no depoimento do líder C que, embora o Centro de Assistência Social Divina Misericórdia atenda às famílias e a toda a comunidade, o foco principal de seu trabalho é a educação de crianças e adolescentes e assistência social aos idosos.

No que se refere ao trabalho desenvolvido junto à comunidade pela Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II, o líder D assim o descreve:

> *Nossa instituição desenvolve um trabalho cuidando da comunidade: iluminação, limpeza de bueiros entupidos e poda de árvore. Mas, como a gente tem esse espaço de 438 metros cedido pela Cohab como comodato, nós trabalhamos com projetos para crianças, adultos, idosos e jovens. Para crianças de 6 a 14 anos a gente tem um projeto social que funciona no contraturno. São oficinas culturais que tem violino, violão, informática, artes e atividades esportivas. Para adultos a gente oferece um outro projeto, que atende 210 adultos com violino, violão, artesanato e informática. Trabalhamos com atividades de alongamento junto a 30 idosos que são hipertensos. E temos um sopão toda terça-feira que atende 81 famílias e uma horta comunitária plantada com adubo orgânico* (LÍDER D, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CONJUNTO OSWALDO CRUZ II, 2013).

Percebe-se que o trabalho original da Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II se volta para os cuidados ambientais com o bairro, mas que, em decorrência do comodato de um imóvel junto à Cohab, a instituição tem conseguido oferecer atividades a adultos, idosos e crianças, atendendo estas últimas no contraturno escolar, o que é muito importante como forma de prevenção às drogas, uma vez que elas são retiradas da ociosidade nas ruas.

O trabalho desenvolvido pelo Projeto Vida Promoção Social junto à comunidade da CIC é relatado pelo líder E nos seguintes termos:

> *No Projeto Vida, conhecido também como Vida Promoção Social, nós temos um trabalho amplo. Nós temos equipes que trabalham dentro das escolas estaduais, municipais e particulares a nível de prevenção às drogas. Nós temos também uma escola chamada escola de voluntariado, que acontece na nossa sede, onde vem pessoas de todos os lugares do Brasil e até fora do Brasil para fazer a escola de voluntariado, no qual muitos deles, acabam ficando um tempo trabalhando no Projeto Vida, onde hoje nós temos mais de 60 voluntários que trabalham em todos esses empreendimentos. Nós temos também a Escola Social que atende crianças que estão em risco de periculosidade. Trabalhamos com essa crianças, a escolinha de futebol, arte, dança, teatro, informática, reforço escolar e grafite. Nós usamos isso como forma de atrair as crianças, os jovens e os adolescentes, para que eles possam aprender. Muitos deles, vindo aqui para o Projeto, acabam tendo uma nova referência de amizade. Nós os incentivamos a estudar, a ter um futuro melhor, e junto com isso nós fazemos várias aulas práticas, como por exemplo, os cuidados com o rio. Muitas vezes eles passam pela beira do rio, catando lixo, catando papel. A última vez nós catamos em torno de 2 toneladas de lixo, de tanta sujeira que tinha, para que eles comecem a ter essa consciência ambiental. É nisso que o Projeto Vida trabalha* (LÍDER E, VIDA PROMOÇÃO SOCIAL, 2013).

Observa-se pelo depoimento do líder E que o trabalho do Projeto Vida está centrado na prevenção de drogas junto a alunos de escolas públicas e particulares *in loco*, bem como no fornecimento de atividades em sua sede para crianças em situação de risco de periculosidade, as quais participam também de aulas práticas com foco na preservação do meio ambiente.

Assim se expressa a Associação de Moradores das Moradias Zimbros sobre o trabalho que efetua junto à comunidade da CIC, o qual está focado no fornecimento de atividades a crianças e adolescentes no contraturno escolar.

> *Aqui na Asmozi nós desenvolvemos um projeto de contraturno. Atendemos 150 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, de área de risco e que a nossa garotada recebe um bocado diverso de oficinas de literatura, leitura, desenvolvimento das tarefas escolares, esporte, lazer, recreação, artes, culinária, pesquisa escolar, informática, internet, preservação do meio ambiente e uma infinidade de outros assuntos, além da música, teatro e dança, que nós conseguimos com nossos próprios recursos ou projetos municipais, estaduais ou federais, ou então também através de parcerias. Os parceiros vem e propõe as oficinas para a turma toda* (LÍDER F, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS MORADIAS ZIMBROS, 2013).

O trabalho do Instituto Pró-Cidadania junto à comunidade da CIC, assim como aos demais bairros da cidade, volta-se para atendimento a pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, independentemente de idade. O líder G assim situa o trabalho desenvolvido pelo IPCC:

> *O IPCC atua na área social atendendo a população em situação de risco e vulnerabilidade social, desenvolvendo campanhas, projetos na área de educação, esporte e prevenção à saúde. Em média atendemos 600 mil pessoas por ano, computando todos os bairros* (LÍDER G, INSTITUTO PRÓ-CIDADANIA, 2013).

Conforme pode-se perceber, as organizações comunitárias da CIC atuam em várias frentes na comunidade, tendo uma ação voltada ao atendimento de problemas socioambientais diversos. Diante da importância que as iniciativas socioambientais desenvolvidas por essas instituições sejam sustentáveis, garantindo a sua continuidade ao longo do tempo, outra questão colocada às lideranças comunitárias foi: qual a origem dos recursos que financiam as ações sociais da instituição?

A origem dos recursos que financiam as iniciativas sociais desenvolvidas pela Paróquia Santa Edwirges, de acordo com o Líder A, é variada e os recursos são

levantados com dificuldade, uma vez que conseguir doações exige muito trabalho e muitos esforços.

> *Os nossos recursos vem de doações, vem de bazares de usados, vem da venda de pão, de salgadinhos, vem da campanha do óleo usado de cozinha, que nós vendemos para garantir alimentação das crianças, porque o projeto na FAS não contempla alimentação completa para a criança, e sim apenas um lanche, seja quando ela vai para a escola, seja para aqueles que retornam da escola e ficam aqui no projeto. Mas como é que eu posso me sentir tranquilo, feliz tendo uma alimentação normal, vendo a criança que chega da escola ou que vai para a escola apenas com um lanche? Então nós, como paróquia, como igreja, como associação, fizemos a opção de correr atrás de benfeitores, de doadores que nos deem a possibilidade de dar uma alimentação de qualidade para essas crianças. Então ao chegar aqui pela manhã elas tomam o café, elas almoçam a refeição completa que eu e qualquer pessoa que trabalha aqui tomamos e o lanche à tardinha quando elas voltam para casa. Mas isso nos custa muito, isso é fruto de muito trabalho, de muita doação. E para ajudar nessa alimentação, alguns meses atrás nós lançamos a campanha do óleo reciclável de cozinha que nós vendemos para poder comprar carne, comprar verdura, comprar fruta para darmos uma alimentação saudável para as nossas crianças* (LÍDER A, PARÓQUIA SANTA EDWIRGES, 2013).

As iniciativas socioambientais desenvolvidas pela Paróquia Nossa Senhora da Luz são mantidas com recursos advindos da própria comunidade e do governo municipal e estadual, pois segundo o Líder B:

> *Em primeiro lugar a gente conta a doação de 10% do dízimo que é recolhido nas comunidades em que atendemos, cujos recursos pagam funcionários. A parte dos cursos é financiada pela parceria com o Ponto de Cultura da FAS. E o projeto de geração de renda é financiado pela parceria que mantemos com o governo do Estado* (LÍDER B, PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA LUZ, 2013).

O líder C, do Centro de Assistência Social Divina Misericórdia, ao explicar a origem dos recursos que financiam o trabalho desenvolvido pela instituição na comunidade, relata que os recursos que recebe não são suficientes e destaca a importância da participação das empresas no financiamento dessas ações mediante o uso de incentivos fiscais, entretanto, entende que falta divulgação dessas possibilidades.

> *Cada projeto tem uma fonte de recursos. As unidades de educação infantil são mantidas com recursos vindos de convênio com a Secretaria de Educação, contribuição dos pais e eventos beneficentes. As unidades de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos são mantidas com convênio do Conselho Municipal de Assistência Social e recursos de eventos beneficentes. Nestas unidades temos um projeto que se chama Espaço Cidadão Musical que é patrocinado por empresas via incentivos fiscais pelo Ministério da*

> *Cultura. A unidade de convivência de idosos é mantida exclusivamente com recursos de eventos beneficentes. Os recursos públicos que recebemos estão aquém do custo do atendimento dos usuários; eles não cobrem 30% do que necessitamos. Se considerarmos que o que fazemos seria responsabilidade do Estado, poderíamos receber bem mais. A doação das empresas também faria bastante diferença e elas seriam beneficiadas com incentivos. Falta ainda muita divulgação destas possibilidades* (LÍDER C, CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVINA MISERICÓRDIA).

Os recursos que financiam as iniciativas socioambientais realizadas pela Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II são originários de parcerias com o Governo Federal e com o Governo Municipal.

> *A gente tem um projeto para os adultos, é o Ponto de Cultura, uma parceria entre a Fundação Cultural de Curitiba e o Ministério da Cultura de Brasília - o recurso é federal. O projeto das crianças é o Subvenção Social, que o recursos vem da FAS - Fundação de Ação Social que nos repassa. E daí a gente corre atrás de emenda orçamentária de vereadores para reforma, para a manutenção do espaço, o CONTIBA, que também é um recurso que é uma per capita que eles dão todo ano por criança que entrar para o projeto* (LÍDER D, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CONJUNTO OSWALDO CRUZ II).

As iniciativas realizadas pelo Projeto Vida Promoção Social contam com recursos de diversas fontes, entre as quais: parceria com o Instituto Bosch, parcerias com o governo federal e doações de voluntários via conta de luz. Entretanto, a instituição destaca a necessidade permanente de mais recursos, em função de que as demandas são sempre maiores que as entradas. Nas palavras do líder E:

> *Nós temos vários colaboradores que nos ajudam, mas sempre as demandas são maiores que as entradas. Hoje nós temos uma empresa que nos ajuda que é o Instituto Robert Bosch, que nos dá uma ajuda. Nós temos também, uma pequena ajuda do governo federal via PET e Pró-Jovem. Pessoas voluntárias nos ajudam através da conta de luz: 3,00, 5,00. Agora, sempre nós temos aquele desejo de fazer algo a mais para suprir a necessidade da comunidade, mas na maioria das vezes, todos os meses nos faltam recursos. Então a gente precisa correr atrás, até porque nós temos projetos para realizar, como a própria quadra que está em construção. Temos o desejo de ter uma área maior pra nós investirmos numa casa de recuperação. São tantas outras coisas que nós precisamos e precisamos realmente de mais recursos* (LÍDER E, PROJETO VIDA PROMOÇÃO SOCIAL, 2013).

Quanto às fontes de financiamento das iniciativas de RSA desenvolvidas pela Associação de Moradores das Moradias Zimbros, segundo o líder F, os recursos são oriundos do Governo Federal por meio do Ministério da Cultura, das parcerias com

diferentes secretarias municipais, bem como de algumas empresas parceiras, embora sejam contribuições pequenas, como ele esclarece.

> *Grande parte dos recursos vem da Prefeitura em conjunto com o governo federal, através do Ministério da Cultura, ou através do serviço social do governo federal. Também nós recebemos alguma coisa de ajuda financeira, mas é bem pequena, de algumas empresas da região, por exemplo a Aker Solutions é uma das nossas grandes parceiras, o Grupo J. Malucelli e temos também a Uninter que vem apenas com profissionais para realização de atividades e oficinas. Assim como a unidade de saúde municipal que também vem com atividades, o CRAS. O trabalho é conjunto com a gente. Outras empresas, a Positivo, a New Holand, eles fazem interferência sistemática, uma ou duas vezes ao ano, principalmente quando tem alguma coisa na linha de presentes, ou na linha de algum evento cultural, que eles convidam para a participação. A Fundação Cultural de Curitiba também é nossa grande parceira, a Secretaria do Meio Ambiente, enfim, todas as secretarias estão vinculadas à Associação e trabalhamos em conjunto com elas sempre* (LÍDER F, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS MORADIAS ZIMBROS).

No que diz respeito às fontes de financiamento das iniciativas promovidas pelo Instituto Pró-Cidadania de Curitiba, vale notar que, entre as organizações comunitárias pesquisadas, esta é a única que recebe recursos da PMC via programas diferenciados como os oriundos dos programas Lixo que Não é Lixo, lojas Leve Curitiba e recursos oriundos de leilões da Receita Federal, possivelmente pelo fato de se tratar de uma organização comunitária ligada diretamente ao município. O líder G explica a natureza da instituição e a forma de obtenção dos recursos:

> *Embora ligada ao município de Curitiba, o IPCC é uma organização não governamental e ele pode receber doações das empresas e de pessoas físicas, porque o IPCC faz um trabalho social. Então há trabalhos no IPCC que são feitos em conjunto com as empresas e há doações por elas feitas, que também são realizadas para ajudar a sustentar o trabalho do IPCC. Parte dos recursos do IPCC provém da venda do material reciclado coletado pelo programa "lixo que não é lixo" da PMC. Os resíduos são processados na Unidade de Valorização de Rejeitos (UVR) no município de Campo Magro. Toda a produção é vendida às empresas gestoras deste material. Outra fonte de recursos é proveniente dos "Bistros Curitiba" e de produtos ofertados nas lojas "Leve Curitiba". Esses pontos de comercialização estão instalados em parques turísticos da cidade e no Aeroporto internacional de Curitiba. Os leilões de móveis e a venda de produtos importados doados pela Receita Federal, comercializados no ônibus de importados do IPCC são parte da sustentabilidade do Instituto* (LÍDER G, INSTITUTO PRÓ-CIDADANIA DE CURITIBA).

Após o levantamento dos principais problemas socioambientais da CIC na percepção das lideranças comunitárias e após o entendimento do trabalho que cada organização comunitária exerce junto à comunidade, bem como do levantamento das

fontes de recursos que financiam o trabalho delas, passa-se ao entendimento da percepção que os líderes comunitários têm das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo, sobretudo em relação às iniciativas socioambientais por elas desenvolvidas.

Goldstein (2007, p.7) acredita que os consumidores contemporâneos têm se revelado atentos às atitudes corporativas, preferindo optar por marcas ligadas a investimentos sociais, culturais e ambientais. Considerando o que reconhece a Comissão da Comunidade Europeia (2001, p.12), que a reputação de uma empresa em sua zona de implantação, a sua imagem, não só como empregador e produtor, mas também como agente no plano local, é fator que influencia a sua competitividade, e o que lembram Bodet e Lamarche (2007), que o ataque à reputação das firmas pode ser considerado o ponto de partida da grande maioria das iniciativas de RSA das empresas, buscou-se compreender qual a imagem que os líderes comunitários tem destas empresas.

O Quadro 17 traz a imagem que os líderes comunitários têm da empresa Aker Solutions, observando-se que à exceção do líder F, que relaciona a imagem dela como uma empresa que se preocupa com a comunidade, todos os demais líderes responderam que não conhecem a empresa, em que pese o fato de ela estar sediada na CIC desde 1995.

Quadro 17 - Imagem que os líderes comunitários da CIC têm da empresa Aker Solutions

Líder comunitário	Imagem da empresa Aker Solutions
A	Não conheço a empresa.
B	Esta empresa eu não ouvi falar, Aker Solutions. Também não tenho nem ideia com o que ela trabalha.
C	Não conheço a empresa.
D	Não conheço a empresa.
E	Não conheço a empresa.
F	A imagem de uma empresa que se preocupa com a comunidade. Nós tivemos um bom envolvimento em termos de doações com a Aker Solutions, em termos de patrocínio e eles já vieram visitar a gente aqui, já estão cientes dos nossos problemas da comunidade, levam os nossos meninos e meninas para jogar nos campos deles, patrocinam amistosos com o (Três Marias), uma série de coisas e agora, dia 08 de junho, vai ter um espaço nosso que nós vamos inaugurar com o nome da Aker Solutions, então essa empresa tem investido bastante em nossa instituição. Mas ainda cabe muito mais namoro e muito mais casamento com ela.
G	Não sei o que faz e realmente não vem nada. Só sei que deve ser uma multinacional pelo nome, mas também pode não ser

Fonte: Elaborado pela autora.

No Quadro 18 pode-se visualizar a imagem que a comunidade tem da empresa Bosch, verificando-se que a empresa é predominantemente vista como uma boa empregadora e como uma empresa envolvida com o trabalho social junto à comunidade.

Quadro 18 - Imagem que os líderes comunitários da CIC têm da empresa Bosch

Líder comunitário	Depoimento
A	Uma grande empresa que oferece emprego para muitas pessoas.
B	Uma multinacional que remunera razoavelmente, porém não tem uma relação humana, porque quando querem demitir, demitem. Na comunidade da Vila Verde eles têm um trabalho de envolvimento com a comunidade sob o aspecto social.
C	Uma empresa forte a princípio. Bons salários. Lembra também uma empresa envolvida com trabalho social.
D	Como eu moro aqui há 30 anos, posso dizer que é a empresa que todo mundo queria entrar lá. Quando à responsabilidade social, eu sei que ela desenvolve um trabalho na Vila Verde, que é próximo daqui.
E	Bosch lembra trabalho social, trabalho ambiental e envolvimento com a comunidade. Eu acho que a marca Bosch, principalmente o Instituto Robert Bosch tem um trabalho muito efetivo na região. Eles têm um trabalho de voluntariado do qual nós do Projeto Vida fazemos parte. Ela é conhecida não apenas como uma indústria na região, mas pelo seu envolvimento com a comunidade. Eu ligo a imagem dela também ao respeito que eles têm com o meio ambiente.
F	Já tentamos muitas vezes buscar parceria na Bosch, mas até o momento, nada. Isso é o que eu lembro.
G	Bosch me lembra uma vela de automóvel daquelas antigas. A marca Bosch está aqui, na minha cabeça, como uma imagem boa. Lembrando da vela, eu lembro do Ford 46 e lembro do meu pai.

Fonte: Elaborado pela autora.

A imagem que os líderes comunitários têm da empresa Denso pode ser visualizada no Quadro 19. Nele se verifica que os líderes comunitários A, B, D, E, F veem-na como uma grande empresa que gera empregos, entretanto eles aliam a marca Denso também à de uma empresa que não atua na comunidade da CIC, à exceção do sujeito B, que não menciona essa questão. Já o líder C declara que não tem uma imagem formada da empresa Denso por ouvir falar pouco dela e o mesmo acontece com o líder G, que afirma não ter uma imagem da empresa, porque não a conhece e nem se quer sabe o que a empresa faz.

Quadro 19 - Imagem que os líderes comunitários da CIC têm da empresa Denso

Líder comunitário	Depoimento
A	A imagem de uma grande empresa que emprega um grande número de funcionários aqui da minha região. Entretanto, nem eu conheço, nem penso que as pessoas da comunidade conheçam ações que essa empresa desenvolva.
B	Uma Multinacional, geradora de empregos.
C	Não ouço falar muito, então não tenho uma imagem dela.
D	É uma empresa boa para se trabalhar pois eu conheço algumas pessoas que trabalham lá. Quanto às parcerias com a comunidade, eu não conheço.
E	Uma indústria que gera empregos. Uma fábrica de máquinas e que não tem muito envolvimento com a comunidade.
F	Uma grande empresa, gera muitos empregos, mas nem atua na comunidade.
G	Não tenho uma imagem, porque eu não sei o que ela faz. A Denso provavelmente trabalha em uma área que ela não vai diretamente no consumo de varejo ou sei lá com quem eles trabalham, mas eu não conheço quase nada sobre ela.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à imagem que os líderes comunitários têm da empresa Furukawa, observa-se no Quadro 20 que a maior parte dos líderes liga a marca Furukawa ao produto que ela produz, cabos e fios elétricos. Os líderes A, E, F destacam que não têm conhecimento de envolvimento da empresa com ações sociais junto à comunidade e os líderes C e D, por sua vez, não têm uma imagem formada em relação à empresa Furukawa.

Quadro 20 - Imagem que os líderes comunitários da CIC têm da empresa Furukawa

Líder comunitário	Depoimento
A	Uma grande empresa que emprega grande número de funcionários aqui da minha região, m as nem eu conheço, nem penso que as pessoas da comunidade conheçam ações que essa empresa desenvolva.
B	Uma grande empresa que trabalha com cabos elétricos e que deve gerar bastante empregos.
C	Não tenho uma imagem dela. Não conheço.
D	Faz tanto tempo que não ouço falar dela, que eu acabo não tendo uma imagem dela.
E	Uma indústria de máquinas. Na nossa comunidade não tem envolvimento com a questão social.
F	Uma empresa que produz cabos e fios para uma série de atividades. A conhecemos porque ela é uma parceira que investe bastante no Instituto Tibagi, no centro, onde são capacitados meninos e meninas, como adolescentes aprendiz, para depois voltar pra dentro das empresas e até mesmo atuarem dentro da Furukawa. Porém, na nossa região CIC norte, creio que todo mundo desconhece qualquer tipo de trabalho ou atuação da Furukawa na linha socioambiental.
G	Me lembra cabos elétricos, mas não sei se é o que eles produzem.

Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere à imagem que os líderes comunitários tem da empresa Volvo, verifica-se no Quadro 21 pelos depoimentos deles que predominantemente a empresa está ligada à imagem de uma grande empresa. Três dos sete líderes ouvidos mencionam o envolvimento social da empresa com a comunidade, três afirmam que desconhecem tal trabalho e um líder comunitário liga a marca Volvo a organização, democracia e responsabilidade socioambiental.

Quadro 21 - Imagem que os líderes comunitários da CIC têm da empresa Volvo

Líder comunitário	Depoimento
A	Uma grande empresa que emprega grande número de funcionários aqui da minha região. Não conheço ações que essa empresa desenvolva junto à comunidade.
B	Uma multinacional que tem fama de remunerar bem, mas quando precisam despedir dentro de um esquema global, despedem e as famílias, obviamente, a gente sente as consequências aqui na igreja. Não tenho conhecimento de trabalho social.
C	Uma ótima empresa, que é assim também, quem consegue entrar lá é sortudo. Para nós aqui na região é uma empresa que investe nas entidades sociais, nos projetos sociais.
D	A imagem de uma empresa envolvida com a comunidade ao redor dela. A Volvo tem trabalhos em parceria com a FAS, não é com a comunidade em si. Ela desenvolve atividades com a comunidade próxima e dentro da empresa tem um espaço onde ela desenvolve algumas oficinas. Esse espaço é aberto para visitação 1 ou 2 vezes no ano para conhecer o Parque Ecológico deles, até inclusive já fomos lá.
E	Aqui na região ela lembra mais só como uma grande indústria e não muito envolvimento com a comunidade.
F	A Volvo é uma grande empresa. Ela abre anualmente uma oficina através do IPCC, onde a gente leva 45 a 50 crianças e adolescentes, onde eles participam de uma atividade lá dentro da empresa e ganham presente ou então um brinde e também morreu ali, não temos um trabalho mais intenso, mais profundo nesse sentido.
G	Volvo lembra o título do Brasil na Suécia em 1958, lembra um povo bem organizado, lembra a social democracia, lembra uma empresa bem organizada, responsável em termos socioambientais. Eu não conheço as entranhas da empresa, mas a imagem que tenho dela é boa.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os líderes comunitários tiveram de responder também, se consideram as empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo responsáveis em termos socioambientais, constatando-se, conforme Quadro 22, que: a Denso recebeu apenas uma resposta afirmativa; a Aker Solutions e a Furukawa receberam duas respostas afirmativas e a Bosch e a Volvo receberam cinco respostas afirmativas. Destaca-se que a maior parte dos líderes comunitários desconhece se as empresas Aker Solutions, Denso e Furukawa são responsáveis em termos socioambientais.

Quadro 22 - A empresa é responsável em termos socioambientais?

Empresa	Líder	Avaliação	Empresa	Líder	Avaliação
Aker Solutions	A	sim	Furukawa	A	sim
	B	desconheço		B	desconheço
	C	desconheço		C	desconheço
	D	desconheço		D	desconheço
	E	desconheço		E	desconheço
	F	sim		F	sim
	G	desconheço		G	desconheço
Bosch	A	sim	Volvo	A	sim
	B	sim		B	não
	C	sim		C	sim
	D	desconheço		D	sim
	E	sim		E	sim
	F	não		F	não
	G	Sim		G	sim
Denso	A	Sim			
	B	Não			
	C	desconheço			
	D	desconheço			
	E	desconheço			
	F	não			
	G	desconheço			

FONTE: Elaborado pela autora.

No Quadro 23 foram propostas algumas categorias para avaliação dos líderes comunitários sobre o modo como as empresas estruturam suas iniciativas de RSA em sua interface com a comunidade da CIC. Os resultados sinalizam a necessidade de as empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo repensarem as relações que estabelecem com a comunidade da CIC no que se refere às categorias propostas. Chama a atenção o desconhecimento das lideranças comunitárias em relação à forma como as empresas atuam nessas categorias, sobretudo as empresas Aker Solutions, Denso e Furukawa.

Quadro 23 - Avaliação dos líderes comunitários da Cidade Industrial de Curitiba sobre o modo como as empresas estruturam suas iniciativas de responsabilidade socioambiental em sua interface com a comunidade da CIC

Categoria	Empresa	Avaliação dos Líderes comunitários						
		A	B	C	D	E	F	G
Diálogo da empresa com as lideranças comunitárias sobre os problemas gerados pela empresa que afetam direta ou indiretamente a comunidade.	Aker Solutions	0	0	0	0	1	7	0
	Bosch	0	1	0	0	10	0	7
	Denso	0	0	0	7	7	0	0
	Furukawa	0	0	0	0	3	3	0
	Volvo	0	0	7	3	7	3	7
Transparência quanto aos critérios de escolha dos projetos de RSA desenvolvidos na comunidade.	Aker Solutions	0	0	0	0	1	7	0
	Bosch	0	3	0	0	10	0	3
	Denso	0	0	0	3	3	0	0
	Furukawa	0	0	0	0	3	7	0
	Volvo	0	0	7	0	3	3	3
Medidas adotadas pela empresa para gerir seus impactos sociais e ambientais na comunidade.	Aker Solutions	0	0	0	0	1	3	0
	Bosch	0	3	0	0	7	0	7
	Denso	0	0	0	3	3	0	0
	Furukawa	0	0	0	0	3	0	0
	Volvo	0	0	7	0	7	0	7
Qualidade dos projetos de RSA desenvolvidos na comunidade.	Aker Solutions	0	0	0	0	1	7	0
	Bosch	0	3	7	0	10	0	7
	Denso	0	0	0	3	3	0	0
	Furukawa	0	0	0	0	3	3	0
	Volvo	0	0	7	0	3	0	7
Divulgação dos projetos de RSA desenvolvidos na comunidade.	Aker Solutions	0	0	0	0	1	3	0
	Bosch	0	3	7	0	10	0	7
	Denso	0	0	0	1	1	0	0
	Furukawa	0	0	0	0	3	0	0
	Volvo	0	0	7	0	7	0	7
Benefícios gerados pelos projetos de RSA à comunidade.	Aker Solutions	0	0	0	0	1	7	0
	Bosch	0	3	7	0	7	0	7
	Denso	0	0	0	1	1	0	0
	Furukawa	0	0	0	0	1	3	0
	Volvo	0	0	7	0	3	0	7
Participação na solução dos problemas da cidade.	Aker Solutions	0	0	0	0	1	7	0
	Bosch	0	1	7	1	10	0	7
	Denso	0	0	0	0	1	0	0
	Furukawa	0	0	0	0	3	3	0
	Volvo	0	0	7	0	3	0	7
Nível de acesso da comunidade à empresa.	Aker Solution	1	0	0	0	1	7	0
	Bosch	1	3	7	1	7	3	3
	Denso	1	0	0	3	3	0	0
	Furukawa	1	0	0	1	1	3	0
	Volvo	1	0	7	1	3	3	3

Fonte: Elaborado pela autora.
Nota: 0 = desconheço; 1= péssimo; 3=ruim; 7= bom; 10= ótimo.

Outra questão de suma importância no desenvolvimento de iniciativas de RSA das empresas é o envolvimento da comunidade, bem como o levantamento de suas demandas. Segundo Giaretta, Fernandes e Philippi Jr. (2012), o envolvimento da sociedade na gestão ambiental local tem contribuído de maneira significativa para avanços na formulação, na execução e no acompanhamento das políticas e dos projetos ambientais.

A gestão ambiental do desenvolvimento sustentável é, sobretudo, um convite à ação dos cidadãos para participar na produção de suas condições de existência e em seus projetos de vida (LEFF, 2009, p.57). E, como apropriadamente declara Celio Nieves, Presidente do Conselho de Bogotá: *"Lo essencial es escuchar los problemas de la comunidade"* (CONCEJO CÓMO VAMOS, 2010). Também Tam (2012, p.14) reconhece que a população local deve ter a oportunidade de identificar suas necessidades e contribuir para encontrar soluções. Dowbor (2014, p.1) constata que participação funciona, que não há nada como criar espaços para que seja ouvida a população, se queremos ser eficientes.

Reconhecendo-se a importância de as empresas alinharem suas iniciativas de RSA às demandas da comunidade, buscou-se levantar junto aos líderes comunitários da Cidade Industrial de Curitiba se eles tinham conhecimento se as empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo vieram conhecer a comunidade, ouvi-la e levantar as suas demandas.

No Quadro 24 pode-se observar a necessidade de uma maior interação das empresas com a comunidade, no sentido de ouví-la para levantar as suas demandas. Na empresa Furukawa que declarou anteriormente que visita a comunidade do entorno para conhecê-la e ouví-la, todos os líderes comunitários desconhecem que a empresa tenha tomado essa iniciativa. E, mesmo nas empresas Bosch e Volvo, que informaram que fazem o mapeamento formal das demandas da comunidade, boa parte dos líderes comunitários não têm conhecimento disto. Dois motivos podem ajudar a explicar esses resultados: 1) o fato do mapeamento feito pelas empresas estar sendo feito apenas junto à comunidade do entorno, não abrangendo todas as comunidades do bairro CIC, pode estar levando a esse desconhecimento da existência desse mapeamento da comunidade pelos líderes comunitários, uma vez que as organizações comunitárias estão distribuídas em diferentes regiões da CIC; 2) No caso da Bosch e da Volvo, especificamente, é possível que pelo fato do mapeamento da comunidade estar sendo executado pelo parceiro Serviço Social da Indústria (SESI/PR) e não diretamente pelas empresas, a comunidade não se dê conta de que o interesse em ouvi-la partiu dessas empresas.

Quadro 24 - Percepção das lideranças comunitárias da Cidade Industrial de Curitiba sobre se as empresas vieram até a comunidade para conhecê-la, ouvi-la e levantar as suas demandas

Indústria	Líder	Resposta
Aker Solutions	A	Desconheço
	B	Não
	C	Não
	D	Não
	E	Não
	F	Sim
	G	Não
Bosch	A	Desconheço
	B	Não
	C	não
	D	sim
	E	sim
	F	não
	G	Sim
Denso	A	Desconheço
	B	Não
	C	Não
	D	Não
	E	Não
	F	Não
	G	Não
Furukawa	A	Desconheço
	B	Não
	C	Não
	D	Não
	E	Não
	F	Não
	G	Não
Volvo	A	Desconheço
	B	Sim
	S	Não
	D	Não
	E	Não
	F	Não
	G	Sim

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando a importância de realizar um *feedback* sobre a atuação socioambiental das empresas na comunidade, procurou-se levantar os pontos fortes e as deficiências do trabalho de cada uma delas nesse sentido. No Quadro 25 podem-se identificar os pontos fortes e deficiências do trabalho da Aker Solutions junto à comunidade, evidenciando-se que dois pontos fortes foram mencionados: a geração de empregos (líderes D e G) e o diálogo com a comunidade para levantar suas demandas (líder F). Uma deficiência apontada ao trabalho da empresa é a existência de uma mentalidade predominante de pensar que ao gerar empregos e pagar impostos, a empresa já cumpriu a sua parte perante a sociedade (líder G). Destaca-se, por fim, que cinco líderes comunitários alegam que desconhecem o trabalho social da Aker Solutions junto à comunidade.

Quadro 25 - Pontos fortes e deficiências do trabalho da Aker Solutions junto à comunidade na percepção dos líderes comunitários

Líder Comunitário	Pontos Fortes	Deficiências
A	Desconheço.	Eu desconheço o trabalho que ela realiza, então não posso avaliar .(1)
B	Desconheço.	Desconheço.
C	Nenhum.	Desconheço.
D	Geração de emprego.	Não conheço as iniciativas, então não sei as deficiências.
E	Desconheço.	Desconheço.
F	O ponto forte é que eles estiveram na comunidade, levantaram os problemas e fizeram parcerias com a associação.	Não nada para reclamar, porque temos uma boa parceria de trabalho.
G	Geração de emprego.	Há uma deficiência permanente de todas elas. É uma mentalidade que é dominante de dizer: "bom, nós já damos emprego, nós já pagamos nossos impostos, a nossa parte pela sociedade está feita". E vive-se em um mundo em que as grandes empresas têm um mundo à parte.(1)

Fonte: Elaborado pela autora.
(1) Os líderes comunitários A e G solicitaram que esta resposta fosse repetida como deficiência para as empresas Bosch, Denso, Furukawa e Volvo, pois acreditam que a deficiência é a mesma em todas as empresas.

No Quadro 26 encontram-se os pontos fortes e as deficiências do trabalho da empresa Bosch junto à comunidade, observando-se que o principal ponto forte apontado pelos líderes comunitários é a geração de empregos. Como deficiências, foram apontadas as seguintes: diálogo incipiente com a comunidade, sobretudo com os líderes comunitários (líderes B, D, E, F); atender apenas à comunidade do entorno em suas iniciativas (líder C); e a existência de uma mentalidade predominante de que ao gerar empregos e pagar impostos, já fez a sua parte perante a sociedade (líder G).

Quadro 26 - Pontos fortes e deficiências do trabalho da Bosch junto à comunidade na percepção dos líderes comunitários

Líder	Pontos Fortes	Deficiências
A	Gera muitos empregos.	Eu desconheço o trabalho que ela realiza, então não posso avaliar.
B	Muita gente trabalha lá.	Vir e escutar a comunidade, se reunir, perceber que ações podemos fazer para que a comunidade tenha melhores condições de vida, então mais diálogo com a comunidade, sobretudo, com as lideranças obviamente.
C	Na nossa comunidade: desconheço.	Eu sei que elas desenvolvem um trabalho, mas muito restrito à comunidade do entorno da empresa. Então a deficiência é esta: eles não desenvolvem um trabalho mais amplo envolvendo a comunidade da CIC como um todo.
D	Geração de emprego e imposto que contribui para o município, que é bem alto. A maior arrecadação hoje é dessas empresas aqui da região.	Falta abertura: a gente não tem um diálogo direto com a empresa. Só indiretamente e também se tivesse um diálogo mais aberto, quem sabe se a região não melhoraria? Porque a gente, enquanto comunidade, sabe as dificuldades das pessoas, das famílias, dos jovens e adolescentes que poderiam estar diretamente lá dentro trabalhando ou contribuindo para melhorar a nossa região.
E	Ajuda as entidades com um trabalho de voluntariado forte junto à comunidade.	A empresa tem feito um bom trabalho, mas sempre pode melhorar na questão de estar envolvendo mais a comunidade nos seus projetos.
F	Desconheço.	A Bosch pode vir mais na comunidade, fica aqui do ladinho, pode investir muito mais e não custa mandar uma pessoa aqui conhecer o nosso trabalho ou então até levar a gente lá para conhecer o trabalho deles. Eles têm como investir e dá para fazer parcerias maravilhosas com eles.
G	O primeiro ponto forte é a geração de empregos, os outros, não sei.	Há uma deficiência permanente de todas elas. É uma mentalidade que é dominante de dizer: "bom, nós já damos emprego, nós já pagamos nossos impostos, a nossa parte está feita". E vive-se em um mundo em que as grandes empresas têm um mundo à parte.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à avaliação dos líderes comunitários da CIC sobre os pontos fortes e as deficiências do trabalho da Denso junto à comunidade, observa-se no Quadro 27 que a maioria desconhece os pontos fortes da empresa, à exceção dos líderes D e G, que apontam sua importância na geração de empregos. No que se refere às deficiências do trabalho da empresa junto à comunidade, verifica-se que à exceção líder G, que afirma haver uma mentalidade predominante dentro da empresa de que ela já faz a sua parte pela sociedade ao gerar empregos e impostos, todos os demais líderes apontaram questões que sinalizam fraco envolvimento ou nenhum envolvimento social da Denso com a comunidade.

Quadro 27 - Pontos fortes e deficiências do trabalho da Denso junto à comunidade na percepção dos líderes comunitários

Líder	Pontos Fortes	Deficiências
A	Desconheço	Eu desconheço que ela realize trabalhos junto à comunidade
B	Desconheço	É uma empresa que está aqui, usa a força de trabalho desta comunidade, mas não devolve nada para a melhoria do bem estar social da mesma.
C	Nenhum	Desconheço o trabalho que ela realiza junto à comunidade.
D	Geração de emprego.	Não temos nenhuma abertura e nem sei se ela contribui com algum órgão, que eu nunca ouvi falar.
E	Desconheço	A deficiência é não se envolver com a comunidade onde eles estão situados.
F	Desconheço	Falta investimento na comunidade. Eles podem investir muito mais e podemos trabalhar em conjunto.
G	Dá emprego, o resto eu não sei.	Há uma deficiência permanente de todas elas. É uma mentalidade que é dominante de dizer: "bom, nós já damos emprego, nós já pagamos nossos impostos, a nossa parte está feita". E vive-se em um mundo em que as grandes empresas têm um mundo à parte *.

Fonte: Elaborado pela autora.

No Quadro 28 pode-se constatar que a maioria dos líderes comunitários desconhece os pontos fortes do trabalho da Furukawa junto à comunidade, à exceção do sujeito G, que afirma que o ponto forte da empresa é a geração de empregos. Quanto às deficiências do trabalho da Furukawa junto à comunidade, assim como na Denso, a maior parte dos líderes comunitários apontou questões que sinalizam fraco envolvimento ou nenhum envolvimento da empresa com a comunidade.

Quadro 28 - Pontos fortes e deficiências do trabalho da Furukawa junto à comunidade na percepção dos líderes comunitários

Líder	Pontos Fortes	Deficiências
A	Desconheço.	Eu desconheço o trabalho que ela realiza, então não posso avaliar.
B	Desconheço.	Nunca ouvi falar dela e também não possui nenhum envolvimento com a comunidade.
C	Desconheço.	Desconheço o trabalho social dela.
D	Desconheço.	Não conheço nada, não posso dizer nem favorável nem contra.
E	Desconheço.	Desconheço.
F	Desconheço.	Falta de atuação em nossa comunidade.
G	Geração de empregos e impostos, através dos quais acabam ajudando a cidade.	Há uma deficiência permanente de todas elas. É uma mentalidade que é dominante de dizer: "bom, nós já damos emprego, nós já pagamos nossos impostos, a nossa parte está feita". E vive-se em um mundo em que as grandes empresas têm um mundo à parte.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto aos pontos fortes e às deficiências do trabalho da Volvo junto à comunidade, conforme se verifica no Quadro 29, quatro líderes comunitários afirmam que não conhecem os pontos fortes da empresa nesse sentido; dois apontam como ponto forte a geração de emprego e um deles considera que o ponto forte do trabalho dela na comunidade, são os investimentos sociais. Quanto às deficiências apontadas ao trabalho da Volvo junto à comunidade da CIC pelos líderes comunitários, observa-se que as mesmas recaem também em questões de relacionamento incipiente com a comunidade, além da deficiência apontada pelo sujeito G, que foi comum a todas as empresas, que é a mentalidade de a empresa acreditar que já cumpre seu papel perante a sociedade ao gerar empregos e impostos.

Quadro 29 - Pontos fortes e deficiências do trabalho da Volvo junto à comunidade na percepção dos líderes comunitários

Líder	Pontos Fortes	Deficiências
A	Desconheço.	Eu desconheço o trabalho que ela realiza, então não posso avaliar.
B	Desconheço.	Não fazem nenhum contato com a comunidade, nunca ouvi falar e eu estou aqui há 10 anos, nunca ouvi falar que a Volvo fizesse ações sociais e ambientais
C	Investimento em projetos sociais e investem alto em projetos na área da cultura.	Eles estão se abrindo agora. Pelo que eu sei, até poucos anos era também mais um trabalho interno, agora que eles estão se abrindo para novas possibilidades de engajamento.
D	Geração de emprego e também impostos.	A Volvo tem uma abertura, mas não diretamente com a comunidade. Ela sempre leva instituições comunitárias até lá e nós já fomos, inclusive, mas sempre através de um órgão do município, uma fundação.
E	Desconheço.	Eu acho que talvez o que eles precisavam é se envolver com a comunidade.
F	Desconheço.	A Volvo poderia vir mais na comunidade. Fica também aqui do ladinho. Não custaria ela enviar uma pessoa aqui conhecer o nosso trabalho ou então receber a gente lá para conhecer o trabalho deles. A empresa poderia investir muito mais e trabalhar em conjunto com a gente.
G	Geração de emprego e colabora com o transporte coletivo em Curitiba.	Há uma deficiência permanente de todas elas. É uma mentalidade que é dominante de dizer: "bom, nós já damos emprego, nós já pagamos nossos impostos, a nossa parte está feita". E vive-se em um mundo em que as grandes empresas têm um mundo à parte.

Fonte: Elaborado pela autora.

A questão da incipiência do diálogo das empresas com a comunidade aparece novamente no Quadro 30. Nele, vê-se que os líderes comunitários avaliam a direção do diálogo e cooperação das empresas com a comunidade, bem como avaliam a tipologia do diálogo e da cooperação que a comunidade estabelece com elas, observando-se que:

- A existência de diálogo e cooperação bidirecional com comunidade da CIC por parte da Aker Solutions é apontada apenas pelo sujeito F, que qualifica as relações dialógicas e cooperativas estabelecidas pela empresa como positiva, em função de haver um interesse real da empresa em manter um diálogo e cooperar com a comunidade.
- Na Bosch, os líderes comunitários B, C, E e G consideram que o diálogo e a cooperação da empresa com a comunidade da CIC é bidirecional, dos quais três deles avaliam a relação dialógica como positiva e um como negativa.
- Na Denso, apenas o líder E afirma que o diálogo com a empresa é unidimensional, só existindo diálogo da comunidade para com a empresa. Segundo ele, a relação dialógica e cooperativa com a Denso é negativa, só ocorrendo por obrigações legais e (ou) mercadológicas. Todos os demais líderes apontaram que não existe diálogo entre a empresa Denso e a comunidade.
- Em relação à empresa Furukawa, também todos os líderes apontaram a inexistência de diálogo da empresa com a comunidade da CIC.
- Na empresa Volvo, os líderes C e G afirmam que a direção do diálogo entre a Volvo e a comunidade é bidirecional e a relação dialógica é positiva, no sentido de que há um interesse real da empresa em manter um diálogo e cooperar com a comunidade; entretanto, o líder C faz a seguinte observação: *"é bidirecional, embora a gente tenha que se adaptar aos projetos deles"*. Já os líderes E e F enquadraram a direção do diálogo da empresa Volvo com a comunidade como unidimensional em função de só haver diálogo e cooperação da comunidade para com a empresa e os dois qualificam a relação dialógica e cooperativa como negativa, pois o diálogo e a cooperação só ocorrem por obrigações legais e (ou) políticas e mercadológicas. Segundo os líderes A, B e D, não há diálogo entre a empresa Volvo e a comunidade da CIC.

Quadro 30 - Direção e tipologia do diálogo e da cooperação que as empresas mantêm com a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos líderes comunitários

Empresa	Líder	Direção do diálogo e cooperação	Tipologia do diálogo e cooperação
Aker Solutions	A	0	0
	B	0	0
	C	0	0
	D	0	0
	E	0	0
	F	3	1
	G	0	0
Bosch	A	0	0
	B	3	2
	C	3, embora a gente tenha que se adaptar aos projetos deles.	1
	D	0	0
	E	3	1
	F	0	0
	G	3	1
Denso	A	0	0
	B	0	0
	C	0	0
	D	0	0
	E	2	2
	F	0	0
	G	0	0
Furukawa	A	0	0
	B	0	0
	C	0	0
	D	0	0
	E	0	0
	F	0	0
	G	0	0
Volvo	A	0	0
	B	0	0
	C	3, embora a gente tenha que se adaptar aos projetos deles.	1
	D	0	0
	E	2	2
	F	2	2
	G	3	1

Fonte: Elaborado pela autora.

Notas: 1: Direção do diálogo e cooperação: 0 = não existe diálogo 1= Unidirecional: só existem diálogo e cooperação da empresa com a comunidade; 2= Unidirecional: só existem diálogo e cooperação da comunidade com a empresa; 3= Bidirecional: existem diálogo e cooperação tanto por parte da empresa quanto da comunidade.

2: Tipologia do diálogo e cooperação: 0= Não há como qualificar, pois não há diálogo e cooperação com a comunidade; 1 = Relação positiva, pois há um interesse real da empresa em manter um diálogo e cooperar com a comunidade; 2 = Relação negativa, pois o diálogo e a cooperação só ocorrem por obrigações legais e (ou) políticas e mercadológicas.

Outra questão proposta para os líderes comunitários foi se eles perceberam se algum problema da comunidade estabilizou ou teve alguma melhoria, a partir de um projeto desenvolvido por uma dessas empresas. E, se sim, qual projeto.

Dos sete líderes entrevistados, quatro perceberam a melhoria de um problema comunitário a partir de projetos desenvolvidos pelas empresas Bosch e Volvo. Os projetos desenvolvidos pela Bosch que contribuíram para melhorar um problema

socioambiental na CIC foram: o projeto realizado com crianças no contraturno escolar na Vila Verde, que contribuiu para tirar as crianças das ruas (Líder B, Paróquia Nossa Senhora da Luz), e o projeto casamento em comunidade, uma iniciativa da Bosch, muito procurada pela comunidade, que contribuiu para aumentar o número de famílias constituídas legalmente e foi muito positivo para a comunidade (Líder E, Projeto Vida Promoção Social). Os projetos da empresa Volvo que, segundo os líderes comunitários, contribuíram para a melhoria de um problema socioambiental na comunidade da CIC foram: o Projeto Cidadão Musical, que possibilita o acesso à cultura, à música, ao canto e à arte para crianças e adolescentes, tirando-os das ruas (Líder C, Centro de Assistência Social Divina Misericórdia), e o trabalho da Volvo voltado para o transporte coletivo que contribuiu para sua eficiência, tornando-se referencial mundial (Líder G, Instituto Pró-Cidadania de Curitiba).

Ninguém melhor que os próprios líderes comunitários para avaliar se uma comunidade é participativa, quando ela é demandada a participar de algum evento ou projeto socioambiental; aspecto este fundamental para o sucesso das iniciativas de RSA oferecidas pelas empresas.

Segundo o líder A, da Paróquia Santa Edwirges, a comunidade da CIC é uma comunidade participativa. Já o líder B, da Paróquia Nossa Senhora da Luz, relata que:

> *Existe toda uma luta, porque eu vejo baixa participação. Na igreja mesmo durante a homilia eu procuro trabalhar com a comunidade, dizendo assim: "Temos que cuidar do rio, não podemos jogar lixo, tem placas sinalizando, denuncie se você ver alguém fazendo isso". Temos vários trabalhos voltados para os adolescentes, então pedimos aos pais: "mandem seus filhos, incentivem para a aula de música, teclado e balé". Tem uma juventude imensa e mesmo os projetos sendo gratuitos, onde muitas vezes pagamos até o passe de ônibus e o lanche, ainda assim a adesão é baixa. A CIC é nossa, o rio é nosso, a natureza é nossa, mas é baixo o envolvimento social* (LÍDER B, PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA LUZ).

O líder C, do Centro de Assistência Social Divina Misericórdia, destaca que: *"A participação da comunidade é ativa em todos os eventos que a instituição organiza".*

Quanto à participação comunitária nos eventos organizados pela Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II, o líder D salienta que a comunidade é participativa, entretanto, chama a atenção das empresas e do governo para a necessidade de criar uma cultura à participação comunitária oferecendo projetos frequentes e melhorando a divulgação dos projetos oferecidos, o que, segundo ele, criaria o hábito na população de participar de tudo.

> *A comunidade não é participativa porque quase não existe esse tipo de projeto, então se não existe, ela não tem o hábito de participar. Porque quando a gente faz alguma ação social e chama a comunidade ela está participando, ela quer vir, então é falta de hábito, de acostumá-la a participar de tudo. Se você tem o hábito de chamar para participar e mostrar que a responsabilidade também é dela, não é só tua, ela vem. Mas como isso não ocorre, eu não vejo a comunidade ser participativa, se não são divulgados esses projetos oferecidos pelo setor privado e pelo setor público e se não mostram a importância que eles tem. É preciso manter a comunidade mais informada* (LÍDER D, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CONJUNTO OSWALDO CRUZ II, 2013).

Essa falta de cultura à participação comunitária na CIC está presente também no depoimento do líder E do Projeto Vida Promoção Social, que afirma: *"A comunidade é participa, mas poderia ser bem mais participativa. Nós temos que insistir que é importante que ela participe"*. E está mais clara ainda no depoimento do líder F:

> *O nosso pessoal é bastante difícil em se tratando dos adultos. Nós estamos sempre nas audiências públicas relacionadas ao meio ambiente, às obras de infraestrutura, nós corremos pra lá. Nós estamos em cima da prefeitura, do governo do estado e até do governo federal em busca de soluções para a nossa região que está muito carente, muito abandonada e cheio de problemas. O que nós vemos? Os pais não se envolvem, sobra para as nossas crianças e adolescentes mexerem com esses problemas. Porém, são apenas crianças e adolescentes. E muitos equipamentos públicos não levam em conta as opiniões de crianças e adolescentes, porque eles não tem direito a voto. Então a gente costuma solicitar aos vereadores e deputados que lutem pela região para poder trazer obras para nós. Com muito custo, alguma coisa tem vindo. Nós percebemos que a comunidade adulta, trabalhadores em si, que dependem dos equipamentos, das obras, de todas as instituições que são necessárias à educação de seus filhos (creches e escolas) esses, a participação é 0 ou talvez nota 1 ou 2. Enquanto isso a criança está lá debatendo na reunião, assim como já aconteceu muitas e muitas vezes com a nossa instituição. Os nossos adolescentes sentados à mesa com secretários, com empresários e com o prefeito. Inclusive o antigo prefeito veio aqui na instituição debater os problemas e foram as crianças e os adolescentes que chegaram palmo a palmo com ele, enquanto que os adultos, nota 0, nem apareceram* (LÍDER F, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS MORADIAS ZIMBROS, 2013).

Ao falar sobre a participação comunitária na CIC nos eventos por ele promovidos, o Instituto Pró-Cidadania explica que a comunidade é participante, mas que, ao mesmo tempo, é uma comunidade resistente à participação pela desconfiança de que as coisas estejam sendo maquiadas ou a serviço de uma ação de marketing:

> *A comunidade é participante e quer participar, mas a comunidade também, de outro lado, vê que muito do que se faz é marketing e fica no papel. Ela participa pontualmente e tem coisas muito boas sendo feitas, mas ao mesmo tempo é resistente à participação, porque há uma desconfiança grande de sua parte, principalmente dos que vivem em situação de vulnerabilidade, quanto a essa maquiagem das coisas* (LÍDER G, INSTITUTO PRÓ-CIDADANIA, 2013).

Outro pergunta pela qual se procurou detectar a percepção das lideranças comunitárias a respeito foi: quais as questões-chave para solucionar os problemas socioambientais da Cidade Industrial de Curitiba? Ao que, o líder comunitário A, assim respondeu:

> *Falar da Cidade Industrial é muito amplo, porque ela representa 10% da população de Curitiba. Por essa razão, seria muito bom que as empresas realmente procurassem manter contato com as lideranças das comunidades para que se pudesse fazer um trabalho mais qualificado, porque o que nós vemos é que nós temos boa vontade, temos iniciativas, temos ações concretas que vão de encontro às necessidades, às demandas da comunidade. Mas, para nós, faltam os recursos, faltam os meios necessários para que estas ações sejam ampliadas e possam alcançar o maior número de beneficiários* (LÍDER A, PARÓQUIA SANTA EDWIRGES).

Segundo o líder B, as questões-chave para solucionar os problemas socioambientais da CIC passa pelos investimentos em educação e pela maior atenção do poder público por meio de ações efetivas para erradicar os problemas e não de soluções paliativas. Assim destaca:

> *A chave está na educação, que deve começar com as crianças no primário a cuidar da natureza, a cuidar do rio, a não jogar entulho em tudo quanto é lado e até por parte do poder público, o rio está um descaso total. Eu aposto nas futuras gerações, mas a partir do cuidado urgente com as questões socioambientais hoje, propiciando às crianças uma outra visão, mudando sua relação com o mundo. E outro problema sério é a questão das drogas e violência, onde o poder público tem que se envolver de modo mais efetivo, pois não adianta fazer várias ações paliativas* (LÍDER B, PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA LUZ).

A questão mais importante para solucionar os problemas socioambientais da CIC, na percepção do Centro de Assistência Social Divina Misericórdia, é o diálogo com as lideranças comunitárias. Além disso, o depoimento do líder C retrata a necessidade de a empresa efetivamente vir a campo, conhecer a realidade da comunidade e trabalhar em conjunto com as lideranças, bem como clama por uma maior presença do poder público junto à comunidade, todos trabalhando sob um mesmo foco.

> *Eu tenho sonho de a gente poder sentar ao redor da mesma mesa, e a gente poder conversar sobre algumas situações. Acredito que o diálogo ainda acaba sendo o grande viés da solução de todos os problemas socioambientais. E sair de dentro, especialmente as chefias das empresas. Não sei como é a visão lá de dentro, porque eu estou sempre na rua e eu vejo os problemas nus e crus como eles se apresentam para mim. Talvez as empresas devessem visitar um pouco mais o seu entorno, conhecer os trabalhos que são feitos pelas organizações comunitárias e trabalhar conjuntamente. Seria tão mais tranquilo para nós que estamos aqui na ponta, nessa relação direta com a comunidade, se nós tivéssemos o apoio dessas empresas, nós poderíamos fazer muito mais, somando forças. Então sentar para a gente conversar e eles também nos acolherem. Por isso insisto que, a chave para os problemas da CIC está no diálogo. A gente poder conversar com os empresários, com a comunidade e com o poder público junto, porque o poder público também precisa estar um pouco mais com o pé no chão das comunidades. Nós somos visitados e vistos na época das eleições, depois ninguém mais lembra de nós, o poder público desaparece. Então esses problemas seriam aliviados, talvez até resolvidos, se a gente realmente fizesse aquela conversa de todos olhando para o mesmo foco, e pudéssemos dizer: "Então tá, a problemática da Cidade Industrial é essa. Então vamos sentar e vamos buscar juntos algumas soluções". É questão de vontade, vontade para sentar e dialogar* (LÍDER C, CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVINA MISERICÓDIA).

Partindo de argumentos diferentes, como a importância de que a comunidade se sinta valorizada, o distanciamento entre as empresas e as associações comunitárias, a falta de alinhamento dos projetos oferecidos pelas empresas às demandas da comunidade, a falta de diálogo entre empresas e organizações comunitárias, a falta de medidas socioeducativas e a predominância do individualismo na sociedade, o depoimento do líder D, da Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II, caminha nesta mesma direção de conscientizar a comunidade, as empresas e o governo sobre a importância de realizar ações conjuntas, concluindo que ninguém faz nada sozinho, pois a sociedade é um todo.

> *Uma questão-chave para a melhoria da CIC é aumentar o envolvimento da comunidade, informando-a e esclarecendo a importância que ela tem, porque a comunidade é a massa, a empresa é uma, o órgão público é um e quem depende disso tudo para sobreviver é a comunidade, são as pessoas. A comunidade precisa se sentir valorizada só assim ela tentaria ajudar a solucionar os seus problemas. Acredito que as empresas têm um grande dificuldade: elas não confiam nas associações que estão diretamente na comunidade. Elas às vezes nos repassam recursos através de um órgão público no qual a gente é conveniado, mas ela não vem diretamente a nós. Muitas vezes as associações nem querem essa parceria, porque o pacote vem fechado do jeito que eles querem e não sentam e perguntam o que a gente está precisando, o que poderia melhorar. Não tem uma roda de conversa, a gente não pode explicar qual é a nossa dificuldade e nem sabemos a dificuldade deles também para poder ajudar. Também, em termos socioambientais, acredito que deveríamos cobrar mais a responsabilidade das pessoas pois tudo cai na impunidade, sem nenhuma medida socioeducativa. Todo mundo está muito individualista, o importante é o meu,*

> *não o nosso. Tem que haver respeito pelo meu, o teu e o nosso. Ninguém faz nada sozinho, tem que ser uma equipe, uma parceria, isso desde a casa, trabalho, órgão público, enfim, a sociedade é um todo* (LÍDER D, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CONJUNTO OSWALDO CRUZ II).

Para o líder E, ligado ao Projeto Vida Promoção Social, a questão-chave para solucionar os problemas socioambientais da CIC consiste na valorização da comunidade, entendendo a importância de ouvi-la, tratá-la com amor e despertar nela a visão para um futuro diferente daquele que está a sua volta.

> *Primeira coisa, eu creio que todos nós que trabalhamos para a melhoria da CIC, precisamos entender que essas pessoas precisam ser ouvidas, essas pessoas precisam ser bem tratadas. Não com objetivos de cunho político, mas realmente ver a necessidade de cada um deles. Precisamos tratar com amor a comunidade. Segunda coisa, eu vejo que nós precisamos mostrar para eles aquilo que eles não estão enxergando. Muitas vezes dentro da sua realidade eles não conseguem visualizar um futuro, porque em volta deles só há destruição. Mas se nós ajudarmos a visualizar aquilo que eles não estão enxergando, eu acho que nós vamos fazer a diferença na vida desta comunidade* (LÍDER E, PROJETO VIDA PROMOÇÃO SOCIAL).

Quanto à percepção do líder F sobre as questões-chave para solucionar os problemas socioambientais da CIC, ele centra seu depoimento nas carências do bairro em múltiplas frentes, concluindo que a questão-chave é investir na CIC:

> *A CIC precisa de investimentos: em moradias, na despoluição de rios, nascentes e córregos, na proteção de áreas verdes que temos e que estão tomadas por bandidos e usuários e traficantes de drogas, em creches, em equipamentos culturais e muitas obras de infraestrutura, digamos, de ruas, estradas, pontes que podem dar acesso ao progresso à região. A questão chave é investir na CIC. E faltou o problema de capacitação profissional: falta bons cursos preparatórios como os do SENAI, mas gratuitos, porque eles não têm condições de pagar* (LÍDER F, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS MORADIAS ZIMBROS).

Para o líder G, do Instituto Pró-Cidadania de Curitiba, essa questão dos investimentos na CIC se resume no trinômio: educação, trabalho e saúde, os quais, segundo ele, impactam uma série de outras questões, como a violência, por exemplo.

> *Acho que a chave para solucionar os problemas da CIC está no trinômio educação, trabalho e saúde, porque se nós conseguirmos agir nisso, nós vamos ter resolvido grande parte dos problemas da CIC, como a segurança, por exemplo, porque é um absurdo você chegar na Rua Isaac Ferreira da Cruz, por exemplo, que é uma rua de comércio muito forte e você ver*

> *segurança armada na porta de várias lojas, só porque tem ali produtos de maior valor. Ou seja, a violência no bairro está muito grande, e em grande parte porque nós não damos educação, não damos trabalho e não damos saúde* (LÍDER G, INSTITUTO PRÓ-CIDADANIA).

Outra questão proposta aos líderes comunitários foi qual a percepção deles sobre como as empresas podem melhor contribuir na solução dos problemas socioambientais da Cidade Industrial de Curitiba. O líder A aponta que as empresas deveriam entrar em contato com as mais diferentes lideranças comunitárias e trabalhar em conjunto as iniciativas, o que, segundo ele, traria melhores resultados. Assim se expressa:

> *As empresas precisariam entrar em parceria, em contato com as associações, com as igrejas para, juntos, poderem desenvolver algumas ações socioambientais, porque eu acredito que grande parte dessas empresas faz alguma coisa, mas fazem um trabalho isolado, sem essa parceria, sem esse contato com as lideranças das igrejas, das associações, para que fosse um trabalho mais organizado e um trabalho mais voltado para a comunidade que pudesse produzir um resultado mais satisfatório* (LÍDER A, PARÓQUIA SANTA EDWIRGES).

Corroborando com a percepção do líder A sobre a importância do trabalho em conjunto entre empresas e lideranças comunitárias, o depoimento do líder B, da Paróquia Nossa Senhora da Luz, aponta para a necessidade de uma maior interação das empresas com as lideranças comunitárias:

> *Primeiramente, eles deveriam entrar em contato e visitar os líderes comunitários, porque metade da CIC eu atendo através da paróquia. Nunca ouvi uma empresa falar: "olha, quero fazer uma reunião com os líderes" ou pedir para eu abrir um espaço nas reuniões que eu faço com as lideranças para falarmos de problemas e como nós podemos ajudar a comunidade a resolver esses problemas. Não vejo em nenhuma dessas empresas essa ação política de mudar o nosso bairro para um bairro bacana ou a empresa, junto com a comunidade, cobrar do poder público alguma ação. Não vejo nada disso* (LÍDER B, PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA LUZ).

Abrir-se para a comunidade e ouvir suas demandas é o que propõe o Centro de Assistência Social Divina Misericórdia, que também defende claramente que o modo como as empresas da CIC podem melhor contribuir na solução dos problemas socioambientais do bairro seria, tal como propõe os líderes A e B, trabalhando em conjunto com as lideranças comunitárias.

> *É aquilo que eu já falei: abrindo as suas portas, saindo de dentro e conhecendo a realidade da CIC. E sempre digo que o problema do Brasil, o problema de Curitiba, enfim, o problema da CIC não é um problema só econômico e financeiro, é uma questão de oportunidades e o investimento dessas empresas melhoraria 1000 vezes. Um dia eu escutei um empresário que disse assim: "Líder C, eu quero ajudar vocês, porque eu tenho certeza que se vocês ajudarem a educar melhor as crianças nós teremos menos pessoas cometendo crimes e assaltos". Tem um fundo de razão na sua fala. Se nós realmente nos déssemos as mãos e fizéssemos uma rede de investimentos e de trabalho nas comunidades, especialmente nas comunidades de periferia, que são as comunidades mais populosas, onde tem mais criança e adolescente, seria simples de resolver essa problemática. Com uma contribuição pequena de cada empresa, a gente faz, e faz bem feito, eu garanto. Eu vejo com o pouco que temos, o quanto conseguimos fazer. Imagina se tivéssemos mais apoio nos projetos que a gente tem com crianças, adolescentes e idosos. Acho que os problemas da CIC, as empresas teriam que nos ouvir, nós que estamos aqui no dia-a-dia do bate barro, a gente tem algumas ideias, a gente tem sugestões, a gente tem projetos que já vem acontecendo e que poderiam ser alavancados e garantir uma qualidade ainda maior pra eles. Eles poderiam inclusive usar disso como marketing social, se houvesse interesse, porque realmente tem empresas que se estabeleceram aqui na CIC e eu nunca vi nenhum apoio a causas sociais. Então me parece que voltamos de novo naquela questão do abrir-se para a comunidade para ouvir as demandas* (LÍDER C, CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVINA MISERCICÓRDIA).

Com efeito, o depoimento coletado junto ao líder D, da Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II, reforça o exposto até agora sobre a necessidade sentida pelas organizações comunitárias de uma maior aproximação com as empresas para otimizar as ações por elas desenvolvidas a partir da cooperação com elas.

> *Conhecendo a realidade da sua comunidade. Ela emprega o pai, tem sua contribuição socioambiental, mas não sabe o que acontece com a família. Conhecer a família, os problemas da região, as carências de creche, escolas e cursos profissionalizantes, essenciais para tornar a comunidade apta ao trabalho nas próprias empresas. É difícil para nós, porque na verdade o trabalho que nós desenvolvemos não é com empresas, é com algumas parcerias com o poder público. Eu estou aqui há 8 anos e eu nunca consegui uma parceria diretamente com uma empresa, para poder entender o que eles desenvolvem e propor para que desenvolvamos juntos* (LÍDER D, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CONJUNTO OSWALDO CRUZ II).

O líder E, do Projeto Vida Promoção Social, além de concordar com a importância das empresas ajudarem a comunidade mediante o fortalecimento do trabalho das organizações comunitárias, destaca a necessidade da ação contínua delas junto às comunidades, como forma de realizar um trabalho que faça a diferença e não apenas se envolvendo em ações pontuais. Assim expressa sua preocupação:

> *As empresas precisam fazer a diferença, não só pensando em si mesmas, como diz aquele ditado: "olhando para o seu próprio umbigo". As empresas precisam fazer algo contínuo na comunidade para fazer a diferença na comunidade, conhecendo a sua realidade, porque se a empresa não faz isso, ela tem que entender que essas crianças vão crescer e talvez um dia, quando jovens serão os delinquentes que vão roubar a empresa. Então as empresas precisam ajudar as comunidades, as entidades a fazer um trabalho que faça a diferença. E não só com ações pontuais em épocas festivas, que eu creio não é um trabalho contínuo, é simplesmente para promoção da empresa* (LÍDER E, PROJETO VIDA PROMOÇÃO SOCIAL).

A Associação de Moradores das Moradias Zimbros acredita que as empresas poderiam melhor contribuir na solução dos problemas socioambientais da CIC mediante uma maior abertura às lideranças comunitárias. Segundo a instituição, se organizações comunitárias e empresas somassem forças, haveria uma maior pressão para o governo melhorar a sua atuação na região. Assim se expressa o líder dessa associação:

> *Eles podem abrir mais as portas para conversarmos e apresentarmos os nosso projetos e os problemas da comunidade. Até hoje, apenas uma empresa nos procurou e veio levantar os problemas e propor parcerias de trabalho. Muitas questões necessitam de parcerias para serem resolvidas. Por exemplo: temos uma mata exuberante em fauna e flora, com um lindo riacho que passa por ela. E, temos um bosque que está habitado por bandidos e traficantes no interior do qual, há uma quadra de futebol que serve a comunidade. Por que as empresas não vêm e investem junto com a gente nesses 2 ambientes? Agora, sozinhos, pesa, porque mesmo com o governo, a gente tem uma dificuldade enorme para conseguir recursos. Agora, se a gente soma forças com as empresas, a pressão é maior em cima do governo, que talvez, se mexa e invista mais na região* (LÍDER F, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS MORADIAS ZIMBROS).

O depoimento efetuado pelo líder G, do Instituto Pró-Cidadania, reforça algo que foi pontuado em todos os depoimentos anteriores, que é exatamente a necessidade de as empresas conhecerem a realidade da comunidade e, a partir disso, trabalharem em conjunto com as organizações comunitárias.

> *Olhando a realidade da CIC eu vejo que nós temos muita coisa para resolver e tem muita coisa grave que passa despercebida e, nesse sentido, as empresas poderiam melhor contribuir, vindo conhecer essa realidade da comunidade e, a partir disso, trabalhar em conjunto* (LIDER G, INSTITUTO PRÓ-CIDADANIA).

A última questão proposta aos líderes comunitários foi: a respeito dos problemas socioambientais do mundo contemporâneo, que mensagem você deixaria para a sociedade hoje?

O líder A propõe que a sociedade tome consciência da realidade que a cerca e apela às lideranças para que tomem as atitudes certas no presente, sob pena de oferecer como herança às gerações futuras sérios problemas socioambientais.

> *É necessário que todos nós tomemos consciência dessa realidade em que nós vivemos hoje. Que nós nos preocupemos com a formação das novas gerações, sobretudo crianças, adolescentes e jovens, porque nós estamos vendo uma falta de compromisso, uma falta de atenção para essas novas gerações em relação às questões socioambientais. Se nós hoje, que estamos à frente destas instituições ou de empresas, não tomarmos as atitudes certas, se não tivermos o devido cuidado com o meio ambiente, não sei o que será daqui a 15, 20 anos com essas novas gerações que serão herdeiras de sérios problemas socioambientais* (LÍDER A, PARÓQUIA SANTA EDWIRGES).

A mensagem deixada à sociedade pelo líder B, da Paróquia Nossa Senhora da Luz, reflete a importância da persistência no trabalho de conscientização da sociedade e a relevância da formação para o amor, da formação de consciências humanas, bem como a importância de se trabalhar a estrutura familiar:

> *Não podemos deixar de falar, não podemos deixar de conscientizar, não podemos perder a coragem, embora muitas vezes pareça que as coisas são muito lentas e o sejam de fato. Devemos investir muito na educação infanto-juvenil, porque são nas novas gerações que eu vejo e sinto a mudança. Devemos investir na socialização, devemos pensar sempre no outro, pois corre-se o risco hoje de se formar pessoas egoístas que só pensam em si, só no seu problema. Nós fazemos parte de um grande mundo e fazendo parte do mesmo eu tenho que olhar para as pessoas e não tenho que deixar seus problemas para traz, mas ajudar a solucioná-lo, porque de uma forma ou de outra, todos nós seremos atingidos: ou seremos vítimas de um sistema que não é bom ou seremos os beneficiários de um sistema que se preocupa com o outro. Existem muitas ações nas comunidades, mas não uma ação dizendo: "vamos formar pessoas que amem, que respeitem os outros". Então nós precisamos trabalhar na formação de consciências humanas, precisamos trabalhar muito a família. Vejo que muitos dos problemas que enfrento na paróquia, são problemas de estrutura familiar. Infelizmente não vejo muitas ações do governo ou das empresas em prol da família. Aliás, as empresas até desestruturam a família, impondo jornadas extras. Esquecemos que se a família está desestruturada, nós teremos pessoas desestruturadas. Investir na família é investir na educação das crianças* (LÍDER B, PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA LUZ).

A mensagem deixada à sociedade pelo líder C, ligado ao Centro de Assistência Social Divina Misericórdia, enfatiza a necessidade de o ser humano resgatar o amor

à criação e atuar como multiplicador de boas ideias, olhando o universo em sua totalidade e reconhecendo a interdependência:

> *A mensagem que deixo é que nós temos que resgatar o amor à criação, aquele mesmo amor que Deus teve na hora que ele foi criando cada coisa. É um amor de humanos que olham para essa mesma criação, para esse mesmo mundo que está aí, como a nossa casa, a casa que é minha e que é de todos. Então devemos tentar trabalhar com os que nos cercam, essa sensibilidade em relação ao planeta, às coisas pequenas do dia-a-dia. Então eu vou cuidar da minha escola, eu vou cuidar da rua, eu vou cuidar do rio, enfim, vou cuidar de tudo como a minha casa. A mensagem que eu deixo é o amor. Nós vamos precisar resgatar o amor. E não aquele amor desgastado, é o amor pela vida, pela essência da vida que brota de cada coisa que me cerca, em cada árvore, no rio, em todas as coisas. E não é um olhar romântico, é um olhar filosófico, de encantamento com aquilo que foi criado e que se recria a cada dia e que eu fui colocada como responsável para cuidar de tudo, para mim, para o meu próximo e para as futuras gerações. E devemos multiplicar esse amor. Eu acredito que se trabalharmos com a multiplicação de boas ideias, desse carinho para com o meio ambiente, para com as pessoas especialmente. Sim, porque eu posso cuidar muito bem das árvores e dos animais, mas me descuidar do ser humano. O ser humano, como aquele ser que se destaca, porque tem essa capacidade de tomar decisões, ele pode decidir ter um mundo diferente. Então esse cuidado desde o bebê, a criança, o jovem, até o idoso, termos esse carinho e cuidado para com a pessoa humana. É olhar para esse universo na sua totalidade e vermos que somos interdependentes, que dependemos uns dos outros e por vezes não nos damos conta disso* (LÍDER C, CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVINA MISERICÓRDIA).

O líder D, da Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II, ao deixar sua mensagem à sociedade, diante da gravidade dos problemas socioambientais do mundo contemporâneo também enfatiza essa interpendência entre os seres humanos e destaca a importância de as pessoas pensarem no coletivo.

> *Eu acho que se todos os seres humanos olhassem para o próximo com um olhar de humanidade, ensinando-o que aquilo ele está fazendo de errado não vai afetar só ele, mas vai afetar aos outros. Quando você tira uma criança, um adolescente, um jovem da rua e dá uma ocupação para o bem, você está ajudando a formar um cidadão. Você não está ajudando aquela pessoa, mas ajudando a si mesmo, pois aquele cidadão não vai vir te assaltar, não vai usar droga e o melhor, não vai dar droga para o teu filho. Então se você pensar no coletivo, em uma união de seres humanos, um ajudando o outro, com carinho, amor e educação, nós vamos ter um mundo melhor* (LÍDER D, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CONJUNTO OSWALDO CRUZ II).

A mensagem deixada pelo líder E, vinculado ao Projeto Vida Promoção Social, procura levar a sociedade a refletir sobre sua realidade, sugerindo que cada um em particular questione sobre o rumo que está dando a sua vida:

> *Enquanto comunidade, nós precisamos enxergar que o nosso mundo está cada vez mais perdendo a sua beleza. Se nós não nos preocuparmos com o meio ambiente, logo nós perderemos tudo o que nós temos. Tirando a base pela nossa comunidade, mas que serve como regra geral para a sociedade, eu vejo que uma das coisas que vem acontecendo é a destruição das famílias. Quantas crianças que estão aqui estudando conosco e não tem pais? Quantas crianças que estão aqui (que são mais de 200 crianças) e foram abusadas sexualmente? Quantos pais estão envolvidos em crimes, drogas e alcoolismo? Então se nós não pararmos e pensarmos (cada pai, cada mãe e também os filhos) que rumo estamos dando para a nossa vida, por que mundo estamos caminhado, creio que estamos caminhando para uma destruição, e nós temos que ter uma esperança de que só Deus pode mudar as nossas vidas* (LÍDER E, VIDA PROMOÇÃO SOCIAL).

O líder F, da Associação de Moradores das Moradias Zimbros, assenta a sua mensagem à sociedade diante da gravidade dos problemas socioambientais em três questões: na importância de as pessoas terem consciência em relação ao meio ambiente; na importância de as pessoas pensarem no coletivo; e na importância de as pessoas se preocuparem com a herança que estão deixando às futuras gerações.

> *A mensagem que deixo é a mesma que passamos aqui na instituição todos os dias às nossas crianças: que temos que ter consciência. Aqui a gente cobra que eles sejam conscientes na hora do banho, conscientes na hora de escovar dente, conscientes na hora de gastar energia elétrica, conscientes na hora de gastar qualquer coisa que você vai tirando da natureza, desse mundo maravilhoso que Deus nos deixou. E também eles têm que produzir algo que beneficie o grupo e não a eles mesmos. Então essa consciência nós estamos colocando na mente e no coração de cada um deles. Em resumo: a principal mensagem que eu quero deixar é que cada um pense no coletivo. Que se eu consumo droga, eu não estou só estragando a minha saúde, mas entristecendo a família e colocando em risco a sociedade. Então isso que eles têm presente nos nossos encontros todos os dias, desde 2006: que nós temos que lutar pelo coletivo e principalmente nos preocuparmos em deixar uma coisa bonita para quem vem depois* (LÍDER F, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS MORADIAS ZIMBROS).

Além de levar a sociedade a refletir sobre a qualidade de suas ações e sobre a herança que está deixando às futuras gerações, o Líder G, do Instituto Pró-Cidadania, deixa à sociedade a mensagem do diálogo, mas não aquele monólogo do eu sozinho, em que eu converso, mas não me vejo no outro, mas do diálogo efetivo, em que as coisas são ditas a partir do coração humano, reconhecendo a existência do outro.

> *A mensagem que eu deixo é do diálogo efetivo. Nós somos limitados, somos mortais e enxergamos cada um sob a sua ótica: eu estou conversando com você agora, estou te vendo, mas não me vejo em você. Para haver diálogo efetivo é preciso abrir o coração. E o coração é um órgão muito importante do corpo humano. E eu só vou atingir o coração do meu interlocutor se eu falar com o meu coração, aí eu vou atingir a pessoa com quem eu estou*

> *conversando. Então um empresário quando vai conversar com a prefeitura, ele precisa lembrar que ele é humano, que ele tem um coração. Ele pode ser de direita, de esquerda ou seja lá o que for, mas ele é um ser humano, ele tem sentimentos. E ele é mortal. Pode ser que ele morra daqui a 3 horas ou pode ser que morra daqui a 50 anos, mas ele tem que mostrar a que veio. E ele veio aqui por delegação de Deus, porque ele também é um reciclável em termos físicos e materiais, e quando morrer não levará nada. Então todos nós temos que ter a consciência de que nós temos que fazer o melhor e quando deixarmos o mundo, teremos que deixá-lo melhor do que o que recebemos. Nós temos uma responsabilidade com os nossos filhos e não é a responsabilidade simplesmente de dar um dinheiro para ele ir ao shopping ou de dizer: "meu filho, eu vou colocar você na melhor escola". Tudo o que o filho vai aprender lá ele vai jogar no lixo, porque ele vai entrar em uma sociedade que só pensa em aumentar o PIB, mas não olha para a qualidade do mesmo. Você produz PIB de diferentes maneiras, mas nós temos que aprender a olhar para a qualidade das nossas ações* (LÍDER G, DO INSTITUTO PRÓ-CIDADANIA).

Por fim, será abordada a percepção dos gestores públicos municipais sobre as iniciativas de RSA das empresas em estudo, tencionando-se averiguar o modo como elas se relacionam com o stakeholder governo municipal ao implementar tais iniciativas.

8.2.2 A percepção dos Gestores Públicos Municipais

A valorização política da parceria público-privada em administrações públicas locais vem ocorrendo desde o final da década de 1970 em países europeus e nos Estados Unidos, onde proliferaram-se experiências administrativas de cooperação entre o setor público e setor privado (PFEIFFER, 2001, p.32).

As prefeituras municipais compõem a esfera de governo responsável pela administração dos municípios. Elas são bastante solicitadas a encontrar respostas concretas para os problemas locais (VITTE, 2006, p.80).

Nesse aspecto, Wolman *et al*. (2009, p.25) salientam que o tratamento das questões difíceis e desafiadoras que as cidades estão enfrentando, incluindo a reestruturação das suas economias, a melhoria do sistema de educação e o desenvolvimento de comunidades sustentáveis, exige que setores de negócios, governo e comunidade trabalhem juntos.

Apesar da percepção de que a gestão da responsabilidade social não tem a possibilidade de resolver definitivamente as questões sociais arraigadas, este instrumento de apoio no Brasil pode desempenhar um papel considerável na ação

de complementação da formação humana e organizacional em diversas áreas da sociedade e da economia brasileira (KON, 2013, p.83).

Isso faz sentido, sobretudo, quando as iniciativas de RSA são desenvolvidas de forma compartilhada entre o setor privado e o setor público, alinhando-se objetivos, somando expertises e avaliando-se os resultados para aumentar a eficiências das ações futuras com vistas à sustentabilidade do trabalho em cooperação.

Levando em conta a importância de as empresas trabalharem suas iniciativas de RSA em conjunto com os programas do governo municipal e considerando o que afirma Mackey e Sisodia (2013, p.175), que o governo é uma parte interessada importante para todas as empresas, sendo, em alguns casos, o *stakeholder* número um em termos de influência, buscou-se compreender as relações que as empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo estabelecem com o governo municipal, bem como perceber como este se relaciona com as empresas, como indutor destas iniciativas.

No Quadro 31 é possível visualizar a composição das entrevistas realizadas junto a oito gestores municipais ligados a diferentes órgãos públicos em Curitiba, sendo quatro deles lotados dentro da sede da Regional CIC.

Quadro 31 - Composição da amostra dos Gestores Públicos Municipais

Gestor	Órgão Público Municipal
A	Administração da Regional da Cidade Industrial de Curitiba CIC
B	Fundação de Ação Social (FAS) – CIC
C	Fundação de Ação Social (FAS) - Central
D	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) CIC
E	Secretaria Municipal de Educação (SME) CIC
F	Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA)
G	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC)
H	Companhia de habitação popular de Curitiba (COHAB)

Fonte: Elaborado pela autora.

Para ocorrer o desenvolvimento sustentável de um país é necessária a partilha da responsabilidade entre o governo e a comunidade empresarial (MAHMUD, 2004). Também a norma AA 1000, versão 2008 explica que a inclusão consiste na cooperação a todos os níveis, nomeadamente em matéria do modelo de governo, de forma a alcançar melhores resultados (ACCOUNTABILITY, 2010, p.10). O próprio relatório de desenvolvimento humano reconhece que quando governos e mercados trabalham em conjunto, geram-se sinergias (PNUD, 2013, p.73).

Diante da importância das relações das empresas com o governo no âmbito da RSA com vistas ao alinhamento das iniciativas aos programas municipais, torna-se fundamental neste estudo abordar a percepção dos gestores públicos sobre a dinâmica de construção da iniciativas de RSA das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo.

À semelhanças do que foi proposto às empresas e às lideranças comunitárias, solicitou-se inicialmente aos gestores públicos que elaborassem um conceito para RSA.

Na percepção do gestor A: *"RSA é a responsabilidade do conjunto da sociedade. Todos lutando para uma vida melhor no aspecto social e ambiental para uma melhor qualidade de vida"* (GESTOR A, ADMINISTRAÇÃO DA REGIONAL CIC).

Para o gestor B, ligado à FAS CIC: *" RSA é a produção responsável, onde a empresa tem como preocupação além da geração de lucros, a preocupação com o meio ambiente e com a comunidade ao seu entorno"*. Conceito muito semelhante elabora o gestor C, vinculado à FAS central: *"RSA é a responsabilidade que as empresas têm pelos seus impactos junto à comunidade e ao meio ambiente no qual está inserida"*.

Na mesma esteira, o gestor D, lotado na SMEL CIC ao conceituar RSA se refere à responsabilidade das empresas, porém agrega ao conceito de RSA a responsabilidade da sociedade.

> *É a forma de atuar de uma empresa que busca, além dos lucros, a proteção do meio ambiente e da comunidade. É a responsabilidade da própria sociedade que deve cuidar do meio ambiente da sua comunidade, do seu bairro e das escolas* (GESTOR D, SMEL CIC).

O gestor E, pertencente ao quadro funcional da SME CIC, ao conceituar RSA, demonstra a importância de a sociedade entender o meio ambiente na sua totalidade, salientando que o ser humano faz parte dele e que às vezes nem se dá conta disso.

> *RSA é a responsabilidade que a sociedade tem em relação ao meio ambiente. Às vezes a gente fala muito do meio ambiente como se a gente não fizesse parte dele, então eu entendo o meio ambiente como o ambiente em que a gente vive, o entorno da casa, o entorno da escola, o entorno da empresa, as pessoas que nele vivem, eu compreendo dessa forma* (GESTOR E, SME CIC).

O gestor F, ligado à SMMA central, entende RSA numa perspectiva globalizante, que demanda o envolvimento de todos os atores da sociedade. Nesse ponto de vista, a RSA é assim conceituada:

> *É o processo em que todos os atores da sociedade têm que estar envolvidos para a construção de uma sociedade sustentável. É um espaço onde o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada passam a considerar os seus direitos e deveres dentro da constituição da vida em comunidade. Nesse processo, as empresas e o poder público desempenham seu papel como grandes provedores, cada um cumprindo a sua parcela de responsabilidade sem que necessariamente haja um desequilíbrio nessa equação* (GESTOR F, SMMA CENTRAL).

RSA na percepção do gestor público G do IPPUC remete à responsabilidade da empresa em questões socioambientais, referindo-se ao modo como estas podem atuar como parceiras na solução dos problemas que as cidades enfrentam.

> *A responsabilidade socioambiental é a responsabilidade inerente à participação da iniciativa privada em questões socioambientais que normalmente se colocava como função do poder público. Na realidade, hoje a RSA está muito mais vinculada às empresas que podem auxiliar e cooperar como parceiras junto a esse tipo de problema que as cidades enfrentam* (GESTOR G, IPPUC).

No conceito de RSA elaborado pelo gestor público H, lotado na Cohab, pode-se perceber que RSA aparece relacionada à consciência da sociedade sobre o meio ambiente que a cerca.

> *É a ligação que a sociedade faz entre as questões sociais e as questões ambientais, onde essa relação fica um pouco difícil, principalmente no caso das famílias de baixa renda que muitas vezes desconhecem as questões ambientais no seu todo e o impacto que elas, enquanto famílias, podem gerar sobre o meio ambiente* (GESTOR H, COHAB).

Levantaram-se nos dois subcapítulos anteriores os principais problemas socioambientais que afetam a comunidade da CIC na percepção das empresas e das lideranças comunitárias, fazendo-se importante neste momento verificar a concepção dos gestores públicos a esse respeito.

Como principais problema da CIC, o gestor público A aponta o saneamento básico, as moradias irregulares, e um problema socioambiental que não apareceu

entre os problemas apontados pelas empresas e pelos líderes comunitários, a questão do transporte coletivo e da dificuldade de acesso à CIC.

> *A principal dificuldade que nós, enquanto administração encontramos na CIC é a falta de educação ambiental da comunidade como um todo. Então hoje você percebe uma questão muito grave ligada ao lixo e entulhos de construções depositados indevidamente nas ruas, morros e áreas verdes. Um outro problema sério é que aqui, todas as moradias começaram de forma irregular, não de forma planejada, pelo fato da região ter sido preparada prioritariamente para receber as indústrias e não as moradias. Quando a prefeitura entra numa área de ocupação, ela tem grande dificuldade de suprir as comunidades com serviços públicos, desde a construção de uma escola, a construção de uma creche, o acesso do caminhão do lixo, o acesso do ônibus, porque as ruas não estão preparadas para isso. Você encontra ruas tão estreitas onde o caminhão de lixo nem consegue passar e isso vai criando um problema ambiental e uma coisa vai ligando à outra. Então eu hoje não enxergo muito na CIC problema de evasão escolar. Eu acho que as nossas crianças tem sido atendidas nas creches, por mais que ainda tenhamos uma fila em torno aí de 1250 a 1400 crianças aguardando vagas, mas a prefeitura tem trabalhado para arrumar espaços físicos para poder construir mais equipamentos públicos educacionais. Outro problema muito claro e evidente é a própria questão do transporte coletivo e o trânsito na região. É muito engarrafamento e muita dificuldade de acesso de um lado para outro da BR* (GESTOR A, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL CIC).

O depoimento do gestor público B, ligado à FAS CIC, demonstra com detalhes a gravidade dos problemas socioambientais da CIC, que é desenhada ao longo do depoimento como uma área vulnerável sob vários aspectos, sendo que boa parte de seus problemas é referida pelo líder como consequência das ocupações irregulares.

> *Questão de tráfico e uso de drogas com muito envolvimento de adolescentes e acho que isto está relacionado à falta de segurança pública. A questão de moradia aqui na CIC é muito vulnerável (precárias e insalubres), por causa das áreas de ocupações irregulares. Tem a questão da falta de qualificação profissional e muito desemprego. Como temos uma rodovia aqui que corta toda a regional, temos a questão da exploração sexual infanto-juvenil. A prostituição em si é muito grande aqui na região envolvendo caminhoneiros, por conta da proximidade com a BR. Ainda aliado à vulnerabilidade, tem a violência doméstica e famílias desestruturadas: crianças, adultos e idosos, todos passando por situações de violência. E, questões de infraestrutura básica: falta de saneamento, calçamento, asfaltamento, comum aqui na região, por conta das ocupações irregulares. Nós temos muitos chamados à defesa civil por conta de alagamentos e tiveram alguns avanços no sentido de canalização de rios, retirada de famílias de áreas de risco, entornos de rio, etc. Essa é uma demanda grande da regional, envolvendo risco ambiental de alagamentos, onde os rios estão frequentemente sujos, por conta das famílias que moram em seu entorno* (GESTOR C, FAS CIC).

As questões relacionadas à vulnerabilidade das moradias na CIC é apontada também pelo gestor C, da Fundação de Ação Social (Central), que assim se manifesta:

> *Dentro da parte socioassistencial, que a FAS atua e que tem sua interface com o meio ambiente, há a questão das moradias irregulares, das moradias de interesse social e a questão dos carrinheiros, que envolve uma condição social de vulnerabilidade* (GESTOR B, FAS CENTRAL).

Três questões graves da CIC já apontadas pelas empresas e pela comunidade reaparecem no depoimento do gestor D, ligado à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer: precisamente a questão da falta de saneamento básico, a questão das drogas e a pobreza da comunidade.

> *As pessoas ainda não aprenderam a reciclar, não tomam o cuidado com a coleta de lixo, jogam o lixo em qualquer lugar e isso acarreta problemas para a própria comunidade mesmo e para o meio ambiente, lógico, que daí vem a causar outros danos e catástrofes como enchentes e doenças. O problema social mais grave é a questão das drogas, da violência, onde a gente vê jovens se drogando abertamente e acabando com a saúde e com a convivência social. A pobreza em si da comunidade, não acho que seja tão grande, quanto o problema com as drogas* (GESTOR D, SMEL CIC).

Além de apontar esses mesmos problemas, o Gestor E, da Secretaria Municipal de Educação da Regional CIC, traz a questão dos catadores de papel que acabam atuando de forma inadequada, ocupando, muitas vezes, até áreas irregulares.

> *A CIC é um bairro muito populoso, com muitas ocupações irregulares, com alagamentos frequentes. Então o que eu vejo muito grave é a falta de planejamento urbano para resolver essa questão, para atender essas famílias que não tem uma renda econômica para poder garantir um lugar mais seguro e mais organizado em termos de habitação e um planejamento para garantir a preservação dos encostas dos rios, o que reduziria vários problemas com disposição de lixo, mortes e drogas. Então, em termos socioambientais, o problema mais sério que a comunidade enfrenta é a moradia, a falta de condições de saneamento com ênfase na questão do lixo. Tem muitos catadores de papel que acabam, misturando trabalho com moradia, com comida e alguns até que acabam se estabelecendo em áreas irregulares* (GESTOR E, SME CIC).

Para o gestor F, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o principal problema socioambiental da CIC é a pobreza, a qual desdobra-se em múltiplos problemas socioambientais, que tenderiam a se equilibrar a partir de investimentos na melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem naquela região.

> *Eu acredito que o principal problema é a pobreza e seus efeitos são a ocupação irregular nas margens dos córregos, a ocupação irregular em áreas de vegetação, a questão da geração de resíduos que vem por consequência e a poluição gerada naquele local. Eu acredito que, havendo um processo de melhoria na qualidade de vida dessas pessoas via geração de emprego e renda, as questões ambientais tendem a se equilibrar* (GESTOR F, SMMA CENTRAL).

O gestor G, lotado no IPPUC destaca que as ocupações irregulares ocasionadas pelo grande poder de atração exercido pela indústrias localizadas na região acabaram se tornando um problema ambiental relevante para a região da CIC, pois, segundo este gestor:

> *Inicialmente a CIC foi concebida para concentrar indústrias e empresas, ela não foi pensada para ocupação habitacional. E posteriormente se viu que era importante que a moradia e o emprego, estivessem próximos e, em função disso, toda a ocupação de interesse social acabou se tornando também um problema para a área ambiental, por conta de que junto à CIC nós temos a Bacia do Rio Barigui, que em decorrência da instalação das empresas, acabou atraindo ocupações irregulares para as suas encostas. Então hoje nós temos vários problemas na área socioambiental em função até da atração que as empresas da CIC exercem sobre aquela região, sendo necessário uma maior atuação dessas empresas que trouxeram essa atração e essa consequente ocupação urbana, para encontrar, em conjunto com o poder público, uma solução mais adequada para oferecer qualidade de vida aos moradores e trabalhadores que trabalham nas empresas* (GESTOR G, IPPUC).

Quando questionado sobre os principais problemas socioambientais que afetam a comunidade da CIC, o Gestor H, pertencente ao quadro funcional da Companhia de Habitação do Paraná, responde: *"Basicamente são as ocupações irregulares ao longo das áreas de fundo de vale, sujeitas a alagamento, ocupadas por famílias de baixa renda, que sofrem as consequências dessa ocupação"* (GESTOR H, COHAB).

Quanto à responsabilidade pelos problemas socioambientais, na percepção do Gestor A: *"Esta é uma responsabilidade das três esferas de poder: do governo, das empresas e da sociedade, embora ao governo cabe o papel de provocar e de motivar estas iniciativas*" (GESTOR A, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CIC).

Para o Gestor B, da FAS CIC: *"A responsabilidade pelos problemas socioambientais é do governo, da sociedade e das empresas"*. Opinião semelhante tem o Gestor C, segundo o qual:

> *A responsabilidade pelos problemas socioambientais é de todos os atores sociais, seja do governo, seja da comunidade, seja da iniciativa privada, seja das entidades que se propõem a lidar também com a comunidade, então é uma soma de esforços. A responsabilidade social não pode se restringir a apenas uma esfera de poder* (GESTOR C, FAS CENTRAL).

O Gestor D, ligado à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, ao mesmo tempo em que afirma que esta é uma responsabilidade do poder público, explica que a responsabilidade é uma questão de cultura, em que todos acabam sendo responsáveis pelos seus atos.

> *A responsabilidade pelos problemas socioambientais é do poder público, mas ao mesmo tempo, acho que é de todos, porque a responsabilidade é uma questão de cultura. A questão cultural é tudo, porque através da cultura as pessoas vão saber que tem que cuidar do meio ambiente, que tem que se cuidar, que tem a questão da drogas, enfim, temos que ser responsáveis pelas nossas atitudes. Então se for investido em cultura e educação, com certeza as coisas não vão melhorar 100%, mas vai amenizar bastante* (GESTOR D, SMEL CIC).

Para o gestor E, vinculado à Secretaria municipal de Educação – Regional CIC, a RSA deve ser compartilhada entre a sociedade, os órgãos públicos e as empresas, que devem somar esforços, cada um assumindo o seu papel dentro da sociedade.

> *Na verdade, acho que não existe um único responsável, acho que é uma soma de responsabilidades, envolvendo a sociedade que tem que ter essa consciência, essa sensibilização sobre o meio ambiente; os órgãos públicos, que tem que repensar o planejamento urbano e, também as empresas, porque elas tem um lucro em cima de uma atividade que beneficia uma minoria, e eu acho que esse lucro pode ser revertido para beneficiar uma sociedade que está precisando, que está carente de outras situações. Então essa responsabilidade deve ser compartilhada* (GESTOR E, SME CIC).

Também o Gestor F, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, acredita que a responsabilidade pelos problemas socioambientais é coletiva; entretanto atrela essa questão à cultura, entendendo que a responsabilidade é de todos, mas que enquanto cada um não fizer a sua arte, os problemas perdurarão e afetarão toda a sociedade.

> *A responsabilidade pelos problemas socioambientais é da sociedade como um todo. É do poder público, que não desempenha o seu papel a contento e é da população que não assume a responsabilidade pelas suas ações e também das empresas. Então eu entendo que é um problema da nossa sociedade como um todo: é a má aplicação dos recursos; é o não cumprimento*

> *do papel pelo governo; é o cidadão que também em função desse processo cultural que nós temos, não cumpre os seus deveres e não cobra os seus direitos. Então é um processo evolutivo cultural que o país precisa enfrentar* (GESTOR F, SMMA CENTRAL).

Na percepção do Gestor G, do IPUC, a responsabilidade pelos problemas socioambientais se assenta sobre a sociedade, a iniciativa privada e o poder público, que, na sua opinião, às vezes acaba fechando os olhos à questão.

> *A responsabilidade pelos problemas socioambientais é da sociedade como um todo, tanto da iniciativa privada quanto da população e até mesmo do poder público que, às vezes por uma pretensão política, acaba fechando os olhos. Então há uma responsabilidade de todos* (GESTOR G, IPPUC).

E, finalizando essa questão, o Gestor H assim se posiciona: *"Acho que a responsabilidade é de todos, é uma questão da sociedade em geral. Desde o poder público, até as empresas e as comunidades"* (GESTOR H, COHAB), podendo-se verificar que, na visão dos gestores públicos municipais, a responsabilidade pelos problemas socioambientais é tripartite, assentando-se sobre o governo, as empresas e a sociedade.

Uma das questões levantadas junto aos gestores públicos municipais é a imagem que eles tem das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo. No Quadro 32, pode-se verificar que, à semelhança dos resultados da pesquisa efetuada junto às lideranças comunitárias, a maior parte dos gestores públicos municipais também não conhece a empresa Aker Solutions, portanto não tem uma imagem sobre ela.

Quadro 32 - Imagem que os gestores públicos municipais de Curitiba têm da empresa Aker Solutions

Gestor	Percepção
A	Não conheço
B	Não é um nome que eu conheça bem.
C	Não conheço.
D	Não conheço.
E	Não conheço.
F	Essa aí eu não tenho conhecimento sobre ela.
G	Não conheço. Nunca ouvi falar dessa empresa.

Fonte: Elaborado pela autora.

No Quadro 33, pode-se observar que todos os gestores públicos municipais têm uma imagem positiva da empresa Bosch, prioritariamente ligada ao seu envolvimento

com a comunidade e ao trabalho social que nela desenvolve, sobretudo na comunidade da Vila Verde, uma das comunidades da CIC, que fica no entorno da empresa.

Quadro 33 - Imagem que os gestores públicos municipais de Curitiba têm da empresa Bosch

Gestor	Percepção
A	Uma das empresas mais empregadoras e mais históricas aqui da CIC. Especificamente, tem um instituto muito parceiro de várias entidades. Então a primeira impressão que me vem é que é uma empresa parceira, geradora de emprego e renda para a nossa região não só do CIC, mas para Curitiba como um todo.
B	A gente tem um envolvimento grande com eles de ações voltadas principalmente para a questão de atividades na comunidade Vila Verde, que é uma comunidade que a gente tem um CRAS lá. Então a gente tem bastantes atividades em conjunto com a Bosch. Então quando eu penso na Bosch, a gente já pensa nessas parcerias, nesse trabalho com eles. Pensa numa empresa sólida que há bastante tempo atua aqui em Curitiba, com atividades voltadas à comunidade.
C	Vejo a empresa como empregadora e geradora de renda para as comunidades.
D	Socialmente falando, ela é uma empresa que contribui muito com educação e meio ambiente, tem muita parceria. Eu nunca ouvi falar que a Bosch causasse sérios danos para o meio ambiente, poluição, nunca ouvi falar. É uma empresa que é referência hoje. Ela é referência para a maioria dos jovens que estão entrando no mercado de trabalho. Muitos querem trabalhar na Bosch e fazem cursos para trabalhar lá. Então ela é uma referência. É uma empresa que tem muita parceria com a comunidade. É uma empresa parceira do poder público, para mim, que trabalho aqui, tem muitos trabalhos junto com eles, de fácil acesso, então é uma referência para Cidade Industrial.
E	É uma empresa muito grande. Aparentemente tem uma preocupação com o bem estar das pessoas que lá trabalham e também é preocupada com o bem estar da vila à sua volta. Tem uma preocupação em ajudar os projetos e as instituições que estão no entorno dela. Quando eu lembro da Bosch, me vem muito a questão da responsabilidade pelas pessoas, uma questão mais humanitária.
F	A imagem de uma empresa organizada que tem um processo já de vários anos até na sua origem na Alemanha, de um processo organizado e controlado de produção.
G	A empresa teve uma importante participação já na década de 80 em relação aos seus trabalhadores. Eu me lembro que nós tínhamos um plano de ciclovias e que atendia um pouco à questão do transporte junto à empresa, e a Bosch foi uma das que aderiu ao programa de bicicletas inclusive com os seus trabalhadores instalando os bicicletários e também participando do programa da compra da bicicleta que na época a prefeitura até incentivou para poder utilizar as ciclovias da Cidade Industrial. Então me vem, assim, a imagem da Bosch como muitos operários que precisavam de um meio de transporte mais equilibrado, mais adequado para aquela região até pela própria deficiência na época de cobrir a Cidade Industrial com o sistema de transporte coletivo. Então essa colaboração da Bosch foi muito importante. Eu vejo a imagem da Bosch muito boa na questão socioambiental.
H	Bosch me lembra equipamento da linha branca, máquinas, furadeiras, esse tipo de coisa e eu sei que ela tem um trabalho social bem estruturado na Vila Verde.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à imagem que os gestores públicos municipais têm da empresa Denso, pode-se observar no Quadro 34 que boa parte dos gestores públicos não tem uma imagem formada sobre a empresa em função de não a conhecerem ou não interagirem com ela, à exceção dos gestores B e G, que têm sua imagem ligada à geração de empregos e do gestor H que liga a marca Denso a um dos produtos que ela fabrica.

Quadro 34 - Imagem que os gestores públicos municipais de Curitiba têm da empresa Denso

Gestor	Percepção
A	Na verdade não me vem uma ideia nem de início, nem de fim. Não tivemos nenhuma relação e não ouço, não vejo nenhum intercâmbio da Denso nem com a comunidade, nem com a Administração Pública.
B	Tenho alguma informação sobre ela, mas ainda não tive nenhuma interação. Eu a vejo como uma grande empregadora.
C	Eu conheço a empresa, já ouvi falar, mas não tenho muito conhecimento sobre a mesma.
D	É outro nome pesado em questão de grande empresa, de multinacional, mas também não lembro de ter alguma parceria com a comunidade.
E	Olha, Denso eu só lembro o nome, eu não a conheço.
F	Não tenho fatos a respeito da Denso, não conheço profundamente.
G	Geração de empregos e impostos.
H	Denso me lembra compressores pra geladeiras, esse tipo de coisa.

Fonte: Elaborado pela autora.

A imagem que os gestores públicos têm da empresa Furukawa é bem heterogênea, conforme pode ser visualizada no Quadro 35: a empresa é lembrada pelo produto que produz; pelos empregos que gera; por ser uma grande empresa; como uma empresa organizada, mas também tem sua imagem ligada ao congestionamento no trânsito no seu entorno.

Quadro 35 - Imagem que os gestores públicos municipais de Curitiba têm da empresa Furukawa

Gestor	Percepção
A	Furukawa me lembra problemas com trânsito congestionado. Fomos procurados por eles que vieram discutir com a gente uma solução.
B	Mais conhecida ainda, mas eu não conheço nada sobre a empresa.
C	É uma multinacional que gera muitos empregos.
D	É um nome conhecido, mas também não é uma empresa que eu lembre de ter alguma parceria com a comunidade.
E	É uma empresa grande, mas não tenho conhecimento sobre ela.
F	Eu sei que eles trabalham com a produção de materiais elétricos. Dentro do processo original japonês, parece uma empresa organizada que tem metas muito claras de produção, mas tenho pouco conhecimento da empresa.
G	Uma empresa que tem uma função social um pouco mais abrangente do que a local, pois o produto dela de fibra ótica, atende toda na América do Sul.
H	Furukawa faz cabos de fibra ótica. Basicamente é o que eu sei deles

Fonte: Elaborado pela autora.

Em linhas gerais, a imagem predominante que os gestores públicos têm da empresa Volvo é uma imagem positiva relacionada ao envolvimento da empresa com a comunidade e com parcerias com o governo municipal. O gestor H, ligado à Companhia de Habitação do Paraná, relaciona a marca Volvo basicamente ao produto que ela fabrica.

Quadro 36 - Imagem que os gestores públicos municipais de Curitiba têm da empresa Volvo

Gestor	Percepção
A	É uma empresa parceira da comunidade e do poder público. Me parece ser uma empresa um pouco mais elitizada no aspecto da mão de obra, que precisa ter mais qualificação para alguém entrar trabalhar lá.
B	Vejo a Volvo como uma empresa parceira. Tem uma atuação grande na comunidade em que ela está inserida. Tivemos já algumas interações.
C	É uma empresa que tem bastante envolvimento aqui com a comunidade no CIC. Sempre que tem algum grande evento, eles estão envolvidos: questão de capacitações, da promoção de cursos para a comunidade. É uma empresa grande, bem, consolidada. É uma empresa que a gente ouve falar bastantes coisas boas a respeito.
D	É uma empresa de referência não só aqui para a região, mas para o Brasil. É uma multinacional, então todo mundo quer trabalhar em uma multinacional. Não se ouve reclamar da Volvo com relação ao meio ambiente.
E	A Volvo me lembra uma empresa grande. Uma empresa de muito lucro. O que me vem dela é a questão da grandiosidade e do trabalho grande em relação ao produto que ela tem e de suas ações junto à comunidade.
F	É grande empresa multinacional em termos produtivos e ela tem caráter social grande também. Temos várias ações em parceria com a Volvo, sobretudo, ligadas à cultura. É uma imagem muito positiva que tenho dela.
G	A Volvo me traz uma imagem mais participativa, mais colaborativa no sentido de integração aos planos urbanos até pela sua própria característica, que ela fabrica caminhões e também ônibus. Uma empresa que nunca se furtou à solicitação da prefeitura em adequar o seu produto, que é a fabricação de ônibus, às necessidades da cidade. Então todas as nossas solicitações quando fizemos exigências de adequação da carroceria e até da motorização junto ao transporte urbano, a empresa Volvo sempre se mostrou solícita, então me parece que ela teve uma boa participação e até fundamental na transformação do nosso sistema de transporte público.
H	Volvo me lembra caminhões e automóveis.

Fonte: Elaborado pela autora.

No Quadro 37, buscou-se verificar se os gestores públicos consideram que as empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo são responsáveis em termos socioambientais. Observa-se que a maior parte dos gestores públicos não tem conhecimento do modo como atuam as empresas Aker Solutions, Denso e Furukawa em termos socioambientais; já a predominância de respostas para as empresas Bosch e Volvo é que elas atuam de forma responsável no âmbito socioambiental.

Quadro 37 - A empresa é responsável em termos socioambientais?

Empresa	Gestor	Avaliação	Empresa	Gestor	Avaliação
Aker Solutions	A	Desconheço	Furukawa	A	Desconheço
	B	Desconheço		B	Desconheço
	C	Desconheço		C	Desconheço
	D	Desconheço		D	Desconheço
	E	Desconheço		E	Desconheço
	F	Desconheço		F	Desconheço
	G	Desconheço		G	Sim
	H	Desconheço		H	Desconheço
Bosch	A	Sim	Volvo	A	Sim
	B	Sim		B	Sim
	C	Sim		C	Sim
	D	Sim		D	Sim
	E	Sim		E	Sim
	F	Desconheço		F	Desconheço
	G	Sim		G	Sim
	H	Desconheço		H	Desconheço
DENSO	A	sim			
	B	Desconheço			
	C	Desconheço			
	D	Desconheço			
	E	Desconheço			
	F	Desconheço			
	G	sim			
	H	Desconheço			

FONTE: Elaborado pela autora.

No Quadro 38 pode-se verificar a avaliação que os gestores públicos municipais fazem em cima de algumas categorias relacionadas à atuação das empresas em suas iniciativas de RSA, podendo-se observar que a maior parte dos gestores respondeu que desconhece a forma como as empresas Aker Solutions, Denso e Furukawa atuam em relação às categorias propostas. Percebe-se que as empresas Bosch e Volvo foram melhor avaliadas pelos gestores públicos, sobretudo nas categorias diálogo com o governo, qualidade dos projetos e benefícios dos projetos à comunidade. A empresa melhor avaliada pelos gestores quanto à participação na solução dos problemas da CIC foi a Volvo. Constata-se ainda que as respostas da SMMA, do IPPUC e da COHAB foram predominantemente desconheço para as categorias em análise em todas as empresas, sinalizando uma falta de proximidade destes órgãos públicos com as empresas.

Quadro 38 - Avaliação da atuação das empresas em suas iniciativas de responsabilidade socioambiental junto à Cidade Industrial de Curitiba – percepção dos gestores públicos

Categoria	Empresa	Avaliação dos gestores públicos							
		A	B	C	D	E	F	G	H
Diálogo da empresa com o governo municipal sobre os problemas gerados pela empresa que afetam direta ou indiretamente a comunidade da CIC.	Aker Solutions	3	0	0	3	0	0	0	0
	Bosch	10	10	3	10	10	0	7	0
	Denso	7	0	0	3	0	0	3	0
	Furukawa	3	0	0	3	0	0	3	0
	Volvo	10	10	7	3	10	7	7	0
Transparência junto ao governo municipal quanto aos critérios de escolha dos projetos de RSA desenvolvidos.	Aker Solutions	0	0	0	3	0	0	0	0
	Bosch	10	7	3	7	10	0	1	0
	Denso	0	0	0	3	0	0	1	0
	Furukawa	0	0	0	3	0	0	0	0
	Volvo	10	7	3	7	10	0	1	0
Medidas adotadas pela empresa para gerir seus impactos socioambientais na comunidade da CIC.	Aker Solutions	3	0	0	3	0	0	0	0
	Bosch	10	7	3	10	7	0	3	1
	Denso	7	0	0	7	0	0	1	0
	Furukawa	7	0	0	3	0	0	0	0
	Volvo	10	7	3	7	7	0	3	0
Qualidade dos projetos de RSA desenvolvidos junto à CIC.	Aker Solutions	0	0	0	3	0	0	0	0
	Bosch	10	10	7	10	10	0	1	0
	Denso	7	0	0	7	0	0	0	0
	Furukawa	0	0	0	3	0	0	0	0
	Volvo	10	10	7	7	10	0	1	0
Divulgação junto ao governo municipal dos projetos de RSA desenvolvidos na comunidade da CIC.	Aker Solutions	0	0	0	0	0	0	0	0
	Bosch	7	7	3	7	10	0	0	0
	Denso	3	0	0	0	0	0	0	0
	Furukawa	0	0	0	0	0	0	0	0
	Volvo	7	7	3	7	7	0	0	0
Benefícios gerados pelos projetos de RSA à comunidade da CIC.	Aker Solutions	0	0	0	0	0	0	0	0
	Bosch	10	10	7	10	10	0	0	0
	Denso	7	0	0	3	0	0	0	0
	Furukawa	0	0	0	0	0	0	0	0
	Volvo	10	10	7	7	7	0	0	0
Participação na solução dos problemas da CIC	Aker Solution	0	0	0	0	0	0	0	0
	Bosch	10	10	7	7	0	0	1	0
	Denso	7	0	0	0	0	0	1	0
	Furukawa	0	0	0	0	0	0	0	0
	Volvo	10	10	7	7	10	7	7	0

Fonte: Elaborado pela autora.
Nota: 0 = desconheço; 1= péssimo; 3=ruim; 7= bom; 10= ótimo.

Quando questionados os gestores públicos se o órgão público ao qual pertencem tem trabalhado de modo cooperativo com as empresas em algum projeto de RSA, todas as secretarias responderam que sim, à exceção da Cohab que, segundo o gestor público H, não tem nenhum projeto em parceria com as empresas, e do IPPUC, que, segundo o sujeito G, o órgão tem buscado essa parceria junto às empresas sem sucesso. Segundo ele: *"As empresas têm apresentado resistência em participar de programas públicos"*.

No Quadro 39 pode-se visualizar que as parcerias público-privadas têm sido o instrumento mais utilizado para o trabalho colaborativo entre os órgãos públicos municipais e as empresas, destacando-se que a Cohab não tem nenhum projeto em

cooperação com as empresas e que o IPPUC alega que tem buscado fazer parcerias com as empresas, sem sucesso.

Quadro 39 - Instrumentos colaborativos utilizados pelos órgãos públicos municipais de Curitiba junto às empresas

Gestor	Órgão Público	Instrumento de colaboração
A	Administração da regional CIC	Geralmente é através de parcerias via entidades daqui da nossa região.
B	FAS CIC	A FAS tem alguns mecanismos de trabalho colaborativo com as empresas. O mecanismo utilizado geralmente são as parcerias.
C	FAS CENTRAL	O mecanismo utilizado são as parcerias público-privada eu tenho muita simpatia pela atuação das empresas nessas questões e busco isso aqui na FAS o todo o tempo.
D	SMEL	Através de parcerias com as empresas.
E	SME	Bom, o que nós temos mais utilizados aqui são as parcerias. Como exemplo a Bosch, ela trabalha desde o fornecimento de infraestrutura até profissionais, doações de equipamentos, capacitação e formação.
F	SMMA	Termos de parceria.
G	IPPUC	Olha, sempre quando temos um projeto buscamos recursos através das parcerias. Seria de bom grado a participação de algumas empresas, nós procuramos essa participação delas nesses projetos, mas infelizmente a gente não tem tido um retorno, há uma certa resistência das empresas em participar de programas públicos.
H	COHAB	Não temos projetos em cooperação com as empresas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Levando em conta o que afirma Murphy (1980, p.842-842), que é improvável que o governo, por conta própria possa, resolver os problemas que assolam as áreas urbanas e o que reconhece a publicação PRINCEWATERHOUSEECOOPERS (2007, p.42) que "A colaboração é fator fundamental para o atendimento das novas necessidades dos cidadãos", é importante que o setor público mobilize as empresas para investir em RSA com vistas à solução dos problemas socioambientais urbanos.

Nesse aspecto, buscou-se levantar junto aos gestores públicos municipais quais as estratégias utilizadas pela PMC para atrair a participação do setor privado na solução dos problemas socioambientais da Cidade Industrial de Curitiba.

A estratégia adotada pela Administração da Regional CIC tem sido a do diálogo com os empresários. Assim se manifesta o Gestor A:

> *Então acho que o nosso primeiro passo estratégico para atrair as empresas para junto da administração regional é o dialogo para troca de informações. A nossa administração tem estabelecido uma agenda positiva no sentido de visitar todas essas empresas, colocando a prefeitura à disposição daquilo que a prefeitura pode realizar e ao mesmo tempo esclarecendo as empresas até onde vai a função da PMC e até onde vai a função delas aqui na CIC. Com certeza tem havido um interesse da Prefeitura em dialogar com as empresas. Eu acho que as empresas têm um papel fundamental, principalmente aqui na nossa regional, no sentido de que hoje, o maior PIB do Paraná está aqui*

> *na nossa regional da CIC. São em torno de 22% de todo o PIB do Estado. Ele é gerado aqui na regional da CIC e na nossa cidade vizinha, que é Araucária. Então além de serem grandes geradoras de emprego, essas empresas são fundamentais no sentido de pagamento de impostos e eu, enquanto administrador aqui da regional, quero, de alguma forma estimular para que cada vez mais os funcionários dessas empresas sejam moradores da CIC, eu acho que isto seria um grande avanço para a região* (GESTOR A, ADMINISTRAÇÃO DA REGIONAL CIC).

O gestor público B, lotado na FAS CIC, assim se expressa: *"Normalmente essas empresas são chamadas para realmente conhecer a dinâmica e a realidade que a gente tem, quais são nossas dificuldades e são chamadas para parceria. Mas isso em um nível mais de gestão na FAS central e não no núcleo regional"*.

Falando em nome da FAS Central, quando questionado sobre as estratégias utilizadas pela PMC para atrair a participação do setor privado na solução dos problemas socioambientais da Cidade Industrial de Curitiba, o Gestor C reconhece a vaguidade com que a questão era tratada até agora pela instituição uma vez que não há nem sequer um banco de projetos para mostrar aos empresários onde sua contribuição poderia ser importante; mas, segundo afirma, isso está sendo providenciado junto à FAS, como uma importante estratégia para atrair o setor privado à participação. Assim esclarece o Gestor C:

> *A grande estratégia que nós estamos montando nesse momento é a elaboração de projetos que possam vir a ter parcerias com a iniciativa privada. Isso nós precisamos fazer o meia-culpa, que não temos projetos hoje claros onde a iniciativa privada possa participar. É muito vago você chamar a iniciativa privada e falar assim: "nós temos um problema com moradores de rua, nós temos problema com acolhimento institucional de crianças de 14 a 18 anos, nós temos problemas... É muito vago". Ou nós vamos ter clareza onde estamos, onde queremos chegar e quais os recursos que queremos, que temos que usar para chegar ao nosso objetivo ou então a gente não vai conseguir fazer parceria com a iniciativa privada. E nós estamos exatamente nesse momento: montando essa estrutura dentro da FAS de elaboração de projetos para captação de recursos* (GESTOR C, FAS CENTRAL).

O gestor público D, ligado à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Cidade Industrial de Curitiba (SMEL-CIC), afirma que desconhece a existência de alguma estratégia utilizada no âmbito da PMC para atrair a participação do setor privado na solução dos problemas da Cidade Industrial de Curitiba.

O gestor E, lotado na Secretaria Municipal de Educação da CIC, declara que a secretaria tem lançado mão do diálogo, convidando as empresas a assumirem

algumas questões relacionadas à educação, vendo sempre onde cada uma pode contribuir. Segundo ele, a estratégia usada é um convite para parceria.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente assim se manifesta sobre as estratégias usadas para atrair a participação do setor privado na solução dos problemas da cidade:

> *O município atua em diversas frentes buscando a parceria da sociedade civil organizada e do empresariado, apresentando dentro de cada área de atuação, no meio ambiente, na saúde, na educação buscando esses parceiros, apresentando suas propostas de trabalho e buscando de que forma cada parceiro poderia atuar nesse processo. Isso se reflete de formas diferenciadas nessas atuações, por exemplo, a Cohab Curitiba tem uma atuação com algumas empresas de fornecimento de tintas para processo de restauração e recuperação de áreas degradadas. A Secretaria de Saúde tem parcerias para equipamentos. A Secretaria de Meio Ambiente possui parcerias para a produção de material institucional e assim por diante* (GESTOR F, SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE).

De acordo com o gestor G, lotado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), a estratégia adotada pela PMC para atrair a participação das empresas está relacionada à conscientização delas sobre os reflexos dos investimentos em projetos sociais sobre a imagem das mesmas.

> *Eu acho que a estratégia que a prefeitura adota normalmente é mostrar que a sua participação neste projeto ou naquele programa da prefeitura pode melhorar institucionalmente a imagem da empresa. Parece que as empresas não entendem que através do seu envolvimento em um programa da cidade, um programa público, ela pode melhorar a imagem institucional da própria empresa* (GESTOR G, IPPUC).

Conforme o Gestor H, lotado na Companhia de Habitação Popular de Curitiba, é difícil atrair a participação do setor privado na área habitacional por conta dos investimentos pesados que demandam o setor. Assim esclarece sobre as estratégias para atração de parcerias com as empresas:

> *Na área de habitação é um pouco difícil de a gente ter uma parceria nesse sentido, porque os investimentos são pesados. É difícil uma empresa sozinha participar, mas já tivemos a colaboração de uma empresa que cedeu uma área dela que estava invadida em troca de potencial construtivo. A empresa achou que valeria a pena esse tipo de construção e a gente conseguiu uma colaboração nesse sentido* (GESTOR H, COHAB).

Outra questão proposta aos gestores públicos foi: quais os entraves para o aumento da participação do setor privado na solução dos problemas socioambientais da Cidade Industrial de Curitiba?

A esse respeito, o gestor A, da Administração da Regional CIC, assim se posiciona: *"A principal dificuldade que a gente tem, é encontrar tempo para poder percorrer todas as empresas e chamá-las como parceiras. As que a gente tem conseguido ter acesso, eu vejo muita vontade nelas de participar"*.

O Gestor B, ligado à Fundação de Ação Social da CIC, destaca a dificuldade de convencer as empresas a participarem de uma parceria por conta de não conhecerem bem a realidade da comunidade.

> *Acho que as dificuldades vêm até muitas vezes pela falta de conhecimento das empresas sobre a realidade da comunidade. Você vai buscar uma parceria, mas as pessoas não conhecem, não compram a ideia muitas vezes, então você tem que fazer todo um trabalho de convencimento, de apresentação de dados e tudo mais* (GESTOR B, FAS CIC).

Outros entraves ao aumento da participação do setor privado na solução dos problemas socioambientais da CIC são, segundo o Gestor C, da Fundação de Ação Social Central: exigência de contrapartida por parte das empresas; falta de cultura por parte do poder público em buscar ajuda na iniciativa privada; e a dificuldade na elaboração de projetos com vistas à captação de recursos.

> *Nós temos algumas restrições que são de legislação, onde nós temos que preservar a relação prefeitura/fornecedor, para que não existam dúvidas nessa relação estritamente comercial e na relação que seja de responsabilidade social, são duas coisas bem distintas. Isso nós precisamos ter clareza. Isso é um entrave, quando a empresa ajuda, pensando na contrapartida. O outro grande entrave é a falta de cultura que existe ainda no poder público de buscar na iniciativa privada uma solução. O poder público não tem expertise para tudo, quem tem expertise é quem está na iniciativa privada, lidando com um único objeto. Nós precisamos buscá-los, para nos auxiliarem a desenvolver soluções. E, nesse sentido, o grande entrave pra mim aqui na FAS, é a dificuldade que nós temos de elaboração de projetos visando a captação de recursos* (GESTOR C, FAS CENTRAL).

Como entrave ao aumento da participação do setor privado na solução dos problemas socioambientais da CIC, o Gestor D, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, menciona a falta de atrativos em termos de incentivos do governo para essas empresas participarem.

O entrave apontado pela Secretaria Municipal de Educação está focado na falta de proximidade e comunicação entre as empresas e a secretaria. Assim se expressa o Gestor E:

> *Na verdade, a gente não tem acesso às empresas, ficam setores muito distantes. As empresas seguem uma direção, nossa secretaria fica focada mais no direcionamento próprio que é a educação e a gente não tem essa comunicação com as empresas* (GESTOR E, SME CIC).

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente propõe a realização de fóruns para repasse de informações às empresas sobre os problemas da comunidade e sobre os aspectos legais de como as parcerias poderiam funcionar, sendo estes os dois aspectos importantes para aumentar a participação do setor privado na solução dos problemas da CIC. Na percepção do Líder F:

> *Um dos entraves é o desconhecimento das empresas sobre os problemas da comunidade e sobre como as parcerias com o setor público poderiam funcionar. O ponto central é realizar fóruns onde essa discussão possa ser feita para o repasse das informações para que haja um conhecimento geral das empresas sobre esses problemas e as formas de se fazer essas parcerias sob o aspecto legal* (GESTOR F, SMMA CENTRAL).

Utilizando como exemplo projetos de infraestrutura implementados noutros bairros da cidade de Curitiba, o gestor G, ligado ao IPPUC, traz como entrave ao aumento da participação do setor privado na solução dos problemas socioambientais da CIC, a incerteza dos empresários sobre os reflexos positivos ou negativos sobre o imaginário da sociedade, trazidos pelos projetos desenvolvidos pelo poder público ao final das obras. Destaca que, como as empresas não querem ter sua imagem ligada a algo negativo, diante da possibilidade de isso ocorrer, preferem não investir.

> *Eu acho que falta um pouco de credibilidade e confiabilidade por parte das empresas no sentido de acreditar que um determinado projeto público vá dar certo ou que vá ocorrer no tempo certo. Talvez o tempo da empresa e o tempo do setor público sejam diferentes. A prefeitura programa uma determinada obra e tal obra pode ter um impacto positivo ou pode ter um impacto negativo. Às vezes o setor privado não consegue talvez detectar aquilo que a prefeitura faz, se pode ser positivo ou não. Então uma obra impactante na cidade, durante o seu processo de execução, tem um impacto negativo, evidentemente transtorna a vida do cidadão, mas posteriormente ela traz o seu impacto positivo. Então muitas empresas às vezes não quer ter sua imagem associada a essa parte negativa e isso se*

> *torna uma dificuldade muito grande. A gente viu já recentemente nas obras que fizemos tanto da Av. Batel quanto da Rua Augusto Stresser, durante o período de obras foi muito difícil, porque a população associava as obras a um impacto negativo para a cidade, mas após terminadas, passava a perceber que o impacto era positivo. Então talvez haja uma dificuldade nesse sentido, de você conseguir mostrar à empresa que a sua participação em determinadas obras terá um impacto positivo no final* (GESTOR G, IPPUC).

O Gestor H, lotado na Companhia de Habitação Popular de Curitiba, acredita que um entrave ao aumento da participação do setor privado na solução dos problemas socioambientais da CIC é o desconhecimento por parte da Cohab do trabalho social que as empresas desenvolvem e, de outro lado, o desconhecimento das empresas em relação às dificuldades que a Cohab enfrenta para resolver alguns problemas. Essa questão pode sinalizar a falta de diálogo bidirecional entre as empresas e a Cohab.

> *Eu acho que há um desconhecimento das atividades que são realizadas de parte a parte, tanto a gente desconhece o trabalho social que eles desenvolvem e provavelmente eles desconhecem as dificuldades que às vezes a gente encontra para resolver certos problemas aqui* (GESTOR H, COHAB).

Buscou-se levantar, também, junto aos gestores públicos as suas percepções sobre como as empresas poderiam melhor contribuir na solução dos problemas da Cidade Industrial de Curitiba.

Nesse sentido, o Gestor A, da Administração da Regional CIC, coloca como fundamental o alinhamento dos objetivos entre empresa e governo nas iniciativas de RSA por meio do trabalho em conjunto via parcerias.

> *Eu acredito que se a gente conseguir consolidar com mais força essas parcerias através de entidades, isso ajuda de todas as formas. Eu cito a Bosch, por exemplo, que desenvolve um bom trabalho educacional em parceria com algumas entidades inclusive ajudando financeiramente para existir um contraturno escolar. Essa é a forma que as empresas podem contribuir com eficiência. Nós não podemos misturar o dinheiro público com o dinheiro privado, mas acho que as intenções tem que serem as mesmas. Os objetivos tem que serem os mesmos. A gente só precisa acertar o viés de como realizar essas parcerias para atingirmos resultados melhores a partir do trabalho em conjunto* (GESTOR A, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL CIC).

Também a essência do depoimento do Gestor B, lotado na Fundação de Assistência Social da Regional CIC, está voltada para a importância de haver um alinhamento entre as iniciativas de RSA das empresas ao trabalho desenvolvido

pela Prefeitura e pelas lideranças comunitárias, como forma de melhor atender às necessidades da comunidade.

> *Há a necessidade de um envolvimento maior por parte das empresas para melhorar a qualidade de vida da população. Existe uma demanda grande de funcionários para trabalhar nas empresas aqui da região, e o que a gente encontra no entorno? Uma população com baixa escolaridade e capacitação. Então as empresas poderiam ajudar na questão da capacitação profissional, contribuindo para melhorar a inclusão dessas pessoas que vivem aqui na comunidade. Uma questão importante é que as empresas venham até a Prefeitura ou até as lideranças comunitárias, indiferente a quem, para entender a demanda e realmente conhecer a comunidade, pois não adianta vir com um projeto pronto, que às vezes não é necessário. Vai ter algum alcance? Vai, sem dúvida, mas talvez não naquilo que realmente a comunidade precisa* (GESTOR B, FAS CIC).

Utilizando-se de múltiplos argumentos, o depoimento do Gestor C, lotado na FAS Central, remete à necessidade de se repensar as relações colaborativas entre a Prefeitura e as empresas, de modo que a partir do aproveitamento das competências de cada setor se possa trazer melhores impactos dessas iniciativas junto à sociedade.

> *A prefeitura tem que ser proativa no sentido de buscar soluções junto à iniciativa privada e às entidades com quem se relaciona, entretanto, pensar a cidade não é uma atividade exclusiva do poder público municipal. A iniciativa privada que se propõe a ter um impacto nessa sociedade, por mais que o impacto seja apenas de colocação no mundo do trabalho, ela tem que se propor a também melhorar a cidade e isso é responsabilidade social também. Eu acredito que a gente precise avançar um pouco mais nisso, mas pensando em conjunto e usando as expertises que cada esfera tem. O poder público nunca vai conseguir ter expertise em tudo, o poder público é muito amplo. O poder público tem que ser, sim, um formulador, um catalizador de alguns processos, mas nós precisamos usar quem de fato detém a tecnologia. E quando eu falo tecnologia eu não falo só na questão cibernética da coisa, eu falo mesmo na expertise, no que se propõe a oferecer como objeto, como produto para a sociedade. Nós precisamos buscar isso. Um exemplo muito claro é que na FAS, nós não formamos educadores para crianças entre a faixa etária de 14 a 18 anos. Nós temos, sim, uma função geral de educador social, mas nós não temos essa expertise específica, por outro lado, temos algumas empresas e algumas entidades que lidam exatamente com essa faixa etária, e eu não vejo por que não buscar essa parceria com essas instituições* (GESTOR C, FAS CENTRAL).

Segundo o gestor D da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da regional CIC, as empresas poderiam melhorar sua contribuição na solução dos problemas socioambientais da CIC a partir da promoção de cursos gratuitos à população, bem como propiciando o ingresso no mercado de trabalho dos jovens e adolescentes recém-formados no Ensino Médio, absorvendo-os como mão de obra na empresas.

> *Eu acho que uma forma das empresas contribuírem para a sociedade é promovendo cursos gratuitos, absorvendo os jovens e adolescentes que estão terminando o ensino médio ingressando-os no mercado de trabalho. Na questão ambiental, eu acho que a empresa poderia contribuir com cursos voltados para a educação ambiental da população em geral* (GESTOR D, SMEL CIC).

O Gestor E, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, destaca que as empresas poderiam melhor contribuir na solução dos problemas socioambientais da CIC, melhorando as condições de atendimento das escolas próximas ao seu entorno. Assim se expressa:

> *Em relação à educação, eu acho que as empresas poderiam interagir com as escolas próximas ao seu entorno. Nós atendemos filhos de funcionários e eu acho que as empresas teriam que ter esse envolvimento maior em questão de estrutura, em questão de formação, em questão de projetos que podem financiar para melhorar a questão das unidades de ensino* (GESTOR E, SME CIC)

O Gestor F, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, também propõe que a melhor forma das empresas contribuírem é a partir de intervenções no seu entorno, mediante o fornecimento de cursos de capacitação e outras atividades à comunidade, além da participação delas nas atividades oferecidas pelo próprio município.

> *As empresas podem atuar dentro do seu escopo nas suas áreas, por exemplo, com cursos de capacitação nas suas especificidades, fazendo atividades com a comunidade localizada no entorno dessas empresas e participando através de uma proposta de financiamento e patrocínio de atividades do próprio município* (GESTOR F, SMMA CENTRAL).

Para o gestor G, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, a questão central que tem que ser resolvida na CIC são as áreas de ocupações irregulares, onde as empresas poderiam trazer um impacto bastante positivo com vistas à solução do problema, ao oferecer trabalho e capacitação à população.

> *Eu acho que muitos dos problemas socioambientais da CIC são relativos às ocupações das áreas de risco, então eu acho que essa é uma dificuldade que o setor público tem de resolver até porque envolve a questão social. As empresas poderiam nos ajudar muito, porque muitos desses impactos na área social se referem à trabalho, renda e retirada da miséria dessa população. Então às vezes, o simples fato da empresa procurar ajudar na questão social gerando mais trabalho, procurando melhorar a capacitação dessa mão de obra local para o trabalho, ela poderia nos auxiliar na resolução desse problema. Acredito que esta seria uma área onde a participação das empresas poderia trazer um impacto bastante positivo* (GESTOR G, IPPUC).

O gestor H, da Companhia de Habitação Popular de Curitiba, aponta o diálogo e o intercâmbio de informações com o poder público como fundamental para as empresas melhor contribuírem na solução dos problemas socioambientais da CIC

> *Acho que para as empresas melhor contribuírem na solução dos problemas socioambientais da CIC, teria que haver um diálogo maior com o poder público. Talvez através de feiras, seminários, enfim, oportunidades em que pudessem ser expostas as questões que o poder público enfrenta nas suas diversas áreas e verificar onde cada empresa poderia contribuir, dentro de sua área de atuação. Às vezes, por exemplo, aqui na Cohab, aparece uma situação de emergência: a necessidade de conseguir uma casa para uma mãe que não tem renda, não tem nada e você não consegue contribuição de lado nenhum. Fica sempre sob a responsabilidade do poder público resolver esse tipo de questão emergencial, acontece que emergência no poder público sempre significa demora* (GESTOR H, COHAB).

Considerando o que propõe o World Cities Summit (2012, p.34): "Os governos locais e nacionais devem coordenar seus esforços para fornecer plataformas em que a colaboração possa ocorrer", outra questão para a qual se buscaram respostas junto aos órgãos do governo municipal foi: existe algum cadastro para as empresas depositarem suas intenções em contribuir com algum projeto junto à Prefeitura Municipal de Curitiba? Conforme pode-se perceber no Quadro 40, todos os gestores públicos desconhecem a disponibilidade desse cadastro por parte da PMC. O Gestor C, ligado à Fundação de Ação Social (Central), argumenta que o contrário também não existe, ou seja, que o poder público também não tem acesso a um banco de dados dos projetos que as empresas vêm desenvolvendo e também destaca que agora é que a FAS está montando um núcleo para elaboração de projetos para captação de recursos junto ao setor privado, entretanto salienta a existência de uma cultura entre as empresas de que ao pagar impostos, já cumpriram com sua parte.

Quadro 40 - Percepção dos gestores públicos municipais sobre a existência de algum cadastro para as empresas depositarem suas intenções em contribuir com algum projeto junto à Prefeitura Municipal de Curitiba

Gestor	Percepção
A	Desconheço.
B	Enquanto prefeitura a gente desconhece.
C	Não temos um banco de projetos que as empresas possam acionar, mas nós também não temos o contrário: um banco de projetos que a iniciativa privada disponibilize para acesso do poder público – é isso o que acontece. Talvez até as empresas tenham um banco de projetos, mas a gente não tem ideia, não tem acesso pelo menos. No nosso caso, é mais pela falta, do que pela divulgação do cadastro. Nós não temos efetivamente esse cadastro. No caso da FAS, agora que a gente está montando um núcleo de elaboração de projetos e captação de recursos para que possamos, sim, aproveitar as oportunidades que a iniciativa privada nos dá. Há que se considerar também que existe a cultura ainda aqui de: "pago os meus impostos, portanto não preciso mais ajudar, faço minha parte". Por isso é mais fácil às entidades conseguirem captar recursos. É mais fácil, por exemplo, os Amigos do HC, o IPCC e as demais organizações comunitárias arrecadarem do que a FAS, porque as empresas entendem que são entidades que funcionam por meio de doações, e aí se mobilizam, enquanto o poder público teoricamente tem dinheiro suficiente para desenvolver todas as atividades.
D	Desconheço.
E	Não tenho conhecimento, acredito que não temos.
F	Não. Eu acredito que sejam ações desenvolvidas por grupo, por atividade, por secretaria onde se apresentam e se buscam essa conversa com os parceiros, eu não conheço que exista um banco de projetos, uma estrutura formal para essa intenção de parcerias.
G	Não, não tenho conhecimento que isso exista.
H	Eu desconheço qualquer ação nesse sentido, hoje não temos isso.

Fonte: Elaborado pela autora.

Complementando essa questão, Murphy (1980, p.842-842) recomenda que seja dada atenção aos outros atores-chave no processo de desenvolvimento econômico, ou seja, o setor privado e as dezenas de organizações comunitárias criadas para melhorar a vida urbana, porque é improvável que o governo, por conta própria, possa resolver os problemas que assolam as áreas urbanas. Segundo o autor, a fim de recolher provas concretas do valor dos esforços das organizações não governamentais e da relação desses esforços com os programas governamentais, a rota pela qual as iniciativas empreendidas pelo setor de negócios e pelas organizações comunitárias optam em seguir, deve ser cuidadosamente monitorada. Também a publicação da Comissão Européia (2011, p.18) destaca a necessidade de efetuar um acompanhamento periódico em conjunto entre governo, empresas e outras partes interessadas, dos avanços feitos nas iniciativas de RSA para estabelecer planos de ação futura.

Diante disso, uma outra questão proposta aos gestores públicos municipais foi: existe algum monitoramento por parte da Prefeitura a respeito da representatividade e impactos dos projetos socioambientais desenvolvidos pelas empresa na solução dos problemas da CIC? Observa-se no Quadro 41 que todos os gestores públicos desconhecem que exista um monitoramento formal por parte da PMC a respeito da representatividade e dos impactos dos projetos de RSA das empresas na solução dos problemas da Cidade Industrial de Curitiba.

Quadro 41 - Percepção dos gestores públicos municipais sobre a existência de algum monitoramento por parte da Prefeitura a respeito da representatividade e impactos dos projetos de RSA das empresas na solução dos problemas da Cidade Industrial de Curitiba

Gestor	Percepção
A	Não existe esse intercâmbio organizado. Formalmente não. Aqui a gente tem procurado acompanhar o máximo possível, como eu te disse, fazendo visitas inclusive para conhecer que tipo de projetos, que tipo de parcerias que elas executam dentro da região. Agora, oficialmente não existe nenhum departamento responsável por isso e acredito que não tenha sido foco da prefeitura até o presente momento.
B	No todo, a gente não tem ideia dessa representatividade, só de ações isoladas.
C	De forma geral, não faz. Entretanto, quando há uma parceria específica, por exemplo, uma empresa que tem uma parceria com a FAS, aí sim nós fazemos a avaliação desse trabalho, um acompanhamento.
D	Eu desconheço que exista.
E	No todo, não temos conhecimento sobre a representatividade e impactos dos projetos de RSA das empresas na solução dos problemas da CIC. O que nós temos é um acompanhamento dos projetos em andamento que envolvem a educação. Então a gente faz o acompanhamento, monitora os resultados, mas digamos assim, desses projetos em específico.
F	De forma sistematizada eu desconheço.
G	Não, desconheço isso. Na prefeitura não tem, desconheço dentro da prefeitura que haja esse acompanhamento e essa monitoração. É evidente que um trabalho nesse sentido é fundamental, até porque a gente não pode menosprezar o poder de contribuição das empresas envolvidas para resolver os problemas sociais e ambientais da cidade. Eu acho que ter uma relação com as empresas ou ter esse acompanhamento do que cada uma faz e direcionar os recursos para potencializar os resultados das ações nessa área é fundamental, mas infelizmente nós não temos, eu pelo menos desconheço que haja dentro da prefeitura algum acompanhamento nesse sentido.
H	Aqui na área da habitação eu desconheço, talvez em outras secretarias haja algum tipo de controle, mas de forma centralizada, não existe.

Fonte: Elaborado pela autora.

À semelhança da pesquisa efetuada junto às lideranças comunitárias, também buscou-se levantar junto aos gestores públicos os pontos fortes e as deficiências no trabalho desenvolvido pelas empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo junto à CIC.

No Quadro 42 pode-se verificar tal avaliação por parte dos gestores públicos em relação à empresa Aker Solutions, observando-se que eles desconhecem os pontos fortes e as deficiências do trabalho da empresa junto à CIC.

Quadro 42 - Pontos fortes e deficiência do trabalho da Aker Solutions junto à Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos gestores públicos municipais

Gestor	Pontos Fortes	Deficiências
A	Desconheço	Desconheço
B	Desconheço	Desconheço
C	Desconheço	Desconheço
D	Desconheço	Desconheço
E	Eu não conheço	Eu não a conheço
F	Desconheço	Desconheço
G	Essa não sei. Desconheço.	Essa eu desconheço. A deficiência é exatamente essa, você não ter noção do que ela faz, o que ela contribui para a cidade.
H	Desconheço	Acho que é a falta de comunicação com o poder público*.

Fonte: Elaborado pela autora.
Nota: O sujeito H apontou a mesma deficiência para todas as empresas deste estudo.

Quanto aos pontos fortes e deficiências do trabalho desenvolvido junto à CIC pela empresa Bosch, visualiza-se no Quadro 43 que entre os pontos fortes da empresa estão: o levantamento das demandas da comunidade e os investimentos sociais que nela realiza; as parcerias com o setor público; a geração de empregos; a transparência no trabalho que desenvolve e a preocupação com o bem-estar de seus operários. Apenas dois gestores apontaram deficiência no trabalho social desenvolvido pela Bosch junto à comunidade da CIC: o gestor G, do IPPUC, que pontua que a atuação da empresa é limitada à comunidade do entorno, sem ter uma identidade para a CIC na sua totalidade; e o Gestor H, da Cohab, que relaciona como deficiência a falta de comunicação da empresa com esse órgão municipal.

Quadro 43 - Pontos fortes e deficiência do trabalho da empresa Bosch junto à Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos gestores públicos municipais

Gestor	Pontos fortes	Deficiências
A	Os investimentos que a empresa faz em educação em primeiro lugar, infraestrutura para as entidades e uma busca constante da parceria com a administração pública. O Instituto só não faz mais, porque não tem uma estrutura maior para poder exercer parcerias ainda maiores.	Não apontaria nenhuma deficiência dentro daquilo que ela executa.
B	O que eu posso responder como ponto forte é a geração de empregos e que ela desenvolve há bastante tempo um trabalho social diferenciado aqui na CIC junto aos territórios mais vulneráveis.	Não tem deficiências.
C	Então eles estão bem envolvidos realmente com a questão das necessidades e demandas da comunidade da CIC. Então o que eu acho que tem de positivo na Bosch é isso. É a empresa que está mais envolvida com essa questão. Eles vêm, eles levantam as demandas e em cima disso eles realizam as ações.	Não tem deficiências.
D	A contribuição cultural em algumas vilas.	Não conheço nenhum deficiência.
E	Três pontos fortes: a boa relação com o setor público; a transparência no trabalho que desenvolve junto à comunidade e a questão dos projetos que ela abre para cada unidade desenvolver conforme a necessidade da comunidade.	Não tem deficiência.
F	Desconheço.	Desconheço
G	O ponto forte da Bosch eu vejo mais no sentido do seu trabalho junto aos seus operários, preocupando-se com as condições de acesso aos seus direitos e ao bem estar do seu operário.	Ela não tem uma identidade específica para a questão da CIC em si, investindo mais na comunidade vizinha, então eu acho que sua atuação é limitada.
H	Geração de emprego.	Acho que é a falta de comunicação com e gente.

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme se observa no Quadro 44, os gestores públicos municipais desconhecem os pontos fortes do trabalho da Denso junto à comunidade da CIC, e entre as dificuldades apontadas em seu trabalho social estão a falta de diálogo e a falta de visão para enxergar que, em função do setor que a empresa atua, poderia auxiliar muito a cidade.

Quadro 44 - Pontos fortes e deficiência do trabalho da empresa Denso junto à Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos gestores públicos municipais

Gestor	Pontos fortes	Deficiências
A	Ainda não ouvi falar nada sobre.	A dificuldade de diálogo ainda maior.
B	Desconheço.	Desconheço.
C	Desconheço.	Falta diálogo.
D	Desconheço.	Desconheço.
E	Desconheço.	Eu não conheço.
F	Desconheço.	Desconheço.
G	Desconheço	A falta de visão no sentido de enxergar que pelo produto dela estar vinculado à questão da climatização, ela poderia auxiliar muito mais a cidade.
H	Desconheço	Acho que é a falta de comunicação com o poder público.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação aos pontos fortes do trabalho da empresa Furukawa junto à Cidade Industrial de Curitiba, os gestores públicos desconhecem o trabalho que ela desenvolve; entretanto, o Gestor G, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, ressalta o papel da empresa no futuro dentro das áreas que envolvem tecnologia. Na categoria deficiências, o Gestor G assinala que a deficiência é exatamente a empresa não ter preocupação com o trabalho social e o Gestor H da Cohab assinala a falta de comunicação com o setor público.

Quadro 45 - Pontos fortes e deficiência do trabalho da empresa Furukawa junto à Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos gestores públicos municipais

Gestor	Pontos fortes	Deficiências
A	Desconheço.	Desconheço.
B	Desconheço.	Desconheço.
C	Desconheço.	Desconheço.
D	Desconheço.	Desconheço.
E	Eu não conheço.	Eu não conheço.
F	Desconheço.	Desconheço.
G	Desconheço. A Furukawa teria um papel fundamental no futuro. Eu acredito que todas as áreas que envolvem a tecnologia, inclusive na área de transporte, mobilidade, acessibilidade utilizam hoje meios modernos de comunicação. E pelo setor que a empresa pertence, como fabricante de fibras óticas e tudo mais, ela pode exercer um papel importante no futuro para essas áreas.	A maior deficiência dela acho que é não ter essa preocupação com o trabalho social.
H	Desconheço.	Acho que é a falta de comunicação com o poder público.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à empresa Volvo, os pontos fortes do trabalho da empresa junto à Cidade Industrial de Curitiba destacados pelos gestores públicos no Quadro 46

foram: os investimento no meio ambiente; o papel da empresa no sentido de transformar a cidade em um polo de referência de tecnologia na área em que a empresa atua; a abertura a entidade sociais e à Prefeitura e à colaboração com inovações na área de transporte. E como deficiências foram apontadas as seguintes: a necessidade de melhorar o diálogo com o poder público e a existência de um interesse muito específico em cima do transporte, sendo fundamental que a empresa se envolva com outras áreas.

Quadro 46 - Pontos fortes e deficiência do trabalho da empresa Volvo junto à Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos gestores públicos municipais

Gestor	Pontos fortes	Deficiências
A	Os investimentos na questão do meio ambiente.	Um pouco mais de diálogo com a administração. Talvez sejam um pouco talvez erro de nossa parte ou da gestão anterior, mas essa falta de diálogo faz com que a coisa não avance um pouco mais.
B	A Volvo tem uma função que é transformar a cidade em um polo de referência de tecnologia na área em que eles atuam. E isso é muito importante para a imagem da cidade e para a captação de recursos lá fora. Nós temos uma parceria interessante com a Volvo, que é o Menor Aprendiz.	Não sei se é deficiência deles, talvez nós como um todo, a gente não tem tanta proximidade com a empresa, sendo necessário melhorar o diálogo.
C	É uma empresa que está aberta para as entidades sociais.	Desconheço.
D	Desconheço	Desconheço
E	Eu não conheço	Eu não conheço
F	Desconheço	Desconheço
G	Toda a evolução do planejamento da cidade foi em função do transporte coletivo e, nesse sentido, a empresa Volvo sempre se prontificou a ter um canal aberto com a prefeitura.	A Volvo tem um interesse muito específico somente na área de transporte, então ela poderia estar envolvida em mais áreas, mas eu acho que ela tem essa deficiência.
H	A colaboração com inovações na área de transporte.	Acho que é necessidade de melhorar a comunicação com o poder público.

Fonte: Elaborado pela autora.

À semelhança da pesquisa efetuada junto aos líderes comunitários da CIC, a questão da incipiência do diálogo nas empresas Aker Solutions, Denso e Furukawa aparece também em relação à Prefeitura Municipal de Curitiba. Conforme pode-se observar no Quadro 47 apenas nas empresas Bosch e Volvo as relações dialógicas entre empresa e Prefeitura são melhor avaliadas: seis dos sete gestores entrevistados consideram o diálogo com a Bosch bidirecional e qualificam a relação dialógica como positiva por haver um interesse real da empresa em manter um diálogo e cooperar com os programas municipais e, no caso da Volvo, cinco dos sete gestores entrevistados consideram o diálogo da empresa como bidirecional, sendo que quatro deles considera a relação dialógica também como positiva.

Quadro 47 - Direção e tipologia do diálogo e cooperação que as empresas mantêm com a Prefeitura Municipal de Curitiba na percepção dos gestores públicos municipais

Empresa	Gestor	Direção do diálogo	Qualificação do diálogo e cooperação
Aker Solutions	A	0	0
	B	0	0
	C	0	0
	D	0	0
	E	0	0
	F	3	1
	G	0	0
	H	0	0
Bosch	A	3	1
	B	3	1
	C	3	1
	D	3	1
	E	3	1
	F	3	1
	G	2	2
	H	0	0
Denso	A	0	0
	B	1	2
	C	0	0
	D	0	0
	E	0	0
	F	3	1
	G	2	2
	H	0	0
Furukawa	A	0	0
	B	0	0
	C	0	0
	D	0	0
	E	0	0
	F	3	1
	G	0	0
	H	0	0
Volvo	A	3	1
	B	3	1
	C	3	1
	D	0	0
	E	0	0
	F	3	1
	G	3	2
	H	0	0

Fonte: Elaborado pela autora.

Notas: 1: Direção do diálogo e cooperação: 0 = não existe diálogo 1= Unidirecional: só existem diálogo e cooperação da empresa com a Prefeitura; 2= Unidirecional: só existem diálogo e cooperação da Prefeitura com a empresa; 3= Bidirecional: existem diálogo e cooperação tanto por parte da empresa quanto por parte da Prefeitura.

2: Tipologia do diálogo e cooperação: 0= Não há como qualificar, pois não há diálogo da empresa com a Prefeitura; 1 = Relação positiva, pois há um interesse real da empresa em manter um diálogo e cooperar com os programas municipais 2 = Relação negativa, pois o diálogo e a cooperação só ocorrem por obrigações legais e (ou) políticas e mercadológicas.

O Quadro 48 traz a percepção dos gestores públicos municipais a respeito da estabilização ou melhoria de algum problema socioambiental da região da CIC a partir de um projeto socioambiental desenvolvido pelas empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo. Observa-se que, em relação às iniciativas desenvolvidas pela Aker Solutions, Denso, Furukawa e Volvo, os gestores não têm conhecimento

sobre a influência delas na estabilização ou melhoria de algum problema socioambiental da CIC. Quanto à empresa Bosch, quatro dos sete entrevistados mencionaram que a questão educacional teve melhora a partir do trabalho socioambiental desenvolvido pela empresa junto à comunidade da Vila Verde, localizada no seu entorno.

Quadro 48 - Percepção dos gestores públicos municipais se algum problema socioambiental da CIC estabilizou ou teve alguma melhoria a partir de um projeto de RSA desenvolvido pelas empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo

Empresa	Gestor	Percepção
Aker Solutions	A	Desconheço
	B	Desconheço
	C	Não
	D	Desconheço
	E	Desconheço
	F	Desconheço
	G	Não tive nenhuma percepção nesse sentido
	H	Desconheço
Bosch	A	Eu percebi que sim, principalmente a área de educação na Vila Verde. Eu acho que especialmente isso, porque o resto eles fazem parcerias menores com entidades, então a gente não consegue ver o efeito de uma forma geral.
	B	Não.
	C	A Bosch tem atividades mais focadas na comunidade da Vila Verde e creio que a comunidade teve uma grande melhora nas necessidades a partir das atividades socioeducativas oferecidas pela empresa. A Bosch têm trabalhos também com mulheres em uma cooperativa de costura e tudo mais, então eu acho sim que teve um impacto nessa comunidade especificamente de geração de renda.
	D	Desconheço
	E	A comunidade Vila Verde teve uma melhoria no aspecto da educação das crianças e jovens através do Projeto da Bosch em conjunto com as unidades de educação em torno da empresa.
	F	Desconheço
	G	Não tive nenhuma percepção nesse sentido
	H	A Vila Verde teve melhorias a partir do desenvolvimento dos projetos na área educacional da Bosch, onde eles oferecem teatro e várias outras atividades à comunidade.
Denso	A	Eu estou sem informação no momento.
	B	Não.
	C	Desconheço.
	D	Desconheço.
	E	Desconheço.
	F	Desconheço.
	G	Não tive nenhuma percepção nesse sentido.
	H	Desconheço.
Furukawa	A	Desconheço.
	B	Não.
	C	Desconheço.
	D	Desconheço.
	E	Desconheço.
	F	Desconheço.
	G	Não tive nenhuma percepção nesse sentido.
	H	Desconheço.
Volvo	A	Eu estou sem informação no momento.
	B	Não.
	C	Eu não tenho conhecimento dos projetos específicos dela.
	D	Desconheço.
	E	Desconheço.
	F	Desconheço.
	G	Não tive nenhuma percepção nesse sentido.
	H	Desconheço.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando questionados os gestores públicos sobre como a PMC vê a participação do empresariado curitibano em relação às questões socioambientais da cidade, constata-se que todos eles consideram fundamental a participação do empresariado nesse sentido; entretanto, algumas secretarias salientaram que a participação das empresas ainda é incipiente (Gestores B, C, E, G) e o sujeito H destaca como inexistente no âmbito da Cohab.

Quadro 49 - Percepção dos gestores públicos municipais sobre a participação do empresariado curitibano em relação às questões socioambientais da CIC

Gestor	Percepção
A	A participação do empresariado Curitibano em relação às questões socioambientais da cidade é extremamente importante e queremos motivar e impulsionar cada vez mais isso. E eu acho que o empresariado tem muito boa vontade, mas talvez por muito tempo ficaram sem diálogo com a administração.
B	Não vejo muito a participação do empresariado, eles participam mais através de fóruns próprios.
C	A FAS está começando a entender como isso funciona. Eu vejo a participação de uma maneira muito positiva, mas eu também vejo que é uma maneira muito incipiente ainda. As empresas estão começando a se atentar da função delas na sociedade, que extrapola muito a questão comercial, que é a alma efetivamente de cada empresa. Vejo que tem tido uma procura muito grande das empresas à participação e vejo com bons olhos as possibilidades futuras nesse sentido.
D	Eu vejo a participação de empresariado curitibano em relação às questões socioambientais como fundamental. É muito importante para a prefeitura, para o poder público ter essa parceria com as empresas porque é só dessa forma que vai melhorar mesmo. Hoje não tem como trabalhar poder público separado das empresas privadas.
E	É muito importante, mas ela é ainda muito inicial. Algumas empresas têm uma iniciativa um pouco mais atuante, mas outras são alheias a tudo que acontece. Há duas semanas atrás houve alagamento da CIC e não houve nenhuma manifestação de qualquer empresa, então elas são muito ausentes, focando apenas naqueles projetos que desenvolvem.
F	A participação das empresas é importante e dentro dos grupos de ação que a SMMA tem acesso, existe um grande interesse dessas empresas e dos setores organizados das empresas em participar de um diálogo em busca de soluções para a melhoria da qualidade de vida do município.
G	A participação das empresas é muito importante, mas vejo como muito baixa. Eu acho que há uma alienação das empresas na questão socioambiental, você não vê as empresas interessadas em resolver esse problema. Normalmente, elas enxergam como uma obrigação ou uma imposição do setor público.
H	Na área em que a gente trabalha não temos participação dessas empresas, mas acho que é possível ter boas parcerias com as empresas. A exemplo da Bosch que desenvolve um trabalho na Vila Verde é possível desenvolver outros.

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando a importância da participação comunitária nas iniciativas de RSA, buscou-se levantar a percepção dos gestores públicos municipais sobre o nível de participação da comunidade da Cidade Industrial Curitiba em evento ou projetos socioambientais oferecidos pela Prefeitura, observando-se que, sem exceção, todos os gestores públicos afirmaram que a comunidade é participativa, sendo que os gestores A, B, C, E, F e G destacaram, sobretudo, a participação da comunidade por

intermédio das lideranças comunitárias. Os gestores D e H salientam que a comunidade da CIC é participativa, mas que as pessoas ainda buscam muito a realização do interesse próprio.

Quadro 50 - Percepção dos gestores públicos municipais sobre o nível de participação da comunidade da Cidade Industrial Curitiba em evento ou projetos socioambientais oferecidos pela Prefeitura

Gestor	Percepção
A	A comunidade da CIC é muito participativa, mas através das entidades da comunidade.
B	É participativa, sobretudo das lideranças da comunidade.
C	Quando você fala em participação da comunidade, duas correntes muito fortes eu tenho percebido: 1) são as lideranças de si mesmas: são lideranças que se cacifam para serem valorizadas no momento de coopitação pelo processo eleitoral, da coopitação até por benefício próprio travestido de benefício pela coletividade e 2) há aquelas lideranças que realmente trabalham pela sua área, pela sua comunidade de maneira muito altruísta, buscando soluções para coletividade e para isso não medem esforços em buscar a iniciativa privada e o poder público. Essas lideranças tem um poder de mobilização muito grande. Em decorrência do trabalho dessas lideranças, nas últimas experiências que nós tivemos na regional CIC, a comunidade participou ativamente. As pessoas estão muito mais interessadas em saber o que está sendo feito e onde elas podem colaborar. As pessoas são engajadas talvez por crescerem junto com a comunidade, com a região. O pertencimento é muito forte na CIC. Elas podem ser pessoas que precisam, que têm algumas necessidades básicas, mas elas se unem, elas discutem isso, elas democratizam a informação e buscam soluções conjuntas. Isso na CIC é muito claro para mim.
D	É participativa, mas ainda busca muito a troca. Eu vou participar, mas tem algum benefício? A comunidade acha que o poder público é pai e mãe. "Se eu vou ganhar eu vou, se eu não vou ganhar nada, não vou. As pessoas só pensam no seu bem, nunca pensam assim: "ah, eu vou fazer porque vai ser bom para a minha comunidade, para os meus vizinhos, para os meus amigos, para os meus filhos". Ah, tem café, então eu vou. Tem lanche?, então eu vou". É dessa forma que o ser humano pensa, só vou se eu tiver algum lucro, infelizmente.
E	A comunidade é atuante. Eu vejo participando muito. Desde audiências públicas que são aqui no CIC até atividades que são feitas em praças públicas, a comunidade vai e vai em peso, sobretudo as lideranças.
F	A comunidade da CIC, na maioria dos casos, representada pelos seus líderes locais, sempre que é convidada a participar, há uma participação expressiva da comunidade.
G	Eu acho que a participação se dá mais através das lideranças da comunidade, mas é uma participação ativa.
H	De modo geral, a comunidade é participativa, mas as pessoas são muito voltada para si mesmas, não têm uma visão dos problemas coletivos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando questionados os gestores públicos sobre as questões-chave para solucionar os problemas da Cidade Industrial de Curitiba, as respostas são variadas.

O Gestor A, ligado à Administração da Regional CIC, propõe três questões-chave para solucionar os problemas da CIC: *"Reprojetar as vias de acesso à CIC para melhorar a mobilidade; Desburocratizar o processo de regularização fundiária e educar a população"*. Já o Gestor B, lotado na FAS CIC, considera que uma questão-chave para solucionar os problemas da CIC é aumentar o número de pessoas empregadas nas empresas da região, propondo o seguinte: *"Maior integração*

entre empresa e governo no desenvolvimento da capacitação profissional, o que aumentaria o número de empregados residentes da CIC".

O Gestor C, lotado na FAS Central, propõe várias questões-chave para solucionar os problemas da CIC, salientando a importância de o poder público tentar entender o que está por trás da vulnerabilidade social da região.

> *Há uma questão de mobilidade muito importante na região e há a questão da regularização de áreas de habitação – isso para mim é fundamental enquanto assistência social, porque a solução à essas duas questões, permitiria que a gente pudesse investir um pouquinho mais nas comunidades. A região da CIC cresceu muito rapidamente e a gente precisa fazer com que os serviços públicos cheguem com um pouco mais de facilidade, é onde entra a questão da mobilidade. As pessoas que moram na CIC trabalham na CIC? Nem sempre. As empresas, ainda que ofereçam um grande número de empregos, elas não dão conta de atender toda a CIC, levando novamente à preocupação com a mobilidade. Outra questão é a violência urbana que é muito grande lá naquela região. A gente tem que entender por que acontece esse fenômeno lá, e para ser simplista, é por causa da vulnerabilidade social, mas não é o único componente da violência urbana. A gente precisa começar a entender um pouco mais o que acontece naquela região. Eu acho que são essas as questões-chave* (GESTOR C, FAS CENTRAL).

Na percepção do Gestor D, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a questão-chave para solucionar os problemas da CIC está na corresponsabilização da sociedade pelos seus problemas. Assim ele se manifesta:

> *Eu acho que a questão central é educar a população no sentido de torná-la corresponsável pelos seus problemas. Então eu acho que tem que começar a mudar a cultura, fazendo com que as pessoas entendam que elas também são responsáveis, que elas tem direitos, mas também tem obrigações, que não é só o poder público que tem a obrigação de fazer* (GESTOR D, SMEL CIC).

Para o gestor E, da Secretaria Municipal de Educação da CIC: *"A grande questão eu acho que é a proximidade entre o setor privado e o setor público e olhar para essa realidade que está posta e aí, juntos, pensar em uma possível solução em termos de parceria, de cooperação, de colaboração. Eu acho que o caminho é esse".*

A geração de emprego e renda, a regularização das moradias e as realocações da área de risco são as questões-chave apontadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que acredita que para a solução dos problemas socioambientais da CIC depende, segundo o gestor F, das ações de todas as esferas de governo.

> *As questões-chave são: a geração de emprego e renda, a regularização das moradias e as realocações da área da CIC buscando dar uma qualidade de vida maior a essa população. Isso é um processo maior, depende das ações de todas as esferas de governo de uma forma que haja possibilidade de emprego, de renda para as pessoas, para as famílias para que elas possam ter uma situação estável e ter o retorno por parte do governo com a infraestrutura e os serviços que eles buscam para gradativamente melhorar a qualidade de vida da região* (GESTOR F, SMMA).

O gestor G, lotado no IPPUC aponta como questões-chave para solucionar os problemas da CIC que as iniciativas de RSA das empresas da região sejam geridas pela AECIC e que estas sejam desenvolvidas em conjunto com os programas municipais. Aponta ainda a importância de haver maior autonomia das empresas na tomada de decisão em investir em projetos de RSA propostos pelo governo municipal. Assim se expressa o Gestor G:

> *A responsabilidade socioambiental das empresas deveria ser gerida pela AECIC, uma associação das empresas da região. Eu acho que é fundamental que esta associação tome iniciativa e esta trabalhe essas ações socioambientais em conjunto com os programas municipais. A gente vê um distanciamento muito grande da associação das empresas da CIC com o poder público. Eles fazem os seus eventos muitas vezes até dissociados dos interesses do município e às vezes o município também não tem essa permeabilidade junto à associação. Eu acredito que as empresas aqui de Curitiba são empresas grandes, renomadas, inclusive a maioria tem programas de responsabilidade social, mas não interagem muito com o poder público municipal, e muitas vezes a gente detecta que existe uma falta de autonomia dessas empresas locais de decidir entrar em um processo, em um convite, em um programa do município, sem consultar sua matriz. Então essa dificuldade é real nas empresas e poderia auxiliar mais se elas tivessem uma autonomia direta, pudessem decidir rapidamente pela participação nos projetos a que estão sendo convidadas, porque a necessidade socioambiental do município é imediata. Às vezes o programa está ocorrendo e existe essa demanda, não dá para esperar que a empresa decida isso para colocar no seu orçamento ou não* (GESTOR G, IPPUC).

O Gestor H, lotado na Companhia de Habitação Popular de Curitiba, assinala duas questões-centrais para solucionar os problemas socioambientais da CIC: a regularização das áreas irregulares e a questão da segurança, entendendo que a maior dificuldade no caso desta é a falta de fiscalização.

> *No meu ponto de vista, os problemas da CIC são basicamente 2: a questão das ocupações irregulares, que elas precisam ser legalizadas, sendo eliminadas as situações de risco e outra é a questão de segurança. A nossa polícia infelizmente não é efetiva na sua área de atuação, temos muitas queixas por parte das comunidades nesse sentido. Acho que uma das dificuldades que o poder público em geral enfrenta é a falta de fiscalização. As pessoas jogam lixo na beira do rio, poluem e você não tem poder nenhum de ir lá notificar, você não tem equipe. As nossas leis são muito frágeis nesse sentido e a coisa fica por isso mesmo* (GESTOR H, COHAB).

Diante da gravidade dos problemas socioambientais do mundo contemporâneo, a mensagem deixada à sociedade pelo Gestor A, da Administração da Regional CIC, é a seguinte: *"Nós estamos pagando o preço da falta de conscientização, mas não é tardio para agirmos. É momento de colocarmos as mãos na cabeça e refletirmos sobre que mundo queremos deixar aos nossos filhos"*.

O Gestor B, vinculado à FAS CIC, assim se manifesta: *"A mensagem que deixo à sociedade é para que tenhamos mais responsabilidade e que pensemos mais no coletivo".*

A mensagem deixada à sociedade pelo Gestor C, da FAS Central, foca a necessidade de se resgatar a família, como núcleo primeiro da sociedade, para somente a partir disso se falar nas obrigações da sociedade. Ressalta também a importância de as pessoas se sentirem integrantes das cidades, se responsabilizando pelos problemas coletivos.

> *Acho que a gente precisa resgatar o núcleo primeiro da sociedade, que é a família. E entenda família não só como pai, mãe, avôs e filhos, entenda a família como o primeiro núcleo da sociedade. Nós precisamos resgatar os valores da família, aí a gente vai poder falar de sociedade expandida, aí a gente vai poder falar das obrigações da sociedade. A outra coisa é a gente começar a entender que nossas crianças, nossos idosos, eles são sim de responsabilidade nossa, não só a criança que está dentro da nossa casa, mas a criança que está na nossa rua, que está na nossa cidade. Entender a cidade como sua, entender a rua como sua, entender o problema como seu. Então a grande mensagem é a gente começar a expandir os nossos horizontes enquanto núcleo primeiro da sociedade e depois a gente conseguir expandir, se apropriar das coisas da cidade. Quando eu falo coisas da cidade eu falo dos problemas e falo das pessoas que nela moram. Essa é a grande mensagem* (GESTOR C, FAS CENTRAL).

A mensagem deixada à sociedade pelo Gestor D, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, se constitui, na verdade, num apelo ao poder público para que invista numa educação de qualidade, a única força, segundo este Gestor, capaz de propiciar uma transformação na sociedade.

> *Minha mensagem é que o poder público realmente investisse na educação e na cultura: as únicas formas de formar pessoas realmente responsáveis. Mas educação de qualidade, que venha desde a pré-escola ensinando as crianças sobre a importância de estudar, de ter cultura, de ler, de praticar esporte, de ter uma profissão e de ser um cidadão. Não temos mais isso e eu tenho medo, porque o futuro é drogas, é viver às custas do governo, é viver de esmola, é isso que as pessoas têm hoje: elas se acostumaram a viver de esmola e não buscam melhorar a vida. A sociedade só pode ser transformada pela educação. A pessoa tem que ter educação: o respeito pelos professores, o respeito pelos mais velhos, o respeito pelo que é dos outros – é uma educação como nós tínhamos antigamente. É essa a mensagem que deixo* (GESTOR D, SMEL CIC).

A mensagem deixada à sociedade pelo Gestor E, ligado à Secretaria Municipal de Educação, é que as pessoas deixem de ser individualistas e pensem mais no coletivo. O depoimento deste Gestor chama as pessoas a assumirem sua responsabilidade pelo mundo, levando à reflexão de que o ser humano contribui para uma sociedade melhor ou pior, dependendo das atitudes que toma no presente. Assim se expressa o Gestor E:

> *Eu acho que a grande questão hoje é pensar no coletivo. Acho que o grande erro de todos os setores é o individualismo que está posto pelo mercado, que é o mercado da produtividade, da eficiência, do empreendedorismo que busca o lucro em cima do lucro e acaba esquecendo de olhar para as pessoas em sua questão humana de desenvolvimento, questão de humanidade mesmo. Então eu acho que hoje a gente precisa deixar de pensar no eu e pensar no nós, nessa responsabilidade com o grupo, com o coletivo e com as pessoas que estão à nossa volta, e não nessa questão de competição, de aquisição, nessas relações de compra e não de relações de ser enquanto pessoa. Então essas relações de poder que se estabelecem em função de um modo de produção extremamente capitalista e competitivo acabam esquecendo de ver as pessoas como um grupo de pessoas que precisam umas das outras para se fortalecerem e crescerem juntas. Então a responsabilidade socioambiental, eu falo como educadora, está em sairmos do nosso individualismo e pensarmos nas pessoas como sendo nossa responsabilidade também. Quando uma pessoa não está bem, a nossa responsabilidade, o nosso dever é em contribuir para que ela se sinta bem e se reestabeleça enquanto pessoa humana para sobreviver nessa sociedade que está posta e que nós contribuímos a cada dia para ela estar melhor ou pior, dependendo da ação que a gente vai tomar no presente* (GESTOR E, SME CIC).

A mensagem deixada à sociedade pelo Gestor F, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, evidencia a importância do diálogo entre empresa, governo e sociedade, ressaltando que a participação de cada pessoa, cada uma fazendo a sua parte, é fundamental para a construção de uma sociedade sustentável.

> *A mensagem seria do diálogo entre o poder público, a sociedade civil e as empresas. Só através do entendimento da demanda que a população busca, nós podemos direcionar os investimentos, os recursos para poder aplicar naquilo que vai dar resultado para a comunidade sem deixar de ver a questão do gerenciamento geral da situação. Acho que sempre que nós conseguimos ter o diálogo entre essas esferas de poder, gradativamente nós vamos conseguir ter uma melhoria na qualidade de vida de todos nós. Então, a busca de uma sociedade sustentável passa pelo processo de a gente poder produzir tudo aquilo que a sociedade atual necessita sem comprometer a capacidade futura das próximas gerações. E esse processo só vai ser efetivo a partir do momento em que as pessoas passarem a colaborar efetivamente, cada um fazendo a sua parte, para que a gente possa reverter os processos de degradação que nós temos hoje e avançar na conservação e na recuperação das áreas naturais da cidade* (GESTOR F, SMMA).

Também nas entrelinhas da mensagem deixada à sociedade pelo Gestor G, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, se percebe a ênfase na importância para o equilíbrio social do país, que a sociedade vença o individualismo e aumente sua participação efetiva na solução dos problemas socioambientais. Assim se manifesta o Gestor G:

> *Eu acho que o problema hoje é de todos, é da sociedade como um todo. Não é simplesmente cada um pensando por si só: "ah, eu quero a minha parte, a minha parte resolvida, está tudo ok". Não está não. Pelo contrário, eu acho que se todo mundo não sair ganhando, todo mundo sai perdendo. Então eu acho que as manifestações no país recentemente mostraram muito bem isso, que está precisando haver participação de mais gente, de colaboração tanto do setor público quanto do setor privado e da sociedade para que a gente consiga resolver os problemas socioambientais e dar um equilíbrio social ao país* (GESTOR G, IPPUC).

A mensagem deixada à sociedade, diante da gravidade dos problemas socioambientais contemporâneos, pelo Gestor H, da Companhia de Habitação Popular de Curitiba chama a atenção dela para a importância de reciclar e para a importância de se olhar para o futuro, tomando as atitudes certas no presente.

> *A sociedade tem que aprender a se reciclar. Eu acho que a sociedade tem que ser, primeiro, bem esclarecida sobre essa questão. O problema fica sempre para o futuro e às vezes a gente não gosta muito de olhar para o futuro. Por isso a mensagem que deixo é que se essas questões ambientais não forem devidamente solucionadas no presente, toda a população será penalizada, toda a cidade vai sofrer as consequências, sobretudo na escassez de água e no acúmulo de lixo, que são os dois maiores problemas que as cidades enfrentam* (GESTOR G, COHAB).

A partir da abordagem da experiência das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo em suas iniciativas de RSA desenvolvidas junto à CIC bem como do modo como as lideranças comunitárias e os gestores públicos municipais percebem o trabalho destas empresas no campo da RSA junto àquela região, foi possível constatar como se dá a relação das empresas com esses dois *stakeholders* sob o aspecto do diálogo e da cooperação. A conclusão que segue está assentada nas informações trabalhadas ao longo deste texto, algumas das quais foram sintetizadas nos Quadros A.E.1 a A.E.15 constantes no Apêndice E, para propiciar uma visão comparativa da percepção dos três atores (empresas, líderes comunitários e gestores públicos municipais).

8.3 CONCLUSÃO

Desde o início desta pesquisa vem se afirmando que o diálogo e a cooperação são de fundamental importância para que sejam enfrentados os desafios socioambientais do mundo contemporâneo. A intenção é demonstrar que, o modo como a sociedade se organiza, como os indivíduos interagem uns com os outros por meio do diálogo e trabalhando em cooperação para atingir objetivos comuns, adquire prioridade absoluta, quando a proposta é trabalhar pela transformação da sociedade. Acredita-se que não há como resolver problemas que são coletivos a partir de iniciativas isoladas.

A CIC foi criada na década de 1970 e, como visto ao longo deste texto, a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba acumula no século XXI uma gama de problemas socioambientais complexos que não podem ser resolvidos a partir do estabelecimento de ações isoladas, apresentando-se como essencial o estabelecimento de uma gestão compartilhada que una os esforços das lideranças comunitárias, das empresas sediadas na região, do governo municipal e, sobretudo, da própria comunidade na busca de soluções aos problemas que se apresentam.

Nesse aspecto, este estudo se propôs a averiguar se as iniciativas de RSA das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo são desenvolvidas de modo dialógico e cooperativo com a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba e com o governo municipal, servindo de instrumento de apoio ao desenvolvimento urbano daquela região.

Enquanto todos os atores envolvidos com um determinado problema não forem mobilizados e engajados para fazer parte da solução, esforços podem estar sendo desperdiçados ou, no mínimo, gerando resultados mais modestos do que os gerados a partir do trabalho colaborativo. Por essa razão, procurou-se ao longo da discussão levantar também como tem sido a participação da comunidade da CIC nas discussões relativas aos problemas que ela enfrenta. Defende-se que é fundamental que cada um faça a sua parte, mas trabalhando juntos.

Tem-se consciência de que não existe problema socioambiental mais importante ou menos importante. Entretanto, procurou-se levantar junto à comunidade, às empresas e ao governo a sua percepção sobre os problemas socioambientais mais importantes que afetam a comunidade da Cidade de Industrial de Curitiba, no intuito de verificar se o modo como cada ator percebia os problemas socioambientais do bairro em termos de prioridades era semelhante. Observou-se que apareceram como problemas comuns nas três percepções, conforme se pode verificar no Quadro A.E.2 do Apêndice E, os seguintes problemas na CIC: pobreza, ocupação de áreas irregulares, tráfico de drogas, dependência química, violência, falta de segurança pública, falta de ação do poder público no combate ao tráfico, falta de saneamento básico, destinação inadequada de lixo, problemas familiares, falta de qualificação profissional, educação precária, falta de atividades no contraturno escolar e necessidade de iniciativas voltadas para educação ambiental.

É interessante observar que, embora os colaboradores das empresas, líderes comunitários e gestores públicos acreditem que seja coletiva a responsabilidade pelos problemas socioambientais (*ver* Quadro A.E.3) e insiram no seu discurso a importância da adoção de uma conduta dialógica e cooperativa diante da gravidade dos problemas socioambientais enfrentados no mundo contemporâneo (*ver* Quadro A.E.15), a CIC ainda não tem sido discutida a partir de uma perspectiva coletiva. O reconhecimento dessa lacuna pode ser melhor compreendido a partir das seguintes evidências:

1) Há a necessidade de melhorar o engajamento e participação da comunidade da CIC nas oportunidades a ela oferecidas para discutir seus problemas, pois os próprios líderes comunitários apontam a dificuldade de mobilizar a comunidade à participação (*ver* Quadro A.E.14); os gestores públicos assinalam predominantemente que a participação da comunidade se dá junto aos eventos promovidos pela PMC por intermédio dos líderes

comunitários e não da comunidade em si, e na visão de duas, das cinco empresas entrevistadas é necessário melhorar a conscientização da comunidade para a importância da participação.

2) Quatro das cinco empresas em estudo (Bosch, Denso, Furukawa e Volvo), escolheram como foco principal para as suas iniciativas de RSA a educação, mas as empresas Bosch e Volvo vem de uma trajetória mais longa de investimentos nesse setor junto à CIC. Esse fato leva a inferir que, como essas empresas escolheram atuar em cima do mesmo problema, essas iniciativas poderiam estar se dando de modo cooperativo, otimizando suas metodologias, recursos e resultados, ampliando a atuação destas empresas para além da comunidade do entorno e ampliando inclusive o número de empresas envolvidas nas iniciativas.

A questão de que a CIC ainda não foi discutida sob uma perspectiva coletiva e que a cooperação e o diálogo entre os atores interessados no desenvolvimento do bairro se faz essencial para vencer os problemas da comunidade, fica clara quando se visualiza o posicionamento das empresas, dos líderes comunitários e dos gestores públicos, constante do Quadro A.E.11, que apontam entre as questões-chave para solucionar os problemas socioambientais da CIC: a necessidade de aumentar a aproximação entre a prefeitura, a comunidade e as empresas; retomar o planejamento urbano da CIC; melhorar a qualidade das informações ambientais disponibilizadas à população; aumentar a aproximação das empresas com as lideranças da comunidade; intensificar o diálogo entre empresas, comunidade e governo; aumentar a confiança das empresas nas organizações comunitárias; maior integração entre empresa e governo no desenvolvimento da capacitação profissional e promover a aproximação da AECIC com o poder público.

Embora no Quadro 9 a maior parte das empresas declare ter um diálogo frequente com a comunidade, em diferentes momentos, as lideranças comunitárias pontuam a insipiência do diálogo com as empresas, tal como elenca-se a seguir:

- no Quadro A.E.12 as lideranças comunitárias apontam que a melhor forma das empresas contribuírem na solução dos problemas socioambientais da CIC é abrindo-se para a comunidade, vindo conhecer suas demandas e dialogando com as lideranças sobre os problemas que afetam a comunidade;

- nos Quadro A.E.13 o diálogo com a comunidade não aparece como ponto forte na percepção de nenhuma das lideranças comunitárias. Entretanto, a falta de diálogo e comunicação aparece no campo deficiências do referido quadro, no depoimento de vários líderes comunitários, medido pelo uso de expressões como: não conheço as iniciativas; desconheço o trabalho delas; elas precisam vir e escutar a comunidade; mais diálogo com a comunidade; falta abertura; não custa mandar uma pessoa aqui conhecer o nosso trabalho; eu desconheço o que elas realizam; eles podem investir muito mais e trabalhar em conjunto; nunca ouvi falar dela; não conheço nada sobre a empresa. Em síntese, a deficiência principal apontada é a falta de interação das empresas com as lideranças comunitárias;
- nos Quadros A.E.6 a A.E.10, que traz de forma comparativa a avaliação que os atores fazem da dinâmica de construção das iniciativas de RSA das empresas, observa-se que estas superavaliam a qualidade das relações que estabelecem com a comunidade nas categorias propostas, entre as quais, o diálogo;
- no Quadro 30, em que se procura verificar a direção e tipologia do diálogo e da cooperação que as empresas mantêm com a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos líderes comunitários, observa-se a predominância da falta de diálogo das empresas com a comunidade. Embora também apresentem insipiência no diálogo com a comunidade, as duas empresas melhor avaliadas foram a Bosch e a Volvo. A Bosch mantém diálogo bidirecional com quatro lideranças comunitárias, das quais três delas qualificam a relação de diálogo mantida com a empresa como positiva em função de haver um interesse real da empresa em manter um diálogo e cooperar com a comunidade. E a empresa Volvo mantém diálogo unidirecional com duas lideranças, que qualificam a relação dialógica com a empresa como negativa, pois o diálogo e a cooperação só ocorrem por obrigações legais e (ou) políticas e mercadológicas; e bidirecional com outras duas lideranças, as quais qualificam a relação dialógica com a empresa como positiva.

Viu-se na literatura que a imagem que as empresas têm na sua zona de implantação junto à comunidade na qual está inserida é crucial para sua

competitividade, refletindo na sua reputação perante o mercado. Nesse aspecto, observa-se no Quadro A.E.4 que a imagem da empresa Bosch está predominantemente associada à geração de bons empregos e ao trabalho social que a empresa desenvolve junto à comunidade e a imagem da empresa Volvo está fortemente associada à de uma grande empresa, que também remunera bem seus funcionários, sendo o seu envolvimento social com a comunidade mencionado por três líderes comunitários como parte de sua imagem. Constatou-se também que a empresa Aker Solutions é pouco conhecida pelos líderes comunitários, que não têm uma imagem formada da empresa e que a imagem da Denso está ligada mais ao aspecto da geração de emprego e pouco envolvimento com a comunidade. Quanto à empresa Furukawa, ela é lembrada predominantemente pelos produtos que fabrica: fibras óticas e fios elétricos. Um aspecto positivo a destacar é que nenhuma das empresas tem sua imagem perante as lideranças comunitárias ligada a impactos socioambientais na comunidade.

Outra questão defendida ao longo do texto é a importância do alinhamento das iniciativas de RSA das empresas aos programas municipais como forma de otimizar o resultado destas iniciativas. Como *stakeholder* primário, a manutenção de boas relações com o governo municipal por parte das empresas nas iniciativas de RSA é crucial.

No que se refere às relações estabelecidas pelas empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo com o governo municipal ao realizar suas iniciativas de RSA, identificaram-se alguns elementos fundamentais para nortear o estabelecimento de uma agenda comum para as iniciativas futuras de RSA na CIC, os quais serão abordados a seguir.

Verificou-se no Quadro 9 que o diálogo com o governo municipal é qualificado pelas empresas Aker Solutions, Denso e Furukawa como esporádico e pelas empresas Bosch e Volvo como frequente. Esses resultados ganham mais sentido quando comparados aos resultados do Quadro 38, que traz a avaliação feita pelos gestores públicos da dinâmica de construção das iniciativas de RSA das empresas. Observa-se que a resposta predominante dos gestores públicos para as empresas Aker Solutions, Denso e Furukawa é "desconheço" para todos os itens avaliados, o que pode estar ligado à falta de diálogo frequente entre elas e o poder público. Entretanto, verifica-se que as empresas Bosch e Volvo predominantemente receberam uma boa avaliação por parte dos gestores públicos. Verificou-se também

no Quadro 8 que o gestor F (SMA) e H (Cohab) desconhecem o posicionamento das empresas nas categorias propostas, evidenciando-se uma falta de proximidade desses dois órgão públicos com todas as empresas.

Esta pesquisa demonstrou que, à exceção da Cohab e do IPPUC, todos os demais órgãos públicos municipais têm trabalhado de modo cooperativo com as empresas em algum projeto de RSA e o instrumento utilizado para tal são as parcerias (*ver* Quadro 39).

Entre as estratégias utilizadas pela PMC para atrair a participação do setor privado na solução dos problemas socioambientais da Cidade Industrial de Curitiba estão: o diálogo com os empresários (Administração da Regional CIC e Secretaria Municipal de Educação); convite às empresas para conhecer a realidade da comunidade e as dificuldades que o poder público enfrenta (FAS CIC); parcerias com a sociedade civil organizada com as empresas (SMMA); e a conscientização das empresas sobre os reflexos dos investimentos em projetos sociais sobre a imagem delas (IPPUC).

O surgimento de um movimento no âmbito dos governos no sentido de fomentar e promover a RSA das empresas como forma de enfrentar os problemas urbanos é destacado na literatura contemporânea. Murphy (1980, p.842-842) recomenda que seja dada atenção aos outros atores-chave no processo de desenvolvimento econômico, ou seja, o setor privado e as dezenas de organizações comunitárias criadas para melhorar a vida urbana, porque é improvável que o governo, por conta própria, possa resolver os problemas que assolam as áreas urbanas. A fim de recolher provas concretas do valor dos esforços das organizações não governamentais e da relação desses esforços com os programas governamentais, a rota que as iniciativas empreendidas pelo setor de negócios e pelas organizações comunitárias optam em seguir deve ser cuidadosamente monitorada. Um certo nível de participação público-privada é necessária porque a incapacidade de solucionar males urbanos no presente pode levar a problemas mais graves no futuro. Castells e Borja (1996, p.160-161) destacam que as políticas públicas não são suficientes, na medida em que nunca contarão com todos os recursos necessários nem podem construir modos de gestão adequados a essas demandas sociais. A ação pública deve, assim, apoiar e estimular a iniciativa social. Mazurkiewicz e Crown (2005, p.8) assinalam que embora as parcerias estratégicas para o desenvolvimento sustentável por empresas, governo e sociedade civil sejam relativamente novas, é crescente o uso delas na

Europa Central e Oriental. Nesse aspecto, a publicação Comissão Europeia (2011, p.18), em sua conclusão, destaca a necessidade de efetuar um acompanhamento periódico em conjunto entre governo, empresas e outras partes interessadas, dos avanços feitos nas iniciativas de RSA para estabelecer planos de ação futura em conjunto.

Nesse aspecto, duas evidências nesta pesquisa levam a crer que o governo municipal de Curitiba, ainda não despertou para importância de fomentar e promover a cultura da RSA junto às empresas: a primeira é que constatou-se que não existe um cadastro para as empresas depositarem suas intenções em contribuir com algum projeto junto à PMC (*ver* Quadro 40); e a segunda é que a PMC sequer tem noção das dimensões do movimento da RSA das empresas, uma vez que não faz monitoramento da representatividade e impactos dos projetos de RSA das empresas na solução dos problemas da Cidade Industrial de Curitiba (*ver* Quadro 41).

Constata-se que a atração da participação do setor privado na solução dos problemas socioambientais da Cidade Industrial de Curitiba é tratada de modo vago, como identificado pela Fundação de Ação Social (Central), não havendo até o momento sequer um banco de projetos para mostrar aos empresários onde sua contribuição poderia ser importante. Também a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Cidade Industrial de Curitiba (SMEL-CIC) desconhece que exista alguma estratégia utilizadas no âmbito da PMC para atrair a participação do setor privado na solução dos problemas da CIC. E, a Cohab destaca que é difícil atrair a participação do setor privado na área habitacional por conta dos investimentos pesados que demandam o setor.

Entre os entraves apontados pelos gestores públicos para atrair a participação do setor privado na solução dos problemas socioambientais da CIC estão: encontrar tempo para visitar as empresas (ADMINISTRAÇÃO DA REGIONAL CIC); a dificuldade de convencer as empresas a participarem de uma parceria por conta de não conhecerem bem a realidade da comunidade (FAS CIC); exigência de contrapartida por parte das empresas; falta de cultura por parte do poder público em buscar ajuda na iniciativa privada; e a dificuldade na elaboração de projetos com vistas à captação de recursos (FAS CENTRAL); falta de atrativos para essas empresas participarem em termos de incentivos do governo (SMEL CIC); falta de proximidade e comunicação entre as empresas e a secretaria (SME CIC); o desconhecimento das empresas sobre os problemas da comunidade e sobre como as parcerias com o setor público

poderiam funcionar (SMMA); a incerteza dos empresários sobre os reflexos positivos ou negativos sobre o imaginário da sociedade, trazidos pelos projetos desenvolvidos pelo poder público ao final das obras (IPPUC); e, de um lado, o desconhecimento por parte da Cohab do trabalho social que as empresas desenvolvem e, de outro lado, o desconhecimento das empresas em relação às dificuldades que a Cohab enfrenta para resolver alguns problemas (COHAB).

Nas entrelinhas do depoimento de todas as empresas no Quadro 10, os colaboradores relatam que elas trabalham suas iniciativas de RSA em cooperação com a comunidade e em parceria com os programas da PMC; ademais, as empresas Bosch, Furukawa e Volvo destacaram o envolvimento da cadeia produtiva no desenvolvimento de suas iniciativas de RSA.

As empresas veem como positiva a ideia de operacionalizar suas iniciativas de RSA em parceria com os programas da PMC, verificando-se que, sobretudo, as empresas Bosch e Volvo têm um maior envolvimento com o poder público municipal. O Instituto Robert Bosch salienta a importância do estabelecimento de uma agenda única para a RSA enfatizando que não existe uma coisa que é da Bosch ou é da Prefeitura, ou é da comunidade, mas algo que é de todos.

Em contrapartida, os gestores públicos municipais veem como fundamental a participação do empresariado curitibano na solução das questões socioambientais da CIC.

Diante disso, salienta-se a importância de que o poder público municipal atue como um facilitador dessas iniciativas, fornecendo informações, disponibilizando banco de projetos, disponibilizando cadastro para as empresas depositarem suas intenções em participar dos projetos públicos oferecidos pelo município, bem como monitore as iniciativas com vistas a aferir seus resultados e implementar melhorias nas iniciativas.

Quando questionadas se as empresas tinham conhecimento dos projetos da PMC que demandam a ajuda do setor privado para serem implementados, no mínimo um dos colaboradores das empresas Aker Solutions, Denso e Furukawa apontaram que não conhecem tais projetos por falta de divulgação da PMC. Mesmo junto às empresas Bosch e Volvo, que conhecem os projetos municipais e trabalham permanentemente em parceria com os programas da PMC, verifica-se que o nível de informação disponibilizado pela PMC não é satisfatório. O Instituto Robert Bosch sublinha que só veio a conhecer os projetos municipais que demandavam ajuda do

setor privado porque a empresa foi até o governo e não o contrário. A área de Meio Ambiente e Engenharia de Segurança do Trabalho da empresa declara que não tem conhecimento de tais projetos, por falta de divulgação da PMC. E a Volvo sinaliza também para o fato de que a PMC poderia melhorar a divulgação de seus projetos e buscar maior apoio do empresariado na solução dos problemas socioambientais urbanos. Reconhece a Volvo que existe dificuldade de alinhamento dos projetos da empresa às políticas públicas em função do conhecimento superficial dos projetos públicos municipais, visto que não há um banco público disponível para consulta às empresas.

Embora a PMC não assuma um protagonismo no sentido de incentivar o setor privado a realizar suas iniciativas de RSA, as empresas Bosch e Volvo salientam que a prefeitura tem sido um agente facilitador na consecução das iniciativas idealizadas por elas.

Um aspecto importante colocado pelas empresas é que elas não têm encontrado dificuldade em se relacionar com a PMC, à exceção de um dos colaboradores da Aker Solutions, que levanta a questão da inconstância na aproximação da PMC com a empresa, e de um colaborador da Denso, que aponta que não há como encontrar entrave, porque não há comunicação entre PMC e empresa (*ver* Quadro 11).

Diferentemente da percepção das lideranças comunitárias que, quando questionadas como as empresas poderiam melhor contribuir na solução dos problemas da Cidade Industrial de Curitiba, centraram suas respostas na falta de diálogo com as empresas, apenas um gestor público pontua a falta de diálogo com as empresas.

Para os gestores públicos, as formas como as empresas podem melhor contribuir nesse sentido são: efetuando o alinhamento dos objetivos entre empresa e governo nas iniciativas de RSA mediante trabalho em conjunto via parcerias (ADMINISTRAÇÃO DA REGIONAL CIC); repensando as relações colaborativas entre a Prefeitura e as empresas, de modo que a partir do aproveitamento das competências de cada setor se possa trazer melhores impactos dessas iniciativas junto à sociedade (FAS CENTRAL); promovendo cursos gratuitos à população, bem como propiciando o ingresso no mercado de trabalho dos jovens e adolescentes recém-formados no Ensino Médio e absorvendo-os como mão de obra na empresas (SMEL CIC); melhorando as condições de atendimento das escolas próximas ao seu entorno (SME CIC); fazendo intervenções no seu entorno, mediante fornecimento de cursos de capacitação e outras atividades à comunidade, além da participação das

empresas nas atividades oferecidas pelo próprio município (SMMA CENTRAL); oferecendo trabalho e capacitação à população residente nas áreas de ocupações irregulares (IPPUC); e aumentando o diálogo e o intercâmbio de informações com o poder público (COHAB).

Na avaliação efetuada pelos gestores públicos municipais em relação à dinâmica de construção das iniciativas de RSA (*ver* Quadros de A.E.6 a A.E.10), verifica-se que as empresas Aker Solutions, Denso e Furukawa são pouco conhecidas, não somente junto aos líderes comunitários, mas também junto aos gestores públicos, e que as empresas Bosch e Volvo são melhor avaliadas pelo poder público do que pelos líderes comunitários em todos as categorias propostas. Reforça-se também nesse quadro a falta de interação das empresas com a Secretaria do Meio Ambiente e com a Cohab.

Em linhas gerais, constata-se na dinâmica de construção das iniciativas de RSA das empresas uma maior interação com o poder público municipal do que com as lideranças comunitárias, colocando-se como fundamental a busca do estabelecimento de uma agenda comum de RSA aos três atores, como forma de otimizar os resultados dessas ações junto à comunidade da CIC, que deve ser engajada do início ao fim do processo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Abril, 2012.

ACCOUNTABILITY. **AA1000 Accountability Principles Standard 2008**. Disponível em: <http://www.accountability.org/images/content/0/7/074/AA1000APS%202008.pdf> Acesso em: 30 jan. 2010.

ARANTES, Nélio. **Sistemas de gestão empresarial**: conceitos permanentes na administração de empresas válidas. São Paulo: Atlas, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Norma NBR ISO 26.000**. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_65.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2010.

BODET, Catherine; LAMARCHE, Thomas. La responsabilité sociale des entreprises comme innovation institutionelle: une lecture regulationniste. **Revue de la Régulation**, v.1, n.19, jun./jul. 2007. Disponível em: <http://regulation.revues.org/1283>. Acesso em: 22 jan. 2010.

BORRESKOV, Flemming. Sustainability through leadership and partnership. In: WORLD CITIES SUMMIT. **Liveable & sustainable cities integrated urban solutions**. Singapore: Centre for Liveable Cities and Urban Redevelopment Authority, 2012. p.15.

BOWEN, Jim. **The Chattanooga Riverpark**: Transforming a City and its Economy. Disponível em: <http://www.pps.org/reference/successchatanooga-2/>. Acesso em: 21 nov. 2010.

BRANCO, Adriano Murgel; MARTINS, Márcio Henrique Bernardes. **Desenvolvimento sustentável na gestão de serviços públicos**: responsabilidade socioambiental e informe social. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 13 nov. 2010.

BUBER, Martin. **Eu e tu**. 2.ed. São Paulo: Moraes, 1974.

BURIAN, Camilo M. López. **El rol del Estado en la responsabilidad social de las empresas**:un debate necessário. Instituto de Comunicación y Desarrollo (ICD) - Grupo Uruguay - Red Puentes. Uruguai: Caligráficos S.A., 2006. p.3-48.

BUSARELLO, Orlando. Reequilibrar Curitiba: teoria e métodos. **Revista Espaço Urbano: Pesquisa e Planejamento**, Curitiba, v.1, n.2, dez. 1988.

CAMARA DE COMÉRCIO BRASIL ALEMANHA - AHK BRASIL. **Responsabilidade social empresarial**: caminhos e desafios. pesquisa qualitativa sobre a atuação das empresas em RSE. Disponível em: <www.ahk.org.br>. Acesso em: 02 maio 2009.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, n.45, p.152-166, jul. 1996.

CLARKSON, Max B. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. **The Academy of Management Review**, v.20, n.1, p.92-117, jan. 1995.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. **Livro Verde**: promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Bruxelas: Comissão das Comunidades Européias, 2001. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52001DC0366&from=ES>. Acesso em: 15 jan. 2011.

COMISSÃO EUROPEIA. **Reponsabilidade social das empresas**: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011DC0681&from=ES>. Acesso em: 28 dez. 2011.

CONCEJO CÓMO VAMOS. **Um nuevo conejo de Bogotá**. Bogotá: Fundacción Corona; Casa Editorial El Tiempo; Cámara de Comércio de Bogotá, 2010.

CURADO, Miguel Torres. **Gerir para o 3.º milênio**: SA 8000 – da qualidade total à qualidade social. Trabalho apresentado no Seminário sobre redução de custos de construção. Sinduscon-Pr – Universidade Federal do Paraná, 2000. Disponível em: <http://www.curado.com/sa8000pt/sa8000pt.html>. Acesso em: 22 jan. 2011.

DAHER, Wilton de Medeiros. **Responsabilidade social corporativa**: gerações de valor reputacional nas organizações internacionalizadas. São Paulo: Saint Paul, 2006.

DOWBOR, Ladislau. **Participação social**: o novo fantasma das elites. Disponível em: <http://www.cidadessustentaveis.org.br/noticias/participacao-social-o-novo-fantasma-das-elites-por-ladislau-dowbor>. Acesso em: 1.º jan. 2014.

DREHER, Marialva Tomio; SOUZA, Vanessa Fraga de; ULLRICH, Danielle Regina. Desenvolvimento local e responsabilidade social, rumo às ações intersetoriais na região de Blumenau. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v.3, n.2, p.49-71, maio/ago. 2007.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade**: canibais com garfo e faca. Tradução de Laura Prades Veiga. São Paulo: Makrom Book, 2011.

FERRAREZI, Elisabete. **Estados e setor público não-estatal**: perspectivas para a gestão de novas políticas sociais. Texto apresentado no II Congresso Interamericano del CLAD sobre La Reforma del Estado y de la Administración Pública. Venezuela, 15 a 18 out. 1997. Disponível em: <http://anesp.org.br/userfiles/file/estudos/estado_setor.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2010.

FERREIRA, Geraldo de Souza; AFONSO, Rita de Cássia Monteiro; BARTHOLO, Roberto. Perspectiva histórica da construção da responsabilidade social. In: SIMÕES, Claudia Pestana; FERREIRA, Geraldo de Souza; AFONSO, Ritá de Cássia Monteiro; BARTHOLO, Roberto. **Responsabilidade social e cidadania**: conceitos e ferramentas. Brasília: CNI/SESI, 2008. p.39-64.

FREY, Klaus. Capital Social, comunidade e democracia – Ensaio bibliográfico. **Política e sociedade**, Florianópolis, n.2, p.175-187, abr. 2003.

FRIEDMAN, Milton. The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits. **The New York Times Magazine**, September 13, 1970. Disponível em: <http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-business.html>. Acesso em: 21 fev. 2012.

GIARETTA, Juliana Barbosa Zuquer; FERNANDES, Valdir; PHILIPPI JR., Arlindo. Desafios e condicionantes da participação social na gestão ambiental municipal no Brasil. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.19, n.62, p.527-550, jul./set. 2012.

GOLDSTEIN, Ilana. **Responsabilidade social**: das grandes corporações ao terceiro setor. São Paulo: Ática, 2007.

GOMES, Adriano; MORETTI, Sérgio. **A responsabilidade e o social**: uma discussão sobre o papel das empresas. São Paulo: Saraiva, 2007.

GRIESSE, Margaret Ann. Ética empresarial e responsabilidade social corporativa à luz da Teoria de Julgamento moral, de Lawrence Kohlberg. **Revista Impulso**, Piracicaba, v.14, n.35, p.33-48, 2003. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp35art03.pdf>. Acesso em: 1.º mar. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Retrato das regionais**: regional CIC 2013. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/mostrarPagina.php?pagina=217>. Acesso em: 30 jul. 2013.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **A fair globalization**: creating opportunities for all. Geneva: ILO, 2004.

ISMAIL, Maimunah. Corporate social responsibility and its role in community development: an international perspective. **The Journal of International Social Research**, n.9, 2009. Disponível em: <http://www.sosyalarastirmalar.com/cilt2/sayi9pdf/ismail_maimunah.pdf> Acesso em: 30 dez. 2009.

IZQUIERDO, Ricardo J.; VICEDO, Jordi Capó. The interrelationship between the demands of Corporate Social Responsibility and co-operative principles and values. **CIRIEC-ESPAÑA**, n.73, p 209-228, 2011.

KAVAS, Damjan. **Possible ppp models for cooperation in the municipality of Ljubljana**. Ljubljana: Institute for Economic Research (IER), 2012.

KON, Anita. Responsabilidade social das empresas como instrumento para o desenvolvimento: a função da política pública. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, n.41, p.45-88, jul./dez. 2013.

KOTLER, Philip; LEE, Nancy. **Corporate social responsibility**: doing the most good for your company and your cause. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, 2005.

KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. Responsabilidade social: um olhar para a sustentabilidade. **Gestión ambiental y sostenibilidad**, 2005. Disponível em: <http://www.gestiopolis.com/Canales4/ger/responsabilidade.htm>. Acesso em: 24 fev. 2011.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEMME, Celso Funcia. O valor gerado pela sustentabilidade corporativa. In: ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. **Sustentabilidade e geração de valor**: a transição para o século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p.37-63.

LERNER, Jaime. Qualquer cidade pode ser criativa. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter. **Cidades criativas**: perspectivas. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. p.36-43.

LIMA, Rosirene Martins. **Conflitos sócio-ambientais urbanos**: o lugar como categoria de análise da produção de Curitiba/Jardim Icaraí. 2007. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

LOYOLA, Paulo. **Ética nas empresas, consciência e responsabilidade social**. Disponível em: <http://gestaosocial.wordpress.com/2011/06/20/etica-nas-empresas-consciencia-e-responsabilidade-social/>. Acesso em: 18 set. 2011.

MACKEY, John; SISÓDIA, Raj. **Capitalismo consciente**: como liberar o espírito heróico dos negócios. São Paulo: HSM, 2013.

MAHMUD, Parveen. Scope of corporate social responsibility in developing countries. In: UNITED NATIONS. **Disclosure of the impact of corporations on society**: current trends and issues. New York: Geneva, 2004. p.55-64.

MARIBYRNONG CITY COUNCIL. **Community Business Partnerships**: a practical guide. 2012.

MIRANDA, Vânia R. P. O arquivo Edgard Leuenroth e os benefícios da Lei Rouanet. **Revista CRB-8 Digital**, São Paulo, v.1, n.1, p.10-13, jul. 2008. Disponível em: <http://www.crb8.org.br/ojs>. Acesso em: 22 fev. 2013.

MORAIS, Leandro Pereira; COSTA, Adriano Borges Ferreira. Por novos paradigmas de produção e de consumo. In: INSTITUTO PÓLIS. **Novos paradigmas de produção e consumo Experiências inovadoras**. Leandro Pereira Morais e Adriano Borges Ferreira Costa (Org.). São Paulo: Instituto Pólis, 2010. p.13-19.

MOURA, Rosa; KLEINKE, Maria de Lourdes. **Modelo Curitiba**: os riscos de uma cidade insustentável. Curitiba: Ipardes, mar. 2013. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2067/2026>. Acesso em: 15 abr. 2013.

MURPHY, James P. Alliance for growth: stimulating urban revitalization through corporate, governmental and community cooperation. New York, **Fordham Urban Law Journal**, v.9, n.4, art. 3, p.831-863, 1980.

NETWORK FOR BUSINESS SUSTAINABILITY/CBSR-CANADIAN BUSINESS FOR SOCIAL RESPONSIBILITY. **Embedding sustainability in organizational culture**: framework and best practices. Disponível em: <http://nbs.net/wp-content/uploads/CultureReport_v4_F2.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2010.

PAULA, Juarez de. Territórios: inovação e sustentabilidade. In: DOWBOR, Ladislau; SACHS, Ignacy; LOPES, Carlos. **Riscos e oportunidades em tempo de mudanças**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire; Fortaleza, CE : Banco do Nordeste do Brasil, 2010. p.137-142.

PARRA, Marcelo Fernando López. **A responsabilidade social como uma das politica que legitima a gestão pública**. Trabalho apresentado no VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 out. 2003. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047704.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2010.

PFEIFFER, Claudia. **Por que as empresas privadas investem em projetos sociais e urbanos no Rio de Janeiro?** Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2001.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013**. A ascenção do sul: progresso humano num mundo diversificado. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 22 dez 2013.

PORTER, Michel; KRAMMER, Mark. **Criação de valor compartilhado**. 2011. Disponível em: <http://www.hbrbr.com.br/materia/criacao-de-valor-compartilhado>. Acesso em: 22 jan. 2012.

PRAZERES, Luciana Martins. **A interface social seus desafios para gestores de política ambiental nas cidades**. Trabalho apresentado no Encuentro Internacional de la Ciudad de México. Sobre Participación Social en la Gestión del Medio Ambiente Urbano. México City, 16 al 18 de noviembre de 1998. Disponível em: <http://web.idrc.ca/es/ev-23745-201-1- DO_TOPIC.html>. Acesso em: 15 ago. 2010.

PRINCEWATERHOUSEECOOPERS. **O futuro na prestação de serviços públicos**: atendendo às expectativas dos cidadãos. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional PrincewaterhouseeCoopers - Melhores Práticas em Gestão Governamental. São Paulo, 2007.

PUTNAM, Robert David. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

QUIROGA, Jesús Arturo Fugueroa. **Herramientas para el desarrollo de la comunidad**: propuesta metodológica. Puerto Assis, 2012.

SARDINHA, Geraldo. Sustentabilidade nas organizações. In: FÉLIX, Joana d'Arc Bicalho; BORDA, Gilson Zehetmeyer. **Gestão da comunicação e responsabilidade socioambiental**: uma visão de marketing e comunicação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2009. p.37-50.

SAVITZ, Andrew W; WEBER, Karl. **A empresa sustentável**: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SEN, Amartya. O que significa ser humano? In: PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano 2013 a ascenção do sul**: progresso humano num mundo diversificado. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2013.

SESI. Departamento Regional do Paraná (SESI/PR). **Escola e Indústria**: ressignificando o currículo de ensino médio escolar para formação do jovem. Curitiba: SESI/PR, 2011.

SÈVE, Lucien. **Para uma crítica da razão bioética**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

SIGNATES, Luiz. **O conceito de solidariedade**. Disponível em: <http://www.ieja.org/portugues/Estudos/Artigos/p_oconceitodesolidariedade.htm>. Acesso em: 22 dez. 2013.

SILVA, Rosângela Bacima da. **O papel das empresas no desenvolvimento sustentável**: a gestão da responsabilidade social corporativa por meio de parcerias sociais. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2006.

SIMÕES, Claudia Pestana; FERREIRA, Geraldo de Souza; AFONSO, Ritá de Cássia Monteiro; BARTHOLO, Roberto. **Responsabilidade social e cidadania**: conceitos e ferramentas. Brasília: CNI/SESI, 2008.

SOUSA, Ana Carolina Cardoso. **Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável**: a incorporação dos conceitos à estratégia empresarial. Dissertação de Mestrado em Ciências em Planejamento Energético. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2006.

SUZUKI, Fábio. **Prorrogada até 2018, Lei de Incentivo ao Esporte busca maior participação das empresas**. Disponível em: <http://www.experienceclub.com.br/site/reportagens-reader/items/prorrogada-ate-2018-lei-de-incentivo-ao-esporte-busca-maior-participacao-das-empresas.html>. Acesso em: 11 mar. 2014.

TAM, Henry Benedict. **Cooperative Problem-Solving**: What it means in theory and practice. Forum for Youth Participation & Democracy, University of Cambridge, 2012. Disponível em: <http://www.educ.cam.ac.uk/research/academicgroups/equality/forumyouthparticipation/CoopPSpaperHBT121101.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2013.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na era da globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VITTE, Claudete de Castro Silva. A gestão do desenvolvimento econômico local: algumas considerações. **Interações – Revista internacional de desenvolvimento local**, v.8, n.13, p.77-87, set. 2006.

WHEELER, David; COLBERT, Barry; FREEMAN, Edward. Focusing on Value: Reconciling Corporate Social Responsibility, Sustainability and a Stakeholder Approach in a Network World. **Journal of General Management**, v.28, n.3, p.1-28, 2003. Disponível em: <https://webaccess.wlu.ca/documents/26179/Wheeler_Colbert_%26_Freeman_2003_-_Focusing_on_Value.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2012.

WOLMAN, Hal *et al*. **Bringing Urban Leaders Together for Effective Change**: What We Know. Disponível em: <www.gwu.edu/.../Bringing%20Urban%20Leaders%2...> Acesso em: 22 jan. 2009.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (WBCSD). **From challenge to opportunity**: the role of business in tomorrow's society. Disponível em: <http://www.wbcsd.org/pages/edocument/edocumentdetails.aspx?id=75& nosearchcontextkey=true>. Acesso em: 23 jan. 2013.

WORLD CITIES SUMMIT. **Liveable & sustainable cities integrated urban solutions**. Singapore: Centre for Liveable Cities and Urban Redevelopment Authority, 2012.

ZYLBERSZTAJN, David; LINS, Clarissa. **Sustentabilidade e geração de valor**: a transição para o século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> *Não existe nada que não possa ser mudado pela acção colectiva consciente e intencional, munida de informação e apoiada pela legitimidade. Se as pessoas forem esclarecidas, activas e se comunicarem em todo o mundo; se as empresas assumirem as suas responsabilidades sociais; se os meios de comunicação se tornarem os mensageiros, e não a mensagem; se os actores políticos reagirem contra a descrença e restaurarem a fé na democracia; se a cultura for reconstruída a partir da experiência; se a humanidade sentir a solidariedade da espécie em todo o globo; se consolidarmos a entreajuda geracional, vivendo em harmonia com a natureza; se partirmos para a exploração do nosso ser interior, fazendo as pazes conosco próprios; e tudo isto for possibilitado pela nossa decisão bem informada, consciente e compartilhada, enquanto é tempo, talvez possamos finalmente ser capazes de viver e deixar viver, amar e ser amados.*
>
> (CASTELLS, 2003, p.487)

O tema central da tese se volta para a compreensão da dinâmica de construção das iniciativas de responsabilidade socioambiental das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo em sua interface com a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba e com o governo municipal, com vistas a averiguar se tais iniciativas se dão de modo dialógico e cooperativo com esses dois *stakeholders*, servindo de apoio ao desenvolvimento urbano.

Ainda que esta tese carregue os limites de centrar a sua atenção na RSA das empresas, sem incluir a experiência em RSA do governo e da comunidade, e tenha como base de análise uma amostra de apenas cinco indústrias multinacionais sediadas na Cidade Industrial de Curitiba, pode-se considerar que seus resultados trazem elementos importantes para a gestão da RSA de forma compartilhada entre empresas, comunidade e governo em prol do desenvolvimento urbano.

Levando em conta o conceito de desenvolvimento sustentável como o modelo de desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras (CNUMAD, 1988) e a perspectiva de pensar-se a cidade como um espaço de qualidade de vida, onde se priorizem as pessoas e não os interesses do capital, a sustentabilidade se coloca como um desafio no âmbito urbano.

A necessidade da adoção de um novo modelo de desenvolvimento, diante da gravidade dos problemas socioambientais contemporâneos e a constatação de que as cidades concentram a maior parte da população mundial e enfrentam complexos problemas socioambientais decorrentes de sua urbanização desordenada constituem o pano de fundo da problemática aqui enfrentada. Ao lado disso, a área de

concentração desta tese, Gestão Urbana, mais especificamente em Gestão Ambiental e Sustentabilidade, e a evidência de que as empresas são protagonistas do movimento da responsabilidade socioambiental suscitaram o interesse de compreender o modo como as indústrias se relacionam com a comunidade local e com o governo municipal ao desenvolver suas iniciativas de RSA.

A escolha do bairro Cidade Industrial de Curitiba como recorte deste estudo parte do reconhecimento de que se, por um lado, os problemas socioambientais urbanos se agravam, quando se abre espaço em determinado território para a concentração da atividade industrial pela própria natureza da atividade e pelo poder de atração que as empresas exercem em termos de urbanização, por outro, o fato de este espaço enfrentar complexos problemas socioambientais o constitui num palco onde as iniciativas de RSA podem ser concretizadas de forma eficaz, se promovidos o diálogo e a cooperação entre empresas, comunidade e governo.

Constatou-se nesta pesquisa que a Cidade Industrial de Curitiba tem relevante importância socioeconômica por dinamizar a economia do Estado do Paraná, mas, apesar de ter sido planejada contemplando a preocupação com a questão ambiental, sua ocupação não se deu nas mesmas bases do seu projeto original, o qual tinha por prioridade sediar as indústrias e acolher seus operários. Em decorrência da forte atração exercida pelas indústrias, a CIC tornou-se o bairro mais populoso de Curitiba e enfrenta graves problemas socioambientais, tais como: pobreza, assentamentos irregulares, tráfico de drogas, dependência química, índices de violência elevados, falta de segurança pública, falta de ação do poder público no combate ao tráfico, contaminação dos rios, destinação inadequada de lixo, falta de saneamento básico, problemas familiares, falta de qualificação profissional, educação precária, falta de atividades no contraturno escolar e necessidade de iniciativas voltadas para educação ambiental.

A complexidade dos problemas socioambientais da CIC levou a pensar sobre a quem compete a responsabilidade por prover soluções aos problemas socioambientais. Nesse sentido, percebeu-se que, embora em nenhum momento a Constituição Federal faça alusão ao termo RSA das empresas, prescreve no artigo 170 um conjunto de princípios para nortear a atuação responsável das empresas e, no artigo 225, pontua que é de responsabilidade da coletividade a defesa do meio ambiente, sendo, portanto, esta, uma responsabilidade não apenas do Poder Público, mas também do Mercado e da Sociedade, restando claro que todo aquele que causar um ato lesivo

ao meio ambiente tem o dever de repará-lo. Dessa forma, constatou-se que o movimento da RSA das empresas se fortaleceu a partir da Constituição Brasileira de 1988 em função da responsabilidade legal a elas atribuídas, ensejando que a responsabilidade socioambiental efetiva ganha sentido a partir da regulação.

Pode-se verificar também que as empresas que pautam sua atuação por uma conduta ética têm sido chamadas a ser responsáveis em termos socioambientais, a serem atoras políticas influenciando no desenvolvimento socioeconômico e na criação de políticas públicas, a criarem valor compartilhado, tendo uma ampliação de suas funções perante a sociedade, onde se torna fundamental a conciliação entre lucro e RSA.

Independentemente das motivações que levam uma empresa a trilhar a via da RSA, esta se tornou um imperativo para a sustentabilidade empresarial, situação em que as preocupações com a qualidade total ganham novos contornos, extrapolando a esfera da produção e geração de lucros, incorporando as relações que as empresas estabelecem com o meio ambiente. Assinala-se ainda como fundamental a qualidade das relações que as empresas mantêm com todos os seus *stakeholders*, sendo que o diálogo e a cooperação se fazem essenciais para otimizar os resultados das iniciativas socioambientais promovidas junto à comunidade.

Uma questão importante a ressaltar é que a lógica que move os interesses das empresas (lucro), da comunidade (o interesse em ter suas demandas atendidas) e do governo (legislar, disciplinar, fiscalizar e promover o bem comum) são diferentes. Entretanto, mesmo que cada um deles tenha limites e finalidades diferenciadas, constatou-se a importância do estabelecimento de uma agenda comum entre empresas, comunidade e governo nas iniciativas de RSA, como forma de potencializar os resultados dessas iniciativas.

Nesse aspecto, salienta-se que quando o poder público exerce seu papel de facilitador, de intermediador dessas relações, ele oferece as condições para que empresas e comunidade negociem suas próprias demandas, enfim, a cooperação intersetorial é facilitada quando mediante o diálogo fica claro aos atores sociais onde cada um pode contribuir, como contribuir, o que fazer, partilhando as responsabilidades.

A gestão da RSA de forma compartilhada tem sido defendida como um caminho para enfrentar os problemas socioambientais desde o início do século XXI pela Comunidade Europeia, que vem empenhando esforços para estabelecer uma agenda única de RSA entre empresas e governo, mediante a promoção da cultura

da RSA no meio empresarial, sendo pioneira no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção da RSA empresarial.

Esse movimento é percebido também em outros países. As experiências das cidades de Oslo na Noruega, Chatanooga e Portland, nos Estados Unidos, Bogotá, na Colômbia, e São Paulo, no Brasil, se constituem em exemplos de cidades que vêm buscando um novo modelo de gestão para o espaço urbano. A partir de experiências inovadoras, que têm como cerne o diálogo e a cooperação entre empresas, comunidade e governo, essas cidades têm criado sinergias entre as iniciativas de RSA das empresas e os programas municipais, proporcionando maior eficiência no atendimento das demandas das comunidades locais, sinalizando a importância da gestão compartilhada. Em todas elas, a participação ativa da comunidade é destacada como um dos aspectos centrais do sucesso do modelo adotado. Sobretudo as experiências de Chatanooga e Bogotá dão a exata noção da importância de tomar como ponto de partida para quaisquer iniciativas no âmbito socioambiental: ouvir a comunidade, levantar suas demandas e aproveitar o capital social da comunidade, construindo uma agenda de RSA compartilhada.

No caso deste estudo, em que pese a falta de interação das empresas com as lideranças comunitárias, as iniciativas de RSA desenvolvidas por todas as empresas estão alinhadas aos problemas socioambientais da CIC, constatando-se que três das cinco empresas fazem mapeamento das demandas da comunidade, uma questão essencial para o sucesso das iniciativas de RSA: ouvir a comunidade.

Conclui-se que, embora as empresas tenham de crescer na direção de estabelecer uma relação dialógica e cooperativa com as lideranças comunitárias da CIC, melhor aproveitando o capital social da comunidade e que ainda exista espaço para melhorar tais relações com o governo municipal, ainda que estas já estejam mais sedimentadas, é fato que essas iniciativas têm servido de apoio ao desenvolvimento urbano da região da CIC, colocando-se como fundamental a busca do estabelecimento de uma agenda comum de RSA aos três atores, como forma de otimizar os resultados dessas ações junto à comunidade, que deve ser engajada do início ao fim do processo.

Acredita-se que a partir do momento em que os problemas da CIC passarem a ser discutidos sob uma perspectiva coletiva envolvendo os três atores (empresas, comunidade e governo) aproveitando-se as potencialidades de cada um, o movimento da RSA possa ganhar mais consistência em termos de resultados à comunidade da CIC em sua totalidade, extrapolando o atendimento às demandas

das comunidades do entorno das empresas à medida que consiga envolver um número maior de empresas e lideranças comunitárias trabalhando de forma dialógica e cooperativa.

As vantagens para o poder público do estabelecimento de uma agenda única para a RSA não se resumem apenas na otimização dos avanços na agenda de RSA, uma vez que a maior aproximação com a comunidade e suas lideranças permite um melhor aproveitamento do capital social da comunidade em outras áreas em que o poder público atua. Do mesmo modo, a maior interação com as empresas beneficia o poder público, porque ele pode aproveitar-se da capacidade das empresas em termos de tecnologia, inovação, pesquisa, metodologias e outros recursos que o setor privado disponha de forma mais avançada do que o setor público, complementando os esforços do governo no enfrentamento dos problemas socioambientais.

Fica evidente, ao se analisar a experiência das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo, que a RSA é uma via para solucionar os problemas socioambientais urbanos, inserindo-se como fundamental o diálogo e cooperação entre empresas, comunidade e governo.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **O fim do Milénio**. Tradução de Alexandra Figueiredo e Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CNUMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

MAZURKIEWICZ, Piotr; CROWN, Robert. **Opportunities and Options for Governments to Promote Corporate Social Responsibility in Europe and Central Asia**: Evidence from Bulgaria, Croatia, and Romania. Washington: World Bank, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS EMPRESAS

Nome: _____
Empresa: _____
Cargo ocupado: _____

1) O que a Empresa entende por responsabilidade socioambiental?

2) Quais os problemas socioambientais mais importantes que afetam a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba?

3) Como a empresa teve conhecimento desses problemas?

4) No entendimento da Empresa de quem é a responsabilidade pelos problemas socioambientais?

5) Qual a imagem que a empresa tem da Comunidade do CIC?

6) Qual a imagem que a empresa tem da Prefeitura Municipal de Curitiba?

7) A empresa desenvolve algum projeto de responsabilidade socioambiental extra-legislação, de forma voluntária e que foque atividades não ligadas ao seu objeto social?

8) A empresa tem conhecimento das leis de incentivo para investimentos em projetos socioambientais?

9) Quais as fontes de recursos que financiam as iniciativas de Responsabilidade socioambiental que a empresa realiza?

10) Quais as motivações para a empresa investir em projetos de responsabilidade socioambiental?

11) Por ordem de prioridade, quais setores tem sido objeto das ações de responsabilidade socioambiental da empresa?

12) Quais os critérios que a empresa utiliza para selecionar os projetos em que investe?

13) A cultura da responsabilidade socioambiental está internalizada na cultura da empresa?

14) A empresa tem intenção de continuar investindo permanentemente em projetos de responsabilidade socioambiental ou são projetos temporários?

15) A empresa faz um monitoramento dos resultados desses projetos?

( ) Sim ( ) Não

14.1) Se sim, quais os desafios encontrados no monitoramento dos resultados?

16) Como você qualifica o diálogo da empresa:

Com a Comunidade local: ( ) inexistente ( ) esporádico ( ) frequente
Com o Governo Municipal: ( ) inexistente ( ) esporádico ( ) frequente

17) Os projetos de responsabilidade socioambiental são desenvolvidos de forma:

( ) independente ( ) em cooperação

17.1) Se em cooperação, com quais atores?

( ) Com a comunidade do entorno ( ) Com uma ONG
( ) Com outra (s) empresa ( ) Com os programas da Prefeitura Municipal de Curitiba
( ) Outros _____

18) Você tem conhecimento, se algum projeto da empresa já influiu diretamente na criação de uma política pública? Se sim, Qual?

19) Você tem conhecimento dos projetos socioambientais elaborados pelo governo municipal e que demandam a ajuda do setor privado para operacionalizá-lo?

( ) Sim ( ) Não

19.1 Se não, a que você atribui esse desconhecimento?

19.2 Se Sim, como você tomou conhecimento desses projetos?

20) A empresa tem recebido algum estímulo da Prefeitura Municipal de Curitiba para a realização de seus projetos de responsabilidade socioambiental?

21) A empresa tem encontrado algum entrave na sua relação com a Prefeitura Municipal de Curitiba no que tange a esses projetos?

22) Como a administração da cidade pode incentivar e contribuir para a maior eficiência nas ações de responsabilidade socioambiental das empresas?

23) Quais os entraves encontrados pela empresa no desenvolvimento de suas iniciativas de responsabilidade socioambiental?

24) Atribua uma nota à forma de atuação das empresas nas categorias abaixo relacionadas, considerando os seguintes pesos:

0 = desconheço 1 = péssimo 3 =ruim 7 = bom 10 = ótimo

Categoria	AKer	Bosch	Denso	Furukawa	Volvo
Diálogo da empresa sobre os problemas por ela gerados que afetam direta ou indiretamente a comunidade.					
Transparência quanto aos critérios de escolha dos projetos de RSA desenvolvidos.					
Medidas adotadas pela empresa para gerir seus impactos socioambientais.					
Qualidade dos projetos de RSA desenvolvidos.					
Divulgação dos projetos de RSA desenvolvidos.					
Benefícios gerados à comunidade pelos projetos de RSA por ela desenvolvidos.					

25) Quais os canais de relacionamento ativos da empresa com a comunidade?

26) Que questões você colocaria como chaves para solucionar os problemas da Cidade Industrial de Curitiba?

27) Como a empresa vê a ideia de operacionalizar suas iniciativas de responsabilidade socioambiental em parceria com os programas da Prefeitura Municipal de Curitiba?

28) Como a empresa vê o nível de participação da comunidade da CIC quando ela é demandada a participar de algum evento ou projeto socioambiental oferecido pela empresa?

29) É possível conciliar lucro com responsabilidade socioambiental?

30) Diante da gravidade dos problemas socioambientais do mundo contemporâneo, que mensagem você deixaria para a sociedade?

Obrigado pela sua participação!

APÊNDICE B

ROTEIRO ENTREVISTA ÀS LIDERANÇAS DA COMUNIDADE

Nome: _____
Organização Comunitária: _____
Cargo ocupado: _____

1) O que você entende por responsabilidade socioambiental?

2) Quais os problemas socioambientais mais importantes que afetam a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba?

3) No seu entendimento de quem é a responsabilidade pelos problemas socioambientais?

4) Qual o trabalho realizado junto à comunidade pela instituição que o sr. (a) representa?

5) De onde vem os recursos para financiar o trabalho da instituição?

6) Qual a imagem que você tem destas empresas?

Empresa	Imagem
Aker Solution	
Bosch	
Denso	
Furukawa	
Volvo	

7) Você considera a empresa responsável em termos socioambientais?

Aker Solutions	( ) Sim	( ) Não	( ) Desconheço
Bosch	( ) Sim	( ) Não	( ) Desconheço
Denso	( ) Sim	( ) Não	( ) Desconheço
Furukawa	( ) Sim	( ) Não	( ) Desconheço
Volvo	( ) Sim	( ) Não	( ) Desconheço

8) Atribua uma nota à forma de atuação das empresas nas categorias abaixo relacionadas, considerando os seguintes pesos:

0 = desconheço 1 = péssimo 3 =ruim 7 = bom 10 = ótimo

Categoria	AKer	Bosch	Denso	Furukawa	Volvo
Diálogo da empresa sobre os problemas por ela gerados que afetam direta ou indiretamente a comunidade.					
Transparência quanto aos critérios de escolha dos projetos de RSA desenvolvidos.					
Medidas adotadas pela empresa para gerir seus impactos socioambientais.					
Qualidade dos projetos de RSA desenvolvidos.					
Divulgação dos projetos de RSA desenvolvidos.					
Benefícios gerados à comunidade pelos projetos de RSA por ela desenvolvidos.					

9) Você tem conhecimento se a empresa já veio até a comunidade conhecê-la, ouvir os seus problemas e conhecer as suas demandas?

Aker Solution	
Bosch	
Denso	
Furukawa	
Volvo	

10) Quais os pontos fortes do trabalho de cada uma das empresas junto à Cidade Industrial de Curitiba?

Aker Solution	
Bosch	
Denso	
Furukawa	
Volvo	

11) Quais as deficiências do trabalho de cada uma das empresas junto à Cidade Industrial de Curitiba?

Aker Solution	
Bosch	
Denso	
Furukawa	
Volvo	

12) Marque a direção do contato que a comunidade tem com as empresas, considerando a seguinte codificação:

0 = não existe diálogo 1 = Unidirecional: só existe diálogo e cooperação da empresa com a comunidade; 2 = Unidirecional: só existe diálogo e cooperação da comunidade com a empresa; 3 = Bi-direcional: existe diálogo e cooperação tanto por parte da empresa quanto da comunidade.

Aker Solution	
Bosch	
Denso	
Furukawa	
Volvo	

13) Qualifique a tipologia do diálogo e cooperação que a Empresa mantém com a comunidade, considerando a seguinte simbologia:

0 = Não há como qualificar, pois não há diálogo e cooperação com a comunidade; 1 = Relação positiva, pois há um interesse real da empresa em manter um diálogo e cooperar com a comunidade; 2 = Relação negativa, pois o diálogo e a cooperação só ocorrem por obrigações legais e/ou políticas e mercadológicas.

Aker Solution	
Bosch	
Denso	
Furukawa	
Volvo	

14) Você percebe se algum problema da comunidade estabilizou ou teve alguma melhoria, a partir de um projeto desenvolvido por uma dessas empresas? Se sim, qual?

Aker Solution	
Bosch	
Denso	
Furukawa	
Volvo	

15) Como você vê o nível de participação da comunidade quando ela é demandada a participar de algum evento ou projeto socioambiental oferecido pela instituição que você representa?

16) Que questões você colocaria como chaves para solucionar os problemas da Cidade Industrial de Curitiba?

17) Como as empresas podem melhor contribuir na solução dos problemas socioambientais da Cidade Industrial de Curitiba?

18) Diante da gravidade dos problemas socioambientais do mundo contemporâneo, que mensagem você deixaria para a sociedade?

Obrigado pela sua participação!

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Nome: _____
Órgão Público: _____
Cargo ocupado: _____

1) O que você entende por responsabilidade socioambiental?

2) Quais os problemas socioambientais mais importantes que afetam a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba?

3) No seu entendimento de quem é a responsabilidade pelos problemas socioambientais?

4) Qual a imagem que o governo municipal tem destas empresas?

Empresa	Imagem
Aker Solution	
Bosch	
Denso	
Furukawa	
Volvo	

5) Você considera a empresa responsável em termos sociais e ambientais?

Aker Solutions	( ) Sim	( ) Não	( ) Desconheço
Bosch	( ) Sim	( ) Não	( ) Desconheço
Denso	( ) Sim	( ) Não	( ) Desconheço
Furukawa	( ) Sim	( ) Não	( ) Desconheço
Volvo	( ) Sim	( ) Não	( ) Desconheço

6) Atribua uma nota à forma de atuação das empresas nas categorias abaixo relacionadas, considerando os seguintes pesos:

0 = desconheço 1= péssimo 3=ruim 7= bom 10= ótimo

Categoria	AKer	Bosch	Denso	Furukawa	Volvo
Diálogo da empresa sobre os problemas por ela gerados que afetam direta ou indiretamente a comunidade.					
Transparência quanto aos critérios de escolha dos projetos de RSA desenvolvidos.					
Medidas adotadas pela empresa para gerir seus impactos socioambientais.					
Qualidade dos projetos de RSA desenvolvidos.					
Divulgação dos projetos de RSA desenvolvidos.					
Benefícios gerados à comunidade pelos projetos de RSA por ela desenvolvidos.					

7) A Prefeitura Municipal de Curitiba tem trabalhado de modo cooperativo com estas empresas, em algum projeto de responsabilidade socioambiental?

   ( ) Sim ( ) Não

   7.1) Se Sim, quais os mecanismos colaborativos utilizados? Se não, por que?

8) Quais as estratégias utilizadas pela Prefeitura Municipal de Curitiba para atrair a participação do setor privado na solução dos problemas da cidade?

9) Quais os entraves para o aumento da participação do setor privado na solução dos problemas socioambientais da cidade de Curitiba?

10) Como as empresas podem melhor contribuir na solução dos problemas da cidade de Curitiba?

11) Existe algum cadastro para as empresas depositarem suas intenções em contribuir com algum projeto junto à Prefeitura Municipal de Curitiba?

12) Existe algum monitoramento por parte da Prefeitura a respeito da representatividade e impactos desses projetos na solução dos problemas da cidade?

13) Quais os pontos fortes do trabalho de cada uma das empresas junto à Cidade Industrial de Curitiba?

Aker Solution	
Bosch	
Denso	
Furukawa	
Volvo	

14) Quais as deficiências do trabalho de cada uma das empresas junto à Cidade Industrial de Curitiba?

Aker Solution	
Bosch	
Denso	
Furukawa	
Volvo	

15) Marque a direção do contato que a Prefeitura Municipal tem com as empresas, considerando a seguinte codificação:

   0 = não existe diálogo 1= Unidirecional: só existe diálogo e cooperação da empresa com a Prefeitura; 2= Unidirecional: só existe diálogo e cooperação da Prefeitura com a empresa; 3= Bi-direcional: existe diálogo e cooperação tanto por parte da empresa quanto por parte a Prefeitura.

Aker Solution	
Bosch	
Denso	
Furukawa	
Volvo	

16) Qualifique a tipologia do diálogo e cooperação que a Empresa mantém com o governo municipal, considerando a seguinte simbologia:

0= Não há como qualificar, pois não há diálogo da empresa com a Prefeitura; 1 = Relação positiva, pois há um interesse real da empresa em manter um diálogo e cooperar com os programas municipais 2 = Relação negativa, pois o diálogo e a cooperação só ocorrem por obrigações legais e/ou políticas e mercadológicas.

Aker Solution	
Bosch	
Denso	
Furukawa	
Volvo	

17) Você percebe se algum problema socioambiental da Cidade Industrial de Curitiba estabilizou ou teve alguma melhoria, a partir de um projeto desenvolvido por uma dessas empresas? Se sim, qual?

Aker Solution	
Bosch	
Denso	
Furukawa	
Volvo	

18) Como a Prefeitura vê a participação do empresariado curitibano em relação às questões socioambientais da cidade?

19) Como a Prefeitura vê o nível de participação da comunidade quando ela é demandada a participar de algum evento ou projeto socioambiental?

20) Que questões você colocaria como chaves para solucionar os problemas da Cidade Industrial de Curitiba?

21) Diante da gravidade dos problemas socioambientais do mundo contemporâneo, que mensagem você deixaria para a sociedade?

Obrigado pela sua participação!

APÊNDICE D

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988

continua

Número da lei	Data da publicação	Prescrição
7661	16/05/1988	Trata do gerenciamento costeiro. Foi regulamentada em 21 de dezembro de 1990. Nela se permite que os Estados e Municípios costeiros instituam seus próprios planos de gerenciamento costeiro, desde que levem em conta as normas mais restritivas.
7.735	22/02/1979	Esta Lei criou o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos naturais), ao qual compete executar e fazer executar a política nacional do meio ambiente, atuando para conservar, fiscalizar, controlar e fomentar o uso racional dos recursos naturais.
7.802	11/07/1989	Esta Lei trata dos Agrotóxicos. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos e seus componentes e afins.
8.069	13/07/1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
7.805	18/07/1989	Trata da Exploração Mineral, que regulamenta a atividade garimpeira, que, se realizada sem permissão ou licenciamento é enquadrada como crime ambiental.
8.078	11/09/1990	Refere-se ao Código de Defesa do Consumidor, cujo código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos artigos. 5°, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias
8.142	28/12/1990	Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS} e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.
8.171	17/01/1991	Insere a proteção do meio ambiente entre seus objetivos e como um de seus instrumentos, dedicando um capítulo exclusivo ao mesmo, o capítulo VI – da Proteção do Meio Ambiente e da Conservação dos Recursos Naturais. Este capítulo deixa claro que, cabe ao Poder Público (federação, estados e municípios) disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora; realizar zoneamentos agroecológicos para ordenar a ocupação de diversas atividades produtivas (inclusive instalação de hidrelétricas), desenvolver programas de educação ambiental, fomentar a produção de mudas de espécies nativas, entre outros (BRASIL, 2011, Art. 19). Entretanto, coloca que a fiscalização e uso racional destes recursos também cabe aos proprietários de direito e aos beneficiários da reforma agrária (BRASIL, 2011, Art. 19, parágrafo único), o que evidencia que em acordo com o Artigo 225 da Constituição Brasileira, reafirma-se que é coletiva a responsabilidade pela defesa do meio ambiente.
9.433	08/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, definindo a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (consumo humano, produção de energia, transporte, lançamento de esgotos).
9.605	12/02/1998	Mais conhecida como a Lei de crimes Ambientais, a qual definiu os termos de responsabilização penal decorrentes de danos ambientais, dispondo sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. A Lei de Crimes Ambientais efetuou todo o reordenamento da legislação ambiental brasileira no que diz respeito às infrações e punições, sendo que a partir dela, a pessoa jurídica, autora ou co-autora da infração ambiental, pode ser penalizada, chegando à liquidação da empresa, se ela tiver sido criada ou usada para facilitar ou ocultar um crime ambiental. É importante lembrar, que a responsabilidade civil ambiental independe de intenção ou culpa.

conclusão

Número da lei	Data da publicação	Prescrição
9.795	27/04/1999	Lei de Educação Ambiental, a qual dispõe sobre a educação ambiental, e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.
9.966	28/04/2000	que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional;
9.984	17/07/2000	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
9.985	18/07/2000	Regulamenta o Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza;
10.165	27/12/2000	Institui a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental; altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
10.308	20/11/2001	Também conhecida como Lei de Resíduos Nucleares, a qual dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos e dá outras providências referentes a essa questão.
10.410	11/01/2002	Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente.
10.650	16/04/3003	Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).
11.105	24/03/2005	Trata da questão dos organismos geneticamente modificados.
11.124	16/05/2005	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS); cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS); e, institui o Conselho Gestor do FNHIS.
11428	22/12/2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
11.284	02/03/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF
11.445	05/01/2007	Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento
12.305		Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
12.187	02/08/2010	Dispões sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima(PNMC), que traz previsto como fim a necessidade de adaptação, ou seja, iniciativas e medidas que visem reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.
12.651	25/05/2012	Referente ao Novo Código Florestal, cuja Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.
12.846	1.º/08/2013	Lei anti-corrupção. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

Fonte: elaborado pela autora.

APÊNDICE E

CRUZANDO OS OLHARES

Quadro A.E.1 - Palavras-chave ligadas ao conceito de responsabilidade socioambiental elaborado pelas Empresas, Lideranças Comunitárias e Governo Municipal - Cidade Industrial de Curitiba - 2013

Empresas	Lideranças da Comunidade	Gestores Públicos Municipais
Cuidado com a comunidade, funcionários e meio ambiente. Gestão dos impactos na comunidade do entorno (AKER SOLUTIONS). Tripé da sustentabilidade, proteção ambiental, gestão dos impactos do processo produtivo (BOSCH). Responsabilidade que vai além da legislação: meio ambiente, igualdade de oportunidades aos funcionários, ações sociais junto à comunidade (DENSO). Cuidado com a sociedade, o público interno e o meio ambiente. Responsabilidade com a comunidade do entorno (FURUKAWA). Ações que propiciam desenvolvimento das pessoas. Vai além da legislação. Inclusão de todos os stakeholders. Preocupação com as gerações futuras (VOLVO).	Promoção de melhores condições de vida às pessoas no aspecto socioambiental. Resgate do direito e da cidadania (PARÓQUIA SANTA EWDWIRGES). Participação das empresas na solução das demandas sociais. Retribuição das empresas à sociedade que lhe dá as bases para sua sustentação (CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVINA MISERICÓRDIA). Respeito pelo meio ambiente, pela natureza e pelas pessoas. Uma responsabilidade que deve nascer no seio das próprias famílias (ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS E MORADORES DO CONJUNTO OSWALDO CRUZ II). Cuidado e consciência sobre o meio ambiente (PROJETO VIDA PROMOÇÃO SOCIAL). Tudo aquilo que envolve a parte socioambiental (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS MORADIAS ZIMBROS). Consciência e responsabilidade com relação à produção responsável (INSTITUTO PRÓ-CIDADANIA DE CURITIBA)	Luta coletiva sob o aspecto socioambiental para uma melhor qualidade de vida (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL CIC). Produção responsável. Preocupação com o meio ambiente e comunidade do entorno (FAS - CIC). Gestão dos impactos da empresa perante a comunidade e o meio ambiente (FAS – CENTRAL CURITIBA). Preocupação das empresas para além do lucro, com o meio ambiente. Cuidado da sociedade com o meio ambiente e com a comunidade (SMEL CIC). Responsabilidade da sociedade com o meio ambiente, aqui incluindo-se: o ambiente em que se vive, o entorno e as pessoas (SME - CIC). Envolvimento de todos os atores da sociedade civil para a construção de uma sociedade sustentável. Consideração dos direitos e deveres dentro da constituição da vida em comunidade (SMMA – CENTRAL). Participação da iniciativa privada em questões socioambientais. Está vinculada ao auxílio das empresas na solução dos problemas das cidades (IPPUC). Ligação que a sociedade faz entre as questões sociais e ambientais. Difícil de ser entendida pelas famílias de baixa renda (COHAB).

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro A.E.2 - Os problemas socioambientais mais importantes que afetam a comunidade da Cidade Industrial de Curitiba na percepção das Empresas, Lideranças Comunitárias e Governo Municipal - 2013

Empresas	Lideranças da Comunidade	Gestores Públicos Municipais
Pobreza, falta de moradias, educação, saneamento básico, ocupação de áreas irregulares, destinação inadequada de lixo, poluição atmosférica, carência alimentar (AKER SOLUTIONS). Falta de segurança pública, carência de educação ambiental, carência de políticas públicas mais amplas para atender a realidade da comunidade (BOSCH). Saneamento básico, coleta seletiva do lixo, poluição dos rios, pobreza, falta de conscientização da população e das empresas em relação à poluição (DENSO). Educação, problemas familiares, moradias precárias, pobreza, saneamento básico, coleta seletiva do lixo (FURUKAWA). Meio ambiente, Violência, dependência química, educação e habitação precárias, falta de atividades no contraturno escolar, falta de empregabilidade, falta de segurança pública, problemas familiares	Falta de atividades no contraturno escolar, dependência química, destinação inadequada de lixo, falta de respeito com a natureza (PARÓQUIA SANTA EDWIRGES). Descaso com o Rio Barigui, falta de conscientização ambiental, alagamentos frequentes, pobreza, tráfico de drogas com aliciamento infantil, destruição de famílias, violência, falta de ação do poder público no combate ao tráfico (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA LUZ). Descaso da comunidade com o que patrimônio público, falta de conscientização ambiental, dependência química, violência, falta e ação do poder público no combate ao tráfico e à violência, áreas irregulares, pobreza, saneamento básico (CONUNTO OSWALDO CRUZ II). Drogas, prostituição, poluição dos rios, alagamentos frequentes(PROJETO VIDA PROMOÇÃO SOCIAL). Drogas, falta de segurança, evasão escolar, gravidez precoce, abandono familiar, baixa participação comunitária, pobreza, baixo nível de capacitação, famílias deprimidas (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS MORADIAS ZIMBROS). Pobreza, falta de coleta de lixo, poluição empresarial, aumento do fluxo de automóveis em circulação, perda de hábitos simples de reciclagem, poluição automotiva (IPCC).	Falta de educação ambiental, depósito inadequado de lixo, moradias irregulares, dificuldade de provimento de serviços públicos por inacessibilidade das ruas, engarrafamento do trânsito (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL CIC). Tráfico de drogas c/ aliciamento de adolescentes, falta de segurança pública, moradias irregulares e precárias, falta de qualificação profissional, desemprego, prostituição infanto-juvenil, violência, desestruturação familiar, saneamento básico, alagamentos frequentes (FAS - CIC). Moradias irregulares, vulnerabilidade (FAS - CENTRAL). Falta aprendizado em reciclagem, destinação inadequada de lixo, problemas ambientais, drogas, violência, falta de ação do poder público no combate ao tráfico, pobreza (SMEL – CIC). Ocupações irregulares, alagamentos frequentes, falta de planejamento urbano e ambiental, destinação inadequada de lixo, saneamento básico, estabelecimento de catadores em áreas irregulares (SME CIC). Pobreza, ocupações irregulares, destinação inadequada de resíduos, poluição, falta de qualidade de vida (SMMA CENTRAL). Problemas ambientais decorrentes da ocupação desordenada, ocupações irregulares, necessidade de aumentar a atuação social das empresas (IPPUC). Ocupações irregulares e alagamentos (COHAB).

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro A.E.3 - De quem é a responsabilidade pelos problemas socioambientais na percepção das empresas, das lideranças comunitárias da Cidade Industrial de Curitiba e dos gestores públicos municipais - 2013

Empresas	Lideranças da Comunidade	Gestores Públicos Municipais
Do governo, das empresas e da comunidade (AKER SOLUTIONS). Da humanidade: empresas, governo e sociedade. Este é um problema de todos. (BOSCH). De todos: do governo, das empresas e da comunidade (DENSO). Cada um tem que fazer a sua parte: Governos, empresas e comunidade (FURUKAWA). Da sociedade como um todo: governo, empresas e comunidade (VOLVO).	De todos: da esfera municipal, das empresas, das entidades sociais e de toda a comunidade (PARÓQUIA SANTA EDWIRGES). Do poder público Municipal, Federal e Estadual, já que a sociedade já paga impostos para isso (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA LUZ). É um responsabilidade compartilhada entre Estado, empresas e comunidade (CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DIVINA MISERICÓRDIA). Em primeiro lugar da comunidade. Também do poder público e das empresas. (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CONJUNTO OSWALDO CRUZ II). De todos nós: Governo Municipal, da comunidade e das empresas (PROJETO VIDA PROMOÇÃO SOCIAL). Da comunidade, do poder público e das empresas (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DAS MORADIAS ZIMBROS). É tripartite: do Poder Público, das empresas e da comunidade (IPCC).	Das três esfera de poder: Governo, empresas e sociedade (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL CIC). Do governo, da sociedade e das empresas (FAS CIC). Do governo, da sociedade e as empresas (FAS CENTRAL). Do poder público, mas ao mesmo tempo de todos, porque é uma questão de cultura (SMEL CIC). Compartilhada entre a sociedade, os órgãos públicos e as empresas (SME CIC). É da sociedade como um todo: do poder púbico, das empresas e da sociedade (SMMA CENTRAL). É da sociedade com um todo: da iniciativa privada, da população e do governo (IPPUC). Da sociedade em geral: poder público, empresas e comunidade (COHAB).

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro A.E.4 - Imagem que as lideranças da comunidade da CIC e Gestores públicos municipais tem das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo

continua

Empresas	Imagem da comunidade	Imagem dos Públicos Municipais
Aker Solutions	- *Não conheço* (Líder A). - *Não ouvi falar* (Líder B). - *Não conheço* (Líder C). - *Não conheço* (Líder D). - *Não conheço* (Líder E). - *A imagem de uma empresa que se preocupa com a comunidade* (Líder F). - *Não sei o que ela faz, pelo nome é uma multinacional* (Líder G).	- *Não conheço* (Gestor A). - *Não é um nome que eu conheça bem* (Gestor B). - *Não conheço* (Gestor C). - *Não conheço* (Gestor D). - *Não conheço* (Gestor E). - *Não tenho conhecimento sobre ela* (Gestor F). - *Não conheço e nunca ouvi falar dela* (Gestor H).
Bosch	- *Uma grande empresa que oferece empregos* (Líder A). - *Uma multinacional que remunera bem. Não tem uma relação humanitária quando tem a necessidade de demitir seus funcionários. Tem envolvimento social com a comunidade Vila Verde* (Líder B). - *Empresa forte, bons salários, envolvida com trabalho social* (Líder C). - *É a empresa que todo mundo queria trabalhar. Desenvolve trabalho social na Vila Verde* (Líder D). - *Lembra trabalho social, trabalho ambiental e envolvimento com a comunidade* (Líder E). - *Uma empresa que não conseguimos fazer parceria* (Líder F). - *Uma imagem boa: me lembra vela de automóvel antiga, Ford 46 e, por consequência, meu pai* (Líder G).	- *Uma das empresas mais empregadores e históricas da CIC. É uma empresa parceira e geradora de emprego e renda* (Gestor A). - *Temos um envolvimento grande com eles de ações voltadas à comunidade da Vila Verde. É uma empresa parceira e sólida que atua há muito tempo com atividades voltadas à comunidade* (Gestor B). - *Uma empresa empregadora e geradora de renda para as comunidades* (Gestor C). - *Uma empresa que contribui muito com educação e meio ambiente. Eu nunca ouvi falar que a Bosch causasse sérios danos para o meio ambiente e poluição. É referência para a maioria dos jovens que estão entrando no mercado de trabalho. Tem muitas parcerias com a comunidade e com o poder público* (Gestor D). - *Uma empresa muito grande. Aparentemente tem uma preocupação com o bem-estar de seus colaboradores e com a comunidade do entorno. Bosch me lembra responsabilidade pelas pessoas, uma questão mais humanitária* (Gestor E). - *A imagem de uma empresa organizada* (Gestor F). - *Uma empresa que colaborou já na década de 1980 aderindo ao programa de ciclovias, auxiliando na compra de bicicleta para o seu quadro de operários, um meio de transporte mais adequado para aquela região na época, pelas deficiências do transporte coletivo. Eu vejo a imagem da Bosch muito boa na questão socioambiental* (Gestor G). - *Bosch me lembra equipamento da linha branca, máquinas, furadeiras, esse tipo de coisa e eu sei que ela tem um trabalho social bem estruturado na Vila Verde* (Gestor H).
Denso	- *Uma grande empresa que gera muitos empregos. Não conheço ações sociais da empresa* (Líder A). - *Uma multinacional que gera muitos empregos* (Líder B). - *Não tenho uma imagem dela* (Líder C). - *Uma empresa boa para se trabalhar. Não conheço parcerias dela com a comunidade* (Líder D). - *Uma indústria que gera muitos empregos. Não tem envolvimento com a comunidade* (Líder F). - *Uma grande empresa que gera muitos empregos, mas não atua na comunidade* (Líder G).	- *Não me vem uma ideia. Não vejo nenhum intercâmbio da empresa nem com a comunidade, nem com a Administração Pública* (Gestor A). - *Ainda não tive nenhuma interação com ela, mas a vejo como uma grande empregadora* (Gestor B). - *Eu conheço a empresa, já ouvi falar, mas não tenho muito conhecimento sobre a mesma* (Gestor C). - *É uma grande empresa multinacional. Não lembro que tenha alguma parceria com a comunidade* (Gestor D). - *Eu só lembro o nome da empresa, eu não a conheço* (Gestor E).

Quadro A.E.4 - Imagem que as lideranças da comunidade da CIC e Gestores públicos municipais tem das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo

conclusão

Empresas	Imagem da comunidade	Imagem dos Públicos Municipais
Denso *(cont.)*	- *Não tenho uma imagem, porque não conheço nada sobre ela* (Líder H).	- *Não tenho fatos a respeito da Denso, não conheço profundamente* (Gestor F). - *Geração de empregos e impostos* (Gestor G). - *Denso me lembra compressores pra geladeiras, esse tipo de coisa* (Gestor H).
Furukawa	- *Uma grande empresa, gera muitos empregos, não conheço ações que a empresa desenvolva na comunidade* (Líder A) - *Uma grande empresa. Trabalha com cabos elétricos, Deve gerar muitos empregos* (Líder B). - *Não conheço* (Líder C). - *Faz tempo que não ouço falar então não tenho uma imagem* (Líder E) - *Um indústria de máquinas. Não tem envolvimento com a questão social na nossa comunidade* (Líder F). - *Uma empresa que produz cabos e fios. É uma parceira do Instituto Tibagi (centro de Curitiba). Na nossa região, desconhecemos qualquer trabalho da empresa na linha socioambiental* (Líder G). - *Me lembra cabos elétricos, mas não sei o que eles produzem* (Líder H).	- *Furukawa me lembra problemas com trânsito congestionado ao redor da empresa* (Gestor A). - *Eu não conheço nada sobre a empresa* (Gestor B). - *É uma multinacional que gera muitos empregos* (Gestor C). - *É um nome conhecido. Não lembro que tenha alguma parceria com a comunidade* (Gestor D). - *É uma empresa grande, mas não tenho conhecimento sobre ela* (Gestor E). - *Trabalha com a produção de materiais elétricos. Parece uma empresa organizada que tem metas muito claras de produção, mas tenho pouco conhecimento da empresa* (Gestor F). - *Uma empresa que tem uma função social um pouco mais abrangente do que a local, pois o produto dela de fibra ótica, atende toda na América do Sul* (Gestor G). - *Furukawa faz cabos de fibra ótica. Basicamente é o que eu sei deles* (Gestor H).
Volvo	- *Uma grande empresa que emprega grande número de funcionários aqui da minha região. Não conheço ações da Volvo junto à comunidade* (Líder A). - *Uma multinacional que tem fama de remunerar bem. Não tenho conhecimento do seu trabalho social* (Líder B). - *Uma ótima empresa. Quem consegue entrar lá é sortudo. É uma empresa que investe nas entidades sociais, nos projetos sociais aqui da região* (Líder C). - *É uma empresa envolvida com a comunidade ao redor dela* (Líder D). - *Aqui na região ela lembra mais só como uma grande indústria e não muito envolvimento com a comunidade* (Líder E). - *A Volvo é uma grande empresa. Ela abre anualmente uma oficina através do IPCC, mas não temos um trabalho mais intenso, mais profundo nesse sentido* (Líder F). - *Volvo lembra o título do Brasil na Suécia em 1958, I, lembra a social democracia, lembra uma empresa bem organizada, responsável em termos socioambientais. A imagem que tenho dela é boa* (Líder G).	- *É parceira da comunidade e do poder público. É um pouco mais elitizada no aspecto da mão de obra* (Gestor A). - *É uma empresa parceira que tem uma atuação grande na comunidade* (Gestor B). - *Tem bastante envolvimento aqui com a comunidade do CIC. É uma empresa grande, bem, consolidada* (Gestor C). - *É uma empresa referência para o Brasil. É uma multinacional. Todos querem trabalhar em uma multinacional. Não se ouve reclamar da Volvo com relação ao meio ambiente* (Gestor D). - *Lembra uma empresa grande. Uma empresa de muito lucro. O que me vem dela é a questão da grandiosidade em relação ao seu produto e suas ações junto à comunidade* (Gestor E). - *É grande empresa multinacional em termos produtivos e em caráter social. Temos várias ações em parceria com a Volvo, sobretudo, ligadas à cultura. É uma imagem muito positiva que tenho dela* (Gestor F). - *Uma empresa mais participativa, mais colaborativa no sentido de integração aos planos urbanos até pela sua própria característica, que ela fabrica caminhões e também ônibus. Uma empresa que nunca se furtou à adequar seu produto que é a fabricação de ônibus, às necessidades da cidade. Me parece que ela teve uma boa participação e até fundamental na transformação do nosso sistema de transporte público* (Gestor G). - *Volvo me lembra caminhões e automóveis* (Gestor H).

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro A.E.5 - Imagem que as empresas tem da comunidade da Cidade Industrial de Curitiba e da Prefeitura Municipal de Curitiba

Empresa	Imagem da comunidade da CIC	Imagem da Prefeitura Municipal de Curitiba
Aker Solutions	*Você pensa em crimes, crianças na rua, miserabilidade, um lugar onde falta policiamento, saneamento e uma prefeitura e um governo mais atuante* (COLABORADOR A). *CIC lembra pessoas carentes e muita pobreza* (COLABORADOR B).	*Não é das melhores, poderia estar mais próxima e fazer parcerias com a gente, envolvendo toda a comunidade* (GESTOR A) *Poderia ser mais atuante e disponibilizar mais recursos para a comunidade* (GESTOR B).
Bosch	*Aqui tem de tudo: indústrias, áreas de invasões, áreas de loteamentos, condomínios e também o maior bairro de Curitiba* (COLABORADOR C). *Um bairro com infraestrutura para indústrias. Conta com indústrias que são exemplos de gestão de preocupação com o meio ambiente. Crescimento desordenado na área habitacional* (COLABORADOR D).	*Temos uma relação muito forte com a prefeitura e com o Poder Público, que está presente bem mais do que há 10 anos atrás, trazendo benefícios a esta comunidade. Principalmente a PMC tem atuado fortemente em todos os bairros, trazendo serviços públicos de qualidade*. (COLABORADOR C). *Temos uma boa relação com a PMC, sempre fomos muito bem atendidos e sempre estiveram muito abertos à discussão e à tratativa dos assuntos ambientais*. (COLABORADOR D).
Denso	*Uma região em crescimento, com muitas empresas e um valor socioeconômico muito forte. Uma região carente de recursos para fixar os trabalhadores nessa região sem ter que partir para emprego noutros lugares* (COLABORADOR E). *É uma comunidade variada: uma parte industrial, onde você tem uma boa estrutura; e, outra parte residencial, com infraestrutura precária* (COLABORADOR F).	*É uma Prefeitura ativa, que se preocupa com o bem-estar das pessoas* (COLABORADOR E). *Faltam informações suficientes. Em nível ambiental, se existe iniciativas em termos de melhoria, eu, particularmente, não ouço falar*. (COLABORADOR F).
Furukawa	*Uma comunidade carente, que cresceu bastante e não tem estrutura e que precisa de bastante auxílio* (COLABORADOR G). *É o bairro das indústrias e grandes indústrias estão aqui, mas falta bastante coisas para ser um bom bairro para as pessoas* COLABORADOR F).	*Desenvolve projetos e programas importantes para a comunidade, porém precisa procurar atuar em parcerias para desenvolver mais soluções para as comunidades* (COLABORADOR G). *Na parte ambiental é muito morosa, as coisas demoram a sair. Sistemas lentos, não tem recursos, é difícil* (COLABORADOR H).
Volvo	*Uma comunidade populosa, que precisa de desenvolvimento, em todos os sentidos* (COLABORADOR I). *É um misto de insegurança e de impacto ambiental, onde as questões sociais de drogas e violência são marcantes* (COLABORADOR J). *Em um primeiro momento, vem à mente, indústria, mas também vem à mente as comunidades que estão no entorno dessas indústrias e que fazem parte desse contexto* (COLABORADOR K).	*Tem vontade de trabalhar desenvolvendo ações para melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram na cidade* (COLABORADOR I). *Vemos como uma parceira através dos equipamentos sociais, entendendo que dá para fazer algo juntos, independentemente de credo, partido político ou qualquer outra coisa nesse sentido* (COLABORADOR J). *A PMC é sempre aberta a parcerias, ao diálogo, a buscar oportunidades de contribuir na resolução de algum problema. Temos um relacionamento muito bom* (COLABORADOR K).

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro A.E.6 - Avaliação da dinâmica de construção das iniciativas de responsabilidade socioambiental da empresa Aker Solutions

Categorias	Percepção dos colaboradores		Percepção das lideranças comunitárias							Percepção dos gestores públicos							
	A	B	A	B	C	D	E	F	G	A	B	C	D	E	F	G	H
Diálogo da empresa sobre os problemas por ela gerados que afetam direta ou indiretamente a comunidade.	7	10	0	0	0	0	1	7	0	3	0	0	3	0	0	0	0
Transparência quanto aos critérios de escolha dos projetos de RSA desenvolvidos.	10	10	0	0	0	0	1	7	0	0	0	0	3	0	0	0	0
Medidas adotadas pela empresa para gerir seus impactos socioambientais.	7	7	0	0	0	0	1	3	0	3	0	0	3	0	0	0	0
Qualidade dos projetos de RSA desenvolvidos.	7	10	0	0	0	0	1	7	0	0	0	0	3	0	0	0	0
Divulgação dos projetos de RSA desenvolvidos.	7	7	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios gerados à comunidade pelos projetos de RSA por ela desenvolvidos.	10	7	0	0	0	0	1	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: elaborado pela autora.
Nota: 0 = Desconheço; 1 = péssimo; 3 = ruim; 7 = bom; 10 = ótimo.

Quadro A.E.7 - Avaliação da dinâmica de construção das iniciativas de responsabilidade socioambiental da empresa Bosch

Categorias	Percepção dos colaboradores		Percepção das lideranças comunitárias							Percepção dos gestores públicos							
	C	D	A	B	C	D	E	F	G	A	B	C	D	E	F	G	H
Diálogo da empresa sobre os problemas por ela gerados que afetam direta ou indiretamente a comunidade.	7	7	0	1	0	0	10	0	7	10	10	3	10	10	0	7	0
Transparência quanto aos critérios de escolha dos projetos de RSA desenvolvidos.	10	10	0	3	0	0	10	0	3	10	7	3	7	10	0	1	0
Medidas adotadas pela empresa para gerir seus impactos socioambientais.	7	7	0	3	0	0	7	0	7	10	7	3	10	7	0	3	1
Qualidade dos projetos de RSA desenvolvidos.	10	10	0	3	7	0	10	0	7	10	10	7	10	10	0	1	0
Divulgação dos projetos de RSA desenvolvidos.	7	7	0	3	7	0	10	0	7	7	7	3	7	10	0	0	0
Benefícios gerados à comunidade pelos projetos de RSA por ela desenvolvidos.	7	7	0	3	7	0	7	0	7	10	10	7	7	7	0	0	0

Fonte: elaborado pela autora.
Nota: 0 = Desconheço; 1 = péssimo; 3 = ruim; 7 = bom; 10 = ótimo.

Quadro A.E.8 - Avaliação da dinâmica de construção das iniciativas de responsabilidade socioambiental da empresa Denso

Categorias	Percepção dos colaboradores		Percepção das lideranças comunitárias							Percepção dos gestores públicos							
	A	B	A	B	C	D	E	F	G	A	B	C	D	E	F	G	H
Diálogo da empresa sobre os problemas por ela gerados que afetam direta ou indiretamente a comunidade.	10	10	0	0	0	7	7	0	0	7	0	0	3	0	0	3	0
Transparência quanto aos critérios de escolha dos projetos de RSA desenvolvidos.	7	10	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	3	0	0	1	0
Medidas adotadas pela empresa para gerir seus impactos socioambientais.	7	10	0	0	0	3	3	0	0	7	0	0	7	0	0	1	0
Qualidade dos projetos de RSA desenvolvidos.	7	7	0	0	0	3	3	0	0	7	0	0	7	0	0	0	0
Divulgação dos projetos de RSA desenvolvidos.	7	7	0	0	0	1	1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios gerados à comunidade pelos projetos de RSA por ela desenvolvidos.	10	7	0	0	0	1	1	0	0	7	0	0	3	0	0	0	0

Fonte: elaborado pela autora.
Nota: 0 = Desconheço; 1 = péssimo; 3 = ruim; 7 = bom; 10 = ótimo.

Quadro A.E.9 - Avaliação da dinâmica de construção das iniciativas de responsabilidade socioambiental da empresa Furukawa

Categorias	Percepção dos colaboradores		Percepção das lideranças comunitárias							Percepção dos gestores públicos							
	A	B	A	B	C	D	E	F	G	A	B	C	D	E	F	G	H
Diálogo da empresa sobre os problemas por ela gerados que afetam direta ou indiretamente a comunidade.	7	10	0	0	0	0	3	3	0	3	0	0	3	0	0	3	0
Transparência quanto aos critérios de escolha dos projetos de RSA desenvolvidos.	10	10	0	0	0	0	3	7	0	0	0	0	3	0	0	0	0
Medidas adotadas pela empresa para gerir seus impactos socioambientais.	10	10	0	0	0	0	3	0	0	7	0	0	3	0	0	0	0
Qualidade dos projetos de RSA desenvolvidos.	10	10	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	3	0	0	0	0
Divulgação dos projetos de RSA desenvolvidos.	10	10	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Benefícios gerados à comunidade pelos projetos de RSA por ela desenvolvidos.	10	10	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: elaborado pela autora.
Nota: 0 = Desconheço; 1 = péssimo; 3 = ruim; 7 = bom; 10 = ótimo.

Quadro A.E.10 - Avaliação da dinâmica de construção das iniciativas de responsabilidade socioambiental da empresa Volvo

Categorias	Percepção dos colaboradores			Percepção das lideranças comunitárias							Percepção dos gestores públicos							
	A	B	C	A	B	C	D	E	F	G	A	B	C	D	E	F	G	H
Diálogo da empresa sobre os problemas por ela gerados que afetam direta ou indiretamente a comunidade.	10	7	7	0	0	7	3	7	3	7	10	10	7	3	10	7	7	0
Transparência quanto aos critérios de escolha dos projetos de RSA desenvolvidos.	10	10	7	0	0	7	0	3	3	3	10	7	3	7	10	0	1	0
Medidas adotadas pela empresa para gerir seus impactos socioambientais.	10	10	10	0	0	7	0	7	0	7	10	7	3	7	7	0	3	0
Qualidade dos projetos de RSA desenvolvidos.	10	7	7	0	0	7	0	3	0	7	10	10	7	7	10	0	1	0
Divulgação dos projetos de RSA desenvolvidos.	7	7	7	0	0	7	0	7	0	7	7	7	3	7	7	0	0	0
	7	10	7	0	0	7	0	3	0	7	10	10	7	7	7	0	0	0

Fonte: elaborado pela autora.
Nota: 0 = Desconheço; 1 = péssimo; 3 = ruim; 7 = bom; 10 = ótimo.

A.E.11 - Questões-chave para solucionar os problemas socioambientais da Cidade Industrial de Curitiba

continua

Percepção das empresas	Percepção dos líderes comunitários	Percepção dos gestores públicos
Aumentar a aproximação da Prefeitura Se a Prefeitura junto à comunidade para ver sus necessidades (COLABORADOR A). *A Prefeitura estar mais atuante aqui na região, vendo os problemas, solucionando ou até mesmo solicitando a ajuda das empresas nesse sentido* (COLABORADOR B). *Tem que começar pela questão urbana e o planejamento urbano público tem que retomar isso muito forte. Qualificar profissionalmente as pessoas para o uso de novas tecnologias. Absorver mão de obra da própria CIC para diminuir o deslocamento das pessoas. Aumentar os investimentos públicos na questão ambiental* (COLABORADOR C). *Requer um cuidado maior, em primeiro lugar, com infraestrutura e talvez um incentivo maior para que essas áreas estejam ambientalmente no mesmo nível de outras áreas da cidade* COLABORADOR D). *Eu vejo que muitos dos problemas ambientais que acabam influenciando na vida das pessoas são pouco divulgados. A pessoa precisa ter consciência do que impacta na vida dela; do preço da não preocupação com a questão socioambiental; tem que ser dado mais palestras; tem que ser divulgado índices; tem que ter uma boa comunicação* (COLABORADOR E). *Tem que realmente haver uma gestão, um monitoramento. É importante identificar a causa, desenvolver ações voltadas ao combate dos problemas e fazer um acompanhamento verdadeiro para ver se essas ações vão sendo realizadas ao longo do tempo e determinar as responsabilidades pela execução e pelo acompanhamento das ações – essas são as questões-chave* (COLABORADOR F).	*Contato das empresas com as lideranças das comunidades para fazer um trabalho mais qualificado em conjunto, porque nos falta recursos* (LÍDER A). *A chave está na educação. Eu aposto nas futuras gerações, mas a partir do cuidado urgente com as questões socioambientais hoje. Outro problema sério é a questão das drogas e violência, onde o poder público tem que se envolver de modo mais efetivo* (LÍDER B). *Acredito que o diálogo ainda acaba sendo o grande viés da solução de todos os problemas socioambientais. Talvez as empresas devessem visitar um pouco mais o seu entorno, conhecer os trabalhos que são feitos pelas organizações comunitárias e trabalhar conjuntamente. Por isso insisto que a chave para os problemas da CIC está no diálogo. A gente poder conversar com os empresários, com a comunidade e com o poder público junto* (LÍDER C). *Aumentar o envolvimento da da comunidade, informando-a e esclarecendo a importância que ela tem. Aumentar a confiança das empresas nas organizações comunitárias bem como o diálogo com as mesmas. Cobrar mais a responsabilidade das pessoas e pensar mais no coletivo* (LÍDER D). *Ouvir mais as pessoas e tratá-las bem. Precisamos tratar com amor a comunidade. Ampliar a visão da comunidade em relação ao futuro* (LÍDER E). *A questão-chave é investir na CIC para solucionar todos os seus problemas* (LÍDER F). *A chave para solucionar os problemas da CIC está no trinômio educação, trabalho e saúde* (LÍDER G).	*Re-projetar as vias de acesso à CIC para melhorar a mobilidade, desburocratizar o processo de regularização fundiária e educar a população* (GESTOR A). *Maior integração entre empresa e governo no desenvolvimento da capacitação profissional, o que aumentaria o número de empregados residentes da CIC* (GESTOR B). *Há uma questão de mobilidade muito importante na região. A questão da regularização de áreas de habitação e a questão da violência urbana que é muito grande lá naquela região. Eu acho que são essas as questões-chave* (GESTOR C). *A questão central é educar a população no sentido de torná-la corresponsável pelos seus problemas* (GESTOR D). *Aumentar a proximidade entre o setor privado e o setor público, para juntos pensar em uma possível solução através de termos de via parceria* (GESTOR E). *As questões-chave são: a geração de emprego e renda, a regularização das moradias e as realocações da área da CIC buscando dar uma qualidade de vida maior a essa população* (GESTOR F). *É fundamental que a AECIC tome iniciativa e trabalhe essas ações socioambientais em conjunto com os programas municipais. A gente vê um distanciamento muito grande da associação das empresas da CIC com o poder público. Aumentar a autonomia das empresas locais em relação à sua matriz no que se refre à decisão de participar de investimentos em projetos socioambientais propostos pelo município* (GESTOR G).

A.E.11 - Questões-chave para solucionar os problemas socioambientais da Cidade Industrial de Curitiba

conclusão

Percepção das empresas	Percepção dos líderes comunitários	Percepção dos gestores públicos
Ampliação das políticas públicas e uma maior participação das empresas que estão ao redor dessa comunidade. Uma interação também do poder público com a comunidade e com as empresas buscando solucionar os problemas da CIC (COLABORADOR G). *Reunir as 3 esferas: comunidade, indústria e governo para trabalharem juntos, melhorando as condições de saneamento básico, infraestrutura e educação nas escolas* (COLABORADOR H). *O diálogo é uma questão chave. Ampliar a participação da comunidade* (COLABORADOR I). *Mapear quem são as partes interessadas em resolver esses problemas. Levantar e ranquear os problemas por ordem de prioridade. Escutar a comunidade. Estabelecer um plano de ação envolvendo todos esses atores sociais que podem ajudar a solucionar esses problemas. Acima de tudo: precisamos ter projetos permanentes, que não tenham início e fim em mandatos políticos* (COLABORADOR J). *Acho que maior diálogo e maior engajamento entre governo, empresas e comunidade. Diálogo e engajamento é a essência de tudo* (COLABORADOR K).		*Os problemas da CIC são basicamente 2: a questão das ocupações irregulares, que elas precisam ser legalizadas e eliminar as situações de risco e outra é a questão de segurança, onde uma das dificuldades que o poder público em geral enfrenta é a falta de fiscalização* (GESTOR H).

Quadro A.E.12 - Forma como as empresas podem melhor contribuir na solução dos problemas socioambientais da Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos líderes comunitários e dos gestores públicos

Percepção dos líderes comunitários	Percepção dos gestores públicos
As empresas precisariam entrar em parceria, em contato com as associações, com as igrejas para, juntos, poderem desenvolver algumas ações socioambientais, porque eu acredito que grande parte dessas empresas faz alguma coisa, mas fazem um trabalho isolado (LÍDER A). *Elas deveriam entrar em contato e visitar os líderes comunitários, porque metade da CIC eu atendo através da paróquia* (LÍDER B). *Abrindo-se para a comunidade para ouvir as suas demandas. Se nós realmente nos déssemos as mãos e fizéssemos uma rede de investimentos e de trabalho nas comunidades, especialmente nas comunidades de periferia, que são as comunidades mais populosas, onde tem mais criança e adolescente, seria simples de resolver essa problemática. As empresas teriam que nos ouvir, nós que estamos aqui no dia-a-dia do bate barro, a gente tem algumas ideias, a gente tem sugestões, a gente tem projetos que já vem acontecendo e que poderiam ser alavancados e garantir uma qualidade ainda maior pra eles* (LÍDER C). *Conhecendo a realidade da sua comunidade. Conhecer a família, os problemas da região, as carências de creche, escolas e cursos profissionalizantes, essenciais para tornar a comunidade apta ao trabalho nas próprias empresas* (LÍDER D). *As empresas precisam fazer algo contínuo na comunidade para fazer a diferença na comunidade, conhecendo a sua realidade* (LÍDER E). *Eles podem abrir mais as portas para conversarmos e apresentarmos os nosso projetos e os problemas da comunidade* (LÍDER F). *Olhando a realidade da CIC eu vejo que nós temos muita coisa para resolver e tem muita coisa grave que passa despercebida e, nesse sentido, as empresas poderiam melhor contribuir, vindo conhecer essa realidade da comunidade e, a partir disso, trabalhar em conjunto* (LÍDER G).	*Eu acredito que se a gente conseguir consolidar com mais força essas parcerias através de entidades, isso ajuda de todas as formas. Essa é a forma que as empresas podem contribuir com eficiência* (GESTOR A). *As empresas poderiam ajudar na questão da capacitação profissional, contribuindo para melhorar a inclusão profissional das pessoas que vivem aqui na comunidade. Uma questão importante é que as empresas venham até a Prefeitura ou até as lideranças comunitárias, indiferente a quem, para entender a demanda e realmente conhecer a comunidade* (GESTOR B, FAS CIC). *A iniciativa privada que se propõe a ter um impacto na sociedade, por mais que o impacto seja apenas de colocação no mundo do trabalho, ela tem que se propor também a melhorar a cidade* (GESTOR C). *Promovendo cursos gratuitos, absorvendo os jovens e adolescentes que estão terminando o ensino médio, ingressando-os no mercado de trabalho. Na questão ambiental, eu acho que a empresa poderia contribuir com cursos voltados para a educação ambiental da população em geral* (GESTOR D). *As empresas poderiam interagir com as escolas próximas ao seu entorno. Eu acho que as empresas teriam que ter esse envolvimento maior em questão de estrutura, em questão de formação, em questão de projetos que podem financiar, para melhorar a questão das unidades de ensino* (GESTOR E). *As empresas podem atuar dentro do seu escopo nas suas áreas, por exemplo, com cursos de capacitação, fazendo atividades com a comunidade localizada no seu entorno e participando através de uma proposta de financiamento e patrocínio de atividades do próprio município* (GESTOR F). *Eu acho que muitos dos problemas socioambientais da CIC são relativos às ocupações das áreas de risco. Então as empresas poderiam nos ajudar muito, porque muitos desses impactos na área social se referem à trabalho, renda e retirada da miséria dessa população. O simples fato da empresa procurar ajudar na questão social gerando mais trabalho, procurando melhorar a capacitação dessa mão de obra local para o trabalho, ela poderia nos auxiliar na resolução desse problema* (GESTOR G). *Teria que haver um diálogo maior das empresas com o poder público, talvez através de feiras, seminários, enfim, oportunidades em que pudessem ser expostas as questões que o poder público enfrenta nas suas diversas áreas e verificar onde cada empresa poderia contribuir, dentro de sua área de atuação* (GESTOR H).

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro A.E.13 - Pontos fortes e deficiências do trabalho das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo junto à Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos líderes comunitários e dos gestores públicos municipais

continua

Empresa	Percepção dos líderes comunitários			Percepção dos gestores púbicos municipais		
	Líder	**Pontos fortes**	**Deficiências**	**Gestor**	**Pontos fortes**	**Deficiências**
Aker Solutions	A	Desconheço.	Desconheço, não posso avaliar.	A	Desconheço.	Desconheço.
	B	Desconheço.	Desconheço.	B	Desconheço.	Desconheço.
	C	Nenhum.	Desconheço.	C	Desconheço.	Desconheço.
	D	Geração de empregos.	Não conheço as iniciativas. Não sei as deficiências.	D	Nenhum.	Desconheço.
	E	Desconheço.	Desconheço.	E	Eu não conheço	Eu não a conheço
	F	Estiveram na comunidade para levantar os problemas e fizeram parcerias com a associação.	Nada para reclamar.	F	Desconheço.	Desconheço.
	G	Geração de empregos.	A mentalidade de que ao gerar emprego e pagar impostos já cumpriu sua parte pela sociedade.	G	Essa não sei. Desconheço.	Desconheço: não tenho noção do que ela faz, o que ela contribui para a cidade.
				H	Desconheço.	Acho que é a falta de comunicação com o poder público.
Bosch	A	Gera muitos empregos.	Eu desconheço o trabalho que ela realiza, então não posso avaliar.	A	Os investimentos que a empresa faz em educação em primeiro lugar, infraestrutura para as entidades e uma busca constante da parceria com a administração pública.	Não apontaria nenhuma deficiência dentro daquilo que ela executa.
	B	Muita gente trabalha lá.	Vir e escutar a comunidade, se reunir, perceber que ações podemos fazer para que a comunidade tenha melhores condições de vida, então mais diálogo com a comunidade, sobretudo, com as lideranças obviamente	B	O que eu posso responder como ponto forte é a geração de empregos e que ela desenvolve há bastante tempo um trabalho social diferenciado aqui na CIC junto aos territórios mais vulneráveis.	Não tem deficiências.

Quadro A.E.13 - Pontos fortes e deficiências do trabalho das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo junto à Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos líderes comunitários e dos gestores públicos municipais

continua

Empresa	Percepção dos líderes comunitários			Percepção dos gestores púbicos municipais		
	Líder	**Pontos fortes**	**Deficiências**	**Gestor**	**Pontos fortes**	**Deficiências**
Bosch (*cont.*)	C	Na nossa comunidade: desconheço.	Eu sei que elas desenvolvem um trabalho, mas muito restrito à comunidade do entorno da empresa. Então a deficiência é esta: eles não desenvolvem um trabalho mais amplo envolvendo a comunidade da CIC como um todo.	C	Então eles estão bem envolvidos realmente com a questão das necessidades e demandas da comunidade da CIC. Então o que eu acho que tem de positivo na Bosch é isso. É a empresa que está mais envolvida com essa questão. Eles vêm, eles levantam as demandas e em cima disso eles realizam as ações.	Não tem deficiências.
	D	Geração de emprego e imposto que contribui para o município, que é bem alto. A maior arrecadação hoje é dessas empresas aqui da região.	Falta abertura: a gente não tem um diálogo direto com a empresa. A gente, enquanto comunidade, sabe as dificuldades das pessoas, das famílias, dos jovens e adolescentes que poderiam estar diretamente lá dentro trabalhando ou contribuindo para melhorar a nossa região.	D	A contribuição cultural em algumas vilas.	Não conheço nenhum deficiência.
	E	Ajuda as entidades com um trabalho de voluntariado forte junto à comunidade.	A empresa tem feito um bom trabalho, mas sempre pode melhorar na questão de estar envolvendo mais a comunidade nos seus projetos.	E	Três pontos fortes: a boa relação com o setor público; a transparência no trabalho que desenvolve junto à comunidade e a questão dos projetos que ela abre para cada unidade desenvolver conforme a necessidade da comunidade.	Não tem deficiências.

Quadro A.E.13 - Pontos fortes e deficiências do trabalho das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo junto à Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos líderes comunitários e dos gestores públicos municipais

continua

Empresa	Percepção dos líderes comunitários			Percepção dos gestores púbicos municipais		
	Líder	**Pontos fortes**	**Deficiências**	**Gestor**	**Pontos fortes**	**Deficiências**
Bosch (*cont.*)	F	Desconheço.	A Bosch pode vir mais na comunidade, fica aqui do ladinho, pode investir muito mais e não custa mandar uma pessoa aqui conhecer o nosso trabalho ou então até levar a gente lá para conhecer o trabalho deles. Eles têm como investir e dá para fazer parcerias maravilhosas com eles.	F	Desconheço.	Desconheço
	G	O primeiro ponto forte é a geração de empregos, os outros, não sei.	A mentalidade de que ao gerar emprego e pagar impostos já cumpriu sua parte pela sociedade.	G	O ponto forte da Bosch eu vejo mais no sentido do seu trabalho junto aos seus operários, preocupando-se com as condições de acesso aos seus direitos e ao bem-estar.	Ela não tem uma identidade específica para a questão da CIC em si, investindo mais na comunidade vizinha, então eu acho que sua atuação é limitada.
				H	Geração de emprego.	Acho que é a falta de comunicação com e gente.
Denso	A	Desconheço	Eu desconheço que ela realize trabalhos junto à comunidade	A	Ainda não ouvi falar nada sobre.	A dificuldade de diálogo ainda maior.
	B	Desconheço	É uma empresa que está aqui, usa a força de trabalho desta comunidade, mas não devolve nada para a melhoria do bem estar social da mesma.	B	Desconheço.	Desconheço.
	C	Nenhum	Desconheço o trabalho que ela realiza junto à comunidade.	C	Desconheço.	Falta diálogo.
	D	Geração de emprego	Não temos nenhuma abertura e nem sei se ela contribui com algum órgão, que eu nunca ouvi falar.	D	Desconheço.	Desconheço.
	E	Desconheço.	A deficiência é não se envolver com a comunidade onde eles estão situados.	E	Desconheço.	Eu não conheço.

Quadro A.E.13 - Pontos fortes e deficiências do trabalho das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo junto à Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos líderes comunitários e dos gestores públicos municipais

continua

Empresa	Percepção dos líderes comunitários			Percepção dos gestores púbicos municipais		
	Líder	**Pontos fortes**	**Deficiências**	**Gestor**	**Pontos fortes**	**Deficiências**
Denso (*cont.*)	F	Desconheço.	Falta investimento na comunidade. Eles podem investir muito mais e podemos trabalhar em conjunto.	F	Desconheço.	Desconheço.
	G	Dá emprego, o resto eu não sei.	A mentalidade de que ao gerar emprego e pagar impostos já cumpriu sua parte pela sociedade.	G	Desconheço.	Pelo produto dela estar vinculado à questão da climatização, ela poderia auxiliar muito mais a cidade.
				H	Desconheço.	Acho que é a falta de comunicação com o poder público.
Furukawa	A	Desconheço.	Eu desconheço o trabalho que ela realiza, então não posso avaliar.	A	Desconheço.	Desconheço.
	B	Desconheço.	Nunca ouvi falar dela e também não possui nenhum envolvimento com a comunidade.	B	Desconheço.	Desconheço.
	C	Desconheço.	Desconheço o trabalho social dela.	C	Desconheço.	Desconheço.
	D	Desconheço.	Não conheço nada, não posso dizer nem favorável nem contra.	D	Desconheço.	Desconheço.
	E	Desconheço.	Desconheço.	E	Eu não conheço.	Eu não conheço.
	F	Desconheço.	Falta de atuação em nossa comunidade.	F	Desconheço.	Desconheço.
	G	Desconheço.	A mentalidade de que ao gerar emprego e pagar impostos já cumpriu sua parte pela sociedade.	G	Desconheço. Pelo setor que a empresa pertence, como fabricante de fibras óticas e tudo mais, ela pode exercer um papel importante no futuro para as áreas de tecnologia.	A maior deficiência dela acho que é não ter essa preocupação com o trabalho social.
				H	Desconheço.	Acho que é a falta de comunicação com o poder público.
	A	Desconheço.	Eu desconheço o trabalho que ela realiza, então não posso avaliar.	A	Os investimentos na questão do meio ambiente.	Um pouco mais de diálogo com a administração.

Quadro A.E.13 - Pontos fortes e deficiências do trabalho das empresas Aker Solutions, Bosch, Denso, Furukawa e Volvo junto à Cidade Industrial de Curitiba na percepção dos líderes comunitários e dos gestores públicos municipais

conclusão

Empresa	Percepção dos líderes comunitários			Percepção dos gestores púbicos municipais		
	Líder	Pontos fortes	Deficiências	Gestor	Pontos fortes	Deficiências
Volvo	B	Desconheço.	Não fazem nenhum contato com a comunidade, nunca ouvi falar e eu estou aqui há 10 anos, nunca ouvi falar que a Volvo fizesse ações sociais e ambientais.	B	A Volvo tem uma função que é transformar a cidade em um polo de referência de tecnologia na área em que eles atuam. E isso é muito importante para a imagem da cidade e para a captação de recursos lá fora. Nós temos uma parceria interessante com a Volvo, que é o Menor Aprendiz.	Não sei se é deficiência deles, talvez nós como um todo, a gente não tem tanta proximidade com a empresa, sendo necessário melhorar o diálogo.
	C	Investimento em projetos sociais e investem alto em projetos na área da cultura.	Eles estão se abrindo agora. Pelo que eu sei, até poucos anos era também mais um trabalho interno, agora que eles estão se abrindo para novas possibilidades de engajamento.	C	É uma empresa que está aberta para as entidades sociais.	Desconheço.
	D	Geração de emprego e também impostos.	A Volvo tem uma abertura, mas não diretamente com a comunidade.	D	Desconheço	Desconheço.
	E	Desconheço.	Eu acho que talvez o que eles precisavam é se envolver com a comunidade.	E	Eu não conheço	Eu não conheço
	F	Desconheço.	A Volvo poderia vir mais na comunidade. A empresa poderia investir muito mais e trabalhar em conjunto com a gente.	F	Desconheço	Desconheço
	G	Geração de emprego e colabora com o transporte coletivo em Curitiba.	A mentalidade de que ao gerar emprego e pagar impostos já cumpriu sua parte pela sociedade.	G	Toda a evolução do planejamento da cidade foi em função do transporte coletivo e, nesse sentido, a empresa Volvo sempre se prontificou a ter um canal aberto com a prefeitura.	A Volvo tem um interesse muito específico somente na área de transporte - eu acho que ela tem essa deficiência.
				H	A colaboração com inovações na área de transporte.	Acho que é necessidade de melhorar a comunicação com o poder público.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro A.E.14 - Percepção das empresas, dos líderes comunitários e dos gestores públicos sobre o nível de participação da comunidade da Cidade Industrial de Curitiba em eventos ou projetos socioambientais a ela oferecidos

Percepção das empresas	Percepção dos líderes comunitários	Percepção dos gestores públicos
É uma comunidade bastante participativa. Já tivemos aqui algumas ações que a comunidade participou, onde teve quórum bem significativo e o feedback foi bem positivo (COLABORADOR A). *Os projetos realizados na área ambiental, são mais internos (com os funcionários) do que externamente, com a própria comunidade* (COLABORADOR B). *É participativa, mas ainda tem um campo aí que precisa ser melhorado que é a conscientização da comunidade para a importância da sua participação* (COLABORADOR C). *Como eu não patrocino nenhum evento que envolva a comunidade, essa questão fica para o Instituto Robert Bosch* (COLABORADOR D). *É uma comunidade participativa* (COLABORADOR E). *É uma comunidade participativa* (COLABORADOR F). *É uma comunidade participativa* (COLABORADOR G). *É uma comunidade participativa* (COLABORADOR H). *A participação da comunidade está relacionada ao objetivo do projeto: se há interesse, há participação. Quando a gente fala no coletivo, isso é incipiente. Então as pessoas precisam aprender que essa ação, esse projeto vai melhorar o todo e que ao melhorar o todo, melhora para elas também.* (COLABORADOR I, VOLVO). *Quando nós temos algum projeto, o nível da participação da comunidade é alto, porque partiu dela mesma o levantamento das necessidades que ela tinha* (COLABORADOR J). *Em todo o trabalho que é iniciado não há uma adesão rápida, isso acontece de uma forma gradativa, por isso a persistência da empresa em comunicar, em envolver a comunidade para qualquer que seja o seu programa na área socioambiental é extremamente importante* (COLABORADOR K).	*Existe toda uma luta, porque eu vejo baixa participação. A CIC é nossa, o rio é nosso, a natureza é nossa, mas é baixo o envolvimento social* (LÍDER B). *A participação da comunidade é ativa em todos os eventos que a instituição organiza* (LíDER C). *Se você tem o hábito de chamar a comunidade para participar e mostrar que a responsabilidade também é dela, ela vem. Eu não vejo a comunidade ser participativa, se não são divulgados esses projetos oferecidos pelo setor privado e pelo setor público e se não mostram a importância que eles tem. É preciso manter a comunidade mais informada* (LÍDER D). *A comunidade é participa, mas poderia ser bem mais participativa. Nós temos que insistir que é importante que ela participe* (LÍDER E). *Nós estamos sempre nas audiências públicas relacionadas ao meio ambiente e às obras de infraestrutura. Os pais não se envolvem, sobra para as nossas crianças e adolescentes mexerem com esses problemas. Nós percebemos que a comunidade adulta, trabalhadores em si, que dependem dos equipamentos sociais, esses, a participação é 0 ou talvez nota 1 ou 2* (LÍDER F). *Ela participa pontualmente e tem coisas muito boas sendo feitas, mas ao mesmo tempo é resistente à participação, porque há uma desconfiança grande de sua parte, principalmente dos que vivem em situação de vulnerabilidade, quanto a maquiagem das coisas como ação de marketing* (LÍDER G).	*A comunidade da CIC é muito participativa, mas através das entidades da comunidade* (GESTOR A). *É participativa, sobretudo das lideranças da comunidade* (GESTOR B). *Em decorrência do trabalho daquelas lideranças que realmente trabalham pela comunidade de maneira altruísta, buscando soluções coletivas, nas últimas experiências que nós tivemos na regional CIC, a comunidade participou de forma ativa. As pessoas estão muito mais interessadas em saber o que está sendo feito e onde elas podem colaborar. O pertencimento é muito forte na CIC* (GESTOR C). *É participativa, mas ainda busca muito a troca. Eu vou participar, mas tem algum benefício? É dessa forma que o ser humano pensa, só vou se eu tiver algum lucro, infelizmente* (GESTOR D). *A comunidade é atuante e participa muito, desde audiências públicas até atividades que são feitas em praças públicas, a comunidade vai em peso, sobretudo as lideranças* (GESTOR E). *A comunidade da CIC, na maioria dos casos, representada pelos seus líderes locais, sempre que é convidada a participar, há uma participação expressiva* (GESTOR F). *Eu acho que a participação se dá mais através das lideranças da comunidade, mas é uma participação ativa* (GESTOR G). *De modo geral, a comunidade é participativa, mas as pessoas são muito voltada para si mesmas, não têm uma visão dos problemas coletivos* (GESTOR H).

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro A.E.15 - Síntese da mensagem deixada à sociedade pelas empresas, líderes comunitários e gestores públicos diante da gravidade dos problemas socioambientais do mundo contemporâneo

continua

Mensagem das empresas	Mensagem dos líderes comunitários	Mensagem dos gestores públicos
Que cada um faça a sua parte (COLABORADOR A). *As pessoas deveriam se conscientizar um pouco mais sobre o consumismo. você pensa assim, eu comprei e depois eu jogo fora e não existe o mundo lá fora. Tínhamos que trabalhar mais com o desenvolvimento sustentável* (COLABORADOR B) *A sociedade tem que estar organizada, não pensar isoladamente. As pessoas precisam pensar um pouco mais em não adotar a cultura do consumismo que vem sendo imposta e avaliar os produtos que estão comprando se tem uma história ambiental por trás* (COLABORADOR C). *Que a sociedade procurasse valorizar as empresas que tem atitudes e produtos ambientalmente corretos. Se essas empresas forem valorizadas, elas naturalmente farão com que as outras empresas procurem se enquadrar para poderem continuar sendo competitivas. Esse engajamento por parte da sociedade, por parte do poder público, por parte do setor privado, trabalhando juntos, ele é muito importante, porque é só assim que vamos conseguir construir um mundo melhor pensando nas futuras gerações* (COLABORADOR D). *Se você não for responsável ambientalmente, você vai estar matando uma geração futura que não vai ter acesso a algumas coisas que hoje nós temos muito fácil nas nossas mãos, mas que estão sendo depredadas pela ação de algumas empresas e das próprias pessoas* (COLABORADOR E). *Os Duwamish têm um ditado: "Nós não somos donos da Terra, os donos são os nossos filhos". Imaginem a responsabilidade que a gente tem pelo mundo que nos cerca* (COLABORADOR F). *Para que cada um fizesse um esforço de fazer a sua parte. Que todos devemos pensar em um futuro melhor para as próximas gerações, pensando no coletivo, pensando no que podemos fazer de melhor para o próximo* (COLABORADOR G).	*É importante tomarmos consciência dessa realidade e nos preocuparmos com a formação das novas gerações* (LÍDER A). *Não podemos deixar de falar, não podemos deixar de conscientizar, não podemos perder a coragem, embora muitas vezes pareça que as coisas são muito lentas e o sejam de fato. Devemos investir muito na educação infanto-juvenil e na socialização. Nós precisamos trabalhar na formação de consciências humanas, precisamos trabalhar muito a família. Vejo que muitos dos problemas que enfrentamos, são problemas de estrutura familiar* (LÍDER B). *Temos que resgatar o amor à criação, aquele mesmo amor que Deus teve na hora que ele foi criando cada coisa. E devemos multiplicar esse amor. Eu acredito que se trabalharmos com a multiplicação de boas ideias, desse carinho para com o meio ambiente, para com as pessoas especialmente. É olhar para esse universo na sua totalidade e vermos que somos interdependentes, que dependemos uns dos outros e por vezes não nos damos conta disso* (LÍDER C). *Se você pensar no coletivo, em uma união de seres humanos, um ajudando o outro, com carinho, amor e educação, nós vamos ter um mundo melhor* (LÍDER D). *Nós precisamos enxergar que o nosso mundo está cada vez mais perdendo a sua beleza. Se nós não nos preocuparmos com o meio ambiente, logo nós perderemos tudo o que nós temos* (LÍDER E). *Temos que ter consciência. A principal mensagem que eu quero deixar é que cada um pense no coletivo e principalmente nos preocupemos em deixar uma coisa bonita para quem vem depois* (LÍDER F).	*Nós estamos pagando o preço da falta de conscientização. É momento de refletirmos sobre que mundo queremos deixar aos nossos filhos* (GESTOR A). *A mensagem que deixo à sociedade é para que tenhamos mais responsabilidade e que pensemos mais no coletivo* (GESTOR B). *Precisa resgatar o núcleo primeiro da sociedade, a família e os seus valores e aí a gente vai poder falar de sociedade expandida. Temos que começar a entender a cidade como sua, entender a rua como sua, entender o problema como seu* (GESTOR C). *Minha mensagem é que o poder público realmente investisse na educação e na cultura: as únicas formas de formar pessoas realmente responsáveis. A pessoa tem que ter educação: o respeito pelos professores, o respeito pelos mais velhos, o respeito pelo que é dos outros - é uma educação como nós tínhamos antigamente. É essa a mensagem que deixo* (GESTOR D). *Eu acho que a grande questão hoje é pensar no coletivo. Acho que o grande erro de todos os setores é o individualismo que está posto pelo mercado, que é o mercado da produtividade, da eficiência, do empreendedorismo que busca o lucro em cima do lucro e acaba esquecendo de olhar para as pessoas em sua questão humana de desenvolvimento* (GESTOR E. *A mensagem seria do diálogo entre o poder público, a sociedade civil e as empresas. A busca de uma sociedade sustentável só vai ser efetiva a partir do momento em que as pessoas passarem a colaborar, cada um fazendo a sua parte* (GESTOR F, SMMA). *Eu acho que o problema hoje é de todos. Se todo mundo não sair ganhando, todo mundo sai perdendo. Está precisando haver participação de mais gente, de colaboração tanto do setor público quanto do setor privado e da sociedade para que a gente consiga resolver os problemas socioambientais e dar um equilíbrio social ao país* (GESTOR G, IPPUC).

Quadro A.E.15 - Síntese da mensagem deixada à sociedade pelas empresas, líderes comunitários e gestores públicos diante da gravidade dos problemas socioambientais do mundo contemporâneo

conclusão

Mensagem das empresas	Mensagem dos líderes comunitários	Mensagem dos gestores públicos
Cada um tem que fazer a sua parte, assim como questiona o conceito de sustentabilidade, o que vamos deixar para as gerações futuras? Cada um tem que fazer a sua parte (indústria, governo e comunidade), trabalhando a responsabilidade de forma compartilhada (COLABORADOR H). *Que a gente pense mais no coletivo. Acho que essa é a palavra chave para mim. Quando a gente pensar que o que a gente faz, tem uma relação direta com o outro, que isso cascateia, e que a gente conseguir pensar que isso é nossa responsabilidade, certamente o mundo vai ser melhor. Eu diria acima de tudo que nós precisamos nos organizar enquanto sociedade. Nós precisamos nos respeitar enquanto seres humanos* (COLABORADOR I). *A mensagem que eu deixo para a sociedade é que a sociedade organizada tem muita força e as comunidades poderiam aproveitar melhor isso, buscando maior diálogo, maior engajamento de si própria enquanto comunidade organizada, junto à entidades governamentais, à gestão pública, à prefeitura, Estado enfim, e também junto às empresas que estão no seu entorno* (COLABORADOR J). *Cabe a cada um de nós enquanto pessoa, vislumbrar formas de atuação para reduzir esses problemas, seja eu enquanto pessoa física atuante na minha comunidade, seja eu enquanto pessoa física atuando no meu ambiente corporativo* (COLABORADOR K).	*A mensagem que eu deixo é do diálogo efetivo e para isso é preciso abrir o coração. E eu só vou atingir o coração do meu interlocutor se eu falar com o meu coração, aí eu vou atingir a pessoa com quem eu estou conversando. Quando deixarmos o mundo, teremos que deixá-lo melhor do que o que recebemos. Você produz PIB de diferentes maneiras, mas nós temos que aprender a olhar para a qualidade das nossas ações* (LÍDER G).	*A sociedade tem que aprender a se reciclar. O problema fica sempre para o futuro e às vezes a gente não gosta muito de olhar para o futuro. Por isso a mensagem que deixo é que se essas questões ambientais não forem devidamente solucionadas no presente, toda a população será penalizada pelos problemas que as cidades enfrentam* (GESTOR H)

Fonte: Elaborado pela autora.